UFRRJ

INSTITUTO DE CICÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE

GUERRA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER: A TRAJETÓRIA DE MANOEL LUÍS OSÓRIO

GUILHERME DE MATTOS GRÜNDLING

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUERRA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER: A TRAJETÓRIA DE MANOEL LUÍS OSÓRIO

GUILHERME DE MATTOS GRÜNDLING

Sob a Orientação da Professora

Adriana Barreto de Souza

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor **em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

Seropédica, RJ
2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G889g

Gründling, Guilherme de Mattos, 1990-
Guerra, Política e Relações de Poder: a trajetória de Manoel Luís Osório / Guilherme de Mattos Gründling. - São Borja, 2024.
434 f.: il.

Orientadora: Adriana Barreto de Souza.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

1. História do Brasil Império. 2. Exército Imperial. 3. Guerra . 4. Política . 5. Fronteira. I. Souza, Adriana Barreto de , 1971-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro III. Título.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO Nº 1027 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.064686/2024-75

Seropédica-RJ, 22 de novembro de 2024.

Nome do(a) discente: GUILHERME DE MATTOS GRÜNDLING

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 21 de novembro de 2024

Banca Examinadora:

Dr. MIQUEIAS HENRIQUE MUGGE, OUTRO Examinador Externo à Instituição

Dr. JONAS MOREIRA VARGAS, UFPel Examinador Externo à Instituição

Dr. HENDRIK KRAAY, UofC Examinador Externo à Instituição

Dra. LUCIA MARIA BASTOS PEREIRA DAS NEVES, UERJ Examinadora Externa à Instituição

Dra. ADRIANA BARRETO DE SOUZA, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 25/11/2024 21:54)
ADRIANA BARRETO DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1487325

(Assinado digitalmente em 25/11/2024 15:05)
LUCIA MARIA BASTOS PEREIRA DAS NEVES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 375.943.467-34

(Assinado digitalmente em 25/11/2024 09:26)
JONAS MOREIRA VARGAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 945.836.250-49

(Assinado digitalmente em 22/11/2024 10:54)
MIQUEIAS HENRIQUE MUGGE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 209.560.020-72

(Assinado digitalmente em 22/11/2024 12:50)
HENDRIK KRAAY
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: HD834444

Visualize o documento original em **https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1027**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/11/2024** e o código de verificação: **2d3d35b1a8**

Agradecimentos

Este é um espaço importante da redação de um trabalho de pesquisa que, depois de mais de 4 anos de desenvolvimento, somente chega ao fim pela participação de pessoas, as quais aqui devo registrar meus mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ), na figura do seu secretário, Paulo C. Longarini, funcionários e professores que viabilizaram a construção desta tese. Foram vários financiamentos de pesquisa e de divulgação científica, além de diversas outras oportunidades viabilizadas através do apoio do PPHR-UFRRJ. Da mesma forma, agradeço à CAPES, que financiou esta pesquisa através da bolsa de estudos. Devo ainda ressaltar a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis de ensino, sem as quais minha trajetória como pesquisador não teria sido possível.

Sou muito agradecido, em especial, a minha orientadora Adriana Barreto de Souza, não apenas pelo aprendizado que a sua dedicação e compromisso com a profissão transmite, mas também pelo acolhimento que recebi em minha chegada ao Rio de Janeiro, no já tardio 2016, pela confiança e amizade construída desde então. Devo mencionar os conselhos, as sugestões e as revisões realizadas ao longo desse percurso, sem os quais certamente este trabalho não seria concluído.

Agradeço ao amigo e primeiro orientador André A. Fertig, tanto pelas suas contribuições na banca examinadora de Mestrado e da Qualificação de Doutorado, mas também pelo papel fundamental que teve em minha formação durante a Graduação no Curso de História, na Universidade Federal de Santa Maria.

Devo agradecimento especial à ilustre banca examinadora, composta por professores cujos respectivos trabalhos e trajetórias servem de inspiração: Hendrik Kraay, Lúcia Bastos Pereira das Neves, Jonas Moreira Vargas e Miquéias Henrique Mügge.

Por falar nisso, contei com o incentivo de outros historiadores, entre os quais devo mencionar: Fábio Koifman, Alexandre Fortes, Luís Edmundo Moraes, Fabiane Popiningis, José D'Assunção de Barros, Luís Augusto Farinatti, Adriano Comissoli, Amanda Both, Leandro Rosa de Oliveira, Alessandro de Almeida, Gustavo Figueira Andrade.

Também contei com a colaboração de colegas historiadores que fizeram parte dessa caminhada. Aos amigos do NEPHS, que partilharam de angústias da pós-graduação, além da leitura e correção de capítulos que compõe esta tese, entre os quais destaco: Marcela Oliveira Santos Silva, Caroline Costa Pimentel Barbosa, Laura Oliveira Motta, Maria Clara Aredes de Figueiredo, Michel Mendes Marta, Natália Vial de Oliveira, Tamires Oliveira Souza da Silva, Victor Azevedo.

Sou muito grato aos amigos que continuam a insistir em mim, apesar de tantas faltas, abandonos, "ghosting", entre eles: André Alves de Oliveira, Gabriel Azevedo Tatsch, Évelin Francine Tatsch, Henrique Froes, Gustavo Mendes, Gilmar Melo, Débora Lima, Théo Melo.

Por fim, mas não menos importante, devo agradecer àquelas pessoas que acompanharam o cotidiano de elaboração deste trabalho. À Jessica de Brito Sgarbi de Carvalho, companheira de vida, agradeço pelo amor, pela compreensão e pelo companheirismo sem tamanho. Além de todo afeto e carinho, por ser uma excelente profissional-produtora, proporcionou momentos icônicos que auxiliaram a "desopilar a cabeça", para melhor suportar os compromissos com a tese. Agradeço também à sua família De Brito Sgarbi de Carvalho, pelo carinho sempre demonstrado.

Agradeço enormemente aos meus pais, Airton José Gründling e Grisiê de Mattos Gründling pelo amor e apoio incondicional em mais esta etapa de minha vida. Por serem inspiração constante. A minha mãe, sigo agradecendo infinitamente, não apenas pela dedicação maternal, mas também pela revisão atenta à redação desse material. Agradeço também ao apoio e preocupação de minha querida vovó Celi Freitas Gründling.

Esta tese, assim como grande parte daquilo que faço sempre será dedicado ao meu irmão, maior ídolo e grande amigo, Eduardo de Mattos Gründling.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001".

GUERRA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER: A TRAJETÓRIA DE MANOEL LUÍS OSÓRIO

Resumo

Esta pesquisa dedica-se ao estudo da trajetória de Manoel Luís Osório (1808-1879). Acredito que a sua participação em diferentes conflitos ao longo do século XIX e os serviços prestados nas fronteiras do Império brasileiro tornam sua trajetória um canal privilegiado para compreender a construção do Exército na fronteira sul do Império. A trajetória de Manoel Luís Osório nas forças militares não seguiu uma lógica linear, apesar disso, ele obteve os títulos nobiliárquicos de barão, visconde de marquês do Herval durante a sua atuação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Esses títulos foram concedidos no final da década de 1870, quando também alcançou o posto mais alto da hierarquia militar, o de marechal. Além disso, foi escolhido pelo Imperador para ocupar uma das cadeiras do Senado e do Ministério da Guerra. Esse é o "ponto final" de sua bem-sucedida carreira militar e política. A construção de sua carreira militar ainda é pouco conhecida, apesar de já haver diversos estudos a seu respeito. Sabe-se que esteve envolvido nas dinâmicas políticas e nas manobras militares na fronteira do Rio Grande do Sul, mas pouco se sabe sobre a sua inserção no mundo da guerra e a sua ascensão na hierarquia militar. A hipótese que sustento ao longo desta pesquisa é que a trajetória de ascensão social, militar e política de Manoel Luís Osório foi construída a partir de estratégias e articulações que estabeleceram vínculos com o Império. Em outros termos, os relacionamentos que constituiu foram imprescindíveis em sua projeção no meio militar e no restrito mundo da Corte. Para alcançar esse objetivo, procurou-se trabalhar com um grupo diverso de fontes históricas, com o intuito de perseguir o "nome" Manoel Luís Osório, os vestígios e os fragmentos de suas ações enquanto indivíduo.

Palavras-chave: História do Brasil Império; Exército Imperial; Guerra e Política no século XIX.

War, Politics, and Power Relations: the trajectory of Manoel Luís Osório

Abstract

This research is dedicated to the study of the trajectory of Manoel Luís Osório (1808-1879). I believe that his involvement in different conflicts throughout the 19th century and the services he rendered on the borders of the Brazilian Empire make his path a privileged channel for understanding the construction of the Army on the southern frontier of the Empire. Manoel Luís Osório's trajectory in the military forces did not follow a linear logic; despite this, he was granted noble titles, such as Baron, Viscount, and Marquis of Herval during his participation in the War of the Triple Alliance (1864-1870). These titles were bestowed in the late 1870s, when he also reached the highest rank in the military hierarchy, that of Marshal. Furthermore, he was chosen by the Emperor to occupy a seat in the Senate and the Ministry of War. This marks the "final point" of his successful military and political career. The construction of his military career is still little known, despite various studies about him. It is known that he was involved in political dynamics and military management on the border of Rio Grande do Sul, but little is understood about his entry into the world of war and his rise within the military hierarchy. The hypothesis I sustain throughout this research is that the trajectory of Manoel Luís Osório's social, military, and political ascension was built through strategies and alliances that established ties with the Empire. In other words, the relationships he formed were crucial to his prominence in the military sphere and the restricted world of the Court. To achieve this goal, a diverse set of historical sources was used in order to trace the "name" of Manoel Luís Osório, the traces and fragments of his actions as an individual.

Keywords: History of the Brazilian Empire; Imperial Army; War and Politics in the 19th century.

SUMÁRIO

Introdução 11

Capítulo 1. Entre oficiais militares e imigrantes "dispostos a defender as Armas de Sua Majestade" 55
1.1."Desejoso de seguir o mesmo caminho que todos os seus antecedentes tiveram" 63
1.2. Os Silveira, do arquipélago de Açores 67
1.3. O pai e a mãe do "general Osório" 69
1.4. O domicílio escravista do tenente-coronel Silva Borges e de D. Anna Joaquina Luísa Osório 76
1.5."Há muito o que se fazer": as terras de D. Anna Joaquina Luísa Osório 85

Capítulo 2. Nos confins do Império: a inserção de Manoel Luís Osório no mundo da guerra 90
2.1. Da Freguesia de Conceição do Arroio à Cisplatina 91
2.2. Na Província da Cisplatina com a Legião de São Paulo 104
2.3. Um oficial tarimbeiro: a atuação de Manoel Luís Osório na Guerra Cisplatina 120
2.4. "Tudo era miséria" no acampamento em Sant'Anna do Livramento 129
2.5. Em São Sepé com o 3º Regimento de Cavalaria 136

Capítulo 3. A política militar na fronteira do Império: a atuação do tenente Manoel Luís Osório 144
3.1. Entre marchas e patrulhas na fronteira: em ação o tenente Manoel Luís Osório 151
3.2. Os campos próximos ao Rio Arapehy 160
3.3. A política militar do Império e o 5º Regimento de Cavalaria.....170
3.4. A trama política no Rio Grande do Sul 183
3.5. Entre intrigas e acusações: o tenente Osório entre os farroupilhas de Rio Pardo 187

Capítulo 4. Um oficial "republicano de coração" em defesa da Monarquia Constitucional 194
4.1. Em São Sebastião de Bagé com o 2º Regimento de Cavalaria 197
4.2. O tenente Osório e a família Fagundes de Oliveira 206
4.3. "Os Rio-grandenses defendem o pendão da liberdade" 211
4.4. "Quem for livre corras às armas se escravo não quer ficar" 217
4.5. Mudanças, dissidências e anistias 224
4.6. Guerra Civil no sul do Império 234

Capítulo 5. Entre os "Defensores da Legalidade" 254
5.1. No Comando do *Esquadrão do Presidente* 255
5.2. A guarnição de Porto Alegre 262
5.3. O major Osório e o 3º Batalhão de Cavalaria 272
5.4. A demissão do *Esquadrão do Presidente* 286
5.5. Em Rio Grande, na 1ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional 297

Capítulo 6. "Um Senhor da Guerra" na fronteira do Império 305
6.1. No mundo da guerra "com milhares de sacrifícios" 306

6.2. Para “procurar remediar os males de sua família” 317
6.3. “A delicada missão de Pacificar o Rio Grande do Sul” 329
6.4. Na rede política do conde de Caxias 343
6.5. Falar o mesmo idioma dos *guascas* da fronteira 354

Considerações Finais 377

Referências 385

Anexos 432

Lista de Figuras, Gráficos, Quadros, Tabelas e Anexos

Figuras

Figura 1 – Imagem do registro de batismo de Manoel Luiz da Silveira 68
Figura 2 – Imagem do registro de casamento dos pais de Osório 73
Figura 3 – Mapa de localização das freguesias de Conceição da Lagoa (Santa Catarina) e Conceição do Arroio (Rio Grande do Sul) 93
Figura 4 – Mapa da fronteira entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina 153
Figura 5 – Mapa de localização dos povos missioneiros em relação às comarcas da província em 1809 156
Figura 6 – Mapa da migração do 5º R.C. de Rio Pardo para Bagé 199
Figura 7 - Mapa de localização de tropas durante a Farroupilha (1836) 242
Figura 8 – Planta de Porto Alegre em 1772 264
Figura 9 – Quartel General de Porto Alegre (início de 1900) 265
Figura 10 – Fotografia de Virgílio Calegari do quartel do 8º Batalhão, (fim do século XIX – início do século XX) 266
Figura 11 – Mapa de localização das Guarnições do Exército Imperial em Porto Alegre 275
Figura 12 – Mapa da região afetada pelas "Califórnias" 355

Gráficos

Gráfico 1– Número de praças da 2ª Companhia, do 3º Regimento de Cavalaria não disponível ao serviço 138

Quadros

Quadro 1 – Divisão em Séries do Arquivo General Osório 50
Quadro 2 – Organização do Regimento de Dragões designado à Colônia de Sacramento 60
Quadro 3 – Dados populacionais da *Lista de Fogos de Caçapava* 80
Quadro 4 – Índices populacionais da Província do Rio Grande do Sul em 1814 91
Quadro 5 – Lista dos chefes de cavalaria que atuaram no Rio Grande do Sul 106
Quadro 6 – Relação nominal dos efetivos do 3º Regimento de Cavalaria, 2ª Companhia do Exército de 1ª linha 137
Quadro 7 – Comparação de forças militares entre a 2ª, 3ª e 4ª Companhia que pertenciam ao 3º Regimento de Cavalaria 140
Quadro 8 – Oficiais em unidades do Exército no Rio Grande do Sul 201
Quadro 9 – "*Estado Maior do Exército, e Oficiais de Linha em Corpos, e Avulsos, compreendidos os da extinta 2ª linha, que tem soldo*" 203
Quadro 10 – Organização dos corpos de cavalaria do Rio Grande do Sul 205
Quadro 11 – Organização das forças do Império no Rio Grande do Sul em 1836 236
Quadro 12 – Parecer de Oficiais comandantes sobre a conduta militar e civil de Manoel Luís Osório 319

Tabelas

Tabela 1 – Plantel de escravizados em Caçapava do Sul 1821-1850 84

Introdução

Sábado, dia 04 de outubro de 1879. Rua Riachuelo, centro da cidade do Rio de Janeiro. Ao entardecer, próximo às 18 horas, foi registrada a morte de Manoel Luís Osório. Vítima de uma pneumonia,[1] o quadro de saúde do barão, visconde e marquês do Herval, que já mostrava alguns sinais de piora desde antes de sua chegada à Corte, em abril de 1877, parece ter agravado durante o final de setembro de 1879. Poucos dias depois, aos 71 anos de idade, faleceu em sua residência, acompanhado de perto por familiares e amigos próximos.

Junto a Manoel Luís Osório[2] estiveram os filhos Fernando Luís Osório, Francisco Luís Osório e Manoela Luísa Osório Mascarenhas, acompanhada de seu marido Cipriano da França Mascarenhas. Para completar o círculo familiar, havia também o afilhado de Osório, o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet (filho do militar e compadre Emílio Mallet).[3] Adolpho Luís Osório, seu outro filho, que residia em São Paulo, onde frequentava a Faculdade de Direito, chegou à residência do pai poucas horas após seu falecimento. Além da família, alguns de seus amigos também estavam presentes, entre os quais: o advogado e político Cesário Alvim, o militar e então tenente-coronel Antônio Nicolau Falcão Frota.

No imaginário do século XIX, era essa a forma de morrer idealizada por grande parte das elites, em casa, cercado de pessoas próximas e, principalmente, tratando-se de um "homem de posses",[4] com o inventário de seus bens ou com o seu testamento

[1] Segundo o laudo oficial, realizado pelo médico Fernando Francisco da Costa Ferraz, no dia 05 de outubro de 1879. OSORIO, Joaquim Luis; OSORIO, Fernando Luis Osorio Filho. História do General Osorio. Typ. Diário Popular, Pelotas, V.2, 1915, p.788-790; BN – *Jornal do Commercio (RJ) – 1870 a 1879*. Edição 277, 05 de outubro de 1879, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&Pesq=Osorio&pagfis=21873 Acesso em: 12 de julho de 2021.

[2] Vale mencionar que Francisca Fagundes de Oliveira, viscondessa do Herval, esposa de Osório, já havia falecido anos antes, em 1869.

[3] BENTO, Cláudio Moreira. O Artilheiro Símbolo do Brasil. In: A Defesa Nacional. *Biblioteca do Exército*: Rio de Janeiro, v.59, n.645, 1972, p.124-125.
Disponível em: http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8401/7282

[4] REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras, 1991, p.100-105. Embora a história transcorra na primeira metade do século, acredito que essa questão seguiu influenciando as elites brasileiras.

finalizado.[5] A morte de Osório cumpriu com esse roteiro, podendo ele usufruir do privilégio do "bem morrer".[6]

Através dos periódicos da Corte, como a *Revista Illustrada* e o *Jornal do Commercio*, por exemplo, a notícia sobre a morte de Osório se espalhou rapidamente pela capital do Império. A grande repercussão gerou aglomeração frente à sua casa, poucas horas após o seu falecimento ser confirmado.[7] Além disso, um grande volume de cartas e de telegramas foram remetidos de diversas localidades do Império, ofertando pêsames à família.[8] O rito fúnebre em sua homenagem ganhou status de evento oficial, afinal, tratava-se de um senador, ministro da Guerra e marechal do Exército imperial. Marcado para a manhã do dia 06 de outubro, o cerimonial seguiu um roteiro rígido.[9]

O corpo de Manoel Luís Osório foi depositado em um caixão que, por sua vez, foi colocado no "coche Imperial", símbolo de distinção nas ruas da Corte. O local de início das solenidades foi a própria residência do general Osório. Era uma cerimônia aberta à população e um grande público acompanhou o percurso. As homenagens aconteceram ao longo do caminho: na Rua do "Rezende, Inválidos, Campo da Aclamação", após continências e salvas de tiros das forças militares, a comitiva seguiu "pela Rua Constituição, Largo do Rocio, Rua do Teatro, Largo de S. Francisco, Rua do Ouvidor". Ao chegar em frente à Igreja Santa Cruz dos Militares, na Rua 1º de Março, outro contingente militar ofereceu "competentes descargas" de tiros, em homenagens ao general Osório, sendo esta acompanhada por oficiais militares, senadores e deputados.[10]

---

[5] O Testamento de Manoel Luís Osório, marquês do Herval, foi reproduzido em: BN – *A Constituinte: Orgam Liberal (SP) – 1879 – 1880*. Anno I, N.º 48, São Paulo, 25 de outubro de 1879. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709646&pagfis=189 Acesso em 12 de julho de 2021.

[6] RODRIGUES, Claudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, cemitérios, e hierarquias no Brasil escravista (século XVIII e XIX). Revista *Habitus*: Goiânia, v. 10, n.1, jul./dez., 2012, p.16

[7] BN - *Revista Illustrada*. Anno 4, n.º 179, 11 de outubro de 1879, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=332747&pagfis=1264 Acesso em 23 de agosto de 2021; Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional-RJ – Jornal do Commercio (RJ) – 1870 a 1879, Edição 277, 05 de outubro de 1879, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&Pesq=Osorio&pagfis=21873 Acesso em 17 de agosto de 2021.

[8] Essa documentação está dividida entre os acervos vinculados ao general Osório presentes no Arquivo Histórico do Exército (Coleção General Osório), na Biblioteca Nacional (setor de manuscritos) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (série "Fernando Luís Osório").

[9] BN – *Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil (RJ) – 1842 a 1889*, 5 e 6 de Outubro de 1879, p.28. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=707619&Pesq=osorio&pagfis=3326 Acesso em 17 de agosto de 2021.

[10] É possível acompanhar esse percurso através da imprensa, em Biblioteca Nacional-RJ –*A Revista Illustrada*. Anno 4, n.º 180, 11 de outubro de 1879, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1879_00180.pdf Acesso em: 22 de fevereiro de 2022. Essa

Depois dessa parada, o cortejo fúnebre seguiu até a Capela do Arsenal de Guerra, na região portuária, que atualmente faz parte de um complexo de prédios militares articulados ao Museu Histórico Nacional (MHN). Nessa capela foi realizada outra missa, além de discursos oferecidos em memória de Manoel Luís Osório.[11] Após o fim das cerimônias fúnebres, o seu corpo permaneceu na Capela do Arsenal de Guerra por mais alguns meses.[12] A sua família, representada pelos quatro filhos, ao final das homenagens, tinha a expectativa de seguir rumo ao Rio Grande do Sul, onde estava prevista uma cerimônia de enterro de Manoel Luís Osório. No entanto, isso acabou não ocorrendo, permanecendo o corpo do velho general no Rio de Janeiro. Isso ocorreu depois dos seus herdeiros receberem diversas solicitações da Câmara Municipal, da imprensa e do Exército, pois imaginava-se já naquele período a construção de um monumento em homenagem a Manoel Luís Osório, no Rio de Janeiro.[13]

Toda essa repercussão na imprensa, nos cerimonias e nas celebrações realizadas em sua homenagem, apontavam para uma faceta bem-sucedida da vida de Manoel Luís Osório. Um momento em que o seu prestígio social e político possibilitou a ele circular, com distinção, entre o mundo político da Corte.[14] Entretanto, torna-se fundamental salientar que isso nem sempre ocorreu em sua trajetória. Durante mais de cinquenta anos prestando serviços militares na fronteira do Império do Brasil, a sua realidade parecia ser bastante diferente.

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender a construção da carreira de Manoel Luís Osório no Exército imperial. A opção por começar a narrativa pelo fim de sua vida, o "ponto final" de sua bem-sucedida carreira militar e política, não foi por acaso. O caminho que ele percorreu até atingir o topo da hierarquia do Exército imperial, o que

---

história também é possível ser acompanhada em: OSORIO, Joaquim Luis; OSORIO, Fernando Luis Osorio Filho. História do General Osorio. Typ. Diário Popular, Pelotas, V.2, 1915, p.788-790.

[11] OSORIO, Fernando Luis. História do General Osorio. 1894, p.790; Arquivo Histórico do Exército (AHEX) – Documento Avulso intitulado "PESQUISA – Osório", com assinatura de 1º tenente de cavalaria Fernando J. Hermanegildo – caixa 20, pasta 1. O 1º tenente de cavalaria Fernando J. Hermanegildo obteve acesso à Casa de Osório, à residência da D. Leonídia Osório de Castro (bisneta de Manoel Luís Osório) e ao texto: "Panteão de Osório", escrito por Joaquim Luiz Osório, em 1962.

[12] O corpo do general Osório foi modificado de local por diversas vezes. Acredito que tenha passado por algum método de conservação, pois, para fugir à umidade que o prédio apresentava, em razão da sua preservação,

[13] A iniciativa também contava com o apoio da Sociedade Rio-grandense Beneficente e Humanitária. Essa instituição, criada em 1857, era formada por cidadãos nascidos no Rio Grande do Sul, mas que residiam no Rio de Janeiro. Com sede atual no bairro de Santa Cruz-RJ, a sociedade foi criada para fomentar a união e a prosperidade de seus sócios, em grande parte, empresários nascidos no Rio Grande do Sul, que se estabeleceram no Rio de Janeiro. Ver: SOARES, Ethiene. *General Osório e a República: um estudo sobre a memória e política (1879-1930).* (Dissertação de Mestrado). UFRRJ-PPHR, 2012, p.24-26.

[14] VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PPHR-UFRGS, 2007.

acabou acontecendo na segunda metade do século XIX, não seguiu uma lógica linear, sem desvios e/ou empecilhos. Durante grande parte de sua vida, Osório não teve o prestígio e a notoriedade social que o círculo político da Corte lhe proporcionou nos últimos anos de vida.

Manoel Luís Osório nasceu em 10 de maio de 1808, no Rio Grande do Sul quando este era ainda um território em constante disputa entre as Coroas ibéricas. Esses territórios situados ao sul das Américas estiveram submetidos a tentativas de avanço territorial do Império português rumo às possessões do Império espanhol, assim como em direção aos territórios habitados por populações indígenas. Esse conflituoso contexto, de acordo com a historiografia, possibilitou o aparecimento de soberanias, como resultado de diferentes conjunturas políticas apresentadas à América do Sul ao longo dos séculos XVIII e XIX, dentre essas o próprio Império do Brasil.[15] A família de Manoel Luís Osório seguiu para o Rio Grande do Sul em razão dessas disputas por territórios.

Acredito que Osório trilhou um longo e singular caminho até atingir os postos mais altos da hierarquia militar. O seu "batismo de fogo" ocorreu aos 15 anos de idade,[16] nas mobilizações militares que ocorreram durante a Independência do Brasil na região da Cisplatina. No entanto, somente chegou a marechal do Exército em 02 de junho de 1877. Ao final desse mesmo ano, aos 69 anos de idade,[17] também foi alçado ao Senado Federal, um cargo vitalício, e ao Ministério da Guerra. Em relação aos títulos nobiliárquicos de barão, de visconde e de marquês do Herval, obteve-os somente durante a sua atuação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

A busca por um lugar no estreito cenário político da Corte no século XIX, condição social que Manoel Luís Osório atingiu no final de sua vida, não significava apenas o simples desejo de representação na política imperial. As estratégias que visavam a obtenção ou ocupação de cargos políticos, mercês, altas patentes militares e títulos de nobreza não eram resultado de uma destinação definida à priori. Eram determinadas por um intenso esforço acumulado, muitas vezes por gerações, na concepção de um projeto e na obstinada busca de estratégias para a sua concretização.[18]

---

[15] COMISSOLI, Adriano. *A serviço de sua majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808 – c.1831).* Tese (Doutorado em história) — PPGHIS- -UFRJ, 2011, p.74-75.
[16] Essa questão será retomada ao longo da tese.
[17] Acredito que a idade em que chegou ao posto de marechal seja compatível a de outros oficiais.
[18] VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p.35-37.

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a construção do Estado Imperial brasileiro se notabilizou pela presença quase constante de confrontos bélicos em uma "fronteira aberta",[19] ou seja, em formação, cujos limites, ainda em franca disputa, admitiam uma ampla circulação de indivíduos. Tais confrontos foram responsáveis por inibir ou por obstruir numerosos projetos de vida, da mesma forma que possibilitou a emergência social de indivíduos que dedicaram suas trajetórias às guerras no sul do Império Português e, à posteriori, do Estado Imperial brasileiro.

Ao longo da vida, Manoel Luís Osório tornou-se um importante oficial do Exército brasileiro, sobretudo, pela atuação que teve na fronteira do Rio Grande do Sul com o Estado Oriental do Uruguai. Assim como assinalou Miquéias Mugge, em sua tese de doutorado sobre os comandantes de fronteira, esses indivíduos, quando posicionados na fronteira, agiam por meio de uma lógica que os distinguia dos demais "homens comuns". Uma "consciência de elite" que refletiu em configurações específicas, como por exemplo, comandar forças militares em tempos de guerra e recrutar tropas para fiscalização da fronteira em períodos de paz. Uma sistemática que promoveu amplas negociações e favorecimentos pessoais, certas vezes, em relação aos subordinados e, em outras, em relação às autoridades do Estado Imperial.[20]

Contudo, a intenção aqui não foi propor uma coerência ilimitada ou uma ampla racionalidade a vida de Manoel Luís Osório ou a qualquer outro indivíduo com quem se relacionou.[21] Seus biógrafos assinalaram que ele fazia parte de uma "típica família de militares" luso-brasileiros, porém, o que isso de fato quer dizer? É claro que grande parte dos homens de sua família, bisavô, avô, pai, tios, irmãos e primos exerceram alguma função militar, mas isso bastava para que Osório fosse considerado um "grande militar"? Essas afirmativas, no máximo, permitem pensar que, enquanto instituição, tratava-se de

[19] Para Spencer Leitman, o Rio Grande do Sul estava conectado de forma estrutural ao amplo espaço de fronteira que existia entre o seu território e a República Oriental do Uruguai, assim como em relações às províncias argentinas, em especial, Entre-rios e Corrientes. LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979; O conceito de "fronteira aberta", no entanto, foi desenvolvido primeiramente por: TURNER, F. J. The Significance of Sections in American History. In: *Frontier and Section: Selected Essays of Frederick Jackson Turner*. New Jersey, Prentice-Hall, 1961.

[20] MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p.9-34.

[21] GRENDI, E. Microanálise e História Social. In: Oliveira, M. R. de; Almeida, C. (orgs.). *Exercícios de Micro-história.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

um outro exército, com regras e padrões de hierarquização militar "regidos por valores e por um sistema de hierarquias amplos, os mesmos da sociedade política".[22]

Vale destacar que, durante o século XIX, o sistema de regulação da hierarquia militar estava alicerçado em condicionamentos sociais, políticos e econômicos próprios àquela sociedade. Assim, os relacionamentos pessoais eram fatores decisivos para a progressão na hierarquia das forças militares, especialmente, em períodos de guerra.[23] Nesse aspecto, Osório construiu relacionamentos e atuações multifacetadas. Isso, em parte, poderia ter relação com os relacionamentos construídos por sua família e, assim, por ele herdados. Sob esse ponto de vista, a sua atuação no mundo da guerra poderia ter relação, por exemplo, com os caminhos escolhidos por seu pai ou por seu avô materno, indivíduos que acumularam certo prestígio em suas localidades prestando serviços militares, e, por essa razão, também desempenharam funções administrativas, como os cargos de comandante de fronteira e juiz de paz (no caso de Manoel da Silva Borges, seu pai).

Dessa maneira, mostrou-se imprescindível situar o personagem dentro de um conjunto de relacionamentos que condicionaram o processo de construção de sua carreira militar. Dito de outra forma, procurei através de um conjunto de relações sociais e de poder, compreender a construção de sua bem-sucedida carreira militar, atentando sempre para uma pergunta: como isso foi possível?

Até porque, a atuação de Manoel Luís Osório em conflitos certamente possibilitou a construção de fortes vínculos pessoais, da mesma forma que essa condição lhe proporcionou desafetos militares e inimigos políticos. Através da análise desses conjuntos de relacionamentos, que dependiam de configurações e de estratégias específicas, que se buscou elucidar a construção da carreira militar de Manoel Luís Osório. Se os constantes conflitos que assolaram o território sul-rio-grandense ao longo dos séculos XVIII e XIX possibilitaram a inserção social da família Osório, também serviram para inviabilizar uma série de outros projetos. A forma como Osório manejou esse legado e essas dificuldades gerou um modo único de ação social, política e militar, possibilitou o aparecimento do general Osório (marquês do Herval).

---

[22] SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: Uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p.90.

[23] SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.206.

Um general emoldurado: entre memórias e esquecimentos

A memória, em sua definição etimológica, pode ser interpretada como a capacidade de armazenar dados e informações. Essa palavra, que teve origem no grego "*mnemis*" e no latim "*memoria*", também é entendida como a ação de recordar, conservar e memorar lembranças do passado.[24]

Para o antropólogo Joël Candau, memória e identidade são conceitos indissociáveis. O acesso à memória, de acordo com o autor, é consequência da transmissão de um cabedal de lembranças e de esquecimentos. Vale ressaltar que a memória manipula o social, assim como é socialmente manipulada, compondo sua identidade mais geral, sempre passível de mudanças em relação ao tempo.[25] Lembrar e esquecer, diferentemente do que parece, embora possuam sentidos opostos, são componentes essenciais de qualquer tentativa de acesso ao passado. Visto que, ao passo que a memória serve para neutralizar o esquecimento, produz a ação de lembrar daquilo que é necessário esquecer.[26]

Segundo Michel Pollak, o ato de memorizar é sempre marcado pela visão do presente,[27] forjado por estratégias identitárias atuantes no "complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento".[28] Para além das definições, o processo de elaboração de uma memória demanda o exercício de seletividade, escolha e renúncia. Essas etapas podem promover maior destaque a certos aspectos de um evento e/ou de uma vida, em detrimento de outros.[29]

A imagem de Manoel Luís Osório como um "general-emoldurado", devido aos relatos de sua atuação nos campos de batalha, foi reproduzida em ruas, logradouros e praças públicas, assim como em pinturas, estátuas e biografias. A ideia aqui também é

---

[24] CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2000, p. 158. Disponível em: http://www.filosofia.art.br/download/Marilena_Chaui-Convite_a_Filosofia.pdf Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.
[25] CANDAU, Joël. *Identidade e memória*. São Paulo: Contexto, 2012, p.106-107.
[26] RICOEUR. P. *A memória, a história e o esquecimento*. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
[27] POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.º 3, p.3-15, 1989.
[28] CANDAU, Joël. *Identidade e memória*. São Paulo: Contexto, 2012, p.106.
[29] NEVES, M. S; LOBO, Y. L; MIGNOT, A. C. V. Cecília Meireles*: A Poética da Educação.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Loyola, 2001, p.9.

identificar a construção dessas "molduras heroicas" anexadas à memória desse indivíduo.[30]

Mesmo entre os seus contemporâneos, como André Rebouças e Richard Burton, que diziam, inclusive, ter conhecido Manoel Luís Osório, a sua atuação militar foi percebida de modo controverso. O diário de André Rebouças e as cartas de Richard Burton apresentaram duas formas muito distintas de representação desse mesmo personagem. O diplomata britânico Richard Burton, ao escrever sobre o cotidiano das tropas durante a Guerra do Paraguai, assinalou que o general Osório era uma figura importante para o Exército imperial. Segundo ele, quando de "seu retorno ao Paraguai", após se recuperar de um ferimento à bala nos campos de batalha, "teve efeito psicológico positivo sobre o Exército, pois esse general gozava de grande prestígio perante os soldados, graças à sua capacidade tática, à coragem e frieza em combate, e pela camaradagem com os subalternos". Na visão de Burton, o general Osório – comandante do 3º Corpo do Exército – seria o "homem mais popular e o mais brilhante oficial do Exército Aliado".[31] Segundo esta visão, Osório era afável, oferecia gim e chimarrão aos subalternos, estava sempre nos jogos de baralho e nas corridas de cavalos, conhecidas no Sul como "carreiras em cancha reta".[32]

A fama do general, em relação à sua "cordialidade", chamou a atenção de Burton também quando os dois estiveram juntos. Segundo a sua descrição, Osório o teria recebido com uma saudação tipicamente militar: "Entre, caballero", ao convidá-lo para entrar em seu acampamento. O general Osório foi descrito como um militar destemido e corajoso e, até mesmo, como uma espécie de "mágico", cuja vida teria sido salva muitas vezes pelo seu poncho, vestimenta que usava com frequência nas campanhas militares, na medida em que, ao sacudi-lo, os fragmentos dos projéteis caíam ao chão.[33]

---

[30] A ideia de "herói-emoldurado" foi inspirada nas reflexões desenvolvidas por Leandro Vieira, autor do samba-enredo *História para ninar gente grande*, que lançou olhar sobre heróis pouco conhecidos da história do Brasil, "negros, indígenas e mulheres", em contraponto à "história oficial", que sempre deu maior atenção a figuras como, por exemplo, Manoel Luís Osório (marquês do Herval) e também Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias. Ver: VIEIRA, Leandro. *História para ninar gente grande*. Rio de Janeiro, 2018.

[31] No original: "[...] the most popular man and the most brilliant officer in the Allied army". Ver: Burton, Richard. *Letters from the Battlefields of Paraguay*. London: Tinsley Brothers, 18, Catherine Street, Strand, 1870, p.384.

[32] Ver: SANTOS; J. M. C. M.; VARGAS, J. M.; REMEDI, J. M. R. "Uma reunião de carreiras de cavalos": lazer, esporte e os paradoxos da modernidade no Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.21, n.45, p.682-704. set./dez., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/fqxdwCBzGrSsHyrRHcYc8FL/?format=pdf Acesso em 23 de maio de 2023.

[33] Idem.

Enquanto isso, para André Rebouças,[34] que também esteve no Paraguai e atuou nas tropas da Tríplice Aliança, entre maio de 1865 e junho de 1866, na condição de 1º tenente do Corpo de Engenheiros, a atuação do general Osório, enquanto oficial e comandante de tropas, teria sido motivada por interesses políticos. Para justificar essa interpretação, Rebouças descreveu um episódio inicial daquele conflito, que ficou marcado pela invasão do exército paraguaio ao território do Rio Grande do Sul, segundo o qual o general Osório, devendo prestar auxílio aos oficiais da fronteira de Uruguaiana, ao contrário disso, motivado por rusgas políticas e reminiscências de antigas lutas partidárias, assim como outros oficiais, teria sido propositalmente negligente com a proteção das fronteiras da província de São Pedro. De acordo com suas próprias palavras: "oscilava entre a amizade a Canabarro e o despeito contra os conservadores de Uruguaiana, que o haviam derrotado em uma eleição!".[35] A descrição de Rebouças ficou caracterizada por seu viés crítico ao militarismo e ao conflito.

De todo modo, as duas visões dissonantes sobre a atuação de Manoel Luís Osório indicam também a necessidade de reconhecer a complexa tarefa de analisar sua trajetória. No interior das forças armadas, a imagem do general Osório é vista, ainda nos dias de hoje, como a de um "herói militar", de exemplar atuação nos campos de batalha. A "honra" e o "valor" de suas atitudes, enquanto guerreiro e cidadão, permaneceram nos currículos de formação das forças armadas.[36] A sua atuação militar e política inspirou a elaboração de identidades para diferentes projetos políticos que serviram de mediadores entre a caserna e a sociedade civil. Seu nome foi incluído entre os "Heróis no Panteão da Pátria", através da "Lei nº 11.680, de 27 maio de 2008 (Projeto de Lei nº 1.140/2007, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada – PSDB/MG)".

---

[34] Engenheiro nascido na Bahia, André Rebouças foi um dos personagens atuantes pela abolição da escravatura, participando da criação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Na escrita de seu diário de campanha, publicado primeiramente pela historiadora Maria Odila Silva Dias, em 1973, Rebouças descreveu a movimentação das tropas aliadas entre a província de Corrientes (Argentina) e os rios Paraguai e Paraná, sendo o seu diário de campanha considerado um dos importantes documentos históricos e material de pesquisa sobre a Guerra da Tríplice Aliança. REBOUÇAS, André. *Diário de Campanha*. Organizado por Maria Odila Silva Dias. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1973.

[35] A despeito de sua patente de 1º tenente, Rebouças possuía um trânsito privilegiado em relação aos comandantes do Exército, talvez, por ser filho do conselheiro Antônio Pereira Rebouças, homem forte do Império. Vale destacar que a atuação de André Rebouças pode ilustrar a posição de oficiais forjados nas salas da Escola Militar que, a partir da campanha do Paraguai, passaram a concorrer por maior valorização, tornando-se base do "núcleo profissional" do Exército. Ver: IZECKSOHN, V. *O Cerne da Discórdia – A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997, p.150-153.

[36] RODRIGUES, Luís Eduardo Leite Nunes. *Valores Militares em Osorio: Efeitos sobre o soldado na Guerra do Paraguai*. Trabalho de Conclusão de Curso. Resende: AMAN, 2016; LANDGRAF, Saulo Freire. Princípios Kantianos da liderança de Osorio, um tarimbeiro por excelência. *Revista Científica Fundação Osorio*, v.4(1), 2019, p.1-15.

Esses são apenas exemplos simples de uma ampla diversidade de elaborações realizadas a partir de sua memória.[37] Importante salientar que a diversidade de instituições e de agentes que atuaram na sua representação são indicativos da força que "o culto à sua memória" foi capaz de estruturar.[38] Através das reflexões apresentadas acima, procurei entender a forma como foi construída a memória de Manoel Luís Osório, os vazios e silêncios, mas também as continuidades e rupturas em relação ao seu passado, por meio de suas biografias. Sendo assim, quais aspectos permitiram a construção e a representação de sua memória?

Vale salientar que encontrei registros da publicação de trinta e seis biografias, escritas entre 1872 e 2008.[39] Algumas dessas obras serão analisadas a seguir, com o intuito de entender o modo pelo qual os projetos de memória estruturaram uma certa imagem de Manoel Luís Osório, transformando-o em um "herói nacional". Vale salientar que diversos grupos disputaram o uso político de sua memória, contribuindo para o processo de gestação da heroicidade atribuída ao general Osório.

Nesse sentido, alguns agentes e/ou instituições se destacaram por projetar a memória de Manoel Luís Osório no cenário nacional, entre os quais estavam a família Osório, as instituições ligadas ao Exército, como as editoras da Biblioteca Militar e do Exército, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que não apenas recebeu a maior parte do "Arquivo General Osório", como também organizou a publicação de quatro textos biográficos.[40]

O IHGB atuou também na preservação de vestígios e de registros de Manoel Luís Osório, sendo que a preservação desse material esteve articulada aos projetos de construção e de representação de sua memória.[41] Os seus registros históricos permaneceram durante longo tempo sob posse de sua família, uma vez que o processo de doação do acervo pessoal de Manoel Luís Osório só iniciou mais de 35 anos após a sua

---

[37] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República (2016). Lei nº 11.680, de 27 maio de 2008. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11680&ano=2008&ato=51coXW61UNRpWTa8a

[38] CASTRO, Celso. "Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, nº25, 2000.

[39] Ver Anexo II.

[40] Ver linhas 3, 4 7 e 20 do Anexo II.

[41] Para as características das publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), VER: OLIVEIRA, Maria Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009; GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *In: Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 1: 5-27, 1988.

morte. As negociações foram lideradas por sua filha, Manoela Luísa Osório Mascarenhas, entre 1911 e 1923.[42]

O jogo de tensão entre memória e esquecimento traduziu-se na principal dificuldade dos projetos de memória sobre Manoel Luís Osório.[43] Em outras palavras, os projetos de memória ficaram marcados, entre outros aspectos, pela seleção dos elementos que deveriam compor a imagem desse personagem, mas também pelos aspectos que deveriam ser esquecidos. A respeito disso, vale considerar que o próprio general Osório, ainda em vida, procurou reunir documentos, rememorar passagens de conflitos entre familiares e amigos próximos, sempre preocupado em transmitir a posteriori a sua visão sobre as forças militares das quais fez parte e os conflitos nos quais participou ao longo do século XIX. Isso resultou exatamente na escrita das primeiras "notas históricas" sobre Manoel Luís Osório, em 1872, cujo exemplar foi escrito à mão por Antônio Eleutério de Camargo, amigo e compadre de Manoel Luís Osório, com quem por diversas vezes trocou cartas descrevendo sua participação nos eventos-chave de sua trajetória. No entanto, a obra não foi publicada, sendo depois recuperada pelo setor de manuscritos da Biblioteca Nacional.[44]

Em 1877, de autoria de Juvêncio Thomaz Aquino, com edição feita pela Tipografia Nacional, com sede no Rio de Janeiro, houve a publicação da primeira biografia de Manoel Luís Osório, intitulada: *Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório*. Segundo os *Anais da Biblioteca Nacional*, o autor era um dos proprietários do periódico *Brazil Litterário,* na década de 1860. O texto, que era também uma espécie de homenagem "à bravura do general Osório", foi preparado para uma comunicação em um evento promovido na ocasião da posse de Manoel Luís Osório à cadeira do Senado Imperial, no Rio de Janeiro. A chegada de Osório à Corte, em abril de 1877, foi divulgada em diferentes periódicos, e um cotidiano de festas e de homenagens cercaram o início de sua vida na capital do Império.[45]

O texto que Juvêncio escreveu tinha a função de servir como síntese de seus feitos "heroicos", isto é, uma rápida apresentação das características pessoais de Osório, seguida

---

[42] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Arquivo General Osório*. Série: Documentos Pessoais. Ata do dia 02 de dezembro de 1916, Rio de Janeiro (RJ). Notação Final: DL225.030).
[43] RICOEUR. P. *A memória, a história e o esquecimento*. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
[44] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas históricas e biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval.* In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.
[45] AQUINO, Juvêncio Tomaz de. "*Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório"*. Tip. Nacional. Rio de Janeiro, 1877.

de seu perfil profissional. O destaque dessa "montagem" foi oferecido à sua dedicação às armas do Império, que, para o autor, ficou marcado pelo alto nível de patriotismo em suas ações no teatro da guerra, muitas vezes, colocando-se em risco para manter a unidade e a "integridade da nação". Ou seja, as vontades e os desejos pessoais de Manoel Luís nesta montagem, não apareceram.[46]

Alguns aspectos acabaram atuando de forma complementar na formação da memória de Osório: a ampla cobertura de sua atuação militar e a condição "naturalizada" com que os textos descreveram sua atuação política. Além disso, a concentração das narrativas no espírito patriótico de Osório, cuja justificativa para essa interpretação baseava-se ora na decisão de seguir carreira militar diante dos conflitos de independência, ora no seu desempenho frente os inimigos externos. Por diversos momentos, são reivindicados elogios à sua bravura nos campos de batalha e à sua "paixão" pela nação, na consolidação da "soberania nacional".[47] Os interesses pessoais de Osório, portanto, foram narrados como se fossem semelhantes e/ou convergentes aos caminhos do Império do Brasil, ou seja, seus anseios, suas dúvidas e seus desejos, características inerentemente humanas, foram negligenciadas nessa narrativa. Ainda assim, o texto de Juvêncio Aquino, talvez por ser o primeiro a ter sido publicado, inspirou a elaboração de outras biografias, que partiram de elementos semelhantes aos quais ele observou.

Enquanto a primeira biografia publicada foi escrita em um momento de comemoração, a chegada do senador Manoel Luís Osório à Corte, o segundo texto biográfico foi publicado dias após Osório falecer, em outubro de 1879. Era um verdadeiro necrológio oferecido a um general que se dedicou aos serviços do Estado imperial. Os aspectos destacados nos "necrológios de notáveis", como observou Armelle Enders, "são facilmente reciclados em biografias de homens ilustres". Para o autor, memorizar os feitos desses indivíduos, "grandes homens" do passado nacional, tornou-se um "empreendimento de reconciliação das elites nacionais".[48] Esses empreendimentos tinham como finalidade celebrar a pátria e o Império por meio de seus "ilustres" representantes.

---

[46] AQUINO, Juvêncio Tomaz de. "*Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório"*. Tip. Nacional. Rio de Janeiro, 1877, p.5.
[47] SOARES, Ehiene Cristina Moura Costa. *General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930).* Dissertação de Mestrado em História, Seropédica-RJ: UFRRJ, 2012, p.69.
[48] ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro": a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000, p.47.

Escrito por Luis Francisco da Veiga, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), o texto intitulava-se: *Elogio Histórico do general Manuel Luis Osorio, marques do Herval*.[49] Veiga argumentava que o nome de Manoel Luís Osório deveria ser incluído dentre os membros do IHGB, uma vez que ele era representante de outra "categoria de historiador": dos que fizeram "a verdadeira história". Essa expressão ambígua buscava fazer referência e, simultaneamente, diferenciar aqueles indivíduos que redigiam a história, os "historiadores de pena", daqueles que faziam de suas próprias ações "páginas admiráveis da história deste país".[50]

Com isso, Francisco da Veiga chamava a atenção para a existência de dois tipos de historiadores no século XIX e revelava, em parte, uma concepção historiográfica corrente no período. Osório era um "historiador" ou um "agente da história" que escrevia através de suas ações práticas no tempo. Desse modo, coube a ele fazer "a história do Brasil na condição de agente heroico dos acontecimentos".[51] Mesmo após a morte de Manoel Luís Osório houve a tentativa de sua inclusão entre os sócios do IHGB. Essa era a proposta defendida por Francisco da Veiga, autor do texto biográfico. Contudo, não obteve parecer favorável, pois, "certas condições individuais, e certas formalidades" do próprio estatuto de sócios do IHGB, impediam a sua inclusão póstuma.[52]

No mês seguinte, no dia 7 de novembro 1879, outra publicação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) dedicou-se a abordar a vida do "ilustre general". O texto chamava-se *Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval*, cujo autor era Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello. Também sócio do IHGB, era ele um velho conhecido de Osório, pois, quando Homem de Mello esteve no exercício da Presidência da Província do Rio Grande de São Pedro (1867-1868), atuou junto a Manoel Luís – então barão do Herval e comandante interino das Armas do Rio Grande do Sul – na organização do 3º Corpo do Exército, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Em sua narrativa, representou a memória de Osório

---

[49] VEIGA, Luis Francisco da. *"Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".* RIHGB, Rio de Janeiro, T. 42, 1879.

[50] VEIGA, Luis Francisco da. *"Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".* RIHGB, Rio de Janeiro, T.42, 1879, p. 264.

[51]OLIVEIRA, Maria Glória da. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009, p.171.

[52] AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. "Parecer da comissão de estatutos e redação da revista acerca da inclusão do marquês do Herval, depois de falecido, entre os sócios do IHGB". RIHGB, Rio de Janeiro, T. 42, 1879, p.275-276.

como um militar cuja vocação era natural, apesar de ter seguido essa atividade apenas por insistência de seu pai. Era visto como um homem dedicado ao serviço militar e extremamente preocupado com os interesses da pátria.[53]

A estrutura do texto de Francisco Homem de Mello assemelhava-se às dos anteriores. A primeiras tentativas de edificar uma memória ao general Osório, escritas no período imperial, observaram no patriotismo um ponto comum em sua trajetória. Em outras palavras, Manoel Luís Osório foi feito de espelho à "pátria" e à "nação", por meio dele foram valorizados êxitos, glórias e heroísmos de um passado ufanista da história nacional. A escrita de sua trajetória serviu para ilustrar a construção de um dos pilares de sustentação dos Estados Nacionais modernos, isto é, o Exército. No século XIX, a escrita da história se tornou um aspecto significativo para a consolidação simbólica do Estado. A elaboração de significados e de discursos sobre os sujeitos e os eventos a serem valorizados, imortalizados no imaginário da população, seria permeados por embates.[54] Esses traços, de certo modo, mantiveram-se em outras representações biográficas subsequentes.

As primeiras biografias escritas sobre Osório, ainda no século XIX, tiveram por característica enaltecer concepções elogiosas que valorizassem seu histórico nas campanhas militares. A primeira fase de elaboração de significados para a vida de Manoel Luís Osório ficou marcada pela ausência de um projeto maior, que pudesse sintetizar seu perfil. Essa tarefa caberia a integrantes da família do velho general Osório, que assumiram a responsabilidade pela manutenção de sua memória, desde o processo de preservação do acervo documental até a organização de dois livros biográficos.[55]

O primeiro volume foi publicado em 1894, de autoria de Fernando Luís Osório, filho primogênito do biografado. O segundo volume, publicado em 1915, teve autoria compartilhada entre Joaquim Luís Osório e Fernando Luís Osório Filho (netos do biografado, filhos de Fernando Luís). Os livros escritos por seus herdeiros ficaram marcados pela tentativa de eternizar os feitos "heroicos" de Manoel Luís Osório.

A publicação do primeiro volume, que foi organizada pela tipografia G. Leuzinger & Filhos, na cidade do Rio de Janeiro, foi lançada no dia 12 de novembro de 1894, no

[53] MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. "Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval". RIHGB, Rio de Janeiro, T. 64, v. 104, p. 87-89, 1901.
[54] CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
[55] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894; OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Pelotas: Tipografia do Diário Popular, v.2, 1915.

mesmo dia da inauguração da estátua equestre em homenagem também a Manoel Luís Osório, na Praça XV de Novembro, no Centro do Rio de Janeiro. O livro inicia com uma breve descrição da chegada da família Osório ao Rio Grande do Sul do século XVIII e termina no começo da década de 1860. Após a morte de Fernando Luís, em 1896, o segundo volume da biografia teve de ser concluído pelas mãos dos netos do general Osório, Joaquim Luís Osório e Fernando Luís Osório Filho.[56]

No segundo livro, publicado em 1915 pela tipografia do *Diário Popular*, em Pelotas, mantiveram-se as mesmas características laudatórias do anterior, com mais de 800 páginas dedicadas a narrar os acontecimentos da vida de Osório. A história contada no segundo volume começa pelo ano de 1863, quando o então brigadeiro Manoel Luís Osório ocupava o comando da fronteira de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e vai até as últimas homenagens oferecidas ao general Osório, em razão de sua morte, em 4 de outubro, no Rio de Janeiro.[57]

A família buscou escrever a biografia com base nos relatos transmitidos por Manoel Osório, através da oralidade, mas também se utilizou, segundo os biógrafos, de consultas ao "arquivo particular" do biografado, que era "um repositório considerável de documentos relativos às campanhas militares, aos seus trabalhos políticos, às suas relações privadas". As "relações privadas" de Osório também foram consultadas quando houve dúvidas sobre algum episódio de sua vida.[58]

Nos dois volumes dessa história, os autores conseguiram emoldurar a narrativa biográfica de Manoel Luís Osório, forjando a sua imagem, uma vez que a estrutura proposta nas biografias, assim como a visão estabelecida sobre seu passado, repetiu-se posteriormente em outros escritos biográficos. Poucas foram as exceções que apresentaram alguma informação e/ou interpretação inédita. Essas repetições de elementos narrativos em outros projetos biográficos poderiam indicar o quão efetiva foi a criação dessa memória. Outras pesquisas encontraram elementos semelhantes no exame sobre a escrita biográfica oitocentista, como foi o caso de Adriana Barreto de Souza em relação ao duque de Caxias. A origem discursiva sobre esse personagem ocorreu através dos escritos de Joaquim Pinto de Campos, *Vida do grande cidadão brasileiro.* Para Souza,

[56] A obra é continuada pelos netos de Manoel Luís, devido à morte de seu filho Fernando Luís Osório, em 26 de novembro 1896.
[57] OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.
[58] OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.XIV-XV.

"a aceitação dessa montagem depende dos elementos que são levados em conta na sua composição. Há aí um jogo que lembra, mas que também institui silêncios, formando uma espécie de matriz discursiva."[59]

A fase que apareceu com maior frequência na escrita realizada pela família Osório "coincidiu" com a ascensão de suas "bem-sucedidas" tomadas de decisão. O momento-chave para a ascensão de sua "individualidade" foi quando, aos 27 anos de idade, em 1835, obteve sucessos na carreira militar, quando teve início a Revolta Farroupilha. Os biógrafos ressaltaram o "valor" e a "honra" de Osório, como homem e militar que abdicou de sua "ideologia republicana" para lutar ao lado das armas imperiais, contra seus conterrâneos do Sul. No primeiro volume da biografia, Fernando Luís empregou 162 páginas para narrar a atuação de Manoel Luís Osório durante os quase 10 anos de conflito entre forças imperiais e tropas farroupilhas. Dos 28 capítulos, 7 foram dedicados a esse conflito.[60]

A partir dessa escrita biográfica, Fernando Luís Osório conseguiu projetar seu nome em círculos políticos e sociais restritos. A publicação da biografia também lhe garantiu outro passaporte, o de admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sendo assim, a concepção historiográfica que Fernando Luís Osório e grande parte de seus colegas do IHGB compartilhavam entre si tinha como propósito identificar e até mesmo comprovar que "um herói foi de fato um herói, ou que um santo foi de fato um santo". Em outros termos, as biografias buscavam subtrair e/ou reduzir vestígios do passado que, por alguma razão, pudessem interferir em tais afirmações. Como chamou a atenção Isabel Lustosa, essa historiografia – "a chamada história oficial" – promoveu tais considerações por razões próprias ou por exigência do Estado. Ainda no século XIX, buscaram criar uma agenda voltada para uma história brasileira que valorizasse os "vultos pátrios".[61]

No início da década de 1930, a publicação de outro texto biográfico acabou reproduzindo a versão criada pela família Osório. Em 1934, Gustavo Barroso publicou o livro: *Osório, o Centauro dos Pampas.*[62] Em 214 páginas, o autor buscou conectar a história militar à história nacional e, assim, posicionou Manoel Luís como "herói"

[59] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.32.
[60] LAMB, Nayara Emerick. *História de Farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista.* Dissertação de Mestrado em História, UERJ-IFCH, Rio de Janeiro, 2012, p.74.
[61] LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.21-22.
[62] BARROSO, Gustavo. *Osório, o Centauro dos Pampas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1934.

unificador da nação. A identificação com a figura mitológica do *Centauro* não foi escolhida sem propósito. Na mitologia grega, o centauro era uma figura que possuía face, tronco e membros superiores de um humano, e as pernas de um equino. A ideia do autor era fazer uma alusão ao cavaleiro habilidoso e incansável que descreveu em seu livro, assim, enaltecendo a arma de atuação do biografado, a cavalaria, mas principalmente fazendo aparecer "um tipo gaúcho" que seria moldado "nas lides campeiras e na guerra",[63] o mito do "centauro dos pampas". Uma "espécie única", que, por ser "afeito às lides com o gado e às armas, já que lutava contra a barbárie caudilhesca platina", desconhecia as disputas políticas internas.[64]

Na visão de Barroso, a atuação política de Osório ficou praticamente resumida ao cargo de senador. Ele apareceu somente nas últimas páginas do texto, ainda assim, sem a devida importância. A chegada de Osório ao Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1877, ganhou destaque na biografia escrita por Barroso. Uma "verdadeira apoteose" tomou as ruas da cidade, segundo ele: "o povo desatrelou os cavalos do carro e puxou-o pelas ruas, entre ovações e chuvas de flores". Na sequência, "as músicas tocavam marchas militares e o então marquês do Herval sorria contente". Ou seja, certamente o foco de Barroso não era destacar a atuação política de Osório, mas sim salientar o seu regozijo entre populares nas ruas da Corte. A maneira como Osório fazia política no século XIX não mereceu destaque nessa narrativa, pois o texto de Barroso se destacou por conectar as forças armadas à sociedade civil, salientando valores como a hierarquia e a "legalidade", assim como o "afastamento da política".[65]

A utilização de uma linguagem direta, que aproximava o leitor da cena que buscava recompor, foi uma estratégia textual utilizada por Barroso. Na realidade, seu texto teve ampla inspiração nos dois livros biográficos escritos pela família Osório, contudo, Barroso quase não menciona a atuação política de Manoel Luís. Vale destacar que o texto não foi resultado de uma investigação empírica, deixando diversas lacunas em relação à dedicação de Osório às eleições gerais e provinciais.

O livro de Barroso foi bastante difundido, contribuindo para reforçar uma interpretação peculiar sobre Osório. Em seu relato sobre os acontecimentos da vida de Manoel Luís Osório, Barroso buscou suavizar os acontecimentos do passado, criando

[63] MURARI, Luciana. "Um eugênico, enfim": o gaúcho como tipo antropológico na literatura e no discurso social brasileiro. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.16, n.21, p.596-615, 2015.
[64] URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p.130.
[65] CASTRO, Celso. "Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, nº25, 2000, p.107.

uma espécie de espelho ao presente. Na realidade, a narrativa aproximava-se de uma epopeia literária de natureza cavalheiresca, pois os cenários dos diálogos entre personagens, embora transcritos das biografias escritas pela família Osório, eram construídos como base em sua própria imaginação. O fundamental na montagem oferecida por Barroso da vida de Manoel Luís Osório foi criar uma identificação por meio da "exemplificação e afirmação da autoconsciência de um grupo social". Ou seja, o que estava sendo representado era um princípio, uma ideia cercada de certos compromissos.[66]

Apesar de não ser militar, Gustavo Barroso atuou como um porta-voz do Exército. De acordo com Erika Cerqueira, que, em sua tese de doutorado, analisou a escrita de Barroso, as relações que o autor manteve com a Biblioteca do Exército eram de "longa data e foram especialmente fortalecidas ao longo da década de 1950".[67] As narrativas biográficas tiveram em comum o uso político do passado de Manoel Luís Osório, cujo destaque principal foi a tentativa de acessar a memória por meio do afeto.

Os livros escritos pelos descendentes de Osório narraram sua vida a partir de elementos retratados pelo próprio biografado, através da oralidade e da análise de documentos privados. Houve interesse por suas preocupações e desejos intrínsecos, isto é, a intimidade de Manoel Luís Osório. Enquanto a obra de Barroso, além de ter fortes inspirações nos dois volumes da *História do General Osório*, também procurou, por meio de "uma pedagogia da história pelo afeto", construir o personagem.[68] O culto oferecido por Barroso às individualidades de Manoel Luís Osório, entendendo-o como um "grande homem", avesso às "paixões políticas", foi apenas o caminho pelo qual buscou transmitir à sociedade os novos "valores" e virtudes" que surgiam. O espelho que projetou à nação, dessa maneira, teria de refletir as imagens emolduradas de Manoel Luís Osório.

Naquele momento, as diversas rebeliões, levantes, revoltas e motins tenentistas ajudaram na fragmentação da ordem interna do país e no interior das forças armadas. A experiência do mundo da caserna mostrou aos escritores dedicados à temática militar da década de 1920, em especial os adeptos das ideias conservadoras, que era preciso modificar os elementos simbólicos e a própria lógica que regia as estruturas das instituições. Nesse período, novas configurações foram movimentadas no Exército. As

[66] DOSSE, François. O desafio biográfico – escrever uma vida. SP: Edusp, 2009, p.152.
[67] CERQUEIRA, Erika Morais. *Uma pedagogia da história pelo afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado.* Tese Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, FFCH, 2020, p.254.
[68] Idem.

mudanças no campo simbólico tinham a intenção de promover maior integridade política entre os militares.

Um novo "modelo de militar" tinha surgido para servir de inspiração à sociedade política. Com isso, os olhares da caserna voltaram-se para um perfil que havia defendido a unidade interna e a ordem social. Conforme Celso Castro, foi na conjuntura de 1820 que ocorreu a substituição de Manoel Luís Osório por Luís Alves de Lima e Silva como símbolo maior do Exército. Nessa perspectiva, escritores como Gustavo Barroso, estreitamente associados ao discurso conversador, também contribuíram no processo que identificou Caxias (líder conservador no Império) como patrono do exército.[69]

A partir de então, embora não tenha acontecido uma "queda" acentuada do "prestígio de Osório", uma vez que ele seguiu sendo cultuado dentro da caserna e também pela sociedade civil, seu nome foi "rebaixado" do ponto de vista da importância simbólica que, a partir de então, Caxias assumia dentro do Exército.[70] A Manoel Luís Osório, dentro dessa nova configuração simbólica, coube o título de patrono da arma de cavalaria.

Contudo, vale destacar que, durante o século XX, a memória de Osório continuou gerando representações biográficas.[71] Isso sugere que a sua memória e a sua identidade permaneceram em constante revisão. Ao percorrer esses estudos biográficos, pode-se entender que a trajetória do general Osório se tornou conhecida por meio de textos biográficos e projetos de memória que procuraram impor a seus contemporâneos e às gerações futuras uma imagem heroicizada desse general.

A falta de estudos sistemáticos sobre a temática militar difundiu um senso comum histórico que continua a estruturar as reflexões sobre a atuação de Manoel Luís Osório em materiais didáticos e textos acadêmicos. Em consequência disso, Osório segue sendo visto como um militar avesso às paixões políticas, um "herói" incansável e que, montado em seu cavalo" e "com a espada em riste", estaria sempre disposto a toda sorte de esforços para manter a integridade do território brasileiro. Essa, porém, é uma visão anacrônica em relação ao seu perfil militar. Como será mostrado ao longo da tese, sua trajetória foi cercada de indecisões e de incertezas tanto na esfera política quanto do ponto de vista militar. Portanto, o estudo de sua trajetória pode ser uma forma de indagar sobre a

[69] CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p.15.
[70] COSTA, Cláudio da Silva. O Caxias do Pantheon: As Trajetórias do Mito como Efeito Simbólico. *Revista Brasileira de História Militar (RBHM)*. Rio de Janeiro, Ano XII, Nº 30, novembro de 2021, p.77.
[71] Ver Anexo II.

complexidade do passado, entendendo-o como uma brecha para o estudo de instituições ainda em formação, em uma região fronteiriça marcada por conflitos bélicos.[72]

O Exército Imperial e a Fronteira do Rio Grande do Sul

O processo de gestação da história militar no Brasil acompanhou a consolidação do Exército enquanto força institucional. As construções textuais produzidas pela caserna, em grande parte, seguiram uma estrutura em comum. "O que é atualmente visto como a história militar tradicional – os estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas – apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos 1890".[73] Os autores que tiveram destaque no início da historiografia militar brasileira estavam amplamente identificados com a estrutura militar. Muitos deles, inclusive, "receberam apoio institucional do Exército", em seus empreendimentos textuais. Em geral, eram oficiais das forças armadas que passaram a dedicar espaço de atuação à escrita de memórias das campanhas militares.[74]

Na historiografia acadêmica, estudos relacionados ao mundo das armas, da guerra, de conflitos e de seus agentes – comandantes ou soldados –, tornaram-se mais frequentes com o processo de expansão das universidades e dos programas de pós-graduação, assim como o próprio desenvolvimento do ofício. Em contrapartida, esse período coincidiu com o avanço da ditadura militar de 1964-1985. Isso implicou em consequências diretas sobre, por exemplo, o entendimento da construção do Estado nacional brasileiro, compreendido como um processo pacífico, com ausência de conflitos, violências e guerras. Em parte, esse senso comum histórico se estabeleceu sob a justificativa da inexistência de uma grande guerra de independência, cujos valores pátrios teriam sido postos à prova. Essa interpretação, entretanto, passou a ser amplamente questionada, com a consolidação de um novo campo historiográfico: a *Nova História Militar*. Novos debates e abordagens das fontes e dos objetos de estudo salientaram que, durante o século XIX, o território brasileiro foi cenário de intensas batalhas fronteiriças, guerras-civis e rebeliões sociais.

Em outros termos, tais estudos demonstraram como existiram diferentes tensões sociais, resistências e conflitos diplomáticos que impactaram a vida política imperial. Isso

[72] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.32.
[73] CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p.13.
[74] Idem, p.13-15.

implicou no manejo de estratégias relacionais, por parte do governo imperial, na busca de manter as dinâmicas existente entre o mundo da Corte e das províncias.[75]

A *Nova História Militar* e a sua intersecção com a História Social e Política, em certa medida, proporcionaram uma renovação do interesse do meio acadêmico pelo estudo das forças armadas. As abordagens passaram a ser mais flexíveis e menos deterministas, sendo possível entender as guerras, por exemplo, como privilegiados objetos de estudo, sendo a sua compreensão fundamental para avaliar questões mais gerais, para além do estudo de aspectos estritamente militares. Por exemplo, identificar e avaliar os gastos públicos destinados à defesa e à segurança nacional em contexto de conflito. Ou ainda, partir da trajetória de um militar e, através dessa vida, entender as capacidades e os limites da intervenção do Estado face às dinâmicas políticas regionais e locais.[76]

No Rio Grande do Sul, as forças militares fizeram parte do cotidiano da ocupação portuguesa. A estruturação de uma política militar fez parte da vida dessas populações. As longas extensões territoriais, em uma fronteira ainda não definida proporcionou disputas intensas pelo controle de recursos econômicos como terras e gado. Através de enfrentamentos bélicos ao longo do século XVIII e XIX, com a presença da própria população civil como linha de defesa, foi que o território sul-rio-grandense se consolidou. "As ameaças de invasões externas, o incentivo e a presença das organizações militares fizeram a população gaúcha se organizar para defenderem-se, ao mesmo tempo que se mantinha a presença lusitana na região".[77]

Entretanto, fundamental atentar para os anacronismos, isto é, não projetar questões próprias de um momento histórico à outra temporalidade. Neste caso, não é indicado atribuir valores nacionais e/ou nacionalistas a uma dinâmica política da qual esses termos ainda não faziam parte.

> As historiografias brasileira, argentina e uruguaia da primeira metade do século XX foram marcadas em grande medida, pelo nacionalismo. Os trabalhos acerca de temas coloniais foram produzidos da primeira metade dos 1900 em diante sob a forma de narrativas factuais cronológicas, nas quais a preocupação com a historicização da pátria através do resgate de acontecimentos de um tempo imemorial foi uma constante. Assim, a representação da história colonial, anterior à formação do Estado-Nação (período colonial), assume, no trabalho de muitos historiadores tradicionais, um sentido predeterminado a

[75] Ibidem.
[76] Ibidem, p.24-27.
[77] RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os Milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, PUC-RS, Porto Alegre, 2001, p.35.

> ajustar-se às fronteiras políticas do país, ao mesmo tempo em que se descrevia a heroicidade dos antepassados.[78]

Essa historiografia "nacionalista" descrita acima por Fabrício Prado, esteve alicerçada em uma concepção político-administrativa definida pelo controle do território. Como o autor mencionou, é preciso analisar a fronteira meridional de maneira mais complexa e heterogênea: deixando de se restringir somente aos movimentos de recuo e de progressão de seus domínios geopolíticos. O espaço fronteiriço no período colonial, compreendido como território de conflitos e de tensões de ambos os lados, entre as possessões dos Impérios de Portugal e da Espanha, deve ser analisado também com base em outros parâmetros. Esses territórios e, mesmo os Estados nacionais, ainda não tinham definição de suas fronteiras no século XVIII. Homens e mulheres que participaram de períodos de confrontos e de tréguas entre os exércitos de Portugal e Espanha na região do Prata, agiam de acordo com a noção de nacionalidade ampla, distinta da concepção atual.[79]

Isso quer dizer que as motivações encontradas para a proteção dessas regiões, para mobilizar "homens em armas", tinha relação com outros aspectos, além das nacionalidades dessas famílias fronteiriças. Nessa esteira, as pesquisas sobre o mundo fronteiriço nos últimos anos buscaram consolidar também a ideia de não redução das dinâmicas desse espaço somente a eventos bélicos.[80] Esse território poderia assumir variados sentidos para as pessoas, uma "fronteira dinâmica" com ampla circulação de mercadorias, de pessoas e de ideias. Uma "fronteira viva" que, no caso do Império português, definiu o processo de ocupação a partir da política de doação de sesmarias pela Coroa. Essas grandiosas propriedades de terra – que depois dariam origem às estâncias – deveriam ser mantidas por seus donatários, mediante a exploração do trabalho escravo, para retirar os recursos comerciais da região que, em grande parte, eram formados por rebanhos de animais que se alimentavam do lado rio-grandense, mas em outras acabavam por invadir as pastagens dos fartos campos da Cisplatina (Estado Oriental do Uruguai).

Para a historiadora Mariana Thompson Flores, essa dinâmica consolidou nessa região limítrofe uma "elite estancieira guerreira", cuja definição da origem nacional "se colocavam, ou eram suprimidas, em determinadas situações, sendo manejadas à medida

---

[78] PRADO, Fabrício Pereira. *A colônia de sacramento: o extremo sul da américa portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.
[79] KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2002, p.26.
[80] MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. [E-book], 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2013.

que se faziam necessário". Apesar de apresentarem considerável poder de articulação, "essa elite rural" não pode ser entendida como uníssona e/ou uniforme. Nem sempre possuíam interesses convergentes, todavia, "em função de sua condição fronteiriça, sempre desfrutou de certa autonomia política tendo, muitas vezes, ido de encontro aos interesses do poder central imperial". Uma "fronteira manejada" afiançada por relacionamentos dos dois lados da fronteira, na medida que atuando "de forma autárquica e ininterruptamente nas guerras da fronteira lhes abria a possibilidade de estabelecerem diversas alianças políticas".[81]

Durante décadas existiu certo consenso historiográfico de que os comandantes militares de fronteira destacados na região sul da América portuguesa estariam vinculados à elite agrária, isto é, aos setores economicamente privilegiados daquela sociedade. É preciso considerar que: "nem todo abastado senhor de Fronteira era também uma autoridade militar. Muitos deles jamais ocuparam qualquer posto nas forças marciais".[82] Como será visto ao longo da tese, Manoel Luís Osório e seu pai reuniram essas duas configurações, foram "estancieiros-militares" do Rio Grande do Sul, muito embora, como dito acima, essa categoria não tenha sido entendida neste trabalho de modo homogênea ou generalizante. O significado social desses indivíduos estava muito longe do exercício de uma "vida militar", voltada unicamente à atividade "profissional", ou seja, a exemplo de grande parte das forças militares do Brasil no século XIX, esses "militares" não eram "funcionários de um exército moderno". Em outros termos, a formação de oficiais militares do Exército brasileiro na primeira metade do oitocentos não era a de um "guerreiro profissional".[83]

A ascensão aos postos superiores assim como ao generalato, até o final da década de 1830, poderia ocorrer "independente da demonstração de qualquer tipo de habilidade específica formalmente adquirida".[84] De acordo com Adriana Barreto de Souza, "o oficial, nesse período, se formava ao 'arriscar a sua vida dormindo em barracas e comendo

[81] FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864).* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007, p.44-45.
[82] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.168-169.
[83] "A profissão de militar simplesmente não existia" e somente "a emergência de um corpo de oficiais profissional criou a moderna questão das relações entre civis e militares". Ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Apud. HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the state*. Nova York: Vintage Books, 1957, p.28-29.
[84] SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p.61-62;

a rude ração dos soldados', costume que, sem dúvida, lembra as antigas tradições que estruturavam o perfil de um militar".[85]

Na década de 1830, quando Manoel Luís Osório tornou-se estanceiro, proprietário de terras, de animais de criação e de pessoas escravizadas, com pouco mais de 20 anos, ainda detinha pouco prestígio nas forças militares. Já havia acumulado duas campanhas militares, a movimentação militar na Província de Cisplatina durante a Independência do Brasil (1823-1824) e a Guerra Cisplatina (1825-1828), que lhe rendeu a patente militar de tenente da 1ª linha do Exército. Contudo, é possível afirmar que a sua condição de estancieiro na região de fronteira o colocou em situação privilegiada em relação a grande parte de seus camaradas dos campos de batalha. É possível que tenha se valido desta condição para estabelecer relações (horizontais e verticais) complexas, usando do capital econômico em benefício de sua ascensão militar e política.[86]

Em outros termos, a historiografia mostrou que os senhores da guerra eram donos de grandes extensões de terra e de muitos animais que lideravam homens nos campos de batalha, "contando para isso com seus familiares como capitães e tenentes". Na prática de suas funções, tinham de considerar "uma série de obrigações, de prestações de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos".[87] Esse mosaico de relacionamentos sugere que, a ação em tempo de conflitos não estava somente atrelada a composição de forças militares, mas a de "liderar homens com auxílio de irmãos, primos, cunhados e tios". Os comandantes eram apenas uma ínfima parte da elite fronteiriça que disputavam os postos de comando, que de modo incessante "rivalizavam entre si e tentavam manter 'subordinados ao seu lado".[88]

Enquanto para as pretensões do governo luso-brasileiro, os conflitos na fronteira desse território assumiam contornos diplomáticos e geopolíticos decisivos, para os comandantes de tropas do Rio Grande do Sul, talvez, fosse a chance de conquistar expressão individual e de receber os benefícios de servir à sua majestade.[89] Para isso, os

---

[85] Idem.
[86]MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p.102.
[87] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.168-169.
[88] MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p.102.
[89] COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade. In: MUGGE, Miquéias Henrique; COMISSOLI, Adriano (Org). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX*. 2ª Ed. São Leopoldo: Oikos, 2013, p.18.

chefes militares, que também poderiam ser estancieiros, acionavam seus aliados chamando para si "compromissos e expectativas dos subalternos que lhes emprestavam legitimidade social".[90]

Ao longo do século XVIII e, ao menos, até as três primeiras décadas do século XIX, as forças militares no território brasileiro estiveram divididas em três formações, admitindo diferentes perfis entre seus representantes. As tropas de linha, também chamadas de forças de 1ª linha, regulares e/ou pagas formavam contingentes semelhantes ao que atualmente se conhece por exército profissional, com seus efetivos em constante serviço. Entretanto, salienta-se que tais forças eram integradas por "mercenários, isto é, homens que tinham nas atividades referentes à guerra seu sustento e para isso recebiam soldos". Certas vezes, arregimentavam-se de livre espontânea vontade, porém, na maior parte dos casos eram submetidos ao recrutamento forçado e/ou por alguma condenação (degredo).

As forças de 2ª linha – Terços de Auxiliares, que depois foram transformadas em Milícias a partir de 1796 – formadas por moradores locais que ofereciam serviço de apoio às tropas de 1ª linha, porém não eram remunerados e, muitas vezes, atuavam com seus próprios recursos. Por último as tropas de 3ª linha que correspondiam as Ordenanças, cuja função era semelhante às Milícias, forças de 2ª linha, mas integradas por indivíduos que não eram admitidos nestas por diferentes razões. "A diferença é que os membros das Ordenanças não podiam ser mobilizados para além dos limites de seu termo de moradia, enquanto as Milícias o podiam".[91]

Essa configuração das forças militares luso-brasileiras foi foco de tensão social e política, sempre que necessário fosse arregimentar homens em armas. Daí a necessidade de procurar estabelecer uma rede política que tivesse a capacidade de intervir, por exemplo, no recrutamento para as forças de primeira linha, sempre o processo mais temido pela população em decorrência de sua violência.[92] Sem dúvida, as forças de 2ª e 3ª linha eram mais desejadas ou menos temidas do que as forças regulares.

Durante o processo de Independência do Brasil, o Exército brasileiro ainda apresentava em sua maioria quadros de oficiais generais formados predominantemente

[90] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.169.
[91] COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade. In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. (Orgs.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX*. [E-book], 2ª Ed. São Leopoldo: Oikos, 2013, p.18-19.
[92] Idem.

por portugueses.[93] Grande parte desses homens tiveram uma difícil escolha para os enfrentamentos que ocorreram em diferentes localidades do território brasileiro. As opções que os cercavam eram: lutar pela restauração da monarquia portuguesa ou apostar na consolidação de uma recém-nascida nação. Na Cisplatina, um dos locais que tiveram grandes movimentações de tropas durante esse processo, foi onde Manoel Luís Osório encontrou seu "batismo de fogo". Após insistência do pai – o então major Manoel Luís da Silva Borges – o jovem Manoel Luís foi convencido a integrar uma tropa de cavalaria miliciana.

Após o processo da independência, as forças de defesa não foram necessariamente reordenadas em seus antigos regimentos. Com isso, em 1831, foi estimada uma redução do efetivo do Exército de 30.000 para 14.342 homens.[94] A partir de então, as armas do Império do Brasil ficaram divididas entre efetivos de 1ª linha, batalhões e companhias do Exército e os efetivos da Guarda Nacional. As Milícias e Ordenanças foram extintas, com a criação da Guarda Nacional, em 1831, como um reflexo da estratégia que teve como propósito central: retirar o poder militar de pretos, pardos e brancos pobres cada vez mais presentes naquelas forças.[95]

Nessa transformação dos efetivos militares, contudo, foram mantidas as raízes hierárquicas do modelo administrativo português, isto é, o sistema de defesa interno e externo, bem como a administração da coerção física permaneciam submetidos ao controle das elites provinciais e locais. Esses indivíduos, "leais" representantes do Império, eram escolhidos pela Coroa dentre os círculos sociais de maior prestígio. Os fatores preponderantes variavam entre a "qualidade" da ascendência familiar e/ou a "quantidade" de bens materiais disponíveis. No caso da Guarda Nacional sua expressão de poder local estava justamente alicerçada na renda dos indivíduos e na subordinação aos juízes de paz, integrantes da burocracia imperial, geralmente magistrados leigos e eleitos na esfera local. Após a década de 1850, em todo o Império, o seu controle passou aos presidentes da província, cuja representação era escolhida pelo imperador. Uma

[93] SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894).* São Paulo, Edusp, 1994.
[94] SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.129-130.
[95] RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os Milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, PUC-RS, Porto Alegre, 2001, p.42-43.

tentativa de controlar a insubordinação dessas tropas, após a experiência das revoltas regenciais.[96]

Vale destacar, porém, que essas dinâmicas de ordenamento das forças militares sofreram mudanças também em nível local, isto é, a depender das dinâmicas de cada província. No caso do Rio Grande do Sul, uma província de fronteira, implica considerar que as forças de 2ª linha, com certa frequência, foram destacadas para comporem fileiras junto ao Exército regular, quando passavam a ter os mesmos direitos que essas forças, isto é, fardamento, soldo e gratificações etc. Diferentemente de outras províncias, cujo processo de qualificação para a Guarda Nacional praticamente isentava a participação dos indivíduos no Exército de linha,[97] as constantes guerras no Rio Grande do Sul implicavam no alistamento de guardas junto aos efetivos regulares, sendo que, muitas vezes, "estar nas listas de qualificados significava marchar à guerra quase que imediatamente".[98]

Manoel Luís Osório começou sua atuação em uma companhia de Milícia, em 1823, assentando praça depois no Exército de 1ª linha. Na década de 1830, porém, acabou atuando também na Guarda Nacional, em período bastante crítico para as forças militares da província. Para ajudar a conter os rebeldes farroupilhas, ele chegou a acumular duas patentes, na Guarda Nacional e no Exército.[99] Segundo Jonas Vargas, essa composição de funções não seria algo tão incomum para o período e, sobretudo, para aquela província fronteiriça e belicosa.[100]

Apesar das mudanças, houve, desse modo, a permanência das tramas de relações e de interdependência que já existiam no mundo das armas, na qual as tropas eram dependentes de compromissos e de fidelidades previamente estabelecidos com os comandantes militares. Esses, por sua vez, seguiam sendo "escolhidos" mais por critérios socioeconômicos, do que por valores "profissionais".[101] Em outras palavras, no sistema administrativo português, depois incorporado à monarquia brasileira, os componentes

---

[96] MUGGE, Miquéias. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2016, p.88-89.

[97] Esse raciocínio foi desenvolvido por: MENDES, F. F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial.* Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p.46.

[98] MUGGE, Miquéias. *Senhores da Guerra...* Op. Cit.; 2016, p.95-96.

[99] Essas questões serão retomadas ao longo do texto.

[100] VARGAS, Jonas M. "Nos caminhos de São Gregório": As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865*). Almanack, [S.L.]*, n.27, 2021, p.11.

[101]COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808 c. – 1831c.).* Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p.25-26.

organizacionais dos efetivos militares eram definidos pelos relacionamentos sociais e pelos compromissos políticos.

Ao longo do século XIX, a ausência de instituições independentes, com códigos, leis e regras relativamente próprios à instituição do Exército, permitiram a consolidação de carreiras militares não somente alicerçadas em mecanismos e/ou em regimentos internos. Em outras palavras, ainda que já nesse período se pudesse acompanhar um considerável aumento de competência técnica na atuação dos oficias do Exército - através do curso de armas e do estabelecimento de mérito como elemento fundamental para a conquista de altas patentes do oficialato. Mas, diga-se, esses critérios não serviram como um impedimento para que outros fossem utilizados. Entre os outros critérios, destacam-se os de matriz político-social.[102]

Por essa razão, ter bons relacionamentos na esfera política imperial poderia valer tanto quanto ser um bravo combatente nos campos de batalha. Em uma sociedade hierarquizada, o uso de laços de sociabilidade e de reciprocidade alinhavadas a partir de compromissos pessoais resumiam uma característica estruturante das carreiras de muitos oficiais do Exército imperial. A capacidade de acúmulo de bens simbólicos que seriam reconduzidos para emergência na hierarquia militar, foram fatores fundamentais para alavancar carreiras no mundo da guerra.

No século XIX, instituições como o exército profissional e o Estado Nacional estavam em processo de construção, que foi preenchido por práticas mais antigas, mas também por novidades que se impunham. Entre as práticas mais usuais, a "forma de organizar a guerra, a conquista e a ocupação territorial, articulando interesses de grupos situados em posições diferentes na hierarquia social". O estado quase que permanente de guerra na fronteira durante a primeira metade do oitocentos, acabou por muitas vezes reiterar as posições hierárquicas daquela sociedade, reafirmando desigualdades entre comandantes e subordinados a partir da ocupação de postos nas forças de 1ª e 2ª linhas. É claro que nem todos integrantes das elites rurais do Rio Grande do Sul estiveram ligados aos postos superiores dessas forças, mas através da política de relacionamentos construídas entre famílias, as redes encontravam maior capilaridade, reproduzindo a lógica social.[103]

[102] SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. Op. Cit., p.91-98.
[103] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.202.

Portanto, grande parte do século XIX a Guarda Nacional e o Exército foram as instituições responsáveis pela manutenção da ordem interna e da proteção das regiões de fronteira. Essas instituições juntas interferiram na vida de milhares de pessoas, uma vez que, em período de guerras, as tramas políticas entre a Corte e as províncias eram amplamente acionadas, sobretudo, diante da necessidade de atrair contingente expressivo de soldados aos efetivos militares. Procedimento difícil que resultou em diferentes níveis de negociação e resistência, muitas vezes, entre grupos políticos rivais.

Diante disso, a necessidade de criação de uma força militar profissional e permanente passou a ventilar com maior força durante as rebeliões regenciais, nas lutas travadas em diferentes regiões do Brasil. O problema para o Império era complexo, pois a experiência de conflitos internos mostrou que a Guarda Nacional foi utilizada para recrutar homens que acabaram conspirando contra o governo imperial.[104] Por outro lado, a guarda era uma organização que dispendia pouco dos cofres da Coroa. Até então, o governo imperial adotava o não monopólio dos meios de coerção, defesa e controle social. Foi assim que o Império do Brasil formou um Exército pouco numeroso para atuar na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cujo trabalho resumia-se à "proteção" das fronteiras. Ao mesmo tempo que viu parte da Guarda Nacional aderir ao discurso rebelde, mostrando-se dispostos a lutar pela sua soberania política.[105]

A partir de então, o grupo político autoproclamado Regresso Conservador que, naquele momento, contrapunha-se aos liberais, defendeu reformas para a organização de um exército "profissional". Em 1837, ao assumir a regência esse grupo passou a implementar tais ideias. A criação do Exército tinha, portanto, estreita relação com o cenário político interno. Questões que o Império brasileiro após se tornar independente enfrentava em relação aos seus súditos. Para evitar a fragmentação do Império, como havia acontecido nas antigas possessões da Espanha na América, o Exército foi utilizado para conter, com o uso da violência, grupos ligados "à oposição liberal, a caboclos, a pretos e pardos livres e a quilombolas". Em outros termos, essas forças foram criadas para repreender cidadãos brasileiros garantindo, assim, a unidade do Império: "cuidando com

[104] Castro, J. B. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.* São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 12.
[105] MUGGE, Miquéias. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2016, p.20.

zelo de preservar no Brasil uma herança colonizadora: a de uma monarquia assentada na grande propriedade e na escravidão".[106]

Além de fazer parte das forças militares, Manoel Luís Osório foi proprietário de terras e de escravizados, e ainda possuía estreitos vínculos com a elite latifundiária e charqueadora do Rio Grande do Sul. A atuação de Osório em relação a uma série de demandas comuns entre ele e outros fazendeiros rio-grandenses pode ter contribuído com a sua ascensão política na segunda metade do século XIX. De fato, essa relação próxima com a elite estancieira o aproximou à "cultura do soldado-estancieiro, indivíduos ligados às atividades militares que correlacionavam a carreira nas armas conjuntamente aos negócios de terra e de gado.[107]

Os capítulos que compõem esta tese buscaram analisar as relações constituídas por Manoel Luís Osório, identificar os principais sujeitos que compuseram as teias de relações nas quais esteve inserido ao longo de sua vida, a forma de agir em relação aos indivíduos, nas diferentes localidades onde circulou e nos distintos contextos em que passou. Dito de outra forma, a partir da trajetória de Manoel Luís Osório, procurei entender a estruturação das forças militares na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX. A sua participação em conflitos, a sua prestação de serviços nas fronteiras do Império brasileiro, fizeram de sua trajetória um canal privilegiado para compreender a construção do Exército na fronteira sul do Império do Brasil.

Indivíduo, narrativa biográfica e *micro-história*

A escolha da trajetória de um indivíduo como objeto central de uma tese de doutorado não é tarefa fácil. Ainda mais quando este indivíduo foi central na construção de identidades políticas, sendo amplamente representado em projetos biográficos e memorialistas. Alguns autores buscaram representar a trajetória de Manoel Luís Osório, percorrendo do seu nascimento ao fim de sua vida. Em outros casos, também tiveram autores que optaram, por diferentes razões, pela reconstrução de elementos específicos que compõem a sua trajetória.

---

[106] SOUZA, Adriana. Que Exército é esse?. Conversa de Historiadoras. 15 de Novembro de 2020, p.2. Disponível em: https://conversadehistoriadoras.com/2020/11/15/que-exercito-e-esse/ Acesso em: 03 de março 2021.

[107] SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. Op. Cit.*, p.94.

No presente estudo, optou-se por uma análise minuciosa de um recorte específico da trajetória de Manoel Luís Osório, com o objetivo de compreender a construção de sua carreira nas forças militares do Império do Brasil. Não somente pelo interesse que essa trajetória específica desperta, mas também pelo que pode permitir entender a respeito da organização do Exército no Rio Grande do Sul durante o século XIX, dos conflitos fronteiriços, do recrutamento e da inserção nas forças militares.

As problemáticas em torno da biografia histórica e da historiografia constituem atualmente um dos debates clássicos da historiografia. O objetivo aqui não é esgotar as formas de compreensão dos indivíduos na história através de suas representações biográficas, mas sim, apresentar referências interpretativas que ajudaram na concepção e na elaboração deste texto.[108]

Durante as últimas décadas do século XX, na esteira do "ressurgimento" do interesse pela "história-memória", o biográfico "retornou" ao centro das discussões historiográficas, o que também está relacionado "com a crise do paradigma estruturalista".[109] Os estudos biográficos, importante salientar, nunca deixaram de existir, entretanto, estiveram até então relegados a um segundo plano na historiografia, que em grande parte se dedicavam a enaltecer os feitos de "grandes homens de Estado".[110] Nesse sentido, tais narrativas, quando relacionadas à história militar, eram marcadas pela valorização dos feitos dos generais e pelos relatos minuciosos de conflitos.[111]

Desse modo, ao refletir acerca de obras de escritores oitocentistas incumbidos de reelaborar a dimensão ocupada pelo indivíduo na história, Sabina Loriga considerou que foram da França que partiram as principais críticas ao gênero biográfico. Segundo a historiadora, na década de 1930, por atribuição da história dos *Annales*, nas críticas

---

[108] Para maiores contribuições sobre tais domínios ver: SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e regimes de historicidade.* Revista Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p.57-72.

[109] SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e regimes de historicidade.* Revista Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p.57-72. Para o autor, com base nas contribuições de Chartier, a visão estruturalista, "antes de mais nada", procurava "identificar as estruturas" que eventualmente "comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso". CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994.

[110] AVELAR, A. S. *A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões.* Dimensões, Vitória, v. 24, 2010.

[111] Segundo especialistas – Castro, Izecksohn, Kraay – essas narrativas serviram para enaltecer aspectos romantizados da história nacional, que acabaram consolidando uma interpretação limitada sobre a composição social do Brasil. Esse foi o caso dos militares: Emílio C. Jourdan, José Bernardino Bormann, Emílio Fernandes de Souza Docca, Augusto Tasso Fragoso e Francisco de Paula Cidade. Os movimentos das tropas nos campos de batalha receberam especial atenção desses autores. Geralmente os textos reuniam vasto volume de fontes históricas, porém, "muitas vezes abordadas de forma estreita". CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p.15.

atribuídas à história historicizante, que a biografia passou a ser considerada um dos principais ícones da história tradicional, cuja preocupação era mais com a ordem cronológica dos fatos do que com as mudanças estruturais, mais pelas narrativas dos heróis do que pelos movimentos coletivos.[112]

Nesse contexto, havia o predomínio de "(...) dois usos da biografia: a biografia representativa e o estudo de caso. Os dois, no entanto, acabavam negando o próprio biográfico como lugar de produção de uma escrita da História".[113] O que se pretendia era representar e/ou ilustrar um grupo social ou uma definição explicativa previamente estabelecida. Dessa forma, tais modelos não levaram à compreensão das possíveis alternativas de uma narrativa histórica a partir de uma vida.

Na década de 1980, os trabalhos biográficos encontraram espaço de legitimidade, o gênero renovava suas bases: abriam-se possibilidades para "as chamadas voltas" ou "retornos" das biografias.[114] Embora continuassem a existir muitas ressalvas sobre esse "retorno", de fato o período registrou uma profusão de narrativas biográficas. Uma das ressalvas mais difundidas, feita pelo historiador francês Jacques Le Goff, considerou "essas voltas" como "equívocos". Para ele, "se cada uma delas pode ser aceita pela nova história e se os partidários da nova história não raro delas deram o exemplo, é porque cada um desses gêneros históricos (ou quase) volta com uma problemática profundamente renovada".[115] Em outros termos, o autor chamava atenção para uma profunda modificação na abordagem que, naquela conjuntura, as biografias e outros gêneros textuais (históricos ou não) passaram a implementar.

Portanto, junto a essa retomada do destaque dos indivíduos no âmbito da pesquisa histórica, a historiografia precisou demarcar que aquele retorno não poderia ser uma retomada à biografia tradicional, de característica factual, que desvinculava o indivíduo à sociedade na qual estava inserido. O caso do general Osório, por exemplo, cairia "como

---

[112] LORIGA, Sabina. Le Petit X. De la biographie à l'histoire. Paris: Editions du Seuil**,** 2010. APUD. SOUZA, Adriana Barreto. *Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o Duque de Caxias.* História da Historiografia, n.9, 2012.

[113] SOUZA, Adriana Barreto de. *Trajetórias militares, política imperial e escrita da história.* Op. Cit., p.95-108. Para a autora, a biografia representativa buscava o estudo de trajetórias ilustrativas de um grupo a ser representado e que não pretendia investigar as singularidades de uma trajetória, mas sim, enfatizar elementos que poderiam simbolizar um grupo. A biografia como estudo de caso, por sua vez, reduziria ainda mais o espaço de experiência da produção de uma escrita da história pelo viés biográfico, pois, nesse modelo analítico em um primeiro momento seriam definidas as análises gerais e contextuais. Somente após os eixos explicativos serem definidos, as análises biográficas seriam inseridas de maneira a ilustrar a análise discorrida anteriormente.

[114] SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, jan./jun. 2014, p.126-127.

[115] LE GOFF, J. (org). *A história nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.8.

uma luva" a quem estivesse disposto a escrever este tipo de texto. Aliás, pode-se dizer que "caiu como uma luva", pois as características pessoais e profissionais atribuídas à Osório por seus biógrafos são muito distintas das atividades e das dinâmicas da sociedade da qual fazia parte. Sem querer a missão de recuperar o general Osório "verdadeiro", na medida que esta seria uma tarefa impossível, tampouco reforçar as narrativas heroicizadas desse indivíduo,[116] este estudo se preocupou em explicar, analisar e problematizar a vida de Manoel Luís Osório e de suas redes de relações. Isto porque trabalhar a biografia de alguém é recuperar as ações, os elementos constitutivos de suas atuações enquanto sujeito histórico, considerando-se, portanto, o espaço de experiência em que se projetou, assim como seu horizonte de expectativas.[117]

Ao elaborar uma biografia, deve-se estar atento aos "(...) perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências."[118] A procura por escrever sobre uma singularidade única, coerente e imutável perdeu espaço, diante de procedimentos teórico-metodológicos cujo intuito principal é privilegiar espaços sociais plurais, identidades não fixas e referenciais diversos. Isso ocorreu, pois existiu o entendimento de que as individualidades não se moldam a modelos esquemáticos, a conceitos e a limites teóricos previamente definidos. A busca atual por uma narrativa que correlacione aspectos variados da vida, não se sujeitando a linearidade e/ou a representação que confere identidade a um grupo.[119]

Nesse aspecto, o olhar da pesquisa histórica percorreu mudanças e transformações sentidas em sua expressão narrativa. Para exemplificar, atualmente ao escrever um texto histórico, deve-se estabelecer as ações a serem representadas: deixar explícito aos leitores sobre os elementos que justificam a escolha pelo sujeito biografado, assim como salientar

---

[116] A exemplo desse tipo de narrativas biográficas, vale observar: LIMA, O. G. M. de. *Osório.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938; SILVA, V. B. *Osório na infância, na adolescência, na família e na imortalidade.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939; VIANA, L. *Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940. Essa geração encontrou na história, ou na visão que possuíam sobre o passado nacional e institucional, uma forma de defender as atitudes e os projetos políticos por eles vislumbrados. Assim sendo, certas identidades foram modificadas, moldadas para servirem aos anseios do novo regime político. Nesse processo de gestação de personalidades foi fundamental compreender os elementos centrais do padrão de escrita e de produção do passado das instituições militares. De todo modo, a historiografia atrelada ao Exército buscava elevar a importância da instituição militar na construção do território nacional.

[117] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

[118] AVELAR, A. S. *A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões.* Op. Cit., p.162.

[119] BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

as perguntas, os principais conceitos trabalhados, a metodologia utilizada na análise das fontes. A problematização dessas encruzilhadas, que muitas vezes envolvem a construção da pesquisa e da escrita acadêmica, tornaram-se parte do dever de historiadores, que, de maneira experimental, estiveram sujeitos a caminhos e a possibilidades diversas.[120]

Esses procedimentos são possíveis de serem adotadas no sentido de desnudar os canais que legitimam a relação entre autor e leitor. As questões salientadas podem remeter a problemáticas mais amplas e gerar importantes reflexões no campo historiográfico. O que se procurou destacar ao percorrer os caminhos de uma vida particular, foram as hesitações, dúvidas e incoerências do personagem, assim como os questionamentos e os desafios enfrentados durante a construção da pesquisa. A importância de problematizar essas questões também possuíam especial relação com outros indivíduos preocupados com as estratégias da pesquisa e da escrita da história.[121]

Para a construção desse novo olhar, ou seja, o reaparecimento dos indivíduos e do biográfico como parte central dos debates historiográficos, foi também determinante a contribuição dos pressupostos teórico-metodológicos oriundos da *micro-história* social. A escolha por Manoel Luís Osório e o processo de seleção e de tratamento das fontes, foram também inspiradas nas contribuições de Carlo Ginzburg e de Carlo Poni, sobretudo, o reconhecido: *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico.* Nesse texto, os autores descrevem o procedimento metodológico que consiste em tomar o "nome" como um tipo de bússola, com a capacidade de exercer uma dupla função: servir de guia ao pesquisador diante do campo documental dos arquivos e de organizar as diferentes possibilidades narrativas. Desse modo, a trajetória de um indivíduo específico e de suas relações, podem servir como uma janela de acesso ao passado.[122]

Através dessas brechas de acesso ao passado que a análise da vida de um indivíduo pode oferecer, buscou-se reconstruir e articular problemáticas mais gerais. Acessar, por exemplo, as relações familiares, os anos de formação profissional, as diferentes estratégias de sociabilidade e de atuação política em relação a outros indivíduos. Procurou-se ainda correlacionar essas fases da vida de Osório com as transformações ocorridas no espaço social que esteve inserido. As lutas que foram travadas, mas também

[120] BARROS, José D'Assunção. A Escrita da História – Desafios Contemporâneos -. UNEB, 2010, p.9-12.
[121] AVELAR, A. S. *A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões.* Op. Cit.
[122] GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.169-178.

os limites de sua atuação no controle das fronteiras também em período de "paz". As migrações territoriais que realizou, devido a conjunturas históricas específicas.

De acordo com o que Maurizio Gribaudi sugeriu: "o indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, sendo um, parte do outro".[123] A escolha do individual, nesse sentido, não precisa ser entendida como a ausência do social, pois "ao longo de um destino específico", pode-se destacar as redes de sociabilidade, as variedades de espaços sociais e as temporalidades que fez parte.[124]

A *micro-história*, de acordo com Giovanni Levi, reuniu uma "gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.[125] A possibilidade de observação por meio dos jogos de escala, propiciou o avanço das discussões relacionadas às estratégias políticas e às redes de relações dos indivíduos nas sociedades do passado.[126] Como ferramenta de análise, também ajudou no entendimento dos relacionamentos pessoais, sobretudo por procurar "evidenciar a rede social em pleno funcionamento, ou seja, os diferentes agentes trocando favores e influências diversas com finalidades objetivas".[127]

Esta assertiva parte do princípio de que os estudos dos indivíduos na história devem priorizar o desenrolar de suas ações, as situações perpassadas em suas vidas. Esse entendimento pressupõe uma dinâmica de pesquisa que privilegia a obtenção de grande volume de registros e de vestígios históricos, e de uma análise intensiva das fontes. O intuito dessa forma interpretativa é abandonar a utilização de projeções idealizadas das atuações dos indivíduos e de suas redes ao longo do tempo.[128]

---

[123] GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (Orgs). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p.161

[124] REVEL, Jacques. "A história ao rés-do-chão". Prefácio. In: LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.17.

[125] Para Levi a micro-história reúne uma "gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes." LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: UNESP, 1992, p.135.

[126] REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998; LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77-102; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[127] FARINATTI, L. A. E.; VARGAS, J. M. *Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844).* Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, p.392.

[128] Para o autor, as análises de rede possibilitam a visualização das experiências reais "de los actores sociales, sus dinámicas colectivas y de qué modo en estas dinámicas se produce el cambio o la reproducción de las estructuras organizativas y de los sistemas sociales". IMÍZCOZ, José Maria. *Actores sociales y redes*

Sendo assim, a *micro-história* influenciou decisivamente nos estudos biográficos. Para Schmidt, a metodologia privilegiou o debate sobre o papel dos indivíduos na história, salientando certas "implicações éticas", como: os limites das ações dos indivíduos.[129] Importante relativizar esse espaço de atuação individual, pois, como afirmou Giovanni Levi: essa liberdade de ação "não é absoluta". Por essa razão, as biografias serviram de "campo ideal para verificar o caráter intersticial – e, todavia, importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições".[130]

Os personagens não são posicionados como uma representação do meio social e cultural, mas sim como indivíduo de "carne e osso", e como tal, passivo de "ser responsabilizado, ao menos em parte, por seus atos".[131] Em outros termos, os sujeitos do passado – homens e mulheres – possuíam racionalidade, ainda que limitada. Isto quer dizer que suas vidas não eram definidas através de uma predestinação, mas por uma série de aspectos – políticos, econômicos, culturais etc – acionados por cada um subjetivamente ao fazerem suas escolhas.

Isso implica no esforço de entender esses aspectos, a partir dos contextos, dos relacionamentos, dos meios sociais que o indivíduo estudado fez parte. As relações de poder entre indivíduos e famílias que ocupavam posição de elite nas províncias brasileiras no século XIX, nesse sentido, não poderiam se restringir somente ao grau de parentesco biológico entre os indivíduos envolvidos, mas também aos comprometimentos e às alianças consolidadas através do matrimônio, do compadrio, de laços de sociabilidade e de reciprocidade. Tais fatores estabeleceram uma certa lógica àquele sistema, ou seja, o de dar e de retribuir, algo que era legitimado pelas práticas de diferentes esferas de poder.[132]

---

de relaciones: reflexiones para una historia global. Revista da Faculdade de Letras e História, Porto: III série, v. 5, 2004, p.125-126.

[129] SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, jan./jun. 2014, p.134.

[130] LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.179-180.

[131] SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, jan./jun. 2014, p.135.

[132] MENEGAT, Carla. *Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (c. 1845-1865).* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015; FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. "A nossa causa é a causa deles": Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX.* 1ªEd.Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014; SCOTT, Ana Volpi; SCHMACHENBERG, Ricardo. *Nas teias da administração local: redes de poder e relações*

Desse modo, tornou-se necessário analisar em quais círculos sociais o personagem observado se inseriu, ou seja, perceber como Manoel Luís Osório construiu o prestígio político na sociedade sul-rio-grandense. Como passou a atuar na formação de estratégias que, muitas vezes, envolveram diversos atores sociais, promoveram a associação de famílias em projetos que se entrelaçavam em um conjunto de demandas políticas. Seguramente, para executar tais projetos, Manoel Luís Osório teve de estabelecer ligações de diversas formas, com outros indivíduos e com suas redes de sociabilidade.

Portanto, para o entendimento dessas estratégias, foi fundamental analisar como funcionava a engrenagem política daquela sociedade, ou seja, como se estabeleciam as alianças políticas e como se formavam os vínculos sociais entre famílias de elite, no Rio Grande do Sul oitocentista. Assim como qualquer outro indivíduo, Manoel Luís Osório estava conectado por distintos conjuntos de interações sociais. Ele era filho, irmão, pai, marido, proprietário de terras e de indivíduos escravizados, militar do Exército imperial e político que atuava nos bastidores das eleições. Enfim, era contemplado de diferentes conjuntos de relações, uma vez que nenhum indivíduo é filho, irmão, pai e marido de si mesmo ou ainda chefe político e militar sem indivíduos aos quais se referir.[133]

Desse modo, duas das principais características relacionadas ao método *micro-histórico,* ou seja, a aproximação de escala analítica e a concentração da análise em relações pessoais, são pressupostos que nortearam esta proposta de pesquisa. Em vista disso, mostrou-se como um campo de investigação importante, principalmente por considerar que as ações sociais são resultado de escolhas, de deliberações realizadas pelos indivíduos e grupos sociais. Isso porque "todo indivíduo ocupa uma posição em uma teia humana composta por relações que não lhe é permitido modificar senão dentro de certos limites".[134]

O que se pretendeu foi analisar através do cruzamento das fontes as relações que se aproximaram de Manoel Luís Osório ao longo de sua vida. Portanto, ao contrário de partir de um contexto global para situar a atuação de alguns atores históricos, o exercício metodológico consistiu em delinear o contexto em função da circulação do personagem e de suas redes de relações, nos episódios em que participou.

---

familiares entre oficiais camarários no Brasil meridional (Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo – 1811/1830). V.13, n.25, 2014, p.89-93.

[133] COMISSOLI, Adriano; COSTA, Miguel A. Silva da. *Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre uso de redes sociais na investigação histórica.* MÉTIS: história & cultura – v. 13, n. 25, jan./jun. 2014, p. 18.

[134] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Op. Cit., p.39.

Fontes e estrutura da tese

Antes de tratar de forma mais direta dos capítulos e das fontes que compõem a estrutura desta tese, é necessário definir as razões que me levaram a escolher Manoel Luís Osório como personagem. Meu interesse em sua trajetória, por assim dizer, não se manifestou inicialmente por sua atividade militar. Os primeiros estudos em que tratei desse indivíduo, ainda durante a graduação, foram no campo da história política. Naquele momento, o interesse estava na participação de militares no cenário político imperial, ou seja, a ideia era definir qual o espaço de atuação desses indivíduos durante o século XIX, com foco em oficiais da elite sul-rio-grandense. Procurando pistas de suas atuações, diga-se, nos bastidores dos processos políticos, foi possível perceber como Osório contagiava companheiros de farda com o seu posicionamento nas eleições locais.[135]

Nesse estudo, percebi que a trajetória de Manoel Luís Osório nas forças militares foi pouco problematizada pela historiografia acadêmica, apesar de existir vários estudos biográficos e de cunho memorialista. Assim, mesmo que alguns trabalhos procurassem contextualizar sua inserção em redes políticas da Corte, o caminho que Osório percorreu até acessar esses círculos sociais, o que somente ocorreu na segunda metade do século XIX, ainda seguia pouco debatido.

Acredito que a ascensão política de Manoel Luís Osório tenha sido consequência de sua atuação bem-sucedida nos campos de batalha. Por essa razão, direcionei minha análise para entender esse processo de construção de sua carreira no mundo da guerra, sem descuidar de seus relacionamentos pessoais e políticos. Diante desse cenário, para acompanhar a trajetória de Manoel Luís Osório, procurei analisar um corpus documental variado, que permitiu reconstruir, dentro de um certo limite, os "passos do biografado", assim, acessando "o máximo possível de fontes" que foram "sistematicamente confrontadas". Essa análise permitiu visualizar o indivíduo em diferentes contextos, em especial, em situações objetivas, "em que o sujeito efetivamente participa, que o envolvem, condicionando suas escolhas e nelas interferindo".[136]

Para isso, em um primeiro momento, procurei reunir o máximo de informações possíveis a respeito da vida de Manoel Luís Osório, com o intuito de perceber as

[135] Projeto de Pesquisa: Sociedade, Cultura e Política na História do Brasil - séculos XIX e XX. Coordenado pelo Prof. Dr. André A. Fertig, do qual fiz parte, entre 2012-2015, durante a Graduação no Curso de História, na Universidade Federal de Santa Maria.

[136] KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: KARSBURG, A; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. [E-book], São Leopoldo: Oikos, 2015, p.34.

localidades por onde passou, as pessoas com quem conviveu, as instituições que representou, os espaços sociais e políticos que percorreu ao longo de sua vida. Em um segundo momento, utilizando-me de seu "nome" como um tipo de bússola, para os mais jovens como um tipo de *GPS*, servindo de guia ao pesquisador diante do acervo documental dos arquivos e, além disso, organizando as diferentes possibilidades narrativas. Sendo assim, a trajetória de Manoel Luís Osório serviu também como uma janela de acesso ao passado.[137]

Vale considerar que esta tese sofreu impactos relacionados à pandemia da COVID-19, sobretudo em relação aos dois primeiros anos de curso, pois o fechamento de instituições de memória e de arquivos inviabilizou o cumprimento de etapas importantes, estipuladas no cronograma do projeto de pesquisa.

A documentação à qual recorri de forma mais sistemática foram os ofícios e as correspondências do Arquivo e da Coleção General Osório, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Pesquisei nos guias de acervos, nas fichas de entradas documentais e nas listas de doação documental. Com isso, consegui mapear uma grande parte dos documentos indexados naquele arquivo, mesmo durante o tempo em que o IHGB permaneceu fechado ao público.[138]

Em análise quantitativa das fichas documentais disponíveis no site do IHGB, do acervo do *Arquivo General Osório,* identifiquei 2.238 fichas catalográficas. Essas fichas foram sistematizadas em bancos de dados, para serem consultadas de forma presencial. Importante destacar que as fichas não correspondem ao total de documentos presentes no IHGB, uma vez que uma única ficha pode representar um ou mais documentos. No Quadro 1, abaixo, foram reunidas as séries documentais, a respectiva quantidade de fichas e a porcentagem que representam em relação ao total de fichas catalogadas na série Arquivo General Osório.

O arquivo foi organizado em 11 séries documentais, sendo a maior concentração de fichas na série "Fernando Osório", o filho mais velho do general Osório, que, durante os anos finais da vida do pai, passou a acompanhá-lo em compromissos políticos e/ou nas atividades do Senado Federal e do Ministério da Guerra. Quando Manoel Luís Osório se mudou para o Rio de Janeiro, Fernando Luís foi seu ajudante de gabinete. Vale mencionar

[137] GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.169-178.

[138] Vale considerar que, durante a pandemia do covid-19, o IHGB chegou a permanecer por mais de 2 anos fechado aos pesquisadores, sem acesso aos documentos de seu acervo.

que, alguns anos depois de sua morte, Fernando organizou e escreveu a primeira grande biografia de Manoel Luís Osório, em formato de livro, intitulada: *História do General Osório*, publicado em 1894.[139]

Quadro 1 – Divisão em Séries do Arquivo General Osório

Série	**Nº de Fichas**	**Porcentagem %**
Correspondência Oficial	228	10,18%
Diversos	06	0,26%
Documentos de Terceiros	06	0,26%
Documentos Oficiais	182	8,13%
Documentos Pessoais	125	5,58%
Fernando Osório	837	37,39%
Homenagem	133	5,94%
Impressos	208	9,29%
Ministério da Guerra-Exército	212	9,47%
Núcleo Familial	278	12,42%
Produção Intelectual	21	0,93%
Total	2238 fichas	100%

Fonte: Quadro realizada pelo autor, com as Fichas catalográficas do Arquivo General Osório (IHGB), disponíveis em: https://www.ihgb.org.br/

No geral, as fontes disponíveis no IHGB foram fundamentais para o entendimento da vida pessoal de Manoel Luís Osório, dos vínculos familiares e afetivos que manteve ao longo dos anos, mas também de documentos relacionados às suas atividades "profissionais", enquanto estancieiro e oficial militar. Quando cruzei essas fontes com o inventário da família e mesmo com alguns registros administrativos de sua propriedade no Estado Oriental do Uruguai, foi possível inferir alguns aspectos importantes a respeito de seus negócios na fronteira.

Em pesquisa no Arquivo Nacional (AN), encontrei diversos documentos administrativos, relacionados à organização do Exército no Rio Grande do Sul ou mesmo em relação às forças militares deslocadas de outra localidade e posicionadas naquela província. No acervo da Biblioteca Nacional e no site da Hemeroteca Digital, da mesma instituição, foram analisados: requerimentos, correspondências, prêmios, honrarias e condecorações, além de jornais, de periódicos e de Relatórios de Presidentes da Província, do Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Importante destacar que, através dos periódicos daquele período, procurei não somente registros diretamente relacionados ao personagem, mas também elementos que pudessem situar o leitor e/ou colaborar com a argumentação.

[139] OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

No Arquivo Histórico do Exército (AHEX), na coleção Marechal Manoel Luís Osório, encontrei a sua fé-de-ofício, registros de patente-militar e de assentamento de praça. Do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, utilizei correspondências, ofícios e requerimentos disponíveis através da Coleção Varela e do fundo Autoridades Militares. Pesquisei também na série Guarda Nacional, não obtendo grande volume documental a respeito do personagem. Esses documentos foram essenciais para o entendimento da dinâmica de seus relacionamentos mantidos no cotidiano dos regimentos militares, a sua forma de agir diante de seus parceiros de farda, fossem oficiais superiores ou subalternos.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) tive acesso aos inventários *post mortem*, além de documentos de compra e venda de escravizados, e cartas de liberdade. No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), consultei a coleção de documentos da Família Osório e obtive informações valiosas sobre seus integrantes, assim como registros de sesmarias e listas nominais, como por exemplo, a *Lista de Fogos de Caçapava do Sul,* analisada no primeiro capítulo.

Em acervos on-line, como o https://www.familysearch.org/pt/, encontrei registros paroquiais da família Osório, assim como acessei os acervos do Arquivo Histórico Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e do Projeto Resgate, este último hospedado no site da Biblioteca Nacional, o que possibilitou entender um pouco mais sobre a origem de seus antepassados.

Com efeito, o recorte temporal deste trabalho, embora seja de algum modo flexível, ficou delimitado entre a década de 1730 e a de 1850, período marcado pela migração das famílias do pai e da mãe de Manoel Luís Osório para o território do Rio Grande do Sul, à época Capitania de São Pedro, assim como ao período de sua ascensão ao Comando da Fronteira e aos postos de oficiais-generais do Exército. Em relação ao recorte espacial, procurei identificar as diferentes localidades percorridas por Manoel Luís Osório, sabendo da dificuldade de dar conta de uma "trajetória em movimento", isto é, em constante mudança de localidade, em decorrência dos conflitos que assolaram não somente o território fronteiriço, mas também a própria província do Rio Grande do Sul.

Vale acrescentar que, nas duas décadas seguintes ao recorte aqui adotado, entre 1860 e 1870, Manoel Luís Osório assumiu grande relevância para os planos do governo imperial no sul do Império. A hipótese que defendo nesta tese é que, mesmo antes da Guerra do Paraguai (1865-1870), seu nome era muito conhecido e respeitado em sua província, mas também fora dela. Acredito que os vínculos que passou a contar no centro político do Império – a Corte, no Rio de Janeiro –, foram resultado de anos de serviços

prestados ao governo imperial. Por essa razão, procurei concentrar os esforços de pesquisa e de escrita dessa história nos anos de formação e de ascensão de Manoel Luís Osório na hierarquia das forças militares do Império do Brasil.

A presente tese estuda a estruturação das forças militares no Rio Grande do Sul, a partir da trajetória de Manoel Luís Osório. Acredito que esse personagem serve como um canal privilegiado para discutir essas e outras dimensões específicas daquela fronteira. Para tanto, o seu nome foi utilizado como fio-condutor desta narrativa histórica.

No primeiro capítulo, procurei definir alguns elementos da origem social dos integrantes da família de Manoel Luís Osório, que partiram de Portugal e dos Açores em direção à América portuguesa. Além disso, analisei os possíveis fatores que os fizeram seguir viagem para o Rio Grande do Sul. Esses movimentos migratórios, pouco abordados por seus biógrafos, podem ajudar a explicar, por exemplo, a inserção de Manoel Luís Osório nas forças militares do Império. Dessa maneira, busquei entender como essas famílias se estabeleceram no Rio Grande do Sul, em que situação partiram para aquele território? E quais as atividades econômicas que desenvolveram na colônia?

O objetivo do segundo capítulo é compreender os anos de formação de Manoel Luís Osório e a sua inserção no mundo da guerra. A história acontece na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre o litoral norte, onde nasceu Manoel Luís Osório e a região de fronteira com o Estado Oriental (atual Uruguai), onde o jovem Osório ingressou na vida militar. O capítulo concentra-se nos anos de formação do jovem Manoel Luís, a fim de entender a sua inserção no mundo da guerra, com ênfase na influência dos vínculos familiares nesse processo.

Diante de um amplo recrutamento de forças militares para a fronteira, busquei entender de que tropas Manoel Luís Osório fez parte durante o processo de Independência do Brasil, como ocorreu sua apresentação para a campanha da Cisplatina (1825-1828) e a sua atuação nas principais batalhas desse conflito. Defendo o argumento que a inserção familiar foi um elemento central na experiência em combate no século XIX. Por essa razão, o início do capítulo percorre a vida militar do pai de Osório, Manoel Luiz da Silveira. Foi através de sua vinculação nas forças militares atuantes na fronteira sul que Manoel Luís Osório foi apresentado ao serviço militar. Esse tipo de formação, a prática nos campos de batalha, não era facultado nas salas de aula das Faculdades ou na Academia Imperial Militar. A "instrução" a que Osório teve acesso se deu em marcha e em combates nos campos da fronteira.

A partir do terceiro capítulo, tratei de analisar a construção do cabedal relacional de Manoel Luís Osório enquanto autoridade na fronteira entre o Rio Grande do Sul e os Estados platinos. Em outras palavras, o objetivo é entender como aconteceu a projeção de Manoel Luís Osório no Exército, ou seja, entender as dinâmicas de relacionamentos em uma região fronteiriça. Esses fatores eram cruciais na construção de uma trajetória bem-sucedida no Exército imperial. Acredito que, ainda jovem, o tenente Manoel Luís aprendeu a manejar esses recursos indispensáveis para um oficial ascender na carreira.

No quarto capítulo, o objetivo foi entender a participação de Manoel Luís Osório no estopim da Revolta Farroupilha. Para tanto, foi necessário reconstruir a sua atuação como tenente do 2º Regimento de Cavalaria, em Rio Pardo, para depois entender os motivos da transferência desse efetivo para São Sebastião de Bagé. Sendo assim, procurei dimensionar de que forma as mudanças nas forças militares, definidas durante a Regência, impactaram os contingentes militares estacionados na Província de São Pedro e como os oficiais reagiram a essas transformações. Defendo a hipótese que Osório se tornou uma peça-chave de um plano militar que foi implementado pelo Império do Brasil na fronteira do Rio Grande do Sul, como forma de conter as revoltas regenciais e consolidar as bases do Estado Nacional brasileiro.

No quinto capítulo, o objetivo foi reconstruir a atuação de Manoel Luís Osório no combate à Revolta Farroupilha, em especial, as ações que participou, os regimentos (batalhões, esquadrões e legiões) dos quais fez parte durante a repressão aos farrapos. Mesmo que tivesse alguma identificação com os ideais republicanos, Manoel Luís Osório decidiu manter-se na luta em defesa da integridade do Império. Acredito que essa postura certamente influenciou sua carreira militar, pois, numa lógica de Corte, essa era contrapartida à lealdade e aos serviços prestados à Sua Majestade.

No último capítulo deste estudo, procurei analisar as relações de poder constituídas por Manoel Luís Osório, a partir de sua dedicação no mundo da guerra e da política. Em outros termos, visei entender como essas relações interferiram na sua ascensão social. Além dos relacionamentos de amizade e de reciprocidade, foi preciso analisar também os desafetos que construiu ao longo de sua trajetória, aspectos que dependiam das dinâmicas de relacionamentos entres comandantes e subordinados, e destes com as autoridades políticas e militares.

Ao final da Guerra Farroupilha, ao contrário do que se imaginava, os movimentos de tropas e de bandos armados na fronteira não cessaram e, talvez, tenham sido intensificados. Isso ocorreu devido aos conflitos bélicos que transcorriam no Uruguai que

e respingavam na província de São Pedro. Para isso, o governo mobilizou uma série de efetivos do Exército e da Guarda Nacional, contando com oficiais legalistas e antigos rebeldes farroupilhas, para conter o projeto de reintegração do Vice-Reino do Rio da Prata, com a anexação do Rio Grande do Sul a esse bloco, projeto supostamente idealizado por Manuel Oribe (líder uruguaio do Partido Blanco) e Juan Manoel Rosas (governador de Buenos Aires). Entre 1851-1852, posicionado na região da fronteira, como um "senhor da guerra", acredito que Manoel Luís Osório se consolidou como peça-chave de um grande "quebra-cabeças" projetado pelo governo imperial, com o objetivo de não apenas "pacificar" o Rio Grande do Sul, mas também fixar as bases de estruturação do Estado imperial brasileiro naquela região.

A partir desse roteiro, considero ter sido possível contribuir para o entendimento não somente da organização das forças militares do Império no Rio Grande do Sul, mas também do cotidiano dos regimentos e das relações mantidas por Manoel Luís Osório com seus parceiros de farda. Analisando a sua ascensão na carreira e a construção de seu cabedal social atuando na fronteira, região periférica ao centro político imperial, e militarmente estratégica, acredito que esta pesquisa possa contribuir para o entendimento das guerras que transcorreram de forma constante nessa região e das relações de poder estabelecidas entre diferentes atores sociais envolvidos com a estruturação do Estado Imperial brasileiro.

Capítulo I – Entre oficiais militares e imigrantes "dispostos a defender as Armas de Sua Majestade"

Entre o século XVIII e XIX, os conflitos endêmicos na fronteira entre a Capitania do Rio Grande do Sul e as possessões espanholas possibilitaram não somente a inserção de jovens oficiais no mundo da guerra, como serviram para a ascensão social de diferentes indivíduos posicionados na fronteira. A experiência de residir nesse território limítrofe não era certamente entendida pelas pessoas, homens e mulheres que ali construíram suas vidas, como uma linha separatória. Ao contrário disso, a fronteira poderia assumir, na época, uma ampla possibilidade de relacionamentos, de interações sociais múltiplas.

Na segunda metade do século XVIII, os contemporâneos designavam *Fronteira do Rio Grande* e *Fronteira do Rio Pardo* os territórios limites ao sul e a oeste do Rio Grande do Sul. Vale destacar que no período os limites não estavam consolidados, os territórios não estavam predominantemente ocupados, apesar dos diversos tratados assinados entre as Coroas ibéricas. Portanto, "na prática, havia um trânsito constante de castelhanos, portugueses, índios, negros e mestiços que procuraram assegurar, lançando mão dos mais diversos expedientes, posições privilegiadas para controlar territórios e explorar riquezas da região".[1]

De fato, os limites políticos da fronteira sul não isolavam as sociedades. Os indivíduos que ali habitavam, porém, certamente sabiam que não se tratava de um mesmo território. "A existência de soberanias distintas fazia com que os atores sociais buscassem, de acordo com sua posição e experiência social, diferentes formas de manejar a fronteira".[2]

Os processos de independência e lutas por autonomia política das ex-colônias de Espanha e de Portugal produziram uma mobilização intensa de tropas na região. Diante de um amplo recrutamento de forças militares, defendo aqui o argumento de que a experiência na fronteira, na segurança e defesa da região foi imprescindível para a ascensão de diversos indivíduos. Através da reprodução do modelo hierárquico, com algumas adaptações, a Coroa portuguesa estimulou a ocupação daquele território.

[1] ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008, p.19.
[2] FARINATTI, Luís Augusto; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Vária História*, Belo Horizonte, vol.33. n.63, set/dez 2017, p.717.

Como recompensa à prestação de serviços naquela ampla fronteira, algumas famílias recebiam títulos nobiliárquicos, doação de sesmarias, contratos públicos, condecorações militares, entre outros. Outras foram submetidas a processos diversos de recrutamento, assim como tiveram aquelas que também foram levadas para o trabalho compulsório e/ou atividade de ganho. Esse sistema de hierarquias sociais fazia parte de uma cultura política de Antigo Regime, que estimulava reciprocidades horizontais e verticais, entre senhores e escravizados, comandantes e comandados e/ou entre súditos e Coroa.[3]

Feita esta introdução, a organização deste capítulo visa entender a origem social dos integrantes da família de Manoel Luís Osório em Portugal e no Açores, além de analisar os possíveis fatores que os fizeram seguir viagem para o Rio Grande do Sul. A ideia não é reconstruir toda a sua trajetória familiar, mas entender o movimento migratório que realizaram rumo à América.

Ainda no século XVIII, a família de sua mãe Anna Joaquina Luísa Osório partiu de Portugal para a Capitania de São Pedro. Pouco depois, foi a família de Manuel Luiz da Silveira, pai do futuro "general Osório", que seguiu dos Açores para a Capitania de Santa Catarina, onde passaram a residir. Para o Rio Grande do Sul, o seu pai foi sozinho, ao desertar do Exército de linha quando servia em Laguna.

Esses movimentos migratórios que realizaram permitem-nos acessar alguns vestígios relacionados, por exemplo, às condições que promoveram a inserção de Manoel Luís Osório nas forças militares do Império. Dessa maneira, busca-se entender em que situação essas famílias partiram para aquele território e como se estabeleceram no Rio Grande do Sul, bem como quais as atividades econômicas que desenvolveram na colônia.

***

José Antônio Cardoso Osório – bisavô por parte de mãe de Manoel Luís Osório – era o filho mais novo de Francisco da Fonseca Osório[4] e de Antônia Maria Perestrelo.[5] Moradores da Vila de Cartaxo, Distrito de Santarém, em Portugal, o casal teve ao menos outros dois filhos, Francisco Coelho Osório (1714) e Thomaz Luís Osório (1717). Os três

[3] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.
[4] Filho de Belchior Cardoso Osório e Teodósia Felipa de Almeida. https://genealogiafb.blogspot.com/
[5] Francisco da Fonseca Osório e Ana Maria Perestrelo morreram por volta de 1750, de acordo com o requerimento de Thomaz Luís Osório, capitão de Dragões, que solicitou uma licença de 1 ano para "tratar dos negócios da sua casa", no Reino. A licença foi concedida. Ver: Arquivo Histórico Ultramarino, 04 de março de 1750, https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017-1_RJ&hf=resgate.bn.br&pagfis=31316 (AHU- RJ, Cx.64, Doc.15094-15096)

irmãos seguiram para a Capitania de Rio Grande de São Pedro, ainda na primeira metade do século XVIII. Os pais, Francisco da Fonseca e Antônia Maria Perestrelo permaneceram em Portugal.

Ao que parece, o primeiro integrante da família a atravessar o Atlântico para servir ao Reino de Portugal foi o irmão mais novo de Francisco da Fonseca, Diogo Osório Cardoso. Esse "militar" do Regimento de Dragões seguiu na década de 1730 para Rio Grande de São Pedro. O território – chamado por seus moradores até o século XIX de Continente de São Pedro – era ainda pouco ocupado pelos portugueses e passava por ameaças constantes de guerra contra os espanhóis, e também pela resistência da população indígena à ocupação de suas terras.

Tive acesso a poucas informações sobre Francisco da Fonseca Osório, entretanto uma delas aqui ganha relevância, a de que Francisco atingiu o posto de capitão de ordenanças no Distrito de Santarém.[6] Sabe-se que as companhias de ordenanças foram criadas por determinação régia, em 1570, e tinham como principal função a manutenção do ordenamento interno das vilas portuguesas.[7] Vale destacar que os postos de comando das ordenanças não eram abrangentes à população em geral, uma vez que somente poderiam ser desempenhadas por indivíduos que reunissem "qualidades" necessárias para tais cargos. Ou seja, caracteres que, à época, geralmente eram atribuídas às famílias de maior prestígio de cada localidade:

> Supunha-se que os membros das famílias localmente mais prestigiadas e antigas dispunham de uma autoridade natural, ou seja, sedimentada pelo tempo, que mais facilmente seria acatada pelos de baixo. Pensava-se também que os mais nobres e ricos seriam igualmente os que davam maiores garantias de isenção ("desinteresse") e independência no desempenho dos seus ofícios, no sentido de poderem viver para eles sem deles viverem.[8]

Dessa forma, é preciso salientar que as ordenanças eram uma espécie de efetivo militar constituído por paisanos, ou seja, cidadãos sem formação e/ou treinamento militar,

[6] Essa indicação foi encontrada em: https://jornaldeca.pt/manuel-luis-osorio-as-raizes-cartaxenses-de-um-heroi-brasileiro/

[7] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVII*: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império português no centro-sul da América. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Ver também: PORTUGAL. Regimento dos capitães-mores, e mais capitães, e oficiais das companhias da gente do cavalo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem de 10 de dezembro de 1570. *Sistema, ou Coleção dos regimentos reais, compilados por José Roberto de Campos Coelho e Sousa*. t. V. Lisboa, p. 183-194, 1789a. Disponível em: http://www.ogovernodosoutros.ics.ul.pt

[8] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Poderes Municipais e Elites Sociais Locais" (séculos XVIIXIX): Estado de Uma Questão". In: *O Município Português. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico*. 1998, p. 325.

que tinham um capitão-mor no topo da estrutura de comando, conferidos aos "principais" de cada localidade. A existência desse tipo de tropa evitava os altos gastos da Coroa na manutenção de tropas do Exército de linha. Por outro lado, esse sistema fortaleceu politicamente as elites locais, fazendo dos regimentos de ordenanças um instrumento de negociação política.[9]

A vinculação de Francisco da Fonseca às ordenanças era um indício importante de que a família acumulou algum prestígio e influência na Vila de Cartaxo. Outro indicativo disso foi a informação que obtive sobre o pai de Francisco da Fonseca Osório e de Diogo Osório Cardoso. O patriarca Belchior Cardoso Osório teve acesso a várias mercês régias na década 1680, conforme foi possível identificar através de pesquisa no "Livro 5 das Mercês D'El Rei".[10] As mercês remuneravam serviços prestados à Sua Majestade. A fidalguia portuguesa durante boa parte do período medieval e moderno desfrutou de amplos privilégios.[11]

Francisco da Fonseca Osório prestava serviço nas companhias de ordenanças e seu irmão mais novo, Diogo Osório Cardoso, antes de seguir para o Brasil, serviu como capitão do Regimento de Cavalaria de Alcântara. [12] O recrutamento para esse regimento

---

[9] SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Op. Cit. p.99

[10] Libro 5 das Mercês d'El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, 10 de agosto de 1683. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1855506 – (PT/TT/RGM/B-B/0003/3958). No primeiro alvará, do dia 10 de agosto de 1683, Belchior Osório por "carta padrão" recebeu a "tença de 38$000 réis". O termo "tença" possui o seguinte significado no dicionário: "pensão dada em remuneração de serviços". Ver: https://www.dicio.com.br/tenca-2/ No mês seguinte, no dia 1º de setembro de 1683, em outra "carta padrão" recebeu a "tença de 12$000 réis, com Hábito". Ver: Livro 5 das Mercês d'El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, 01 de setembro de 1683. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1855507 - (PT/TT/RGM/B-B/0003/3959). Em 30 de junho de 1688, o registro dizia o seguinte a seu respeito: "natural do lugar de Cartaxo, filho de Belchior Osório Cardoso, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e neto de Francisco Cardoso Osório. Foro de Fidalgo Cavaleiro com 1$600 réis de moradia e 1 alqueire de cevada". Ver: Livro 5 das Mercês d'El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, de 30 de junho de 1688. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1858730 - (PT/TT/RGM/B-B/0005/3960).

[11] No fim da Idade Média, tais privilégios foram gradativamente institucionalizados, garantidos por ordem jurídica. Desse modo, já no princípio do século XVI: "a taxinomia da Alta Idade Média – ricos-homens, infanções e cavaleiros – foi substituída nos derradeiros séculos medievais por uma nova classificação – fidalgos, cavaleiros e escudeiros – que espelhava a difusão do ideário cavalheiresco e acentuava já a dimensão de hereditariedade sugerida pela semântica do vocábulo fidalgo (hijo de algo, retomado das célebres *Siete Partidas de Afonso X*)". Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense (online)*, 2005, n.2, p.6.

[12] Essa informação encontrei em livro publicado em 1822, cuja autoria era de Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, um "bacharel formado em Canones", que possuía uma lista de serviços dedicados à Sua Majestade, D. João VI. O livro apresentava uma visão memorial, dedicada ao processo de expansão colonial, em especial, a anexação das províncias à "jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil". Ver: PIZZARRO E ARAÚJO, J. S. *Memórias históricas do Rio de Janeiro, das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão Nacional, Tomo IX, 1822, p.353.

era realizado "em várias localidades da comarca de Santarém, incluindo as vilas de Santarém, Rio Maior, Azambuja, **Cartaxo**, Salvaterra de Magos e Almerim".[13]

O Regimento de Cavalaria de Alcântara foi criado em 15 de novembro de 1707, quando a cavalaria portuguesa foi instituída, em meio a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714).[14] Para Mônica da Silva Ribeiro, essa Guerra serviu de "treinamento militar", além de espaço de sociabilidade para "oficiais que, posteriormente, serviriam à Coroa portuguesa no Brasil".[15] Ainda na primeira metade do século XVIII, integrantes da família seguiram para o território colonial. O primeiro a embarcar rumo à América foi Diogo Osório Cardoso, disposto a servir às armas de Sua Majestade. Inicialmente, prestou serviços em Minas Gerais[16] e, em 1736, nomeado coronel de Dragões,[17] foi designado para a Colônia de Sacramento[18] que, naquela conjuntura, estava sitiada por tropas

[13] AMARAL, Manuel. Regimento de Cavalaria n.º 1. 20 de fevereiro de 2009. Disponível em: https://www.arqnet.pt/exercito/1rc.html Acesso em: 01/05/2022.

[14] Em Portugal, essa guerra iniciou no Alentejo, região que englobava o Distrito de Santarém e, consequentemente, a Vila de Cartaxo. Gomes Freire de Andrada (futuro conde de Bobadela), que também era natural do Alentejo, participou desses conflitos. Anos depois, tornou-se figura central da administração portuguesa em território além-mar, desempenhando ao mesmo tempo o governo do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Centro-Sul.

[15] Ribeiro, Mônica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce": A Administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763).* Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010 p.242.

[16]Seu nome foi citado em requerimento de 28 de novembro de 1734. Um "soldado de cavalo da Companhia" de que era "capitão Diogo Osório, pedia transferência do Regimento que governava o Marques de Marialva." Ver: Arquivo Histórico Ultramarino, 28 de novembro de 1734, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=12778 (AHU-MG,CX.27, DOC.62)

[17] Os dragões foram incorporados às Armas de Portugal por serem tropas aptas para o serviço híbrido, montados a cavalo ou não, portando baionetas e espingardas, assim como as tropas de infantaria. Em relação aos movimentos nos campos de batalha, as longas distâncias enfrentadas nos exercícios de proteção de um território amplo, eram mais facilmente percorridas pelos dragões a cavalo. Ao menos, essas eram as expectativas da Coroa portuguesa. Durante o século XVIII, o Exército português se estabelecia a partir de quatro Armas: cavalaria, infantaria, artilharia e dragões. Os dragões, tropas de primeira linha ou tropas regulares do Exército português, eram inspiradas nas milícias francesas. No quadro superior de oficiais, as companhias de dragões eram predominantemente formadas por portugueses nascidos no Reino, cujos registros eram passados pelo rei. Isso poderia conferir alguma distinção social. Entretanto, o que possivelmente "conferia maior prestígio aos postos desse regimento" era o "fato de serem remunerados, ao contrário dos demais". Ver: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico (...).* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445 Acesso em: 20 de maio de 2022; COTTA, Francis. *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentista.* (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p.235-236.

[18] A Colônia de Sacramento havia sido construída pelos portugueses em 1680. Portugal recuperou o domínio na Colônia de Sacramento em 16 de março de 1737, devido ao Acordo de Paris, que determinou o fim dos conflitos entre as duas coroas ibéricas. Porém, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a região seguiu em disputa. Este processo histórico foi abordado por uma vasta historiografia. São alguns deles: POSSAMAI, Paulo César. *A expansão portuguesa no sul da América: a política de povoamento na Colônia de Sacramento (1680-1737).* Ciências e Letras, Porto Alegre, nº 37, jan.-jun., 2005, p.45-65; PRADO, Fabrício Pereira. *A colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII.* Porto Alegre: F. P. Prado, 2002; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento – 1680-1777.* V.I-II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

espanholas.[19] Além do desbloqueio desse importante entreposto comercial, com a ajuda de reforços que partiam do Reino, D. João V determinou o estabelecimento de uma fortificação em Rio Grande,[20] para organizar a defesa e o povoamento daquelas terras. Assim, onde seria erguida a Fortaleza de Jesus Maria José, como foi chamada a fortificação, o monarca decidiu posicionar um regimento de Dragões.[21]

Em 27 de maio de 1737, D. João V escreveu para Gomes Freire de Andrada, capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, informando que uma parte dos dragões que seguiram ao sul foram remetidos de Minas Gerais. O restante do efetivo, segundo a correspondência, seguiu de Portugal ainda em 1736, em expedição naval. O efetivo militar era composto de 563 indivíduos. Nesse comboio, embarcaram os irmãos Francisco Coelho Osório, Thomaz Luís Osório e José Antônio Cardoso Osório.[22]

Quadro 2 – Organização do Regimento de Dragões designado à Colônia de Sacramento

Nº de integrantes	Patentes	Soldos por mês	Soldos por ano
1	Coronel	80.000 reis	960.000 reis
1	Tenente-coronel	65.000 reis	780.000 reis
1	Sargento-mor	55.000 reis	660.000 reis
1	Ajudante	24.000 reis	288.000 reis
1	Capelão	8.000reis	96.000 reis
1	Cirurgião	10.000reis	120.000 reis
5	Capitães	32.000 reis	384.000 reis
8	Tenentes	20.000 reis	240.000 reis
8	Alferes	18.000 reis	216.000 reis
48	Cabos de Esquadra	4.500 reis	54.000 reis
472	Soldados	3.000 reis	36.500 reis
8	Tambores	4.500 reis	54.000 reis

Fonte: Quadro produzido pelo autor com base no conteúdo do seguinte documento: Arquivo Nacional. Correspondência enviada por D. João V a Gomes Freire de Andrada em 27 de maio de 1737. Arquivo Nacional. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 064, vol.05.

[19] Em carta escrita de Lisboa, em 23 de março de 1736, D. João V explicou ao capitão Luís Abreu Prego os detalhes daquela expedição: "(...)Tenho resolução de mandar ao Rio da Prata uma esquadra de Naus de Guerra, que será composta das três que presentemente estão prontas a partir com a frota do Rio de Janeiro as quais seguirão outras duas que devem partir com a frota da Bahia, além de outras embarcações que tenho mandado armas no Rio de Janeiro para que unidas todas possam tomar satisfação dos referidos insultos e livrar a praça da Colônia e os navios de comércio dos meus vassalos da opressão a que pretende reduzi-los o escandaloso procedimento dos espanhóis e por confiar da vossa capacidade, zelo e valor que nesta ocasião me servireis com o mesmo acerto com que o tens feito em outras; hei por bem nomear-vos para Comandante da Expedição, na qual executareis as ordens seguintes". Ver: Manuscritos do Brasil, Livro 9, 23 de março de 1736, ANTT. (Carta do Rei D. João V ao capitão de Mar e Guerra Luís Abreu Prego) https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4493972 - ANTT- PT-TT-MSBR-0009_m0021_m0030.

[20] Em 24 de março de 1736, em correspondência enviada ao governador Gomes Freire de Andrada, D. João V determinou que aquela expedição deveria também ocupar e estabelecer fortificações nas regiões de Montevidéu, da Nova Colônia de Sacramento, de Maldonado e de Rio Grande.
Ver: Manuscritos do Brasil, Livro 9, 24 de março de 1736, ANTT. (Carta do Rei D. João V ao governador Gomes Freire de Andrada) https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4493972 - ANTT - PT-TT-MSBR-0009_m0013_m0018.

[21] Idem.

[22] Arquivo Nacional (AN). Correspondência enviada por D. João V a Gomes Freire de Andrada em 27 de maio de 1737. Arquivo Nacional. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 064, vol.05.

Os três seguiram viagem para Rio Grande, aproveitando-se da vinculação do tio, Diogo Osório Cardoso, que foi nomeado coronel e comandante do regimento de dragões. Na correspondência, D. João V organizou o quadro de patentes militares do regimento, a quantidade de integrantes e seus respectivos soldos.

Na mesma correspondência mencionada acima, D. João V determinava que esses dragões, "embarcados na *fragata Boa Viagem*", deveriam "assentar praça" para receberem o soldo a eles prometido.[23] No topo da hierarquia daquele regimento, o coronel Diogo Osório Cardoso esteve no seu comando por mais de uma década e, tão logo embarcou os sobrinhos, tratou de encaminhar seus registros de patente.

No caso de Thomaz Luís Osório, em sua patente, constava servir à Sua Majestade desde 31 de maio de 1737, o que correspondia ao período em que a expedição chegou até aquelas terras. Diante da oportunidade de comandar os dragões em Rio Grande, o coronel Diogo Osório Cardoso não hesitou em se utilizar das vantagens dessa posição de comando, sugeriu o nome de Thomaz Luís Osório para capitão de uma das companhias, que seguiram viagem rumo aquele território. Ao que tudo indica, sem experiência militar alguma, Thomaz Luís obteve a patente de capitão por ser sobrinho do comandante.[24]

A base de organização das companhias de dragões no século XVIII procurava respeitar a origem familiar, assim como grande parte das forças militares portuguesas. Entre os irmãos Osório que seguiram para Rio Grande, Thomaz Luís foi o que melhor soube utilizar o *status* do tio que era "coronel do dito Regimento de Dragões". Anos mais tarde, em fevereiro de 1752, quando foi concorrer a promoção para o posto de tenente-coronel do mesmo regimento, fez questão de registrar o parentesco com o coronel Diogo Osório Cardoso entre os comprovantes enviados ao Conselho Ultramarino.[25]

Mesmo após servir durante "doze anos e quatro dias continuados", a principal credencial era ser parente do comandante de Rio Grande de São Pedro.[26] Se o tempo de

---

[23] Arquivo Nacional. Correspondência enviada por D. João V a Gomes Freire de Andrada em 27 de maio de 1737. Arquivo Nacional. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 064, vol.05.

[24] Arquivo Histórico Ultramarino, fevereiro de 1752. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pesq=%22capit%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20Lu%C3%ADs%22&pagfis=426 (AHU-RS, CX.2, DOC.9)
"Thomaz Luís Osório que consta haver servido à Sua Majestade no posto de capitão de Dragões do Regimento da guarnição do Presídio do Rio Grande de S. Pedro, doze anos, seis meses e trinta e quatro dias continuados". (31/05/1737 – 24/12/1749).

[25] Registro de Patente de 13 de março de 1752. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. *Registro de uma Patente Real de tenente-coronel do Regimento de Dragões do Rio Grande passada a Thomaz Luís Osório.* RAPM, ano XXIV, 1933, p.483-484.

[26] Arquivo Histórico Ultramarino, fevereiro de 1752. Disponível em:

serviço fosse fator decisivo, certamente não teria chance alguma de promoção na hierarquia do Exército. Alguns oficiais, como José Ignácio de Almeida, um de seus concorrentes, somava 21 anos de serviços à Sua Majestade. Manoel Carvalho de Lucena, outro postulante à patente de tenente-coronel, reunia impressionantes 35 anos, seis meses e nove dias de serviço. Após parecer dos integrantes do Conselho Ultramarino, o escolhido para tenente-coronel de dragões de Rio Grande de São Pedro foi Thomaz Luís Osório, o militar com menos tempo de dedicação e experiência, mas o único com um parente no comando do regimento.[27]

Anos depois de chegar ao Rio Grande do Sul, Thomaz Luís Osório casou-se com Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco (1735-1783), natural de Vila de Aldegareza, Freguesia de Alenquer no Distrito de Lisboa e filha de João Roldão Pimentel e Josefa Teresa de Almeida Castelo Branco. O casal Thomaz Luís e Francisca Joaquina teve dois filhos: Belchior Cardoso Osório[28] e Thomaz Luís Osório Junior.[29] O primogênito nasceu em 30 de setembro de 1752, ganhou o nome do avô paterno Belchior Osório Cardoso. Os escolhidos para apadrinhar a criança foram pessoas influentes no mundo colonial: o governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada (conde de Bobadela) e a camareira-mor da Rainha, Ana de Lorena. Como nenhum dos dois compareceram à pia batismal, enviaram procuração aos tios do recém-nascido José Antônio Cardoso Osório e capitão-mor Francisco Coelho Osório para que o fizessem e batizassem o pequeno Belchior.

Alguns anos depois de se estabelecer em Rio Grande, o capitão-mor Francisco Coelho reuniu grande prestígio social. No seu registro de patente, constava "ser pessoa em que concorrem as circunstâncias necessárias para bem o exercer por ser de conhecida nobreza, capacidade, préstimo e zelo",[30] o documento destacava, portanto, as

---

https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pesq=%22capit%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20Lu%C3%ADs%22&pagfis=426 (AHU-RS, CX.2, DOC.9)

[27] Arquivo Histórico Ultramarino, fevereiro de 1752. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pesq=%22capit%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20Lu%C3%ADs%22&pagfis=426 (AHU-RS, CX.2, DOC.9).

[28] "Brasil Batismos, 1688-1935", database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ3R-R2X : 14 February 2020), Belchior Osorio, 1752. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-NV?i=136&cc=2177295

[29] "Brasil Batismos, 1688-1935", database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ3T-M2D : 14 February 2020), Francisca Joaquina de Almeida Castelo-Branco in entry for Thomas Ozorio, 1754. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69F-PX?i=173&cc=2177295

[30] Registro de Patente de 13 de março de 1752. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. *Registro de uma Patente Real de tenente-coronel do Regimento de Dragões do Rio Grande passada a Thomaz Luís Osório.* RAPM, ano XXIV, 1933, p.483-484; Registro de Patente de 30 de agosto de 1752. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. *Registro de uma Patente Real de capitão-mor Rio Grande passada a Francisco Coelho Osório.* RAPM, ano XXIV, 1933, p.485.

"qualidades" conferidas ao oficial. Os seus serviços não seriam remunerados, mas, ainda assim teria acesso a "todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão dele lhe tocarem".[31] O cargo era atribuído a pessoas com prestígio social, algo que Francisco Coelho Osório parecia ter estabelecido na sociedade local, claro, certamente com credenciais que o acompanhavam desde o Reino. Prova disso, era seu nome ser muito requisitado nas pias batismais, sendo padrinho de um grande número de crianças.[32]

O mais novo entre os irmãos que seguiram até Rio Grande era José Antônio Cardoso Osório, o bisavô de Manoel Luís Osório, que tinha cerca de 19 anos quando chegou em Rio Grande.[33] Em 1745, adquiriu uma propriedade rural chamada de Estância ou Fazenda do Arroio, na localidade de Conceição do Arroio, Comarca de Santo Antônio da Patrulha.[34] Pouco depois, casou-se com Rosa Joaquina, moradora daquela vila, de quem obtive poucas informações. Os dois tiveram um único filho, nascido por volta de 1853, chamado Tomas José Luiz Osório.[35]

Até a década de 1750, José Antônio Cardoso Osório ainda não havia participado de nenhuma campanha militar. Diferentemente dos irmãos, que reuniam certo prestígio em Rio Grande, ao que parece, José Antônio teve menos destaque no meio militar. Mesmo com ordens expressas de D. João V, para que o coronel Diogo Osório fizesse seus sobrinhos assentarem praça nas forças do regimento de Dragões, não foi isso que ocorreu com José Antônio ao chegar no sul.

---

[31] Registro de Patente de 30 de agosto de 1752. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. *Registro de uma Patente Real de capitão-mor Rio Grande passada a Francisco Coelho Osório.* RAPM, ano XXIV, 1933, p.485.

[32] O nome de Francisco Coelho Osório foi bastante citado em outros trabalhos de pesquisa histórica, que se dedicaram a compreender a formação social de Rio Grande de São Pedro. Ver: MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820).* Dissertação (Mestrado em História). Setor de ciências Humanas, Letras, e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011; HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova população: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763).* Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006; RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial.* Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

[33] De forma semelhante, em relação aos registros oficiais sobre Francisco Coelho Osório. Foram poucas menções até a década de 1750. Ainda que, em registros de batismo de Rio Grande de São Pedro, o nome Francisco Coelho Osório tenha sido bastante recorrente. Isso indicava, simbolicamente que se tratava de um indivíduo com certa distinção e/ou prestígio social.

[34] Correspondência enviada por Manuel Bento da Rocha a Manuel Pinheiro Barreto, em 8 outubro de 1781, em Porto Alegre. Coleção Família Osório. IHGRGS – (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul); Anais do Museu Histórico Nacional (MHN). Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=osorio&pagfis=9419

[35] Carta de Sesmaria remetida pelo Governo Provisório do Rio Grande do Sul a Rosa Joaquina de Souza, em 19 de setembro de 1822. Coleção Família Osório. IHGRGS – (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Anos depois, através de um requerimento encaminhado ao Rei D. José I, em 8 de julho de 1755, José Antônio pedia para ingressar "nos postos subalternos" do regimento de Dragões (ver quadro 2). Informava que, naquela conjuntura, ocupava o posto de "soldado voluntário no Rio Grande de São Pedro, sem especificar o tempo de serviço.[36] O contexto era de conflito na região, e os preparativos para ações militares combinadas entre os exércitos de Portugal e da Espanha já haviam iniciado. A guerra, que ficou conhecida como a Guerra Guaranítica (1753-1756), seria contra os indígenas guaranis e os padres jesuítas das Missões.[37]

1.1."Desejoso de seguir o mesmo caminho que todos os seus antecedentes tiveram"

O acima mencionado requerimento de Jose Antônio acabou sendo revelador de diversos aspectos sociais da família, pois o oficial solicitava a sua promoção aos postos de oficiais subalternos do Regimento de Dragões, expondo, para tal fim, as suas justificativas. O requerimento iniciava dizendo que José Antônio Cardoso Osório era da "primeira nobreza da Comarca de Santarém, e filho legitimo de Francisco da Fonseca Osório". No ano de 1735, "em que Vossa Majestade foi servido mandar passar as tropas ao Alentejo", conforme o documento, "sentou praça de soldado voluntário, desejoso de seguir o mesmo caminho que todos os seus ascendentes tiveram".[38]

Junto a seus familiares, seguiu rumo "ao Brasil com o intento de servir no regimento de Dragões do Rio Grande, aonde se achava seu irmão, capitão do mesmo regimento" (Thomaz Luís Osório). Entretanto, ao chegar em Rio Grande de São Pedro, encontrou aquele estabelecimento em pleno "sossego". Daí resolveu não sentar praça, "esperando ocasião de guerra, em que melhor pudesse mostrar o seu espirito". Com a campanha contra os guaranis, "sentou praça voluntariamente".[39]

---

[36] Em 8 de julho de 1755. Requerimento do soldado voluntário no Rio Grande de São Pedro, José Antônio Cardoso Osório, ao rei D. José, solicitando alvará de suplemento para entrar nos postos subalternos. Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Sul, cx.2, doc.42-44. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&Pesq=%22capit%c3%a3o%20Tom%c3%a1s%20Lu%c3%ads%22&pagfis=546 - (AHU-RS, CX.1, Doc.42-44). Acesso em: 06 de julho de 2022.

[37] MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan. "De Espanha nem bom vento nem bom casamento". La guerra como determinante de las dificiles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la península y en América. 1640-1818. *Anais de História de Além-Mar*, vol.10, Lisboa, 2009, p.65.

[38] 8 de julho de 1755. Requerimento do soldado voluntário no Rio Grande de São Pedro, José Antônio Cardoso Osório, ao rei D. José, solicitando alvará de suplemento para entrar nos postos subalternos. Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Sul, cx.2, doc.42-44. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&Pesq=%22capit%c3%a3o%20Tom%c3%a1s%20Lu%c3%ads%22&pagfis=546 - (AHU-RS, CX.1, Doc.42-44). Acesso em: 06 de julho de 2022.

[39] 8 de julho de 1755. Requerimento do soldado voluntário no Rio Grande de São Pedro, José Antônio Cardoso Osório, ao rei D. José, solicitando alvará de suplemento para entrar nos postos subalternos.

Em geral, junto aos requerimentos, eram anexados documentos que buscavam comprovar as informações do oficial. No caso de José Antônio, as informações foram confirmadas através de um relato escrito pelo irmão, o coronel Thomaz Luís Osório, em 04 de maio de 1754. Nele, o então comandante de Rio Pardo e responsável pela criação daquela guarnição, além de comprovar as informações, relatava a atuação de José Antônio Cardoso Osório no enfrentamento a um grupo de guerreiros guaranis durante o conflito. O relato de Thomaz Luís era sobre um ataque realizado pelos indígenas Tapes à guarnição de Rio Pardo. O coronel Thomaz Luís afirmava que o irmão, José Antônio, "como aventureiro me tinha acompanhado quando do Rio Grande fui mandado a socorre-la, pelo justo receio que havia de que os mesmos Índios tentarem aquela ação".[40]

O ataque indígena à Rio Pardo, guarnição que à época ficava mais a oeste da ocupação da província, segundo o relato que ofereceu o coronel Thomaz Luís, promoveu desgaste na defensiva portuguesa, por meio de "fogo de artilharia, mosqueteira, tiros de flechas". Durante a batalha, parece que José Antônio também foi atingido por uma pedra que provocou uma "contusão" em seu "queixo, ferindo-o pela parte de dentro". Contudo, "sem embargo de se achar assim maltratado", saiu junto à "companhia de granadeiros do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro a desalojar os Índios". Os indígenas com quatro peças de artilharia estavam "batendo" o efetivo militar luso, quando José Antônio se apresentou para seguir junto à companhia de artilharia que "incorporou e saiu dando mostras do valor com que as depois se portou". No final de sua narrativa sobre a atuação do irmão, o coronel Thomaz Luís salientava que José Antônio portou-se:

> em todos os mais trabalhos de todo o combate, com intrepidez do espírito, e constância militar, sem ainda não ter praça, que as depois sentou, pelo que se faz digno do acrescentamento que sua Majestade lhe fizer mercê, e não só por todo o expressado se faz dele benemérito, mas também pela distinção do seu nascimento, para o referido na verdade que juro aos Santos Evangelhos, e por me ser pedida apresente lhe mandei passar.[41]

Em 1755, José Antônio Cardoso Osório tinha quarenta e dois anos e, segundo salientado no próprio documento, com "poucos de serviço para entrar nos postos subalternos". Nesse período, o corpo de oficiais era dividido em quatro escalas, em ordem

---

Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Sul, cx.2, doc.42-44. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&Pesq=%22capit%c3%a3o%20Tom%c3%a1s%20Lu%c3%ads%22&pagfis=546 - (AHU-RS, CX.1, Doc.42-44). Acesso em: 06 de julho de 2022.

[40] Idem.

[41] Ibidem.

crescente: oficiais inferiores, oficiais subalternos, oficiais superiores e oficiais generais.[42] Para ingressar nos postos subalternos, portanto, nem sempre era preciso cumprir um certo tempo de serviço ou mesmo evoluir nos postos de "oficiais inferiores". Isso não significava que todos os casos seguissem esse mesmo padrão de ascensão na carreira militar. No caso de José Antônio Cardoso Osório, a falta de "experiência militar" pareceu não ter feito a menor diferença. O seu diferencial possivelmente foi, como salientado no trecho acima: a "distinção do seu nascimento".[43]

Além disso, os conflitos facilitavam a inserção desses indivíduos às companhias militares. Desse modo, José Antônio Cardoso Osório teve seu requerimento deferido. Assim como pretendia, foi promovido naquela oportunidade ao grupo de oficiais subalternos do regimento de Dragões. Anos depois, reformou-se no posto de tenente.

O único filho de José Antônio e Rosa Joaquina, batizado com o nome de um dos irmãos, foi chamado de Tomás José Luiz Osório.[44] Iniciou sua carreira nas tropas de Milícia, aos 20 anos de idade, na Freguesia de Mostardas, ao Sul de Conceição do Arroio. No local, serviu por oito anos, cinco como soldado e três como cabo. Transferindo-se para a Freguesia de Santo Antônio da Patrulha, serviu por mais onze anos, sendo depois promovido ao posto de furriel. Então, aguardou por mais um ano e meio a sua transferência para Conceição do Arroio. Na nova localidade, no posto de alferes, foram mais doze anos de serviço à Milícia. Aos 52 anos, obteve sua reforma do serviço militar, após 32 anos dedicados ao serviço nas tropas de Milícia.[45] Quando obteve essa reforma já estava no posto de tenente.[46]

Tomás José casou-se com Rosa Ignácia Pereira de Souza,[47] em 07 de janeiro de 1780, em Mostardas.[48] Nesse mesmo ano, com a morte de José Antônio Cardoso Osório,

---

[42] Ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.573-574. A autora apresentou em anexo ao livro, os "Quadros Hierárquicos" do Exército Português e, a partir de 1831, do Exército Brasileiro.

[43] 8 de julho de 1755. Requerimento do soldado voluntário no Rio Grande de São Pedro, José Antônio Cardoso Osório, ao rei D. José, solicitando alvará de suplemento para entrar nos postos subalternos. Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Sul, cx.2, doc.42-44. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&Pesq=%22capit%c3%a3o%20Tom%c3%a1s%20Lu%c3%ads%22&pagfis=546 - (AHU-RS, CX.1, Doc.42-44). Acesso em: 06 de julho de 2022.

[44] Ver em Anexo 1, a genealogia de Manoel Luís Osório.

[45] IHGRGS – Coleção Família Osório – Correspondência remetida por Tomás José Luiz Osório ao capitão-mor Custodio de Souza Oliveira, em Conceição do Arroio, 5 de agosto de 1809. Pasta 1.

[46] IHGB – Carta-Patente assinada por D. João, Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1804. Reforma no Posto de tenente do Regimento de Milícias de Cavalaria em Porto Alegre. Rio de Janeiro (RJ), 24 de abril de 1815. Arquivo General Osório – Notação Final: DA3.1.073. Série: Documentos Pessoais.

[47] Filha do casal português Francisco Gonçalves Retorta e Ana Pereira.

[48] "Brasil Casamentos, 1730-1955", database, *FamilySearch.* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNPV-G4G : 31 January 2020), Joze Antonio Cardozo in entry for Thomaz Joze, 1780. Disponível em:

o casal recebeu de herança a Estância do Arroio, onde tiveram cinco filhos.[49] Naquela estância, criavam animais e possuíam um "engenho de fazer farinhas". Eram também proprietários de "dois escravos e duas escravas".[50]

De acordo com o estudo de Helen Osório, mesmo em pequenas propriedades ligadas às atividades da pecuária e da agricultura era comum o trabalho de escravizados, que também apareciam em unidades domésticas.[51] Ao que tudo indica, foi durante os primeiros anos do século XIX que os negócios da família de fato prosperaram. Ao final da vida, pode-se dizer que Tomas José Luiz Osório era um "abastado estancieiro".[52]

1.2. Os Silveira, do arquipélago de Açores

A família paterna de Manoel Luís Osório seguiu das Ilhas dos Açores ao território brasileiro em situação bem mais incerta do que a família Osório. Para a América, seguiram em meados do século XVIII. Ao que tudo indica, em consequência de uma estratégia de ocupação do extremo sul do território, implementada pelo rei D. João V. A política visava ao estabelecimento de colônias de imigrantes para o controle das fronteiras, e teve, como grande impulso, a assinatura do Tratado de Madri (1750). A migração e ocupação do território, "fundamentado no princípio do *uti possidetis*", mobilizava um grande programa de povoamento da região Sul do território colonial. O impacto dessa política foi significativo. Entre 1746 e 1754, período que marcou o decreto régio e a chegada dos últimos navios no litoral do Brasil, aportaram na região sul aproximadamente 4.000 açorianos.[53]

Os parentes de Manoel Luís Osório desembarcaram em um dos últimos navios vindo do Açores. O casal era natural da Ilha Terceira; Manoel Luiz da Freguesia de São Braz e Mariana Thomazia da Freguesia de Agualva.[54] Tudo indica que saíram do Açores

---

https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HLX-K?i=330&cc=2177295 Acesso em: 03 de março de 2023.

[49] Laura Luiza Joaquina Osório (1781); Anna Joaquina Luiza Osório (1784); Bernardino José Luiz Osório (1788); Firmiano José Luís Osório (1790) e Isabel Maria Osório (1795).

[50] IHGRGS – Coleção Família Osório – Correspondência remetida por Tomás José Luis Osório ao capitão-mor Custodio de Souza Oliveira, em Conceição do Arroio, 5 de agosto de 1809. Pasta 1. Informações declaradas por Tomás José ao capitão-mor Custódio, como tentativa de obter sua reforma militar.

[51] OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 1990.

[52] LIMA, O. G. M. de. *Osório.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

[53] SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: Uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório. *Topoi,* v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p.92.

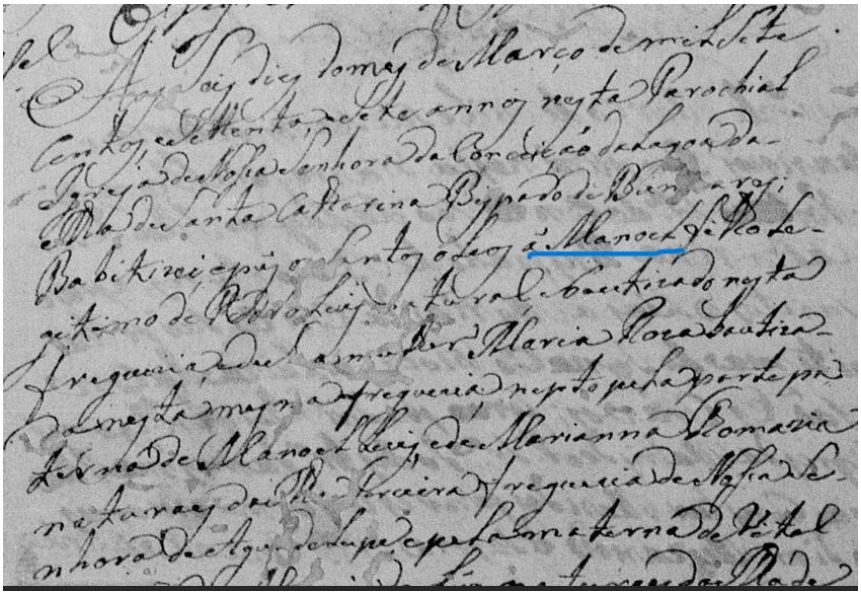
[54] PEIXOTO, Luciano Gomes. *Tronco Paterno do General Osório em Santo Antônio da Patrulha*. (texto não publicado). Obtido através da historiadora Vera Lucia Maciel Barroso, que gentilmente repassou o trabalho.

já casados rumo a Santa Catarina. Estabeleceram moradia na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, situada na margem oeste da lagoa de mesmo nome (atual lagoa da Conceição, em Florianópolis).

O primeiro filho do casal a nascer no Brasil, em 17 de setembro de 1752, na Freguesia da Conceição da Lagoa, foi batizado com o nome de Pedro Luís da Silveira. Dando sequência a trajetória da família, Pedro Luís – avô paterno de Manoel Luís Osório – casou-se com Maria Rosa (natural da Ilha de São Jorge). Os avós de Manoel Luís Osório dedicaram-se à lavoura na região da Conceição da Lagoa, onde tiveram onze filhos.[55].

O primogênito nasceu em 06 de março de 1777, batizado com o nome de Manoel, recebeu também os sobrenomes "Luiz" e "da Silveira" que, alguns anos depois, viria a ser o pai de Manoel Luís Osório.

Figura 1 – Imagem do registro de batismo de Manoel Luiz da Silveira



Fonte: "Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977", database with images, *FamilySearch*. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKJL-T999 Acesso em: 03/03/2023.

O ano em que nasceu Manoel Luiz da Silveira foi marcado por ser "especialmente difícil para os moradores da região", já que, "desde fevereiro, Santa Catarina estava sobre domínio das forças espanholas de Dom Pedro de Cevallos, que, da ilha, tentavam conquistar a capitania do Rio Grande". Não se teve registro sobre a atuação de Pedro Luís

[55] Anos mais tarde, grande parte de seus irmãos também migrou para o Rio Grande do Sul e estabeleceram moradias na Comarca de Santo Antônio da Patrulha.

nas forças militares, mas, como bem pontuou Adriana Barreto de Souza: "vivendo em uma região em franca disputa", é possível de imaginar que Pedro Luís tenha "integrado uma força miliciana e lutado nas várias batalhas ocorridas na fronteira. Todavia, se não o fez, colocou seu filho cedo no serviço das armas".[56]

Manoel Luiz da Silveira assentou praça como soldado do Exército de 1ª linha em 1793, aos 16 anos de idade. No ano seguinte, já havia passado "a cabo, e, três anos depois, a furriel".[57] Entretanto, a sua trajetória no Exército não foi nada regular. Quando servia em uma força na Freguesia de Conceição da Lagoa (SC), ainda como furriel, foi encaminhado à prisão depois de responder a uma possível ofensa de um capitão e entrar em luta de espada com o superior. Ficou três dias preso, mas conseguiu fugir da prisão, seguindo o caminho do Rio Grande do Sul. Desse modo, após fugir do regimento e enfrentar uma longa marcha, "chegou, por acaso, a Nossa Senhora da Conceição do Arroio, onde foi empregado como peão"[58] na Estância do Arroio.

Quando Manoel Luiz da Silveira atingiu a propriedade de Tomas José Luiz Osório, recebendo acolhimento deste que seria seu patrão e depois seu sogro, percebeu que talvez aquela era a chance de recomeçar sua vida. Não houve indicação da data de sua chegada à região. O que se sabe é que, empregado como peão de fazenda, alguns meses depois, casou-se com a jovem Anna Joaquina Luísa Osório (mãe do general Osório), filha de Tomas José Luiz Osório e Rosa I. Joaquina Pereira de Souza.

1.3. O pai e a mãe do "general Osório"

O casamento de Manoel Luiz e Anna Joaquina ocorreu na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, no dia 20 de setembro de 1801.[59] As famílias do pai e da mãe do futuro "general Osório" – alcunha que acabou consagrando seu nome no *Panteão dos Heróis Nacionais*[60] – tiveram seus destinos misturados em contexto de ampliação da ocupação lusitana na fronteira oeste e sul do Rio Grande do Sul.[61]

---

[56] SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: Uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p.92.
[57] Idem.
[58] DORATIOTTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.24.
[59] "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da igreja Católica, 1738-1952," database with images, *FamilySearch* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2C2-4?i=29&cc=2177295 Acesso em 03/03/2023.
[60] Seu nome foi incluso dentre os *Heróis no Panteão da Pátria*, através da "Lei nº 11.680, de 27 maio de 2008 (Projeto de Lei nº 1.140/2007, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada – PSDB/MG)".
[61] Idem.

As duas famílias, embora tivessem origens sociais e econômicas diferentes, encontraram a chance de ascender no território colonial a partir da prestação de serviços à Sua Majestade. Contudo, quando o casal se conheceu, a disparidade econômica parecia ser gritante, tanto que, ao chegar à Estância do Arroio, Manoel Luiz da Silveira foi empregado como peão,[62] para ter algum ganho financeiro.[63] É sempre importante lembrar que, nessa época, o trabalho no campo era realizado por trabalhadores livres e escravizados. Os proprietários procuravam reduzir ao máximo a necessidade de assumir contratos com os trabalhadores assalariados que, para realizarem tarefas determinadas por um curto espaço de tempo, proporcionalmente, recebiam valores mais altos daqueles que prestavam serviços por temporadas mais longas.[64]

A ocupação e expansão portuguesa ao sul da América, a partir do sistema de doação de sesmarias, excluiu a população pobre do acesso a concessões de terras. Sendo assim, essas famílias que não tinham acesso às terras "organizavam-se através de relações" sociais amplas, deixando à amostra as hierarquias daquele espaço produtivo. Em outras palavras, a população empobrecida dependia muitas vezes de relações verticais com os latifundiários para viverem nas estâncias como agregados, "recebendo de acordo com a reprodução dos animais".[65]

Ao que tudo indica, com o tempo, o trabalho na Estância do Arroio aproximou Manoel Luiz de seu patrão e futuro sogro, tenente Tomás José Luiz Osório, tanto que o pai de Anna Joaquina não se opôs ao casamento. A família de sua mãe, D. Rosa Ignácia, porém, mostrou-se contrária ao casamento, em especial, a madrinha D. Quitéria Pereira do Nascimento.[66] Donatária de uma fortuna,[67] D. Quitéria, quando soube da possibilidade

---

[62] MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008, p.264. "As tarefas de um peão exigiam trabalho especializado e força física para o manejo, a cavalo e a pé, dos animais. Nesse sentido, os trabalhos pastoris eram – e ainda são – exercidos privilegiadamente por jovens e homens adultos, que, ao envelhecerem, comumente, assumiam as funções de capatazes ou se afastavam do exercício pleno dessas funções".

[63] Até meados da década de 1850, período marcado pela publicação da lei nº 601, conhecida por *Lei de Terras*, alguns ofícios eram fundamentais nas fazendas. A delimitação dos campos de criação, o advento dos "potreiros, invernadas, a utilização de bretes", acabaram reduzindo "a necessidade do peão, laço e boleadeiras". Ver: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008, p.292.

[64] MAYO, Carlos A. Estancia y sociedad en La Pampa: 1740-1820. 2ªed. Buenos Aires: Biblos, 2004, p.129. Apud. MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008, p.251.

[65] FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.102.

[66] Quitéria Pereira do Nascimento, nasceu na Vila do Rio Grande de São Pedro, filha de Francisco Gonçalves Retorta e de Ana Pereira de Souza. Era irmã de Rosa Ignácia Joaquina de Souza, portanto, tia e madrinha da mãe de Manoel Luís Osório.

[67] Além da propriedade de terra, em seu inventário foram declaradas grandiosas somas de animais cavalares. Para os padrões da região, conforme assinalou a historiadora Helen Osório (2007) pode-se considerar que

do casamento entre a sua afilhada e o peão da Estância do Arroio, chegou ameaçar a deserdar a afilhada.

Era ela, Quitéria Pereira do Nascimento, casada[68] com o capitão Francisco Lopes de Mattos,[69] com quem não teve filhos. Isso explicava a sua opção em deixar em testamento parte de sua herança para a jovem Anna Joaquina.[70] A madrinha era considerada, conforme assinalado no seu próprio inventário e testamento, uma espécie de mãe de criação de Anna Joaquina,[71] assim, manteve a sobrinha como herdeira universal dos bens, apesar de seu casamento, no inventário realizado em 1826.[72]

As famílias proprietárias de estâncias como a de Anna Joaquina geralmente residiam junto com outros parentes no mesmo domicílio, portanto, até a data do casamento com Manoel Luiz da Silveira, em 20 de setembro de 1801, Anna Joaquina permaneceu na residência de sua madrinha, na Freguesia de Mostardas.[73] Depois do casamento, Anna Joaquina foi morar junto ao marido na Estância do Arroio. O primeiro filho do casal não demorou a aparecer. Em outubro de 1802, nasce o primogênito Francisco Luís Osório.[74] No local, permaneceram até o início da década de 1820,[75] quando seguiram para Salto, na então província Cisplatina. Isso ocorreu porque Manoel Luiz da Silveira havia sido convocado para ser comandante de guarnição. Pouco tempo

D. Quitéria seria uma das estancieiras de médio porte. APERS. Inventário e Testamento de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.

[68] Certidão de Casamento de Francisco Lopes Mattos e Quitéria Pereira de Souza, em 16 de outubro de 1759, em Catedral de Rio Grande de São Pedro, folha 29v. Apud. LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do Testamento: a Comunidade de Casca em Perícia*. 2ª ed.; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.148.

[69] Natural da praça de Nova Colônia de Sacramento, filho de Pedro Lopes de Mattos e de Maria Gonçalves. APERS. Testamento de Francisco Lopes de Mattos (1794). Rio Grande. Subfundo: Órfãos e Provedoria.

[70] Informações obtidas através da análise do Testamento de Francisco Lopes de Mattos. Dizia: "[...] que é nossa vontade que por nossos falecimentos seja nossa herdeira universal Anna Joaquina de Souza, por ela termos criado em nossa casa e pelo muito amor que lhe temos".

[71] APERS. Inventário e Testamento de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.

[72] APERS. Inventário e Testamento de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.

[73] Uma parte das terras na região de Mostardas, a "Fazenda dos Barros Vermelhos" foram concedidas aos escravizados de D. Quitéria. Apesar de assinalar em seu testamento, as terras permaneceram em litígio judicial por décadas. Ver: MOLET, Claudia Daiane Garcia. *Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no Litoral Negro do Rio Grande do Sul (século XIX ao tempo presente).* Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2018; LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do Testamento: a Comunidade de Casca em Perícia*. 2ª ed.; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

[74] Essas informações foram registradas no inventário da família: APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[75] Nesse período já haviam nascido sete dos onze filhos que tiveram.

antes, faleceu o avô materno de Manoel Luís Osório, o tenente reformado de Milícias Tomas José Luiz Osório,[76] em Conceição de Arroio.

Esse fator pode ter contribuído com a mudança da família. A viúva Rosa Inácia Joaquina, avó do futuro general Osório, permaneceu na estância da família até falecer, aos 75 anos, em outubro de 1831.[77] Alguns anos depois, na segunda metade da década de 1820, Anna Joaquina e Manoel Luiz passaram a residir na Freguesia de Caçapava do Sul, na Comarca de Rio Pardo. A localidade ficava na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, local propício para a prática da pecuária.[78]

A região dava acesso aos campos do norte e do noroeste do Uruguai, onde a família adquiriu outras propriedades de terra.[79] Os anos em que o pai de Manoel Luís Osório esteve envolvido nos campos de batalha da fronteira foram propícios para a ascensão social da família. Acredito que, se por um lado essa experiência na fronteira atraía perigos diversos, até mesmo riscos à vida, também propiciava meios para a constituição de fortunas.

A ascensão social do pai de Manoel Luís Osório aconteceu através dos campos da fronteira. Para isso, antes de incorporar às forças militares de 2ª linha (as Milícias), teve de acrescentar um sobrenome, "Borges", e abandonar outro, "Silveira", passando a assinar: Manoel Luiz da Silva Borges. No casamento com Anna Joaquina, porém, o seu nome constava como "Manoel Luiz da Silveira Borges". Esse caso da mudança de sobrenome será melhor explicado no próximo capítulo.

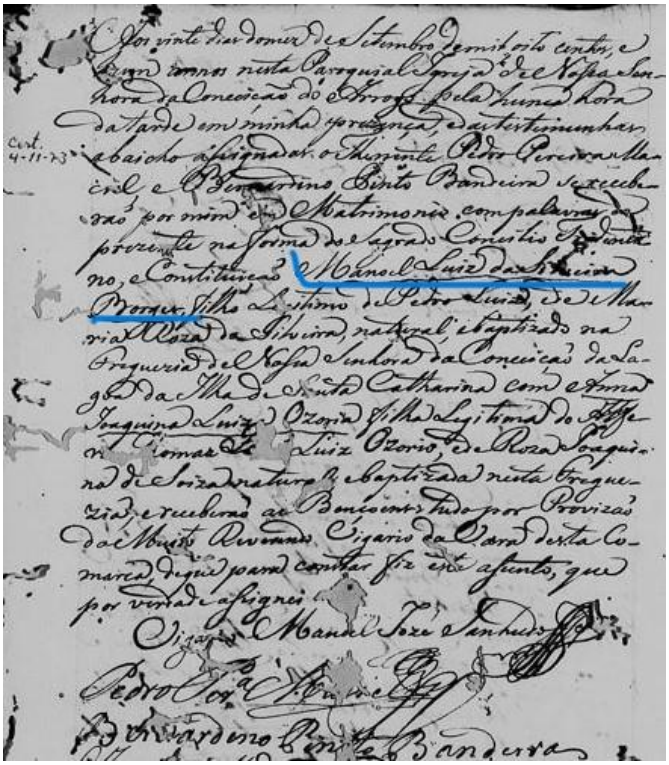
[76] IHGB – Carta-Patente assinada por D. João, Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1804. Reforma no Posto de tenente do Regimento de Milícias de Cavalaria em Porto Alegre. Rio de Janeiro (RJ), 24 de abril de 1815. Arquivo General Osório – Notação Final: DA3.1.073. Série: Documentos Pessoais.

[77] IHGRGS – Coleção Família Osório, Pasta 1. Carta de confirmação de Sesmaria remetida pelo Governo Provisório do Rio Grande do Sul para Rosa Joaquina de Souza, em 19 de setembro de 1822.

[78] A região passou a ser ocupada durante o século XVIII, quando foram construídas fortificações pelos Dragões de Rio Pardo. A região ficou conhecida primeiramente pela expressão: "Povo de Cassapava", por bandeirantes, tropeiros e aventureiros que montavam seus acampamentos no local. Conforme Rubert, a região apresentava clareiras na mata fechada, que em tupi-guarani eram conhecidas por "cassapava". Daí o nome da localidade. RUBERT, Arlindo. *As Freguesias de Caçapava e de Santaninha*. Canoas: La Salle, 1956.

[79] No capítulo 3, foi analisada a forma como a família adquiriu na década de 1830 essa propriedade próxima ao rio Arapeí. Ainda neste capítulo, porém, tratarei das propriedades de Anna Joaquina e Manoel Luiz.

Figura 2 – Imagem do registro de casamento dos pais de Osório.



Fonte: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da igreja Católica, 1738-1952," database with images, *FamilySearch.* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2C2-4?i=29&cc=2177295 Acesso em 03/03/2023.

Ao migrar para a região noroeste do Uruguai, a localidade de Salto, tornou-se tenente-coronel e comandante de guarnição, além de proprietário de campos de criação de gado.[80] Então, contou com a capacidade de Anna Joaquina de chefiar os assuntos relacionados à administração das propriedades. É possível afirmar isso depois de analisar a documentação que a D. Anna Joaquina manteve com seus filhos e administradores da fazenda, mostrando-se a par dos assuntos relacionados às propriedades da família.[81]

Houve um apagamento da atuação de mulheres no Rio Grande do Sul oitocentista. De forma oficial, foram retratadas através de uma visão romântica creditada às mulheres sul-rio-grandenses, que ficaram conhecidas como "prendas"[82], a partir do surgimento do

[80] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.
[81] IHGB – Relação da Conta do gado pertencente a D. Anna Joaquina. 1841-1842. Arquivo General Osório. Notação Final: DL226.010. Série: Núcleo Familial.
[82] O termo era designado a companheira dos homens pobres no Rio Grande do Sul. Alguns dicionários consideram que o termo era atribuído a mulheres indígenas e/ou descendentes. Entretanto, é preciso considerar que, quando o movimento tradicionalista surgiu em 1940, havia uma "desconfiança em relação à figura da 'china', companheira do gaúcho histórico, percebida como uma aventureira que trocava de amores ao sabor de suas andanças pelo território". ZALLA, Jocelito. *A invenção de Simões Lopes Neto: a*

Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). A prenda: "inventada para ser tudo aquilo que a china[83] não foi: educada para entreter, contida no espaço privado, coberta por tecidos que restringem inclusive seu movimento, desprovida de sexualidade".[84]

Essa caracterização teleológica do cotidiano feminino oitocentista,[85] deixou de observar, por exemplo, que em tempos de guerra, as mulheres que tinham acesso à propriedade de terras, assim como Anna Joaquina, tinham a possibilidade de gerenciar os negócios e cuidar "da educação e saúde dos filhos, mas também garantindo a comunicação com amigos e parentes distantes, inclusive em países vizinhos".[86] Essas mulheres, que ajudaram "de forma pouco conhecida, mas não menos importante, na articulação de recursos para a guerra", que também foram "romantizadas pela ficção, precisam ser entendidas na sua atuação como parte importante desse modelo de sociedade e de economia, não só nos tempos de guerra".[87]

O papel[88] que coube a Anna Joaquina, assim como a de outras mulheres naquele contexto, significou também "ficar nos bastidores com os filhos, com os bens e/ou com a

literatura e a memória histórica no sul do Brasil. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.165.

[83] O termo era designado às mulheres nascidas no Rio Grande do Sul, "para burlar o estigma da 'china'", já que foi criado à posteriori. Até meados do século XX, a forma mais usual para se referir aos homens nascidos no Rio Grande do Sul, eram os termos "rio-grandense" e/ou "sul-rio-grandense". A partir das décadas 1920-1930, porém, esses termos foram substituídos para "gaúcho". Assim sendo, o "gaúcho, descrito como homem 'forte e valente' encontrava na *prenda* a sua companheira idealizada: uma mulher bonita, recatada, doce e graciosa". Ver: ZALLA, Jocelito. *A invenção de Simões Lopes Neto: a literatura e a memória histórica no sul do Brasil.* Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. P.413

[84] SANTOS, João Vitor. Farroupilha, revolta de uma elite que embranquece os heróis e romantiza as mulheres. Entrevista especial com Carla Menegat. *Instituto Humanitas Unsinos*, 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/602970-farroupilha-a-revolta-de-uma-elite-que-embranquece-os-herois-e-romantiza-as-mulheres-entrevista-especial-com-carla-menegat Acesso em: 20/01/2023

[85] RAMOS, Eloísa Helena Capovilla. Mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha. *Outros olhares sobre a Revolução Farroupilha",* Porto Alegre, 2008, p.1-2. Em grande parte, os estudos sobre a História do Rio Grande do Sul ficaram resumidos a uma perspectiva masculina, "uma história de guerreiros ricos ou pobres, brancos ou negros". Pesquisas sobre o cotidiano e/ou do ponto de vista das trajetórias de mulheres no Rio Grande do Sul setecentista, embora tenham sido ampliados nos últimos anos, ainda necessitam de outras abordagens.

[86] SANTOS, João Vitor. Farroupilha, revolta de uma elite que embranquece os heróis e romantiza as mulheres. Entrevista especial com Carla Menegat. *Instituto Humanitas Unsinos*, 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/602970-farroupilha-a-revolta-de-uma-elite-que-embranquece-os-herois-e-romantiza-as-mulheres-entrevista-especial-com-carla-menegat Acesso em: 20/01/2023

[87] Idem.

[88] PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p.21. Para a autora, o desconhecimento do "papel das mulheres" na sociedade relaciona-se à escrita da história, uma vez que, para escrevê-la é preciso de "fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos".

responsabilidade de 'tocar a vida adiante'".[89] As correspondências que mantinham com os filhos, maridos e/ou parentes próximos, direto do front de batalha, eram, por assim dizer: "um conforto, um elo, uma forma de se manter a par dos acontecimentos e de participar dos episódios passando e recebendo informações". Por outro lado, essa atuação nos bastidores poderia significar o "abandono à própria sorte, sem dinheiro e sem qualquer proteção".[90]

O que precisa ficar evidente é que a experiência de conflitos[91] apresentou a Anna Joaquina exigências distintas às que comumente eram feitas às mulheres que compunham outras faixas sociais. Herdeira de propriedades de terra, ela teve oportunidades bastante distintas daquelas ofertadas às mulheres escravizadas. A título de comparação, em tempos belicosos, Anna Joaquina tomava a frente da sua propriedade, enquanto aguardava o retorno do marido e filhos. As mulheres pobres, em contrapartida, muitas vezes tinham de acompanhar seus esposos, filhos e/ou irmãos indo para a guerra, ficando expostas às mais diversas situações. As mulheres cativas, por outro lado, talvez encontrassem, nessas situações oportunidades únicas "de uma fuga para além da fronteira, a chance da conquista da liberdade".[92]

Em razão disso, considero importante analisar, ainda que brevemente, a estrutura de bens dos pais de Manoel Luís Osório, assim como a composição do domicílio do casal Silva Borges e Anna Joaquina. Para isso, foi necessário fazer um recorte temporal específico, entre 1829-1849, levando em consideração as fontes históricas que tive acesso. É importante dizer que, durante essas duas décadas, a composição econômica do casal passou por diferentes cenários. De relevante prestígio social em Caçapava do Sul – conquistado através de heranças e da prestação de serviços – às dificuldades financeiras, ao que tudo indica, em decorrência da Revolta Farroupilha.[93]

---

[89] RAMOS, Eloísa Helena Capovilla. Mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha. *Outros olhares sobre a Revolução Farroupilha",* Porto Alegre, 2008, p.10.
[90] Idem.
[91] Entre os volumes dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, foi possível perceber atuações distintas de mulheres durante a Revolução Farroupilha. As mulheres proprietárias, por exemplo, doavam dinheiro, bens (gado, cavalos), casas de moradia. Aquelas que sabiam escrever, despachavam documentos para os companheiros de batalha. Da mesma forma que são mencionadas mulheres escravizadas que, em situação de miséria e violência, tiveram as vidas separadas de suas famílias e outras que buscaram a liberdade durante o decênio em armas. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Vol.2-17, ´Porto Alegre: AHRS, 1978-2008. Apud. RAMOS, Eloísa Helena Capovilla. Mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha. *Outros olhares sobre a Revolução Farroupilha",* Porto Alegre, 2008.
[92] Ibidem.
[93] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.50.

1.4. O domicílio escravista do tenente-coronel Silva Borges e da D. Anna Joaquina Luísa Osório

Por volta de 1825, no intervalo das Guerras Cisplatinas que tomaram a fronteira do Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguai, Manoel Luiz e Anna Joaquina residiram no Município de Caçapava do Sul. Naquele ano nasceu mais um filho do casal, depois conhecido como capitão Pedro Luís Osório.[94] Aqui é importante ressaltar que a condição financeira da família naquele contexto, era certamente bem mais estável do que quando partiram juntos de Conceição do Arroio, no litoral do Rio Grande do Sul, para a localidade de Salto, no noroeste do atual Uruguai.

Em 1º de agosto de 1828, próximo dos 50 anos de idade, o tenente-coronel Silva Borges solicitou sua reforma das forças de Milícia.[95] Era um veterano dos conflitos que ocorreram no Estado Oriental do Uruguai, onde participou também da campanha de Independência do Brasil (sítio às forças portuguesas no Porto de Montevidéu), assim como da Guerra Cisplatina (1825-1828).[96] Pelo tempo que passou em campanha e pelos serviços prestados nos conflitos, pouco antes de solicitar sua dispensa do Regimento de Cavalaria n.º 20,[97] o tenente-coronel Silva Borges requereu ao imperador D. Pedro I, em 1827, uma pensão de 360#000 mil réis.[98]

Segundo consta, o requerimento não tinha sido autorizado pela Assembleia Legislativa,[99] contudo, em consulta ao *Diário da Câmara dos Deputados*, na Sessão de 19 de junho de 1829,[100] foi possível constatar a aprovação do requerimento do tenente-

---

[94] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[95] Decreto do Governo Imperial, publicado em 1º de agosto de 1828. In: OSÓRIO, Fernando Luís. *A História do General Osório*. Op. Cit., p.48.

[96] A atuação do tenente-coronel na Cisplatina será analisada no próximo capítulo, junto à inserção de Manoel Luís Osório no mundo da guerra.

[97] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013. O requerimento foi encaminhado à Comissão de Pensões e Ordenados.

[98] (BN) – Hemeroteca Digital (RJ) – *Império do Brasil: Diário da Câmara de Deputados.* Nº 57. Sessão de 19 de junho de 1829. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749419&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=4470 Acesso em: 20 de dezembro de 2023

[99] Essa informação foi obtida através da análise de requerimento de D. Anna Joaquina Luísa Osório, encaminhado anos depois, já viúva do tenente-coronel Silva Borges. BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013.

[100] BN – Hemeroteca Digital (RJ) – *Império do Brasil: Diário da Câmara de Deputados*. Nº 57. Sessão de 19 de junho de 1829. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749419&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=4470 Acesso em: 20 de dezembro de 2023

coronel Manoel Luiz da Silva Borges na Assembleia Geral Legislativa.[101] Não consegui entender os motivos pelos quais o tenente-coronel não recebeu a pensão. O que é possível afirmar é que, nos anos seguintes à sua reforma nas forças milicianas, Silva Borges exerceu cargos públicos em Caçapava, Juiz de Paz e vereador.[102] O desempenho dessas funções dependia de um processo eleitoral, no qual a escolha do representante era definida em votação, o que poderia denotar o grau de seu prestígio local. No entanto, não encontrei nenhum vestígio documental em relação a esse processo eleitoral.

De todo modo, através da documentação produzida durante o exercício da função, foi possível confirmar que a migração para aquela região parecia ter sido bem-sucedida, Isso porque, em 1830, em decorrência da função de Juiz de Paz, coube a Silva Borges a produção das listas de domicílios: as *Listas de Fogos de Caçapava.*[103] Como uma espécie de censo, as listas nominativas eram produzidas desde o período colonial, em cada localidade do Império luso-brasileiro, "fogo a fogo", expressão usual para se referir aos domicílios.[104] Esse é um vestígio importante para compreender a organização social de uma localidade à época. Do ponto de vista das informações, em geral, os primeiros listados eram os chefes de família – homens ou mulheres –, seguidos do conjugue (quando existia) e depois "dos filhos, netos, expostos, agregados, peões, moradores e escravizados".[105] Vale destacar que as listas de fogos geralmente eram solicitadas por autoridades, quais sejam: Eclesiásticas (vigário), Civis (ouvidores) ou Militares (comandantes).[106]

No caso da região de Caçapava do Sul, em 1830, as listas envolveram em sua elaboração dois militares que eram ao mesmo tempo pai e filho: o tenente-coronel Manoel

---

Nesta sessão consta a presença de 70 deputados, "faltando sem participação de causa, os Srs. Getúlio, Araújo Vianna, Mello e Souza, Teixeira de Gouvêa, Clemente Pereira, Barros Leite, Aguilar, Garcia de Almeida, Maciel Monteiro, Albuquerque, Moura, Gonçalves Martins, Odorico, Lobo, Arcebispo, França e Madureira".

[101] (BN) – Hemeroteca Digital (RJ) – *Império do Brasil: Diário da Câmara de Deputados*. Nº 57. Sessão de 19 de junho de 1829. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749419&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=4470 Acesso em: 20 de dezembro de 2023

[102] OSÓRIO, Fernando Luís. *A História do General Osório*. Op. Cit., p.50. O autor não cita, porém, por quanto tempo que Silva Borges exerceu esses postos.

[103] Um dos primeiros historiadores a analisar as listas de fogos de Caçapava foi Moacyr Flores, no livro intitulado: *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.104.

[104] GIL, Tiago Luís. As listas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.17, jul./dez.2017, p.35.

[105] Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Lista de Fogos de Caçapava – 1830 – Maço 7, Lata 2.

[106] CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017, p.34-35.

Luiz da Silva Borges (Juiz de Paz de Caçapava do Sul) e o tenente do Exército Manoel Luís Osório (oficial do Exército na Comarca de Rio Pardo, da qual a Freguesia de Caçapava do Sul fazia parte).[107] Daí é possível inferir que o foco principal da lista era arregimentar homens em armas. Isso, pois, considerando as autoridades envolvidas na elaboração das listas, assim como quando comparadas às informações dispostas em listas nominativas, produzidas em outros locais do Brasil.[108] A lista de Caçapava era bastante incompleta em relação aos seguintes caracteres: "idades, cor, ocupação e economia do fogo". Essas informações, por exemplo, estavam regularmente presentes em listagens nominativas de São Paulo e Curitiba.[109]

Isso não significa dizer que os dados contidos na lista que tive acesso não eram relevantes para o estudo. Ao contrário disso, serviram como fonte auxiliar para a compreensão da estrutura e da organização do domicílio em que estavam inseridos.[110] O fogo nº 17 da lista, conforme indicado acima, tinha como chefe o tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges, que foi o primeiro a ser mencionado, seguido de D. Anna Joaquina Luísa Osório e dos sete filhos do casal, três mulheres e quatro homens. Refiro-me às meninas – Eufrásia Luísa, Clarinda Luísa e Rosa Luísa – e aos meninos – Francisco Luís, Manoel Luís, José Luís e Pedro Luís. Além desses filhos acima mencionados, o casal ainda teve mais dois filhos que, naquele momento, ainda não haviam nascido. Eram eles, Thomaz Luís que acabou morrendo aos sete anos de idade e Maria Felícia. E também, as filhas Ana Luísa e Maria Luísa que, na década de 1830, quando foi produzida a lista, já estavam casadas com os irmãos João Jacinto Pereira e José Jacinto Pereira. Portanto, não residiam mais naquele fogo.

[107] A atuação de Manoel Luís Osório como tenente da 1ª linha do Exército, patente-militar que esteve por cerca de 10 anos, será analisada ao longo do texto. AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

[108] Recolher essas informações tinha como "pano de fundo" todo o temor do recrutamento militar, a violência que contaminava o processo e o tornava propício para a fuga, deserção e migração, muitas vezes, às vésperas de grandes batalhas. Nessa medida, duas questões acabavam condicionando as informações solicitadas pelas autoridades: a fronteira e os conflitos.

[109] GIL, Tiago Luís. As listas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.17, jul./dez.2017, p.40-45.

[110] Essa lista nominativa precisou ser confrontada com outras fontes históricas, como será demonstrado nas próximas páginas.

Na sequência do documento, foram listados em ordem: uma *exposta*[111] de nome "Francisca de 17 anos"; uma *agregada*[112] "Teresa (parda), sem filhos"; dois *peões* – "Saturnino (pardo)" e "José (índio)" –; e vinte e quatro escravizados, sendo dezessete homens e sete mulheres.[113] Era um domicílio numeroso que reunia pessoas livres e escravizadas, brancos, pretos, pardos e indígenas, oferecendo indícios de que aquela poderia ser uma sociedade bem mais complexa do que se poderia imaginar.[114] O número de escravizados da propriedade era expressivo para o período, posicionando o casal como um dos maiores escravistas de Caçapava do Sul. Essa condição certamente impactava diretamente nos cargos públicos que Silva Borges exerceu no local.

De acordo com a historiografia, porém, é preciso considerar a manipulação desses dados apresentados por autoridades diretamente envolvidas com a comunidade. Em um momento carregado de imprecisões em relação à população dessa região, as duas autoridades envolvidas na produção das listas de fogos naquele contexto faziam parte de uma mesma família, ou seja, é possível que elementos fossem ocultados ou superestimados.[115]

Esse foi – recorrendo ao historiador Michel de Certeau – o contexto de produção da lista nominativa de Caçapava do Sul em 1830.[116] Contudo, diante desse registro histórico, é sempre preciso analisar de forma crítica suas informações. A população de Caçapava era estimada em 2.927 pessoas, que se separavam em 286 domicílios, de acordo com os dados recolhidos na lista de fogos.

---

[111] A categoria social "exposto ou exposta" eram atribuídas às pessoas de "pais não conhecidos ou filhos de pais incógnitos" que residiam naquele fogo. Em Caçapava, conforme a listagem, os "expostos" correspondiam a cerca de 0,7% da população descrita. Para uma análise mais detalhada ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p.112-121.

[112] A categoria social "agregado ou agregada" correspondia a pequenos produtores que, sem acesso às terras, estabeleciam de favor nas estâncias de outros indivíduos, dedicando-se à cultura produtiva da pecuária ou da lavoura. Em Caçapava, de acordo com a *Lista de Fogos*, os "agregados" correspondiam a cerca de 13% dos moradores dos domicílios em 1830. Para uma explicação mais completa sobre a categoria "agregado" no Rio Grande do Sul, ver: FARINATTI, Luís Augusto. A história de João Potro: trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.33, nº 63, set/dez. 2017, p.715-722.

[113] (IHGRS). Lista de Fogos de Caçapava – 1830 – Maço 7, Lata 2.

[114] MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Para além do binômio – senhores e escravizados – pesquisadores tem mostrado a complexidade da sociedade brasileira ao longo do século XIX.

[115] GIL, Tiago Luís. As listas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.17, jul./dez.2017, p.40-45; CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017, p.91-93.

[116] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

Quadro 3 – Dados populacionais da *Lista de Fogos de Caçapava*[117]

População	Homens	Mulheres	Gênero não mencionado	Total	Porcentagem (%)
Chefes	238	48	-	286	9,7%
Esposas	-	201	-	201	6,8%
Filhos	393	368	-	761	26,2%
Netos	1	-	-	1	0,0%
Expostos	7	16	-	23	0,7%
Agregados	193	194	-	387	13,2%
Peões	97	32	-	129	4,4%
Moradores	5	4	-	9	0,3%
Escravizados	671	388	71	1.130	38,6%
Total	**1.605**	**1.251**	**71**	**2.927**[118]	**100%**

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Lista de Fogos de Caçapava – 1830 – Maço 7, Lata 2.

Como foi possível observar no Quadro 3, existiam 238 fogos chefiados por homens e cerca de 48 liderados por mulheres. Importante ressaltar que essa era uma fotografia importante, embora apenas panorâmica daquilo que realmente acontecia na sociedade local. Por exemplo, se contarmos apenas o tempo que residiam em Caçapava do Sul, seria possível considerar que Anna Joaquina esteve à frente do fogo muito mais tempo do que Silva Borges, envolvido nas ações de guerra na fronteira.[119] Porém, de modo "oficial", era ele quem representava a posição social de "cabeça de casal" ou de "chefe de fogo".[120]

Em 26 de junho de 1836, o tenente-coronel Silva Borges morreu após complicações no fígado, agravadas nos combates contra os farroupilhas.[121] Sem ter deixado testamento, a família não conseguiu providenciar o inventário dos bens antes de 1849. Com a morte do marido, D. Anna Joaquina tornou-se a chefe do fogo, função que compartilhava com integrantes da família.[122] A morte de Silva Borges, durante da Revolta

[117] Uma tabela semelhante a essa foi elaborada por Corrêa em sua tese de doutorado. Ver: CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. (Tese de Doutorado em História), São Leopoldo- RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH), 2017, p.41.

[118] FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense...* Op. Cit.; 2002. Moacyr Flores registrou um número maior de pessoas, cerca de 2.951 presentes na lista de fogos de Caçapava. Os números que cheguei são os mesmos que André do Nascimento Corrêa apresentou em sua tese de doutorado, citada acima.

[119] A desigualdade de fontes históricas entre homens e mulheres impactam constantemente as pesquisas sobre as dinâmicas familiares e as relações de gênero no cotidiano do século XIX. Por outro lado, no caso de D. Anna Joaquina Luísa Osório existe um volume considerável de fontes históricas, que podem resultar em análises futuras.

[120] Termos utilizados nos documentos do período.

[121] A atuação de Manoel Luiz da Silva Borges e de Manoel Luís Osório serão retomadas nos capítulos III e IV.

[122] Entre 1841-1842, a estância de Anna Joaquina próxima ao Rio Arapeí, no Estado Oriental, foi administrada pelo genro João Jacinto Pereira, casado com Ana Luísa Osório. (IHGB) – Arquivo General

Farroupilha (1835-1845), certamente causou impacto na estrutura produtiva da família. O que levou a família providenciar a partilha de bens.

Em 12 de outubro 1837, demonstrando dificuldade financeira, a viúva D. Anna Joaquina requereu ao Ministério do Império uma pensão em nome dos "relevantes serviços[...]" prestados pelo finado marido "nas campanhas do sul, contra a Rebelião da Província do Rio Grande [...]".[123] Afirmava ter ficado com uma "deficiência de meios" para "educar e manter sua numerosa família".[124]

Naquele contexto, conforme informou junto ao requerimento, D. Anna Joaquina era responsável por seis filhos menores de idade: Eufrásia, Rosa, Clarinda, Maria Felícia, Pedro e Thomaz, "sem bens e em orfandade". Além de outros cinco maiores de idade – Francisco, Ana Luísa, Maria Luísa, Manoel Luís e José Luís" – dos quais os dois últimos "se tem achado [...] no serviço da causa legal".[125]

Mesmo com as súplicas de D. Anna Joaquina, a família não recebeu a pensão requerida.[126] É importante destacar que D. Anna Joaquina requereu a pensão num período em que grande parte das famílias tiveram perdas financeiras[127] no Rio Grande do Sul.[128] De todo modo, para entender um pouco mais a respeito da estrutura financeira que restou à família, foi preciso recorrer às informações dispostas no inventário *post mortem* de Manoel Luiz da Silva Borges, do qual D. Anna Joaquina Luísa Osório foi inventariante. Vale mencionar que essa fonte também ofereceu uma fotografia panorâmica, ainda que

Osório. Série Documentos Pessoais. *Relação de Contas passadas por João Jacinto Pereira a D. Anna Joaquina Osório, Fazenda em Arapeí, 1841-1842*. Notação final: DL225.002.

[123] Segundo a documentação anexada junto ao requerimento de Anna Joaquina, o tenente-coronel – pelo "patriotismo e "interesse" – forneceu "ao Exército, gratuitamente, grande quantidade de gado vacum, e cavalos de sua propriedade, e tudo isso se acha assaz comprovado". BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 12 de outubro de 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013, Doc.2.

[124] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 12 de outubro de 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013, Doc.2.

[125] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 12 de outubro de 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013, Doc.2.

[126] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 18 de outubro de 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013, Doc.6.

[127] Para uma análise da situação financeira no Rio Grande do Sul até a metade do século XIX, ver: BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese (Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p.98.

[128] BERUTE, Gabriel Santos. A Economia do Rio Grande do Sul em Tempos de Guerra (Porto Alegre e Rio Grande, Primeira Metade do Século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.150, julho de 2016, p.11-32.

um pouco mais ampla do domicílio e da estrutura produtiva chefiada por D. Anna Joaquina.[129]

De acordo com os dados listados no inventário, o *monte-mor*[130] do casal foi avaliado em: 43:609#000 mil réis.[131] Desse total de bens, cerca de 22:350#000 mil réis,[132] mais do que a metade do total, correspondia aos cativos declarados como bens. Em 1849, a família era proprietária de 50 escravizados, 23 mulheres e 27 homens.[133] Do ponto de vista do acesso ao trabalho escravo, após a morte do tenente-coronel Silva Borges, o domicílio chefiado por D. Anna Joaquina duplicou o número de escravizados que haviam sido declarados na *Lista de fogos de Caçapava* em 1830.[134] Existiam cerca de quinze escravizados com menos de 10 anos de idade, nove meninas e seis meninos.[135]

Nessa conjuntura (1829-1849), conforme a historiografia tem assinalado, os proprietários de escravizados mantinham suas escravarias, além de eventuais aquisições,[136] através do crescimento natural.[137] Não mais ficavam restritos ao "tráfico

---

[129] Do ponto de vista metodológico, para a análise de inventários *post mortem*, ver: BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 2019; PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

[130] Essa expressão é utilizada para fazer referência ao conjunto de bens deixados em um inventário *post mortem.*

[131] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[132] Segundo consta, a pedido do Juiz de Órfãos e Ausentes da Comarca de Rio Pardo – José Pinheiro de Uchoa Cintra – essas informações foram avaliadas por dois funcionários do Cartório - Sebastião José de Oliveira Barreto e Joaquim Maria de Magalhães.

[133] André do Nascimento Corrêa, que também analisou o inventário do tenente-coronel Silva Borges, assinalou a presença de 51 escravizados, 19 mulheres e 31 homens. De acordo com o observado, o autor apresentou algumas imprecisões: contou duas vezes a escravizada "Clementina Mulata de 12 anos"; confundiu o gênero das escravizadas "Jacinta de 22 anos" e "Joaquina de 28 anos". Ver: CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. (Tese de Doutorado em História), São Leopoldo- RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH), 2017, p.91-92.

[134] Entre a produção da lista de fogos de Caçapava e o inventário de Silva Borges há um intervalo de 19 anos.

[135] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[136] Encontrei registro de compra do escravizado "Manoel, africano, de 30 anos", cujo comprador Manoel Luís Osório pagou o "valor de 1:500$", em 8 de janeiro de 1861. Livro 5, 1860-1861, p.110. In: APERS – *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos; acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. V.1, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p.241. Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/acervo-tabelionatos Acesso em: 22 de abril de 2023.

[137] GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-Grandense Oitocentista.* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005; OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luis Alberto (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.75-90; BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do Sul, c. 1790 – c. 1825.* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006; PERUSSATTO, Melina K. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c. 1860 – c.1888.* São Leopoldo, 2010.

Atlântico", como no início de "seus empreendimentos",[138] ou seja, havia uma "reprodução endógena", entre os próprios escravizados, que talvez explique a "presença significativa de crianças",[139] assim como listado entre os bens de Anna Joaquina.

A estrutura produtiva de Caçapava, como foi possível notar, baseada na pecuária e na lavoura, teve a marcante presença da escravidão. Conforme os dados do quadro 3, cerca de 38,6% da população de Caçapava era formada por trabalhadores escravizados. É preciso considerar ainda que aproximadamente 67% dos domicílios registravam a presença de cativos, isto é, possivelmente a contratação de trabalhadores livres – peões, roceiros e campeiros – eram mais dispendiosas proporcionalmente, do que a compra de escravizados. Ou ainda, era mais acessível para os proprietários da região disporem de um crédito de investimento para a compra de escravizados do que assumirem os custos da manutenção de homens livres na produção. Além do mais, quando um proprietário optava pela mão de obra escravista, certamente pretendia não somente empregá-la nas tarefas cotidianas, mas também em outras eventuais.[140]

A premissa não era exclusividade dos grandes estancieiros, sendo a escravidão generalizada entre pequenos e médios produtores de pecuária, assim como àqueles que também se dedicavam à agricultura.[141] Na Tabela 1 são apresentados dados sobre o plantel de escravizados na localidade de Caçapava do Sul.

[138] Os africanos desembarcavam primeiramente no Rio de Janeiro, antes de seguirem até a província de São Pedro. Ver: https://slavevoyages.org Acesso em 22 de abril de 2024.
[139] PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835).* Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopóldo, 2009, p.117.
[140] DJENDEREDJIAN, Julio. Optimizando recursos escasos en un área de frontera. La opción por la mano de obra esclava en grandes estancias entrerrianas de tiempos coloniales. *Quinto Sol*, Vol. 15. Nº 2, 2001, p.23-25. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/pdf/quisol/v15n2/v15n2a01.pdf Acesso em: 12 de janeiro de 2023.
[141] Para uma reflexão mais aprofundada sobre a paisagem agrária platina, que inspiraram às relações produtivas no Rio Grande do Sul, ver: GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieiros. Uma región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998; GARAVAGLIA, Juan C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999; DJENDEREDJIAN, Julio César. *Historia Del Capitalismo Agrario Pampeano. La agricultura pampeana en la primera mitad del siglo XIX*. Editora: Siglo XXI. Buenos Aires, 2008.

Tabela 1 – Plantel de escravizados em Caçapava do Sul 1821-1850

Plantel de escravos	N.º de Proprietários	%	N.º de escravos	%
De 1 a 5	72	55%	190	18%
De 6 a 9	27	20%	202	19%
De 10 a 20	22	18%	300	28%
Mais de 20	9	7%	380	35%
Total	**130**	**100%**	**1072**	**100%**

Fonte: Tabela adaptada da tese de doutorado: CORRÊA, André do Nascimento. CORRÊA, André do Nascimento. *Ao Sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2013, p.68. Na elaboração, foram examinados 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850, disponíveis em: Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

De acordo com as informações, o domicílio chefiado por Silva Borges e D. Anna Joaquina esteve dentre os nove inventários com mais de 20 escravizados listados entre os bens, o que colocava o domicílio do casal dentre os maiores escravistas da localidade. Em termos de números, é possível afirmar que a escravidão em Caçapava do Sul apresentava uma grande concentração entre os maiores estancieiros, ao mesmo passo em que estava disseminada entre os pequenos e médios proprietários. Algo semelhante ao que foi registrado em outras regiões do Brasil.[142]

Cerca de 75% dos proprietários que declararam ter na faixa de 1 a 5 ou de 6 a 9 cativos concentravam, na verdade, 37% dos escravizados. Enquanto isso, os proprietários que declararam possuir mais de 20 escravizados – que correspondia a 7% dos inventariados – detinham cerca de 35% dos cativos de Caçapava do Sul.

A partir do inventário, pode-se inferir que a família Osório era uma das nove maiores proprietárias de escravizados em Caçapava do Sul. No local a família possuía:

> [...]uma Sesmaria de Campo, no distrito de Santa Bárbara, avaliada em oito contos de reis; uma casa coberta de telha[...], com cozinha e pátio [...], na mesma Vila, na Rua das Palmas, que foi avaliada em um conto e oitocentos mil reis[...]; o terreno em que está o arvoredo[...] com mais ou menos 260 pés de laranjeiras em bom estado e mais algumas árvores frutíferas[...]; uma casa de morada[...] e outra com a tafona [ou atafona] – espécie de moedor – [...]ambas de pau a pique, cobertas de telhas[...], assim como outras benfeitorias[...].[143]

Analisando a documentação, notei que o trabalho dos escravizados não se resumia à localidade de Caçapava. Além dessas propriedades no local, na década de 1830, a

[142] MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforrias no extremo sul do Império do Brasil.* São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2012, p.58-61. Conforme a comparação apontada pelo historiador Marcelo Matheus, a partir de outras contribuições historiográficas, "a dispersão da posse escrava parece ter sido a tônica em muitas regiões do Brasil imperial até 1850".

[143] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

família ampliou o acesso aos campos no noroeste do Estado Oriental do Uruguai.[144] Tratava-se da propriedade de "duas léguas e meia de campos",[145] "nas pontas do Rio Arapehy".[146] Ou seja, a unidade produtiva comandada por Silva Borges e D. Anna Joaquina tinha entre os "bens de raiz",[147] as propriedades da vila de Caçapava e também no Estado Oriental.[148]

1.5. "Há muito o que se fazer": as terras de D. Anna Joaquina Luísa Osório

Para retomar o raciocínio anterior, a unidade produtiva de D. Anna Joaquina, sobretudo a partir de 1836 quando ficou viúva, dedicava-se à pecuária e à lavoura. É possível afirmar isso, ao observar as informações do inventário *post mortem* de Manoel Luiz da Silva Borges, mas também através dos ofícios desempenhados pelos escravizados nas propriedades da viúva. Essas informações eram apresentadas em anexo aos nomes, à idade e ao "valor" estimado de cada um.[149]

Entre os cinquenta cativos de D. Anna Joaquina apenas quinze tinham indicações a respeito do ofício. Todos homens, com idades entre 17 e 60 anos: oito *roceiros*, seis *campeiros* e um *sapateiro*. Os demais certamente dedicavam-se a diferentes atividades. Ao estudar a estrutura agrária de Alegrete, região que ficava a oeste de Caçapava, Luís Augusto Farinatti assinalou que isso acontecia com frequência entre os maiores plantéis de cativos. Com isso, não se está afirmando que não existiam ofícios específicos aos escravizados de uma pequena escravaria.[150]

---

[144] Quando finalizado o inventário, constava ainda uma dívida de "meia légua no valor de mil patacões" referentes a essas terras. O patacão, criado por D. João em 1809, tinha o valor correspondente a uma moeda de prata de 960 réis ou três patacadas de prata equivalentes a 320 réis. Ou seja, a dívida em relação a "meia légua de campo" chegava ao valor aproximado de 960#000 mil réis. Ver: https://en.numista.com/catalogue/pieces61834.html Acesso em: 23 de março de 2023.

[145] Uma légua era uma antiga unidade de medida, atribuídas às propriedades de terra que em geral correspondia a 6.600 metros. Portanto, os campos que tinham no Estado Oriental mediam aproximadamente 16.400 metros quadrados, algo próximo a 1 hectare e meio.

[146] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes. Na verdade, a família tinha dois campos contínuos nessa região. Um pertencente ao tenente-coronel Silva Borges e outro ao filho Manoel Luís Osório. O processo de aquisição desse terreno será trabalhado no capítulo III. Aqui vale mencionar, porém, que se tratavam de terras passadas a Manoel Luís Osório, sendo partilhados os animais que existiam no terreno entre os herdeiros do casal Silva Borges e D. Anna Joaquina.

[147] Imóveis, terrenos, casas

[148] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[149] Idem.

[150] FARINATTI, L. A. Escravos do Pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Revista Ciência e Ambiente*, n.33 (jul/dez, 2006), Santa Maria: UFSM, 2006, p.135-154.

De todo modo, a falta de indicação dos ofícios dos demais escravizados, poderia significar duas coisas distintas: "uma forma do inventariante, ou mesmo do escrivão responsável pelo processo, designarem mais sumariamente os termos do inventário"; ou uma indicação de que "aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros".[151] Entre as alternativas acima descritas acredito que a segunda era mais condizente com o domicílio escravista comandado por D. Anna Joaquina. Antes de mostrar as evidências que apontam para isso, é preciso algumas definições.

No Rio Grande do Sul, o *escravo campeiro* dedicava-se ao ato de campear, "procurar, buscar esquadrinhar, trabalhar com o gado no campo".[152] Em termos, esse ofício proporcionava aos cativos uma maior mobilidade e exigia concessões dos senhores escravistas. Alguns autores têm refletido a respeito das relações de trabalho e manutenção dos escravizados nesse setor produtivo, pontuando que a pecuária gerava um certo grau de envolvimento e confiança entre senhor e escravizado, no qual poderia render inclusive algumas vantagens aos últimos. Por exemplo, através do acesso a animais que, quando revendidos, poderiam ser usados para a compra de sua alforria. Essa seria uma das formas de reiteração das relações escravistas através da pecuária.[153]

Não por acaso, os campeiros estiveram entre aqueles que, conforme os avaliadores, possuíam maior valor agregado por serem muito necessários à produção, tomando-se por base a atividade que desempenhavam.[154] Os dois escravizados listados entre os bens de D. Anna Joaquina e apontados com o maior "valor" eram os *campeiros* Adão Grande e Antônio Mulato, cada um foi avaliado em 850#000 mil réis.[155]

O *escravo roceiro*, como o próprio nome indicava, era chamado aquele que se dedicava às plantações ou às "roças". Em relação aos ofícios desempenhados pelos

---

[151] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.302.

[152] NUNES, Zeno; NUNES, Rui Cardoso (org.). *Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Martins Livreiro. Disponível em: https://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html Acesso em: 12 de março de 2024.

[153] ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, Fronteira e Liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2008; OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, século XVIII. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2005, p.12.

[154] PETIZ, S. S. Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopóldo, 2009, p.36.

[155] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

escravizados em Caçapava do Sul, entre os inventários analisados pelo historiador André Corrêa, entre 1821 e 1850, predominavam os *campeiros.*[156] Na unidade produtiva de D. Anna Joaquina, porém, havia um maior número de *roceiros*. Isso corrobora com as informações mencionadas anteriormente a respeito de sua unidade produtiva, mesclar atividades da pecuária e da lavoura. Ou seja, era possível que os escravizados fossem manejados de acordo com a sazonalidade da produção.[157]

A Freguesia de Caçapava do Sul fazia parte da Comarca de Rio Pardo, região que, à época, desenvolvia um papel importante nas exportações de trigo. Não era incomum, portanto, entre os bens inventariados, a presença de moinhos – as atafonas – de trigo e mandioca, assim como foi encontrado entre os bens de Anna Joaquina. Além disso, sabe-se que a família tinha em Caçapava, entre os bens de raiz declarados no inventário: um "terreno[...] com mais ou menos 260 pés de laranjeiras em bom estado e mais algumas árvores frutíferas".[158] Sendo assim, não parece ser um equívoco pensar que os mesmos escravizados que trabalhavam na lavoura de mandioca e trigo em Caçapava do Sul, ou mesmo nos laranjais, também tivessem funções ligadas ao manejo com o gado nas propriedades no Estado Oriental do Uruguai. O trabalho na roça não ficava restrito "a arar a terra, plantar e/ou colher, envolvia uma série de outras tarefas, nem sempre exercidas nas propriedades que as cultivavam, supondo que demandavam investimentos inacessíveis aos pequenos proprietários, posseiros ou meeiros".[159]

Além do mais, entre os bens inventariados notei um número considerável de ferramentas – "machados, foices, serrote, ferros de arado" – assim como uma "prensa e dois fornos de cobre para torrar farinha".[160] O que sugeria que essa produção não fosse somente para abastecimento do domicílio, mas também para a mercantilização do

---

[156] CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. (Tese de Doutorado em História), São Leopoldo- RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH), 2017, p.101. Segundo a tabela apresentada pelo autor, cerca de 38% dos escravizados na região, que apresentavam algum ofício específico, eram *campeiros*, sem mencionar que 9% eram *campeiros e domadores*, enquanto 23% eram *roceiros*.

[157] Alguns historiadores chamam atenção para esse fator. Uns dos trabalhos precursores nesse sentido, o da historiadora Helen Osório, assinalou que se tratando de grandes estâncias, não era difícil encontrar a prática da pecuária e da agricultura. Ver: OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, v.20, n.39, 2000, p.99-134.

[158] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[159] PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopóldo, 2009, p.138.

[160] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

excedente produzido com àquela comunidade. Nessa perspectiva, como constatou o historiador Silmei Petiz: existia uma "dinamização das unidades produtivas na região".[161] O mesmo foi verificado nas propriedades de D. Anna Joaquina.

Por último, não se pode deixar de considerar a relevância do ofício desempenhado pelo escravizado Feliciano *sapateiro*, de 50 anos, que foi avaliado em 700#000 mil réis. Entre as suas habilidades certamente estava o manejo com o couro. A matéria-prima era encontrada em grande quantidade na Estância do Estado Oriental. Para se ter uma ideia, no inventário da família foram mencionadas cerca de "seis mil reses, pouco mais ou menos, 150 éguas xucras, 29 éguas mansas, 40 cavalos mansos, uma manada de burras, dez bois mansos, [...] 25 potros".[162] Os bois mansos e as burras eram empregados pelos *roceiros*, para arar o terreno e mover as carretas.[163]

O que chamou atenção foi o registro de seis mil reses que, quando abatidas, possivelmente tinham os couros tratados e destinados ao *sapateiro* Feliciano. Esse, por sua vez, desempenhava uma atividade artesanal à época – assim como os ferreiros e pedreiros; no caso das mulheres costureiras e rendeiras – mesmo não aparecendo com tanta frequência entre os inventários da região, carregavam sua importância.[164] Esses ofícios eram fundamentais para o desenvolvimento das atividades econômicas do fogo liderado por D. Anna Joaquina, o que tornava o investimento em um escravizado com um desses ofícios, uma forma de dinamizar ou de reproduzir o lucro nas unidades produtivas.

A aposta nesses ofícios poderia ser uma forma "de diminuir sua necessidade de recorrer ao mercado". Na lógica do período, recorrer aos trabalhadores livres certamente representava o aumento dos custos da produção.[165] Com isso, quero dizer que, assim como em outras unidades produtivas de Caçapava do Sul, a utilização da mão de obra livre era tão generalizada quanto a mão de obra escravista.

Através do que foi possível levantar a respeito da estrutura produtiva do domicílio escravista do tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges e D. Anna Joaquina Luísa

[161] PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados...* Op. Cit.; 2009, p.76.
[162] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes. Ao total, a soma de animais, era próximo aos 6.254 animais, entre bovinos, cavalares e muares, avaliados em 5:152$500 mil réis.
[163] OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.130.
[164] Idem, p.139.
[165] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.304.

Osório, procurei evidenciar a liderança desta última em relação à gestão dos negócios da família. Em especial, quando o marido estava em guerra ou mesmo após a sua morte.

É preciso dizer, por outro lado, que, com exceção de alguns períodos de grande instabilidade política, militar e econômica na Província de São Pedro, algo que certamente não afetou somente os Osório, mas sim, grande parte das famílias sul-rio-grandenses, entre 1829-1849, a família teve condições econômicas privilegiadas na sociedade local. Os recursos que o tenente-coronel Silva Borges e D. Anna Joaquina tiveram acesso em Caçapava do Sul, foram obtidos a partir de alguns componentes que se tratou aqui. A migração que o casal fez em direção à fronteira oeste do Rio Grande do Sul foi certamente um desses componentes. Alguns outros detalhes dessa migração serão vistos no próximo capítulo.

Antes de seguir, no entanto, é preciso ponderar que, em tempos belicosos, a fronteira certamente foi crucial para a trajetória de muitas famílias de aventureiros, estancieiros, militares, etc. Diferentemente da Revolta Farroupilha, que, por levar o conflito para o interior do território sul-rio-grandense pode ter "enfraquecido" as economias da província, os demais conflitos na região serviram para o enriquecimento de muitos oficiais, através dos espólios da guerra. E também, através da contrapartida geralmente concedida após a prestação de serviços à Sua Majestade, isto é, o acesso a mercês, sesmarias, condecorações militares e honrarias, resultando na construção e na reprodução das hierarquias sociais até então vigentes.

Capítulo II - Nos confins do Império: a inserção de Manoel Luís Osório no mundo da guerra

Manoel Luís Osório nasceu em 10 de maio de 1808, na Freguesia de Conceição do Arroio, no Rio Grande do Sul. Foi o quarto filho do casal Manoel Luiz da Silveira e Anna Joaquina Luísa Osório.[1] Na propriedade da família, como visto no capítulo anterior, chamada de Estância do Arroio, Osório viveu durante grande parte de sua infância.[2]

A trajetória que Manoel Luís Osório percorreu até a sua chegada no topo da hierarquia militar do Exército Imperial não pode ser compreendida como um processo linear, sem empecilhos e contradições. Nos primeiros anos do século XIX, o estado de tensão aumentou na ampla fronteira meridional, com os processos de independência e lutas por autonomia política das ex-colônias espanholas. Tudo isso em uma região cuja composição era já bastante complexa, produzindo uma mobilização intensa de tropas.

O presente capítulo se concentra nos anos de formação do jovem Manoel Luís Osório a fim de entender a sua inserção no mundo da guerra. A intenção é analisar como os vínculos familiares influenciaram nesse processo. Diante de um amplo recrutamento de forças militares para a fronteira, entender: de que tropas Manoel Luís Osório fez parte durante o processo de Independência do Brasil? Em que circunstancias ocorreu sua apresentação para a campanha da Cisplatina (1825-1828)? Como atuou nas principais batalhas desse conflito?

Defendo aqui o argumento de que a inserção familiar foi um elemento central na experiência em combate no século XIX. Por essa razão, o início do capítulo percorre a vida militar do pai de Osório. Foi através da vinculação de Manoel Luiz da Silveira nas forças militares atuantes na fronteira sul, que foi apresentado ao serviço militar. Esse tipo de formação prática nos campos de batalha não era facultada nas salas de aula das Faculdades ou na Imperial Academia Militar. Essa "instrução" teve acesso em marcha e em combates nos campos da fronteira.

O objetivo deste capítulo, portanto, é compreender os anos de formação de Manoel Luís Osório e a sua inserção no mundo da guerra. A história acontece na Província de São

[1] Antes dele haviam nascido outras três crianças: Francisco Luís Osório (outubro de 1802) e Ana Maria Luísa Osório, em agosto de 1805 e Manoel. Este último morreu logo após o parto. APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.
[2] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

Pedro do Rio Grande do Sul, entre o litoral norte, onde ele nasceu e a região de fronteira com o Estado Oriental (atual Uruguai), onde o jovem Osório ingressou na vida militar.

2.1. Da Freguesia de Conceição do Arroio à Cisplatina

Pouco antes do nascimento de Manoel Luís Osório, o território da capitania de São Pedro não apresentava mais do que 50 mil habitantes.[3] Nos anos que seguiram, foi registrado um aumento populacional significativo, a partir da ocupação de territórios de fronteira, da chegada de imigrantes e do tráfico atlântico de escravizados.

Vale destacar que as estimativas populacionais para o período não são totalmente precisas. Muitas vezes, os dados eram recolhidos e interpretados por meio de critérios distintos. Em alguns casos, por exemplo, o objetivo era esboçar o número de homens possíveis de serem recrutados em caso de guerra. Por isso, a dificuldade de chegar às estimativas mais precisas. Ainda assim, o quadro abaixo apresentou uma complexidade maior do que outros em relação à composição social do território rio-grandense.

Quadro 4 – Índices populacionais da Província do Rio Grande do Sul em 1814

Perfil Social	População	Porcentagem (%)
Brancos	32.300	48,2%
Indígenas	8.655	12,9%
Libertos	5.399	8,1%
Escravizados	20.611	30,8%
Total	**66.965**	**100%**

Fonte: ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas Paragens do Sul. Alforrias e inserção social dos libertos em Porto Alegre (1800-1835).* Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.50.

Através do Quadro 4, nota-se que a maior parte das pessoas da capitania não eram brancas. E que, para além da dicotomia apresentada em outros estudos, que reduziram a população do Rio Grande do Sul entre "senhores brancos livres e pretos escravizados",[4] ao que parece, existia uma sociedade muito mais diversa. O que se pode afirmar com certeza é que grande parte dessa população vivia sob condições precárias. Sendo assim:

[3] Mapas da população e das tropas de 1ª e 2ª linha, remetidas pelo governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama, ao regente D. João. Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de setembro de 1806. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=7643 (AHU-ACL, Cx.11, Doc.669 ou AHU-RS, Cx.17, Doc.25).

[4] Encontra-se um exemplo dessa dicotomia em: LAITANO, Dante. *História da República Rio-Grandense (1835-1845).* Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

"mesmo nos núcleos urbanos a população vivia em casas de madeira, rebocadas de argila, ou, quando sem recursos, em casebres de pau-a-pique".[5]

Com a ausência e/ou as longas distâncias até a escola mais próxima, as crianças geralmente iniciavam os estudos em casa.[6] Aqui vale mencionar que a falta de escolas não era um problema exclusivo da Freguesia de Conceição do Arroio, uma vez que condições semelhantes eram vistas em toda a Capitania de São Pedro.[7] Até 1820, não havia ensino público de primeiras letras no Rio Grande do Sul.[8]

Quando atingiu a idade escolar, ainda em Conceição do Arroio, Manoel Luís Osório frequentou uma classe improvisada cujo mestre era o "sapateiro da Vila, Miguel Alves". Com ele, segundo consta, aprendeu a "ler, escrever e as quatro operações".[9] Depois, teve aulas em casa, ministradas por seu tio e padrinho, Bernardino José Luís Osório.[10] É possível inferir, portanto, que a família de D. Anna Joaquina Osório exerceu uma maior influência na educação dos filhos.

O pai de Manoel Luís Osório, batizado com o nome de Manoel Luiz da Silveira,[11] nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na Capitania de Santa Catarina. Filho de imigrantes açorianos, que ao chegarem no território colonial se tornaram lavradores, como evidenciado no primeiro capítulo, alistou-se nas tropas de linha (o Exército da época) próximo de completar 16 anos. Na localidade, parece que passou por um episódio de deserção das tropas durante exercício militar. Em fuga para o Rio Grande do Sul, atingiu a Estância do Arroio.[12] As informações sobre esse episódio de deserção são bastante incompletas. Por outro lado, o motivo pelo qual retomou sua prestação de serviços às forças militares, parece ser facilmente identificado. Aquele era

---

[5] DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.26.

[6] Especialmente quando as famílias moravam em meio rural. Ainda que, mesmo nos centros urbanos à época não existissem escolas. Para aprofundar essa questão, ver: VALLE, Hardalla Santos. *As propostas educacionais da administração de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias): Um estudo da instrução Rio-Grandense do século XIX (1842-1871).* Dissertação de Mestrado (em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

[7] Somente em 15 de outubro de 1827 foi criada a primeira lei que determinava o ensino de primeiras letras no Brasil. Ver: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html

[8] Idem.

[9] LIMA, O. G. M. de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p.7.

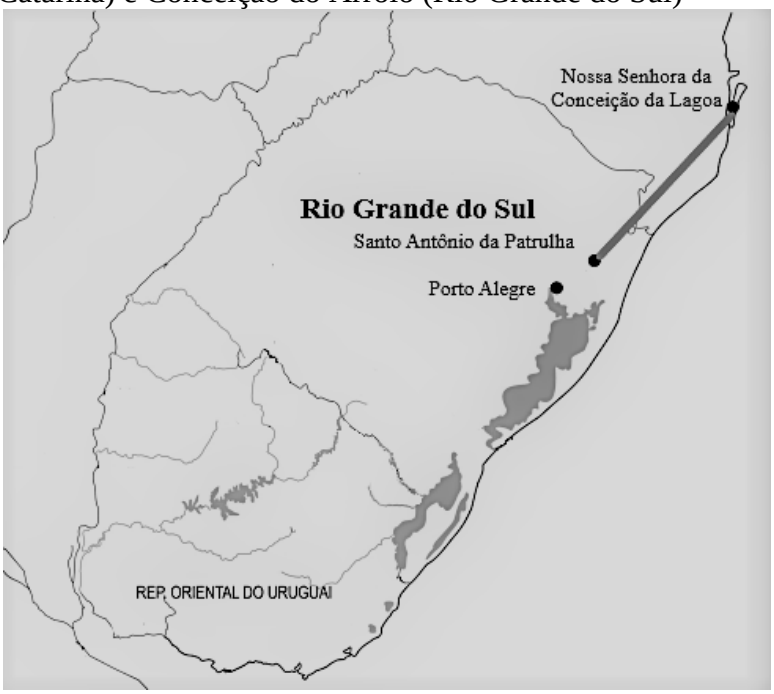
[10] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.117.

[11] "Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977", database with images, *FamilySearch*. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-S6PX?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQKJL-T999&action=view Acesso em: 03/03/2023.

[12] Ver capítulo I.

um contexto de conflito, e a necessidade de formar e disciplinar tropas faziam com que Manoel Luiz atendesse às necessidades da Coroa portuguesa de ampliar as tropas, para ocupar a margem leste do Rio da Prata.

Figura 3 – Mapa de localização das freguesias de Conceição da Lagoa (Santa Catarina) e Conceição do Arroio (Rio Grande do Sul)



Fonte: Mapa modificado do arquivo apresentado por MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873*). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: PPHS-UFRJ, 2016, p.146.

Desde 1806, buscava-se uma reorganização das tropas na região. O então governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama, em correspondência com D. João, regente do Reino de Portugal,[13] enviou um mapa da população daquela Capitania, no qual constavam 40.023 indivíduos.[14] Essa documentação tinha o intuito de dimensionar o tamanho do efetivo de 1ª e 2ª linha das forças militares no Rio Grande do Sul. Nesse momento, as tropas de primeira linha contabilizaram apenas 914 homens, um número muito diminuto de tropas para dar conta da defesa de uma tão distante e ampla fronteira. O contingente estava muito aquém do esperado, sobretudo devido à fama bélica da região. Entretanto, esses números sugeriam

[13] D. João assumiu a regência em 1799, após a rainha, D. Maria I, ser declarada incapaz de administrar o reino.
[14] Foram excluídos dessa contagem, conforme indicado no mapa, 4.000 pessoas que não possuíam residência fixa em nenhuma das freguesias, donde partiram as informações.

que a capacidade militar de Rio Grande de São Pedro não estava alicerçada nos efetivos de 1ª linha, e sim nas tropas milicianas. As companhias da cavalaria de Milícia do Rio Grande do Sul conseguiam atingir um efetivo de 2.913 indivíduos, quase três vezes maior do que as tropas de 1ª linha.[15]

Em vista disso, uma reorganização das forças militares foi implementada na Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1809. Sob a liderança do ministro da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho (conde de Linhares), diplomata que teve papel decisivo na incorporação da Cisplatina ao território português, houve uma reorganização das forças regulares, auxiliares e ordenanças.[16] A organização deveria levar em consideração as condições sociais e geográficas daquela região: "onde a população era rarefeita e as fronteiras amplas, obrigando para sua defesa o concurso das tropas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras localidades".[17]

Essas questões: a amplitude do território e o número reduzido de habitantes foram os principais desafios na reorganização das Milícias. Conforme o *Plano de Reorganização das Tropas da Capitania de Rio Grande de São Pedro*, a ideia era dividir esse efetivo em oito esquadrões, cada um com 240 homens.[18] Essa divisão buscava adequar os esquadrões de acordo com a mais recente organização administrativa da Capitania, dividida em oito distritos: Porto Alegre, Viamão, Costa da Lagoa, Nossa Senhora dos Anjos, Santo Antônio, **Conceição do Arroio**, Rio dos Sinos e Caí.[19]

Foi nessa reorganização de forças que Manoel Luiz da Silveira reencontrou o serviço militar. O pai de Manoel Luís Osório buscava uma recolocação através das tropas auxiliares. A mudança do nome o reconduziu ao serviço de Sua Majestade. Tudo indica que ao reincorporar as forças militares, o oficial modificou o seu sobrenome, ao invés de Silveira passou a assinar: **Silva Borges**.[20] Nome pelo qual passamos a tratá-lo, para não divergir dos registros documentais.

---

[15]Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de setembro de 1806, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=7643 (AHU-ACL, Cx.11, Doc.669 ou AHU-RS, Cx.17, Doc.25).

[16] O conde de Linhares havia sido nomeado à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 08 de março de 1808.

[17] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.107-108.

[18] Plano de Reorganização das Tropas da Capitania de Rio Grande de São Pedro. Apud. MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.107-108.

[19] Idem.

[20] A partir daqui, portanto, o pai de Manoel Luís Osório será chamado pelo nome de Manuel Luiz da Silva Borges. Alguns biógrafos apontaram que foi em seu casamento com Anna Joaquina que a mudança teria

Naquela conjuntura, Manoel Luiz da Silva Borges – o pai do futuro general Osório – estava em Conceição do Arroio, nas terras de seu sogro, o tenente Tomás José Luís Osório.[21] Diante de um recrutamento obrigatório para os homens da região, passou a atuar em um regimento de Milícia:

> Cada distrito seria comandado por um chefe escolhido entre capitães do Regimento de Dragões, também entre as tropas pagas deveriam ser escolhidos os sargentos. Os demais oficiais e oficiais inferiores seriam escolhidos dentre os milicianos moradores do distrito de cada companhia, mas dever-se-ia dar preferência àquele que tivesse servido na tropa de linha.[22]

Talvez um dos fatores acima destacados, "ter servido na tropa de linha", tenha sido um diferencial para o tenente Manuel Luiz da Silva Borges. Mesmo que anos antes tivesse desertado do Exército, a preocupação das autoridades naquele instante era a de reunir, entre os oficiais de comando, indivíduos com alguma experiência nos exercícios militares. Além disso, do ponto de vista do oficial, as forças de 2ª linha poderiam ser mais vantajosas naquela conjuntura do que as tropas regulares do Exército. De acordo com o regulamento das Milícias do ano de 1796, as forças de 2ª linha deveriam se assemelhar às tropas do Exército regular, "na sua organização, e formatura". Em certos casos, conforme a normativa, era permitido que oficiais das forças de 1ª linha passassem para o serviço miliciano.[23] Esse foi outro fator que pode ter favorecido Manoel Luiz da Silva Borges. Do ponto de vista da hierarquia social, integrar as tropas de Milícia poderia ser motivo de orgulho ou sinônimo de prestígio social, o que não ocorria com as tropas do Exército regular.[24]

---

ocorrido. Porém, o registro de casamento pode atestar o contrário. No registro seu nome aparece como "Manoel Luiz da Silveira". Ver: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros de Igreja Católica, 1738-1952, database with images, *FamilySearch.*
Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2C2-4?i=669&cc=2177295 Acesso em: 03/03/2023.

[21] Ao que tudo indica, em agosto deste ano, aos 52 anos de idade, o tenente de tropas auxiliares Tomás José Luís Osório pediu baixa do serviço militar. Alegou ter quase 30 anos de serviços, além de ser dono de uma propriedade de terra. IHGRGS – Coleção Família Osório – Correspondência remetida por Tomás José Luis Osório ao capitão-mor Custodio de Souza Oliveira, em Conceição do Arroio, 5 de agosto de 1809. Pasta 1.

[22] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.108.

[23] SILVA, Antônio Delgado da (Org.). *Coleção da Legislação Portuguesa (1791 a 1801*). Lisboa: Tipografia Maigrense, v.4, 1828, p. 295-296. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/26519

[24] ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008, p.138. As Milícias foram um dos principais caminhos para a emergência social de indivíduos pretos e pardos livres e brancos empobrecidos durante o período colonial.

Alguns autores destacaram que, por se tratar de uma extensa área fronteiriça, "onde a fuga de escravos era facilitada e a lealdade dos indígenas questionada, a formação das milícias excluía negros, pardos e índios". As tropas de Milícias na Capitania de São Pedro seriam formadas, até então, predominantemente por indivíduos brancos. Para Márcia Miranda Eckert, a excepcionalidade atribuída à formação das forças de 1ª e 2ª linha no Rio Grande do Sul teria relação com o "fator-fronteira". Segundo a visão da autora, o não recrutamento de pretos e pardos para as tropas na região estaria associado as possíveis fugas e deserções.[25] Porém, alguns trabalhos já assinalaram que não havia incompatibilidade nenhuma entre a fronteira e a escravidão, por exemplo, em atividades ligadas à pecuária.

Gabriel Aladrén, em contraponto ao que afirmou Miranda, considerou que: "a atividade pecuária nas sociedades da fronteira platina era realizada a partir da combinação de trabalho escravo e livre e as fugas, que evidentemente ocorriam, não inviabilizaram o investimento na mão-de-obra escrava". Contudo, quando essa segregação ocorria, não era restrita apenas às tropas de 2ª linha.[26] Na região, o engajamento nas tropas de 1ª e 2ª linha também atingia principalmente os homens brancos.[27] Isso não quer dizer que no Rio Grande do Sul não existisse o recrutamento de pretos, indígenas e pardos para as tropas, ainda mais em contexto de guerra que repetidamente ocorreram no Rio Grande do Sul.

De acordo com Iran Ribeiro, as companhias de Milícias eram formadas em grande parte por brancos, mas também, por negros e pardos livres. Os pretos eram alistados nas companhias conhecidos como "Henriques", em referência ao comandante Henrique Dias, homem preto que ascendeu nas lutas contra os holandeses em Pernambuco e restauração pernambucana, no século XVII. Além das tropas de Milícia formadas por indígenas, na província de São Pedro, em especial, os guaranis. No entanto, como afirmou o autor, esses efetivos eram organizados de forma a ficarem separados entre si. Praças não-brancos tinham oficiais de mesma cor, mas ficavam subordinados a oficiais superiores brancos. Essa condição gerou uma série de problemas para a disciplina entre os corpos.[28]

---

[25] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.108.

[26] ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008, p.154. Para a relação desta fronteira com a escravidão, ver: BORUCKI, CHAGAS e STALLA (Orgs.) *Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855).* Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.

[27] RIBEIRO. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005, p.38.

[28] Idem.

O primeiro regimento de Milícia no Rio Grande do Sul, não restrito à população branca, foi criado apenas em 9 de setembro de 1811 e formado por indígenas guaranis.[29] A partir de então, é possível notar indícios do surgimento de regimentos formados por "homens de cor", para utilizar da linguagem do período. Isso, porém, não quer dizer que essa população não fizesse parte do mundo da guerra. Por exemplo, os oficiais das forças militares que tinham acesso a escravizados, levavam-nos aos campos de batalha para os servirem. O que estou procurando assinalar, é que até então, não se tinha informações de regimentos formados exclusivamente por pretos e pardos, a exemplo de outras regiões do Império.

A desigualdade no recrutamento e na organização das companhias da Milícia e do Exército foi estabelecida ao longo do período colonial. Nos últimos anos do Brasil colonial, o recrutamento das tropas de 1ª linha era definido por critérios raciais, no qual era preferível homens brancos solteiros, e/ou pardos. Nas Milícias, as companhias eram separadas entre soldados brancos, pretos e pardos.[30] Tinha como fatores principais os critérios de "cor e condição social".[31] Isso começou a mudar, de forma mais significativa, no contexto do processo de Independência do Brasil (1822).[32]

Quando o pai de Manoel Luís Osório recomeçou sua trajetória no serviço militar, entre as tropas auxiliares, o padrão desse efetivo passava por mudanças. O impacto causado por essas modificações, porém, é difícil de dimensionar dada a falta de pesquisas concentradas em resolver essa questão. Para o contexto posterior ao processo de Independência, "os regimentos de primeira linha passaram a contar, de forma mais indiscriminada, com pretos, pardos livres e forros. E as companhias milicianas de pretos

[29] Formado por 8 companhias distribuídas na região da antiga povoação das missões: duas em São Borja, três em São Nicolau, São Luís e São Lourenço; e uma em São Miguel, uma São João e uma em Santo Ângelo. O efetivo chegou a reunir 520 homens. Ver: MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.113-114.

[30] KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil. Bahia, 1790s-1840s.* Stanford: Stanford University Press, 2001, p.76-77.

[31] MENDES, Fábio Faria. Encargos privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: Celso CASTRO; Vitor IZECKSOHN; Hendrik KRAAY. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

[32] No dia 10 de julho de 1822, por Decreto n.º 67, mudava-se a Lei de Recrutamento para o Exército e para as forças auxiliares. Deveria ser realizado, a partir de então, a cada 3 anos, "quando todos os homens brancos, solteiros, pardos, libertos", que possuíssem idade de 18 a 35 anos, "milicianos impropriamente alistados ou que não tivessem se fardado ou que subsistissem de uma indústria ilegal, bem como caixeiros de lojas de bebidas e tabernas poderiam ser recrutados para o Exército". BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brazil 1822. Rio de Janeiro: Typhographia Naional, Parte 3, 1887, p.56-58.

e pardos que supostamente deveriam ser dissolvidas no conjunto das forças de segunda linha foram reforçadas".[33]

Na década anterior, quando irrompeu as campanhas de Independência na região do Rio da Prata, entre 1811-1812, o oficial de Milícia Manoel Luiz da Silva Borges permaneceu destacado nos campos da Banda Oriental.[34] A coroa portuguesa tinha medo de que o processo revolucionário no Prata, que culminou com a fragmentação do Império espanhol na região, atingisse suas possessões no sul. "Foi assim que o autodenominado 'Exército Pacificador', comandado pelo General Dom Diogo de Souza, Governador do Rio Grande de São Pedro, invadiu a Banda Oriental em 1811".[35]

Ao fim do destacamento na fronteira, Manoel Luiz da Silva Borges retornou à estância em Conceição do Arroio no posto de capitão de Milícias. Naquela missão, percebeu que era fundamental estar alerta às possibilidades ofertadas pelas transformações políticas e militares em vigor.[36] A luta pela autonomia administrativa no Rio da Prata produziu "o cenário de instabilidade quanto às fronteiras entre o Brasil e os novos estados projetados". E, para os militares e milicianos que atuaram nesse conflito, – contando com a conivência das autoridades locais – houve a ampliação do acesso a terras.[37]

Além disso, foram ignorados "os saques que seus homens faziam ao gado das propriedades da Banda Oriental".[38] Essa era uma antiga prática de batalha, um butim de guerra, que possibilitava um lucro atípico aos estancieiros-militares quando esses saíam

---

[33] ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008, p.154.

[34] A Banda Oriental, durante esse processo no Prata, foi sublevada por forças lideradas por José Gervasio Artigas. Nascido em Montevidéu, em 1764, José Gervásio Artigas abandonou as fileiras do exército espanhol em 1811, na Banda Oriental, aderindo aos ideais revolucionárias que surgiam a partir de Buenos Aires. Artigas se tornou o principal responsável pela revolução no território oriental. O líder militar e político defendia ideias federalistas e reformistas em relação aos estatutos sociais da região platina. Ver: GOLIN, Tau. *A Fronteira*. L&PM: Porto Alegre, Vol. I, 2002, p.208-258.

[35] FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.64-65. O "Exército Pacificador" foi responsável por posicionar "a ocupação até a margem do rio Quarai, onde hoje está a linha de fronteira entre o Brasil e Uruguai". Submetendo "populações designadas como volantes", e reduzindo "a presença de indígenas charruas e minuanos", a ocupação permanente da região foi consolidada com a distribuição de sesmarias e com grandiosas arreadas de gado. Essas práticas eram de interesse dos oficiais rio-grandenses que atuaram nessa campanha.

[36] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.122.

[37] Esse tema será retomado em vários momentos ao longo da tese.

[38] MIRANDA, Marcia Eckert. "Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul". *Nuevo Mundo Mundos Nuevo Débats*. 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/65334 Acesso em: 22 de março de 2023.

vitoriosos dos campos de batalha. Em 22 de junho de 1813, exemplo do que acima foi dito, após atuar no conflito contra Artigas (1811-1812), Manoel Luiz da Silva Borges recebeu terras na margem do Rio do Sinos: "distante ½ légua da vila de Santo Antônio da Patrulha".[39] As terras foram concedidas por D. Diogo de Souza, governador da Capitania de São Pedro.[40]

Em 1813, Anna Joaquina e Silva Borges foram residir nessa fazenda junto aos filhos. Ela e os filhos retornariam para a Estância do Arroio poucos anos depois, para iniciar os estudos com o padrinho Bernardino José Luís Osório, tio do jovem Osório.[41] Durante esse tempo, o capitão Silva Borges atuou na 5ª Companhia do 20º Regimento de Cavalaria de Milícias de Porto Alegre.[42] É possível atestar a sua passagem pela Freguesia de Porto Alegre através do requerimento de um soldado chamado Satírico Lourenço de Mello, de abril de 1814, que dizia ser subordinado ao capitão Silva Borges na dita companhia.[43] No requerimento, o soldado suplicava ao capitão para que fosse examinado pelo cirurgião-mor do regimento, Antônio Cabral de Mello. Ao final, foi o próprio capitão que requereu a dispensa do dito soldado ao governador da Capitania de São Pedro, Diogo de Souza, anexando o atestado médico do cirurgião-mor:

> Atesto que Satírico Lourenço de Mello soldado da 5ª Companhia do Regimento de Cavalaria Miliciana desta Capital padece há tempos de fluxo asmático que é acometido amiudadas vezes e por cuja causa incapaz de poder continuar o serviço de cavalo. Passo o referido na verdade que o faço certo com o juramento do cargo. Porto Alegre, 15 de abril de 1814. Antônio Cabral de Mello.[44]

[39] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

[40] Terreno devoluto na margem do Rio do Sinos, entre o Rio e um campestre", cuja "extensão de 200 braças de frente e 500 de braças de fundo", foram "concedidas por D. Diogo de Souza, Governador e Capitão General da Capitania de São Pedro". Vale considerar que "200 braças" corresponde a cerca de 365 metros e 76 cm. Ver em: Livro nº 1 de "Registro de Terrenos e Sesmarias" (1810-1815). In: *RAPERS – Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 18, 1925, p.236.

[41] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

[42] *RAPERS – Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 13, 1924, p.157.

[43] O documento foi mencionado por André A. Fertig, em sua dissertação de mestrado, intitulada: *Entre Súditos e Cidadãos: Os Suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 19 (1800-1815).*

[44] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1814, Maço 14. Apud. FERTIG, André A. *Entre Súditos e Cidadãos: Os Suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 19 (1800-1815).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998, p.39.

Como é possível notar, esse tipo de procedimento nas forças militares – os pedidos de dispensa – dependiam de atestados, como o fornecido pelo cirurgião-mor, e/ou de pareceres enviados pelos chefes militares. Segundo André Fertig, "esta forma de encaminhamento das petições, que dependiam quase sempre da avaliação de algum comandante militar do requerente, submetiam, mais uma vez, as reivindicações dos suplicantes aos seus superiores".[45]

Entre 1816 e 1822, o capitão Silva Borges se manteve destacado em movimentações militares por um longo período. Nesse contexto, o Império português decidiu realizar uma nova investida na Banda Oriental, sendo ele convocado para outro destacamento para a fronteira. A situação na região implicou em nova marcha de tropas imperiais contra o líder Gervasio Artigas, que havia posto o Estado Oriental em rebelião social, conseguindo o domínio de Montevidéu. A partir de então, "promovia reformas que subvertiam a lógica da distribuição do poder e da propriedade na Banda Oriental e restringiam o trânsito de gado pela fronteira".[46]

Novamente o pai de Manoel Luís Osório foi destacado para a campanha, permanecendo engajado durante todo o conflito.[47] Nesse intervalo, Anna Joaquina e os filhos – entre eles Manoel Luís Osório, que deveria ter cerca de 8 anos – retornaram para a Estância do Arroio.[48] Em 6 de fevereiro de 1818, em meio a campanha militar, Silva Borges foi promovido ao posto de sargento-mor das tropas de Milícia, ainda atuando no regimento de cavalaria de Porto Alegre. A promoção ocorreu em uma data simbolicamente importante para a Corte lusitana: a da aclamação de D. João como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. No Rio de Janeiro, o dia foi de grandiosa festa nas ruas.[49]

---

[45] Idem.

[46] MIRANDA, Marcia Eckert. "Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul". *Nuevo Mundo Mundos Nuevo Débats*. 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/65334

[47] Um indício que comprova sua permanência em campanha, longe da família, foi a ausência de registros de nascimento de novas crianças do casal Manoel Luiz da Silva Borges e Anna Joaquina Osório, entre 1815-1822. O último registro era de 1815, e o próximo seria em 1822, após retornar da guerra.

[48] Na casa da família, Osório passou a ter aulas de leitura e escrita com o tio Bernardino José Luís Osório. CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

[49] Para a promoção de Manoel Luiz da Silveira Borges, ver:
Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional (BN) – *Idade D'Ouro do Brazil (BA) 1811-1823*. N.º 32, Terça-feira, 21 de Abril de 1818. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749940&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=3256

Após a paz ser restabelecida na fronteira, com a incorporação da Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o agora sargento-mor Silva Borges foi incumbido do comando do Regimento de Salto, na região noroeste da Banda Oriental. Essa nomeação ocorreu quando o oficial de Milícia estava cerca de 5 anos longe da família, que residia ainda em Conceição do Arroio, no litoral do Rio Grande do Sul.[50]

Então, Manoel Luiz da Silva Borges resolveu conduzi-los para a localidade de Salto, durante o ano de 1821. A decisão de seguir para Salto foi uma mudança significativa na vida do casal Manoel Luiz da Silva Borges e Anna Joaquina Osório. Do ponto de vista do jovem Manoel Luís Osório, então com 12 anos de idade, tão logo a família chegou naquela vila, como assinalou um de seus biógrafos,[51] teve sua matrícula efetivada na "escola particular de primeiras letras",[52] que era mantida pelo então capitão do Regimento de Dragões Domingos José da Silveira.[53]

Ao que tudo indica, nesse momento o menino começou a tomar gosto pelos estudos e, poucos anos depois, Manoel Luís chegou a afirmar que, diferentemente do pai, "não queria ser militar". Gostaria de "prosseguir nos seus estudos".[54] Vale destacar, no entanto, que o Rio Grande do Sul até então não possuía escolas. Seu pai, talvez por querer levar o filho a optar pelo mundo da guerra, afirmava que à "época, outra profissão não havia, mais nobre e gloriosa do que a militar".[55]

Naquele contexto, era comum que os pais procurassem "convencer os filhos de seguirem os caminhos que se adequassem às estratégias familiares".[56] Para isso, não se utilizavam apenas da autoridade paterna. Em certos casos, negociavam ou ainda movimentavam "uma política de auxílios e incentivos materiais, que funcionavam como instrumentos a favor dos pais nas relações verticais desiguais (mas não unilaterais) que estabeleciam com seus filhos".[57]

---

[50] É possível que nesse intervalo de tempo, em algum momento, Silva Borges tenha visitado a família. Isso, entretanto, não foi traduzido em fontes históricas ou ao menos não foram encontrados esses registros.
[51] O biógrafo, tenente-coronel do Exército Onofre Gomes Muniz de Lima, quando lançou o livro intitulado *Osório*, em 1938, atuava como professor de História nas escolas militares de Realengo e Praia Vermelha.
[52] LIMA, O. G. M. de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p.8.
[53] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872. Ao que parece, Domingos José da Silveira era capitão de dragões em Salto e tinha aberto uma escola no local.
[54] LIMA, O. G. M. de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p.8.
[55] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.131.
[56] FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.213-214.
[57] Idem.

Para além de qualquer talento, aptidão e/ou predisposição para uma ou outra função, nessa sociedade marcadamente rural, os ofícios desempenhados pelas famílias condicionavam a função social de seus integrantes. Ainda que Manoel Luís possuísse certa liberdade de escolha, os espaços sociais e os núcleos de sociabilidade existentes eram muito limitados. Ainda cabe considerar que essa decisão – a de servir ou não às forças militares – não era negociável para grande parte dos homens daquelas terras. Era o desdobramento da própria política de recrutamento em tempos de guerra, que previa o engajamento de paisanos quase ou sem nenhuma formação militar.[58]

Esse assunto – alistamento militar – surgiu na vida do jovem Manoel Luís Osório através de seu pai, Silva Borges, durante o processo de emancipação política do Brasil de Portugal. Diante dos rumores de guerra na Cisplatina,[59] o sargento-mor de Milícias, Manoel Luiz da Silva Borges foi novamente convocado para incorporar as forças imperiais na fronteira. Em tempo de paz, desde que passou a atuar nas tropas auxiliares, o oficial não tinha atribuições militares.

De acordo com Iran Ribeiro: "As Milícias eram organizações armadas de segunda linha do Exército, formadas por civis que desempenhavam atividades militares eventuais, conforme a necessidade, o que no Rio Grande do Sul era algo quase constante".[60] A nova missão de guerra implicava a sua apresentação ao comandante geral dos corpos militares, Carlos Frederico Lecor. Silva Borges parecia ter uma boa relação com esse comandante em chefe.[61]

Antes de se apresentar ao comandante Lecor, Manoel Luiz da Silva Borges tomou duas medidas importantes. Primeiro requereu o posto de tenente-coronel.[62] Buscava, com a nova oportunidade de guerra, uma melhor colocação nas forças de 2ª linha. Obteve, então, um parecer positivo repassado pelo novo governador das armas do Rio Grande do

---

[58] GUAZZELLI, Cesar Augusto B. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: LINUS, 2013. Segundo Cesar Augusto Guazzelli, o termo "paisano" era uma denominação anterior à condição de militar profissional ou de milico.

[59] WINTER, Murillo Dias. As revoluções adotam o seu dialeto peculiar: os significados da independência do Brasil em uma região-fronteira (Província Cisplatina, 1821-1824). *Revista Brasileira de História*, V.42, n.º89, 2022, p.195-220. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-10

[60] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí.* São Leopoldo: Oikos, 2ª Edição, 2021, p.40.

[61] Segundo Carla Menegat, inclusive, "alguns brasileiros que participavam das forças comandadas pelo general Lecor receberam de Fructuoso Rivera grandes extensões de terras". MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha...* Op. Cit.*;* 2015, p.101.

[62] A organização militar portuguesa na Cisplatina estava sob o comando militar de Carlos Frederico Lecor, português de origem, contava com experiência militar nas guerras napoleônicas. Ver: FERREIRA, Fábio. *O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824).* (Tese de Doutorado em História), PPGH-UFF, Niterói, 2012.

Sul, o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, (futuro duque de Saldanha).[63] O brigadeiro havia assumido o governo em 20 de agosto de 1821. Em seu parecer sobre Silva Borges, assinalou: "Este oficial é digno pela sua conduta, préstimo e valor, de merecer a graça que implora".[64]

Foi então promovido a tenente-coronel, por meio do decreto assinado pelo príncipe Dom Pedro de Portugal (futuro Imperador do Brasil, D. Pedro I), em 25 de março de 1822.[65] A constante movimentação de efetivos militares para as ações de combate se por um lado dificultava a dedicação a outras fontes de ganho aos oficiais milicianos, frequentemente convocados a prestar serviço, por outro, "também fomentavam laços entre os sujeitos que terminavam por moldar a organização do território".[66]

A segunda medida importante que tomou o tenente-coronel foi convencer o filho Manoel Luís Osório para segui-lo e assentar praça nas forças militares. O jovem Manoel Luís possuía então 15 anos incompletos. Não se tem muitas informações sobre seu cotidiano na fazenda da família. Entretanto, ao seguir para os campos de batalha na Cisplatina, no regimento em que o pai comandava, de modo repentino, certamente se deparou com uma rotina muito diferente da que estava habituado. Estava longe de casa, destacado para um local em conflito, cercado de experientes homens de guerra.[67]

A experiência que acumulou nos campos de combate da Cisplatina acabou se tornando a principal "escola militar" de que fez parte. Além da sociabilidade militar, os regimentos propiciavam que jovens filhos de oficiais, ao seguirem seus pais e/ou parentes

[63]João Carlos de Saldanha Oliveira Daun, brigadeiro português, nomeado por carta régia de 26 de março de 1821 ao posto de capitão general da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello; (Orgs.). *GUERRA LITERÁRIA: Panfletos da Independência (1820-1823).* Belo Horizonte: Editora UFMG, Vol. 1.(Cartas), 2014, p.49.

[64] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.47-49. Em sua biografia, Fernando Luís Osório chegou a mencionar, sem qualquer comprovação, o início de uma sociedade entre Silveira Borges e o duque de Saldanha, envolvendo o comércio de couros com destino à Europa. A sociedade teria acabado devido a um calote praticado pelo duque, que não pagou a remessa de couros fornecida por Silveira Borges, partindo rumo a Europa sem prestar contas ao "sócio". Essa história, como disse, não foi possível confirmar devido à falta de fontes.

[65] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Arquivo General Osório*. Série: Núcleo familial. Notação Final: DL226.003. Carta-Patente do tenente-coronel de Milícia, Manoel Luiz da Silveira Borges, por decreto do Imperador D. Pedro I, na Corte do Rio de Janeiro (RJ), em 25 de março de 1822. O documento, no entanto, somente foi repassado à Silveira Borges em 11 de fevereiro de 1824, após o fim do conflito de Independência.

[66] COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p.71.

[67] Aqui me refiro a livros relacionados às campanhas militares e as biografias de Manoel Luís Osório e outros personagens. LARA, Arouche de Morais. *Memórias da Campanha de 1816.* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Vol.26, 1845; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894,

próximos nas campanhas, fossem treinados também nas funções burocráticas do regimento.[68]

O jovem Manoel Luís, destacado para um território em conflito, possivelmente foi treinado pelo pai nos afazeres do regimento de Milícia. Através da inserção de seu pai, o jovem foi apresentado ao serviço administrativo no regimento militar. Todavia, o ingresso nas forças militares não cumpria um padrão único. A própria política de recrutamento, na época, era cercada de "negociações, resistências e compromissos".[69]

Por essa razão, é preciso de fato entender como aconteceu a sua inserção no mundo da guerra. Em que tropas Manoel Luís atuou? Ao acompanhar o pai a localidade de Montevidéu, em contexto de grande incerteza em relação ao futuro político da região, o jovem teve sua inserção no mundo das armas. Os campos de batalha, na fronteira, que passou a acessar regularmente a partir de então, foi o local em que foi apresentado aos serviços de Sua Majestade.

2.2. Na Província da Cisplatina com a Legião de São Paulo

> Noite de abril. À luz duma vela, na casa onde se hospeda, o botânico francês toma uma nota em seu diário de viagem.
> *Observo que quanto mais simplicidade de maneiras e conversa imprimo a meus atos, menos deferência recebo.*
> *Os habitantes da Capitania do Rio Grande do Sul estão de tal modo habituados ao militarismo e ao ar carrancudo dos oficiais, que não acreditam em que uma pessoa simples e honesta possa ter importância*.[70]

A epígrafe acima foi extraída da primeira parte da trilogia que virou um clássico da literatura brasileira, *O tempo e o Vento*, do escritor Erico Veríssimo. A obra narrou a saga da família Terra Cambará, percorrendo várias gerações e conjunturas históricas diferentes que acompanharam a formação do Rio Grande do Sul. No trecho acima, Verissimo descrevia a cena em que um personagem, viajante, identificado na obra apenas como "um botânico francês", reclamava do pouco reconhecimento que recebeu dos habitantes ao chegar no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX.

---

[68] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[69] MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: Celso CASTRO; Vitor IZECKSOHN; Hendrik KRAAY. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.132.
[70] VERISSIMO, Erico. *O TEMPO E O VENTO: I - O Continente.* Vol.1, São Paulo: Globo, 2002, p.186. A 1ª Edição foi lançada em 1949.

A razão de tão pouca "deferência", segundo o botânico, era o hábito do "militarismo" e, por que não, o resultado do constante estado de guerra na região. Nas palavras do botânico, a sua simplicidade e honestidade, que não condiziam com a importância de sua função na sociedade, contrastavam com o "ar carrancudo dos oficiais" rio-grandenses. Os campos de batalha, para o botânico, haviam moldado os atores sociais daquele território. Dos mais abonados, que possuíam "títulos de nobreza, léguas de sesmaria, botas e cavalos", aos mais pobres, "molambentos e de mãos vazias", "sem cavalo, sem arma, sem botas", todos eram afetados de algum modo pelos conflitos.[71]

Ainda muito jovens, os meninos nascidos no Rio Grande do Sul eram preparados pelos pais para as atividades do campo e da guerra.[72] Em uma realidade predominantemente rural, o destino de grande parte dos homens livres nascidos na região, em algum momento, passaria pelas guerras. Com Manoel Luís Osório não foi diferente. Em 1º de maio de 1823, o jovem assentou praça nas tropas de Cavalaria da Legião de São Paulo, pouco antes de completar 15 anos.

Essa condição, que, para os padrões dos exércitos contemporâneos pode parecer muito atípica, no caso do Rio Grande do Sul do século XIX, não representava nenhuma excepcionalidade. Em relação ao ingresso nas forças militares, a trajetória de Manoel Luís Osório parece ter traços comuns com outros militares e milicianos, servindo de alerta para a identificação das características que aproximam o personagem e, da mesma forma, que o distanciam de aspectos "normatizados" da sociedade.[73]

Neste caso, outros oficiais de cavalaria, que atuaram nesse mesmo período no Rio Grande do Sul, alistaram-se também muito jovens às forças militares. Nesse sentido, acredito que a comparação seja de fato importante. No quadro abaixo, foram compiladas informações de outros destacados oficiais e comandantes de tropas, selecionados em livro da Inspetoria de Cavalaria do Exército. Os chefes de cavalaria em destaque pertenceram às forças de 1ª e 2ª linhas, que estiveram em campanha no Rio Grande do Sul. A partir de dados como o ano, a localidade e a idade dos alistamentos dos oficiais, foi possível conferir uma configuração semelhante ao observado no alistamento do jovem Osório.[74]

[71] Idem.
[72] Ibidem.
[73] Idem.
[74] Os nomes que compõe o quadro, assim como as informações compiladas tem como referência o livro intitulado: *Chefes de Cavalaria*. Publicado em 1940, no Rio de Janeiro, pela Editora Livraria José Olympio. A autoria do livro não foi possível identificar, mas ao que parece, tratava-se de uma publicação institucional da Inspetoria da Arma de Cavalaria.

Quadro 5 – Lista dos chefes de cavalaria que atuaram no Rio Grande do Sul

Oficiais de Cavalaria	Nascimento	Local	Alistamento
Manoel Luís Osório	**1808.05.10**	**Conceição do Arroio**	**15 anos**
Manoel Marques de Sousa	1804.06.13	Rio Grande- RS	13 anos
Jose Antonio Corrêa da Câmara	1824.02.17	Porto Alegre- RS	15 anos
Joaquim Jose de Andrade Neves	1807.01.22	Rio Pardo- RS	19 anos
João Manuel Mena Barreto	1824.07.07	Porto Alegre- RS	15 anos
Jose de Abreu	1770	Maldonado- Uru	14 anos
João Propicio Mena Barreto	1808.08.05	Rio Pardo- RS	12 anos
Victorino J. Carneiro Monteiro	1817	Prov. de Pernambuco	21 anos
Bento Manuel Ribeiro	1783	Sorocaba-SP	17 anos
Davi Canabarro	1796.08.22	Taquari- RS	16 anos

Fonte: INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA. *Chefes da Cavalaria Brasileira*. Editora Livraria José Olympio, 1940.[75]

Dentre o grupo de oficiais de cavalaria presentes no Quadro 5, o alistamento acontecia em média aos 15 anos. Essa mesma idade Manoel Luís tinha quando assentou praça nas tropas da Legião de São Paulo. O recrutamento nas forças milicianas só era obrigatório aos homens de 18 a 35 anos, através de alistamento realizado pelas Câmaras distritais, mas não antes dos 18 anos.[76]

A Legião de São Paulo correspondia a uma força de Milícia, tropas auxiliares de 2ª linha. O serviço não era remunerado, "exceto quando em deslocamento para auxílio do Exército, ocasião em que recebiam tratamento, soldo" e munição semelhantes às das tropas de primeira linha.[77] Nessa perspectiva, a situação do Rio Grande do Sul em relação aos conflitos na fronteira poderia aumentar o recrutamento de jovens menores de 18 anos às forças de combate. Um resultado aproximado ao que foi apontado por outros pesquisadores a respeito do recrutamento para a guerra Cisplatina (1825-1828). Ou seja, entre os recrutas daquele conflito, "quase 3/4 eram jovens entre 16 e 20 anos".[78] Em estudo sobre as forças militares da localidade de Piemonte no período da Revolução Francesa, Sabina Loriga assinalou que na hora de recrutar o determinante para os

[75] Antônio de Souza Netto foi o único oficial de cavalaria destacado no livro a não ser incluso no quadro, pois não existe certeza sobre a sua data de nascimento e a data do seu engajamento às forças de cavalaria. Contudo, se sabe que esse militar também não frequentou escola militar.
[76] BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brazil 1822. Rio de Janeiro: Typhographia Naional, Parte 3, 1887, p.56-58.
[77] MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006, p.47.
[78] LUFT, Marcos Vinícios. *"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828).* Dissertação de (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS-IFCH, Porto Alegre, 2013, p.94-95.

exércitos dos séculos XVIII e XIX não era a idade que apresentavam, mas sim, a estrutura física dos indivíduos.[79]

Se, por um lado, a apresentação ao mundo da guerra se dava muito precocemente, por outro, Manoel Luís Osório iniciou nas armas do Império com idade semelhante[80] a de grande parte de seus camaradas de cavalaria.[81] Mais do que isso, o que estava sendo proposto ao jovem, quando seu pai o convocou para seguir rumo aos campos da Cisplatina, não era um recrutamento compulsório para o Exército regular. Mas sim, seguir ao lado do pai, "à frente do velho regimento miliciano",[82] do qual o velho Silva Borges era oficial superior. Uma condição diferente de grande parte das praças que, por não possuírem o privilégio da inserção familiar, iniciavam suas trajetórias sendo submetidas a condições extremas, por vezes, de grande violência.[83]

Ao contrário disso, o jovem Manoel Luís teve a oportunidade de se apresentar voluntariamente às forças militares de 2ª linha. Diante das diversas formas de ingresso nas forças militares para o período, alistar-se de forma voluntária poderia ser vantajoso no meio militar.[84] Esse fator contribuía, inclusive, para a possibilidade de promoção mais rápida dos voluntários em detrimento daqueles submetidos ao processo de recrutamento.[85]

Portanto, junto a seu pai, Manoel Luís marchou em direção a Montevidéu, apresentando-se no dia 1º de maio de 1823 ao comandante em chefe, Carlos Frederico Lecor (visconde de Laguna). Esse general se posicionou a favor de D. Pedro I e foi responsável pelo comando das forças que sitiaram tropas portuguesas no porto de Montevidéu. As tropas portuguesas que permaneceram em defesa de D. João VI, sob

---

[79] LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens. A época contemporânea*. V.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.22.

[80] Segundo a análise de Ernesto Seidl, os generais brasileiros que assentaram praça entre 1822-1860, tinham em média 15 anos de idade. SEIDL, Ernesto. *A espada como "vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999, p.62.

[81] Interessante pensar que casos como o de Luis Alves de Lima e Silva (duque de Caxias), que assentou praça de cadete aos 5 anos de idade, parece muito fora da curva quando comparado com os oficiais presentes na lista. Ainda que não tenha se apresentado ao serviço militar com essa idade, já que "a vinculação no regimento era apenas honorífica", e tinha como principal fator o prestígio dos Lima e Silva no Exército imperial.

[82] LIMA, O. G. M. de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p.8.

[83] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.109.

[84] MENDES, Fabio Farias. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial.* Belo Horizonte: Editora ARGVMENTVM, 2010.

[85] RIBEIRO, José Iran. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos soldados de patentes intermediárias do Exército Imperial Brasileiro, durante a Guerra dos Farrapos. In: *Locus*: revista de história. Vol. 15, nº. 2. Juiz de Fora, 2009, p.99-110. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20122

comando de D. Álvaro da Costa, mantiveram-se entrincheiradas em Montevidéu durante todo o processo.[86]

Retomando a inserção nos regimentos, a partir da vinculação de um parente próximo – avô, pai, irmão, tio, entre outros – contribuiu decisivamente para elevar o grau de pessoalidade nas forças militares. Esse foi um elemento central para a ascensão de oficiais militares durante os séculos XVIII e XIX, influenciando na própria dinâmica das carreiras no Exército imperial. Com isso, não se quer atribuir uma "vocação militar" à família de Manoel Luís Osório. Em oposição a essa ideia, o que se está procurando evidenciar é o investimento dessa família ao pertencimento às forças militares, sem que para isso fossem dotados de um "espírito militar".[87]

Assim sendo, a experiência no mundo das armas poderia ajudar a moldar "uma certa racionalidade que guiava escolhas que tendiam ao pertencimento" a essas forças.[88] Todavia, é preciso entender o que estava em jogo para cada indivíduo, ou seja, as oportunidades que as alterações políticas ofereciam àqueles que se mostravam disponíveis aos serviços de Sua Majestade, poderia gerar as recompensas que tanto esses homens perseguiam. Portanto, era preciso estar atento:

> (...)para ascender socialmente, as famílias construíam projetos, elaboravam estratégias e procuravam se articular em torno de certos bens/espaços de atuação. Podia ser — como já mostrou a historiografia — em torno da grande propriedade agrária, do tráfico internacional de cativos ou de instâncias da burocracia de Estado, incluindo aí o Exército.[89]

Ainda que o Exército apresentasse alguma possibilidade de ascensão social, por justamente fazer parte de "instâncias da burocracia de Estado", a política de recrutamento para o Exército regular não conseguia ser efetivamente cumprida. De fato, existia na sociedade imperial uma considerável aversão ao serviço militar regular. Isso acontecia, em parte, devido à truculência implementada no processo de recrutamento para as tropas de 1ª linha.[90] No caso do Rio Grande do Sul, porém, tal qual foi destacado anteriormente,

---

[86] NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823).* Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
[87] SOUZA, Adriana Barreto de. Família de militares: o caso dos Lima e Silva. Celso, CASTRO (Org.). A família militar no Brasil: transformações e permanências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p.193.
[88] MUGGE, Miqueias H. Senhores da Guerra. *Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PPGH, Rio de Janeiro, 2016, p.194-195.
[89] SOUZA, Adriana Barreto de. Família de militares: o caso dos Lima e Silva. Celso, CASTRO (Org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p.193.
[90] CARVALHO, Daniela Vallandro de. Nas fronteiras da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional – 1830-1850). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História),

o principal contingente militar não era fruto do alistamento de praças para as tropas de 1ª linha. Grande parte dos efetivos eram provenientes dos regimentos de Milícia, cuja lógica de recrutamento dependia da capacidade dos comandantes locais em mobilizar as tropas.[91]

Nesse sentido, eram as lealdades pessoais e os compromissos estabelecidos por tais sujeitos, que garantiam a efetividade do recrutamento para as tropas auxiliares.[92] Daí o privilégio de Manoel Luís Osório em seguir aos campos de batalha junto ao pai, que, ao mesmo tempo, era um dos comandantes de tropas. Já iniciava no centro de uma rede de compromissos. Ao assentar praça voluntariamente nas tropas de milícia – antes da idade mínima para o recrutamento obrigatório – não assumia vínculo com o Exército regular. Isso significava dizer que, em tempos de paz, assim como o tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges, o jovem não precisava se apresentar ao serviço permanente. Essa condição possivelmente interferia no número superior de praças nas tropas auxiliares e ordenanças no Rio Grande do Sul, em relação ao Exército de linha.

Na lógica do período, grande parte dos jovens preferiam fazer parte das tropas de 2ª ou 3ª linha, ao invés de ser recrutado para o serviço regular. Para isso, em alguns casos, lançavam mão de uma série de estratégias que muitas vezes "esvaziavam" as listas de recrutas para o Exército. Em 06 de fevereiro de 1823, por exemplo, o ministro dos Negócios da Guerra, João Vieira de Carvalho, queixava-se em ofício ao "Governo Provisório da Província de São Paulo", sobre a dificuldade de preencher os corpos de 1ª linha.

Segundo o ministro Vieira de Carvalho, isso acontecia "quando abusivamente se permitem alistar nas Milícias e Ordenanças aqueles indivíduos, que por todas as Leis, e ordens existentes devem ser delas excluídos". Era necessário, conforme o ministro,

---

Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013; José Iran RIBEIRO. Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005;

[91] OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 1990, p.45. Os comandantes eram obrigados, muitas vezes, a negociar com os subordinados. Isso porque, tratando-se do serviço nas tropas milicianas, em tempos de colheita do trigo, por exemplo, era permitido aos soldados a retirada para as suas terras mediante ao retorno para o front de batalha.

[92] LUFT, Marcos Vinícios. *"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828).* Dissertação de (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS-IFCH, Porto Alegre, 2013.

"debaixo da maior responsabilidade", coibir "que nos Corpos de Milícias, e Ordenanças se alistem aqueles homens, que estiverem no caso de serem recrutados para a 1ª Linha".[93]

De acordo com a visão do ministro, eram os próprios comandantes que, ao fazerem o alistamento para as tropas de 2ª e 3ª linhas, alistavam indivíduos que poderiam entrar nas tropas de 1ª linha. Nesse aspecto, torna-se importante observar como as movimentações e ações das forças militares no Rio Grande do Sul foram decisivas para a construção do próprio Estado nacional nessa província.[94] Nessa formação, um dos aspectos legados pelo modelo colonial português para a administração do Império do Brasil foi "a delegação de poderes aos indivíduos" para o recrutamento ou comando de forças militares. Esse princípio acabou produzindo uma política de fortalecimento das autoridades locais, "reforçando a manutenção das redes de clientelas, escolhendo soldados e livrando outros".[95]

Uma trama política que envolveu diferentes níveis de negociação entre as redes de poder. O grande estímulo ao recrutamento e à mobilização militar naquela região, do ponto de vista dos comandantes militares da fronteira, residia nas contrapartidas da Coroa aos esforços que faziam para armar e equipar os recrutas. Além da "concessão de terras e [na]redistribuição de presas de guerra, especialmente de animais vacuns e cavalares".[96]

Entretanto, importante salientar que a mobilização de efetivos para a Cisplatina não aconteceu repentinamente. A região tinha recebido grande contingente militar[97] nos anos anteriores para enfrentar as forças do general da Banda Oriental, Jose Gervásio Artigas, entre 1816-1821.[98]

---

[93] Biblioteca Nacional –RJ – *Diário do Governo (Império do Brasil)* – Edição de n.º 37, de 15 de fevereiro de 1823, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&Pesq=Rela%c3%a7%c3%a3o&pagfis=149 Acesso em 23 de março de 2023.

[94] MENDES, Fabio Farias. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial.* Belo Horizonte: Editora ARGVMENTVM, 2010.

[95] RIBEIRO, José Iran. *O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos.* Revista Brasileira de História, vol. 31, nº 62, 2011, p.254.

[96] FARINATTI, Luis Augusto. Op. Cit. 2007, p.173.

[97] RODRIGUES, José Honório. Independência: Revolução e Contra-Revolução. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002, p.217. Apud. NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823).* Tese de Doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. José Honório Rodrigues apresentou um quadro de efetivos militares mobilizados para a região, no qual constavam 8.129 homens e 3.733 cavalos.

[98] O conflito foi provocado pela ocupação de Montevidéu, realizada por José Gervásio Artigas, à frente do movimento de cunho federalista: a Liga dos Povos Livres. Organizado em 1815, após o rompimento de Artigas com a cúpula política de Buenos Aires. Ver: FREGA, Ana. Guerras de Independência y conflitos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. *Dimensión Antropológica*, 2005, p.25-58. Disponível em: https://revistatest.inah.gob.mx/index.php/dimension/article/view/3157 Acesso em 23 de março de 2023.

O envio de reforços para a Cisplatina, reclamada pelo ministro dos Negócios da Guerra, tinha especial relação com a própria dinâmica que o processo de Independência do Brasil provocou naquela região. Esse processo desencadeou uma discórdia no centro das forças militares destacadas na Cisplatina. Houve uma divisão, entre as tropas que seguiram apoiando Lisboa e as que decidiram apoiar o Rio de Janeiro. Como afirmou Hélio Franchini Neto – em tese de doutorado, que se propôs revisitar o processo de Independência do Brasil – o conflito que ocorreu na Cisplatina "não foi decorrente da mobilização militar de elites e outros setores da população a favor ou contra o Rio de Janeiro. Foi a decisão, no seio da tropa já organizada, de optar por um dos dois lados".[99]

Sendo assim, a guerra de independência na Cisplatina foi um processo bastante complexo e diferente das demais províncias, um território que recém havia sido anexado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esse fator pode ter contribuído para que, até o princípio de 1823, praticamente não existissem enfrentamentos militares na Província da Cisplatina, mesmo com as tropas mobilizadas. Até então, a prioridade era o planejamento e a negociação no campo político. A negociação era conduzida pelo Rio de Janeiro, de onde partiam ordens que previam a saída do efetivo português de Montevidéu sem o embate bélico. A estratégia de D. Pedro I era convencer a tropa, os "voluntários reais", para que "se subordinasse às ordens do Rio de Janeiro e partisse".[100]

Em relação aos movimentos da guerra, a região da Cisplatina ficou marcada por poucas batalhas. Ao que parece, movimentações de efetivos foram frequentes, mas nem sempre os conflitos efetivamente ocorriam. Havia uma preocupação entre os habitantes da região, isto é, a possibilidade da aceleração das mudanças e da radicalidade de suas manifestações. Isso não acontecia sem motivo. Em tempos belicosos, a experiência que o mundo da fronteira oferecia aos seus residentes era muita intensa. Aumentavam as ocorrências de contrabandos, roubos, invasão de terras, fuga de escravizados, entre outras práticas consideradas como crimes.[101]

---

[99] NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823).* Tese de Doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p.516. Conforme o autor: "Os orientais, em sua maioria, somente assistiram a disputa apesar de se posicionarem contra ou a favor, após a organização do Congresso de Montevidéu, que definiu a incorporação da Cisplatina ao Reino do Brasil, em 16 de abril de 1821".

[100] NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823).* Tese de Doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p.543.

[101] Ver: FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889).* Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Contudo, o grande temor de parte da elite era – a depender da intensidade das transformações – o fim de seus privilégios. Assim como em outras regiões, a elite rio-grandense tinha uma série de reivindicações "comuns que foram preservados pelo novo Estado, relativos à manutenção da escravidão e à distribuição de riqueza". Com isso, não se está afirmando que não existiam diferenças, intrigas e divergências no interior do "grupo"[102]

O que se pode afirmar é que essa demanda em especial – a escravidão – foi fator de convergência entre as elites do sul e o Estado Imperial. De forma semelhante, a "manutenção da Cisplatina era um ponto importante de convergência entre a elite rio-grandense. E era justamente daquela província que emanava a instabilidade de toda a região".[103] Sendo assim, a experiência de Manoel Luís Osório no cerco a Montevidéu, durante o processo de Independência, muito provavelmente foi de "longas jornadas", de "duros caminhos" e de "ranchos escassos",[104] sem enfrentar grandes batalhas, mas participando de algumas "guerrilhas diárias".[105]

O tenente-coronel da Legião de São Paulo, Manoel Luiz da Silva Borges, pai e comandante do regimento em que atuava o jovem Manoel Luís Osório, no dia 18 de maio de 1823, estava posicionado na Vila de Canelones, localidade próxima a Montevidéu.[106] Oficial respeitado entre as tropas e, como dito anteriormente, seu pai possuía uma boa relação com o general Frederico Lecor (barão de Laguna), comandante em chefe da Cisplatina. No dia 2 de junho, em ofício ao ministro dos negócios da guerra, João Vieira de Carvalho, o barão de Laguna destacou a boa conduta de alguns oficiais.[107] Dentre eles,

---

[102] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.143-168. Nesse período não havia um perfil único de "elite" no Rio Grande do Sul. Ou seja, não havia uma formação ou uma instituição em comum que os formassem as elites, assim como destacou José Murilo de Carvalho para as gerações seguintes.

[103] MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006, p.180-181.

[104] O termo "rancho", segundo o *Glossário de termos gauchescos* designava a "moradia do campo, com todas as suas dependências, como sejam, galpões, currais, mangueiras, lavouras, etc". Ou seja, referia-se ao estado dos galpões que se hospedavam. Disponível em: http://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html Acesso em 30/11/2022.

[105] LIMA, O. G. M. de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938 p.9.

[106] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário do Governo (Império do Brasil)* – Edição de n.º 31, 06 de agosto de 1823, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=9097 Acesso em: 23 de junho de 2022.

[107] Arquivo Nacional – Fundo Cisplatina – Ofício remetido pelo barão de Laguna ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho. Em 2 de junho de 1823, em Canelones. Cod.Ref. BR RJANRIO.1A.CAI.0.0977. Disponível em:

estava o nome do tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges. O destaque ocorreu após este empregar forças naquilo que o comandante em chefe – barão de Laguna – chamou de "mais louvável diligência em socorrer o Passo de Carrasco".

A ação na região de Canelones, descrita pelo barão ao ministro da Guerra, foi reproduzida no *Diário do Governo*. Pelo visto, percebendo que a região estava desguarnecida e sob ameaça do efetivo inimigo de "700 infantes, 400 cavalos, e duas peças de artilharia", o tenente-coronel Silva Borges fez marchar tropas para região. Possivelmente, o jovem Osório acompanhou o pai no deslocamento das tropas para o Passo do Carrasco. Conforme o ofício do barão de Laguna, o enfrentamento entre as tropas não chegou a acontecer. Ainda assim, o procedimento do tenente-coronel mereceu elogios do comandante em chefe.[108]

O tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges havia atuado em todas as campanhas militares que ocorreram na fronteira desde 1811. Por outro lado, seu filho vivia a primeira experiência nos campos de batalha. O jovem teve seu batismo de fogo – para recorrer a um termo militar – nos campos da então Província da Cisplatina.[109] Durante o tempo em que esteve no cerco a Montevideo no processo de independência, a principal ação militar da qual Manoel Luís Osório fez parte, conforme assinalou o seu biógrafo, aconteceu durante uma pequena patrulha, próximo ao arroio Miguelete.[110]

Na ocasião, encontrou homens do Exército português alimentando os cavalos para seguir marcha para Montevidéu. O grupo em que estava Manoel Luís Osório foi avistado por tais soldados a serviço de Portugal. Então, travou-se uma forte guerrilha entre os dois pequenos grupos quando o jovem Osório viu cair atingido um soldado ao seu lado. Era "morto um seu camarada da fileira. A bala que o prostrou, atravessando-o, foi bater na cabeça do cavalo" em que ele estava montado. Por fim, a bala caiu "a seus pés".

Não foi possível confirmar se esse episódio de fato ocorreu. As únicas fontes encontradas foram os relatos de memória narrados de maneira epopeica pelos seus

---

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_1a/cai/0/0977/br_rjanrio_1a_cai_0_0977_d0001de0001.pdf Acesso em: 22 de maio de 2022.

[108] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário do Governo (Império do Brasil)* – Edição de n.º 31, 06 de agosto de 1823, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=9097 Acesso em: 23 de junho de 2022.

[109] FERREIRA, Fábio. *O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824).* (Tese de Doutorado em História), PPGH-UFF, Niterói, 2012.

[110] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.135.

biógrafos. O seu "batismo de fogo", de acordo com o exposto, por pouco não terminou em tragédia. Com essa história, as biografias enalteceram a sua coragem de enfrentar os perigos daquela ação militar. A campanha militar da Independência, na região da Cisplatina, por outro lado, serviu para ele estabelecer convívio com os demais integrantes das forças. Era inserido ao cotidiano de outros oficiais e praças, considerados pelo jovem Osório "velhos soldados aguerridos", que formavam aquele regimento em marcha.[111]

A vivência nos campos de batalha era uma possibilidade de apreender os significados práticos do exercício militar. Assim, a formação passava a ser os movimentos de tropas no próprio teatro de operações. Além da oportunidade de conhecer os caminhos, os atalhos da fronteira, aquele Exército contava com soldados experimentados, que compartilhavam suas histórias de batalhas, e narravam os serviços prestados nas guerras. Porém, foram encontradas poucas fontes sobre os integrantes das tropas da Legião de São Paulo. Na biografia que escreveu sobre o pai, Fernando Luís Osório mencionou alguns personagens que teriam atuado junto a seu pai na Legião de São Paulo, mas com informações pouco precisas a respeito deles.

A história militar apontou que uma parte dos homens a integrar essas tropas da Legião de São Paulo tinham marchado para aquele território ainda para as lutas contra as forças de Artigas.[112] No campo diplomático, a Província Cisplatina foi a última a ser integrada de maneira formal ao Império do Brasil, em 24 de janeiro de 1824. Os movimentos militares da guerra de Independência do Brasil cessaram somente quando ocorreu "a retirada dos Voluntários Reais da Cisplatina no início de 1824". Oficialmente, a cessação das hostilidades terminou apenas "com o acordo de reconhecimento do Brasil – assinado em 29 de agosto de 1825 – que concluiu a etapa da Independência e da guerra".[113]

Ao final do conflito, o tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges era um oficial de Milícias com ainda mais relevância na região. Nesse período, no comando do regimento de Salto, ele foi responsável por reunir as assinaturas de sua guarnição para o

---

[111] Idem, p.8.

[112] BENTO, Cláudio Moreira. A Legião de São Paulo (1801-1824). A Legião Esquecida. *FHE-POUPEX*. Disponível em: http://www.ahimtb.org.br/A%20LEGI%C3%83O%20DE%20S%C3%83O%20PAULO-%20A%20LEGI%C3%83O%20ESQUECIDA.pdf Conforme o autor, essas tropas eram organizadas da seguinte maneira: "Estado-Maior Geral, Corpo de Infantaria, com Estado-Maior e 2 batalhões a 4 companhias cada. Corpo de Cavalaria, com Estado-Maior e 4 esquadrões. Corpo de Artilharia com Estado-Maior a 2 companhias (baterias) a cavalo com 12 peças ao todo. Efetivo de paz: 1556 homens. Efetivo de guerra: 2442 homens".

[113] PIMENTA, João Paulo G. O Brasil e a "Expansão Cisplatina" (1808-1822). In: Jancsó, Istvan (org.). *Independência: história e historiografia.* São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p.755-789.

juramento da Constituição do Império. Em 27 de junho de 1824, foi assinada a *Ata do Juramento prestado pelas Tropas, que guarnecem a linha do Uruguai no Estado Cisplatino ao Projeto de Constituição para o Império do Brasil*.[114]

De acordo com as suas atribuições, o tenente-coronel comandante da guarnição reuniu os oficiais e demais integrantes das tropas da guarnição de Salto para jurar "obedecer e ser fiel à Constituição Política da Nação Brasileira, a todas as Leis, e ao Imperador Constitucional, Defensor Perpétuo do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro". Ao final, com as assinaturas dos oficiais, submetia-se a ata ao comandante em chefe, barão da Laguna, para que ele a dirigisse ao imperador.[115]

Ficava, assim, reconhecido o pertencimento do território da Cisplatina ao Império do Brasil, assim como a fidelidade das tropas à Constituição imperial. No final de 1825, o tenente-coronel Silva Borges, em retribuição aos serviços prestados à Sua Majestade, recebeu a "Ordem Imperial do Cruzeiro".[116] Saía do conflito condecorado pelo Império.

Com a retirada das tropas "portuguesas" da Cisplatina para o Reino de Portugal,[117] o jovem Manoel Luís Osório permaneceu em Montevidéu. No mesmo ano, por ser filho legítimo do tenente-coronel Silva Borges teve a oportunidade de usufruir dos privilégios de primeiro cadete.[118] Segundo Ribeiro, até o fim do século XVIII esse "título militar de cadete[119] era conferido aos moços fidalgos da Casa Real, aos filhos de militares e aos que provassem ter notável nobreza".[120] O título de cadete, naquele período, era "uma graça

---

[114] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário do Governo (Império do Brasil)* – Edição de n.º 53, 31 de agosto de 1824, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=2241 Acesso em 22 de maio de 2022.

[115] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário do Governo (Império do Brasil)* – Edição de n.º 53, 31 de agosto de 1824, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=2241 Acesso em: 22 de maio de 2022.

[116] Instituída por D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, a Ordem Imperial do Cruzeiro fazia alusão a sua "Aclamação, Sagração e Coroação como Imperador". Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário Fluminense (Império do Brasil)* – Edição de n.º 89, 15 de outubro de 1825, p.1-3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&Pesq=%22Silva%20Borges%22&pagfis=920 Acesso em: 21 de maio de 2022.

[117] NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823).* Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.624.

[118] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

[119] "Do baixo latim capitettus, diminutivo de caput, cabecinha, pequeno, chefe. Filho segundo de qualquer titular. Soldado nobre e privilegiado, cuja classe foi criada no antigo Exército português pelo alvará de 16 de março de 1757. O filho dos oficiais subalternos podia assentar praça como 2º cadete; o filho dos oficiais superiores e generais, como 1º". BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, vol.192., 2019, p.80. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574648/001148523_Historia_militar_Brasil.pdf

[120] RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

honorífica". A historiografia – de acordo com Adriana Barreto – por muito tempo "entendeu que o único objetivo do título era atrair os jovens de origem nobre para a carreira das armas". Contudo, havia ainda outro propósito, que consistia em "atrair para a carreira das armas os filhos de oficiais superiores com patente mínima de sargento-mor, para os das tropas pagas, e de coronel, para oficiais de milícia".[121]

Durante o século XIX, no entanto, houve uma ampliação do acesso ao título, conforme a legislação de 1820,[122] que estabeleceu mudanças em relação às "exigências para ingresso na classe de cadetes".[123] Para receber o título de primeiro cadete, Manoel Luís Osório aproveitou a vinculação de seu pai, o tenente-coronel de Milícia Silva Borges, comandante da guarnição de Salto, que acabara de ser reconhecido com a Ordem Imperial do Cruzeiro.[124] Esse posicionamento social de seu pai, assim como seu posto na estrutura hierárquica das forças de 2ª linha, embora não pudessem oferecer garantias de ascensão social, permitiram ao jovem Manoel Luís ter acesso à distinção de cadete da Legião de São Paulo. Esse foi um elemento decisivo em sua trajetória militar. Seus biógrafos, para destacar toda a sua "dedicação militar", assinalaram que havia passado por todos os postos da hierarquia militar, o que, de fato, não é verdade.

No quadro hierárquico das forças de 1ª e 2ª linhas, ao obter a distinção de cadete, um oficial poderia, em caso de promoção, ultrapassar todos os postos de oficiais inferiores da legião (furriel, segundo-sargento, primeiro-sargento). Ainda assim, a maior parte de seus biógrafos negligenciaram essa condição que a distinção proporcionava aos jovens, filhos de oficiais das forças militares, condecorados pelos serviços prestados ao Império do Brasil.[125]

---

[121] SOUZA, Adriana Barreto de. Família de militares: o caso dos Lima e Silva. Celso, CASTRO (Org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p.172-173.
[122] CLI – Decreto de 04 de fevereiro de 1820 – "Cria no Exército do Brasil uma classe de segundos cadetes e outra de soldados particulares[...]". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-38829-4-fevereiro-1820-567881-publicacaooriginal-91245-pl.html Acesso em: 23 de maio de 2024.
[123] KRAAY, Hendrick. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, 2004, p.138-139. "[...]o grau de segundo cadete era reservado aos filhos de oficiais das milícias ou do Exército que tivessem alcançado no máximo o posto de major (filhos de nobres e de oficiais superiores do Exército tornavam-se primeiros cadetes)".
[124] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Arquivo General Osório*. Série: Núcleo familial. Carta patente do tenente-coronel de Milícia, Manoel Luiz da Silveira Borges, por decreto do Imperador D. Pedro I, na Corte do Rio de Janeiro (RJ), em 25 de maio de 1822. Notação Final: DL226.003.
[125] KRAAY, Hendrick. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, 2004, p.138-139. O fato de Manoel Luís Osório ter se tornado cadete também possibilita indicar que, além de saber ler e escrever, algo já mencionado, dominava "os princípios elementares da aritmética".

Além disso, mesmo após atuar no cerco às tropas portuguesas em Montevidéu, grande parte dos textos de cunho memorialista apontaram que Manoel Luís Osório encarava a vida militar como uma obrigação. De acordo com essa visão, desde que se transferiu junto à família para a vila de Salto, na Cisplatina, o jovem mostrava seu desejo em ter alguma formação. Nenhum dos textos biográficos mencionaram o curso e/ou profissão que o jovem pretendia seguir. O velho Silva Borges argumentava ao filho que, no Rio Grande do Sul não havia "instrução de valor", o que de fato era uma realidade. Nessa época, inexistiam cursos superiores na província de São Pedro. Para "ser agradável a seu pai" ou por gosto, o fato é que jovem Osório persistiu no serviço das armas do Império.[126]

Na esfera militar daquele período, a única escola de formação de oficiais ficava no Rio de Janeiro. A Real Academia Militar foi fundada em 4 de dezembro de 1810, fez parte de uma série de mudanças implementadas pela "Coroa portuguesa ao se estabelecer com sua corte no Rio de Janeiro".[127] Em 1822, passou a ser chamada Imperial Academia Militar. Ainda que o título de cadete pudesse favorecer sua ascensão na hierarquia militar, mesmo assim, Manoel Luís Osório requisitou matrícula na Imperial Academia Militar. O jovem cadete, em 1º de abril de 1824, encaminhou um requerimento por meio do comandante em chefe Frederico Lecor (barão de Laguna), no qual suplicava uma licença para seguir ao Rio de Janeiro.

O periódico *Diário Fluminense* publicou, logo na primeira página da edição do dia 1º de setembro, as respostas oferecidas pelo governo imperial aos requerimentos encaminhados pelos jovens oficiais interessados em seguir nos estudos militares. Além do cadete Manoel Luís Osório, outros dois integrantes da cavalaria da Legião de tropas ligeiras de São Paulo, também haviam requerido licença para estudar no Rio de Janeiro. O alferes Sebastião José de Brito e o ajudante de cirurgia Felizardo Justiniano de Barros buscavam vaga "em estudos cirúrgicos". No parecer do secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Vieira de Carvalho, no dia 25 de agosto de 1824, constava a resposta seguinte:

> Manda S.M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, participar ao Tenente General, Comandante em Chefe do Exército do Sul, Barão da Laguna, que à vista da sua informação de 1º de abril do corrente ano, sobre o requerimento de Manoel Luís Osório, Cadete de Cavalaria da Legião

[126] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.87.
[127] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.112.

> de Tropas Ligeiras da Província de S. Paulo. Há por bem conceder-lhe licença para vir à Corte frequentar os estudos da Academia Militar; e que assim se expressam as convenientes ordens. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1824. - João Vieira de Carvalho.[128]

Com a resposta positiva, ainda em Montevidéu, o jovem cadete contava os dias para embarcar rumo à Corte. Aparentemente, contava com o apoio e autorização de seu pai. Frequentar a Academia Real Militar tinha um custo com o qual, após a guerra de Independência, a família poderia arcar.[129]

Estava tudo certo para seguir viagem ao Rio de Janeiro. Seu projeto de estudar na Corte seria então retomado, não fosse o estado militar da fronteira que anunciava mais uma onda de conflitos na região. Pouco antes de sua viagem, o jovem foi surpreendido com a cassação de sua licença. Era, então, convocado para tomar parte em um conflito que surgiu em resistência à ocupação brasileira na Cisplatina. A partir de então, estava impedido de seguir viagem à Corte. Pouco antes de ser cancelada sua licença, Manoel Luís pediu "baixa" (desvinculação) das forças da Legião de São Paulo.[130] Possivelmente empolgado com a iminente partida para a Corte imperial, o cadete Manoel Luís Osório resolveu se alistar ao Exército de 1ª linha. O alistamento foi feito no dia 1º de outubro de 1824, quando ainda aguardava sua partida.[131]

---

[128] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário Fluminense (RJ)* – Edição de n.º 54, de 1º de setembro de 1824, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&pesq=Osorio&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=2243 Acesso em 22 de maio de 2022.

[129] Ainda durante o conflito na região da Cisplatina, Silveira Borges avaliou o perigo de manter a família na vila de Salto, desguarnecida pela guerra. Desse modo, Anna Joaquina Osório – sua esposa e mãe do general Osório – juntamente com os filhos ainda menores de idade, foram residir na vila de Caçapava. A localidade ofertava uma condição especial para o acesso aos ricos campos da fronteira, e, como demonstrado no capítulo anterior, a família encontrou na região alguma prosperidade nos negócios. A migração da família e o patrimônio até meados do século XIX, foram trabalhados no capítulo II.

[130] A sua desvinculação das tropas de cavalaria da legião de São Paulo, foi possível encontrar no periódico *Diário Fluminense*, onde foram publicadas no dia 4 de dezembro de 1824, a *Relação do Despachos publicados na Corte, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra no Faustíssimo Dia 1º de Publicados Dezembro de 1824, Aniversário da Coroação, e Sagração de S. M. o Imperador.*
Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário Fluminense (RJ)* – Edição de n.º 133, de 4 de dezembro de 1824, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&pesq=Osorio&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=2559 Acesso em: 22 de maio de 2022.

[131] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório. A Fé-de-Ofício é um tipo de registro do currículo profissional do militar, que reúne dados como o ano e o local de nascimento, informações físicas do agente. Constam também, as condições de alistamento no Exército, se foi recrutado ou voluntário, os contingentes que o militar atuou, as campanhas que fez parte, assim como: promoções, pedidos de licenças, punições, afastamentos por doenças, entre outras informações. Ver: RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos.* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009.

Em relação à Academia Real Militar, vale mencionar que o fato de não ter frequentado a escola não fazia um oficial-militar menos apto para enfrentar os campos de batalha. Isso porque, diferentemente de outros períodos, "a passagem pela Imperial Academia Militar não era uma etapa importante, nem mesmo obrigatória na formação dos oficiais militares do século XIX". A maior parte dos oficiais que atingiram o generalato até pelo menos a década 1840, "não passaram pelas salas da Academia".[132]

Esse também foi o caso de grande parte dos principais comandantes militares nascidos no Rio Grande do Sul. Entre os dez chefes de cavalaria, que compõem o Quadro 5, apenas dois oficiais tiveram formação na Imperial Academia Militar, foram eles: Jose Antônio Corrêa da Câmara (2º visconde de Pelotas), formado no curso de cavalaria na Escola Militar de Porto Alegre e Manoel Marques de Sousa (conde de Porto Alegre), formado na Imperial Academia Militar no Rio de Janeiro, no curso de artilharia.[133] Os demais oficiais prestaram serviços e, mesmo sem formação militar, conseguiram ascender ao generalato imperial.

Quando foi cancelada sua permissão de seguir para o Rio de Janeiro, a partir dos rumores sobre a guerra na Cisplatina, o jovem Manoel Luís teve de se apresentar as forças do 3º Regimento de Cavalaria. Essas tropas do Exército eram comandadas pelo tenente-coronel Thomaz José da Silva, que também havia obtido baixa das tropas de Legião de São Paulo, após a campanha de Independência.[134] Os campos de batalha eram, nesse ponto, muito mais propícios para a ascensão social do que as salas da Academia militar. Em 1º de dezembro de 1824, Manoel Luís Osório obteve promoção ao posto de alferes, apenas dois meses após incorporar as tropas do Exército.[135] É claro que ele tinha prestado serviço na milícia por um ano e alguns meses, sob comando de seu pai.

---

[132] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.110.

[133] Os dois nasceram em famílias nobres que migraram para o Rio Grande do Sul ainda no século XVIII. Os Corrêa da Câmara e os Marques de Sousa construíram longas listas de serviços prestados ao Império português na região sul do Atlântico. Os integrantes dessas duas famílias também estiveram envolvidos na política da Capitania e depois na Província de São Pedro, disputando cargos eletivos e recebendo concessões e nomeações do governo. Ver: CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964; PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, s/d.

[134] Relação de oficiais publicada em: BN – *Diário Fluminense (RJ)* – Edição de n.º 133, de 4 de dezembro de 1824, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&pesq=Osorio&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=2559 Acesso em: 22 de maio de 2022.

[135] "Alferes – Oficial que, outrora, levava a bandeira, a alférena. Alferes-mor, o oficial que conduzia a insígnia do rei. Do latim aquila feris, o porta-águia das legiões romanas, ou do árabe al faris, o porta-estandarte. É provável que, pela influência bizantina, a expressão romana tenha passado para os conquistadores muçulmanos da Península Ibérica, dos quais o herdaram espanhóis e portugueses".

Como mencionado acima, depois do término das hostilidades decorrentes do processo de Independência, o jovem permaneceu em Montevidéu. Era de lá que esperava seguir viagem para a Corte e ingressar na Academia Real Militar. Entretanto, o novo indicativo de guerra na então Província da Cisplatina (1825-1828) frustrou seus planos. Teve, então, que se apresentar às autoridades militares para tomar parte em mais um enfrentamento bélico.

Quando do início do novo conflito, o alferes Manoel Luís Osório tinha 17 anos. Além da sociabilidade, da formação e da experiência militar, os campos de batalha poderiam oferecer a chance de jovens oficiais ascenderem através da prestação de serviços. Foi o que aconteceu com ele. A experiência em conflitos na fronteira, portanto, acabou moldando o seu perfil militar. As guerras apresentaram as oportunidades de começar a tecer sua própria rede de relações na fronteira.

2.3. Um oficial tarimbeiro: a atuação de Manoel Luís Osório na Guerra Cisplatina

Os campos da fronteira da Província de São Pedro com o Estado Oriental foram decisivos na formação do jovem alferes Manoel Luís Osório. Digo isso porque os conflitos naquela fronteira nunca cessaram por completo. Desde que a família foi para a região de Salto, no Estado Oriental, pode-se dizer que sempre esteve em uma região permanentemente conflagrada.

A tradição "tarimbeira", da qual virou um dos principais representantes no Exército Imperial, tinha como fundamento principal a formação militar a partir da experiência em conflitos. Essa expressão – tarimba, tarimbeiro[136] – nas décadas finais do século XIX se tornou pejorativa em relação à juventude militar. Aquela geração, cada vez mais, recorria à formação nas academias militares. À época, os "oficiais científicos" buscavam a escola militar como forma de ascensão na hierarquia do Exército.[137]

BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, vol.192., 2019, p.80. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574648/001148523_Historia_militar_Brasil.pdf

[136] CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. O termo foi mais difundido após a morte de Manoel Luís Osório. Passou a ser utilizado de forma depreciativa para se referir aos oficiais sem formação, com as "tarimbas", uma espécie de 'estrado" encontrado nas camas dos quartéis, geralmente destinados aos soldados. Ou seja, essa oposição era feita justamente por oficiais formados nas Academias Militares, diante de militares sem formação.

[137] Essa oposição apareceu no interior da Escola Militar da Praia Vermelha, no final do século XIX, entre militares "científicos" que faziam o curso de artilharia ou engenharia, enquanto os "tarimbeiros", cursos menos reconhecidos como: infantaria e cavalaria. Ver: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

Na primeira metade do século XIX, entretanto, o ensino não era uma realidade para grande parte dos oficiais das forças militares e, sendo assim, a guerra era uma oportunidade ímpar de obter alguma ascensão e/ou recompensa. Além de toda a capacidade de guerrear, desde cedo os jovens oficiais eram instados a aprender a negociar com as autoridades e, tratando-se de um oficial subalterno, a cumprir ordens. Essa foi a formação que o alferes do Exército Manoel Luís Osório teve durante a guerra da Cisplatina.

Na experiência anterior, das guerras de Independência, durante o cerco a Montevidéu, vivenciou poucas batalhas. Havia assentado praça como voluntário das tropas de Milícia da Legião de São Paulo, no regimento do qual seu pai era comandante. Nesses novos conflitos na Cisplatina, ele combateria no Exército regular. Do ponto de vista das operações de guerra, a Guerra da Cisplatina apresentou uma complexidade bélica superior naquela região do que as batalhas de Independência.

A guerra começou no território do Estado Oriental. Frederico Lecor (barão de Laguna desde 2 de janeiro de 1823) comandava o efetivo que se manteve no cerco à cidade de Montevidéu. O barão de Laguna era uma liderança na então Província da Cisplatina. No Rio Grande do Sul, quem comandava os efetivos era o general José de Abreu que, desde 1822, desempenhava o posto de governador de Armas da Província de São Pedro.[138] Quando as turbulências políticas e militares recomeçaram na Cisplatina, em 19 de abril de 1825, não se imaginava que o conflito se estenderia por anos.[139]

O general Juan Antonio Lavalleja, um dos principais líderes militares e políticos do Estado Oriental, reuniu-se com outros "rebeldes platinos" na margem esquerda do rio Uruguai. A partir de então, iniciava-se uma sublevação que virou guerra contra a ocupação brasileira na região.[140] Reunido com 33 homens, "*los trinta y três orientales*",

[138] Vale destacar que durante o Império de D. Pedro I, os governadores das armas em grande parte do território imperial não acumulavam poderes civis e militares, como em outras conjunturas.
[139] Sessão do dia 31 de julho de 1823. Diário da Assembleia Geral e Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Edição Fac-similar. Tomo II. Brasília: Senado Federal, vol. 6., 2003, p.495-499. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535162
[140] O governo imperial, desde 1823, enquanto ainda se travava conflitos pela Independência na Cisplatina, era informado pelo barão de Laguna sobre os rumores "revolucionários" na região. A sublevação não era nenhuma surpresa. Ver: Arquivo Nacional – Fundo Cisplatina – Ofício remetido pelo barão de Laguna ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho. Em 3 de junho de 1823, em Canelones. Cod.Ref. BR RJANRIO.1A.CAI.0.0977. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_1a/cai/0/0977/br_rjanrio_1a_cai_0_0977_d0001de0001.pdf Acesso em: 19 de maio de 2022.

buscavam a autonomia em relação ao Império.[141] Aos poucos conseguiram adesão de reforços, especialmente em marcha pelo interior do território da Cisplatina. Foi assim que o coronel oriental Frutuoso Rivera aderiu aos rebeldes. Até então, atuava na região servindo como oficial das tropas do Império do Brasil.[142]

A notícia sobre a eclosão dos conflitos, em meados do ano de 1825, espalhava-se por todo o Império. Na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, o jornal *O Universal* fazia uma espécie de atualização do que estava acontecendo na Cisplatina, um boletim de notícias da região. As informações que chegavam "pelo correio", em 19 de agosto de 1825, denunciavam os "socorros para os insurgentes da Província Cisplatina", assim como o sequestro de um iate brasileiro, pelo governo de Buenos Aires.[143]

A declaração de guerra somente foi promulgada em 10 de dezembro de 1825, por decreto de "Sua Majestade Imperial".[144] No decreto, a guerra foi encarada como uma defesa contra "os atos de hostilidade contra este Império sem provocação".[145] Na visão do Império, a origem do conflito não residia na ocupação militar do território da Cisplatina. O decreto ignorava as reclamações que partiam da região em relação aos interesses comerciais dos negociantes que se sentiam prejudicados com a intervenção do exército imperial.[146]

No jornal *O Universal*, talvez como forma de demonstrar adesão ao projeto monárquico, afirmava-se que: "Todas as Províncias do Império estão em plena tranquilidade, a exceção de Montevidéu".[147] Isso acontecia, na visão compartilhada entre

---

[141] *Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental.* In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968.

[142] GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio da Prata. In: GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C. A. B.; KÜHN, F.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

[143] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *O Universal (MG)* – 1825 a 1842 – Edição de n.º 15, de 19 de agosto de 1825, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706930&Pesq=Cisplatina&pagfis=59 Acesso em: 16 de junho de 2022.

[144] DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. A reunião de tropas por Juan Antonio Lavalleja na Cisplatina, às margens do Rio Uruguai, acontecia desde abril de 1825.

[145] DECRETO de 10 de dezembro 1825: Declaração de guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata. IN: Brasil. [Leis etc.]. Collecção de decretos, cartas imperiais e alvarás do Império do Brazil de 1825. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1885, p.94. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18341

[146] DORATIOTO, Francisco. *General Osório*... Op. Cit.; 2008, p.30; SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, GUAZZELLI, KÜHN & NEUMANN (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

[147] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *O Universal (MG)* – 1825 a 1842 – Edição de n.º 15, de 19 de agosto de 1825, p.3. Disponível em:

o governo imperial e o periódico, porque o governo de Buenos Aires seduzia os povos da Banda Oriental para praticar "hostilidades contra o Império do Brasil".[148]

Desse modo, o apoio de Buenos Aires e de Entre Rios, assim como de outras províncias argentinas à independência do Estado Oriental, também foi decisiva para os rumos do conflito, em especial pelo suporte militar oferecido aos rebeldes.[149] Com a adesão dessas províncias argentinas, o movimento de tropas se intensificou na fronteira. As forças imperiais no Estado Oriental, sob o comando do barão de Laguna, permaneceram com a base de operação militar fixada nas imediações de Montevidéu. Naquela situação, não poderiam recuar para a região da campanha, pois, desguarnecer o porto de Montevidéu, poderia ter várias consequências contrárias.[150]

O alferes Manoel Luís Osório, que estava naquela capital, apresentou-se ao barão de Laguna, comandante em chefe, logo no início de 1825. Aguardava ordens para saber em qual regimento iria servir. Tudo indicava que seguiria em marcha ao encontro do general José de Abreu (barão de Cerro Largo), que seguia para a vila de Mercedes. Porém, o coronel Bento Manoel Ribeiro, à frente de 800 homens, solicitou reforços ao barão de Laguna. O coronel arquitetava uma operação contra os líderes orientais Frutuoso Rivera e Antonio Lavalleja. Os dois planejavam unir forças, segundo informações obtidas por Bento Manoel através de seus espias.[151]

O barão de Laguna reforçou as tropas do coronel Bento Manoel com 400 cavaleiros, entre eles, o alferes Manoel Luís Osório. Eram cerca de 1200 homens que

---

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706930&Pesq=Cisplatina&pagfis=59 Acesso em:15 de julho de 2022.

[148] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *O Universal (MG)* – 1825 a 1842 – Edição de n.º 16, de 22 de agosto de 1825, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706930&Pesq=Cisplatina&pagfis=61 Acesso em: 15 de julho de 2022.

[149] Os documentos trocados entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís José de Carvalho e Melo, para Rodrigo José Ferreira Lobo, comandante da força naval no Rio da Prata, porém, davam conta de uma certa dúvida em relação ao apoio de Buenos Aires aquela sedição, desde maio de 1825. Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão. Ano 7, n.º 12, 1º Semestre, 2008, p.71. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-273-cadernos_do_chdd_ano_7_numero_12_2008

[150] BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, vol.192., 2019, p.121. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574648/001148523_Historia_militar_Brasil.pdf
O autor criticou a estratégia adotada por Lecor, que havia contribuído com a inação do Exército durante o ano de 1825.

[151] Bombeiros, espias e vaqueanos, eram considerados agentes de comunicação política. Esse expediente, geralmente utilizado por governantes, oficiais militares e informantes, serviam para a armazenar e compartilhar informações à sua rede política. Ver: Comissoli, Adriano, "Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX*)", Revista de Indias*, LXXVIII/272 (Madrid, 2018), p.113-146. Disponível em: https://doi. org/10.3989/revindias.2018.004 Acesso em: 12 de julho de 2022.

seguiram em marcha de Montevidéu à região do Arroio Sarandi. No caminho, encontraram as tropas do coronel Bento Gonçalves, formado por pouco menos de 300 cavaleiros, que seguiram juntos em busca do Exército uruguaio. Para azar do coronel Bento Manoel, quando se avistaram as forças inimigas, perceberam que homens de Lavalleja e Rivera já estavam reunidos. O encontro havia acontecido em Durazno, no interior da Cisplatina. Juntos somavam cerca de 2200 a 2400 homens.[152]

Durante o ano de 1825, as forças rebeladas impuseram algumas derrotas ao Exército imperial. As derrotas foram significativas, especialmente, nas batalhas do *Rincão das Galinhas* ou Rincón das Gallinas (em 23 de setembro de 1825) *e do Arroio Sarandi ou Sarandy* (em 12 de outubro de 1825). Para o governo imperial, a responsabilidade dessas derrotas foi atribuída ao general José de Abreu, comandante em chefe do Exército do Rio Grande do Sul.[153]

Ao que parece, o alferes Manoel Luís Osório não participou da batalha do Rincão das Galinhas. Esse local era um posto avançado no território da Banda Oriental, onde o Exército imperial mantinha grande quantidade de cavalhadas, próximo a uma confluência entre os rios Negro e Uruguai. O coronel Rivera mobilizava tropas para a região, já que tinha informações privilegiadas sobre a localidade, onde até pouco tempo prestava serviço ao Exército português.[154]

Manoel Luís Osório atuou, de fato, na batalha de Sarandi, em 12 de outubro de 1825. Alguns anos mais tarde, registrou algumas notas sobre o combate em correspondência enviada a seu amigo, José Maria da Silva Paranhos Junior (barão do Rio Branco). Diplomata e escritor, Paranhos buscava informações sobre a guerra Cisplatina. Manoel Luís Osório, como testemunha ocular do conflito, foi um de seus entrevistados.[155]

---

[152] CARNEIRO, Davi. *História da Guerra Cisplatina.* Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1946, p.36; DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.32-33.

[153] CARNEIRO, Davi. *História da Guerra Cisplatina.* Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1946.

[154] A relação que Fructuoso Rivera estabeleceu com o Estado Imperial foi bastante complexa. No conflito anterior, entre 1816-1821, quando da anexação da Cisplatina ao território imperial, Rivera lutou pelo Império. Por isso, em 22 de janeiro de 1822, em pleno aniversário de D. Pedro I, foi nomeado a *Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.* Ver: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário do Governo (Império do Brasil)* – Edição de n.º 21, de 28 de janeiro de 1823, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&Pesq=Rela%c3%a7%c3%a3o&pagfis=86 Acesso em: 23 de agosto de 2022.

[155] Os dois atuaram juntos na Guerra do Paraguai (1864-1870). Após o conflito, a troca de correspondência foi mantida. Uma parte se encontra no *Arquivo General Osório*, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Daí a razão dos diálogos entre os dois terem sido publicados, anos mais tarde, no livro biográfico escrito por seu filho, Fernando Luís Osório.[156]

Na descrição sobre o combate, Manoel Luís Osório mencionou que a ação começou logo após as tropas imperiais ultrapassarem o Arroio Sarandi, próximo às 9 horas da manhã, do dia 12 de outubro. O esquadrão em que ele atuava, foi cercado pela cavalaria oriental, ainda no início da batalha. Desse movimento, conforme afirmava: "só escaparam, combatendo braço a braço, nove praças e eu". A única alternativa que se apresentava naquele momento, segundo seu relato, era sair em retirada.

Depois de romper o cerco da artilharia inimiga, o alferes Osório e os soldados que restavam foram perseguidos por dois cavaleiros das tropas orientais. Em desvantagem, o alferes Manoel Luís conseguiu sair ileso da luta com os dois combatentes. Um deles o alferes matou com um tiro e o outro derrubou com um golpe na cabeça desferido com sua pistola. Tudo isso relatou ao barão do Rio Branco.[157]

Depois desse confronto, seguiu em direção a um pequeno córrego, e percebeu a presença do coronel Bento Manuel Ribeiro. Estava o coronel acertando os arreios de sua montaria. Durante a batalha, esse coronel havia se desprendido de seu regimento. Nesse instante, ainda de acordo com a descrição de Manoel Luís Osório, avistando uma tropa inimiga "compreendeu logo o perigo em que se achava o coronel. Tratou imediatamente de formar ali mesmo, com alguns companheiros, uma guerrilha para entreter o inimigo e dar tempo a Bento Manuel para apertar os arreios e salvar-se".

Após conseguir se salvar da guerrilha, o alferes Osório se apresentou a Bento Manuel que confiou ao jovem a missão de reunir os soldados dispersados e organizá-los em suas companhias.[158] Ao que parece, a missão foi cumprida com êxito. Ao final do procedimento, conforme relatou, o coronel Bento Manoel Ribeiro fez o seguinte discurso:

---

[156] Fernando Luís Osório, como biógrafo do pai, teve acesso ao acervo privado de Manoel Luís Osório antes de ser doado para o IHGB, na segunda década do século XX. O pedido de informações sobre a batalha de Sarandi, realizado por José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco), sob o título: "Quesitos sobre a guerra de 1825 a 1828" e a resposta de Manoel Luís Osório, intitulado "Descrição relativa a várias operações da guerra de 1825", fazem parte do acervo do IHGB. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo General Osório. Carta de José Maria da Silva Paranhos para Manoel Luís Osório, Pelotas, 09 de janeiro de 1872. Notação Final: DL225.031.

[157] . Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo General Osório. Carta de José Maria da Silva Paranhos para Manoel Luís Osório, Pelotas, 09 de janeiro de 1872. Notação Final: DL225.031.

[158] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo General Osório. Notação Final: DL225.031. Carta de José Maria da Silva Paranhos para Manoel Luís Osório, Pelotas, 09 de janeiro de 1872.

"Vem salvo o alferes Osório? Se aí vem hei de deixar-lhe a minha lança quando eu morrer, porque ele a levará onde eu a levo".[159]

A entrega da lança, todavia, não foi possível confirmar.[160] Nem mesmo há como provar que Bento Manoel tenha realmente dito essas palavras.[161] Nesse sentido, além da correspondência entre Manoel Luís Osório e o barão do Rio Branco, foram analisados outros dois documentos sobre sua atuação em Sarandi. Tratavam-se de dois atestados, documentos que serviam para avaliar os oficiais que atuaram no conflito. Talvez o fato de ter sido a batalha de Sarandi considerada um total fracasso das forças militares imperiais, foi adotado esse procedimento de consulta sobre a conduta militar dos oficiais envolvidos naquela ação.

Os atestados foram repassados por dois importantes oficiais superiores: o tenente-coronel Felipe Nery de Oliveira e o coronel Bento Manoel Ribeiro. Os documentos relataram a atuação de Manoel Luís Osório. Em 24 de março de 1828, o tenente-coronel Felipe Nery de Oliveira, comandante interino do 5º Regimento do Exército de 1ª linha, foi consultado sobre a batalha de Sarandi. Informou que "depois de perdida a ação", no dia 12 de outubro de 1825, disperso de sua companhia, o alferes Manoel Luís Osório juntou-se ao coronel Bento Manuel Ribeiro. O tenente-coronel Felipe Nery assinalou que o jovem "portou-se bem e trabalhou muito na reunião dos dispersos e para conservação da boa ordem na retirada".[162]

Ao que tudo indica, a ação aplaudida pelo tenente-coronel do 5º Regimento, referia-se à missão de reunir os soldados que se desprenderam de seus efetivos. Uma

---

[159] Essa frase foi publicada primeiramente em um texto de autoria de Salvador de Meneses Drumond Furtado de Mendonça, Antônio Alvares Guedes Vaz e Vítor Dias, intitulado: *Apontamentos bographicos para a história das campanhas do Uruguay e Paraguay.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, vol.228, 1866, p.226. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5069

[160] Existe, no entanto, uma lança no acervo do 3º Regimento de Cavalaria, apelidado de "Regimento Osório", atual sede do *Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osório*, que segundo consta, é utilizada por oficiais em celebrações internas e atividades festivas. Também há no acervo do *Museu Histórico Nacional*, uma lança que foi doada pela família, junto a outros objetos pessoais de Manoel Luís Osório. Porém, essa lança que estava presente na relação de objetos doados pela família, pertencia a Manoel Luís desde o posto de coronel comandante do 2º Regimento de Cavalaria, portanto, muito tempo depois de sua atuação na Cisplatina. Ver: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Processo de doação do acervo nº 0323. Relação de objetos. Coleção Osório. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%2039%20-%202007&pesq=&pagfis=29361

[161] OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit. p.153; LIMA, O. G. M. de. *Osório.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p.10.

[162] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo General Osório. Atestado do tenente-coronel Felipe Nery de Oliveira, 24 de março de 1828, no Arroio do Telho. Documentos Pessoais. Notação Final: DL224.073.

missão difícil de ser executada em campos vastos como o daquela fronteira, sob perseguição das forças inimigas.

O segundo parecer, redigido pelo experiente coronel comandante do 22º regimento de cavalaria de 2ª linha – Bento Manoel Ribeiro – apresentou maiores detalhes sobre a ação do alferes Manoel Luís Osório. No dia 05 de abril de 1828, ao escrever o parecer, considerou que o jovem oficial "se perdeu" de sua tropa durante o ataque à cavalaria inimiga, próximo ao arroio Sarandi. Ao encontrá-lo, o alferes Manoel Luís o acompanhou até se juntar às tropas do general José de Abreu, que estava no Arroio Três Cruzes, no departamento de Alegrete:[163]

> (...)Comportou-se com muito valor na ação citada, que, apesar de se perder se fez muito sensível o merecimento deste e de muitos beneméritos oficiais, que se comportaram com muita bravura. Acompanhou-me e o encarreguei do comando de todas as praças dos diferentes corpos de 1ª linha, o que desempenhou com grande atividade e zelo até a minha reunião ao sobredito Governador das Armas.[164]

Conforme Bento Manoel Ribeiro, o alferes Manoel Luís Osório se portou com "bravura". Os dois pareceres, oferecidos por respeitados oficiais superiores, se assemelhavam entre si. Tinha também alguma semelhança com a descrição das ações em campo de batalha, narradas em correspondência ao barão do Rio Branco, que foram citadas anteriormente.

Em pleno combate, os soldados imperiais saíram em fuga desordenada. Então, o coronel Bento Manoel ordenou que o alferes Osório fosse até uma passagem de tropas do Rio Yi. A região conhecida na época como "Passo do Polanco", com a finalidade de reunir as tropas dispersas e conduzi-las à margem oposta. Do outro lado, aguardando a reunião de tropas, estavam os coronéis Bento Manoel Ribeiro, Bento Gonçalves e o tenente-coronel Felipe Nery.

Os atestados de Felipe Nery e Bento Manoel foram produzidos, respectivamente, em março e abril de 1828. Mais de um ano separava a atuação das forças militares em Sarandi dos pareceres dos ditos oficiais superiores. Ao longo da campanha, o alferes Osório se tornou conhecido entre experientes chefes militares. Para Mugge: "Soldados rasos, capitães, comandantes, nobres, presidentes e ministros compunham o nervo militar

[163] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo General Osório. Atestado do coronel Bento Manoel Ribeiro, em 05 de abril de 1828, no Acampamento no Arroio do Bote. Documentos Pessoais. Notação Final: DL224.073.
[164] Idem.

do Império brasileiro para a defesa de seus interesses nas regiões limítrofes e no além-fronteira". Uma estrutura de forças movida por "vontades e estratégias próprias", até então formadas por instituições como as Milícias e o Exército, ainda longe de consolidar sua "profissionalização".[165] As patentes militares – "brigadeiro, coronel, major, capitão" – possuíam valores simbólicos implícitos, "uma história de reconhecimento por parte das instâncias superiores, quanto ao valor e às qualidades da pessoa, e também, traziam a suposição quanto às possibilidades que tais senhores tinham de proteger seus aliados". Muito mais do que uma simples "designação profissional", essas patentes eram maneiras de "expressar um modo de hierarquização social".[166]

A aproximação de Osório em relação aos comandantes ganhou um contorno especial a partir de novembro de 1825, quando as propostas de promoção aos postos militares passaram a ser feitas pelos comandantes militares.[167] Além disso, "os comandantes de unidades poderiam nomear os oficiais inferiores, sem que os presidentes de província e o comandante das armas tivessem qualquer ingerência".[168] Aumentava-se o poder de decisão dos chefes militares, ao mesmo passo que se buscava aumentar a adesão e a lealdade da tropa em relação a seus comandantes. Era aquela uma sociedade orientada por valores aristocráticos e, sendo assim, a ascensão não era condicionada por sua "identidade profissional", mas "por uma combinação de origem social e atuação política".[169]

A decisão do governo em designar maior poder aos comandantes foi efetivada em contexto difícil para as tropas destacadas naquelas terras. "A elite da guerra do sul do Brasil, não era um grupo de sujeitos passivos no processo de consolidação da monarquia, tampouco agia somente como força centrífuga, sempre recalcitrante. A negociação era a

---

[165] MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p.16

[166] FARINATTI, Luís Augusto. FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p180.

[167] BRASIL. Colleção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil. Decisão da Guerra Nº 264 de 17 de novembro de 1825. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, Parte 2, 1885, p.187. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

[168] FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, 2013, p.101.

[169] SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p.43.

tônica" e acontecia entre diferentes níveis, mas "quando os interesses de poderosos locais e das elites estatais convergiam, o processo se dava de maneira mais fluida e uniforme".[170]

Contudo, as derrotas durante as maiores batalhas no ano 1825 implicaram no recuo das forças para o Rio Grande do Sul. A partir de então, a guerra tomaria um contorno diferente em relação às campanhas anteriores, travadas na Banda Oriental. O conflito passaria a ocorrer próximo a localidades habitadas na maior parte por rio-grandenses.

2.4. "Tudo era miséria" no acampamento em Sant'Anna do Livramento

Quando as informações sobre o resultado do conflito em Sarandi e o recuo de efetivos para o Rio Grande do Sul chegaram no Rio de Janeiro, d. Pedro I determinou a criação de uma Divisão Expedicionária. A divisão era formada pelo 1º Regimento de Cavalaria, sob comando do coronel João Egídio Calmon, dois batalhões de caçadores, uma brigada de artilharia montada e uma divisão liderada pelo brigadeiro Francisco de Paula Rosado. A expedição saiu da Corte em 19 de dezembro de 1825, com destino ao Rio Grande do Sul.[171]

Tendo em vista o pouco êxito nas batalhas travadas em 1825, as tropas do Império necessitavam de uma mudança estratégica. Com isso, ocorreram uma série de trocas em posições de comando das forças militares. Em 18 de novembro, o barão de Laguna foi substituído no posto de capitão-general por Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. No dia 25 de novembro, foi substituído o então presidente da Província de São Pedro, José Feliciano Fernandes Pinheiro, que passou a ser o encarregado do Ministério do Império. Em seu lugar, foi nomeado José Egídio Gordinho Veloso Barbuda (futuro visconde de Camamu), que assumiu em 14 de janeiro de 1826.

Além desses postos, o governo imperial destituiu José de Abreu do Governo das Armas de Rio Grande de São Pedro. Para o cargo, nomeou o brigadeiro Francisco Damasceno Rosado.[172] O general Abreu, a quem foi atribuída a responsabilidade das

[170] MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p.16.
[171] LIMA E SILVA, Luiz Manoel de. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata.* p.43.
[172] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.188.

derrotas do ano de 1825, saiu da vila de Mercedes (posto avançado na Banda Oriental) para São Gabriel, localidade na fronteira do Rio Grande do Sul.

Esse ex-comandante, no final de 1825, era aguardado no Rio de Janeiro, porque deveria apresentar explicações sobre a sua conduta militar na batalha de Sarandi. Após se justificar, o general seguiu atuando no conflito. Se, por um lado, José de Abreu era visto como um oficial valente, mas de poucos conhecimentos teóricos, o novo comandante, brigadeiro Damasceno Rosado, ao contrário disso, era descrito por seus contemporâneos como um "homem valoroso". No entanto, seu perfil era avaliado, segundo a crítica militar, como "mais hábil para servir de instrutor de um exército do que para comandar em chefe".[173]

Era a primeira troca no Governo das Armas do Rio Grande do Sul desde setembro de 1822. As trocas de comando, pensando pelo ponto de vista de um jovem oficial, nem sempre significavam alguma vantagem. Nesse caso, a mudança do general Abreu, potentado local de grande prestígio na região das Missões, poderia ser vantajosa para Manoel Luís Osório. Em seu lugar, chegava um oficial que desconhecia aquelas tropas e que acumulou duas funções: o Comando da Divisão Expedicionária do Sul e o Governo das Armas do Rio Grande do Sul. Isso poderia dar mais capital simbólico aos oficiais que estavam por dentro das dinâmicas dos relacionamentos sociais daqueles corpos. Os comandantes que sucederam ao general de José de Abreu (barão de Cerro Largo) seriam homens próximos ao Imperador.

Diferentemente do general, que possuía um grandioso cabedal militar construído na região, os novos comandantes seriam indivíduos até então alheios à vida da província, mas de forte inserção no mundo político da Corte. A estratégia militar do governo imperial sofreu essas modificações. Em parte, isso indicava o grau de preocupação que havia em relação àquele território, em especial devido ao projeto liderado por Buenos Aires de união das províncias platinas.

Entretanto, talvez a principal crítica ao comando de Damasceno Rosado teve relação com o acampamento militar montado em uma região conhecida como "coxilha de Sant 'Anna", nas proximidades da Capela de Santana do Livramento.[174] Do ponto de

[173] A avaliação dos comandantes em chefe, era de autoria do marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839). Militar português que teve experiências militares na Península Ibérica, e ofereceu duras críticas ao exército imperial na Cisplatina. Ver: CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Memórias políticas, militares e biográficas*. BNRJ, Seção de Manuscritos, s/d.

[174] BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, vol.192., 2019, p.121. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574648/001148523_Historia_militar_Brasil.pdf

vista da estratégia militar, o acampamento naquela região foi um total desastre, que acabou imobilizando novas ações de combate do Exército imperial.

O secretário do Exército naquela operação de guerra – Machado de Oliveira –, que dizia ser testemunha ocular do conflito, escreveu em diário de campanha as péssimas condições do acampamento. Anos depois, o diário foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A topografia do local, segundo o diário, tornava o solo impróprio para um acampamento militar. O local tinha o terreno "coberto de areia, desarborizado, e banhado apenas em uma de suas orlas por pequenos regatos, origens do (rio) Ibicuí que no verão ou secam ou se tornam insalubres".[175]

O alferes Osório havia marchado para a localidade de Santana do Livramento, após a batalha de Sarandi, seguindo, então, junto aos coronéis Bento Manoel e Bento Gonçalves. Anos mais tarde, ao lembrar que fez parte desse acampamento militar, assinalou diversas críticas às condições do local e à falta de suprimentos:

> Quando se preparou um exército em Sant'Anna do Livramento para invadir o território inimigo, esse exército enterrou ali mais de 700 mortos quase à fome, no estado mais deplorável, sem medicamentos, sem hospitais; tudo era miséria. Eu vi muitas vezes, quando se retiravam os batalhões do exército, deixarem nas linhas das diferentes manobras, soldados como se estivessem mortos no campo de batalha, tendo caído em seus postos semivivos, extenuados de fome. Eles não tinham um pouco de farinha nem sal; o seu sustento diário era duas libras de carne cansada![176]

O discurso de Manoel Luís Osório ocorreu no dia 1º de outubro de 1877, na 73ª Sessão do Senado. Foi um dos poucos discursos que realizou enquanto senador do Império. Destacou as péssimas condições às quais eram submetidas as forças militares naquele acampamento. Criticou a insalubridade do local e a falta de suprimentos para as tropas. Importante considerar que, na condição de senador, Manoel Luís Osório deveria reivindicar melhorias e recursos às instalações militares. Essa condição certamente estava implícita em seu discurso. Isso, contudo, não interferiu na relevância de seu relato sobre o acampamento militar. Tornando-se, ao contrário, uma espécie de atestado da falta de estrutura aos quais estavam submetidos.

---

[175] J.J. Machado de Oliveira. (*RIHGB) Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, Tomo 23, 1860, p.497-584.

[176] ANNAES DO SENADO DO IMPERIO DO BRAZIL. ANNO DE 1877. LIVRO 9. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal. (Transcrição). p.14. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1877/1877%20Livro%209.pdf

Em maio de 1826, diante da aproximação das tropas platinas ao acampamento militar, o governo imperial não descartou novas mudanças no comando em chefe. As reclamações eram frequentes em relação ao comandante Damasceno Rosado. O Conselho Administrativo da Província do Rio Grande do Sul, no dia 04 de maio, reconhecia a total ingerência das autoridades envolvidas na condução da guerra. Considerando, assim, que somente "enérgicas providências de S.M.I. poderiam levantar os abatidos ânimos e desvanecer desconfianças e prejuízos".[177]

O grande perigo era de uma adesão dos proprietários rio-grandenses ao projeto de Confederação das Repúblicas Platinas. O desgaste político que a perda da Província do Rio Grande do Sul poderia ocasionar ao imperador implicou a mudança do comandante em chefe. O novo escolhido foi o barão de Laguna, que passou a exercer o posto em abril de 1826. Em novembro de 1826, após meses sem sucesso, percebendo que a situação pouco havia alterado em relação ao estado das tropas, o governo decidiu por nova mudança no comando das forças militares. Dessa maneira, foi nomeado para o Comando das Armas da Província de São Pedro, o tenente-general Felisberto Caldeira Brant (marquês de Barbacena). Para animar as tropas no Sul, d. Pedro I ainda decidiu seguir em viagem para a região.

O governo imperial percebeu que a situação na província demandava toda a atenção. Em resumo, S.M.I resolveu oferecer provas à elite política regional, assim como aos moradores em geral de que a Província do Rio Grande do Sul era, de fato, relevante para o Império do Brasil e que o projeto para a região não havia alterado suas bases. Era preciso, ainda, reagrupar as forças militares. Diante de grande deserção das tropas, por decreto imperial, em 14 de novembro de 1826, o governo determinou:

> Perdoar o Crime de Deserção àqueles que a tiverem cometido, ainda quando infelizmente se achem entre inimigo, devendo apresentarem-se a qualquer dos Corpos do Exército, enquanto eu for servido demorar-me na Província de Rio Grande de São Pedro.[178]

[177] 5ª Sessão de 04 de maio de 1826 - AHRS – Documentação dos Governantes – A.9.001, pp. 35v a 36 (Cf.: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. [Códices de Atas do Conselho Administrativo da Província]. Localizado em: AHRS, Fundo Documentação dos Governantes). Apud. MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.199.

[178] CV- 8854 - Anexo nº 02 – Decreto de 14 de novembro de 1826 - Anistia para desertores. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.* (Orgs.) MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; PENNA, Rejane; CARDOSO, Raul Róis Schefer. V.21, São Leopoldo: Oikos, 2015, p.293.

A deserção e emissão de perdões a desertores eram medidas de rotina, faziam parte do cotidiano de autoridades militares e de seus subordinados.[179] No entanto, vale o registro para aquele momento específico do conflito. Quem articulou a medida foi o ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, conde de Lages. As províncias platinas, em contrapartida, buscavam aderir outros territórios ao projeto de Confederações do Rio da Prata. A perda da Cisplatina, e quem sabe de parte do território rio-grandense, seria uma grande derrota. Existia um risco de fragmentação do Império.

Por essa razão, d. Pedro I partiu para Rio Grande onde aportou no fim de novembro de 1826. Em solo rio-grandense, permaneceu poucos dias, pois teve de retornar às pressas ao Rio de Janeiro, sem qualquer contato com as tropas em Santana do Livramento. Tudo indica que tenha retornado devido à piora de saúde que teve a princesa Maria Leopoldina. Sua visitação à província foi interrompida antes do planejado, fazendo-o retornar à Corte.[180]

O marquês de Barbacena, escolhido como novo comandante em chefe, quando aceitou comandar as tropas na Cisplatina, solicitou reforços ao governo do Império. Era preciso, segundo ele, aumentar as forças militares. Quando chegou no Rio Grande do Sul, em 1º de janeiro de 1827, o comandante em chefe encontrou as forças em um total estado de desorganização.[181] Naquele estado, não seria possível vencer o exército das Províncias Unidas do Prata. Para Rafael Cupello Peixoto, autor da mais recente biografia do marquês de Barbacena, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), através de uma série de publicações sobre a Cisplatina, produziu uma imagem positiva da atuação do marquês de Barbacena no comando em chefe.[182]

Contudo, é importante lembrar que as críticas ao marquês e às forças militares imperiais na Cisplatina tiveram como porta-voz a imprensa do período. Em especial, o periódico *Aurora Fluminense*, ligado ao partido liberal moderado.[183] A Câmara dos

---

[179] CLI – Decreto de 13 de março de 1820 – "Sobre o perdão concedido aos desertores militares dos corpos de 1ª linha e milícias em serviço na presente campanha do sul[...]". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-38840-13-marco-1820-567906-publicacaooriginal-91260-pl.html Acesso em 23 de maio de 2023.

[180] Maria Leopoldina Carolina Josefa (22.01.1797 – 11.12.1826), arquiduquesa da Áustria, esposa de D. Pedro I. O historiador e biógrafo de D. Leopoldina, Paulo Rezzuti, considerou uma das principais estrategistas do processo de independência do Brasil. Ver: REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina, a história não contada", LeYa/Casa da Palavra, São Paulo, 2017.*

[181] J.J. Machado de Oliveira. (*RIHGB) Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, Tomo 23, 1860.

[182] PEIXOTO, Rafael Cupello. *O Marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil Imperial (1796-1841).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

[183] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario (RJ) – 1827-1839* – Edição de n.º 65, de 9 de julho 1828, p.268. Disponível em:

Deputados também repercutiu de forma negativa à sua atuação durante a guerra. As críticas oferecidas ao marquês de Barbacena, porém, poderiam ter como endereço o governo Imperial. Conforme essa interpretação, ele recebia essas críticas por defender e implementar as decisões de d. Pedro I.[184]

A guerra na Província da Cisplatina aconteceu em um momento conturbado para o recente Império do Brasil, imediatamente após o processo de Independência. Essa questão repercutiu entre as autoridades políticas na Corte, sendo a Câmara de Deputados um dos principais espaços de discussão. Durante o ano de 1826, foram retomadas as sessões da Assembleia Nacional, suspensas desde 12 de novembro de 1823, após ser dissolvida a então Assembleia Constituinte pelo Imperador d. Pedro I.

Em 06 de maio de 1826, em sessão de reabertura da Assembleia Nacional, d. Pedro I dirigiu sua fala aos deputados gerais, representantes das províncias na Corte. O imperador destacou que o Brasil estava em "harmonia" garantida pela Constituição. "Todo o império está tranquilo, exceto a província Cisplatina". Essa interpretação, como mencionado anteriormente, vinha circulando por outras províncias do Império.[185] Para o monarca, a Cisplatina somente não estava "em sossego", devido a "homens ingratos, e que muito deviam ao Brasil, contra ele se levantaram".[186]

Através da fala de d. Pedro I na Assembleia, foi possível notar a situação desconfortável pela qual o Império passava, ao ver antigos soldados que lutaram pela independência brasileira na Cisplatina, pegando em armas em busca da emancipação política daquela província. Desde então, tais "homens ingratos" impuseram grandes perdas ao Exército imperial. O imperador possivelmente referia-se aos generais orientais Frutuoso Rivera e Juan Antonio Lavalleja que, durante a guerra de Independência do Brasil, haviam atuado na região da Cisplatina em prol das forças militares "brasileiras" na expulsão dos "portugueses" de Montevidéu.

---

http://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1828_00065.pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

[184] PEIXOTO, Rafael Cupello. *O Marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil Imperial (1796-1841).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.197.

[185] Frase semelhante foi apresentada no periódico O Universal, em 19 de agosto de 1825. Ver: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *O Universal (MG)* – 1825 a 1842 – Edição de n.º 15, de 19 de agosto de 1825, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706930&Pesq=Cisplatina&pagfis=59 Acesso em 22 de março de 2022.

[186] *Annaes do Parlamento Brasileiro (1826-1888*). Câmara dos Deputados. Assembleia Geral. 1ª Legislatura. "Falla que Sua Magestade o Imperador pronunciou na Camara dos Senadores, no dia 6 de maio de 1826, na abertura da Assembleia Nacional". Rio de Janeiro, p.27. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=Cisplatina&pagfis=39 Acesso em 22 de março de 2022.

Na nova disputa, aliam-se às forças das Províncias Unidas do Prata. Entre o fim de 1826 e o início de 1827, essas tropas também mudaram de comando em chefe. O general Martin Rodriguez foi substituído pelo general Carlos Alvear, que colocou em marcha as suas forças em direção ao território do Rio Grande do Sul. Ainda em janeiro de 1827, temendo o ataque do general Alvear na região de Santana do Livramento, onde seriam facilmente derrotados devido ao estado das tropas, Barbacena mandou seguir o contingente imperial para Bagé.

Nesse deslocamento, era preciso ter cuidado para não desguarnecer a retaguarda do regimento em marcha. Geralmente, esses grandes comboios faziam uma lenta marcha pelo território. As tropas reuniam diferentes esquadrões, sendo a progressão no terreno determinado pela infantaria ou pela artilharia. Na dianteira, a cavalaria ligeira integrada por "soldados de guerrilhas", conhecedores do território, "muito práticos em armar ciladas e em combater em debandada". O alferes Osório ficou na retaguarda, tinha a função de proteger as carretas, onde geralmente estavam "as mulheres, os filhos dos soldados e os criados dos milicianos ricos, em regra escravos".[187]

Em 20 de fevereiro de 1827, aconteceu a batalha de *Passo do Rosário ou de Ituzaingo*. O Exército imperial tinha um total de 6.727 homens. De fato, nem todos os integrantes dessas forças foram aos campos de batalha. Esse número referia-se ao "total de força na batalha e fora dela". A força em combate, segundo as listas mandadas produzir por Barbacena, eram de 5.007 homens. Foram subtraídos 1.567 homens das forças de cavalaria e 153 das forças de infantaria.[188]

No enfrentamento, o Exército imperial teve a liderança de quatro comandantes militares: o brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto (1ª Divisão); o brigadeiro João Chrisostomo Callado (2ª Divisão); o coronel Bento Gonçalves da Silva (2ª Divisão Ligeira) e o coronel Thomé Fernandes Madeira (Artilharia com 12 peças). Nessa batalha, o alferes Manoel Luís Osório atuou no 5º Regimento de Cavalaria, da 2ª Divisão do Exército, que estava sob ordens do brigadeiro João Chrisostomo Callado.

No confronto, o 5º R.C. se envolveu em um episódio que parecia ter sido trágico para o Exército imperial. O efetivo estava posicionado na segunda linha atrás da cavalaria

---

[187] CIDADE, Francisco de Paula. *Lutas, ao do Brasil, com os espanhóis e seus descentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948, p.200-201.

[188] Arquivo Nacional – Fundo Marquês de Barbacena – Dossiê Batalha do Passo do Rosário – BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. p.1-193. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0066/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0066_d0001de0001.pdf Acesso em: 11 de maio de 2023.

do general Abreu (barão de Cerro Largo), quando a cavalaria oriental fez um ataque ao centro das forças imperiais. A ofensiva foi sentida pelas forças do Império, saindo grande parte do contingente comandado pelo barão de Cerro Largo em fuga desordenada pelos campos de batalha. Eram cerca de 560 paisanos, sem treinamento militar, que "debandaram na primeira carga, sem dar um tiro, ou puxar pela espada, comprometendo a segunda divisão sobre a qual caíram".[189]

Com isso, entraram em linha de fogo da divisão do brigadeiro Callado, em que também estava o alferes Osório. Sem conseguir sustentar a sua tropa em combate, o barão do Cerro Largo e seus comandados foram alvos de disparos – "fogo amigo" – dos próprios companheiros de batalha. Essa ação desastrosa do efetivo do barão na Batalha do Passo do Rosário, custou-lhe a vida. Os paisanos assustados saíram em desordem deixando o comandante exposto sob ataque inimigo.[190]

Esse caso exemplificava o quão difícil era comandar paisanos, homens que desconheciam a guerra, e ensinar-lhes os movimentos nos campos de batalha. O general José de Abreu, barão de Cerro Largo, era um chefe militar de cavalaria que representava uma das principais lideranças militares no Rio Grande do Sul. O comandante em chefe do Exército imperial, marquês de Barbacena, ao final do combate no Passo do Rosário, ordenou a retirada do efetivo da região. Manoel Luís Osório foi encarregado da escolta do lado direito das forças que se deslocaram em direção a São Sepé. Na localidade, se resolveu fazer novo acampamento militar.

2.5. Em São Sepé com o 3º Regimento de Cavalaria

No início de 1827, o alferes Manoel Luís Osório estava empregado na 2ª Companhia do 3º Regimento de Cavalaria do Exército de 1ª linha. Em sua fé-de-ofício, foi registrada uma prisão à que foi submetido em fevereiro de 1827, por dois dias, neste mesmo regimento. É possível que a causa da prisão tenha sido leve, devido à punição branda que recebeu, e também por não ter sido registrada a motivação.[191] Segundo o mapa das tropas, a 2ª companhia era formada por 51 homens, contando com os dois

[189] Arquivo Nacional – Fundo Marquês de Barbacena – Dossiê Batalha do Passo do Rosário – BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. p.1-193. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0066/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0066_d0001de0001.pdf Acesso em 11 de maio de 2023.
[190] Idem.
[191] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

oficiais subalternos responsáveis por liderar essas forças, o tenente Germano Theodoro Xavier e o alferes Manoel Luís Osório.[192]

No quadro abaixo, pode-se perceber a composição do efetivo da 2ª Companhia do 3º Regimento de Cavalaria:

Quadro 6 – Relação nominal dos efetivos do 3º Regimento de Cavalaria, 2ª Companhia do Exército de 1ª linha

Patentes	Total	Porcentagem (%)	Observações
Tenente	1	1,9%	
Alferes	1	1,9%	
Sargento	3	5,8%	
Furriel	1	1,9%	Estava fora em "Diligência em Monte Video".
Cabo	5	9,8%	Dois estavam fora, Francisco Antônio e Camillo Ledis, "Doentes na Cachoeira".
Anspeçada	4	7,8%	Três estavam fora. Bento Manoel de L. "extraviado no dia 12.10.1825", Francisco José "Diligência no Rio de Janeiro" e Francisco Pereira "Doente em Santa Anna".
Clarim	2	3,9%	Um estava fora, Salvador Ribeiro "prisioneiro no dia 12.10.1825".
Soldado	34	66,6%	Estavam fora 18 soldados, três extraviados, sete doentes, oito prisioneiros.
Total	**51**	**100%**	**Estavam fora 25 integrantes da 2ª Companhia.**

Fonte: *Relações nominais das praças do Estado Maior, e Menor da 1ª e 2ª Linha do Exército Nacional Imperial.* Disponível em: Arquivo Nacional - Fundo Marquês de Barbacena – Doc. Nº 19, 20 de março de 1827, Exercito Nacional Imperial. Cod.Ref. BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0167/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0167_d0001de0001.pdf Acesso em: 11 de maio de 2023.

As *Relações Nominais* foram produzidas no acampamento em São Sepé, em 20 de março de 1827. Era um momento crítico para as forças militares imperiais. Após dura derrota no Passo do Rosário, no mês anterior, era preciso entender o estado das forças militares para sequência do conflito, além de compreender os motivos da redução do número de praças disponíveis para o combate. Por essa razão, o marquês de Barbacena mandou produzir as listas nominais de todos os oficiais e praças que estavam reunidos nos acampamentos de São Gabriel, São Lourenço e São Sepé.

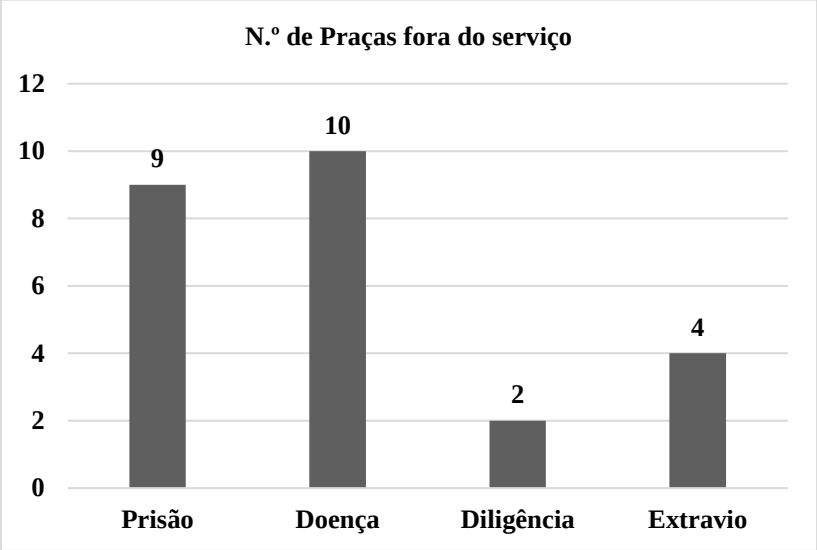
Analisando as informações da dita *Relação Nominal*, pode-se perceber que vinte e cinco homens do regimento, em que atuava Manoel Luís, não estavam disponíveis para o serviço. Cerca de 49% do efetivo da 2ª Companhia não poderia atuar em caso de confronto com as tropas platinas. O número de praças fora de atividade era bastante

[192] Arquivo Nacional - Fundo Marquês de Barbacena – Doc. Nº 19, 20 de março de 1827, Exercito Nacional Imperial. Cod.Ref. BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0167/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0167_d0001de0001.pdf Acesso em: 11 de maio de 2023.

expressivo. Estavam fora por quatro diferentes justificativas: prisão, doença, diligência e extravio.

No gráfico abaixo, foi apresentada a relação de praças fora de serviço da 2ª Companhia e as justificativas por eles registradas.

Gráfico 1– Número de praças da 2ª Companhia, do 3º Regimento de Cavalaria não disponível ao serviço



Fonte: AN - *Relações nominais das praças do Estado Maior, e Menor da 1ª e 2ª Linha do Exército Nacional Imperial*.

De acordo com os dados do Gráfico 1, as doenças foram responsáveis pelo maior número de praças afastados da 2ª Companhia. Estavam doentes dois cabos, um anspeçada e sete soldados. As condições precárias a que a tropa era submetida, os acampamentos insalubres, tema de constantes denúncias das tropas, somado a uma dieta pouco nutritiva e a enfermarias totalmente improvisadas, possibilitavam a profusão de enfermidades. As listas, porém, não especificaram as "doenças", impondo-nos limites para a sua apreciação.[193]

Na sequência estavam as praças submetidos à prisão em conflito – 1 clarim e 8 soldados – após a Batalha do Sarandi, no dia 12 de outubro de 1825. Esse confronto proporcionou duras consequências às forças imperiais. Em relação às praças fora do serviço, por estarem em diligência, um furriel e um anspeçada, vale de antemão explicar

[193] *Relações nominais das praças do Estado Maior, e Menor da 1ª e 2ª Linha do Exército Nacional Imperial.* Disponível em: Arquivo Nacional - Fundo Marquês de Barbacena – Doc. Nº 19, 20 de março de 1827, Exercito Nacional Imperial. Cod.Ref. BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0167/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0167_d0001de0001.pdf Acesso em: 12 de maio de 2023.

o significado que o termo assumia no período. No D*icionário da língua brasileira*, de autoria de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, o termo "diligência" poderia ser compreendido como: o "cuidado, aplicação para alcançar alguma cousa. Pressa".[194]

Em termos práticos, possivelmente o termo era aplicado aos efetivos incumbidos de uma missão ou compromisso relacionado ao corpo militar posicionado em outra região, acampamento ou contingente militar do Exército. Por exemplo, o furriel João Batista Vianna estava afastado do serviço da 2ª Companhia, por estar em "diligencia em Montevidéu". Da mesma forma que o anspeçada Francisco Jose, outros militares de baixa patente estiveram fora de serviço, em "diligencia no Rio de Janeiro".[195]

Por fim, o termo extraviado buscava se referir aos indivíduos que estavam perdidos, em fuga ou desertados do Exército em marcha.[196] Esse problema foi frequentemente relatado durante o século XIX. A questão assumia contornos ainda mais acentuados e complexos por se tratar de um contexto de conflito entre territórios fronteiriços. No caso da 2ª Companhia, os extravios aconteceram durante as Batalhas de Sarandi e do Passo do Rosário. No dia 12 de outubro de 1825, quando se travou a Batalha de Sarandi, foram extraviados o anspeçada Bento (M. L.) e o soldado Antonio Nunes. Quase um ano e meio depois, esses homens possivelmente não tinham retornado ao regimento.

Na Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, dois soldados da 2ª Companhia, Antonio Alves e Antonio Manoel Rois, também foram extraviados em confronto. Do ponto de vista dos combates, importante salientar que para a 2ª Companhia a Batalha de Sarandi provocou maiores perdas do que a do Passo do Rosário. Dos vinte e cinco homens da 2ª Companhia que estavam de algum modo impedidos entrar em combate, treze estavam fora desde o combate travado próximo ao Arroio Sarandi.[197]

Nessa perspectiva, para avaliar o efetivo fora de combate da 2ª Companhia, foram analisadas comparativamente as relações de praças da 3ª e da 4ª Companhia, todas pertencentes ao 3º Regimento de Cavalaria. As três companhias estavam acampadas em São Sepé e as listas foram emitidas no mesmo dia 20 de março de 1827.

---

[194] Pinto, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira.* Ouro Preto: Editora Typhographia de Silva, 1832, p.373. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414

[195] *Relações nominais das praças do Estado Maior, e Menor da 1ª e 2ª Linha do Exército Nacional Imperial.*

[196] Pinto, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira.* Ouro Preto: Editora Typhographia de Silva, 1832, p.373. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414

[197] Arquivo Nacional – Fundo Marquês de Barbacena – Dossiê Batalha do Passo do Rosário – BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0066. p.1-5. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0066/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0066_d0001de0001.pdf Acesso em: 12 de maio de 2023.

O quadro abaixo foi criado para apresentar o número total das forças de três companhias, em relação às praças não disponíveis para a sequência do conflito.

Quadro 7 – Comparação de forças militares entre a 2ª, 3ª e 4ª Companhia que pertenciam ao 3º Regimento de Cavalaria

Companhias	N.º total da força	Praças fora de serviço	Porcentagem (%)
2ª Cia.	51	25	49,0%
3ª Cia.	47	15	31,9%
4ª Cia.	45	20	44,4%
Soma das tropas	**143**	**60**	**41,9%**

Fonte: *Relações nominais das praças do Estado Maior, e Menor da 1ª e 2ª Linha do Exército Nacional Imperial.*

Apesar da 2ª Companhia ter o maior número de praças entre as três analisadas, cinquenta e um homens, o Quadro 7 registrou que 49,0% deles estavam impedidos de tomar parte nos conflitos. A 3ª Companhia, que apresentava 47 homens no total, tinha 15 que não estavam disponíveis, cerca de 31,9% do efetivo militar fora de combate. Enquanto isso, a 4ª Companhia formada por 45 homens, tinha 20 praças afastados, isto é, 44,4% do efetivo militar. As justificativas para o afastamento das praças eram as mesmas: prisão, doença, diligência e extravio. Além disso, vale destacar o número total de praças fora do combate, cerca de 60 homens somada as três companhias, representava 41,9% do total (143).[198]

A companhia da qual fazia parte o alferes Manoel Luís Osório apresentou uma média de desfalques superior entre os efetivos analisados. O tenente Germano Theodoro Xavier, responsável pela 2ª Companhia, também havia feito a campanha de Independência na Cisplatina, na 2ª linha das forças militares das mesmas tropas de legião de São Paulo. Era então alferes, sendo ao final do conflito promovido a tenente.[199] Talvez a falta de experiência tenha contribuído decisivamente na condução daquele efetivo. Na Batalha do Passo do Rosário, os dois oficiais mais graduados da 2ª Companhia eram justamente o tenente Germano T. Xavier e o alferes Manoel Luís Osório.

Importante considerar também que a baixa do efetivo poderia ser o resultado de uma guerra que se prolongava. A partir da segunda metade do ano de 1827, o exército

[198] Arquivo Nacional – Fundo Marquês de Barbacena – Dossiê Batalha do Passo do Rosário – BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0066. p.1-5. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0066/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0066_d0001de0001.pdf Acesso em: 14 de maio de 2023.

[199] Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Diário Fluminense (RJ)* – Edição de n.º 133, de 4 de dezembro de 1824, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706752&pesq=Osorio&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=2559 Acesso em 22 de março de 2022.

imperial adotou uma postura defensiva no território do Rio Grande do Sul. O comando em chefe foi passado de novo ao barão de Laguna, após a saída do marquês de Barbacena. A guerra no vasto território da campanha rio-grandense era muito propícia aos movimentos militares de cavalaria. Essa era a arma que o Exército, sob comando do general Carlos Alvear, apresentava grande vantagem em relação ao Exército imperial.[200]

Naquele amplo território fronteiriço, a guerra dependia de longos deslocamentos, exaustivas marchas em superfícies que apresentavam dificuldades distintas, terrenos arenosos, alagadiços, e repletos de coxilhas, isto é, pequenas ou grandes elevações do solo, próprios ao bioma Pampa.[201] O domínio do território e o acesso a reposição das cavalhadas era quesito essencial para o bom êxito no conflito. Nesse aspecto, esses homens da fronteira estavam mais municiados do que imperial. Sobre esse último aspecto – as cavalhadas – foi considerado um fator preponderante para as derrotas sofridas pelas forças imperiais durante a Guerra Cisplatina.

Em outubro de 1827, uma nova missão foi confiada ao alferes Manoel Luís Osório. A missão, se não fosse bem executada, poderia comprometer por completo a mobilidade do Exército imperial. As tropas das Províncias Unidas estavam próximas ao Rio Jaguarão, região onde estava posicionada a cavalhada do Exército imperial. Diante dessa ameaça, que acabaria por imobilizar as forças militares, o jovem alferes foi designado para "à frente de 25 homens", recolher a cavalhada do exército. De 1º a 13 de outubro, esteve envolvido nessa missão. Antes mesmo de retornar com a cavalhada, o jovem foi promovido ao posto de tenente do Exército.[202]

Com o êxito na missão, passou a atuar no 5º Regimento de Cavalaria, sob ordens do coronel Bento Manoel Ribeiro. A liderança de Bento Manoel era conhecida em toda a província. Manoel Luís, pelo visto, usou isso a seu favor. Em 1828, os dois Exércitos estavam extenuados. Brasil e Argentina sofriam pressão dos britânicos, interessados no fim do conflito. Desse modo, o barão de Laguna recebeu ordens de iniciar as tratativas "de acordos de paz", com o comandante em chefe do Exército platino, à época, Antonio Lavalleja. As tratativas aconteciam no geral por ofícios e a missão de transporte desses

[200] TITARA, Ladislao dos Santos. *Memorias do Grande Exercito Alliado Libertador do Sul da America.* Rio Grande do Sul: Tipographia de B. Berline, 1852, p.123.
[201] Conforme os documentos militares, eram geralmente a partir das coxilhas que se desenhavam os ataques de cavalaria, utilizando-se do relevo acidentado como recurso bélico. Arquivo Nacional – Fundo Marquês de Barbacena - Dossiê Batalha do Passo do Rosário – BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0067. p.17-19. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_q1/0/gcp/0067/br_rjanrio_q1_0_gcp_0067_d0001de0001.pdf Acesso em: 15 de maio de 2023.
[202] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

documentos era quase sempre sigilosa. Naquela oportunidade, foi confiada ao tenente Manoel Luís Osório.

Ele foi o escolhido para conduzir a troca de ofícios entre o general Lecor (barão de Laguna), comandante do corpo militar imperial naquela conjuntura, com Antonio Lavalleja.[203] Geralmente, "esses documentos eram enviados por meio de portadores, que eram também negociadores". Através da atuação de emissário desses documentos, pode-se inferir o grau de confiança que depositavam em sua capacidade de negociação. Conseguindo atrair alguma simpatia dos chefes militares rio-grandenses e também entre os líderes orientais, ao final do conflito, "solicitaram ao general Lecor" a permissão para que o oficial Manoel Luís Osório "passasse oito dias com eles no Serro Largo", onde foi "hospedado pelo próprio Lavalleja".[204]

A convivência na fronteira, ainda em formação, propiciava essa configuração mais maleável nas atuações de tais indivíduos, sem falar nos vínculos de amizade e de reciprocidade, e das relações de parentesco e compadrio que esses comandantes militares poderiam nutrir entre si. Essa era uma estratégia de adaptação às dinâmicas fronteiriças. Acontecia com certa frequência, tratando-se de chefes militares da região platina. Os comandantes Bento Manoel e Frutuoso Rivera, por exemplo, eram compadres e amigos da fronteira. Durante a Cisplatina, o general oriental Rivera teve de fugir após rumores de que teria agido com conivência junto a Bento Manoel Ribeiro.[205]

Alguns anos mais tarde, em 1839, em plena guerra farroupilha, Bento Manoel comprou algumas terras no Cerro de Jarau, na região de Quaraí, no valor de 28 contos de réis. O dinheiro que precisou para a efetuar a compra, segundo consta, foi emprestado por Frutuoso Rivera, que ocupava a Presidência da República do Uruguai. Essa era uma demonstração de que os negócios da guerra e da propriedade de terras estavam muito entrelaçados na fronteira. Além de mostrar a relação de confiança que naquele momento os dois oficiais nutriam entre si, já que "as relações entre os dois chefes militares de ambos os lados da fronteira passaram por vários estágios, desde a rivalidade acintosa até um significativo apoio material como este".[206]

---

[203] O general Lavalleja, em 1828, substituiu Carlos Alvear no comandante em chefe do Exército oriental.
[204] SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, v.10, n.º19, jul.-dez. 2009, p.103.
[205] DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.38.
[206] FARINATTI, Luís Augusto. FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.205.

No caso de Manoel Luís Osório, essas novas experiências nos campos da Cisplatina serviram para ampliar laços com indivíduos de prestígio na fronteira. A partir da prestação de serviços, e do cumprimento de ordens, Manoel Luís Osório teve algum destaque na guerra. Isso somente acontecia porque as ações dos comandantes, os "senhores da guerra", dependiam de subordinados confiáveis e capazes de colocar em prática suas ordens. "Prestações essas que, quando contempladas, solidificavam lealdades e ampliavam sua legitimidade".[207]

Em 27 de agosto de 1828, foi assinada a Convenção Preliminar da Paz, no Rio de Janeiro, que reconheceu a Banda Oriental do Uruguai um Estado independente. A perda do território da Cisplatina contribuiu para o enfraquecimento do poder de D. Pedro I. A derrota foi apontada na historiografia como um dos motivos que levaram a abdicação do imperador ao trono, em 7 de abril de 1831.[208]

Como foi assinalado no início do subtítulo, os campos de batalha poderiam ser decisivos na vida de um jovem militar no século XIX. Em fase de formação, a principal escola de formação que Manoel Luís Osório frequentou foi a prática militar. Como um oficial tarimbeiro, as instruções que recebeu nesses primeiros destacamentos que fez parte, como foi possível mostrar, não ficava restrita aos assuntos bélicos. "Esses jovens, ao circularem entre tantos militares e autoridades políticas de prestígio, aprendiam também a negociar. Esse era um atributo fundamental para um militar do século XIX"[209].

Nesse sentido, o destacamento para a fronteira serviu de uma espécie de laboratório de experiências militares. Circulando nas imediações de Salto, Montevideo, Mercedes, Santana do Livramento, São Sepé e Bagé, além do manejo das cavalhadas e da administração dos afazeres diários do regimento, o jovem oficial adquiriu a capacidade de se comunicar e de negociar também em outros idiomas, como o espanhol e o guarani. Considerando os atores sociais que viviam na vasta fronteira da Província de São Pedro, dominar expressões típicas daquelas terras também poderia ter seu valor.

Ainda no princípio de sua trajetória nas armas, quando terminou a investida militar do Império do Brasil na Cisplatina, o tenente Manoel Luís Osório já não era mais um menino que buscava sua primeira experiência nos campos de batalha. Pode-se

[207] Idem.
[208] DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.44-45.
[209] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

considerar que, quando iniciou a vida adulta, ao final da Cisplatina, tinha consolidado certo prestígio entre os companheiros de farda.

Foi então designado para a região de Rio Pardo, local onde já apresentava uma sociabilidade política interessante para o período. Na localidade, após uma série de incidentes na fronteira, percebeu a necessidade de investir também na atividade política e em um bom casamento. Era assim que conseguiria, alguns anos depois, galgar postos altos na hierarquia militar e consolidar seu poder fronteiriço.

Capítulo III – A política militar na fronteira do Império: a atuação do tenente Manoel Luís Osório

A conjuntura política entre o fim da guerra Cisplatina e o início do movimento farroupilha, ficou marcada por uma grande política de reformas implementadas pelo governo regencial. O período coincidiu com uma crescente politização das tropas do Exército, assim como por uma forte reação a tais procedimentos em grande parte do Império.

Para garantir a manutenção da integridade territorial e a ordem social interna nas províncias, em constante ameaça devido às transformações na esfera política e social, o governo imperial mantinha uma política específica para as "regiões fronteiriças".[1] Para isso, teve de estabelecer relações com os chefes da fronteira. Negociar com esses "senhores-guerreiros"[2] era um elemento-chave para administração das fronteiras geográficas do Brasil. Até porque, tanto o Império quanto a elite rio-grandense buscavam manter as fronteiras sociais intactas, sem abalar as hierarquias entre os grupos que as compunham.

Nesse aspecto, a região entre o Rio Grande do Sul e os Estados platinos assumiram uma grande relevância no período. Passaram a definir não somente as regiões de seus respectivos Estados nacionais, mas também gradativamente se estabeleceu um tênue limite entre escravidão e liberdade.[3] Os estudos sobre as fugas de escravizados "além-fronteiras", por exemplo, evidenciaram como essa questão interferiu nas dinâmicas internas aos países vizinhos. Para Keila Grinberg:

> [...]desde os tempos coloniais, mesmo sem uma conjuntura específica relacionada à emancipação, as fronteiras foram utilizadas por indivíduos que buscavam a liberdade, e serviram tanto a ameríndios, quanto aos cativos africanos ou seus descendentes; o ingresso em território estrangeiro, mesmo sendo empreitada de alto risco, era uma forma de tentar sair definitivamente do controle de seus senhores e das autoridades locais. No fundo, da mesma forma que é lugar comum dizer que onde quer que tenha havido escravidão,

[1] PADOIN, Maria Medianeira. "O espaço fronteiriço platino no século XIX, a Revolução Farroupilha e o discurso federalista". In*: Simpósio Fronteras en el espacio platino. 2ª Jornada de Historia Económica*, Montevideo, 1999, p.3.

[2] A expressão "senhores guerreiros" foi utilizada por Helga Piccolo para se referir aos indivíduos que eram ao mesmo tempo estancieiros e militares na fronteira do Rio Grande do Sul. Ver: PICCOLO, Helga Iracema L. Da descolonização à consolidação da República: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul no século XIX. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, 1993, p.153. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/597/837 Acesso em: 12 de julho de 2023.

[3] GRINBERG, Keila. *Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p.9-11.

> houve resistência, onde quer que tenha havido indivíduos escravizados nas áreas de fronteira, havia quem tentasse cruzá-las. Este trânsito de pessoas pelas fronteiras não só deu origem a um movimento transnacional de fugitivos, como também criou toda sorte de problemas diplomáticos, tanto por conta das reclamações das autoridades com vistas à devolução dos escravos fugitivos, quanto pelas tentativas de demarcação de limites feitas desde o início do século XVIII.[4]

Essa relação também implicou a construção de uma estratégica militar específica àquela fronteira, que presumia a existência e a manutenção de forças repressoras na região. Assim como Manoel Luís Osório, também para os indivíduos que habitavam o território, era importante estabelecer um vínculo institucional. Daí a procura por cargos públicos, postos e patentes militares ligados às instituições do Império.

A distribuição de tais recursos pela Coroa aumentavam a capacidade de liderança e de reciprocidade dos chefes militares diante da comunidade, estabelecendo posição de mediadores das relações entre a Corte e as fronteiras do Império.[5] Para tanto, alguns questionamentos se tornam pertinentes. Na "ausência de guerras", de que modo foram organizadas as forças militares na província? Quais as missões que Manoel Luís participou durante o período? Como as reformas impactaram na carreira do tenente do Exército Manoel Luís Osório? Quais as estratégias que encontrou para superar possíveis perseguições e intrigas de natureza pessoal e política?

***

Em 1828, com o fim do conflito na Cisplatina, o tenente Manoel Luís Osório seguiu junto com o 5º Regimento de Cavalaria do Exército para o vilarejo de Bagé. Na localidade, permaneceram por pouco tempo, sendo o regimento transferido logo em seguida para a vila de Rio Pardo (ver figura 4).[6] Quando lá chegaram, os oficiais do 5° Regimento foram recebidos com reuniões e festividades oferecidas pela sociedade rio-pardense em combinação com entidades católicas. Rio Pardo se destacou entre as vilas do Rio Grande do Sul em relação à presença de irmandades, confrarias e ordens terceiras.

A dimensão dessas associações foi esboçada por Fábio Kuhn em artigo. Ao mencionar a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a mesma que dava nome à cidade de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, o autor assinalou que entre os acolhidos

[4] Idem.
[5] VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007.
[6] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

reuniam-se homens brancos, pretos e pardos, escravizados ou libertos.[7] Apesar do acolhimento recebido em Rio Pardo, talvez Manoel Luís Osório preferisse ter seguido até a Vila de Caçapava do Sul, onde residia sua família.[8]

Desde que assentou praça das tropas de 2ª linha, quase seis anos haviam transcorrido. Nesse tempo, esteve em marchas no Estado Oriental e foram poucas visitas à residência da família.[9] Junto à oficialidade do Regimento de Dragões de Rio Pardo, como também era chamado o 5º Regimento de Cavalaria,[10] o tenente Osório procurou participar da vida social que a vila oferecia. Vale lembrar que ao menos dois de seus antepassados, o bisavô[11] e o tio-bisavô,[12] atuaram como oficiais do regimento em Rio Pardo. A inserção da família Osório entre os dragões, ainda no princípio da década de 1750, pode ter contribuído para a sua adaptação à localidade. Manoel Luís Osório era o responsável por dar sequência à "tradição" da família no Regimento de Dragões.[13]

Os oficiais desse regimento pareciam ter uma boa relação com os moradores, reunindo-se em celebrações e em pequenas festividades que ocorriam na localidade. Em Rio Pardo, Manoel Luís Osório completou 21 anos de idade. Ainda moço, conforme narram seus biógrafos, apaixonou-se por uma jovem de nome Ana. Os dois possivelmente se conheceram em um dos bailes organizados na vila de Rio Pardo. Entretanto, a família da moça, que aparentemente possuía prestígio na sociedade local, não aprovou a sua relação com um "simples tenente do Exército", que dispunha de parcos 25$000 réis de

[7]A irmandade de Nossa Senhora do Rosário funcionou até 1835, quando ocorreu a revolta farroupilha. Ver: KUHN, Fábio. Um corpo, ainda que particular": irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, v.14, Nº 2, 2010, p.126. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165022/000774323.pdf Acesso em: 01 de julho de 2023.

[8] A Freguesia de Caçapava do Sul naquele período fazia parte da Comarca de Rio Pardo.

[9] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

[10] O Regimento de Dragões do Rio Pardo foi considerado um dos marcos da criação da Vila de Rio Pardo. As tropas foram posicionadas na região na década de 1750, para reforçar a proteção da fronteira sob ameaça de controle por tropas espanholas.

[11] O tenente José Antônio Cardoso Osório, mencionado no começo deste estudo, foi o primeiro proprietário da Estância do Arroio, propriedade em que Manoel Luís Osório viveu durante a infância. Sua atuação como dragão de cavalaria ocorreu durante o enfrentamento com as tropas dos povos guaranis missioneiros, nas chamadas *guerras guaraníticas*.

[12] O coronel Thomaz Luís Osório teve altos e baixos em sua trajetória como militar. O oficial seguiu para o Rio Grande ainda no princípio da ocupação da região, aproveitando da posição de comando exercida por seu tio, o coronel de Dragões Diogo Osório Cardoso. Em 1763, porém, foi acusado de conspiração junto aos espanhóis, durante a invasão da vila de Rio Grande. Após diversas denúncias o coronel Thomaz foi conduzido à prisão em Limoeiro, em Portugal, onde acabou submetido à forca. A *Coleção Família Osório*, que faz parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), apresenta uma série de documentos referentes ao processo acusatório a que foi submetido o oficial Thomaz Luís Osório.

[13] O avô de Manoel Luís Osório – chamado Tomás José Luiz Osório – atuou nas tropas de segunda linha, atingindo a patente militar de tenente. Do seu casamento com Rosa Ignácia, nenhum dos dois filhos homens serviram nas tropas do Exército.

soldo mensal. A remuneração era considerada insuficiente para "constituir família" com a moça. Além do mais, a carreira nos postos inferiores e subalternos do Exército de linha não era considerada de grande prestígio social.[14]

Sendo assim, a família de Ana tomou medidas para dificultar os seus encontros. Para isso, recorreu às relações de compadrio que tinha com o influente comandante de Armas da Província de São Pedro, marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Ao que tudo indica, a família da jovem solicitou ao comandante, o deslocamento do tenente Osório para a fronteira com o Estado Oriental. A medida tinha como propósito afastá-lo dos encontros com a jovem Ana. Aproveitando-se que o oficial foi mandado para um local afastado da Vila de Rio Pardo, a família da moça tratou de arranjar outro pretendente. O plano acabou bem-sucedido. Em missão na fronteira, o jovem oficial somente ficou sabendo que Ana havia se casado, algum tempo depois dele ter retornado para Rio Pardo.[15]

As narrativas biográficas escritas sobre Manoel Luís Osório descreveram-no nesta época como um homem romântico e apaixonado. Quando distante da jovem Ana, em patrulha na fronteira, segundo os biógrafos, escrevia poemas e cartas com juras de amor. Vivenciava um relacionamento "impossível", digno dos típicos romances de cavalaria.[16] Contudo, vale ressaltar que a trajetória de Manoel Luís Osório em nada lembrava a de um soldado palaciano, como certas vezes foi retratado em sua biografia.[17]

De início, vale lembrar que sua infância e juventude não foram contempladas com grande esforço de erudição e etiqueta. Frequentou uma instituição de ensino formal, cujas instruções que lhe foram ofertadas resumiam-se a operações matemáticas simples, leitura e escrita. Na sequência, importante destacar que o aprendizado militar ao qual teve acesso, como procurei mostrar no capítulo anterior, ocorreu durante conflitos nos campos da fronteira. Aliás, grande parte de sua formação aconteceu em ambiente rústico, na estância e/ou em campanha, onde convivia com oficiais experientes, peões, soldados etc. Mesmo em tempos de "paz", o seu cotidiano era o de um soldado nos acampamentos da fronteira.

---

[14] RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001. Além do baixo valor do soldo, os efetivos do Exército reclamavam de longos períodos sem recebe-lo.

[15] Idem.

[16] Os romances de cavalaria são caracterizados por apresentarem como base de sustentação nas ideias de heroísmo, amor e aventura. Esses traços marcavam a vida na sociedade oitocentista, conformando a natureza impossível das paixões com a virtuosidade dos grandes feitos heroicos. Para uma análise detalhada dessas características ver: LOPES, Marco Antônio. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. *Revista Tempo*, v.16, Nº 30, 2011, p.158.

[17] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

Nesse aspecto, recorri a fé-de-ofício do tenente Manoel Luís Osório. Examinando com cuidado esse documento militar, no qual eram atestadas as ações dos militares em serviço, constava que entre 1830 e 1833, o oficial teve de se ausentar do serviço militar em três oportunidades. Nesse período, conforme o documento, primeiro o tenente ficou doente – "venério" – permanecendo fora do serviço por 19 dias, com "o regimento acampado em Taquarembó" (ver mapa 2); depois, com o "braço deslocado", ficou fora do serviço em campanha por 11 dias; por último, com o regimento em Rio Pardo, ficou "doente a 23 de agosto com dores sifilíticas", afastando-se de qualquer atividade militar por meses, até 29 de dezembro.[18]

Quando "inspecionado por ordem do comandante de Armas" e "pela junta de saúde, foi julgado pronto", retornando ao serviço na fronteira em 21 de janeiro de 1833. Por esses e outros fatores, que serão esmiuçados ao longo do trabalho, sua "conduta militar" foi considerada irregular.[19] Meu interesse aqui, no entanto, não é afirmar se a relação entre o tenente Manoel Luís e a jovem Ana de fato aconteceu ou não. Entender essa relação serviu para acessar os contornos de uma outra história.

Pelas informações registradas em sua fé-de-ofício, Manoel Luís correspondia a um perfil social bastante diferente daquele descrito por seus biógrafos. Fernando Luís Osório, o primeiro a escrever a respeito da relação entre Manoel Luís com a jovem Ana, procurou enfatizar mais a perseguição pessoal/política que o tenente supostamente teria sofrido do comandante Sebastião Barreto Pereira Pinto – padrinho de sua pretendente – do que a própria relação mantida entre o jovem casal. Tanto que o único personagem citado com o nome completo foi o do próprio comandante.[20]

Ao escrever a biografia e, talvez aproveitando de sua formação jurídica, Fernando Osório buscou a estratégia narrativa de criar um pretexto ou um álibi para os possíveis equívocos ou "crimes" cometidos por seu pai – o oficial Manoel Luís Osório – no serviço das armas. A ideia era criar condições e conexões que pudessem "absolvê-lo", mesmo que alguns anos depois, de uma possível condenação moral. Assim sendo, qualquer denúncia seria fruto de perseguição pessoal ao tenente Manoel Luís Osório.[21]

---

[18] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório; *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

[19] Idem.

[20] A afilhada de Sebastião Barreto e pretendente de Manoel Luís foi mencionada nas narrativas biográficas apenas com o nome simples "Ana".

[21] Coube a Fernando Luís Osório a função de instituir a "História do General Osório", que, tal qual a estátua esculpida por Rodholfo Bernardelli no centro do Rio de Janeiro, foram lançados em 15 de novembro de 1894. A estátua e o livro estavam ligados ao culto de um modelo de militar, o soldado-cidadão. A estratégia

Isso não acontecia por acaso. Retomando a sua atuação entre os primeiros anos da década 1830, foi possível perceber que o tenente havia comandado uma violenta ação militar na fronteira. Como consequência, foi determinada sua prisão, durante quase todo o ano de 1832.[22] O comandante das armas marechal Sebastião Barreto foi o responsável por pedir sua prisão. Daí a relação conflituosa que os dois pareciam manter.

Natural de Rio Pardo, Sebastião Barreto era um oficial experiente, com forte inserção entre a facção restauradora no Rio Grande do Sul, enquanto o ainda jovem tenente engrossava as fileiras liberais da província. Aqui se defende a hipótese de que os conflitos pessoais assumiam grande relevância no período, mas, em se tratando de tramas políticas e militares, torna-se necessário avaliá-los paralelamente aos procedimentos institucionais e às decisões políticas vigentes.

Neste capítulo, serão analisados os conflitos, as intrigas e as perseguições políticas que ocorreram na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre o fim da guerra Cisplatina e o início do movimento farroupilha. A ideia é compreender de que forma esse contexto impactou a trajetória do jovem oficial Manoel Luís Osório, em conjuntura marcada por uma grande política de reformas implementada pelo governo regencial, por uma crescente politização das tropas do Exército, assim como por uma forte reação a tais procedimentos em grande parte do Império.[23]

Entre as reformas implementadas no período estavam leis e diretrizes que reformularam a estrutura das forças militares das províncias. O período regencial ficou marcado por essas mudanças e transformações, *O Laboratório da Nação*, como sugeriu Ilmar de Mattos, em certo momento deve ter proporcionado alguma chance de ascensão social aos oficiais das forças militares.[24]

---

era aproveitar a boa relação da imagem de Manoel Luís Osório com a tropa, decorrente de suas ações em campo de batalha, mas também em referência à sociedade civil, que tinha em Osório um comandante militar acessível, sem resquícios aristocráticos como outros oficiais do Exército. O estilo bonachão atribuído a Manoel Luís Osório talvez tenha escondido os atritos, os conflitos pessoais e/ou profissionais que por ventura ocorreram em sua trajetória, com objetivo de "celebrar" a República instituída via golpe militar. Para aprofundar sobre o tema ver: CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. In: *Heróis Nacionais*. Estudos históricos v. 14 n. 25, 2000; CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

[22] A ação comandada por Manoel Luís Osório na fronteira será descrita e analisada na sequência do capítulo.

[23] A lei promulgada em 7 de novembro de 1831, por exemplo, que pretendia estabelecer o fim do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil, gerou consequências diretas nas províncias. Além do significado antiescravagista e da representação da autonomia administrativa do Brasil, resultado de anos de luta e resistência, a lei foi considerada como uma expressão política da facção moderada, que naquela conjuntura assumia o controle da regência. Ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).* Campinas, SP: Ed. da Unicamp-CECULT, 2000, p.100-113.

[24] MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1990.

Isso porque as reformas poderiam beneficiar ou prejudicar os projetos de ascensão na carreira de oficiais. No caso de Manoel Luís Osório, o que parecia ser o principal obstáculo à sua emergência era a dinâmica política que a província de São Pedro passou a apresentar naquela conjuntura.

3.1. Entre marchas e patrulhas na fronteira: em ação o tenente Manoel Luís Osório

A fronteira do Rio Grande do Sul com o Estado Oriental permaneceu em alerta após o fim da Guerra Cisplatina. Os proprietários brasileiros residentes no norte do país vizinho, denunciavam às autoridades do Império que a região estava sofrendo com frequentes ações de bandos armados.

Entre 1829 e 1831,[25] foram praticados na fronteira vários tipos de crimes: roubo â propriedade, violência e até assassinato de moradores. Através de anotações registradas por autoridades uruguaias na região, a historiadora Ana Frega destacou que tais incursões violentas aconteciam dos dois lados da fronteira.[26] Após muitas queixas de proprietários da região, companhias de cavalaria das tropas de 1ª e 2ª linhas foram acionadas com o pretexto de defender as propriedades e os proprietários rio-grandenses.[27]

O tenente Manoel Luís Osório esteve entre os oficiais destacados para coibir esses crimes de fronteira. Afinal, defender aquela região era uma das principais atribuições que cabiam ao 5º Regimento de Cavalaria do Exército. O posicionamento do efetivo na fronteira tinha justamente a finalidade de conter a violência contra os fazendeiros brasileiros. Para agir contra mais essa turbulência social, após anos de conflitos, era preciso que a região fosse assistida por um número grandioso de tropas.

Os grupos armados que por ali circulavam estavam acostumadas com "o sistema que se fazia guerra no Sul".[28] Para desarticular as suas movimentações nos campos da

---

[25] Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 4 de setembro de 1834. In: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845: Processo.* Rio de Janeiro, Ed.31, Vol. 1-3, 1935, p.180-181.

[26] FREGA, Ana. Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão.* Edição Especial, Brasília, Ano 6, 2007, p.50-52. A historiadora se baseou nas anotações de Bernabé Magariños, militar uruguaio que lutou em diferentes conflitos, homem de confiança do general Fructuoso Rivera. As anotações de Bernabé são possíveis de acessar através: Arquivo General da Nação. Fundo Arquivos Particulares. Caixa 111, arquivo 9. Arquivo de Bernabé Magariños. "Noticias históricas, Diario de Campaña", Anotações de 9 de julho a 3 de novembro de 1830.

[27]Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 4 de setembro de 1834. In: AN - *Rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845: Processo.* Rio de Janeiro, Ed.31, Vol. 1-3, 1935, p.180-181.

[28] Sessão do dia 31 de julho de 1823. *Diário da Assembleia Geral e Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.* Edição Fac-similar. Tomo II. Brasília: Senado Federal, vol. 6., 2003, p.495-499. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535162 Acesso em 31 junho de 2023.

fronteira,[29] também conhecida como "guerra à gaúcha", conforme a definição proposta muito tempo depois pelo escritor Hélio Moro Mariante, membro da Academia Rio-Grandense de Letras.[30] Esse tipo de movimentação consistia na implementação das forças de cavalaria para suprir as vastas planícies da região e conter as "correrias"[31] praticadas na fronteira.

Esse fator produzia uma série de efeitos peculiares em tempos de conflitos armados, assim como a própria fiscalização dessa ampla área em período "sem conflitos". Para isso, dominar as melhores cavalhadas, "porção de cavalos" ou "gado cavalar",[32] foi um dos fatores mais decisivos para a defesa da fronteira. Até porque, a longa extensão daquele território não poderia ser fiscalizada à época sem as ações de cavalaria.

Desse modo, nos primeiros anos da regência, Manoel Luís Osório foi destacado para a fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental por diversas vezes. O regimento em que atuava reunia-se na guarnição de Rio Pardo, mas, quando em missão na fronteira, os militares do Exército de linha poderiam demorar dias, semanas e até vários meses sem retornar à guarnição. Entre os anos de 1829 e de 1835, o tenente Manoel Luís esteve destacado em três oportunidades.

A primeira foi em um acampamento militar em Tacuarembó ou Taquarembó, no Estado Oriental, quando permaneceu em campanha de 31 de março a 19 de junho de 1829. Depois, entre os dias 2 de agosto de 1831 e 1º de maio de 1832, no acampamento de Santana do Livramento, somente retornou à guarnição de Rio Pardo após sete meses de serviço. Por fim, foi submetido a uma missão na qual permaneceu por 23 meses na fronteira, de 22 de fevereiro de 1833 a 1º de janeiro de 1835, sem paradeiro definido.[33]

---

[29] O território entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai constituiu-se como uma fronteira compartilhada que, ao invés de limitar e/ou isolar, interligava as populações. Assim, homens e mulheres da Província de São Pedro "tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e sua influência não se continha dentro das linhas legais, mas ultrapassava as fronteiras". Isso significa dizer que mesmo a menor transformação no campo político – motins, revoltas, levantes – era sentido do outro lado da fronteira, e vice-versa. Até porque, era desse espaço relacional que também esperavam obter apoio, proteção e auxílio, sempre quando fosse necessário. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Região revolucionária em uma área de fronteira internacional. *Estudos Históricos* – CDHRPyB – Año VII – Nº. 14, Uruguay, 2015, p.1-3. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/14/eh1401.pdf Acesso em: 22 de maio de 2023.

[30] MARIANTE, Hélio Moro. Farrapos, guerra à gaúcha. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. Apud. RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí.* São Leopoldo: Oikos, 2ª Edição, 2021, p.57.

[31] O termo "correrias" era utilizado na região para designar as incursões a cavalo, em território inimigo, com diferentes propósitos. Por exemplo, em certos casos a expressão se referia a incursões realizadas com o objetivo de saque a propriedades. Glossário de Termos Gauchescos. Disponível em: https://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html Acesso em: 12 de julho de 2023.

[32] Glossário de Termos Gauchescos. Disponível em: https://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html Acesso em: 12 de julho de 2023.

[33] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

Figura 4 – Mapa da fronteira entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina[34]

Fontes: Mapa modificado do arquivo apresentado por MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873*). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: PPHS-UFRJ, 2016, p.146.

Com todo esse tempo na fronteira, é preciso salientar que o término da guerra da Cisplatina – com a assinatura do tratado de paz em 28 de agosto de 1828 e reconhecimento da Independência da República Oriental do Uruguai – não marcou o fim por completo dos conflitos que ocorriam na região. Entre os anos de 1829 e 1831, os moradores das vilas de Quaraí e de Alegrete denunciaram, em diversos ofícios enviados à presidência da província do Rio Grande do Sul, as "desordens" praticadas na fronteira.[35]

Autoridades civis (juízes de paz e delegados) e militares (comandantes de fronteira) questionavam a falta de contingente militar, "acusavam-se mutuamente pela incapacidade de bem guarnecer a região contra ataques de bandidos, de grupos armados vindos do outro lado do limite nacional ou então de grupos indígenas".[36]

[34] Em 1831, depois de uma guerra civil, formou-se a Confederação Argentina. Como o próprio nome indica, o país seguia uma organização federalista, sob liderança do oficial militar Juan Manuel de Rosas.
[35] Biblioteca Nacional – Secção de Manuscritos – *[DOCUMENTOS relativos à República Rio-Grandense]*. Rio Grande do Sul: [s.n.], 1831-1850, p. 1-10. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435009/mss1435009.pdf Acesso em: 12 de setembro de 2022.
[36] FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli

As disputas entre autoridades ocorriam com frequência. A partir de 1831, em locais que o juiz de paz e os comandantes das Milícias ou de Fronteira pertenciam a facções contrárias, as autoridades enfrentaram grandes problemas para a organização da Guarda Nacional.[37] Esse foi o caso de Alegrete, que entre disputas locais, somente conseguiu organizar essas forças entre o final de 1834 e 1835, pelo temor de uma invasão da fronteira da província por grupos armados liderados pelo general uruguaio Lavalleja.[38]

Ao escrever o relatório provincial do ano de 1831, o presidente Manuel Antônio Galvão considerou:

> [...]Os roubos e assassinatos perpetrados na fronteira nos fins do ano de mil oitocentos e vinte nove e princípio de 1830, motivarão reclamações do encarregado dos negócios do Uruguai junto ao nosso governo, ao Conselho Geral será presente o ofício do Exm.º Ministro de Justiça ordenando-me a proposição de medidas conducentes à repressão de tais delitos, a natureza deles, **a dificuldade de guardar uma fronteira tão longa são embaraços custosos de superar, e no estado da nossa força de 1ª linha reduzida hoje a 662 praças**; quase impossível é a fiel execução de quaisquer medidas que se propuserem. **Queixas de iguais agressões praticadas pelos índios da união recebo diariamente dos moradores de Quaraí e Alegrete**, e apesar das mais terminantes ordens às autoridades, foi preciso [por fim] empregar o Regimento 23 de Cavalaria da 2ª linha, para defender as suas propriedades.[39]

No relatório, Manoel Antônio Galvão assinalou a dificuldade de repreender os delitos e as violências praticadas na fronteira, em razão da dimensão daquele território e do número reduzido de praças de 1ª linha.[40] Diante de reclamações, o presidente acabou

(Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, 2013, p.98-99.

[37] Mesmo em Rio Grande e Pelotas, localidades que, segundo consta, desde 1832 realizavam-se eleições para a Guarda Nacional, a organização dos corpos também sofreu com conflitos entre diferentes facções. É possível acompanhar a divulgação dos resultados desses processos através do periódico *O Noticiador*, já citado anteriormente. BN – *O Noticiador 1831-1836.* Vila de Rio Grande, segunda-feira, 24 de setembro de 1832, n.º 74. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270x&Pesq=Officiaes&pagfis=302; *O Noticiador 1831-1836.* Vila de Rio Grande, sexta-feira, 29 de junho de 1832, n.º 49. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270x&Pesq=Officiaes&pagfis=201. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[38] Ver: RIBEIRO. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005, p.150-154; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007, p.184.

[39] Biblioteca NACIONAL (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=16 Acesso em: 22 de maio de 2023.

[40] As palavras assinaladas por Galvão no relatório, em relação a proteção e a fiscalização da fronteira, apresentava semelhanças com o discurso que serviu de inspiração para este subtítulo, realizado na Assembleia Geral, pelo marquês de Baependi, em 1823.

mobilizando o 23º Regimento de Cavalaria, tropas de Milícias,[41] sugerindo ainda que as "agressões" aos moradores da região foram praticadas por "índios da união".

O presidente Galvão referia-se à colônia Bela-União, uma comunidade de indígenas alijados das Missões,[42] formada nos limites da fronteira de Quaraí (ver figuras 4 e 5). Os indígenas foram para aquela fronteira, logo após o término da Guerra da Cisplatina, em 1828, quando as suas terras nas Missões foram restituídas aos domínios do Império do Brasil. Nas Missões, existiam cerca de seis a oito mil indígenas, agrupados naquilo que se convencionou chamar de sete povos missioneiros. Portanto, em consequência da guerra,[43] o líder uruguaio Frutuoso Rivera, ao se retirar para o Estado Oriental, conduziu uma parte dos indígenas missioneiros até o noroeste do seu país.[44]

Assim, no limite entre os dois países, fundou-se uma povoação chamada de Bela União.[45] Os guarani-missioneiros eram indígenas aldeados que, desde a chegada dos missionários jesuítas no século XVII e a introdução da pecuária em seus territórios,

[41] Desde 18 de agosto de 1831, com a lei de criação da Guarda Nacional promulgada, os efetivos de 2ª linha, as Milícias, deveriam ser dissolvidas, mas para isso, as localidades deveriam antes organizar o processo de qualificação dos guardas. Em locais onde esse processo demorou a ser efetivado, os milicianos seguiram sendo chamados para o serviço. Em Alegrete, por exemplo, os efetivos da Guarda Nacional somente foram organizados entre 1834-1835.

[42] Os sete povos das missões faziam parte de uma ampla região, às margens do rio Uruguai, onde se instalaram trinta povos indígenas aldeados e coordenados por padres jesuítas entre os séculos XVII e XVIII. Os aldeamentos atualmente correspondem ao território do Paraguai, da Argentina e os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Sete eram as reduções indígenas que ficavam naquilo que hoje é o território do Rio Grande do Sul: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Ver: DIHEL, Isadora Talita Lunardi; OSÓRIO, Helen. "Os índios no gênero de peões ninguém os excede": Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani do Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, 2021, p.1-3. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/206046 Acesso em: 22 de maio de 2023.

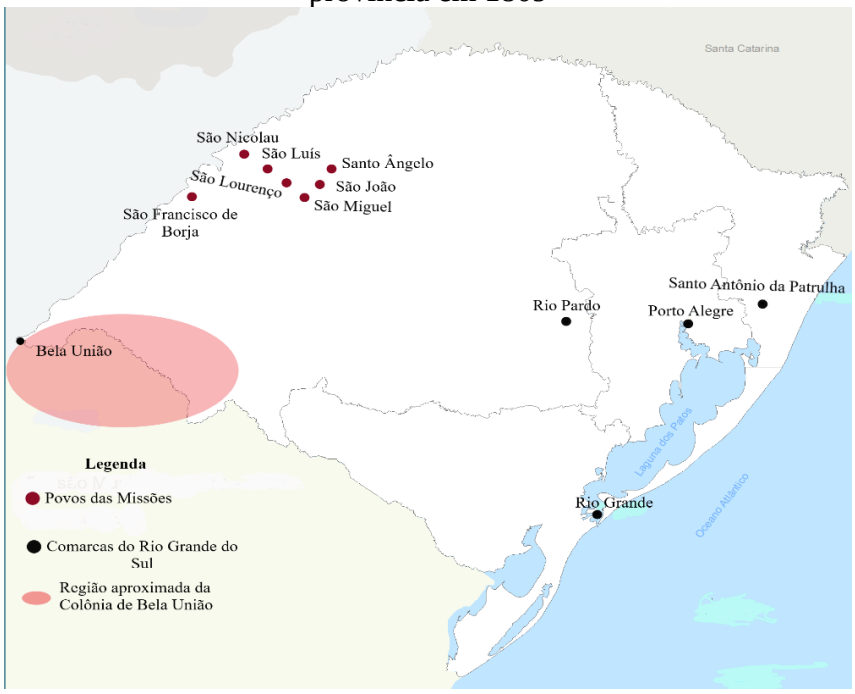
[43] Após a Cisplatina, houve um grande avanço na ocupação das terras das regiões oeste e noroeste do atual território do Rio Grande do Sul.

[44] Em 1º de janeiro de 1830, o coronel Evaristo Carriegos, comandante da Bela União, enviou uma correspondência ao presidente Frutuoso Rivera, na qual assinalou que dentre as "8 mil almas" que emigraram das Missões: "saíram alguns para o interior do Estado [Uruguai], e também se deu destino fora daquele ponto ao regimento de dragões; por isso é que se pode dizer que o número de famílias, que ficaram para estabelecer a colônia [Bela União], chega a seis mil almas com pouca diferença". O documento foi reproduzido na íntegra no periódico: *Diário Fluminense (RJ).* Ver: BN - *Diário Fluminense (RJ)* – vol. 15, n.º 49, de 3 de março de 1830, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&pesq=%22bella%20Uni%C3%A3o%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=6179 Acesso em: 24 de maio de 2023.

[45] No relatório do presidente da província Fernandes Braga, publicado em 20 de abril de 1835, ao se referir à "invasão de Frutuoso Rivera no território de Missões no fim da última guerra [Cisplatina] existiam em sete Povos perto de 7 mil Índios que foram arrancados às suas habitações e colocados entre o Quaraí e Arapeí na chamada Bela União". (BN) - Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, Fernandes Rodrigues Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=44 Acesso em: 24 de maio de 2023.

tornaram-se hábeis no manejo dos animais, em especial, os cavalos. Com o avanço da invasão de suas terras, "especializaram-se como criadores e peões".[46]

Figura 5 – Mapa de localização dos povos missioneiros em relação às comarcas da província em 1809



Fonte: Mapa adaptado pelo autor. A referência está disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013 Acesso em: 15 de julho de 2023; Informações sobre a colônia de Bela União podem ser obtidas em: MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": a atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865).* Tese de Doutorado: Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2015, p.34.

Segundo consta, a evasão do povo Guarani da região das Missões, um território ancestral, aconteceu após a concessão das terras de São Vicente, que pertenciam ao povo de São Miguel.[47]

A concessão teria ocorrido após o pagamento de "dois contos e quinhentos mil réis", para suprir "gastos extraordinários das famílias [de Guaranis das Missões] que

[46] DIHEL, Isadora Talita Lunardi; OSÓRIO, Helen. "Os índios no gênero de peões ninguém os excede": Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani do Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, 2021, p.1-3. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/206046 Acesso em: 23 de maio de 2023.

[47] AHRS – Fundo Justiça. São Borja. Escrivão José de Abreu Vale Machado, 1830. Apud. RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.56-57.

voluntariamente [serviram] ao Exército do Norte", sob liderança do general Rivera.[48] O tenente-coronel Manoel da Silva Pereira Lago, outra importante autoridade daquela fronteira,[49] em ofício enviado ao presidente da província, em outubro de 1830, assinalou que a venda da fazenda de São Vicente deveria ser considerada "nula".

Conforme explicou em ofício, a venda foi "feita por aqueles indígenas que acompanharam o partido de Frutuoso Rivera", presidente do Uruguai. O tenente-coronel denunciava que o líder uruguaio coagiu os indígenas a aceitarem suas ordens. A colônia na fronteira entre os dois países era vista pelos orientais como uma forma de proteção em caso de conflitos com os brasileiros. Era de lá que o então presidente esperava extrair homens para a defesa da integridade do Estado Oriental, formando grupos de colonos-soldados como base estrutural de defesa dos limites fronteiriços.[50] Em algumas localidades da região, como Paysandu e Salto, entre 1805-1850,[51] mais de 70% da população era formada por indígenas.[52]

Por outro lado, os rio-grandenses buscavam impedir que os uruguaios levassem consigo "todo o gado e cavalos que existia no território compreendido entre o Arapehy e o Ibicuí e no departamento de Missões".[53] Esse talvez tenha sido o ponto de convergência entre o governo imperial e os estancieiros do Rio Grande do Sul. Naqueles anos que se seguiram ao conflito, ao menos oficialmente, o Império manteve uma estratégia política de neutralidade no Prata. Enquanto isso, os estancieiros da província de São Pedro, após vários anos de guerra na fronteira, nos qual se envolveram de diferentes formas, pretendiam a posse sobre aquelas terras que ficavam a oeste e noroeste do Rio Grande do

[48] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – (AHRS) – Fundo Justiça, Maço 43, Juízo de Paz, São Borja, 1830. Apud. RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.56-57.

[49] Em 1830, o tenente-coronel Lago era administrador geral dos Povos de Missões.

[50] FREGA, Ana. Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão.* Edição Especial, Brasília, Ano 6, 2007, p.46-48.

[51] BARRETO, Isabel; AZPIROZ, Andrés. Familia y movilidad social en la frontera al norte del rio Negro (Uruguay) durante la primera mitad del siglo XIX. *Historelo: Revista de Historia Regional y Local*, v.13, n.28, set/dec de 2021, p.258.

[52] Idem. Entre a população indígena da região, os autores assinalaram que cerca de 80% era formada por missioneiros, isto é, povos que falavam o idioma guarani, mesmo que não fossem de fato guaranis. Os demais eram os ditos "índios infiéis", ou seja, indígenas não cristianizados, que viviam da caça e da coleta, em grande parte, grupos de Charruas e Minuanos. A presença africana na região, em uma lógica social e econômica escravista, era explicada pela presença marcante de proprietários rio-grandenses naquele espaço territorial.

[53] Archivo General de la Nación – AGN – Montevideo. Fondo Archivo y Museo Histórico. Caja 21. Oficio fechado en Cuartel General de Ibagay, el 26 dic. 1828. Apud. FREGA, Ana. Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão.* Edição Especial, Brasília, Ano 6, 2007, p.48.

Sul e ao norte do Uruguai, prometendo tomar para si todos os animais que existiam na região.

Nesse contexto, a tensão crescia no território do Estado Oriental. Rivera sofria oposição das forças comandadas pelo "caudilho Antonio Lavalleja".[54] Os dois destacaram-se durante o conflito na Cisplatina, atuando juntos por sua independência em relação ao Império do Brasil.[55] O novo contexto implicou a separação dos dois líderes, que defendiam projetos políticos distintos para o Estado Oriental. Mesmo sem assumir um lado nesse conflito, ao menos formalmente, o governo imperial via com preocupação a guerra civil no Estado Oriental. Por essa razão, procurava monitorar a contenda por meio de ofícios às autoridades militares da província de São Pedro.[56]

Daí o posicionamento das forças do Exército na fronteira, e a sequência de destacamentos aos quais o tenente Manoel Luís Osório foi submetido. Desde que a colônia de Bela União foi estabelecida na região limítrofe entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, as reclamações dos proprietários rio-grandenses se tornaram quase que constantes em relação aos indígenas.[57]

Sem assistência alguma na região, longe de suas terras nas Missões, os indígenas passavam as maiores dificuldades de subsistência. É possível que essa situação lhes obrigasse a realizar incursões às estâncias rio-grandenses, de onde extraíam recursos naturais de matas da região, contíguas às fazendas.[58] Entretanto, vale destacar que os indígenas não atuavam como "bandos armados". Apesar disso, no relatório do presidente

---

[54] AHRS - Fundo Autoridades Militares, Maço 114, Manuel da Silva Pereira Lago ao presidente da província, 1830.

[55] O primeiro governo constitucional no Uruguai, entre 1830-1834, teve como presidente Frutuoso Rivera. Durante esse período, sofreu grande oposição de Lavalleja. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Região revolucionária em uma área de fronteira internacional. *Estudos Históricos* – CDHRPyB – Año VII – Nº. 14, Uruguay, 2015, p.3. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/14/eh1401.pdf Acesso em: 25 de maio de 2023.

[56] Biblioteca Nacional – Secção de Manuscritos – *DOCUMENTOS relativos à República Rio-Grandense]*. Rio Grande do Sul: [s.n.], 1831-1850, p. 1-10. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435009/mss1435009.pdf Acesso em: 12 de setembro de 2022. A comunicação entre o presidente da província Manoel Antônio Galvão e o ministro dos Negócios do Império, Manoel José de Souza França, ainda em 1831, tratava com preocupação a movimentação de tropas na fronteira.

[57] Isso ocorreu após a assinatura do tratado preliminar de paz, estabelecido e "celebrado em 27 de agosto de 1828" entre as nações que fizeram parte da Guerra Cisplatina. A convenção demarcava o início do fim das hostilidades entre os países. Ver: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Jornal do Comercio (RJ)* – 1830-1839 – N.º 60, de 7 de março de 1833, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22bella%20Uni%c3%a3o%22&pagfis=3886 Acesso em: 30 de maio de 2023.

[58] RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.56-57.

da província, eles eram acusados de roubos de gado, de alimentos e de utensílios das fazendas. Os crimes que aconteciam na fronteira não tardaram a ser imputados aos indígenas de Bela União, tanto por autoridades do Império do Brasil quanto por autoridades do Estado Oriental do Uruguai.[59]

Bernabé Magariños, comissário-geral da Colônia de Bela União e aliado do general Rivera, entre julho e novembro de 1830, registrou em seu diário "a escassez de alimentos e a indisciplina: abuso do consumo de bebidas alcoólicas, roubos, brigas, insubordinações e deserções".[60] Em meados de novembro de 1831, em reação aos "assaltos" às propriedades rio-grandenses, as autoridades militares da fronteira decidiram intensificar as patrulhas na região. Os proprietários que residiam nas vilas de Quaraí e de Alegrete (ver figura 4) apontavam os indígenas como os principais suspeitos dos crimes cometidos na fronteira.

Da Vila do Alegrete, por exemplo, "estancieiros, negociantes, e mais moradores" enviavam representações ao presidente, na qual reclamavam medidas contra os "roubos e insultos", segundo eles, praticados pelos indígenas. Para os moradores de Alegrete, a colônia de Bela União era considerada um "covil de facinorosos".[61] No final de novembro, o juiz de paz daquela vila escreveu ao presidente da província, denunciando os "roubos cometidos pelos índios do Estado vizinho aos fazendeiros da fronteira".[62]

Em 13 de dezembro de 1831, destacado em Quaraí, o tenente Manoel Luís Osório recebeu denúncias de roubos e de violências aos moradores. Então, reuniu sob seu comando cerca de 20 homens para uma ação que deveria descobrir o paradeiro dos "criminosos". O objetivo era seguir marcha até a margem direita do Rio Quaraí, onde acreditava ser o "esconderijo" do grupo na fronteira. Na margem esquerda daquele rio, ficava a colônia Bela União, já em território do Estado Oriental. Ao transpor o Quaraí, conforme os relatos, a tropa sob o comando do tenente Osório empreendeu uma rápida e

---

[59] (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=13 Acesso em 22 de maio de 2023.

[60] FREGA, Ana. Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão.* Edição Especial, Brasília, Ano 6, 2007, p.50-51.

[61] Biblioteca Nacional –RJ – *Jornal do Comercio (RJ)* – 1830-1839 – N.º 60, de 7 de março de 1833, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22bella%20Uni%c3%a3o%22&pagfis=3886 Acesso em: 30 de maio de 2023.

[62] Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambraia (juiz de paz de Alegrete), 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566. A localização dessas fontes e a reprodução das imagens foram feitas pelo historiador Ernesto Pereira Bastos Neto.

violenta ação militar que resultou com o assassinato de grande parte das pessoas daquela comunidade. O ataque foi fulminante, um massacre, "sem perdoar as mulheres". A patrulha entrou em "território oriental atacando uma partida de missioneiros que se encontravam em Catalan, degolando os seus integrantes".[63] Segundo informações passadas às autoridades da província, a ação terminou com o assassinato do "Francês Rozas", de quem não encontrei informação, "mais oito peões, roubando-lhe depois Chinas, cavalos e tudo quanto pode haver".[64] Não foi registrado o número total de mortos na missão comandada pelo tenente Manoel Luís Osório.[65]

A ação militar, considerada exitosa para os proprietários da região, para alguns de seus superiores do Exército, porém, foi tratada como um total fracasso. Não foi possível identificar quem foi o mandante daquela missão. Em um contexto de redefinição das autoridades locais, em decorrência das reformas regenciais, haja vista a criação da Guarda Nacional, o processo de desmobilização das forças de 1ª linha e a extinção das Milícias, esse episódio na fronteira transformou-se em uma grande trama política, envolvendo autoridades civis e militares. Através dos desdobramentos dessa ação sobre os indígenas, é possível entender mais sobre a disputa entre facções políticas e também alguns aspectos importantes da trajetória de Manoel Luís Osório.

3.2. Os campos próximos ao Rio Arapehy

Ações militares contra a populações indígenas aconteceram de forma sistemática nas fronteiras do Império. O território entre o Quaraí e o Arapehy, assim como o norte do Uruguai, muito interessava aos proprietários rio-grandenses. No entanto, a ação

[63]"A fines de 1831, la situación de Bela Unión presentaba un aspecto crítico. Las incursiones a los territorios vecinos no concluyeron, lo que motivo que a mediados de noviembre de 1831 una partida brasileña, al mando del Oficial Manuel Osorio, penetrara en territorio oriental atacando a una partida de misioneros que se encontraban de encierra en el Catalan, degollando a sus integrantes". Ver: FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un Pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Editorial Fin de Siglo, 1996, p. 181.
[64] Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza (Juiz de Paz de Cachoeira), Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.
[65] Para Ana Frega: "A instalação de famílias guarani-missioneiras no norte do Estado se inseriu em uma complexa geometria de alianças. As promessas de concessão de terras e ganhos, assim como a possibilidade de manter seus laços de comunidade, podem ser considerados como algumas das razões da emigração missioneira. A partir da perspectiva de quem promoveu a fundação da colônia de Bela União, o aldeamento poderia apoiar eventuais reclamações territoriais baseados nos limites hispano-lusitanos e servir de contingente para o exército e nas tarefas rurais. Também contribuía para 'descongestionar' a fronteira correntina (província de Corrientes) e na suspeita de um avanço sobre o Paraguai, 'limpava' os campos do Rio Grande de povoadores que poderiam reclamar direitos ancestrais sobre as terras e fortalecer a posição de força de Rivera. FREGA, Ana. *Conflictos fronterizos en la conformacíon estatal, 1828-1830*. In: Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília. Ano 6, Ed. Especial, 2007, p.52.

comandada por Manoel Luís Osório ocorreu em momento-chave das disputas políticas locais. "As facções, de alcance local e regional, organizavam-se para colocar os seus membros tanto no juizado de paz (como juízes ou delegados) como nos altos postos da Guarda Nacional ou nas comandâncias militares". Era um momento de redefinição dos poderes locais. A partir da criação da Guarda Nacional, vale lembrar que "as autoridades militares perderiam poder em relação às civis". O mais interessante para as facções seria garantir o controle total dos cargos dessas instituições.[66]

Em 1831, porém, esse não parecia ser o caso da Vila de Alegrete. A organização da Guarda Nacional ainda não havia começado, e o comandante da fronteira, José Antônio Martins, e o juiz de paz, Antônio Luiz de Souza Cambraia, pertenciam a facções contrárias. Estancieiro, detentor de uma das maiores fortunas de Alegrete, o tenente-coronel José Antônio Martins atuava nas Milícias e depois fez parte da Guarda Nacional. Naquela vila, ele era um dos chefes da facção política que fazia oposição ao não menos "afortunado" coronel Bento Manoel Ribeiro.[67] O juiz de paz era aliado deste último, o coronel Bento Manoel Ribeiro, que já havia comandado a fronteira antes do tenente-coronel José Antônio Martins e o sucederia nessa função. Também grande estancieiro, como visto no capítulo anterior, o coronel Bento Manoel tinha uma boa relação com o pai de Manoel Luís Osório. O jovem o teria conhecido durante a Guerra da Cisplatina, quando, ainda alferes, serviu sob suas ordens.

Entretanto, segundo o presidente da província, Manoel Antônio Galvão, com base em informações passadas por uma "pessoa mui fidedigna", na noite do dia 12 de dezembro, antes de realizar a missão, o tenente Manoel Luís Osório esteve "na casa do comandante da fronteira, o tenente-coronel José Antônio Martins".[68] Essa denúncia não comprovava a participação do tenente-coronel no resultado daquela missão militar. Ao juiz de paz de Cachoeira, Tristão da Cunha e Souza,[69] que parecia fazer oposição ao

[66] FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, 2013, p.104.
[67] Idem.
[68] Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza (Juiz de Paz de Cachoeira), Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.
[69] Estancieiro, filho do soldado Dragão Alexandre da Cunha e Souza e de Joaquina Perpétua Figueiredo, possuía grande influência na região. Exerceu diversas funções: juiz de órfãos, juiz de paz, procurador da Câmara, vereador. Ver: ALVES, Viviane Siqueira. *A Infrajustiça no juizado de paz: um estudo sobre as competências e atribuições dos juízes de paz em Cachoeira do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

coronel Bento Manoel Ribeiro, o presidente dizia acreditar na inocência do tenente-coronel Martins, mas nada mencionava a respeito do tenente Osório. Não se sabe ao certo o que o tenente Osório foi fazer na casa do comandante da fronteira. O certo é que essa visita ocorreu na noite anterior a uma missão militar que acabou em um massacre na fronteira.

Embora se tratassem apenas de boatos, as informações circulavam na "fronteira vizinha", aflorando os ânimos das milícias "guarani-missioneiras", como eram conhecidas as companhias formadas por esses grupos indígenas. Através de seus comandantes, Gaspar Tacuabé e Agustín Cumandiyú,[70] que, na documentação do presidente da província, eram designados respectivamente como "tenente-coronel" e "coronel", essas lideranças reuniram "perto de duzentos homens para atacar o tenente-coronel José Antônio Martins". Além disso, circulavam informações de que o presidente uruguaio Fructuoso Rivera reunia mais de mil homens próximo à fronteira. Os moradores, que "ignoravam suas intenções", temiam um ataque surpresa.[71]

Com a tensão instalada entre a população da fronteira, que poderia gerar alguma alteração na "harmonia que reinava entre o Governo de Sua Majestade o Imperador e o da República do Uruguai", o presidente da província teve de tomar medidas para a proteção daquela região. Ao juiz de paz de Alegrete, o presidente Galvão reclamava "da pouca força armada" existente na província e dos conflitos entre as autoridades locais, que adiavam "a execução das leis e ordens",[72] fazendo referência à falta de organização da Guarda Nacional e também da Guarda Municipal.[73]

Diante disso, o presidente determinou que, "em caso de urgência", fosse acionada imediatamente a força do 23º Regimento de Cavalaria de 2ª linha (Milícia),[74] através de

---

[70] Para mais informações sobre esses líderes dos povos missioneiros, ver: FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un Pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Editorial Fin de Siglo, 1996, p.115-190.

[71] Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza (Juiz de Paz de Cachoeira), Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.

[72] Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambraia (juiz de paz de Alegrete), 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.

[73] CLI – Lei de 10 de outubro de 1831. "Autoriza a criação de corpos de guardas municipais voluntários nesta cidade (Rio de Janeiro) e províncias". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37586-10-outubro-1831-564553-publicacaooriginal-88479-pl.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-,LEI%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%201831,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D. Acesso em: 22 de junho de 2023.

[74] Existiam 7 unidades de Milícias de cavalaria no Rio Grande do Sul, antes da extinção dessas forças. Em Porto Alegre o 20º Regimento, Em Rio Grande o 21º Regimento, em Rio Pardo o 22º Regimento, em Alegrete o 23º Regimento e o 24º e o 25º com sede em São Borja. RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço*

seu comandante, o major Ricardo Alves de Macedo. Acontece que esse major era apontado pelo juiz de paz Antônio Luiz de Souza Cambraia como um dos responsáveis pelos empecilhos criados na organização das guardas em Alegrete, assim como os comandantes da Milícia e da Fronteira, respectivamente, Bento Manoel Ribeiro e José Antônio Martins. É possível que tudo isso fizesse parte do jogo de intrigas entre as facções políticas locais, que se valiam da instabilidade da fronteira para negociar seus interesses. Cada movimento, por menor que fosse, poderia gerar uma série de consequências nas dinâmicas políticas de instituições ainda em formação.[75]

No Rio Grande do Sul, as mudanças na organização das forças militares causaram reações, manifestações e protestos em relação ao governo regencial em algumas localidades, como Alegrete, Porto Alegre, Cachoeira e Rio Pardo.[76] Em parte, o problema residia na exclusão das Milícias como força de segunda linha. Os comandantes milicianos sentiam-se desfavorecidos com a medida, pois perdiam o poder de formar tropas, angariar recursos para armar e equipar homens para a guerra, mecanismos que retroalimentavam o prestígio social desses comandantes. A escolha dos oficiais da Guarda Nacional deveria ser feita por meio de eleição, sendo o processo submetido a uma autoridade civil: os juízes de paz.[77] Isso não quer dizer que os comandantes milicianos aceitaram sem reação essa nova configuração política.[78] Para se ter uma ideia, em Alegrete a Guarda Nacional somente foi organizada entre 1834-1835.[79] A historiografia assinalou, inclusive, que a

---

nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845). Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.38.

[75] FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, 2013, p.104.

[76] KLAFKE, Álvaro Antonio. Aproximações metodológicas à imprensa periódica oitocentista: o caso dos periódicos sul-rio-grandenses. *Estudios históricos* – CDHRPYB – Año V, n.º 11, Diciembre 2013, p. 9. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/11/art9.pdf Acesso em: 22/05/2023.

[77] "Eleitos os oficiais, Sargentos e Furriéis, estes deveriam se reunir para escolher o Tenente-coronel Chefe de batalhão, o Major, o Ajudante de batalhão e o Alferes Porta-bandeira. Dizia a lei ainda, que qualquer reclamação referente ao não cumprimento da sistemática deveria ser encaminhada ao Júri de Revista. Os outros postos, como Coronéis Chefes de Legião e os Majores de Legião, eram nomeados pelos governos das Províncias, enquanto os de Quartéis-mestres e os Cirurgiões-mor de Legião eram escolhidos pelo governo do Império e pelos Presidentes em Conselhos nas Províncias a partir das propostas dos Chefes de Legião. A lei vedava que qualquer oficial do Exército ou da Armada, em atividade de serviço, fosse nomeado oficial ou Comandante Superior das Guardas Nacionais em serviço ordinário". Ver: Lei de 18/8/1831, artigos 51º, 52º, 54º , 55º , 56º e 64º – CLI 1830-1831, p.61-66. Apud. RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.56

[78] Como destacado no capítulo anterior, no Rio Grande do Sul as Milícias chegaram a reunir um efetivo quase três vezes superior as tropas do Exército.

[79] Os oficiais milicianos criaram diversos empecilhos durante o processo de qualificação dos guardas. O coronel e comandante responsável pela Milícia em Alegrete era representado por Bento Manuel Ribeiro. De forma efetiva, a Milícia somente foi totalmente extinta e a Guarda Nacional organizada em 1835, quando

modificação das forças militares de 2ª linha foi um dos motivos que deram corpo à Revolta Farroupilha.[80] Em contrapartida, é preciso entender que, em outras províncias, a organização da Guarda Nacional também demorou a se concretizar. Esse foi o caso do Espírito Santo que só conseguiu reunir a guarda durante o ano de 1838.[81]

De todo modo, o presidente Galvão, diante do cenário político apresentado, resolveu também que era preciso investigar a ação comandada pelo tenente Osório, para que as autoridades tivessem "conhecimento das providências tomadas pelo Governo" e para que o ocorrido não passasse impune aos habitantes da fronteira. O comandante de armas da província assinalava que, para isso, seria "indispensável proceder à devassa", indicando que um juiz fosse às "imediações a fim de devassar sobre feito tão escandaloso".[82] Importante lembrar que esse comandante era ninguém menos do que o marechal Sebastião Barreto, desafeto pessoal do jovem Osório. É possível que ele tenha sido autor de alguma das denúncias que chegaram até o presidente da província. O fato é que o marechal procurou dar sequência à investigação, mas enfrentou alguns entraves.[83]

A presidência da província do Rio Grande do Sul, após receber uma série de reclamações de autoridades do governo do Estado Oriental, assim como autoridades militares da província, determinou que o tenente Manoel Luís Osório, comandante da tropa que invadiu o território vizinho, fosse investigado. O caso foi designado ao juizado ordinário da vila de Cachoeira, que justificava a paralização "dos processos de alguns

Bento Manuel Ribeiro foi destituído do comando da fronteira de Alegrete. RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.147-153.

[80]A criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, tinha como contrapartida a desorganização das Milícias e a redução dos efetivos do Exército. Esse processo foi bastante demorado em algumas localidades em que os principais representantes eram avessos à proposta. Para o processo de criação da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, ver: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001; FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873).* Tese de Doutorado, Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003; FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).* Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ, 2007; CRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado em História), Niterói: ICHF-UFF, 2010; MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873*). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: PPHS-UFRJ, 2016.

[81] OLIVEIRA, Kamyla N. de Deus. *Estratos de senhores: aspectos políticos da Guarda Nacional na província do Espírito Santo (1831-1873).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

[82] Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 5 de setembro de 1834. Apud. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.269.

[83] YOUNGER, Joseph. "Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata." *Revista Aedos*, v. 1, nº1, 2008.

presos" ao presidente da província, segundo suas próprias palavras: "por falta das testemunhas que devem depor[...], as quais lhe não têm sido enviadas pelos respectivos juízes de paz, apesar das suas requisições."[84]

O episódio gerou a prisão de Manoel Luís Osório por quase todo o ano de 1832, entre 8 de janeiro e 11 de dezembro. O caso, porém, nunca chegou a ser julgado, nem na esfera militar, tampouco na esfera civil. Como um oficial do Exército, conforme chamou atenção o comandante das armas da província, o tenente Osório teria de ser investigado pela Justiça Militar, o que acabou não acontecendo. Algum tempo depois, em ofício sobre o caso, o comandante das armas reclamava que as determinações, antes passadas pelo presidente da província, não foram cumpridas e que a prisão do tenente Osório teve, então, de ser relaxada. Conforme Sebastião Barreto:

> [...]nenhum dos juízes, porém, a despeito das reiteradas ordens da presidência se resolveu marchar para aquele destino, e com frívolos pretextos iludiram e desobedeceram aos mandados da primeira autoridade dando assim causa a que se mandasse relaxar o tenente por não ser conforme à justiça conserva-lo preso por mais longo tempo sem culpa formada, ainda que o seu crime era demasiado público, e existiam testemunhas que o comprovavam.[85]

Através do ofício do comandante das armas, pode-se notar que os juízes ignoravam os mandados relacionados ao caso. É possível que, por se tratar do envolvimento de militares, as testemunhas não se sentissem seguras para prestar depoimento, assim como os próprios juízes de paz. Com isso, o oficial foi solto da prisão, pois não se poderia "formar culpa" a seu respeito.[86] De acordo com o marechal Sebastião Barreto, a lentidão e/ou a negligência das autoridades locais na investigação parecia ter sido articulada para proteger o jovem Osório. Ele atribuía essa "proteção" ao coronel Bento Manoel Ribeiro, com quem também parecia ter um relacionamento conturbado.[87]

Vale destacar que os conflitos que ocorriam no Estado Oriental, as reformas propostas ao Exército e a grande politização dos efetivos militares naquela conjuntura

---

[84] Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambraia (juiz de paz de Alegrete), 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.

[85] Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 5 de setembro de 1834. Apud. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.269.

[86] Idem.

[87] A relação conflituosa entre o coronel Bento Manoel Ribeiro e Sebastião Barreto atingiria o ápice durante a eclosão da Revolta Farroupilha, quando assumiram lados opostos no conflito. Sebastião Barreto, ligado a facção restauradora, seguiu na defesa do Império, enquanto Bento Manoel oscilou o seu apoio entre os dois lados do conflito.

histórica eram fatores que interferiam na política de relacionamentos das forças militares. Isso não significa, porém, que o comandante Sebastião Barreto não pudesse ter algum grau de implicância pessoal em relação ao tenente Manoel Luís Osório. O que se está tentando dizer é que todos esses fatores atuavam juntos e de forma decisiva na construção de uma carreira nas forças militares, durante o século XIX.

Após sair da prisão – devido à falta de juiz para investigar e julgar o caso – Manoel Luís Osório apresentou-se ao quartel, na vila de Rio Pardo. Em janeiro de 1833, possivelmente preocupado com o andamento de seu processo, requereu os papéis de sua fé-de-ofício ao capitão imediato do 5º Regimento de Cavalaria, Francisco Fernandes Anjo. No documento, deveria constar, além de uma série de informações sobre o oficial, o registro de sua prisão e os motivos pelos quais foi denunciado.

Em 30 de janeiro de 1833, quando o documento foi expedido, o tenente Manoel Luís Osório pôde conferir o registro do tempo que permaneceu em custódia – quase um ano de prisão –, mas, em relação aos motivos, constava apenas ter sido preso "por fatos criminosos não comunicados ao corpo".[88] Talvez isso tenha sido decisivo para que seus biógrafos interpretassem o caso como uma perseguição pessoal do comandante das armas contra o tenente Manoel Luís Osório.

Por outro viés de análise, os proprietários rio-grandenses que haviam denunciado os roubos e assassinatos na fronteira, supostamente praticados por bandos armados da colônia de Bela União, possivelmente não viram problemas na ação comandada pelo tenente Osório. Tanto que, no ano seguinte, em 1832, tais proprietários solicitaram à presidência da província de São Pedro um acordo junto ao presidente Frutuoso Rivera para a retirada dos indígenas daquela região. O presidente Manuel Galvão chegou até a enviar um emissário a Montevidéu para iniciar uma negociação com o presidente do Uruguai. Como assinalado no subtítulo anterior, ele foi um dos primeiros a atribuir os "crimes de fronteira" aos indígenas. Vale destacar novamente que os estancieiros rio-grandenses tinham interesse em ocupar aquelas terras entre as margens dos rios Quaraí e Arapehy.[89]

Ao receber a proposta do presidente Galvão, em um primeiro momento, Rivera mostrou-se reticente em relação à remoção da povoação de Bela União. Todavia, não

[88] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.
[89] Biblioteca NACIONAL (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)* – 1831, p.7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=32 Acesso em: 23 de junho de 2023.

demorou a fazer o acordo com os proprietários rio-grandenses,[90] removendo a povoação daquele território.[91] Com isso, a região onde eles haviam se estabelecido, começou a ser concedida pelo governo do Uruguai, em grande parte, à elite da província de São Pedro.[92]

As concessões de terras estavam vinculadas a diferentes tipos de exigências e compensações. A política de relacionamento que o presidente da República do Estado Oriental do Uruguai manteve com os comandantes militares rio-grandenses da fronteira tinha, em contrapartida, "a possibilidade de conceder terras", como forma de "construção de cabedal político e social".[93] O clube do barão – *club del Barón* –, como ficou conhecida a facção liderada por D. Frutuoso Rivera, acabou beneficiando seus integrantes com a distribuição de terras no norte do Uruguai. "Na região entre os rios Arapehy e Quaraí, todas as propriedades pertenciam a brasileiros", segundo o censo realizado em 1852.[94]

"Durante os dois primeiros anos da década de 1830, Rivera e Lavalleja usaram dessas disputas para fazer amigos e inimigos, favorecendo quando possível os aliados, imputando a culpa ao adversário sobre as perdas".[95] Contudo, o fato mais interessante dessa história – curiosamente esquecido pelos biógrafos de Manoel Luís Osório – é que

---

[90] No relatório apresentado pelo presidente da província Manuel Antônio Galvão destacava os esforços de seu encarregado em Montevidéu, do qual obteve "a promessa do governo do Estado Oriental do Uruguai, de remover a Colônia dos Índios da Bela União". Por fim, o presidente ainda declarava os motivos de sua intervenção, segundo o qual: correspondia ao "interesse que resulta aos nossos fazendeiros situados na vizinhança da linha divisória". Ver: Biblioteca Nacional (BN) – Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1832, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1832_00001.pdf Acesso em: 10 de julho de 2023.

[91] DIHEL, Isadora Talita Lunardi; OSÓRIO, Helen. "Os índios no gênero de peões ninguém os excede": Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani do Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, 2021, p.19-20. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/206046 Acesso em: 22 de maio de 2023. As famílias foram conduzidas da colônia de Quaraí para as proximidades do Rio Negro. Posteriormente os remanescentes fundaram, em Durazno, a aldeia de San Borja del Yÿ. Dos cerca de oito mil indígenas que tinha participado do êxodo de 1828, apenas novecentos foram contabilizados por um levantamento feito em 1832. Neste censo eles ainda foram distribuídos conforme seus povos missioneiros de origem, mostrando a permanência duradoura desse laço social e político".

[92] Segundo consta, a região era reivindicada por estancieiros rio-grandenses desde 1819, quando ficou definida "a nova demarcação de limites" da fronteira. A nova divisão mantinha "despovoados aqueles campos entre Arapeí e Quaraí até o ano de 1825", sendo depois "distribuídos os campos por ordem do Governo brasileiro". No entanto, devido ao conflito político da Cisplatina os proprietário rio-grandenses tiveram de abandonar essas terras, acometendo-os a "prejuízos quando se retiraram, além de quarenta ou mais contos de reis". Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional –RJ – *Jornal do Comercio (RJ)* – 1830-1839 – N.º 60, de 7 de março de 1833, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22bella%20Uni%c3%a3o%22&pagfis=3886 Acesso em: 30 de maio de 2023.

[93] MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": a atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865).* Tese de Doutorado: Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2015, p.34.

[94] Idem, p.114. apud. YOUNGER, Joseph. "Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata." *Revista Aedos*, v. 1, nº1, 2008, p.290-311.

[95] Ibidem, p.106.

entre os beneficiados pela concessão dos "campos" próximos aos rios Arapehy e Quaraí estava exatamente o tenente Manoel Luís Osório. O documento de concessão, assinado por Fructuoso Rivera, foi encontrado entre os documentos pessoais do Arquivo General Osório, disponíveis à consulta no IHGB.[96]

Nos campos do Arapehy, que mais tarde seriam chamados de Estância do Cruzeiro, o tenente Osório tinha uma sociedade com seu pai, Manoel Luiz da Silva Borges. Os dois solicitaram a concessão dessas terras, que ficavam "em uma parte deserta do território da República Oriental do Uruguai".[97] A concessão foi assinada pelo próprio presidente D. Frutuoso Rivera, em acampamento militar na "costa do rio Quaraí", em 14 de junho de 1834. Conforme o documento, as terras foram passadas a "D. Manuel Luiz da Silva Borges e a seu filho D. Manoel Luís Osório".[98] Em anexo à concessão, Silva Borges nomeou seu filho mais velho – Francisco Luís Osório (irmão de Manoel Luís Osório) – como seu procurador para os assuntos relacionados àqueles campos.

Ao que parece, o patriarca da família buscava intervir na situação econômica de seus filhos. Francisco Luís não prestou serviço militar, dedicando-se desde cedo ao trabalho nas propriedades da família. Alguns anos depois, ausente da propriedade pelos constantes destacamentos militares a que foi submetido, Manoel Luís Osório também passou ao irmão mais velho uma procuração para a administração de seus negócios no Estado Oriental.[99]

Essa documentação demonstrava que as propriedades eram muitas vezes geridas por meio de uma complexa engenharia de interesses familiares. Anos depois, a estância se tornou o principal ativo financeiro de Manoel Luís Osório.[100] As terras ao sul do rio Arapehy foram muito cobiçadas pelas elites rio-grandenses, devido ao pasto de boa

[96] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. Concessão de Arrendamento Rural pelo presidente da República Oriental do Uruguai Frutuoso Rivera a Manoel Luiz da Silva Borges e Manoel Luís Osório. Quaraí, 14 de junho de 1834. Notação final: DL224.052.

[97] Idem. As terras ficavam compreendidas "entre os limites que se demarca pelo sul do Arapeí, pelo norte a coxilha de Belém e pelo oeste o Sarandi e pelo leste a última vertente que existe na barra do Arapeí". Conforme o documento, as terras ficavam em região muito aproximada da área onde antes ficava a Colônia de Bela União. Ver figura 5.

[98] Ibidem.

[99] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. Documento que nomeia Francisco Luís Osório (seu irmão mais velho) como bastante procurador de Manoel Luís Osório no Estado oriental. Em 2 de janeiro de 1838, em Rio Grande de São Pedro. Notação final: DL224.035.

[100] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. Concessão de Arrendamento Rural pelo presidente da República Oriental do Uruguai Frutuoso Rivera a Manoel Luiz da Silva Borges e Manoel Luís Osório. Quaraí, 14 de junho de 1834. Notação final: DL224.052.

qualidade que atraíam a atenção de grandes criadores de gado.[101] A região passou a integrar a cadeia de produção econômica das charqueadas, localizadas em grande número no litoral do Rio Grande do Sul.

Os animais eram criados nos campos da fronteira, mas eram conduzidos para as charqueadas rio-grandenses antes de serem abatidos. O charque, produzido com a ampla utilização de mão de obra escravista, tornou-se o principal produto de integração do Rio Grande do Sul ao mercado nacional, abastecendo, por décadas, diversas regiões do país. Além disso, para o mercado internacional, os estancieiros exportavam os couros retirados dos animais, remetendo-os principalmente para a Europa e para os Estados Unidos.[102]

A propriedade no Estado Oriental expandiu as relações sociais e econômicas de Manoel Luís Osório. Portanto, se, por um lado a missão militar que empreendeu sobre a colônia de Bela União motivou sua prisão, a mesma ação de combate talvez o tenha alçado, pouco tempo depois, ao grupo de "senhores guerreiros da fronteira". Entende-se por "senhores-guerreiros" os integrantes das forças militares que, ao fazerem guerra em nome da Coroa, se apossavam de terras e enriqueciam. A expansão da fronteira do Brasil estava associada ao enriquecimento pessoal. Não havia patriotismo, abnegação e/ou desinteresse. A região era amplamente dominada por fazendeiros do Rio Grande do Sul. Sendo assim, era uma oportunidade ímpar para Manoel Luís Osório, enquanto tenente do Exército, aos 26 anos, obter acesso a redes de maior prestígio na província. Em maio de 1834, em momento de incerteza política em todo o território do Império, o jovem tenente se tornou proprietário de uma estância nos campos do Arapehy, em região que outros estancieiros reivindicavam desde o fim da Guerra da Cisplatina.[103]

Muito jovem, já tinha acumulado duas participações em conflitos: no processo de Independência e na Guerra da Cisplatina. Todavia, ainda em patente considerada intermediária na hierarquia do Exército, certamente aguardava uma oportunidade de promoção. Para isso, não bastava apresentar um vasto currículo em nos campos de batalha, nem mesmo atos de bravura nos conflitos, mas sim, uma boa colocação dentro

---

[101] MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": a atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865).* Tese de Doutorado: Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2015.

[102] VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGH-UFRRJ, 2013.

[103] PICCOLO, Helga Iracema L. Da descolonização à consolidação da República: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul no século XIX. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, 1993, p.153. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/597/837 Acesso em: 12 de julho de 2023.

de uma rede de compromissos, ou seja, era indispensável que Manoel Luís Osório se dedicasse ao jogo político na localidade de Rio Pardo.

3.3. A política militar do Império e o 5º Regimento de Cavalaria

No início da década de 1830, além das dificuldades apresentadas na fronteira com o Estado Oriental do Uruguai, na Província de São Pedro surgiam as primeiras reações às transformações políticas implementadas pelo governo regencial.[104] As mudanças ocorridas desde a Abdicação de d. Pedro I causaram sérios impactos ao equilíbrio interno das localidades. No caso do Rio Grande do Sul, as mudanças não atendiam aos anseios das elites rio-grandenses, que reclamavam dos impostos cobrados pelo governo[105] e do prejuízo causado por amplos recrutamentos tanto para a guerra como para o serviço regular, e também dos custos relacionados a sucessivos conflitos na região.

O momento parecia ser de ruptura com as bases que alicerçavam o relacionamento entre o centro do Império e as províncias periféricas. A extração de recursos e a guerra, que até então alicerçavam a aliança de interesses entre a Coroa e os senhores guerreiros da província de São Pedro, ao que parece, não estavam mais em sintonia.[106]

Em grande parte do Império, o clima era de grande instabilidade e tensão. Não bastasse a mudança institucional, o processo de Independência do Brasil havia gerado um sentimento contrário à presença de portugueses no território brasileiro. Tudo ficou ainda mais sensível entre brasileiros e portugueses após a Abdicação de d. Pedro I, em 7 de abril de 1831. Ou seja: "num contexto em que ambos os lados promoviam manifestações", o que acontecia com certa frequência no período. Motins eram vistos quase cotidianamente na Corte e nas províncias.[107]

---

[104] Após a abdicação de d. Pedro I, o Império ficou sob comando de uma regência provisória formada por Francisco de Lima e Silva, o senador Nicolau Pereira da Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas.

[105] Os estancieiros dedicados ao comércio de gado reclamavam da cobrança duplicada da taxa de imposto. A reclamação estava relacionada ao fato de grande parte do gado entrar no Rio Grande do Sul, vindo dos países vizinhos, pagavam uma taxa de 15%, antes de serem abatidos e encaminhados para as charqueadas. Depois, como mercadorias, ao saírem para os portos do Império, eram cobradas novas taxas, "o quinto dos couros". A taxação dificultava a concorrência do charque rio-grandense em relação aos produzidos nos países limítrofes. Ver: Biblioteca Nacional (BN) – *Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)* – 1832, p.9. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1832_00001.pdf Acesso em: 10 de julho de 2023.

[106] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Campinas: IE-UNICAMP, 2006, p.244.

[107] SOUZA, Adriana Barreto de. Op. Cit. 2008, p.177-183; RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001.

O cenário sedicioso era semelhante em algumas localidades do Rio Grande do Sul. A iminência de uma revolta na província certamente interferia nas escolhas políticas e no relacionamento entre comandantes e praças do Exército. Nas ruas de Rio Pardo, onde ficava a guarnição do 5º Regimento de Cavalaria em que atuava Manoel Luís Osório, em certo momento, não se falava em outra coisa a não ser nos rumores de que uma sedição militar eclodiria na província.[108]

O estado precário dos quartéis militares estava entre as inconformidades das tropas em relação ao governo. Entre 1832 a 1834, o major José Mariano de Mattos – no comando do 1º Corpo de Artilharia, em Rio Pardo – talvez se aproveitando desta demanda da tropa, solicitou por diversas vezes aos presidentes da província, primeiro Manuel Antônio Galvão e depois José Mariani, reparos nas instalações do Exército. A demanda parecia realmente afetar o cotidiano da tropa. Segundo o próprio comandante: "expostos a todo o rigor do inverno, em eminente risco de vida".[109]

O mesmo parece acontecer com o 5º R. C. O Rio Grande do Sul que, à época, apresentava-se como uma província predominantemente rural. Todavia, a vila de Rio Pardo,[110] uma das primeiras a ser assim reconhecida na província, apresentava um crescente núcleo urbano. O comércio e a diversidade social da região[111] foram destacados até mesmo pelo viajante francês Arsene Isabelle, em seu relato sobre a sua passagem pela Vila de Rio Pardo, em 1834, assinalou a movimentação do comércio na localidade.

> O passo do rio Jacuí é de muito trânsito; um movimento permanente de carretas, de cavalo, mulas, bois, viajantes e mercadorias cruzando-se no rio. Haveria movimento de sobra para o lápis de um caricaturista ou a pena de um escritor espirituoso neste lugar onde tantas cenas grotescas se oferecem ao espectador atento. As roupas ou atavios dos viajantes nacionais e estrangeiros, a mistura de figuras negras, brancas, cor de bronze, de azeitona, e amulatados; os remadores mestiços e índios que acompanhavam as tropas de animais [...][112]

[108] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Autoridades Militares – Correspondência do major José Marianno de Mattos ao presidente da província Manoel Antônio Galvão, enviada de Porto Alegre em 20 de setembro de 1832. Apud. RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama... Op. Cit.;* 2001.

[109] Idem.

[110] Grande parte dos habitantes dedicavam-se a criação de gado bovino, cavalar e lanígero. Na agricultura, plantava-se milho, feijão, mandioca, trigo, cevada, linho cânhamo. Extraía-se erva-mate e algodão das lavouras. Esses dados estavam presentes no *Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo*, publicado em 1826. Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo – Códice 16, 1826, p.103. Apud. PETIZ, Silmei de Sant'ana. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835).* Tese (Doutorado em História), São Leopoldo: PPGH-Unisinos, 2009, p.69.

[111] Para uma análise da diversidade social, luta por liberdade e experiência ligadas ao mundo da escravidão em Rio Pardo, ver: PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativeiro parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c. 1888.* Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo-RS, 2010.

[112] ISABELLE, Arséne. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834).* Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983, p.220. A publicação original desta obra é de 1835.

Situada entre os rios Pardo e Jacuí, a vila foi construída em relevo alto. A localização peculiar justificava-se pela recorrência de guerras na região, que até o princípio do século representava a localidade mais à oeste das possessões lusas.[113]

Na década de 1830, em geral, as famílias abastadas da vila residiam em sobrados construídos de alvenaria e/ou de madeira ao estilo colonial, que ocupavam as ruas do centro. A localidade também registrava moradias simples, onde viviam famílias mais humildes, os pequenos casebres.[114] Do ponto de vista político, a vila de Rio Pardo, naqueles anos, inspirava cuidados das autoridades. Assim como em outros locais, as manifestações nas ruas eram convocadas por facções e por "sociedades secretas", que procuravam fazer ecoar suas ideias políticas através da imprensa, panfletos e folhetins.[115]

A despeito do amplo analfabetismo da população no século XIX, o Rio Grande do Sul começava a organizar no período uma pequena "cultura letrada", principalmente em núcleos urbanos.[116] Diante da ampliação do debate público na província, as medidas tomadas pelo governo regencial causavam reações diversas. Cada província possuía seus próprios condicionantes. No caso do Rio Grande do Sul, possuir uma ampla fronteira,

[113] Em meados do século XVIII foi construído na região o Forte Jesus Maria José. Essas estratégias militares implementadas pela Coroa portuguesa na região, assim como a ação de indivíduos e famílias, o fluxo migratório que ocorreu nas primeiras décadas do século XIX, permitiram a expansão do território à oeste e a noroeste do Rio Grande do Sul.

[114] Conforme relatou o viajante francês Arsène Isabelle: "As casas antigas tinham janelas com postigos, guarnecidas de imensas rótulas; as novas têm elegantes janelas arqueadas, de dois batentes e grande quadros diversamente talhados. Ocupavam-se do calçamento e alinhamento das ruas; as novas têm cômodas calçadas". Ver: ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Pardo e ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983, p.52.

[115] LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Cia das Letras, 2000; ALVES, Francisco das Neves. *Uma Introdução à história da imprensa rio-grandina: um estudo de alguns 'fragmentos' do século XIX.* Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.159. Nas primeiras décadas do século XIX o surgimento e o desenvolvimento da imprensa contribuíram para intensificar a atividade política, especialmente, durante o período regencial. Nesse período circularam diferentes periódicos, com destaque para a vila de Rio Grande, que, ao mesmo tempo, tinha a publicação dos seguintes: o *Propagador da Indústria Rio-grandense*, o *Notici*ador, o *Observador* e a *Folha Mercantil da Vila de Rio Grande do Sul na Província de São Pedro*.

[116] O desenvolvimento de práticas de leitura e escrita de textos ao longo do século XIX, criou uma nova forma de sociabilidade nas cidades oitocentistas. Essa combinação dava-se, para o historiador Roger Chartier, através da relação, por exemplo, entre os cafés e os jornais. Segundo ele, talvez "seja porque o jornal publica discussões, imaginárias ou reais, que se desenrolam no café ou porque o conteúdo do jornal alimenta as discussões que ocorrem nos cafés". Parte de uma cultura de Corte, os "cafés" poderiam ser substituídos, tratando-se do personagem em questão e do ambiente rudimentar da província de São Pedro, por bares ou tabernas. Ver: CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.* Porto Alegre: ARTMED, 2001, p.122-123.

limítrofe entre Estados Nacionais independentes e que possuíam um vasto histórico de conflitos, certamente influenciava as decisões da Coroa em relação àquele território.[117]

Na Corte, o clima de tensão alimentava as perseguições políticas entre as forças militares, fazendo crescer os rumores de que poderia haver uma restauração do poder pelos portugueses, partindo de setores de comando do Exército. Os liberais procuraram difundir essa notícia nas províncias, aumentando a tensão em relação a uma possível restauração do poder de d. Pedro, para legitimar medidas contrárias aos restauradores.[118] A historiografia assinalou que parte dos postos de comando do Exército eram na época formados por oficiais estrangeiros.[119]

O quadro hierárquico do Estado-Maior do Exército estava organizado do seguinte modo (em ordem crescente): em brigadeiro, marechal-de-campo, tenente-general e marechal-do-exército.[120] Conforme o relatório do ministro da Guerra, publicado no ano de 1833, entre os quatro tenentes-generais então existentes, apenas um era português de origem, enquanto os outros três eram nascidos no Brasil. Existiam oito marechais-de-campo, entre eles, a lógica era a inversa, apenas um era nascido no Brasil e os demais portugueses de origem.[121] Entre os brigadeiros, porém, o cenário se mostrava ainda mais complexo, porque existiam vinte e cinco brigadeiros no total, nove nascidos em Portugal, oito no Brasil, um na França e um na Cisplatina, atual Uruguai.[122]

Na província da Bahia, nos anos que seguiram à Independência do Brasil, a tensão entre as forças militares parece ter se intensificado. "As tropas portuguesas encaravam com desprezo suas contrapartes brasileiras, frequentemente insultando-as com ofensas raciais, enquanto os brasileiros respondiam zombando do orgulho ostentado pelos

---

[117] GUAZZELLI, Cesar Augusto. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845).* Tese de Doutorado, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.

[118] O cenário se manteve até 24 de setembro de 1834, quando d. Pedro I morreu em Portugal. A partir de então os liberais não tinham mais o argumento de que o antigo monarca poderia reassumir o poder no Brasil. Então, a situação modificou-se com a redistribuição de forças ´políticas.

[119] Biblioteca Nacional – (BN)- Relatório da Administração do Ministério da Guerra. Sessão de 1833. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf Acesso em: 12 de julho de 2023; BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. Coletânea de informações: Joaquim Norberto Xavier de Brito. Brasília, DF, 2019; Arquivos disponíveis na Seção de Museu. LAGO, Laurênio. Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos 1808 – 1831. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938; SEIDL, Ernesto. *A Espada como "vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999, p.61.

[120] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.573-574.

[121] O único brasileiro era o marechal Sebastião Barreto, nascido em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Como mencionado anteriormente, foi um dos representantes do partido restaurador na província, mantendo-se "fiel à causa imperial". Típico senhor-guerreiro, Sebastião era também proprietário de terras no Brasil e no Uruguai.

[122] Não foi possível identificar a naturalidade de seis brigadeiros do Exército.

soldados portugueses por sua pele branca." As rivalidades não afetavam apenas às forças militares. O "sentimento anti-português" teria origem no controle que os "nativos de Portugal" exerciam sobre o "pequeno comércio", utilizando-se de práticas extorsivas em relação à população.[123]

Importante observar que a nacionalidade dessa geração é um assunto delicado. Todos os oficiais brasileiros que nasceram antes de 1822, poderiam ser considerados portugueses. Contudo, mesmo que aqui se estivesse levando em consideração o local de nascimento, é inegável a influência que os oficiais portugueses exerciam no Exército brasileiro na década de 1830, até porque, muitos desses oficiais eram filhos de portugueses de origem. Mesmo quando nascidos no Brasil, como no caso do pai de Manoel Luís Osório, esses homens acumulavam longas listas de serviços prestados à Monarquia portuguesa, atuando nas fronteiras do Império.

Entretanto, em algumas províncias, "a aversão do povo aos militares confundia-se com a aversão aos portugueses".[124] A exemplo disso, na província do Grão-Pará, soldados do Exército rebelaram-se contra a nomeação de autoridades portuguesas[125] para os comandos militares e para a presidência da província. Vale destacar que as animosidades eram também estimuladas pelas facções políticas.[126] Os liberais, exaltados e moderados, estimularam a oposição entre brasileiros e portugueses durante o período regencial. A ideia da restauração do poder era uma grande ameaça "às conquistas liberais" daqueles anos. A "associação entre Liberdade e Igualdade entre os homens livres tornava tênue os limites entre Revolução e Desordem".[127]

Nos primeiros gabinetes liberais da Regência era nítida "a orientação antimilitar". A ausência de conflitos externos serviu de pretexto para que medidas fossem tomadas para a redução do efetivo das tropas de linha, "entre as quais a suspensão do

---

[123] KRAAY, Hendrick. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, 2004, p.141.
[124] CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p.65-66.
[125] NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *"A soldadesca desenfreada": politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Banhia, Salvador, 2009, p.244. A autora lança duas categorias, "os brasileiros adotivos" e "os nascidos em Portugal", para retratar o sentimento antilusitano na província do Grão-Pará, em 1833. Ver também a disputa entre liberais exaltados e caramurus naquela província.
[126] Idem.
[127] A "inclusão do Povo", através da premissa de estabelecimento de uma "igualdade" entre "homens livres", diferenciava liberais exaltados e moderados. Devido à sua base ser formada pela "plebe", entre os próprios exaltados haviam discordâncias. A defesa do republicanismo e os anseios por "liberdade" produziam temor em relação ao componente "revolucionário" e/ou "anárquico" de tais manifestações. Ver: MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1990, p.135-138.

recrutamento". A Guerra da Cisplatina, terminada ainda antes do fim do primeiro reinado, "ligada à lembrança do domínio luso e mal vista naquele momento de afirmação nacionalista", também estimulou a implementação de uma política de "suspensão de promoções dentro do Exército até o ano de 1837.[128]

Manoel Luís Osório atingiu o generalato em dezembro de 1856, quando promovido ao posto de brigadeiro-graduado do Exército.[129] Assim como outros oficiais contemporâneos,[130] aproveitou-se da vinculação de seu pai, oficial superior das forças militares, para encaminhar sua carreira. Conforme destacou Adriana Barreto de Souza: "a essa geração, nascida na primeira década do século XIX, caberia consolidar os princípios que seus pais lutavam por preservar".[131] Em livro resultante de sua dissertação de mestrado, a historiadora analisou o grupo formado por oficiais generais e superiores que atingiram esse nível a partir de 1839. A maior parte desse grupo de oficiais apresentava em comum características como: ter nascido no Brasil e ser filho de militar; ingressar no Exército com título de cadete; não possuir formação acadêmica (oficial tarimbeiro).[132]

Outra característica marcante foi a participação política do oficialato na primeira metade do oitocentos. Essa participação nem sempre ocorria através da ocupação de cargos como o de presidente da província, comandante das armas, vereador, deputado, senador, ministro entre outros. A sua atuação de militares nos bastidores da política,

---

[128] CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p.65-66.

[129] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório. Em junho de 1859, por decreto do Imperador, Osório se tornou brigadeiro-efetivo do Exército.

[130] SEIDL, Ernesto. *A Espada como "vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999, p.67-68. Conforme constatou Seidl – a partir das fés-de-ofício e dos processos de reconhecimento de cadetes, fontes disponíveis no Arquivo do Exército – quase 90% dos generais nascidos no Rio Grande do Sul, entre 1822-1853, eram filhos de oficiais superiores das tropas de 1ª ou 2ª linhas. Essa configuração se manteve sem grande alteração até o fim do período imperial. Entre 1854-1889, cerca de 80% dos generais gaúchos eram filhos de oficiais superiores.

[131] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.228.

[132] Essa realidade passou a sofrer mudanças a partir da lei de promoções do Exército de 1850, etapa considerada importante para o processo de profissionalização do corpo de oficiais do Exército. Além do estabelecimento de critérios para o acesso ao oficialato, a lei de promoções estabeleceu a passagem obrigatória pela Escola Militar para oficiais de algumas armas, tais como: artilharia e engenharia. Ver: SILVA, Daniela Marques da. A lei de promoções do Exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. *Revista Temáticas*, Campinas, ago/dez. 2020, p.14-37. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12306/9794 Acesso em: 11 de maio de 2022.

indicando candidatos por meio de correspondências, por exemplo, ou mesmo exercendo pressão sobre votantes e eleitores, foi bastante destacada em pesquisas recentes.[133]

No Brasil do início da década de 1830, porém, o modelo militar legado pela antiga metrópole gerou grande debate. A formação e manutenção de um Exército "profissional" era condenada entre os liberais moderados, facção política que assumiu o controle do governo regencial nessa primeira fase. Na imprensa liberal, sobretudo, a manutenção de um Exército robusto era amplamente repudiada. No *Autora Fluminense*, por exemplo, em edição publicada no dia 2 de julho de 1834, era traçado um paralelo entre o Brasil e os países do Rio da Prata. Segundo o jornal, nos Estados platinos "a preponderância militar" havia "eternizado as guerras e levado os países a tal ponto que tudo quanto não diz respeito a força armada é tido como secundário e menos importante". A crítica era direcionada à manutenção de um Exército regular, visto como algo "extremamente oneroso à Nação" em consequência "da imensa oficialidade com que D. Pedro nos aquinhoou".[134]

A partir de 1831, a regência adotou uma política de redução do efetivo do Exército. Em 1832, o então ministro da Guerra coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva – futuro barão de Suruí e tio do também futuro duque de Caxias – encaminhou para a Câmara de Deputados uma proposta que previa uma redução considerável dos efetivos do Exército. Entre 1831 e 1837, segundo a estimativa, o número de praças passou de 12.200 para 6.320 homens. A redução do efetivo era de fato bastante significativa.[135] Contudo, "apesar de toda a redução do Exército", a despesa com a pasta da guerra havia crescido entre o período de 1832-1833, devido à quantidade de oficiais em seus quadros.[136]

---

[133] SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p.61-62; VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PPHR-UFRGS, 2007; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre "a intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845 – c.1870).* Tese de Doutorado: São Leopoldo, PPGH-UNISINOS, 2011.

[134] (BN) – *A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839.* N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1834, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%c3%a9rcito&pagfis=4007 Acesso em: 10 de julho de 2023.

[135] SHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994, p.216. Nos anos seguintes, porém, em novo período de guerra, os efetivos tornariam a aumentar.

[136] Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839*. N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1834, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%c3%a9rcito&pagfis=4007 Acesso em: 10 de julho de 2023.

Por outro lado, o temor das autoridades, em relação ao monopólio do uso da força pelas tropas do Exército, era de uma revolta partindo da tropa. Para compreender esse medo, é preciso saber que os postos mais baixos do Exército eram formados por *baionetas* – soldado, anspeçada e cabo – e por *oficiais inferiores* – furriel, segundo-sargento e primeiro-sargento.[137] Em grande parte, esses postos eram desempenhados por homens livres e pobres, brancos, pretos e pardos nascidos no Brasil e "sem nenhuma qualificação profissional".[138] Sendo assim, o que motivava o temor das autoridades regenciais era o risco de uma rebelião armada feita por essa população.

De acordo com o decreto publicado em 4 de maio de 1831, o quadro hierárquico do Exército brasileiro manteve uma estrutura semelhante ao quadro anterior, de 1816.[139] Nessa perspectiva, existiam ainda outras duas subdivisões de oficiais, os *subalternos* – segundo-tenente, primeiro-tenente e capitão – e os oficiais *superiores* – major, tenente-coronel e coronel.[140] O tenente Manoel Luís Osório encontrava-se em uma posição considerada intermediária na hierarquia do Exército. A patente-militar de tenente não garantia conforto, e a ausência de conflitos na região não lhe dava esperanças de obter promoção.[141]

A ascensão na carreira militar não seguia critérios objetivos e o sistema ainda era predominantemente definido por padrões aristocráticos: "fundados na origem social do indivíduo e em relações pessoais e de parentesco".[142] Nesse contexto, porém, a falta de promoção tinha relação com os aspectos políticos do período regencial, que adotou medidas contrárias às promoções no Exército de linha.[143] Aos oficiais subalternos, grupo do qual fazia parte como tenente, cabia a responsabilidade de disciplinar, de exercitar e

---

[137] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.573-574. Em seu estudo foi apresentado entre os anexos, dois quadros hierárquicos do Exército português e brasileiro, respectivamente de 1816 e de 1831.

[138] RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.43.

[138] Idem, p.74.

[139] A exceção estava em três postos, dois de oficiais subalternos – eram eliminados os postos de alferes e tenente e adicionados os postos de segundo-tenente e primeiro-tenente. A outra modificação era entre os oficiais superiores – era eliminado o posto de sargento-mor e adicionado o posto de major.

[140] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.573-574.

[141] A promoção para o posto de capitão do Exército ocorreu somente em 20 de agosto de 1838. Manoel Luís passou quase 11 anos como tenente até ser promovido.

[142] SILVA, Daniela Marques da. A lei de promoções do Exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. *Revista Temáticas*, Campinas, ago/dez. 2020, p.14-37. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12306/9794 Acesso em: 11 de maio de 2022. A situação foi modificar a partir de 1850, através da lei de promoções do Exército.

[143] CLI – Lei de 30 de agosto de 1831 – Art.7º: "Ficam suspensas as promoções no Exército[...]". Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37505-30-agosto-1831-564332-publicacaooriginal-88318-pl.html Acesso em: 21 de maio de 2022.

de comandar a tropa.[144] Ele também "deve ter se ocupado com tarefas administrativas rotineiras relativas à sua companhia, inspecionando os serviços da guarnição, entre os quais – sua atividade principal –", o de manter guardas em prontidão, em caso de alguma situação emergencial.[145]

Para além dos limites impostos pela hierarquia, existia o convívio entre oficiais e praças. A depender dos contornos políticos, essa convivência poderia ser bastante conturbada. Isso tudo se tornava ainda mais intenso em momento de grande politização das tropas. Analisando a documentação oficial, as tropas regulares eram esvaziadas no Rio Grande do Sul desde 1829. Naquele ano, os corpos do Exército que haviam sido destacados de outras províncias para atuar na Guerra da Cisplatina, finalmente começaram a retornar aos locais de origem.[146]

Em publicação clássica sobre a organização das forças militares brasileiras, de 1922, Gustavo Barroso – na época diretor do Museu Histórico Nacional – assinalou que as mudanças implementadas pelo governo regencial tinham relação com o número insuficiente de praças de alguns batalhões e companhias do Exército. A afirmação não estava totalmente incorreta, existia, à época, um déficit no efetivo do Exército.[147] Contudo, talvez a grande politização, o medo de uma sedição armada da tropa e o alto custo de sua manutenção preocupassem, de fato, estivesse motivando o governo à redução dos efetivos.[148]

Essa interpretação foi compartilhada entre diferentes historiadores.[149] A reforma poderia ainda ser uma tentativa de resposta do governo aos movimentos que tomaram as

---

[144] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.573-574.

[145] KRAAY, Hendrick. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, 2004, p.143.

[146] Biblioteca NACIONAL (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=16 Acesso em 22 de maio de 2023.

[147] BARROSO, Gustavo (Org.). *Uniformes do Exército Brasileiro. Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil.* Edição Especial do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1922, p.39-40. Disponível em: Museu Histórico Nacional (MHN). **http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=2318** Acesso em 25 de junho de 2023. "A imperial guarda de honra, o batalhão do imperador, o 2º e 3º de granadeiros, o 10º, 11º, 27º e 28º de caçadores, e outros não possuíam efetivo suficiente".

[148] Idem. O decreto de 4 de maio de 1831, por exemplo, manteve apenas: "o estado-maior general, os estados-maiores de 1ª e 2ª classes, os engenheiros, os oficiais burocráticos, 16 batalhões de caçadores, com 572 homens cada um, divididos em oito companhias, cinco corpos de artilharia de posição, com 492 homens cada um, e um de artilharia a cavalo, com 354".

[149] Para Wilma Peres Costa, por exemplo, o caráter sedicioso apresentado pela tropa, assim como a feição republicana que tinha entre o efetivo, foram assinaladas para justificar a reformulação do Exército no período regencial. Adriana Barreto de Souza, em contrapartida, salientou que as manifestações e conflitos

ruas da Corte, no contexto anterior à Abdicação, mas também em relação aos meses seguintes, com motins organizados sob liderança dos liberais exaltados. Ou ainda, como observou Souza, parte da política descentralizadora dos liberais também muito preocupados com a possibilidade do retorno de d. Pedro.[150]

As manifestações, como era esperado, partiram de dentro das tropas. Nesse sentido, o temor do governo imperial era o de que a sedição na Corte se repetisse em outras províncias.[151] Diante dessas condições, vale salientar que o cenário da província de São Pedro não demorou muito para se tornar incendiário. Em uma sociedade marcada pela escravidão,[152] era grande a preocupação das autoridades em relação à possibilidade de união entre escravizados e indivíduos libertos, mas sem posse, que, de forma sazonal, movimentavam-se em busca de trabalho. Através de informações sobre as ocupações presentes nas listas de qualificações da Guardas Nacionais, entre 1850-1873, Miqueias Mugge atestou cerca de 140 tipologias ocupacionais de uma amostra de 28 mil homens.

Conforme o autor, esse seria "um retrato dos trabalhadores livres (e libertos!) e cidadãos do Império durante a segunda metade do século XIX". Esse era um "sistema híbrido de trabalho, que envolvia diferentes formas de remuneração aos livres e, em boa medida, também formas de trabalho compulsório".[153]

Na província do Rio Grande do Sul, desde a primeira metade do século, predominantemente rural, as oportunidades de serviço destinados aos homens livres e libertos também dependiam da política de relacionamentos com criadores de gado e

---

de rua não explicavam a política de redução do Exército, ainda que não possam ser subestimados. COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996, p.43-46.

[150] Atas da Câmara dos Deputados. Sessão de 16 de julho de 1831. In: CALDEIRA, Jorge (Org.) Diogo Antônio Feijó. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999, p.76. Naqueles dias, diversas guarnições do Rio de Janeiro se levantaram contra o governo. A respeito desses eventos sediciosos das tropas do Exército, o ministro da justiça Padre Diogo Antônio Feijó destacou: "a insubordinação de uma parte do corpo da polícia deu ocasião a reunir-se a tropa toda da capital no Campo de Honra, onde até hoje se conserva e consta que dirigem ao governo exigências extraordinárias. A cidade está submergida no terror".

[151] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[152] Para Ilmar de Mattos, os conceitos de liberdade e de propriedade balizavam a sociedade imperial. Nessa perspectiva, considerando os critérios censitários que organizavam a sociedade política, os escravizados eram tidos como "inimigos". A hierarquia social, portanto, estaria estruturada em três níveis: cidadãos, não-cidadãos e escravizados. O principal ponto convergente entre a elite dirigente imperial, assim, seria a manutenção da distinção entre esses três grupos. MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1990, p.117-201.

[153] MUGGE, Miqueias Henrique. Antes do mito: Soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873*). VARIA História*, Belo Horizonte, vol.34, n. 64, jan./abr., 2018, p. 137. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/nFGwW4CdLCWwcZjSFgj595n/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 13 de julho 2023.

estancieiros, por exemplo.[154] Os "andarilhos, tropeiros, roceiros", como forma de fugir ao recrutamento forçado do Exército regular, tinham de evitar o enquadramento social e a discriminação enquanto vagabundos, "vadios, desocupados ou ociosos".[155] Esses indivíduos geralmente acabavam sendo recrutados às forças militares de 1ª ou 2ª linhas, na maioria das vezes, por necessidade do próprio Império em fiscalizar a fronteira e/ou cerrar fileiras em conflitos.[156]

No entanto, em contexto de grande politização das tropas e da implementação da política de redução dos efetivos do Exército, tais indivíduos ofereciam grande perigo à estabilidade do Império. Geralmente eram cooptados a formar bandos armados na fronteira. Dessa maneira, a preocupação das autoridades imperiais, com a ideia de manter a ordem, assim como o medo da "anarquia" e da grande rivalidade entre "proprietários e despossuídos", promoveu a organização da Guarda Nacional. Essa força, formada por cidadãos, não tinha o viés de "substituir o Exército, pois era uma força auxiliar, mas sim o de mobilizar os cidadãos na defesa da unidade, da ordem e da tranquilidade pública do Império. Era formada por cidadãos eleitores e, assim, participantes da vida política do Brasil".[157] É preciso entender também que a lei de criação da Guarda Nacional tinha, como principal intenção, esse controle sobre a ordem: organizar os cidadãos em armas para defender a "ordem interna, até porque ela só era auxiliar nas questões externas, mas principal na resolução dos problemas internos".[158]

> A ideia de armar civis e organizá-los em uma instituição paramilitar nacional é parte dos princípios dos liberais, moderados ou exaltados. A princípio, a Guarda Nacional era considerada uma força democrática e popular – 'o povo em armas'. Essa imagem se deve ao caráter eletivo de seus postos, preenchidos por meio de escrutínio individual e secreto. Submetida à outra instituição liberal – o juiz de paz –, ela ficava caracterizada como uma milícia de cidadãos

[154] Idem, p.138. Entre as ocupações ligadas ao mundo rural, constatou-se uma "massa de trabalhadores sem especialização, que poderiam prestar serviços temporários em virtude de uma boa colheita ou da época de castrar ou marcar gado nas estâncias".
[155] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marco Cezar de. (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p.57-72.
[156] FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873).* Tese de Doutorado, Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003, p.55. Conforme assinalou o autor, essa linguagem era "utilizada pelos oficiais encarregados do recrutamento e qualificação, os que eram excluídos da Guarda Nacional mereciam rótulos pejorativos, sendo denominados de vadios, turbulentos, vagabundos". A manutenção da ordem era essencial, ainda mais se tratando de uma sociedade escravista. O processo de qualificação da Guarda Nacional talvez tenha intensificado o processo de hierarquização, classificação e exclusão social de indivíduos considerados "indesejáveis", "configurando-se em poderoso instrumento de controle social, principalmente sobre as camadas mais pobres da sociedade".
[157] RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.43.
[158] Idem, p.49.

> proprietários, estruturada em desafio à oposição tradicional do imperador como chefe militar.[159]

Por essa razão, é possível afirmar que as principais mudanças implementadas pelo governo regencial, a partir de 1831, impactavam de alguma forma as forças militares. A redução do efetivo do Exército, o fim das Milícias e a criação da Guarda Nacional, por exemplo, produziram transformações mais profundas do que uma simples troca de nomenclatura das forças. As mudanças passaram a ser vistas como fonte de instabilidade política para o governo regencial, pois rompiam com a estrutura de comando previamente estabelecida nas províncias.[160]

Diante disso, é possível imaginar o nível de tensão à ordem, a qualquer sinal de insubordinação nas tropas de linha. Sob ameaças de rebeliões e motins nas ruas da corte e nas províncias, uma parte da sociedade foi convencida de que era necessário a "subordinação do poder militar ao civil".[161] Essa interpretação em relação à política militar desenvolvida na regência parece ser um pouco contraditória. À primeira vista, a desmobilização das tropas do Exército parecia apontar para uma postura antimilitar daqueles que compunham o governo regencial.

Porém, essa oposição entre civis e militares, ao menos naquela conjuntura, não estava plenamente estabelecida. É preciso destacar que o oficial general Francisco de Lima e Silva – pai do futuro duque de Caxias – foi um dos regentes que assinou as leis que reduziam os efetivos do Exército. Isso reforça a interpretação de que não existia no período uma oposição definida entre "militares" e "civis". Ao contrário, somente anos depois essa oposição se tornaria uma realidade no Exército. "A contrapartida a um Exército reduzido foi a formação da Guarda Nacional".[162]

Portanto, a Guarda Nacional foi vista como um artifício essencial para o controle de distúrbios internos e uma alternativa para deter "o carro da revolução".[163] Essa crença

---

[159] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.209. Expressão presente no texto clássico: CASTRO, Jeanne B. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.* São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 24.

[160] MIRANDA, Márcia Eckert de. Op. Cit. p. 248. Segundo Miranda: "[...] as reformas empreendidas pela regência determinando a desestruturação de uma instituição importante como as Milícias e a redução dos efetivos militares, agravam a situação alimentando o provincialismo e tornando a província mais suscetível às ideias radicais que eram propagadas a partir dos Estados vizinhos".

[161] RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001.

[162] Para Souza: "essa distinção será resultado exatamente do processo de profissionalização do Exército(...)". Ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 207-208.

[163] A expressão "parar o carro da revolução", utilizada pelo político Bernardo Pereira de Vasconcelos em referência ao temor que existiu no período regencial ao conjunto de mudanças que se impuseram à

tinha relação com o critério socioeconômico previsto no recrutamento dos guardas, que deveria apresentar uma renda anual mínima de 200$000 réis. Algo diferente do que era visto no Exército, que recrutava pretos e pardos, escravizados desertores ou livres e brancos extremamente pobres, indivíduos socialmente considerados "indesejados".

Vale destacar, porém, que a renda mínima para fazer parte da Guarda Nacional era possível de ser alcançada, por exemplo, por artesãos, balconistas ou "assalariados livres" em geral. "Aceitá-los na guarda era, na verdade, um modo de destacar a diferença que havia entre eles e a 'escória' da população". Afinal, eram eles votantes, "pertenciam à sociedade política e não poderiam se omitir ou, como ocorria em alguns casos, se juntar nas ruas", promover desordens e tumultos, assim como 'bandos de malfeitores".[164] Por essa razão, vale destacar que a Guarda Nacional foi criada para assegurar a "tranquilidade pública" nas províncias.

Entender essa dinâmica de mudanças em relação às forças militares foi crucial para acompanhar a trajetória de Manoel Luís Osório.[165] Antes de completar 30 anos, portanto, no início da carreira, não se pode dizer que foi prejudicado diretamente pela desmobilização do Exército. Diferentemente de outras armas, em um primeiro momento, as tropas de cavalaria de 1ª linha do Rio Grande do Sul não sofreram alterações em relação à sua composição.[166]

Como mencionado, a cavalaria era fundamental para a fiscalização e proteção da fronteira. Com a criação da Guarda Nacional, a proteção das áreas de fronteira acabava ganhando o reforço de importância nas atribuições do Exército também em períodos sem conflitos. Sendo assim, o tenente Manoel Luís, assim como grande parte do efetivo de 1ª linha da província, foi constantemente posicionado em missão próxima à fronteira. Isso, todavia, não inviabilizou sua participação política na vila de Rio Pardo.

sociedade. Ver: MOREL, Marco. *O PERÍODO DAS REGÊNCIAS, (1831-1840*). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.20-21.

[164] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 191-192.

[165] Sua incorporação à Guarda Nacional ocorreu em novembro de 1836. Esse processo será analisado nos próximos capítulos.

[166] Proposta N.º 11 de Resolução do Conselho Geral da Província, em 06 de dezembro de 1832 – BALRS – Livro de Registros de Propostas do Conselho Geral da Província, p.118-119. Apud. MIRANDA, Márcia Eckert. Op. Cit. p.248.

3.4. A trama política no Rio Grande do Sul

Em contexto de grande turbulência política imperial, fica difícil de imaginar que o tenente Manoel Luís Osório não tenha participado de modo mais direto nas manifestações na Província de São Pedro. Por outro lado, vale destacar que os seus biógrafos deram pouca atenção aos acontecimentos que antecederam ao dia 20 de setembro de 1835. A escassez de fontes históricas diretas talvez tenha contribuído para o silêncio dos biógrafos sobre a sua atuação nessa conjuntura.[167] Todavia, o silêncio poderia também indicar uma participação ativa em todo esse processo político.

Naqueles anos, o tenente Osório certamente ainda procurava estabelecer relacionamentos importantes. Uma boa rede de proteção era fundamental para evitar conflitos pessoais e/ou políticos com autoridades do Exército, tal qual o atrito que teve com o comandante de armas Sebastião Barreto. Em outros termos, o jovem oficial ainda buscava consolidar vínculos e relações que poderiam servir-lhe de apoio político.

Naquele contexto, as sociedades políticas também serviram como local de sociabilidade:

> (...)o pertencimento às associações, de qualquer natureza, não deve ser visto, portanto, como indicativo de filiação às posições políticas que somente mais tarde, em 1835, se definiram mais claramente. Por um lado, devido ao fato de que o combate aos restauradores, que nesses anos imediatamente posteriores à Abdicação ainda eram muito fortes, visto tratar-se de uma ameaça concreta, tendia a unir moderados e exaltados. De outra parte, porque os vínculos associativos eram suscetíveis de rápidas mudanças, determinadas por uma conjuntura um tanto fluida.[168]

As associações, assim como os partidos e/ou facções políticas, eram bons canais de reciprocidade.[169] No Rio de Janeiro, por exemplo, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, organizada desde 29 de março de 1831, tinha como precursora as ideias políticas manifestadas por Evaristo Ferreira da Veiga.[170] Os integrantes da

---

[167] Essa escassez de fontes sobre o assunto também poderia ser consequência de uma "organização" documental feita em seu acervo, talvez por integrantes de sua família e/ou outro agente. Sobre o processo de seleção documental, ver introdução.

[168] KLAFKE, Álvaro Antônio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834.* Dissertação de Mestrado: Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2006, p.80.

[169] Para discussão sobre o entendimento sobre o conceito de partido, ver: COSER, Ivo**.** O Conceito de partido no debate político brasileiro 1820-1920. *Ler História [Online], 67* | 2014, p.107-127. Disponível em: http://journals.openedition.org/lerhistoria/874; DOI: https://doi.org/10.4000/lerhistoria.874 Acesso em: 12 de julho de 2023.

[170] Jornalista e político nascido no Rio de Janeiro, Veiga foi o responsável por organizar em 29 de março de 1831, na cidade de São Paulo, as primeiras reuniões da Sociedade Defensora da Liberdade e

Sociedade Defensora, composta por militares e civis, que em grande parte manifestavam-se politicamente como liberais moderados, buscavam tomar a liderança do movimento que havia iniciado com a Abdicação de d. Pedro.

Ao assumirem o controle da regência, o grupo procurou manter intactas as "fronteiras sociais", visando garantir a ordem social e a liberdade civil aos cidadãos. A Sociedade Defensora foi decisiva na contenção às manifestações de rua na Corte, conectando os ideais da oficialidade do Exército aos dos liberais moderados.[171] No Rio Grande do Sul, a Sociedade Defensora da Independência Nacional foi primeiramente organizada na vila de Rio Grande em 1832.[172] Em Rio Pardo, os trabalhos da associação começaram oficialmente em 7 de abril de 1835. [173] Os sócios passaram a circular em rondas pela vila, trajando uniforme: "sobrecasaca de pano cor de rapé, com gola de veludo verde e gravata amarela debruada de verde".[174] A ação era vista como uma forma de reforçar a proteção da vila de Rio Pardo.

Independência Nacional. A sociedade patriótica, como costumava se referir à Sociedade Defensora para sublinhar o seu caráter suprapartidário, tinha "grande utilidade em crises políticas ou em momentos nos quais o governo não tem força e prestígio, mas em estado normal das coisas quando desassombrado vive no seio da paz, são inúteis e até perigosas". WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix; INL, 1978, p.124-125.

[171] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.190. No Rio de Janeiro, a sociedade surgiu no mês seguinte à Abdicação. A primeira sessão, em 10 de maio de 1831, reuniu os sócios na casa do redator Antônio Borges da Fonseca. Em um momento de grande tensão na Corte, integrantes da associação foram responsáveis por liderar a política de repressão às revoltas nas ruas. A primeira medida da sociedade foi a criação de rondas noturnas pelas ruas da Corte, realizadas pelos próprios sócios, para conter os ânimos dos manifestantes. Dessa forma, "assumiam a responsabilidade sobre parte do policiamento da cidade e convocaram todos os 'cidadãos probos' a se juntarem a eles". A única exigência ao governo era que a organização das patrulhas, fossem comandadas pelos juízes de paz. No Rio de Janeiro, os dois membros mais votados para representarem o conselho da Defensora – como era chamada a Sociedade Defensora – foram Odorico Mendes e Manoel da Fonseca. "Esse resultado firmava, na associação, a aliança entre parte da oficialidade e moderados".

[172] BN – *O Noticiador 1831-1836*. Vila de Rio Grande, segunda-feira 2 de julho de 1832, N. 50. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270x&Pesq=Exercito&pagfis=206 Acesso em 22 de maio de 2023.

Em Rio Grande, o Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade era composto por Manoel Joaquim de Souza Medeiros, Custodio Antunes Guimarães, Vicente Manoel d'Espindola, Joaquim José da Cunha, João da Costa Gularte, Francisco Xavier Ferreira (presidente), e Bernardo José Viegas (secretário). A tipografia do jornal *O Noticiador* pertencia ao presidente da Sociedade Defensora, Francisco Xavier Ferreira.

[173] A Sociedade Defensora surgiu em Rio Pardo em contexto de luta contra a organização da Sociedade Militar, que representava os anseios restauradores. Na província do Rio Grande do Sul, sob liderança do comandante das armas Sebastião Barreto, a Sociedade Militar buscava, como chamou atenção Marcello Basile, apelar para o "espírito de corporação e para o brio dos militares, lembrando o desprestígio e esvaziamento das forças militares desde a Abdicação. Ver: BASILE, Marcello. *A politização nas ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos das Regências.* Brasília: Senado Federal, vol.2, 2022, p.689.

[174] CV – 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.174.

As casas de comércio da vila pertenciam predominantemente aos portugueses que ali residiam.[175] Daí o estado de tensão nas ruas. De um lado, os comerciantes de origem portuguesa, em grande parte vinculados à facção retrógrada – como também eram chamados os restauradores no Rio Grande do Sul –, buscavam defender seus empreendimentos na região. Denunciavam que o "partido farroupilha queria a separação da província, criando uma república federativa ao Estado Oriental e Buenos Aires". De outro, os liberais (moderados e exaltados) integrados por diferentes extratos sociais, diziam defender o Império do Brasil dos retrógrados, que queriam restaurar a Monarquia de Pedro I.[176]

De certo modo, o início tardio dos trabalhos da Sociedade Defensora em Rio Pardo talvez tenha contribuído para a proliferação de ideias exaltadas.[177] Isso refletiu na própria composição da Sociedade Defensora na localidade, que era presidida pelo então major Francisco Xavier de Paula Amaral Sarmento Mena. Esse indivíduo assentou praça em 16 de julho de 1819, no Regimento de Dragões de Rio Pardo. Atuou em todos os conflitos da fronteira desde então, até 7 de agosto de 1832, quando pediu reforma e passou a se dedicar a causa farroupilha.[178] O major do Exército também era apontado como um dos líderes da facção farroupilha em Rio Pardo.

Os biógrafos de Manoel Luís Osório destacaram a sua filiação na facção moderada[179] e na Sociedade Defensora, mas não mostraram como de fato atuou politicamente nesse período. Como mencionado, a Sociedade Defensora em vários locais do Império era em grande parte formada por liberais moderados, mas os sócios não ficavam restritos ao grupo. Em Rio Pardo, por exemplo, a Sociedade Defensora era presidida por um liberal exaltado (farroupilha), o acima mencionado major Francisco de Paula Amaral.[180]

---

[175] Algo semelhante a isso é possível acompanhar em: KRAAY, Hendrick. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, 2004, p.141.

[176] CV – 5066. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.173. Essa assertiva utilizada como retórica pelos farroupilhas teve fim com a morte de D. Pedro I, em 24 de setembro de 1834.

[177] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Vol. 29, 1933, p.406-407. Em certa medida, a criação da Sociedade Defensora em Rio Pardo ocorreu em oposição à organização da Sociedade Militar na localidade.

[178] Idem.

[179] De acordo com Marco Morel, o partido liberal moderado defendia a monarquia constitucional e o parlamento, mas se mostrava reticente em relação a autonomia das províncias. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840.* São Paulo: Hucitec, 2005, p.99-147.

[180] CV- 5064. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.166. Em certo momento, o então coronel da Guarda Nacional Francisco de Paula do Amaral

Contava o major do Exército com o apoio dos filhos – os alferes Sebastião Xavier do Amaral e José Maria do Amaral, o tenente Francisco de Paula Amaral e o cadete Antônio Manuel do Amaral – todos vinculados ao 5º Regimento de Cavalaria, assim como Manoel Luís Osório. Ao grupo, somavam-se ainda outros dois líderes de tropas do Exército, o major João Manoel de Lima e Silva[181] e o major José Mariano de Mattos.[182] Ao que parece, também contavam com a proteção do coronel Francisco Antônio de Borba – nomeado juiz de Paz da vila de Rio Pardo em 1833 – e parente próximo do tenente-coronel Francisco Amaral.[183]

No entanto, a atuação de Manoel Luís Osório, nas vésperas da sedição militar farroupilha, que colocaria o Rio Grande do Sul em conflito contra o Império por quase dez anos, ainda segue pouco conhecida. O silêncio de seus biógrafos em relação a sua atuação política na facção farroupilha – certamente intencional – contrastou com número expressivo de laudas sobre sua atuação militar na defesa do Império, quando Osório passou a atuar em repressão aos rebeldes farroupilhas.[184] Contudo, essa mudança de posicionamento, em relação ao conflito no Sul, ao que parece, ocorreu somente em 1836, pouco antes de passar a atuar na Guarda Nacional.[185]

Antes disso, a sua atuação esteve diretamente ligada aos exaltados da província, também denominados farroupilhas. Na fase em que esteve militando pelos liberais exaltados, pode-se dizer que o movimento rebelde não havia assumido ideias separatistas,

---

Sarmento Mena foi considerado o "braço direito" do coronel Bento Gonçalves. Amaral morreu durante a farroupilha, em decorrência de um ferimento sofrido em campo de batalha.

[181] João Manoel de Lima e Silva – tio do futuro duque de Caxias e um dos líderes farroupilhas – era no período comandante do 8º Batalhão de Caçadores. As autoridades da província – em especial o marechal Sebastião Barreto – e da regência – principalmente o ministro da Guerra Antero Ferreira de Brito – "com o fim de enfraquecer o partido farroupilha", buscaram a remoção do major João Manoel de Porto Alegre para São Borja, o que ocorreu "em fins de julho" de 1834. Ver: WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O general farroupilha João Manuel de Lima e Silva (1805-1837): sua atuação no levedar da grande revolução e na estruturação da República Rio-grandense de 1836.* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984, p. 29.

[182] José Mariano de Mattos, nascido no Rio de Janeiro em 1801, formado no curso de Engenharia na Escola Real Militar, foi atuar no Rio Grande do Sul em 1830. Era no período comandante do 1º Regimento de Artilharia montada em Rio Pardo e um dos mais insuflados farroupilhas do Exército. Ver: MARQUES, Letícia Rosa. *José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2013.

[183] CV – 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.175.

[184] No primeiro volume da biografia, Fernando Luís empregou 162 páginas para narrar a atuação de Manoel Luís Osório durante os quase 10 anos de conflito entre imperiais e farroupilhas. Dos 28 capítulos que compõe a obra, 7 foram dedicados à sua atuação no conflito, entre as forças imperiais em repressão aos rebeldes farroupilhas. Poucas páginas se dedicaram a sua atuação política na facção farroupilha, na véspera da rebelião de 1835.

[185] A sua vinculação nas tropas da Guarda Nacional ocorreu em 21 de novembro de 1836. O contexto e os detalhes de sua nomeação para major da guarda serão trabalhados no próximo capítulo. AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

mas sim, contestatórias em relação à política regencial para o Rio Grande do Sul. Acima de tudo, seu posicionamento estava em oposição aos presidentes da província nomeados pelo governo, que eram acusados pelos liberais de protegerem integrantes da facção retrógrada ou restauradora na província.[186] Nessa questão, os liberais sul-rio-grandenses não se distanciavam muito dos de outras províncias.

Pouco antes da rebelião se espalhar pelo território do Rio Grande do Sul, ainda servindo na guarnição de Rio Pardo, o tenente Manoel Luís Osório teve vários destacamentos para a fronteira. Como mencionado no início do capítulo, as missões de patrulha na fronteira foram constantes até o início de 1835. Isso, porém, nem sempre impedia o tenente de circular pela vila de Rio Pardo, reunindo-se a outros parceiros de farda.

3.5. Entre intrigas e acusações: o tenente Osório entre os farroupilhas de Rio Pardo

Era um momento de grande insubordinação nas tropas do Exército. Isso tornava o cenário propício aos atritos pessoais.[187] Nesse sentido, é preciso analisar um episódio em particular em que o tenente se envolveu na vila de Rio Pardo. Um dos poucos que consegui recuperar e que parece retratar um traço importante de sua personalidade àquele momento e que ainda segue sendo pouco explorado.

No dia 04 de maio de 1833, de folga das patrulhas na fronteira, Manoel Luís Osório retornou para a vila na véspera das festividades do padroeiro da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos. A festa seria celebrada na Igreja, na Rua do Santo Ângelo, no centro de Rio Pardo.[188] O tenente Manoel Luís não era frequentador assíduo das celebrações religiosas, embora fosse batizado na Igreja Católica.[189] Não é possível afirmar o que de fato fazia naquele dia na vila de Rio Pardo. Todavia, a festividade certamente proporcionava uma maior circulação de pessoas na vila. O jovem tenente

[186] As principais críticas dos liberais recaíam sobre os presidentes Manuel Antônio Galvão (11-06-1831 – 24-10-1833) e José Mariani (24-10-1833 – 02-05-1834).
[187] Vale destacar que a localidade de Rio Pardo foi um dos principais redutos farroupilhas no período. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933.
[188] Na Rua de Santo Ângelo – atual General Andrade Neves – ainda existem casarões deste período. Em passagem pela Província de São Pedro na década de 1820, Auguste de Saint Hilarie assinalou que a vila tinha uma pequena "praça pública", onde ficava situada a igreja paroquial. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* (Trad. Adroaldo Mesquita da Costa), Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002, p.434.
[189] Ao que tudo indica, em Bagé, por volta de 1835, Manoel Luís Osório se filiaria a Loja Maçônica, aumentando seu distanciamento da Igreja. Para maiores informações sobre a maçonaria no Rio Grande do Sul, ver: COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 1998.

poderia estar na vila divertindo-se entre goles de bebida e jogos de baralho, na taberna da Rua Santo Ângelo com a Rua do Brasil,[190] como tipicamente fazia junto à soldadesca do Exército.[191] Ou aproveitando a festa para circular e alimentar suas redes de relações, revendo pessoas e – tudo dando certo – ampliando-as.

Em frente à Igreja ficava a casa do sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves,[192] com quem Manoel Luís Osório nutria algum atrito de natureza política. José Joaquim Figueiredo Neves, que depois atingiria a patente de major do Exército, era pai de José Joaquim de Andrade Neves, futuro barão do Triunfo. O título foi recebido em 1867, quando atuou junto com Manoel Luís Osório na Guerra do Paraguai. Por ser uma das autoridades respeitadas na localidade, coube ao sargento-mor a responsabilidade de arrecadar os fundos (recursos financeiros) para as festividades do padroeiro do município.[193]

José Joaquim Figueiredo Neves – pai do futuro barão do Triunfo – dirigiu-se ao tenente Manoel Luís Osório com a motivação de "obter esmolas dos concorrentes às festividades".[194] Com teor irônico, o sargento-mor Figueiredo Neves fez a seguinte pergunta ao tenente: "V. M. que vem aqui só para ver as moças dê-me uma esmola para o Senhor dos Passos". Em resposta ao sargento-mor, mostrando-se incomodado com a "provocação", depois de meter a "mão no bolso, o tenente Manoel Luís Osório disse-lhe: 'só se quiser isto', apresentando-lhe alguns cartuchos embalados".[195]

---

[190] A taberna pertencia a Francisco Gomes da Silva Guimarães, negociante português nascido em Braga, migrou para a região ainda nas primeiras décadas do século XIX, tornando-se figura proeminente na sociedade local. Para uma análise detalhada da trajetória e relações constituídas por ele, ver: COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre "a intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845 – c.1870).* Tese de Doutorado: São Leopoldo, PPGH-UNISINOS, 2011.

[191] Conforme o *Glossário de termos gauchescos*, as "tabernas" ou "bolichos" eram "casas de negócio de pequeno sortimento e de pouca importância. Bodega. Taberninha. Casa de jogo". Disponível em: http://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html Acesso em 05/06/2023.

[192] A família do sargento-mor Figueiredo Neves era uma das mais tradicionais na vila de Rio Pardo, mantendo vínculos familiares e relacionamentos importantes na Corte. O sargento-mor já havia desempenhado cargos como o de juiz almotacé em 1811 e 1814 e vereador em 1826. Ver: SCHMACHTENBERG, Ricardo. *"A ARTE DE GOVERNAR": Redes e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811- C.1830.* Tese de Doutorado, São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2012, p.238-241.

[193] Ao passar por Rio Pardo, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire ficou hospedado na casa do sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves. Com isso, percebeu a sua influência na região. Ver: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* (Trad. Adroaldo Mesquita da Costa), Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002, p.429.

[194] CV – 5067. Correspondência de João Luís Gomes para Alfredo Varela, em 31 de julho de 1895. In: *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.175.

[195] Idem.

O relato dessa história foi feito pelo coronel da Guarda Nacional João Luís Gomes da Silva, em correspondência enviada ao historiador Alfredo Varela, no dia 31 de julho de 1895.[196] O episódio não gerou consequências maiores para os dois militares. Ao que tudo indica, os dois não chegaram a vias de fato. Ainda assim, o episódio serviu como um sinal de que as animosidades políticas aumentavam na localidade.

A exemplo de outras vilas do Rio Grande do Sul, a agitação política em Rio Pardo assustou os habitantes: "vidros de residências foram quebrados, ameaças e espancamentos não faltaram na vila. Em meio a tamanho estado de alarme, também corriam boatos de que o plano de sedição não tardaria".[197] Vale destacar que o tenente Manoel Luís Osório, após esse episódio em especial, passou a ser apontado como "um dos oficiais que protegiam o partido farroupilha que propalava a revolução" em Rio Pardo.[198]

A facção farroupilha,[199] da qual era acusado de fazer parte, tinha como líder principal o coronel Bento Gonçalves da Silva. Em janeiro de 1833, pouco tempo antes do episódio de atrito entre o tenente Osório e o sargento-mor Figueiredo Neves, o coronel Bento Gonçalves e o major João Manoel de Lima e Silva receberam convocação para comparecerem à capital Porto Alegre. Deveriam prestar explicações sobre as notícias de que estavam planejando uma sedição militar na fronteira.[200]

Desde então, os rumores de sedição passaram a circular com mais força na província, fazendo com que outros partidários fossem acusados de conspirar contra o governo imperial. As desconfianças do governo também recaíam sobre outro importante líder militar e político, o coronel Bento Manuel Ribeiro. Naquela conjuntura, Bento

---

[196] Alfredo Varela reuniu grande documentação sobre a revolta farroupilha. O acervo documental foi publicado em vários volumes dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sendo considerado acervo fundamental para a compreensão dessa conjuntura histórica.

[197] COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre "a intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845 – c.1870).* Tese de Doutorado: São Leopoldo, PPGH-UNISINOS, 2011, p.104.

[198]. CV – 5067. Correspondência de João Luís Gomes para Alfredo Varela, em 31 de julho de 1895. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.175.

[199] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Vol. 29, 1933, p.290-291. Farrapos ou Farroupilhas foram os termos designados de forma pejorativa aos rebeldes no Rio Grande do Sul. O termo teria surgido na província antes de 1835, possivelmente nas "agitações liberais de 1831, havendo documentos de 1832 em que já se faz menção do Partido Farroupilha". No princípio foram os retrógrados – caramurus, galegos, restauradores – que chamavam os exaltados de "farroupilhas, farrapos, anarquistas e pés de cabra" – este último para fazer alusão à presença de pretos e pardos entre o grupo.

[200] Após receber denúncias do comandante das armas sobre a organização de um levante na fronteira, o presidente da província Manuel Antônio Galvão remeteu ofício ao ministro do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Arquivo Nacional (AN) - Ofício do presidente da província ao ministro do Império de 22 de janeiro de 1833 – Maço IJJ9 451. *Série Interior*: Ministério do Reino.

Manuel estava no comando da fronteira de Alegrete e era acusado de proteger as incursões de Lavalleja, líder militar uruguaio, ao território rio-grandense.[201]

Em 1834, as violências e os "desacatos à noite continuavam" a fazer novas vítimas.[202] Naquele momento, havia uma questão fundamental em jogo para o governo regencial: o controle da ordem, sem a quebra da hierarquia social.[203] Um dos principais focos de tensão continuava sendo as tropas do Exército.[204] Manoel Luís Osório era um dos tenentes do 5º Regimento de Cavalaria que, naquela conjuntura, mereceu especial destaque pela insubordinação. As autoridades da província, em meio ao risco iminente de uma revolta militar, estudaram até mesmo a dissolução desse contingente. Depois, optaram pela transferência do efetivo para o acampamento militar em Bagé, em outubro de 1834. Ao que parece, a mudança era para ter acontecido antes. De acordo com o plano de reorganização dos corpos de 1ª linha do Exército, publicado pelo Ministério da Guerra em 4 de maio de 1831, o 5º Regimento de Cavalaria deveria passar a ser chamado 2º Regimento de Cavalaria, tendo como sede a "povoação de Bagé". [205]

Por se tratar de uma região fronteiriça, esse atraso na transferência do regimento era visto pelo governo como um acordo ou uma "coisa de compadres", referindo-se à relação entre o líder farroupilha Bento Gonçalves e o uruguaio Antonio Lavalleja, com a finalidade "dos vizinhos ganharem terreno". Isso porque, a concentração de tropas do Exército em Bagé, localidade mais próxima à fronteira com o Estado Oriental, certamente dificultaria a movimentação empreendida por aqueles líderes.[206] Como mencionado, os coronéis Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro eram líderes muito influentes na região da campanha. As articulações destes chefes militares com as lideranças militares

---

[201] GUAZZELLI, Cesar Augusto. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845).* 1998, p.176. Interessante perceber que essas denúncias em relação aos coronéis Bento Gonçalves e Bento Manuel aconteceram anos antes da farroupilha.

[202] CV- 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.175.

[203] SOUZA, Adriana Barreto de. Op. Cit., p.244-254.

[204] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Autoridades Militares – Correspondência do major José Marianno de Mattos ao presidente da província Manoel Antônio Galvão, enviada de Porto Alegre em 20 de setembro de 1832. O estado precário dos quartéis militares estava entre as inconformidades das tropas em relação ao governo.

[205] Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital – *Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ) 1825-1831*. Nº 13, 15 de julho de 1831, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706744&Pesq=5+regimento&pagfis=7807 Acesso em: 12 de julho de 2023.

[206]: Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital Brasileira – *Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839*. N.º 922, 18 de junho de 1834, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%c3%a9rcito&pagfis=4032 Acesso em: 10 de julho de 2023.

do Estado Oriental foram sempre um ponto de tensão entre as autoridades do Império e a elite da região.

O comandante das armas, Sebastião Barreto Pereira Pinto, desafeto de Manoel Luís Osório, foi quem denunciou a trama política atribuindo a responsabilidade aos liberais mais exaltados. Mandou reforçar a defesa da região logo que soube das denúncias de movimentações de bandos armados na fronteira.[207] Isso tudo era resultado de uma disputa intensa no campo político.[208] Segundo denúncias, Fructuoso Rivera primeiro presidente do Uruguai (1830-1834), tinha proibido "a saída de gado para o Rio Grande do Sul e tomava medidas repressivas contra as propriedades de todos que haviam apoiado Lavalleja".[209]

No fim das contas, parecia que os proprietários rio-grandenses, de qualquer natureza política, mantinham uma grande insegurança desde que o conflito entre os dois chefes militares uruguaios teve início. Buscavam, através de redes de alianças, proteger seus negócios das investidas das tropas de Lavalleja na fronteira, mas enfrentavam dificuldades na política praticada por Rivera. Em efeito cascata, as lideranças da fronteira pressionavam o governo imperial, que buscava manter neutralidade nessa região e conter os ânimos na província. Muito longe de representarem uma unidade, os senhores-guerreiros rio-grandenses defendiam diferentes posicionamentos em relação ao conflito no Uruguai. O comandante Sebastião Barreto,[210] por exemplo, entre 1833-1834,

---

[207] Biblioteca NACIONAL (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=16 Acesso em 22/05/2023

[208] Pierre Bourdieu definiu a expressão "campo político", como o espaço de luta pelo poder, a partir de uma dinâmica política em que todos partilham de uma mesma norma em relação ao jogo político. No campo político, as regras aceitas são resultado de disputas pelo domínio do poder simbólico, que consiste na forma como um sujeito ou um grupo é capaz de angariar o poder político, a partir da obtenção de um capital simbólico, seja este cultural, econômico, intelectual. Ver: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.160-180.

[209] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Campinas: IE-UNICAMP, 2006, p.246.

[210] Para Alfredo Varela, Sebastião Barreto era um dos principais chefes do partido republicano no Rio Grande do Sul, que após o conflito entre os caudilhos do Estado Oriental, em 1832, aproximou-se dos retrógrados. A sua mudança teria sido motivada pelo posicionamento que assumiu em defesa de Rivera. VARELA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil.* Porto Alegre: Globo, 1935. Vol.1, p.394-403. A relação de reciprocidade entre Sebastião Barreto e Frutuoso Rivera, ao que tudo indica, ganhou maior intensidade durante a Cisplatina. Em 5 de julho de 1827, por exemplo, o conselheiro Antonio Manuel Corrêa da Câmara, em serviço diplomático no "Povo de São Luís em Missões", oficiou no dia 06 de maio de 1827 ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros – João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz) – prevenindo o governo imperial, em relação a comunicação "criminosa" que Barreto mantinha com Rivera e o "ditador" José Gaspar Rodrigues de Francia (presidente do Paraguai), segundo o qual: "não abandonam o projeto de revolucionar o Rio Grande e confederá-lo a Montevidéu". Arquivo Histórico do Itamaraty, 201/1/5. Povo de São Luís, 5 de junho de 1827. Ofício do Conselheiro Antonio Manuel Corrêa da Câmara ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios

mostrava-se favorável a Rivera e em oposição aos comandantes liberais da província de São Pedro. Nesse período, contou também com a ajuda de José Mariani, então presidente da província.[211]

No princípio de 1834, procurando amenizar os danos de um eminente levante militar, o governo regencial resolveu substituir José Mariani na presidência da província. Era acusado pelos liberais de atuar em proteção dos restauradores da província e em defesa da instalação da Sociedade Militar. Uma sociedade que buscava, como chamou atenção Marcello Basile, apelar para o "espírito de corporação e para o brio dos militares, lembrando o desprestígio e esvaziamento das forças militares desde a Abdicação.[212]

Em seu lugar, foi nomeado Antônio Rodrigues Fernandes Braga,[213] bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, que se expressava politicamente como liberal moderado.[214] Com a modificação no poder executivo provincial, quebrava-se uma sequência histórica na Província de São Pedro. Depois de mais de 10 anos, um rio-grandense de origem era então nomeado presidente. Ao tomar posse da presidência, Fernandes Braga procurou retirar políticos e militares restauradores de posições-chave na administração. Por exemplo, o brigadeiro Manuel Carneiro da Silva Fontoura foi retirado do Comando Superior da Guarda Nacional, assim como Victorino José Monteiro que foi destituído do cargo de Chefe do Almoxarifado de Porto Alegre. Os dois demonstravam apoio à facção restauradora.

Fernandes Braga esteve à frente do executivo provincial de 14 de fevereiro 1834 a 21 de setembro de 1835. No início do governo, contava com apoio de grande parte dos liberais (moderados e exaltados) do Rio Grande do Sul. Porém, pouco tempo depois, na

---

Estrangeiros. 05 de junho de 1827.Caderno do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão. Ano 18, N.º 35, 2º Sem. 2019, p.90-98.

[211] Nascido em Vila da Barra, na Capitania de Pernambuco, em 28 de maio de 1800, José Mariani era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Presidiu o Rio Grande do Sul em contexto de grande intranquilidade política, entre 24 de outubro de 1833 e 2 de maio de 1834.

[212] BASILE, Marcello. *A politização nas ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos das Regências.* Brasília: Senado Federal, vol.2, 2022, p.689.

[213] Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/bitstream/handle/123456789/50549/067biog%20Ant%C3%B4nio%20Rodrigues%20Fernandes%20Braga.pdf?sequence=14&isAllowed=y Acesso em: 02 de agosto de 2023.

[214] O Jornal *Aurora Fluminense*, em 14 de fevereiro de 1834, analisava com certo otimismo a nomeação de Fernandes Braga como presidente da província: "Segundo as informações que havemos obtido, e o conhecimento que temos do Sr. Fernandes Braga, a sua nomeação deve satisfazer a Opinião liberal da província do Rio Grande do Sul: a sua probidade, amor da justiça e patriotismo nunca foram postos em dúvida. Assim, pela Repartição do Império, os votos dos Rio-Grandenses foram aceitos e preenchidos, com manifesta derrota dos poucos retrógrados daquela província". Ver: BN – Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ) – 1827 a 1839.* Rio de Janeiro, Nº 875, 14 de fevereiro de 1834, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1833_00875.pdf Acesso em: 1º de agosto de 2023.

tentativa de estabelecer algum tipo de relação conciliatória com a facção restauradora, passou a ser acusado na imprensa liberal. Especialmente entre os mais exaltados, era criticado por ser pouco enérgico e tolerar excessos dos restauradores. Passou a ser acusado de perseguir liberais na província. O major José Marianno de Mattos, por exemplo, ao denunciar a "perseguição" do presidente da província à Secretaria do Governo, em Porto Alegre, em maio de 1835, dizia ser "caluniado para com o Governo da Corte, sendo ali pintado como um insubordinado, e desobediente(...)".[215]

Daí rapidamente Fernandes Braga começou a ser acusado de "querer governar com todos" e, assim, passou a sofrer a oposição dos liberais. Aproveitando essa ruptura entre os liberais na província, os restauradores aproximaram-se do presidente Fernandes Braga.[216] A reorganização de forças políticas tornou a situação ainda mais complexa. O tenente Manoel Luís Osório estava dentre os indivíduos que aderiram à revolta em 1835, seguindo ao chamado dos coronéis Bento Gonçalves e Bento Manoel. O começo de sua militância entre os farroupilhas aconteceu em Rio Pardo. Ao ser transferido para Bagé, Manoel Luís Osório teve a oportunidade de estabelecer novos vínculos sociais. A sua inserção naquela localidade o aproximaria de grupos sociais de maior destaque na sociedade sul-rio-grandense.

Em Bagé, o tenente Osório teve a oportunidade de construir relacionamentos importantes com subordinados e subalternos, tornando-se esse um grande trunfo para disputas eleitorais das quais participara anos mais tarde.[217] Para isso, Manoel Luís Osório provavelmente se utilizou de sua condição de ser um estancieiro da fronteira, fator que considero decisivo em sua trajetória social. Afinal, como vimos, em momento político conturbado para oficiais do Exército, ele poderia se valer de todo o cabedal social que passou a reunir, desde que teve acesso aos campos do Arapehy.

---

[215] O documento e a defesa da "integridade" de José Marianno de Mattos foram possíveis de acompanhar através da imprensa. Ver: BN – Hemeroteca Digital – *O Recopilador Liberal (RS) – 1832-1835. Nº299*, Porto Alegre, 26 de agosto de 1835, p.2-3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=730203&Pesq=%22Drag%c3%b5es%22&pagfis=52 Acesso em: 02 de junho de 2023.

[216] Idem. A aproximação é possível perceber na comunicação mantida, por exemplo, entre Fernandes Braga e o marechal Sebastião Barreto, restituído ao comando das armas. Esses diálogos também foram reproduzidos na mesma edição do periódico acima citado.

[217] Refiro-me, por exemplo, a disputa eleitoral de 1846, a primeira após a Revolta Farroupilha, que será trabalhada no capítulo VI.

Capítulo IV – Um oficial "republicano de coração" em defesa da Monarquia Constitucional

Desde a Abdicação de d. Pedro I, uma série de transformações ocorreram na sociedade brasileira. Nesse sentido, as bases que alicerçavam o relacionamento entre as províncias e a Corte do Rio de Janeiro, enquanto centro político do Império, deveriam novamente ser negociadas. No caso do Rio Grande do Sul, uma província fronteiriça, na periferia do Império, os impactos das mudanças acabaram mobilizando uma parte da elite rio-grandense que passou a protestar contra uma série de demandas em relação ao governo imperial.

É possível afirmar que a política de reforma implementada pelo governo regencial intensificou as clivagens no sul. O custo da derrota na Guerra Cisplatina, junto aos amplos recrutamentos para a guerra, assim como enfraquecimento do poder de estancieiros, charqueadores e comerciantes com maior dificuldade de acessar os recursos da Cisplatina a partir de sua independência,[1] e, principalmente, as novas obrigações fiscais e tributárias,[2] tudo isso criou um ambiente propício para o descontentamento de setores da elite. Com isso, a ebulição de ideias republicanas, "combinadas com as aspirações federalistas, que também vicejavam em outras províncias e deram origem a diversas rebeliões coetâneas".[3]

Essas ideias na região platina haviam gerado a fragmentação do antigo vice-reinado do Prata em várias repúblicas independentes. Pouco tempo depois, existia certo temor de que isso também estivesse em curso na província mais ao sul do Império. A situação financeira também impunha cuidados. As taxações sobre a produção do charque chegavam a elevar em 25% o preço final do produto, enquanto o charque produzido no

[1] Com a perda do conflito na Cisplatina, a elite agropecuarista e charqueadora do Rio Grande do Sul encontrou maiores dificuldades para "retirar" ou "aprisionar" os animais bovinos e cavalares do país vizinho, aumentando a concorrência com os *saladeros uruguaios* – nome atribuído a produção das charqueadas naquele país.

[2] Em 1832, devido a separação das receitas gerais e provinciais, os criadores de gado reclamavam das cobranças excessivas de taxas de impostos na produção do charque. Além do tributo sobre o sal, produto essencial para a indústria charqueadora, grande parte dos animais eram criados em terras uruguaias. Ao passarem os animais para o Rio Grande do Sul, os criadores eram taxados em 15% antes de serem abatidos e encaminhados para as charqueadas. Depois, como mercadorias, ao saírem para os portos do Império, eram cobradas novas taxas, além do "quinto dos couros". Biblioteca Nacional (BN) – *Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)* – 1832, p.9. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1832_00001.pdf Acesso em: 10 de julho de 2023.

[3] Tais como: "a Confederação do Equador (1824), a Balaiada (1830), a Cabanagem (1835), a Sabinada (1837) e as rebeliões liberais de São Paulo e Minas Gerais (1842)". CARRION, Raul. *Revolução Farroupilha: mais longa revolta republicana enfrentada pelo Império centralizador e escravocrata.* Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 6ª ed., 2014, p.7-8.

Uruguai pagava apenas 4% em tributos, o que limitava o comércio e a concorrência do charque rio-grandense em relação aos produzidos no Uruguai.[4]

No início de 1835, ano em que houve a eclosão da Revolta Farroupilha, ocorreu a abertura da primeira legislatura da Assembleia de Deputados, em Porto Alegre. No entanto, sem poder legislar sobre a arrecadação desses impostos acima mencionados, devido a separação das receitas gerais e provinciais e em decorrência de novas leis fiscais anunciadas com a promulgação do Ato Adicional de 1834.[5] Então, os deputados intensificaram as críticas ao principal representante do governo regencial no Sul, o presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

Esse presidente, na primeira sessão da assembleia, ao tratar do esboço do orçamento da província,[6] sugeriu a revisão da taxação de tributos, tais como: "a décima sobre os prédios urbanos, a meia-sisa de escravos, taxas de legados e heranças e de carnes verdes". Essas, segundo o relatório, deveriam, "com vantagem para a Fazenda Púbica e com utilidade da Província, ser substituídas pelo imposto sobre as terras".[7] A deliberação abriu discussão, embates e cisões entre as fações que compunham a assembleia:

> Sem poder desonerar o charque e outros produtos pecuários dos impostos controlados pelo governo central,[8] a criação do imposto sobre légua de campo e os demais impostos arrolados entre as fontes de receitas provinciais desoneravam o setor charqueador, transferindo o ônus tributário integralmente sobre o consumo interno e a propriedade rural. Assim, no embate pela definição do orçamento, transferindo peso dos encargos com a administração da província aos consumidores em geral e aos estancieiros em particular, os charqueadores, que haviam recentemente obtido do governo central a isenção sobre a importação de gado do Estado Oriental, conseguiam esquivar-se de novas imposições.[9]

Parte significativa dos "senhores-guerreiros" da província entendiam que o Império, através de seus representantes – principalmente os presidentes provinciais –

---

[4] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2006, p.252-254.

[5] Em agosto de 1834 foi promulgado o Ato Adicional, que determinou a extinção dos Conselhos Gerais que até então eram reunidas nas províncias, para a criação das Assembleias Legislativas que tinham poderes ampliados em relação à anterior. Os presidentes das províncias, no entanto, seguiam sendo nomeados pelo governo imperial. Ver: Coleção de Leis do Império do Brasil. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html Acesso em: 12 de agosto de 2023.

[6] A assembleia registrava expressões políticas legalistas, caramurus e farroupilhas.

[7] Biblioteca Nacional (BN) – *Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)* – 1835, p.17. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1835_00009.pdf Acesso em: 10 de julho de 2023.

[8] Ver nota 557.

[9] MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império...Op. Cit.; p.259.*

trataram o Rio Grande do Sul com "parcialidade imérita, um desprezo insolente e revoltante". Para Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves da Silva – à época, dois dos principais líderes exaltados (farroupilhas) – o Rio Grande do Sul foi transformado numa "estalagem do Império".[10]

Esse cenário, somado a outros fatores mencionados anteriormente, convulsionaram em uma guerra civil que perdurou por dez anos. Nesse intervalo de tempo, alguns militares e milicianos sul-rio-grandenses se mantiveram fiéis à causa farroupilha; outros permaneceram leais ao Império do Brasil. Também, existiram aqueles que, após uma breve passagem em um dos lados do conflito, resolveram modificar o rumo de suas trajetórias, passando a defender a causa contrária.[11]

Talvez o caso mais emblemático e conhecido seja o do coronel Bento Manoel Ribeiro que, não somente mudou algumas vezes de lado no conflito, como foi peça fundamental para as vitórias em campos de batalha tanto para imperiais quanto para farroupilhas. Embora identificado com o movimento rebelde, que se mostrava contrário à centralização de recursos e da imposição da carga de impostos na província, Manoel Luís Osório abandonou as fileiras rebeldes quando o conflito tomou face de guerra civil.

Ainda hoje, em que pese as múltiplas abordagens em relação à Revolta, são ainda raros os estudos de "trajetórias dos antigos rebeldes". Em outras palavras, concordo com a crítica assinalada por Miqueias Mugge para as análises que identificam os "rebeldes sul-rio-grandense como um bloco homogêneo". O mesmo também é registrado com os oficiais legalistas.[12]

Neste capítulo, o objetivo é analisar a atuação de Manoel Luís Osório na Revolta Farroupilha. Através da prestação de serviços ao Império, ele negociou sua ascensão na carreira militar, deixando de estar ao lado do grupo rebelde daquela trama política, para trabalhar na repressão aos revoltosos. Assim, tornou-se peça-chave de um plano militar que foi implementado pelo Império do Brasil, na fronteira do Rio Grande do Sul, como forma de conter as revoltas regenciais e, mais tarde, consolidar as bases sociais do Estado Nacional brasileiro.

---

[10] Proclamação de Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida em Piratini, 29 de agosto de 1838. In: MIRANDA, Márcia Eckert (Org.). *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da primeira legislatura da Assembleia Provincial (1835-1836).* Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005, p.329. Apud. MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império...Op. Cit.;* p.260.
[11] AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico].* V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
[12] MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra...* Op. Cit.; 2016, p.34-36.

Para analisar esse período, bem como a atuação do então tenente do 2º Regimento de Cavalaria, foi preciso retomar a organização das forças militares na Província de São Pedro durante o período regencial. Para isso, busquei acesso aos vestígios das guarnições, nas quais o tenente serviu, bem como nos relacionamentos que constituiu a partir de sua transferência da guarnição em Rio Pardo para São Sebastião de Bagé, no ano de 1834, até porque acredito que as dinâmicas de relacionamentos pessoais eram até mais importantes no período do que as convicções ideológicas.

Assim como ocorreu com o tenente Manoel Luís Osório, durante a Revolta Farroupilha, outros oficiais do Exército também alternaram seu apoio entre as forças rebeldes (farroupilhas) e legalistas (imperiais). Além disso, entre esses "grupos" havia disputas e incongruências que se tornaram nítidas com o avançar do conflito. Como um jogo de xadrez, cada movimento de peças gerava um novo "campo de possibilidades".[13]

O que chamou a atenção foi o realinhamento quase que constante de forças políticas e militares, mostrando a imprevisibilidade daquela conjuntura histórica. Aqueles que pretendiam ascender "à condição de lideranças tinham que construir e manter grupos de seguidores" motivados e dispostos a lutar em campos de batalha. Nesse sentido, pode-se dizer que a guerra civil, no Rio Grande do Sul, colocou à prova tanto a capacidade de adaptação e de negociação de comandantes experientes, quanto a perícia de ainda jovens oficiais.[14]

4.1. Em São Sebastião de Bagé com o 2º Regimento de Cavalaria

A Freguesia de São Sebastião de Bagé – nome recebido em referência ao santo padroeiro dos militares – foi criada oficialmente em 1815, mas somente se tornou município em 1847.[15] A localidade "até 1832 pertenceu ao município de Rio Pardo, ano em que passou a integrar o município de Piratini".[16]

[13] As práticas e experiências sociais quando analisadas do ponto de vista micro, revela-nos um conjunto de possibilidades, cujo significado é possível entender senão através de pesquisa e análise detalhada de seu surgimento, em outros locais e momentos. Para uma melhor descrição do "campo de possibilidades" que emergem a partir da perspectiva micro analítica, ver: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

[14] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí.* 2ª Edição; e-book. São Leopoldo: Oikos, 2021, p.48-49.

[15] TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *A Igreja de São Sebastião de Bagé.* Bagé: S/Ed., 1975, p. 25-28.

[16] LEMIESZEK, Cláudio. *Bagé: novos relatos de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p.66.

Assim como grande parte da região da Campanha,[17] a pecuária foi a principal atividade econômica desenvolvida na localidade.[18] A fundação de Bagé teve como marco a criação de um acampamento militar em de 1811, durante as campanhas de ocupação e expansão das fronteiras lideradas pelo administrador português D. Diogo de Souza. Desde então, ocorria o povoamento da região.[19]

Em 1834, quando o tenente Manoel Luís Osório migrou com o seu regimento para Bagé, aquela era uma comunidade bastante recente. No local, existiam grandes estâncias, sendo "a concentração fundiária um elemento fundador da região", muito embora "a pequena agricultura e a pequena pecuária" fossem praticadas conjuntamente, combinando atividades "assim como a maioria dos produtores". Não à toa um "número significativo de pequenos produtores tinham acesso à terra, com ou sem título da mesma", e a plantéis de trabalhadores escravizados.[20]

Nesse sentido, o primeiro censo populacional da localidade de Bagé, realizado em 1846, registrava a existência de 4.104 pessoas. Entre esses, 1.212 eram escravizados, o que correspondia a pouco menos de 30% da população local.[21] Com isso, pode-se inferir que a localidade possuía hierarquias sociais semelhantes com a de outras regiões do Brasil, isto é, uma população composta de pessoas brancas, de diferentes naturezas sociais, ricas ou pobres, pessoas pretas, entre libertos e escravizados e indígenas. Esses são dados importantes sobre a região, sobretudo considerando o período do conflito, que contou com "o recrutamento de escravos para a guerra civil farroupilha".[22]

Segundo consta, em grande parte, o recrutamento "não se limitou às regiões" com maior número de escravizados, por exemplo, a localidade de Pelotas, ou seja, "em uma guerra de posições, que demandavam movimentações constantes, uma prática que se

---

[17] A macrorregião geográfica da Campanha, em 1850, referia-se: a Alegrete, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Gabriel e Bagé.

[18] MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870).* 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021, p.148; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007; OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990.

[19] Esse administrador colonial português recebeu alguns anos depois o título de 1º conde de Rio Pardo. Ver: COSTA, Alex Jacques. *Seguindo ordens, cruzando campos: o governador e capitão general Dom Diogo de Souza e a política do Império Português para o Rio da Prata (1808-1811).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2010.

[20] MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença...* Op. Cit.; 2021, p.148.

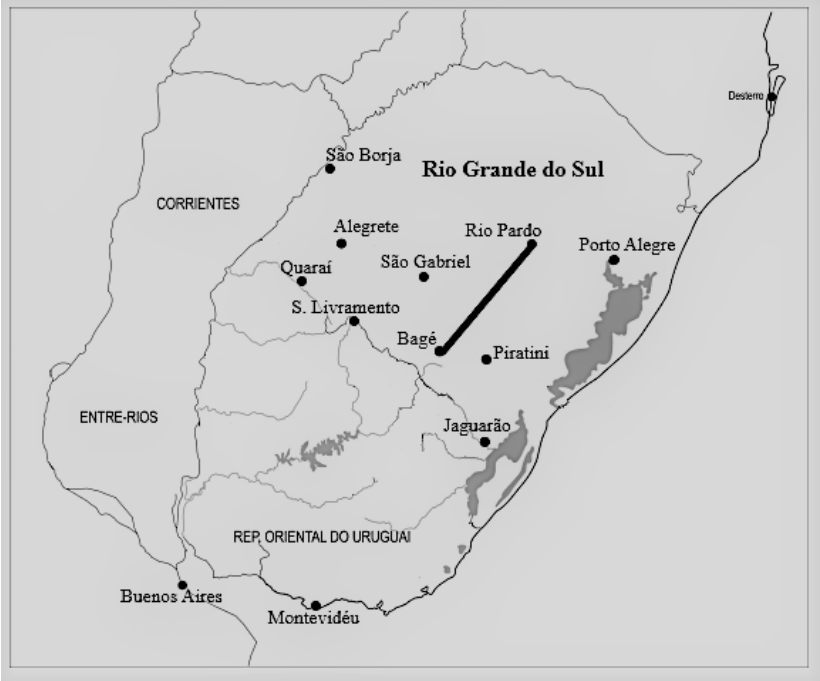
[21] Idem, p.102

[22] CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: "Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850.* Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS. 2013, p.41.

tornou recorrente foi "o recrutamento de escravos do inimigo".[23] Afinal, como registrado anteriormente, a escravidão era, à época, assim como em grande parte do Brasil, uma prática estrutural no Rio Grande do Sul.

O plano de transferência do 5º Regimento de Cavalaria de Rio Pardo para Bagé, demonstrado em linha reta no mapa a seguir, havia sido traçado em 1831. Por uma série de fatores, porém, a transferência do regimento do tenente Osório somente ocorreu em outubro de 1834. Um dos fatores dessa demora, a título de exemplo, poderia ter alguma relação com a situação precária dos quartéis de Bagé, classificados pelo então presidente da província como: "insuficientes", "prestes a desabar".[24]

Figura 6 – Mapa da migração do 5º R.C. de Rio Pardo para Bagé



Fonte: Mapa modificado do arquivo apresentado por MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873*). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: PPHS-UFRJ, 2016, p.146.

[23] A região registrou essa dinâmica em conflitos de fronteira desde o século XVIII. Para aprofundar essa discussão ver: CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: "Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS. 2013, p.40-42; BETTANCOURT, Arturo A; APARICIO, Fernando (Org.). *Amos y Esclavos en el Rio de la Plata.* Buenos Aires: Planeta, 2006; LEITMAN, Spencer. Negros Farrapos: Hipocrisia Racial no sul do Brasil do séc. XIX. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.* PESAVENTO, S. (Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 64-66.

[24] Na vila de Bagé, em 1831, o presidente da província Manuel Antônio Galvão destacou a falta de quartel para abrigar o 2º Regimento. Ver: Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital Brasileira – *Relatório dos Presidentes das Províncias –Império (RS)* – 1831, p.6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1831_00001.pdf Acesso em: 10 de julho de 2023.

Aqui vale salientar que não era apenas o regimento de Bagé que enfrentava desafios em sua infraestrutura. A respeito das instalações do Exército imperial brasileiro, o historiador americano John Schulz assinalou que: "as acomodações nos quartéis eram abomináveis em todas as regiões".[25] Para se ter uma ideia, em 1834 o ministro da Guerra apresentou um orçamento para o reparo do Quartel do Rio Pardo. Segundo afirmava: "este Quartel talvez o único que na província mereça este nome[...], (é da) maior necessidade tratar-se do conserto daquele edifício, para obstar a sua total ruína".[26]

Uma rápida passada de olhos nos relatórios provinciais e do ministério da guerra, ou mesmo nos ofícios entre autoridades, pode servir para atestar mais situações como as acima citadas. A própria circulação do jovem oficial Manoel Luís Osório em outras guarnições, como em Santana do Livramento e em Rio Pardo, corrobora com essa ideia.[27]

Por isso, acredito que o plano de transferência do regimento tivesse mais relação com o estado bélico da província de São Pedro, e com a necessidade de aumento do efetivo próximo ao limite com o Estado Oriental.[28] Naquele período, muitos proprietários de terra passariam a viver em Bagé, mantendo estâncias nos dois lados da fronteira. A localidade também ficava mais próxima à "linha divisória" entre o Rio Grande do Sul e o país vizinho. Por isso, de acordo com as autoridades da fronteira, era preciso aumentar a fiscalização da região. Um ponto importante a ser destacado é que a localidade ficava próxima a uma "fronteira seca", a fronteira de Upamarotim (ver figura 12), que, por mais de cem quilômetros, não apresentava nenhum empecilho geográfico para a circulação, a não ser "pequenos arroios e cerros, o que combinado a presença de tribos indígenas nômades e hostis, como os charruas, retardou a ocupação daquela área".[29]

Por essa razão, necessitava a região de forças militares de terra, em especial, homens de cavalaria. Naquele período, em relação à cavalaria, o Exército no Rio Grande do Sul apresentava três regimentos. Existia também um batalhão de caçadores e um de

---

[25] SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p.31.

[26] BN – Relatório: Ministério da Guerra (RJ) – 1828 a 1940. Sessão ordinária de 1834, p.8. "Fixação das forças de terra no ano de 1835 a 1836". Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1834_00008.pdf Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

[27] No capítulo II, quando analisada a atuação de Osório na Guerra Cisplatina, mostrei as condições precárias, por exemplo, do acampamento militar na localidade de Santana do Livramento, onde os soldados morriam de fome e de várias doenças motivadas por falta de condições sanitárias.

[28] SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KÜHN, Fábio et al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.121-122.

[29] MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"...* Op. Cit.; 2015, p.133.

artilharia. Nesse contexto, grande parte do efetivo foi posicionado próximo à fronteira, com exceção de alguns oficiais e praças que foram designados para a guarnição de Porto Alegre. Os demais foram posicionados em regiões estratégicas: o 2º R.C. em Bagé; o 3º R.C. em São Gabriel; o 4º R.C. Jaguarão; o 1º Corpo de Artilharia em Rio Pardo e o 8º Batalhão de Caçadores em São Borja (figura 6).[30]

Quadro 8 – Oficiais em unidades do Exército no Rio Grande do Sul

Patente militar	**Nº de oficiais**	**Porcentagem do efetivo %**
Marechal-de-campo	1	0,56%
Brigadeiro	2	1,13%
Coronel	7	3,97%
Tenente-coronel	8	4,54%
Major	19	10,79%
Capitão	39	22,15%
Tenente	50	28,40%
Alferes	41	23,29%
Cirurgião-mor	9	5,11%
Total	**176**	**100%**

Fonte: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.339-347.

Para os padrões do período, dado o processo de desmobilização das forças de 1ª linha, o número de oficiais do Exército na província de São Pedro não era nada desprezível. Ao que parece, era um dos principais contingentes de oficiais entre as províncias do Império.[31] De acordo com os dados do Quadro 8, existia uma grande concentração de oficiais subalternos (alferes, tenente e capitão), que correspondia a 73,84% dos oficiais acima listados. Para um paralelo com as forças gerais, incluindo outras províncias do Império, os oficiais subalternos correspondiam a 50,06% do total.[32] Considerando a diferença entre os dois padrões, nota-se que grande parte das promoções para os oficiais da província haviam cessado desde o término da última campanha militar na Cisplatina em 1828. Depois, poucos foram aqueles que obtiveram promoção na

[30] VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas: a república rio-grandense.* V.2, Porto Alegre: Chardron, 1915, p.694. As localidades que recebiam os efetivos do Exército foram marcadas no mapa.
[31] SEIDL, Ernesto. *A Espada como "vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).* Dissertação de (Mestrado em História), Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999, p.61. Entre 1822-1860 existiam 13 generais do Rio Grande do Sul e 24 do Rio de Janeiro. Entre 1861-1889 existiam 11 generais do Rio Grande do Sul e 13 do Rio de Janeiro. Entre 1890-1930 existiam 54 generais do Rio Grande do Sul e 40 do Rio de Janeiro.
[32] BN – Relatório: Ministério da Guerra (RJ) – 1828 a 1940. Sessão de 1833, p.46. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf Acesso em: 02 de março de 2024.

hierarquia do Exército, como mencionado anteriormente, em decorrência de medidas adotadas pelo governo regencial para suspender as promoções nas tropas de linha.[33]

O mesmo era visto com outros oficiais que atuavam no Rio Grande do Sul. O major Exército Teodoro Burlamaqui, que atuava no 3º R. C., também tinha obtido a sua última promoção em 1828.[34] Esse fator, a falta de promoção, poderia contribuir com a insatisfação de oficiais do Exército. Para se ter uma ideia, o tenente do 2º R.C Manoel Luís Osório, como será visto ao longo deste capítulo, permaneceu cerca de quase dez anos com esta patente até ser promovido a capitão. Contudo, no quadro acima infelizmente não foi contemplado o número de oficiais de postos inferiores (primeiro-sargento, segundo-sargento e furriel) e baionetas (cabo, anspeçada e soldado), que faziam parte desses regimentos.

Como não foram encontradas informações confiáveis em relação ao estado da tropa do Exército, recorri ao periódico *Aurora Fluminense*. Na edição de 18 de junho de 1834, foi transcrita uma longa correspondência que havia sido publicada no jornal *O Noticiador,* no dia 10 de maio, cujo autor se identificou como: "o Medroso". Esse periódico, mencionado anteriormente neste estudo, foi publicado entre janeiro de 1832 e fevereiro de 1836. Impresso na tipografia de Francisco Xavier Ferreira, politicamente as folhas mostravam-se "bastante moderadas". No entanto, "este projeto se viu um tanto alterado posteriormente, pois *O Noticiador* [assim como o fundador Francisco Xavier Ferreira] acabou por se transformar em um defensor dos princípios farroupilhas".[35]

Retomando, a correspondência publicada no *Aurora Fluminense*, dava conta do estado das relações políticas e militares da fronteira do Rio Grande do Sul, segundo o qual, para conter e proteger a região contra a movimentação de tropas no país vizinho era preciso que as forças do Exército fossem maiores. Ainda na mesma correspondência, o autor, que se considerava de tendência moderada à época, dizia que o contingente na fronteira não superava o de 80 homens, "desarmados e bisonhos", ao se referir aos

[33] CLI – Lei de 30 de agosto de 1831 – Art.7º: "Ficam suspensas as promoções no Exército[...]". Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37505-30-agosto-1831-564332-publicacaooriginal-88318-pl.html Acesso em: 21 de maio de 2022.
[34] GARCIA, Rodolfo (Org.). *Obras do Barão do Rio Branco VI: efemérides brasileiras.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p.579.
[35] Ver: KLAFKE, Álvaro Antônio. O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de *O Propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834.* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PPGH-UFGRS, 2006, p.66.

efetivos do 4º Regimento de Cavalaria, do 8º Regimento de Infantaria e do Regimento de Artilharia.[36]

Vale destacar ainda que, em 1831, quando o governo regencial iniciou a desmobilização dos efetivos de 1ª linha, o então presidente do Rio Grande do Sul – Manoel Antônio Galvão – assinalou, em seu relatório, a existência de 662 praças na província. Desde então, os demais relatórios não mais contabilizaram o efetivo do Exército.[37]

A partir disso, em busca de melhor atestar a quantidade de homens que compunham a tropa, analisei também os relatórios do ministro da Guerra para o biênio 1833-1834, cuja função era desempenhada pelo rio-grandense Antero José Ferreira de Brito, que depois, em 1837, seria nomeado para assumir a Presidência. Nesse relatório, o então ministro prestava informações à Assembleia Geral sobre a "fixação das forças de terra, para o ano financeiro de 1835 a 1836", no qual optou pela "conservação[...] dos corpos então existentes, podendo estes, quando seja conveniente, ser elevados ao seu estado completo".[38]

Em acordo com a Assembleia de Deputados, o governo imperial manteve o mesmo número de oficiais "que se achava decretado pela Lei de 3 de setembro de 1833".[39] Abaixo segue o quadro de oficiais arrolados no relatório do Ministério da Guerra, no ano de 1833. Os dados se referiam aos oficiais de todo o território imperial.

Vale assinalar que esse tipo de registro foi produzido com intuito de informar sobre as despesas com soldos de oficiais, não sendo indicados os locais onde serviam. Na categoria outros, eram as patentes de Auditores (5), Secretários (27), Capelão (35), Cirurgião Ajudante (40), Picador (3). Este último – oficial Picador – era o "encarregado da doma dos cavalos e da instrução de equitação".[40]

---

[36] (BN) – Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839. N.º 922, 18 de junho de 1834, p.1-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%c3%a9rcito&pagfis=4032 Acesso em: 10 de julho de 2023.

[37] Idem.

[38] Ver Quadro 9.

[39] Lei de n.º 48, de 3 de setembro de 1833. "Fixação das Forças terrestres – Efetivos Militares, 1834/1835". Coleção de Leis do Império do Brasil – 1833, vol.1, pt. I, (Publicação Original), p.54. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-48-3-setembro-1833-565021-norma-pl.html Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

[40] PEDROSA, F. V. G. Organização do Exército Brasileiro no Império. In: RODRIGUES, F. S.; FRANCHI, T. (ORG.). *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022, P.34.

Quadro 9 – "*Estado Maior do Exército, e Oficiais de Linha em Corpos, e Avulsos, compreendidos os da extinta 2ª linha, que tem soldo*"

Patentes militares	**N.º de oficiais**	**Porcentagem do Efetivo %**
Tenente general	4	0,19%
Marechal de campo	8	0,38%
Brigadeiro	25	1,19%
Coronel	122	5,82%
Tenente-coronel	126	6,02%
Major	219	10,46%
Capitão	395	18,87%
Tenente	434	20,73%
Alferes	595	28,42%
Cirurgiões mores	55	2,62%
Outros	110	5,25%
Total	**2.093**	**100%**

Fonte: BN – Relatório: Ministério da Guerra (RJ) – 1828 a 1940. Sessão de 1833, p.46. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf Acesso em: 02 de março de 2024.

Além disso, em relação aos corpos oficiais inferiores (furriéis, segundo-sargento e primeiro-sargento) e oficiais baionetas (soldado, anspeçada e cabo), não foi contabilizado o tamanho desse contingente, apenas soldos, gratificações, etape, forragem, fardamento e ferragem que recebiam. É preciso dizer que, em tempos de guerra, o número desses efetivos era muito maior do que em períodos sem guerra, devido aos recrutamentos compulsórios a que a população era submetida.

Já em 1833, o próprio ministro Antero de Brito chamava a atenção para a necessidade de uma nova "Lei de Recrutamento", do ponto de vista da "organização do Exército, promoções, soldos, disciplina[...]". Segundo afirmava, para debelar o "projeto de Restauração[...], que os conspiradores continuavam a tramar", era "indispensável ter o Exército no melhor pé de disciplina e de moralização". Para isso, acreditava em "outra medida urgente[...] separar-se do Quadro do Exército um grande número de oficiais, que por muitas razões bem sabidas não podem, nem devem ser nele empregados". Através do relatório, percebe-se que existiam muitos temores em relação a situação das forças militares, sobretudo, em relação a sua composição.[41]

Sobre essas questões, o medo de uma revolta das tropas de linha e o temor pela restauração do poder de D. Pedro I, devido a cúpula portuguesa que existia no Estado-Maior do Exército, trabalhadas no capítulo anterior, é preciso destacar que eram anos de grande turbulência política e de insubordinação social. E as forças militares estiveram no centro desse debate. As autoridades imperiais não formavam consenso em relação à

[41] BN – Relatório: Ministério da Guerra (RJ) – 1828 a 1940. Sessão ordinária de 1834, p.2. "Fixação das forças de terra no ano de 1835 a 1836". Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1834_00008.pdf Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

constituição de um Exército robusto e permanente, mas também discordavam em relação a política de armar cidadãos, retirando-os de suas atividades produtivas.

Mesmo em contexto de guerra, esses fatores faziam com que os regimentos apresentassem diferenças também na sua composição e organização. O 3º Regimento de Cavalaria, por exemplo, era o único a ser comandado por um major,[42] sendo os demais comandados por capitães.

Quadro 10 – Organização dos corpos de cavalaria do Rio Grande do Sul em 1833

Patentes militares	2º Regimento	3º Regimento	4º Regimento
Major	0	1	0
Capitão	6	5	7
Tenente	4	7	7
Alferes	4	4	7
Total	**14**	**17**	**21**

Fonte: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.339-347.

A diferença entre os regimentos também poderia ser em decorrência de questões mais específicas como diligências, enfermidades e outros. Contudo, geralmente essas particularidades eram mencionadas, no Quadro 10, porém, isso não ocorreu. Com a prerrogativa de atender às demandas de proteção da fronteira, Fernandes Braga buscou efetuar trocas de comando, transferências de lideranças militares e, até mesmo, de contingentes inteiros. Tudo isso, porém, tinha a intenção de diminuir a tensão e o clima de insubordinação nas tropas.[43]

Em 1834, foram decretadas, pela presidência, algumas transferências de oficiais. O major José Marianno de Mattos, por exemplo, comandante do Regimento de Artilharia em Rio Pardo, foi mandado para Porto Alegre, após acusação de que era um dos conspiradores de tropas na região. De fato, o major José Marianno – já mencionado anteriormente – seria depois uma das principais lideranças dos farrapos na guerra civil.[44]

Ao ser transferido de Rio Pardo, o 5º Regimento de Cavalaria foi extinto e o tenente Manoel Luís Osório passou a atuar, então, no 2º Regimento de Cavalaria em Bagé. Esse regimento era dividido em companhias que, estacionadas em locais diferentes da

[42] Tratava-se do major do Exército Teodoro Burlamaqui. O oficial estava no posto de major desde a guerra Cisplatina. GARCIA, Rodolfo (Org.). *Obras do Barão do Rio Branco VI: efemérides brasileiras.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p.579.
[43] CV – 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.172.
[44] Para maiores informações, ver: MARQUES, Letícia Rosa. *José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2013.

província, poderiam melhor fiscalizar a ampla fronteira. Ao que parece, quando ocorreu a transferência para aquele local, o tenente Manoel Luís Osório primeiramente fez parte do 2º Corpo de Cavalaria provisório[45] antes de passar a servir como tenente da 3ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria.

4.2. O tenente Osório e a família Fagundes de Oliveira

Em São Sebastião de Bagé, o tenente Manoel Luís Osório atuou sob ordens do capitão português Jorge Mazarredo.[46] O capitão era apontado como opositor aos anseios farroupilhas e aliado político do marechal Sebastião Barreto, que era acusado de fazer perseguição política aos soldados e oficias adeptos às ideias liberais dos moderadas e/ou dos exaltados. O tenente Manoel Luís Osório, como mostrei anteriormente, esteve entre esses oficiais que reclamavam dos procedimentos adotados pelo marechal Barreto em relação a tropa.

Ainda assim, Manoel Luís Osório parecia manter uma boa relação com o capitão Mazzeredo. Os dois participavam, além do convívio no regimento, também do mesmo núcleo de relações pessoais-familiares. Ele foi casado com D. Maria Benedita Fagundes de Oliveira,[47] prima da futura esposa de Manoel Luís Osório, e uma das filhas de um dos primeiros comandantes militares de Bagé, estancieiro, sesmeiro e proprietário de escravizados Pedro Fagundes de Oliveira.[48]

Ao que parece, Manoel Luís Osório procurou estabelecer novos vínculos sociais em Bagé. Logo que chegou na nova guarnição, buscou inserção nas redes locais, conheceu o estancieiro e juiz de paz Zeferino Fagundes de Oliveira,[49] casado com Vicência Constança de Souza Escoto.[50] Antes de residirem naquela vila, o casal morou

[45] O 2º Corpo Provisório contava com outros três tenentes: Felisberto Fagundes de Souza; José Antônio Maynard e João Machado da Silveira.
[46] Antes do capitão Mazarredo, Manoel Luís Osório havia sido comandado em Rio Pardo, por outro capitão também nascido em Portugal, Francisco Fernandes Anjo. Além de Mazarredo e Anjo, existiam outros quatro capitães no 2º Regimento: Casemiro José da Câmara; Joaquim Eugênio da Costa; Manuel Ribeiro de Moraes e Manuel Soares Lima.
[47] As informações do casamento entre o capitão Mazarredo e D. Maria Benedita foram encontradas em: TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. *Bagé e a revolução farroupilha*. Bagé: Editora Cecom, 1985, p.21.
[48] MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870).* 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021. Segundo Matheus, que analisou o inventário do capitão Pedro Fagundes de Oliveira, era dele uma das maiores fortunas de Bagé.
[49] Zeferino Fagundes de Oliveira nasceu em Porto Alegre, em 26 de agosto de 1784. Em 1814, já era morador de Bagé, estancieiro e proprietário de escravizados. Ao que parece, Pedro Fagundes e Zeferino Fagundes eram irmãos.
[50] Vicência Constança de Souza Escoto nasceu em 20 de novembro, mas foi batizada em 06 de novembro de 1783, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Rio Pardo. Os padrinhos foram os avós maternos, Caetano de Souza Nunes e Paula Maria Cardoso. Ver: *Family Search – "Brasil, Rio Grande do Sul,*

na Freguesia de Encruzilhada do Sul, na Comarca de Rio Pardo.[51] Não foi possível confirmar em que circunstâncias Manoel Luís conheceu o juiz de paz e sua esposa, porém, é possível que tenha sido primeiramente apresentado a um dos filhos do casal, o oficial do Exército Antero de Oliveira Fagundes.[52] Os dois atuaram juntos no 2º Regimento de Cavalaria, que contava com outros oficiais da família Fagundes.[53] Ainda novo na localidade, tudo indica que Manoel Luís Osório passou a frequentar a casa do juiz de paz Zeferino Fagundes.[54] Em visita à residência da família Fagundes, uma das principais de Bagé, Manoel Luís Osório conheceu a jovem Francisca Fagundes de Oliveira,[55] filha do casal Zeferino e Vicência.[56]

Pouco tempo depois, obtendo aprovação da família da moça, Manoel Luís e Francisca Fagundes marcaram o casamento para o dia 15 de novembro de 1835. O

Registros da Igreja Católica, 1738-1952," data base with images. Rio Pardo, Nossa Senhora do Rosário, Batismos 1783, p.128. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FX9X-N?i=127&cc=2177295 Acesso em: 10 de julho de 2023.

[51] Pelo que foi informado por Fernando Luís Osório, o casal teve cinco filhos. Os nomes relacionados pelo autor, porém, não bateram com os registros encontrados no site *Family Search*.

[52] Antero de Oliveira Fagundes nasceu na vila de Bagé, porém, a data não foi possível confirmar. Era casado com Florisbela Delfina de Medeiros. Na década de 1840, ainda durante a farroupilha, atuou como tenente do 2º Regimento de Cavalaria, sob ordens naquele momento do tenente-coronel Manoel Luís Osório. Ver: OLIVEIRA, Cândido Baptista de. *Reconhecimento Topográfico da Fronteira do Império, na Província de São Pedro.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, p.16.

[53] Era o caso do tenente Felisberto Fagundes de Souza, mencionado anteriormente.

[54] Ao que parece, o casal teve seis filhos. Não foi possível encontrar o registro de três deles: Antero Fagundes de Oliveira, Cândida Firmina Fagundes de Oliveira e Francisca Fagundes de Oliveira – futura viscondessa do Herval. Alguns registros foram encontrados no site *Family Search;* Bárbara Fagundes de Oliveira nasceu em 20 de dezembro, mas foi batizada em 20 de março de 1820, na Igreja de Santa Bárbara da Encruzilhada. Os padrinhos foram: Antônio Joaquim da Rosa e sua mulher Firmina Cândida de Freitas. Family Search – "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952," data base with images. Encruzilhada, Santa Bárbara, Batismos 1820, p.687. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CNV-D?i=686&cc=2177295; Zeferino Fagundes de Souza nasceu no dia 1º de outubro, mas foi batizado no dia 21 de outubro de 1813, na Igreja de Santa Bárbara na Freguesia de Encruzilhada. Os padrinhos foram: Felisberto Rodrigues de Freitas e sua esposa Maria Thereza de Jesus (irmã de Vicência e tia de Zeferino). Ver*: Family Search – "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da Igreja Católica, 1738-1952", database with images,* Encruzilhada do Sul, Santa Bárbara, Batismos 1813, p.557. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CNL-S?i=556&cc=2177295; Gaspar Fagundes de Oliveira nasceu em 4 de junho, mas foi batizado em 4 de outubro de 1818, na Igreja de Santa Bárbara da Encruzilhada. Os padrinhos foram Manuel Lopes Machado e a esposa Ana Maria do Nascimento. O Cura José Madeira Pereira afirmou no registro, ter batizado a criança que tinha quatro meses e "estava enfermo, em artigo de morte". Ver: *Family Search – "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da Igreja Católica, 1738-1952", database with images.* Encruzilhada do Sul, Santa Bárbara, Batismo 1818, p.656. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CN8-B?i=655&cc=2177295 Acesso em: 10 de julho de 2023.

[55] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Op. Cit. p.291-292. Fernando Luís Osório falando de sua mãe, Francisca Fagundes, na biografia de Manoel Luís Osório, descreveu-a da seguinte maneira: "era de pequena estatura, delicada, de cor morena, olhos negros e brilhantes, cabelos pretos e vasto porte gracioso, reunindo à beleza física qualidades morais apreciáveis. Inteligente, boa sensível, modesta, costumava trajar com elegante simplicidade, completamente indiferente aos custosos e variados enfeites, em regra proferidos pela tola vaidade [...]".

[56] Francisca Fagundes de Oliveira, futura viscondessa do Herval, nasceu em Bagé em 1815. Não foi possível encontrar o seu registro de batismo.

casamento ocorreu, portanto, menos de dois meses após a eclosão da Revolta Farroupilha. Ainda assim, a Igreja de São Sebastião, onde foi realizado o casamento,[57] contou com a presença da família de Francisca Fagundes[58] e de companheiros de farda de Manoel Luís Osório.[59] Estiveram presentes o capitão do Exército Emílio Mallet,[60] um dos padrinhos do casamento, junto à esposa, Joaquina Castorina de Medeiros, assim como, Cândida Firmina de Oliveira Fagundes – irmã mais velha de Francisca Fagundes – que também apadrinhou o casal. Sendo ela acompanhada pelo marido João Antônio Rosado, que parecia ser português de origem, de quem não encontrei informações.

A relação de sociabilidade entre o capitão Emílio Mallet – futuro barão do Itapevi – e o tenente Manoel Luís Osório já foi destacada em outros estudos,[61] o relacionamento entre esses dois parceiros de farda estava alicerçado no compadrio, um parentesco indireto, mantido entre os dois ao longo dos anos. Mallet era casado com a filha do coronel do Exército Antônio Medeiros da Costa,[62] que era ao mesmo passo "abastado fazendeiro" em Bagé.

Manoel Luís Osório e Francisca Fagundes foram padrinhos também do casamento entre Emílio Mallet e Joaquina C. de Medeiros e de um dos filhos do casal, João Nepomuceno Mallet. Dedicando-se a carreira das armas, tomou parte da Guerra do Paraguai e, em 1878, quando no posto de major do Exército, foi chamado para o gabinete do então ministro da Guerra Manoel Luís Osório.

Francisca Fagundes de Oliveira e Manoel Luís Osório tiveram cinco filhos, mas apenas quatro chegaram à idade adulta: Fernando Luís Osório, Manoela Luísa Osório, Adolpho Luís Osório e Francisco Luís Osório.[63] Infelizmente, apenas consegui recuperar o registro de Manoela, nascida em 29 de setembro de 1851 e batizada no dia 3 de

---

[57] O historiador Marcelo Matheus dos Santos mencionou que os primeiros livros de matrimônio e de batismo da Vila de Bagé foram perdidos. Ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870).* 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021, p.91.

[58] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Op. Cit. p.291-292.

[59] Idem.

[60] Emílio Luiz Mallet nasceu na França, onde frequentou a Escola Militar, formando-se no curso de matemática. No Brasil, dedicou-se à carreira das armas, assentando praça e recebendo a distinção de 1º cadete, em 1822. SEIDL, Ernesto. *A Espada como "vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999, p.94.

[61] GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no Século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval.* Dissertação (Mestrado em História), Seropédica: UFRRJ/PPHR, 2019, p.48.

[62] Oficial que se manteve fiel as tropas do Exército imperial durante a farroupilha, o coronel Antônio de Medeiros Costa era casado com Dorotéia de Medeiros. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Vol. 29, 1933, p.397-398.

[63] Ver Anexo 1.

dezembro do mesmo ano, em Povo Novo, na Comarca de Rio Grande.[64] Os padrinhos, que compareceram na Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, foram D. Clara Maria da Silva e Cunha[65] e o marido e rico fazendeiro Manoel Vieira da Cunha.[66]

Formado no Curso de Matemática, em 1827, na Universidade de Coimbra, Manoel Vieira da Cunha era integrante de uma das famílias da elite comerciante do Rio Grande do Sul. Um de seus irmãos, Alexandre Vieira da Cunha, foi um dos candidatos mais votados nos pleitos eleitorais disputados na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, entre 1833-1836. O outro irmão, Joaquim Vieira da Cunha, esteve em diversas Legislaturas da Assembleia de Deputados Provinciais.[67]

Naquele instante, o tenente Osório já parecia ter ampliado sua rede de relações na nova localidade de Bagé e dentro do próprio Exército. A família de Francisca Fagundes de Oliveira era uma das mais prestigiosas da região. Os casamentos realizados pela família Fagundes de Oliveira, mencionados anteriormente, poderiam indicar que assumir vínculos com oficiais do Exército seria talvez uma maneira oportuna de proteger os negócios familiares, em um momento de grande incerteza sobre o destino político e militar da província.

Não à toa as mulheres da família se casaram com oficiais das forças militares. O irmão de Zeferino, por exemplo, Pedro Fagundes de Oliveira – mencionado no início do item – casou a sua filha, Delfina Fagundes, com o paulista Irineo Riet da Rocha. Esse indivíduo não era do Exército nem da Guarda Nacional, mas foi subdelegado de Polícia em Bagé. Isso demonstrava uma certa preocupação com a proteção pessoal.[68]

---

[64] "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952," images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/3:1:939N-F692-1D?cc=2177295&wc=M78X-4N5%3A371564801%2C371564802%2C371575101 29 de August 2022). Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F692-1D?i=22&cc=2177295 Acesso em: 23 de outubro de 2022.

[65] Ao que parece, era natural da Colônia de Sacramento. Filha de José Tomás da Silva, nascido no Rio de Janeiro, que parece ter se dedicado também ao comércio. Ver: NUNES, Dúnia dos Santos. *A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.148.

[66] Filho de José Vieira da Cunha, juiz de Direito formado em Coimbra, comerciante e contrabandista na vila de Rio Grande, que foi vice-presidente da província em 1836. A família era uma das mais proeminentes na região sul da província, participando ativamente da política e da sociedade da elite local. Ver: GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p.172.

[67] Ver mais informações em: MAIA, Leonardo Poltozi. *A Força da Pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em Direito nas relações políticas dos sul-rio-grandenses: Pelotas e Alegrete (1850-1870).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

[68] Para mais informações sobre os casamentos da família Fagundes de Oliveira, ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870).* 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021, p.91-92.

Acredito que o consórcio com a jovem Francisca Fagundes de Oliveira, filha de Zeferino Fagundes, rico estancieiro em Bagé, pode ter sido vantajoso para Manoel Luís Osório. Do ponto de vista econômico, alguns anos depois, o sogro foi citado em documentos de prestação de contas da fazenda de Manoel Luís Osório, nas margens do rio Arapehy, no Estado Oriental.

É possível atestar que Zeferino Fagundes atuou na venda de animais da criação de Manoel Luís Osório, assim como intermediário de transações financeiras ligadas àquela propriedade. Esses documentos foram produzidos no tempo cuja administração da fazenda ficou sob responsabilidade de seu cunhado, João Jacinto Pereira, casado com a irmã mais velha, Ana Luísa Osório.[69]

A ampliação do capital social, a partir do matrimônio, era uma das estratégias de reprodução social. Depois da rejeição que havia sofrido em relação a família de Ana de Rio Pardo, a moça que os biógrafos apontaram como sua primeira pretendente,[70] o casamento com Francisca Fagundes de Oliveira era certamente fundamental para manter a pretensão de ascensão social. Na cultura política da época:

> O jogo de relações pessoais, 'base de economia de favores', não era acionado apenas em casos isolados, para se obter um benefício específico. Amplas redes de solidariedade eram tecidas em oposição a outras, constituídas entre os opositores. Era por meio dessa lógica que esses homens do século XIX pensavam a política e exerciam funções administrativas.[71]

Talvez devido a esse conjunto de interações sociais, Manoel Luís Osório assumiu uma postura, ao menos aparentemente, mais discreta nas tramas políticas. Ainda é possível que tenha atuado nos bastidores, deixando poucos vestígios aparentes sobre essa atuação.

Todavia, os meses que antecederam o consórcio entre Manoel Luís Osório e Francisca Fagundes de Oliveira registraram grande agitação política na província. Através dos periódicos que circulavam na Corte, é possível notar as denúncias sobre os delitos ocorridos com funcionários públicos nomeados pela regência, para os cargos no Sul. A exemplo do que ocorreu com o juiz de paz de Rio Pardo, em meados de 1835, que,

---

[69] IHGB – Arquivo General Osório – Documentos Pessoais. *Relação de contas da Fazenda em Arapeí*, em 1841-1842, p.1-30. Notação final: DL225.002. É possível atestar esse investimento de Zeferino Fagundes na Fazenda em Arapeí, através dessa documentação de prestação de contas da propriedade. Essa documentação era de autoria de seu cunhado João Jacinto Pereira, responsável pela administração das contas da propriedade, que era casado com Ana Luísa Osório, irmã de Manoel Luís Osório.

[70] Esse episódio foi analisado no capítulo III.

[71] SOUZA, Adriana Barreto de. Duque de Caxias: o homem por trás do monumento. Op. Cit. p.247.

ao realizar a devassa de alguns acontecimentos "criminosos ali ocorridos", acabou "assassinado em sua própria casa". O medo se espalhou pela localidade. Afirma-se "que os ódios políticos não foram estranhos a semelhante atentado", sendo as causas atribuídas aos "indivíduos do partido denominado farroupilha".[72]

Por essa razão, busquei, em registros indiretos, recompor a atuação de Manoel Luís Osório entre setembro e dezembro de 1835, quando parecia ter aderido à Revolta Farroupilha.[73] Como dito anteriormente, existiram alguns impedimentos documentais em relação à atuação do tenente Manoel Luís Osório, no início da Revolta. Um desses impedimentos remetem à dissolução do 5º R. C. Durante a mudança para a localidade de Bagé, o "arquivo com as informações dos oficiais e praças que faziam parte do regimento foi extraviado". Essa informação foi alegada por Manoel Luís Osório em requerimento enviado ao governo imperial, em 1839.[74] No entanto, é possível que a adesão à revolta de grande parte do efetivo do 2º Regimento de Cavalaria, possa ter contribuído para "a perda de papéis" que atestavam a conduta militar de praças e oficiais. [75]

4.3. "Os Rio-grandenses defendem o pendão da liberdade"[76]

Através da comunicação política do presidente da província com o ministro do Império, é possível observar as denúncias sobre as tramas do "partido farroupilha", na província.[77] As autoridades do governo, a partir de então, resolveram afastar, dos

[72] BN – Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ) – 1827 a 1839.* Rio de Janeiro, n.1076, 31 de julho de 1835, p.3-4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=4715 Acesso em: 01 de julho de 2023.

[73] Em relação ao período em que atuou nas tropas de repressão à revolta, as tropas legalistas, como será trabalhado na sequência, foram encontrados registros de cartas e ofícios que indicam a atuação de Osório nos bastidores da política, induzindo e/ou influenciando correligionários e amigos a atuarem na defesa da monarquia constitucional.

[74] A situação descrita soma-se à seleção documental certamente realizada por sua família, no arquivo de Manoel Luís Osório, antes da doação aos acervos de instituições de memória. Uma das estratégias, então, foi recorrer aos documentos produzidos por outros personagens que mencionaram suas ações naquele contexto. Com isso, foi possível perceber como os contemporâneos descreveram sua atuação, ou mesmo como seu nome apareceu em movimentações pelo território à frente do 2º R.C.

[75] Requerimento de Manoel Luís Osório ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, em 23 de abril de 1839, em Rio Grande. AHEX – *Ofício do marechal e presidente da província Antônio Elzeário de Miranda e Brito ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* (Anexo). Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande.

[76] A frase em destaque, cuja autoria foi creditada a Manoel Luís Osório, conforme seu filho biógrafo, fazia parte de versos verbalmente proferidos por ele em acampamento militar farroupilha, diante de líderes da revolta. A palavra Pendão é um sinônimo para bandeira ou estandarte. Ver: https://www.lexico.pt/pendao/

[77] Correspondência enviada por Antônio Rodrigues Fernandes Braga para Antônio Pinto Chichorro da Gama, de Porto Alegre, em 09 de dezembro de 1834. Biblioteca Nacional – Secção de Manuscritos – *Documentos relativos à República Rio-Grandense*. Rio Grande do Sul: [s.n.], 1831-1850, p. 42-46. Disponível em:

principais núcleos urbanos da província aquilo que havia sido um componente determinante nas manifestações que tomaram as ruas da Corte e das províncias, a parceria entre o povo e a tropa. Talvez em razão disso que o 5º Regimento de Cavalaria foi extinto somente depois de sua transferência para Bagé,[78] passando o efetivo a integrar o 2º Regimento de Cavalaria.[79]

A extinção do 5º R.C., o tradicional Regimento de Dragões de Rio Pardo, que fez parte da fundação da localidade, em meados de 1750, e representava um elemento simbólico para a região, servindo como um local privilegiado para a reprodução da hierarquia social. Os Osórios estavam entre essas famílias guerreiras que haviam fixado raízes no Regimento de Dragões de Rio Pardo.[80] Outras, como os Barreto Pereira Pinto, os Menna Barreto, os Corrêa da Câmara, os Neves também tiveram especial destaque na localidade. Com a modificação do Regimento de Dragões para Bagé, e principalmente a eclosão da guerra farroupilha, a localidade de Rio Pardo perdeu a importância comercial que tinha até então.[81]

Manoel Luís Osório certamente não recebeu com entusiasmo a notícia sobre a modificação do regimento em que atuava, sobretudo, pelas relações de confiança que havia construído na antiga guarnição. Em 1834, completava dez anos de serviço no Exército de 1ª Linha, quase metade desses anos foram cumpridos em Rio Pardo, portanto, pode-se dizer que Manoel Luís Osório era um oficial facilmente reconhecido naquela vila.[82]

---

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435009/mss1435009.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

[78] O 5º Regimento de Cavalaria seria recriado em 1852, a partir da dissolução do 7º Regimento de Fuzileiros. BARROSO, Gustavo (Org.). *Uniformes do Exército Brasileiro. Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil.* Edição Especial do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1922, p.39-40. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=2318 Acesso em 25 de junho de 2023.

[79] CV – 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.173.

[80] Ver capítulo I. Os irmãos dragões, coronel comandante Thomaz Luís Osório (tio-bisavô) e o tenente José Antônio Cardoso Osório (bisavô) de Manoel Luís Osório.

[81] COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre a "flor da sociedade" e a "escória da população": a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880).* Dissertação de Mestrado, São Leopoldo: PPGH-Unisinos, 2006, p.86-87.

[82] CV – 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.173.

Além de Manoel Luís Osório, no 2º R.C., existiam outros três tenentes: João Machado da Silveira,[83] José Antônio de Maynard[84] e Felisberto Fagundes.[85] Esses oficiais tinham em comum o histórico militar, isto é, a participação nas campanhas da Cisplatina e a atuação no Regimento de Dragões de Rio Pardo. Com exceção do tenente José Antônio Maynard, sobre o qual não foram encontrados dados suficientes, os demais possuíam esse mesmo vínculo com Rio Pardo. A experiência comum entre os oficiais era um indicativo de como os vínculos pessoais poderiam ser importantes na carreira.

Até porque, como mostrei no capítulo II, esses oficiais em geral não passaram por uma formação na Imperial Academia Militar. A formação nos serviços das armas havia acontecido em campanha e através da vinculação familiar aos regimentos.[86] Portanto, a transferência de uma guarnição inteira naquele período poderia ter sido desastrosa para a carreira de oficiais do Exército, e isso certamente impactava a relação do governo com a jovem oficialidade da província de São Pedro.

Apesar da transferência, pode-se imaginar que o "espírito anárquico" havia se espalhado entre a tropa. A expressão, derivada da palavra grega "anarquia", foi definida por Raphael Bruteau como: "[...] o estado de uma cidade, ou república, sem cabeça, ou

---

[83] João Machado da Silveira nasceu em Rio Pardo. Era filho do sargento-mor homônimo, João Machado da Silveira, e Francisca Clara do Nascimento. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.454.

[84] Não consegui muitas informações a respeito de José Antônio Maynard. Conforme o decreto nº 251, de 28 de novembro de 1842, que definia o quadro do Exército, Maynard ocupava o posto de major de cavalaria, mesma patente de Manoel Luís Osório à época. Ver: *Coleção de Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Executivo, 1842*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843, p.471. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html Acesso em: 29 de julho de 2023.

[85] Nascido em Porto Alegre em 1791, era filho de José de Souza Pacheco e Maria Teresa de Oliveira. Portanto, irmão do juiz de paz de Bagé, Zeferino Fagundes de Oliveira. O tenente também residiu em Rio Pardo, onde atuou no 5º Regimento de Cavalaria, após a campanha da Cisplatina. Ver: *Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ)* – nº 133, 04 de dezembro de 1824, p.2. In: Império do Brasil. Diário do Governo, vol.2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=C8ZeAAAAcAAJ&pg=PA548&lpg=PA548&dq=capit%C3%A3o+jorge+mazarredo&source=bl&ots=DGOuV36gWP&sig=ACfU3U0IqsrbAvYQndmaZ9rvbOtPXKi0ZA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwib5sOGtKiAAxV9EbkGHSFhAY44HhDoAXoECBgQAw#v=onepage&q&f=false Acesso em: 10 de julho de 2023.

[86] Essa mesma configuração foi assinalada por Adriana Barreto de Souza: "O Exército brasileiro da primeira metade do século XIX ainda era uma força de Antigo Regime, um bem da Coroa. É certo que alguns elementos favoreciam a ascensão na carreira. O prestígio da família, o título de cadete, o diploma de um curso matemático sempre ajudava. Mas nada disso era decisivo. Até porque cada súdito devia reafirmar o 'merecimento e a 'honra' da família através de novas demonstrações de fidelidade, prestando novos serviços". SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.206.

sem príncipe legítimo que a governe".[87] Muito recorrente na documentação oficial e na imprensa ao longo desses anos de revoltas, essa expressão – "espírito anárquico" – era uma estratégia retórica do governo e das lideranças legalistas para refutar o projeto político federalista. Esse projeto, por sinal, buscava entre outros aspectos, contrapor o Estado absolutista e/ou o centralismo monárquico, e garantir uma maior autonomia administrativa às províncias.[88]

O presidente Fernandes Braga, por exemplo, descreveu as ações sediciosas – "anárquicas" – ocorridas na capital Porto Alegre, entre os dias 19 e 20, em correspondência ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Joaquim Vieira da Silva e Souza. Segundo ele, as tropas que estavam à sua disposição somavam não mais do que 70 praças, e de não muitos guardas nacionais (cerca de 20 homens a cavalo).[89] Com isso, pode-se inferir que essas decisões tomadas pelo governo regencial – a redução dos efetivos e a transferência de regimentos e oficiais – reforçavam a insatisfação da tropa e de moradores locais, a cada dia mais insuflados pelas ideias de autonomia política propagadas pela facção farroupilha.

Como mencionado no início do capítulo, o aumento do descontentamento em relação aos impostos e taxações sobre a produção na província transformaram-se em "desordens, espancamentos e até homicídios". Tudo isso era denunciado pela Presidência do Rio Grande do Sul.[90] Na administração de Fernandes Braga, teve início uma "sublevação de parte das tropas e do povo".[91] A sequência desse enfrentamento resultaria na eclosão da Revolta Farroupilha em 20 de setembro de 1835.[92]

Quando isso tudo ocorreu, Manoel Luís Osório encontrava-se na guarnição de Bagé. No local, ficavam posicionados os oficiais do 2º Regimento de Cavalaria. E, como

---

[87] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico (...).* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p.361. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445 Acesso em: 20 de maio de 2022.

[88] Aqui vale destacar que a ideia de federalismo não estava associada especificamente ao ideal republicano. A reforma de 1834 e a formação das assembleias provinciais foram encaradas como manifestações de teor federalista, mesmo se tratando de um governo monárquico. BOEIRA, Nelson (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul. 1ª Ed., V.2,* Passo Fundo: Mérito, 2006.

[89] Correspondência enviada por Antônio Rodrigues Fernandes Braga a Joaquim Vieira da Silva Souza, da cidade de Rio Grande, em 29 de setembro de 1835. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra-civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1881, p.39-46.

[90] Ofício enviado por Antônio R. Fernandes Braga para Antônio Pinto Chichorro da Gama (ministro e secretário do Império). Apud. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845: Processo.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Ed.31, Vol. 1-3, 1935, p.218.

[91] RODRIGUES, Alfredo Ferreira (Org.). *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Oficinas da Livraria Americana, 1894, p.4.

[92] E, logo na sequência, resultaria também no projeto de República do Piratini em 11 de setembro de 1836.

será mostrado na sequência, esse foi um dos regimentos mais insuflados durante a eclosão da Revolta. Entre os documentos que sublinharam o engajamento de Manoel Luís Osório entre os rebeldes posso destacar os ofícios trocados em maio de 1839, entre o marechal Antônio Elzeário de Miranda e Brito e o ministro e secretário dos Negócios da Guerra, João Vieira de Carvalho.

Para Elzeário de Miranda e Brito: "[...]Ele (Manoel Luís Osório) foi dos primeiros que entrou na sedição de 20 de setembro; e até o principal conspirador da tropa, que então se sublevou contra o marechal Comandante das Armas Sebastião Barreto".[93] Nesses ofícios, as autoridades do Império incluíram-no entre os oficiais do Exército que contaminaram o regimento com discursos de ordem, insuflando a tropa, resultando na eclosão da Revolta Farroupilha.

É possível que o tenente Osório tivesse alguma capacidade de influenciar os subordinados do 2º R.C., muito embora, o regimento fosse comandado pelo já mencionado capitão Jorge Mazarredo.[94] Na noite do dia 19 de setembro, o capitão recebeu ordens para somar forças com o efetivo do marechal Sebastião Barreto e seguir até a vila de São Gabriel – onde estava posicionado o 3º Regimento de Cavalaria –, que já estava sob sítio dos rebeldes farroupilhas.[95] Desse modo, o tenente Manoel Luís Osório teve ordens para seguir, junto ao 2º R.C., ao encontro do marechal Sebastião Barreto, com quem "existia rancorosa inimizade"[96] e oposição política. A partir daí, o tenente traçou um plano que, se tivesse executado em sua totalidade, poderia ter sido determinante em sua trajetória, pois tinha a finalidade de efetuar a prisão do marechal e Comandante das Armas Sebastião Barreto. Para isso, utilizou-se da sua capacidade de liderança para tentar se vingar de Sebastião Barreto.

Ao que tudo indica, "na noite em que Barreto se aproximava de São Gabriel, Manoel Luís Osório fez sublevar o regimento",[97] que, em sua maior parte, aderiu à

---

[93] AHEX – *Ofício do marechal e presidente da província Antônio Elzeário de Miranda e Brito ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* (Anexo). Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839

[94] Como afirmou o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira: "os 'homens bons' da terra sulina se enredavam em parentescos, alianças, compadrios". MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Por se ter queimado uma preta escrava, com o pretexto de bruxaria: fronteira, impunidade e crença dos senhores no poder mágico-religioso de seus cativos (Rincão de Artigas / 1856). In: *História em revista*. Pelotas: Editora da UFPEL, nº 16, 2010, p.34.

[95] CV- 5067. Correspondência de Alfredo Varela a João Luís Gomes, em 31 de julho de 1895. AAHRS - *Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.173.

[96] Idem.

[97] Ibidem. O marechal Sebastião Barreto, segundo mostrei no capítulo III, teria sido o responsável por declarar sua prisão, na qual permaneceu por quase um ano, em razão de um episódio controverso na fronteira.

Revolta Farroupilha. No entanto, novamente avisado deste plano "a tempo de poder escapar-se ligeiramente", Sebastião Barreto refugiou-se em sua propriedade em Taquarembó, no Estado Oriental do Uruguai.[98]

Frustrado o plano de prisão de seu desafeto, em São Gabriel, liderando o grupo de oficiais dissidentes do 2º R. C., o tenente Manoel Luís Osório deveria se reunir às tropas rebeldes comandadas pelo coronel Bento Manuel Ribeiro. O tenente Manoel Luís Osório, porém, possuindo laços de compromisso e de reciprocidade com o capitão Mazarredo, mencionados no início deste item, foi convencido a escoltá-lo até o Estado Oriental, apesar de seu posicionamento político contrário.[99]

De fato, o tenente parece ter reunido alguns oficiais de confiança, que o ajudaram a conduzir em segurança o capitão Jorge Mazarredo, a quem se referia como "distinto amigo e camarada", até a fronteira. Com o afastamento do capitão comandante da tropa, Manoel Luís Osório passou a ser a principal liderança do 2º Regimento de Cavalaria. É possível que isso tudo tivesse sido acordado anteriormente entre os dois oficiais. As intrigas pessoais, sempre importante lembrar, misturavam-se aos conflitos políticos e militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Isso foi visto na relação entre o marechal Barreto e o jovem Osório. Da mesma forma, os relacionamentos pessoais também poderiam ser fundamentais para a garantia de proteção. Assim como neste outro caso, entre o capitão Mazarredo e o tenente Osório.

Depois da escolta ao então comandante Jorge Mazarredo, "liderados pelo tenente Manoel Luís Osório", os oficiais do 2º R. C. apresentaram-se, em São Gabriel, às forças do coronel Bento Manoel Ribeiro.[100] Logo que chegou nesta vila, no dia 12 de outubro, Manoel Luís Osório foi conduzido à prisão sob suspeição do coronel Bento Manoel

[98] CV – 5064. Correspondência de João Luís Gomes a Alfredo Varela, em 05 de abril de 1895. AAHRS - *Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985, p.153.

[99] Joaquim Francisco de Assis Brasil, no livro *História da República Rio-Grandense*, publicado em 1892, assinalou que "Manoel Luís Osório, pôs-se à frente dos levantados", apresentando-se em São Gabriel "a Bento Manoel e aderiu a revolução". (1892, p.110) Fernando Luís Osório, rebatendo as conclusões apontadas pelo autor, dizia ter reproduzido na biografia que escrever sobre o pai, "ipsis verbis" os relatos feitos por Osório. Segundo dizia: "estava destacado com o Regimento em Bagé de onde marchei a reunir-me à coluna comandada pelo general das Armas Barreto, a qual, em frente a S. Gabriel foi pelo mesmo General dissolvida porque ele teve notícia de que na vila havia uma força inimiga de 600 homens, muito superior à sua, e que a revolução tinha triunfado em toda a Província. Em seguida fugiu para o Estado Oriental. Nesse ato, o meu distinto amigo e camarada Capitão Mazzarêdo pediu-me que o salvasse colocando-o naquela mesma noite fora do alcance dos revolucionários; então, com 4 praças do Regimento escoltei e guiei o meu amigo até o Estado Oriental. Depois voltei e fui apresentar-me a Bento Manoel, nomeado Comandante das Armas pela revolução". Ver: ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Erus, 1981, p.110; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Op. Cit. p.285.

[100] SPALDING, Walter. *A Invasão Paraguaia no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p.443-444.

Ribeiro. O motivo da desconfiança do coronel em relação ao tenente Osório era a proteção que ele havia oferecido ao capitão Mazzaredo em sua fuga para a fronteira.

O coronel Bento Manoel queria afastar qualquer possibilidade de ser surpreendido por um plano de traição no interior de sua tropa. Oficial experiente, logo percebeu que aquela prisão não teria como se sustentar. A tropa não tardaria a reivindicar a libertação do tenente Manoel Luís Osório. Foi então que, chamado para uma conversa com o coronel Bento Manoel, o jovem oficial teve a oportunidade de explicar como havia procedido em relação ao episódio em questão. Pode-se dizer que, depois disso, conseguiu recuperar sua reputação junto àquele coronel, que o fez comandante da companhia de oficiais do 2º Regimento de Cavalaria.[101]

4.4. "Quem for livre corras às armas se escravo não quer ficar"

O começo da Revolta Farroupilha registrou movimentações e ações da facção farroupilha em diferentes locais da Província de São Pedro. Na capital Porto Alegre, a exemplo de Bagé e outras localidades do interior, desde o dia 19 de setembro de 1835, já circulavam rumores de que o coronel Bento Gonçalves tinha reunido "uma força de 600 homens", dispostos a trabalhar pela sedição.[102]

No dia seguinte, em 20 de setembro, após perceber que uma grande parte da guarnição de Porto Alegre havia desertado ou aderido à causa farroupilha, Fernandes Braga – ainda na presidência da província – foi forçado a "abandonar a cidade de Porto Alegre". A bordo da *Escuna Rio-grandense*, seguiu em direção ao porto de Rio-Grande, cidade em que permaneceu até o dia 21 de outubro de 1835, levando consigo a sede do governo. Depois, seguiu daquele porto para o "exílio" no Rio de Janeiro, sem esperar seu substituto.[103] Desde maio de 1834, exercia o cargo de presidente da província. A sua fuga da capital Porto Alegre franqueou o controle da cidade aos farroupilhas.

Sob liderança do coronel Bento Gonçalves, as tropas rebeldes rapidamente assumiram controle e, para isso, enfrentaram pouca ou nenhuma resistência. Já no dia 21

[101] Idem.
[102] Correspondência enviada por Antônio Rodrigues Fernandes Braga a Joaquim Vieira da Silva Souza, da cidade de Rio Grande, em 29 de setembro de 1835. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra-civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1881, p.39-46.
[103] Correspondência enviada por Antônio Rodrigues Fernandes Braga (presidente da província) para Antônio Paulino Limpo de Abreu – futuro visconde de Abaeté – (ministro da Justiça), no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1835. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra-civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1881, p.48-51.

de setembro de 1835, Bento Gonçalves "desfilou com as tropas farrapas, fardadas com blusas amarelas e barretinas vermelhas", pelas ruas de Porto Alegre, empossando interinamente no Palácio do Governo, o terceiro vice-presidente mais votado pela Assembleia provincial, Marciano Pereira da Silva.[104]

Depois do dia 20 de setembro, praticamente em todas as regiões da província, foram registradas ações dos rebeldes farroupilhas.[105] Como grande parte do efetivo do Exército encontrava-se posicionado na fronteira, somente nas vilas de São Gabriel e Rio Pardo, ocorreram tentativas efetivas de resistência à Revolta.

Depois de se reunir com o 2º R. C. em São Gabriel, onde estava Bento Manoel Ribeiro, episódio descrito no item anterior, retornando a Bagé, o tenente Osório seguiu com sua tropa para outro acampamento, onde estava Antônio de Souza Netto. Esse outro líder farroupilha, até aquela conjuntura, era coronel de Legião da Guarda Nacional em Bagé. Depois se destacaria como um dos principais chefes daquela revolta.[106] No acampamento farroupilha de Bagé, ao que tudo indica, permaneceu por menos de uma semana. Ainda assim, sua capacidade de liderança e a inserção do jovem oficial nas fileiras do Exército rebelde, foram destacados mesmo por seus adversários políticos e militares.[107]

Tudo indica que, entre os fiéis companheiros do seu regimento, Osório sentia-se à vontade para expressar o seu entendimento sobre a linguagem política daquele movimento. Através de alguns versos, certamente pronunciados em voz alta, com o sentido de contagiar e/ou motivar o regimento com as usas palavras de ordem.

Ao contrapor alguns desses versos cuja autoria foi creditada a Manoel Luís Osório, com o pronunciamento do então líder farrapo Bento Gonçalves, as ideias pareciam conversar entre si. Com isso, não quero afirmar que existia um pensamento unitário em relação aquele processo político nem mesmo eliminar discordâncias que de fato ocorriam. O que estou destacando somente é que Manoel Luís Osório parecia estar alinhado ao pensamento de alguns dos principais líderes militares naquela conjuntura histórica.

Os versos do tenente Manoel Osório diziam:

---

[104] FLORES, Moaçyr. A Revolução Farroupilha. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.45.
[105] Idem.
[106] Netto foi o proclamador da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836.
[107] AHEX – *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

Minerva baixou do Olimpo
Essa deusa,[108] essa beldade,
Erguendo sobre o Rio Grande
O pendão da Liberdade.

Exultai ó dia Vinte[109]
Com glória, com igualdade
Os rio-grandenses defendem
O pendão da Liberdade.

A pátria em paz chama os filhos
Toda cheia de bondade:
Os filhos meus, defendem sempre
O pendão da Liberdade.

A espada do despotismo
Nos quer hoje a lei ditar
Quem for livre corras às armas
Se escravo não quer ficar.[110]

A poesia enaltecia a "liberdade" como um dos ideais do movimento farroupilha. Os "rio-grandenses", de acordo com essa visão, lutavam contra o "despotismo" do governo imperial, em referência às demandas por autonomia administrativa, defendida pelo grupo em relação a província. Esses seriam alguns dos motivos que fizeram "Minerva baixar do Olimpo", ou seja, o prelúdio da guerra. Algo semelhante ao que diziam os versos era proposto pelo coronel Bento Gonçalves em manifestação realizada ainda durante os primeiros dias da rebelião, em 25 de setembro de 1835.

O manifesto do líder rebelde assinalava que o Brasil conheceu, no "dia vinte de setembro de 1835", aquilo que considerou: "a consequência inevitável de uma má e odiosa administração". Referindo-se ao ex-presidente Fernandes Braga, o líder farroupilha afirmava que os rebeldes não encontraram outra forma para "restaurar o império da lei, [senão] afastando de nós um administrador inepto e faccioso".[111]

Acredito que esses discursos buscavam assumir o controle de uma narrativa que dizia ser "de todos os rio-grandenses", lutando em defesa da "liberdade".[112] Esse ideal de "liberdade" parecia ser reivindicado pelos rio-grandenses, como forma de convencimento

[108] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico (...).* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p.630-632. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445 Acesso em: 20 de maio de 2022.
Referia-se metaforicamente à Deusa das artes, da sabedoria e da guerra, chamada de Minerva, conforme a mitologia romana.
[109] Fazia referência ao dia 20 de setembro de 1835, quando rebentou a revolta farroupilha na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
[110] OSÓRIO, Fernado Luís. *História do General Osório*. Op. Cit. p.228-229.
[111] AHRS – *Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva.* Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985, p.268.
[112] Idem.

e adesão ao grupo. Aqui vale dizer que não há uma unanimidade na historiografia em relação ao caráter separatista dos líderes da revolta no Rio Grande do Sul, ainda mais em se tratando do princípio da Farroupilha. Para muitos rebeldes, pode-se dizer que a revolta tinha "somente o fim de desalojar da presidência o Doutor Fernandes Braga".[113]

Entretanto, para além do conflito político que promoveu sérias consequências militares, a farroupilha teve um forte componente social. Esse discurso em "nome da liberdade", entre outras interpretações, poderia ser entendido também como autonomia para tomar decisões a nível provincial, como, por exemplo, a legitimidade da cobrança de certos impostos. No início deste capitulo, mencionei que um dos impostos que geraram maior debate na Assembleia provincial, antes dos acontecimentos de setembro de 1835, foi justamente o retorno da cobrança da "meia sisa (5%) nas compras e vendas de escravos ladinos".[114]

Esse exemplo serve para atestar que, na visão de grande parte dos líderes farroupilhas, o conceito de liberdade não pretendia uma ruptura com a escravidão.[115] Tanto que, quando redigiram a Constituição da República, em 1843, os farroupilhas "tiveram o cuidado de, assim como a Constituição de 1824, não tocar na questão da escravidão".[116]

Com isso, é possível que os líderes farrapos, mesmo sendo em grande parte escravistas, utilizassem desses discursos, em certa medida carregado de ambiguidades, para estrategicamente inflamar as senzalas dos chefes do "Exército legalista", motivando suas fugas. Os caminhos da liberdade prometidos aos escravizados tinham em contrapartida a incorporação ao Exército farrapo. Através do engajamento desses indivíduos, que em grande parte formaram os "Corpos de Lanceiros Negros", os rebeldes construíram importantes vitórias no princípio da revolta.

---

[113] CV-8831 - Correspondência enviada por Joaquim Gonçalves da Silva para Alfredo Varela. 1895. AAHRS. *Duelo de Farroupilhas: documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha, 1835-1845*. v.21. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.39.

[114] BN – Alvará determinando o pagamento de sisa e meia sisa. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1809. 0022B, 001, 005, nº 19. Obras Raras. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or22b_1_5n19/or22b_1_5n19.pdf Acesso em: 11 de março de 2024.

[115] Concordo com Petiz quando afirma, a partir da constatação do avanço recente de pesquisas acerca da escravidão no Rio Grande do Sul, que a temática deixou de ser um assunto somente abordado em "nota ao pé de página". PETIZ, Silmei. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835).* Tese de Doutorado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009, p.39.

[116] MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870).* 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021, p.380.

O recrutamento de escravizados, durante o conflito, também ocorreu no Exército legalista. Isso demonstrava: "a precariedade da liberdade proporcionada pelo tipo de liberdade que a guerra havia dado".[117] Ou ainda, o limite da liberdade conferida aos indivíduos em condição de escravidão, em um contexto belicoso.[118]

Sobre a poesia de Manoel Luís Osório, acredito ser importante fazer mais dois comentários. Apesar de não ter frequentado bons colégios, tampouco ter cursado o ensino superior, Osório era alfabetizado, diferentemente de outros oficiais contemporâneos, como Davi Canabarro, por exemplo, considerado "semi-analfabeto".[119] Esse fator não impediu Canabarro de exercer cargos de comando na província de São Pedro. É possível que, em certo momento, este oficial utilizasse de "pena de aluguel", como eram chamados, à época, redatores, escritores e até mesmo jornalistas que, quando contratados para redigirem textos, recebiam honorários. Não parece que o mesmo tenha acontecido em relação às poesias de Manoel Luís Osório,[120] apesar da maior parte das poesias encontradas em seu arquivo não corresponder às originais e, além disso, em apenas duas delas constar a assinatura: "visconde do Herval".[121]

O outro comentário diz respeito ao autor da poesia e ao trecho final da última estrofe da poesia, "quem for livre corras às armas se escravo não quer ficar". A autoria dessa poesia não foi creditada a um "indivíduo qualquer". Tratava-se do tenente Manoel Luís Osório, um oficial das forças militares, proprietário de terras e de escravizados.[122] A sua militância no partido liberal não indicava qualquer oposição à escravidão. Vale

[117] Arquivo Nacional. Coleção Caxias, caixa 810, pasta nº 05, código fundo: OP, doc.201 a 250. Apud. CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional – 1830-1850).* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2013.

[118] Para aprofundar nessas questões ou em outras envolvendo escravizados em contexto de guerra no Rio Grande do Sul, ver: CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: "Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850.* Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS. 2013, p.113; OLIVEIRA, V. P.; Carvalho, D. V. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: (Orgs.). SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio. *Rio Grande do Sul Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento*. E-book, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.63-83.

[119] MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra...* Op. Cit.; 2016, p.219.

[120] IHGB – Arquivo General Osório. Série Produção Intelectual – Notação final: DL225.045; DL225.047; DL225.048; DL225.049; DL225.050.

[121] IHGB – Arquivo General Osório. Série Produção Intelectual – Notação final: DL225.045; DL225,049. A assinatura indica que as poesias foram escritas após 1868, quando recebeu o título de visconde com grandeza. Em uma das fontes (DL225.049), existem duas poesias, uma com a assinatura do visconde o Herval, outra com a menção: "Do Poeta Lagartixa". Duas são as hipóteses que tiro dessa menção. Primeiro, a hipótese que Osório se autointitulava assim, como uma espécie de pseudônimo. A outra, que Osório estava se inspirando nos versos do tal "Poeta Lagartixa" que, segundo consta, chamava-se Laurindo José da Silva Rabello (1825-1864), era médico fluminense e escreveu vários tipos de poesias.

[122] APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

mencionar que a concessão de liberdade para alguns dos escravizados de Manoel Luís Osório somente ocorreu no contexto final de sua vida. Consegui identificar a carta de alforria à "parda Gertrudes, de 35 anos", e ao seu filho "Genuíno, pardo, de 8 anos", em 1872, quando residia em Pelotas. Em seguida, libertou às escravizadas "Romana, de 22 anos de idade", e "Nactividade, de 21 anos", em outubro de 1878, quando o então general Osório estava no Rio de Janeiro, como senador e ministro da Guerra. Depois de sua morte, os herdeiros concederam alforria à "escrava Lauriana", em 20 de dezembro de 1879, "em retribuição aos bons serviços prestados" ao velho general.[123]

O mesmo valia para liberais de outras províncias. A trajetória do "Rei do Café" – Joaquim de Souza Breves – que construiu fortuna através do tráfico ilegal, em suas propriedades no Vale do Paraíba, cuja militância entre os liberais exemplificava como existia forte conexão entre diferentes expressões políticas e a manutenção da escravidão.[124] O mesmo acontecia com líderes rebeldes farroupilhas. No inventário feito em 1847, o líder rebelde Bento Gonçalves da Silva teve entre os bens listados cerca de 33 escravizados.[125] Algo semelhante a outros chefes da farroupilha, como por exemplo, Antônio de Souza Netto. Nesse caso, na ausência dos registros dos bens de seu inventário, um episódio em específico pode ilustrar o escravismo estrutural no Rio Grande do Sul, pouco antes da metade do século XIX.

Em 1845, em requerimento ao Palácio do Governo – chefiado à época por Caxias – um indivíduo chamado Moisés de Souza Netto dizia ser "escravo e também filho de Antônio de Souza Netto". Desde o início da guerra civil, marchou ao lado de seu pai e proprietário, quando em combate contra as forças legalistas, a 8ª Brigada do Exército sob comando de Francisco Pedro de Abreu (o Moringue), Moisés de Souza Netto acabou sendo aprisionado. Desde então serviu ao Exército legalista. Ao que parece, o homem esperou o término da guerra, para então suplicar a sua liberdade ao governo provincial.[126]

Com os episódios acima, não estou afirmando que não havia abolicionistas entre os farroupilhas. Acredito, porém, que o ideal de "liberdade" que apareceu com frequência

---

[123] HD 07, Pasta 078 e 079. In: APERS – *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de alforria. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: CORAG, 2006, p.545. Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/acervo-tabelionatos Acesso em: 22 de abril de 2023.

[124] Para mais informações sobre esse personagem, ver: PESSOA, Thiago Campos. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

[125] VOGT, Olgário Paulo; RADÜNZ, Roberto. Do presente ao passado: inventários post-mortem e o ensino de história. In: *Revista Latino-Americana da História*. Vol. 2, nº 6, 2013, p.25-39.

[126] APERS: 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 12 de Registro gerais, Folha 110v e 111. In: CV – 8075. *Os soldados libertos são os mais valentes.* AAHRS. Documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha. 2ª ed; e-book, v.20, São Leopoldo: Oikos, 2021, p.312.

na retórica política naquela conjuntura histórica, poderia ser entendida de diversas formas. E isso, foi instrumentalizado a favor dos rebeldes.

Por volta de 1838, as tropas farroupilhas tinham já dois "corpos de lanceiros negros", formado por escravizados que foram libertados das senzalas e levados aos campos de batalha. Um corpo de artilharia e outro de cavalaria. A prática do recrutamento de escravizados durante a Farroupilha foi bastante comum. A promessa de liberdade, contudo, jamais foi resolvida e ainda teve o episódio trágico, ao final da guerra, atualmente bastante difundido, chamado "a surpresa ou traição de porongos".[127]

Nesse episódio que marcou o fim da guerra civil, o barão de Caxias – presidente da província e comandante do Exército – em acordo com o general farroupilha David Canabarro, foram responsáveis por dizimar praticamente toda a tropa de "lanceiros negros", formada por escravizados. Os demais foram levados para o Rio de Janeiro, onde serviram ao Estado Imperial.[128]

Portanto, é preciso reconhecer que a escravidão foi um elemento estrutural no Rio Grande do Sul do século XIX, e, como tal, "a presença de cativos foi uma das marcas do processo de ocupação das fronteiras sulinas do Império brasileiro".[129] A escravidão teve ainda o papel de reproduzir as hierarquias e ampliar as desigualdades sociais ao longo do oitocentos, em um espaço territorial permeado por relações variadas e por conflitos bélicos. Para finalizar, vale destacar que os grupos subalternos, assim como os escravizados, "não tinham um papel apenas passivo nessas relações", ao contrário disso, "com seus próprios projetos, lutas e trabalho, construíram também as relações de dominação e solidariedade que davam forma àquela sociedade".[130]

Até porque, os relacionamentos de qualquer natureza precisavam ser reiterados cotidianamente. Tudo era passível de negociação e mudanças. Como veremos a seguir, em um momento decisivo em relação à política de repressão que o Império iria adotar

---

[127] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chivo Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.* 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2021.

[128] Para mais informações sobre os lanceiros, ver: Arquivo Nacional. Coleção Caxias, caixa 810, pasta nº 05, código fundo: OP, doc.201 a 250. Apud. CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional – 1830-1850).* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2013; OLIVEIRA, V. P.; Carvalho, D. V. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: *Rio Grande do Sul Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento.* (Orgs.). SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio. E-book, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.63-83.

[129] MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra...* Op. Cit.; 2016, p.294.

[130] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.377.

naquela província para conter a Revolta Farroupilha, o caso de Manoel Luís Osório, um estancieiro-militar do sul do Império, torna-se importante de ser acompanhado.

4.5. Mudanças, dissidências e anistias

Desde o início da Revolta, "os farroupilhas aguardaram por dois meses qual seria a resolução do governo imperial: repressão pelas armas ou aceitação de um movimento que sempre se disse não-separatista".[131] Enquanto isso, quase não havia mais resistência na capital Porto Alegre.

A Assembleia Legislativa, a exemplo de outras Câmaras Municipais, estava praticamente "dominada pelos rebeldes". É possível afirmar que, nos primeiros meses da Farroupilha, quase todas as regiões da província registravam o predomínio de forças rebeldes. A Revolta também havia se alastrado pela província: Rio Pardo, São Gabriel, Bagé, Rio Grande, Pelotas, São José do Norte. [132] Além de grande parte das cidades, os efetivos de linha também haviam aderido à Revolta. Os regimentos de cavalaria: de Jaguarão (o 4º R. C.), de São Gabriel (o 3º R. C.) e de Bagé (2º R. C.), além do 8º Batalhão de Caçadores de São Borja[133] e o 1º Corpo de Artilharia de Porto Alegre.[134]

No entanto, é preciso salientar que a Farroupilha foi uma "guerra de movimento". O conceito, desenvolvido por Antônio Gramsci, nas primeiras décadas do século XX, para analisar política e arte militar, diz que "conquistar posições não decisivas e, portanto, que não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia do Estado". Adaptando essa definição para a guerra civil farroupilha, que ocorreu em movimento constante, o Exército rebelde não procurava o conflito direto com as forças legalistas.

Diferente de guerras de posição, cujos efetivos são mobilizados para o confronto em trincheiras, visando ao domínio de uma região e à rendição completa das forças

---

[131] SCHMITT, Ânderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. *Esboços: histórias em contextos globais*, vol. 25, num. 40, 2018, p.358-377. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5940/594067196007/html/ Acesso em: 01 de agosto de 2023.

[132] FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1845): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004, p.16. Nas sessões que ocorreram em novembro de 1835, a assembleia era formada por deputados inclinados à defesa da revolta: Francisco Xavier Ferreira (presidente da mesa), José Mariano de Mattos (1º secretário), Antônio Alves Pereira Coruja (2º suplente), José Pinheiro Ulhôa Cintra, Fernandes Teixeira, Pedro José Almeida (Pedro Boticário), Padre Juliano de Faria Lobato e Vicente Ferreira Gomes.

[133] Tratava-se do 8º Batalhão de Caçadores, comandado por Lima e Silva.

[134] Tratava-se do 1º Corpo de Artilharia comandado por José Mariano de Mattos.

oponentes.[135] A Farroupilha registrou enfrentamentos de pequenos grupos que, por meio de movimentos rápidos e inesperados, buscavam surpreender as forças adversárias.[136]

Tudo isso impôs a dificuldade também em relacionar quais as localidades que estiveram sob domínio rebelde durante o conflito. Isso, porque tudo mudava com muita frequência. No início, os locais foram ocupados por forças farroupilhas, mas depois recuperados, e assim sucessivamente. A cidade de Rio Pardo, por exemplo, foi local de grande insubordinação nos primeiros meses da Revolta. Mas depois, com as mudanças que ocorreram e que serão analisadas a seguir, passou a registrar maior presença do Exército legalista. E isso não quer dizer que, em algum outro momento da guerra, nesse mesmo local, não tivesse quem manifestasse apoio aos rebeldes.

Em busca de reverter o cenário acima descrito, ainda com a maior parte do território tomado pelas forças rebeldes, o governo regencial nomeou, para a presidência da província: o charqueador e deputado geral José de Araújo Ribeiro (mais tarde visconde de Rio Grande). Essa era a segunda vez que José Araújo Ribeiro era designado presidente de uma província. Quando nomeado para à Presidência de Minas Gerais, cargo que desempenhou entre julho e novembro de 1833, assumiu após dois meses de revolta em Ouro Preto.[137] Araújo Ribeiro teve a incumbência de apaziguar os ânimos e negociar com a elite restauradora de Minas Gerais.

Ao chegar no Rio Grande do Sul, no dia 04 de dezembro de 1835, contudo, logo percebeu que a missão seria mais desafiadora do que a sua passagem por Minas Gerais. Nascido no Rio Grande do Sul, ao retornar a sua província de origem, Araújo Ribeiro tinha a missão de afastar a rebelião do horizonte daquele território. Entretanto, em 09 de dezembro, na cidade de Porto Alegre, a Assembleia Provincial se recusou a entregar-lhe

[135] GRAMSCI, Antônio. *Quaderni del carcere: edizione crítica a cura di Valentino Gerratana*. Torino: Einaudi, 1977, p. 802.

[136] Essa era uma característica da guerra à gaúcha, como assinalado no capítulo III. Ver também: MARIANTE, Hélio Moro. *Farrapos, guerra à gaúcha*... Op. Cit.;

[137] A Revolta do Ano da Fumaça, que assim foi denominada devido a uma forte neblina que pairava sobre a localidade de Ouro Preto, em março de 1833, quando começou a rebelião. A rebelião, segundo especialistas, foi tramada por restauradores que buscavam promover o retorno de D. Pedro I. Interessante comparar a ação do governo regencial em relação a sedição em Ouro Preto com a Revolta de Carrancas. Diferentemente da primeira, cujos protagonistas em grande parte eram brancos, os personagens centrais da Revolta das Carrancas eram indivíduos escravizados, que foram fortemente reprimidos. Ainda em consequência, a revolta possibilitou a discussão e a implementação do projeto de lei nº4, de junho de 1833, que determinava punições ainda mais rígidas para escravos rebeldes. Ver: Barata, Alexandre Mansur. A Revolta do Ano da Fumaça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2014.

a posse da Presidência.[138] Daí seguiu para a cidade de Rio Grande, onde passou a governar, a bordo da barca de guerra *Sete de Setembro*.[139]

Naquela cidade, ao que tudo indica, contava com alguma base de apoio. Além do mais, com a capital Porto Alegre sob domínio da facção farroupilha, temia-se ser hostilizado. Assim, o recém nomeado presidente Araújo Ribeiro se estabeleceu na cidade portuária de Rio Grande, durante o mês de dezembro, ocupando-se em manter comunicação com as principais influências da Província de São Pedro.

A missão de José Araújo Ribeiro era arriscada. O governo regencial repetia a ideia de nomear, para a província, um político com credenciais semelhantes ao de seu antecessor Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Os dois haviam nascido em famílias ricas do Rio Grande do Sul, que puderam arcar com os seus estudos fora do país, em Coimbra, onde se formaram bacharéis em Direito[140] e ao retornarem ao Brasil, concorreram aos cargos da burocracia do Estado Nacional Brasileiro. Essa parecia ser a "fórmula" adotada, até então, para a nomeação de presidentes para aquela província.

Como foi esboçado acima, o posicionamento das lideranças militares havia mudado desde o movimento de 20 de setembro. Novos alinhamentos e tramas políticas surgiram na Província de São Pedro com a nomeação de José Araújo Ribeiro. A recusa à sua posse, na Assembleia Provincial, "determinou o surgimento da dissidência entre os rebeldes, passando-se Bento Manoel e outros para o lado legalista".[141]

Foi preciso entender essa trama política para perceber que Manoel Luís Osório estava entre esses indivíduos que passaram a fazer oposição aos farroupilhas, tal qual Bento Manoel Ribeiro. Em Ordem do Dia 30 de dezembro de 1835, o comandante das Armas Bento Manoel Ribeiro relacionou os motivos que o fizeram reconhecer o novo governo. Dizia saber

> "[...] dos manejos do partido republicano e dos meios que emprega, e, mais certo ainda das desgraças que acompanhariam a separação da Província; e, firme nos princípios que proclamou depois do memorável dia 20 de setembro, em desempenho de sua palavra, de acordo com aquelas ilustres e patrióticas Câmaras e com a totalidade dos cidadãos bons da Província, solenemente

[138] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.73
[139] SANTOS, José Bernardino (Org.). O Visconde do Rio Grande. *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario. Consagrada as letras, sciencias e artes.* Porto Alegre: Imprensa da Deutsche Zeitung, n.4/5, 1879, p.160. Disponível em: https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/partenon-literario/assets/downloads/1879-04.pdf Acesso em: 13 de julho de 2023.
[140] CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[141] FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1845): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004, p.17.

> reconhece a legítima autoridade do Illmº e Exmº Snr. Presidente José de Araújo Ribeiro, desconhecendo outra qualquer que o partido republicano da capital intente levantar ou sustentar[...]".[142]

Acompanhando a decisão do chefe político e militar Bento Manoel Ribeiro,[143] o tenente Manoel Luís Osório redefiniu seu apoio político. Para isso, teve ao menos três grandes incentivadores para cerrar fileiras ao lado legalista. Além do coronel Bento Manoel Ribeiro, que certamente era uma inspiração no meio militar, desde o tempo em que o jovem oficial foi atuar sob suas ordens na fronteira,[144] participaram do convencimento o próprio presidente José de Araújo Ribeiro[145] e o tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges.[146]

Aqui vale destacar que Bento Manoel Ribeiro foi possivelmente o responsável por recomendar o nome de Manoel Luís Osório a José Araújo Ribeiro, que o reconheceu entre "as pessoas de mais consideração da Província". Mesmo se tratando de um ainda jovem tenente do Exército, como mostrei no item anterior, aquele experiente coronel estava ciente a respeito da asserção de Manoel Osório sob o efetivo do 2º Regimento de Cavalaria. Isso ficou nítido no episódio descrito no item anterior, quando, para evitar uma possível "traição", Bento Manoel Ribeiro prendeu o tenente Manoel Luís Osório, fazendo com que o dito regimento o pressionasse a soltá-lo.

Acredito que todos esses três personagens – Bento Manoel Ribeiro, José Araújo Ribeiro e o pai Silva Borges –, de alguma maneira, influenciaram Osório na sua decisão

---

[142] CV-7774. Ordem do Dia do Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Bento Manoel Ribeiro, 30 de dezembro de 1835, Quartel General em São Gabriel-RS. AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico]*. V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.63.

[143] CV- 7776. Proclamação do Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Bento Manoel Ribeiro, 14 de fevereiro de 1836. In: AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico]*. V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.65-66.

[144] A sua atuação durante a Guerra Cisplatina sob ordens de Bento Manoel Ribeiro, suspostamente renderam ao jovem Manoel Luís Osório uma lança de guerra, em sinal dos relevantes serviços prestados aquele comandante. Para informações sobre a tal lança, ver o capítulo: *Nos confins do Império: a inserção de Manoel Luís Osório no mundo da guerra*, nota 149.

[145] Em 23 de dezembro de 1835, Araújo Ribeiro enviou uma correspondência, convocando-o para a defesa da causa imperial: "[...] **tenho julgado prudente dirigir-me as pessoas de mais consideração da Província[...] V. S.ª é um oficial conceituado na Província e está bem no caso daqueles cidadãos a quem tenho julgado prudente dirigir-me**, pela qual razão vou também rogar a V. S.ª o favor de me declarar, com franqueza, o seu modo de pensar sobre as circunstâncias em que atualmente me vejo e sobre os negócios da nossa Pátria. **De V. S.ª muito atento venerador e criado**, José de Araújo Ribeiro. São José do Norte, 23 de dezembro de 1835". OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Op. Cit. p. 301

[146] A carta enviada por Manoel Luiz da Silva Borges a Manoel Luís Osório, dizia: "Manoel. Estou-me aprontando para marchar em defesa da legalidade. **Se tu és dos revolucionários**, que desconhecem a autoridade do Presidente Araújo Ribeiro e tramam **a separação da província** – podes contar em mim um inimigo mais com quem brigar. Adeus. Teu pai. Manoel Luiz da Silva Borges". Apud. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Op. Cit. p. 300.

de deixar as fileiras rebeldes,[147] já que a todos ele dizia ser: "republicano de coração", mas que estava convicto em defender a "Monarquia Constitucional". Essa documentação foi transcrita na biografia escrita pelo filho, Fernando Luís Osório. Os originais, porém, não consegui encontrar.

Para Manoel Luís Osório, assim como para outros líderes de tropas do Exército de 1ª e 2ª linha, como "Olivério Ortiz e Manoel dos Santos Loureiro", a principal motivação da "revolta havia cessado" com a deposição do ex-presidente Fernandes Braga.[148] Através de ordens do dia, proclamações em nome dos "rio-grandenses", dos "concidadãos" e/ou dos "honrados camaradas" do Rio Grande do Sul, foi possível atestar o trabalho de Bento Manoel Ribeiro na tentativa de concretizar a nomeação de José de Araújo Ribeiro na presidência da província.[149]

Ao reassumir o cargo de comandante de Armas do Rio Grande do Sul, o coronel Bento Manoel Ribeiro nomeou o tenente Manoel Luís Osório como comandante interino da fronteira de Rio Pardo. Essa nomeação, assim como a de outros oficiais que haviam se desligado das tropas farroupilhas, era bastante representativa. Com a intenção de sufocar a rebelião por meio da negociação, Araújo Ribeiro foi autorizado primeiramente a conceder anistia aos revoltosos, atraindo-os para a defesa da Constituição e do Império do Brasil.[150]

O tenente Manoel Luís Osório, por exemplo, só passou a defender as armas do Império após a anistia decretada pelo Regente Feijó a todos os que haviam entrado na sedição militar de 20 de setembro de 1835.[151] Isso ocorreu a partir de uma política

---

[147] Oficial das extintas tropas de 2ª linha, as Milícias, o tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges estava afastado do serviço ativo desde o término da Guerra Cisplatina. Ao que parece, na farroupilha aderiu ao chamamento de Bento Manoel Ribeiro para a defesa da "integridade do Império", dando "viva S.M. o Imperador o Sr. D. Pedro II" e viva a "Constituição Política do Império".

[148] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.73.

[149] CV – 7774 a 7782. AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico]*. V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.63-71.

[150] WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O general farroupilha João Manuel de Lima e Silva (1805-1837): sua atuação no levedar da grande revolução e na estruturação da República Rio-grandense de 1836.* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984, p. 92-93. Para o autor, os rebeldes dividiam-se entre três grupos: "o primeiro constituído dos que apenas visavam à deposição de Fernandes Braga e que aceitavam como seu substituto Araújo Ribeiro; o 2º dos que, mesmo se opondo à posse deste, não admitiam nem a república nem uma separação [...]; o 3º, de uma minoria ativista e extremada, que propugnava a separação do governo da Regência numa república confederada futura, com as demais províncias".

[151] Ofício enviado por Antônio Paulino Limpo de Abreu a José de Araújo Ribeiro, Palácio do Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 1835. BN. Secção de Manuscritos. *Documentos relativos à República Rio-Grandense.* Rio Grande do Sul: [s.n.], 1831-1850, p. 68-73. Disponível em:

intentada pelo governo regencial, tratando-se de uma revolta conduzida por uma elite de estancieiros brancos, que garantiu anistia àqueles que depusessem suas armas, passando a defender a legalidade das nomeações e das leis do Império.

Sobre essa questão, Antônio Paulino Limpo de Abreu – ministro da Justiça nomeado em outubro de 1835 – em ofício ao presidente José Araújo Ribeiro, em 04 de dezembro de 1835, expressou as ordens de como deveriam ser conduzidas as tramas políticas no Sul:

> [...] com a retirada do ex presidente Braga, e o movimento de Porto Alegre comunicou-se e fez-se geral em toda a Província, que o recebeu e aplaudiu. **Nestas circunstâncias pareceu ao governo que o meio mais político de dar força a V. Ex.ª era prometer uma anistia a todos os comprometidos** [...] A separação da província pode ser desejada por alguns, mas os estímulos da nacionalidade hão de fazer que esta ideia seja repelida por outros, que aliás podem ter por diversos motivos cooperado para a sedição. Nestes últimos poderá V. Ex.ª achar coadjuvação e auxílio para sustentar a ordem pública, a Monarquia Constitucional, e a integridade do Império, uma vez que eles **percam todo o receio de serem castigados pelo crime anterior, que cometeram** [...].[152]

A argumentação do ministro da Justiça, em defesa da estratégia da anistia aos rebeldes para o "restabelecimento da ordem pública e a paz", já havia sido utilizada pelo governo para conter outras revoltas e rebeliões.[153] No entanto, a medida partia de um governo que tinha, como ministro da Guerra, Manoel da Fonseca de Lima e Silva cujo sobrinho – João Manoel de Lima e Silva – era um dos principais líderes da revolta no sul. A oposição ao regente Feijó encarou aquela como uma oportunidade para intensificar a crítica, acusando o ministro da Guerra de "cumplicidade com os farrapos".[154]

No caso de Manoel Luís Osório, ao negociar sua mudança para as forças legalistas, em contrapartida, recebeu o comando da fronteira de Rio Pardo. A anistia permitiu que mantivesse o seu projeto de ascensão na hierarquia do Exército. A fronteira, região na qual Manoel Luís Osório iniciou a sua trajetória militar, demarcou também o início de sua ascensão a cargos de maior relevância no Exército imperial.

Do ponto de vista da Regência, à época, regida por Diogo Antônio Feijó, o presidente José de Araújo Ribeiro era visto como um político hábil que poderia sufocar a

---

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435009/mss1435009.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

[152] Idem.

[153] BASILE, Marcello. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. *Anos 90*, Porto Alegre, V. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004, p.259-298.

[154] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...Op. Cit., p.281-282. Segundo a autora: "o Regresso Conservador se constituía nessa fase inicial como uma coalizão em oposição ao padre liberal", Diogo Feijó.

revolta através de uma ação negociada. Por isso, a distribuição de anistias aos "rio-grandenses" que estivessem dispostos a defender a causa imperial e cerrar fileiras contra os "anarquistas",[155] como eram chamados os rebeldes nos ofícios de autoridades do governo regencial.[156] Esse foi o caso, por exemplo, do tenente Manoel Luís Osório.

É preciso considerar, no entanto, que entre os meses de setembro de 1835 e janeiro de 1836, tudo havia mudado drasticamente. Os rebeldes farroupilhas, que haviam tomado a capital Porto Alegre entre os dias 19 e 20 de setembro, e, em consequência disso, depois impediram a posse do presidente José Araújo Ribeiro, sentiam-se ameaçados pela contraofensiva do Exército imperial. Na cidade de Rio Grande, onde conduziu o governo naqueles dias, José Araújo buscou organizar as forças do Império. O plano começou a ser estruturado desde antes da sua chegada ao Rio Grande do Sul, quando oficiais das tropas de 1ª e 2ª linhas, assim como cidadãos em geral, foram convocados para a retomada da capital. O controle da cidade somente foi restituído em junho de 1836.[157]

De certo modo, a articulação política intentada pelo governo regencial no sul do Império, sob a liderança do recém nomeado presidente José Araújo Ribeiro, não teria acontecido sem as contribuições prestadas por Bento Manoel Ribeiro. O oficial tinha sido apontado como um dos pivôs da sedição farroupilha em 20 de setembro, insuflando a revolta da tropa e do povo contra a autoridade do ex-presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga. A trama política que o governo regencial escolheu implementar na região agora era articulada com o próprio coronel Bento Manoel Ribeiro. Isso, porque, para retomar o domínio da capital, era preciso a reunião de indivíduos dispostos a defender a integridade do Império, nem que para isso, em último caso, fosse necessário entrar em conflito contra os farroupilhas.

As forças comandadas pelo coronel Bento Manoel Ribeiro eram por isso imprescindíveis. Para se ter uma dimensão de sua importância, recorri ao periódico *Correio Oficial*, publicado no Rio de Janeiro e, ao que parece, no dia 02 de maio de 1836, pela *Sumaca Ermelinda* seguiam as últimas notícias da rebelião no sul. As "notícias do Rio-Grande", transcritas no *Correio Oficial*, eram certamente muito aguardadas na Corte.

---

[155] A expressão aparecia com frequência para designar os rebeldes, assim como outros termos como "separatista, "republicanos".

[156] Ofício enviado por Antônio Paulino Limpo de Abreu a José de Araújo Ribeiro, Palácio do Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 1835. BN. Secção de Manuscritos. *Documentos relativos à República Rio-Grandense*. Rio Grande do Sul: [s.n.], 1831-1850, p. 68-73. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435009/mss1435009.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

[157] FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845). Narrativa sintética das operações militares.* Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p.63-64.

Naquele dia, conforme noticiava o periódico: as notícias preenchiam "o maior entusiasmo" e as "mais lisonjeiras esperanças" dos tripulantes que seguiam em viagem à Corte.

As notícias davam conta da passagem de Bento Manuel Ribeiro para a defesa da legalidade. O oficial "resolveu-se finalmente a marchar contra os facciosos, e dividiu as suas forças (dizem que no número de 2000 a 2500 homens), em duas colunas". Daí se pode inferir a importância desse comandante militar. Ainda conforme o periódico: "traz consigo os melhores oficiais da Província", citando uma série de oficiais, e, entre eles, inclusive: um certo "tenente-coronel Osório". As esperanças do governo regencial, em "restabelecer a tranquilidade e a paz de que tanto precisa a malfadada Província de S. Pedro do Sul", estava a cargo desses comandantes.[158]

A leitura desta citação levou-me a pensar a respeito de que esse "tenente-coronel" poderia ser Manoel Luís Osório. Caso fosse ele, a citação entre "os melhores oficiais", com destaque nas páginas de um periódico de grande circulação no Império, contrastava com a menção equivocada de sua patente militar. Em 1836, Manoel Luís Osório permanecia ainda tenente de 1ª linha, como prova sua fé de ofício.[159] Vale destacar que possuía o posto mais baixo na hierarquia do Exército dentre os oficiais mencionados no periódico. Nesse sentido, a indicação da patente de "tenente-coronel" poderia ser apenas um erro de redação. Ainda assim, quem tinha essa patente era o seu pai, Manoel Luiz da Silva Borges, tenente-coronel das forças de 2ª linha, que, por ser casado com uma integrante da família Osório, poderia ter sido chamado "tenente-coronel Osório". Seu pai, como vimos, parecia ter influenciado decisivamente sua passagem às forças imperiais.

Por outro viés de análise, é preciso salientar que esse tipo de circulação de informações e notícias tinham a intenção de assumir o controle sobre a narrativa. A estratégia era convencer outros indivíduos a lutar para o restabelecimento da "paz" e da "ordem". Nesse sentido, em momento que os agentes do Império buscavam articulações para que pudessem reunir indivíduos dispostos a defender a Monarquia Constitucional, cartas, panfletos e circulares de chefes políticos e de lideranças militares eram espalhadas

[158] "[...] traz consigo os melhores oficiais da Província: Os Silva Tavares, coronel Gama, Gabriel Gomes, Caldeirão, Mingote, **tenente-coronel Osório**, major Menezes, major Davi, capitão Mazarredo, Procópio, e muitos outros". BN – *Correio Official: In Medio Positiva Virtus (RJ) – 1831-1841*. Segunda-feira, 2 de maio de 1836, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749443&pagfis=3349 Acesso em: 11 de outubro de 2023.

[159] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

na Província do Rio Grande do Sul. Tanto os partidários da causa imperial, quanto os farroupilhas utilizavam da imprensa.[160]

Com isso, quero dizer que a política acontecia em diferentes espaços sociais. Nessa perspectiva, retomando sua trajetória de prestação de serviços ao Império, o tenente Manoel Luís Osório recebeu a atribuição de agir também politicamente. Era através das relações políticas e militares que testaria sua capacidade de liderar outras pessoas. Ao ser citado entre os principais chefes militares do Rio Grande do Sul, é possível que o jovem tenente fosse importante para o plano militar posto em prática no Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 1836, a comunicação política entre Manoel Luís Osório (no Comando da Fronteira de Rio Pardo) e o Juiz de Paz Modesto Severo Fialho indicava que os dois estavam de acordo com a trama política conduzida pelo governo regencial.[161] Ao que parece, foi o tenente Osório quem iniciou a comunicação com Modesto Severo Fialho.[162] A importância dos juízes de paz, nessa conjuntura, foi tema de destaque na historiografia.[163] No caso de Modesto Severo Fialho, porém, não foram encontradas informações detalhadas sobre sua atuação.[164]

---

[160] Em momento decisivo para a província, a imprensa teve papel fundamental como veículo disseminador dos argumentos de ambos os lados do conflito. Assim como destacou Álvaro Klafke, essa "efervescência da conjuntura local é interessante de observar através da comparação de periódicos contemporâneos". Por exemplo, o autor analisou quatro periódicos simultaneamente – *O Propagador da Indústria Rio-grandense* (moderado), *O Recopilador Liberal* (exaltado), *O Observador* (moderado) e *O Noticiador* (exaltado) – percebendo a atuação e o discurso político de dois periódicos exaltados e dois periódicos moderados, sendo dois primeiros publicados em Porto Alegre e os dois últimos em de Rio Grande. Com isso, conseguiu observar a "face pública do debate político e do delineamento das divisões que se configuravam. Ver: KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834.* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2006, p.64-75.

[161] Correspondência enviada pelo juiz de Paz Modesto Severo Fialho ao comandante da Fronteira do Rio Pardo Manoel Luís Osório, em 16 de janeiro de 1836, do "Serro do Desejo". IHGB – Arquivo General Osório – Série Documentos Oficiais, Notação final: DL251.004.

[162] Infelizmente, somente consegui recuperar a correspondência em que o juiz de paz Modesto Severo Fialho nitidamente responde às proposições passadas anteriormente por Manoel Luís Osório.

[163] A organização do judiciário durante o Império teve como marco a promulgação do Código do Processo Criminal, em 29 de novembro de 1832, que definiu a administração de justiça a partir dos distritos de paz, termos e comarcas. Assim sendo, cada comarca teria a nomeação de um ou no máximo três juízes de paz, a depender do número de habitantes. Por sua vez, cada termo (município) receberia a nomeação "de um promotor público e um juiz municipal e para os distritos seriam eleitos quatro juízes de paz a cada quatro anos, servindo um por ano". VARGAS, Jonas Moreira. "Magistrados Imperiais": atuação política e perfil de formação e carreira dos juízes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica.* ISSN: 2525-5649 – nº. 34.1 (2016), p.75-76. Disponível em: https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2016.34.1.do.73-95 Acesso em: 13 de setembro de 2023.

[164] Em 1841, porém, Modesto Severo Fialho foi citado junto a Manoel Luís Osório, como um dos majores da Guarda Nacional que, pelos serviços prestados "à legalidade não só pelos serviços pessoais, como também com suas bolças, e bens", deveriam ser contemplados com alguma distinção do governo. Ver: BN – Hemeroteca Digital – *O Maiorista (RJ) – 1841-1842.* N.º 21, Quinta-feira 22, e Sábado 24 de Julho de 1841, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=759112&Pesq=Os%c3%b3rio&pagfis=79 Acesso em: 22 de novembro de 2023.

No ofício que encaminhou ao tenente Manoel Luís Osório, na localidade do "Serro do Desejo", Modesto Fialho dizia estar de acordo com suas proposições, assegurando "de tudo fazer para manter a Constituição, o trono de S. M. D. Pedro II e fazer a prosperidade do país".[165] Esse trabalho político, seja diretamente ligado a espaços formais e/ou institucionais, ou até mesmo aos bastidores das relações pessoais, era de grande relevância na sociedade oitocentista.

O distanciamento entre as autoridades do Rio de Janeiro e as províncias, muitas vezes, impunham a necessidade desses indivíduos de mediar situações políticas. A capacidade de adaptação e de negociação em cenários políticos diversos, ou ainda, a necessidade de mediar situações complexas era atributo fundamental para o jogo político entre o centro do Império e as províncias mais periféricas, assim como o Rio Grande do Sul.[166]

A correspondência de Manoel Luís Osório com o coronel farroupilha Domingo Crescêncio de Carvalho, também líder farroupilha que parecia ser próximo a Bento Gonçalves da Silva, ofereceu outros indícios desse trabalho nos bastidores. O coronel Crescêncio foi quem provavelmente tenha iniciado a comunicação, assinalando que "havia rumores na capital Porto Alegre de terem sido escutados os gritos de 'República'". Sabedor da "opinião política" do jovem tenente, certamente o coronel farroupilha buscava convencê-lo a retomar o apoio aos rebeldes.

Em contrapartida, em sua resposta, o tenente Osório mostrava-se preocupado com a situação da Província em armas,[167] anunciando ao coronel farroupilha Domingos Crescêncio, com quem parecia ter uma relação próxima, sua decisão de lutar para "sufocar" a facção farroupilha, assim como grande parte de seus "compatriotas".

Para ele, os "gritos republicanos" de Porto Alegre foram manifestados por "homens que não precisam de paz, por não terem talvez em que cuidar". A mensagem trazia à tona uma imagem dos farroupilhas como conjunto formado por pessoas sem posse, dispostos a qualquer tipo de desordem. O que, como se sabe, não correspondia ao

[165] Correspondência enviada pelo juiz de Paz Modesto Severo Fialho ao comandante da Fronteira do Rio Pardo Manoel Luís Osório, em 16 de janeiro de 1836, do "Serro do Desejo". IHGB – Arquivo General Osório – Série Documentos Oficiais, Notação final: DL251.004.
[166] VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PPHR-UFRGS, 2007.
[167] Correspondência de Manoel Luís Osório a Domingos Crescêncio de Carvalho, em Caçapava, 1836. In: OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.307-308.

perfil dos líderes da Farroupilha, muito embora, como também foi assinalado anteriormente, a revolta tenha apresentado um forte componente social.

Ao implementar esse jogo de imagens, buscava convencer o amigo – Domingos Crescêncio – de que era "republicano de coração", mas que passaria a lutar em defesa da Monarquia Constitucional.[168]

> [...]escurecendo o claro horizonte de 20 de setembro. Se o Governo Central nos agredisse hoje, teríamos razões para afastar-nos destes princípios; porém, se o mesmo governo respeita o nosso movimento; se ele nos envia solenes promessas de não perseguir a um só homem dos daquele dia; se estas promessas são, como foram ratificadas pelo atual Presidente da Província, José Araújo Ribeiro; nenhuma razão acho para que um partido republicano venha perturbar-nos a paz[...]. [169]

Para evitar os conflitos bélicos na Província de São Pedro, a primeira estratégia do governo imperial foi primeiro a concessão de anistias. A segunda etapa do plano, um pouco mais difícil de ser executada, era estabelecer supremacia militar no Rio Grande do Sul. Para isso, reuniu lideranças que poderiam convencer os homens em armas à rendição e evitar o emprego da força. O plano do governo regencial, no entanto, acabou atraindo ainda mais desconfianças e intrigas na Província de São Pedro. As hostilidades, em relação à regência e às autoridades que nomeavam para a região, permaneceram com poucas alterações.

Apesar das estratégias implementadas pelo governo imperial para arrefecer os ânimos sediciosos no Rio Grande do Sul, as animosidades aumentaram entre os habitantes da província. Nem mesmo as anistias concedidas aos "rio-grandenses" que participaram da revolta do dia 20 de setembro foram suficientes para modificar aquele cenário. A partir de fevereiro de 1836, a província se lançou às armas, em uma guerra civil que duraria por quase uma década.

4.6. Guerra Civil no sul do Império

Nas fileiras imperiais desde o fim de dezembro de 1835, Manoel Luís Osório procurou distinguir o movimento ocorrido em 20 de setembro daquele ano, com a manutenção das hostilidades em relação ao governo. Algo semelhante ao discurso realizado pelo coronel e comandante de armas, Bento Manoel Ribeiro:

[168] Idem.
[169] Ibidem.

> "[...] Alerta Concidadãos! Não vos deixes iludir pelas enganadoras palavras dos perversos. Se eles nos falarem em sustentar a gloriosa revolução de 20 de Setembro, dizei-lhes que - para ela ser gloriosa – devia acabar, como com efeito acabou para nós, desde que chegou o Exmo. Sr. Presidente [José Araújo Ribeiro] Do dia 9 de Dezembro, em que a Assembleia Provincial, com desdoiro da revolução, e manifesta transgressão de seus poderes, negou a posse ao mesmo Exmo. Sr. desse dia em diante começou a anarquia, e não já a revolução, a qual justamente n'esse dia devia terminar [...]".[170]

A mensagem que os dois oficiais escreviam tinha um princípio bastante semelhante. Distinguir o movimento político chamado por eles de "revolução de 20 de setembro", da qual haviam participado, daquilo que consideravam a "anarquia" e a "manifesta transgressão de poderes" na Assembleia Provincial. O coronel Bento Manoel Ribeiro, nessa mensagem, referia-se à cerimônia de posse de José Araújo Ribeiro, em 9 de dezembro de 1835, mencionadas no item anterior, que ficou marcada pela recusa dos deputados provinciais em dar posse ao novo presidente.[171]

De acordo com o coronel Bento Ribeiro, foi após esse episódio que começaram as hostilidades, a violência e a "anarquia". Os farroupilhas continuavam no controle da cidade de Porto Alegre. Com isso, a sede oficial do governo havia sido transferida para Rio Grande. Na visão do coronel Bento Manoel Ribeiro, a partir da nomeação de Araújo Ribeiro, era preciso encerrar aquilo que chamou de "a gloriosa revolução".[172]

Os combates, porém, tornaram-se mais frequentes a partir de então. No dia 17 de março de 1836, por exemplo, houve o combate entre as tropas do coronel Bento Manoel Ribeiro e as lideradas pelo coronel farroupilha Afonso de Almeida Corte Real.[173] Nesse combate, o tenente do Exército Manoel Luís Osório atuou ao lado do pai Silva Borges – tenente-coronel das tropas de 2ª linha, na reserva desde 1829 – e também ao lado do tenente José Luís Osório, seu irmão.[174] Silva Borges retornava ao "teatro da guerra" após anos sem atuar em combates. Sobre o tenente José Luís Osório, que tinha a mesma patente do irmão, não encontrei informações confiáveis a respeito do seu alistamento no Exército.

---

[170] CV-7703 (Ribeiro, Bento Manoel) Fundo: Correspondência dos Governantes, maço 14, [impresso]. In: AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* Porto Alegre: EDIPUCRS, v.18, 2009, p.294-296.
[171] Idem.
[172] Ibidem.
[173] Coronel em chefe da legião do departamento de Cachoeira, Exército farroupilha. Ver: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.353.
[174] José Luís Osório nasceu em 02 de março de 1810, na Freguesia de Conceição do Arroio, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, falecendo em 1868, em Dom Pedrito. Atingiu a patente militar de major, quando pediu baixa para se dedicar à sua propriedade.

Isso poderia indicar sua vinculação às forças auxiliares na Freguesia de Caçapava do Sul, onde residia.

Como mencionado no capítulo anterior, apesar da lei de criação da Guarda Nacional ser de agosto de 1831, até o início da farroupilha, em muitos locais da província, os guardas não estavam organizados. E, por essa razão, eram mantidas as forças militares de 2ª linha, as extintas Milícias. Todavia, através de menções em periódicos da imprensa, foi possível atestar que José Luís Osório esteve vinculado à Guarda Nacional ao menos até 1841.[175]

Retomando para os enfrentamentos do ano de 1836, as forças legalistas, sob comando do coronel Bento Manoel Ribeiro, estavam formadas em cinco colunas: em Rio Pardo, Alegrete, Caçapava, Bagé e Jaguarão. Conforme José Araújo Ribeiro, em 14 de março daquele ano, as forças estavam dispostas da seguinte maneira:

Quadro 11 – Organização das forças do Império no Rio Grande do Sul em 1836

Localidade	**Comandante**	**Nº de praças**
Rio Pardo	Coronel Bento Manoel Ribeiro	800
Alegrete	Coronel José Ribeiro de Almeida	150
Caçapava	Tenente-coronel Manoel Luís da Silva Borges	150
Bagé	Tenente-coronel Antônio de Medeiros Costa	200
Jaguarão	Tenente-coronel João da Silva Tavares	150

Fonte: Ofício enviado pelo presidente José Araújo Ribeiro ao governo imperial, em 14 de março de 1836. In: FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845). Narrativa sintética das operações militares.* Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p.63.

Pelo número de praças que cada comandante dispunha, dá para se inferir a relevância das forças militares arregimentadas pelo coronel Bento Manoel Ribeiro, ou seja, muito superiores aos demais comandantes. Apesar desses números não serem precisos, como mencionei anteriormente, vale assinalar que Rio Pardo apresentava um número maior de indivíduos, o que poderia contribuir com o panorama acima. Naquele contexto, a capacidade do coronel Bento Manoel Ribeiro de reunir soldados era de fato muito impressionante.

O tenente Manoel Luís Osório atuou sob ordens de todos esses militares. Na campanha, percorreu largas distâncias sob o cavalo, suprindo diferentes colunas. Era através de vínculos sociais estabelecidos com os comandantes e da capacidade de cumprir

[175] BN – Hemeroteca Digital – *O Maiorista (RJ) 1841-1842.* N.º 45. Terça-feira 21 de setembro de 1841, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=759112&Pesq=Os%c3%b3rio&pagfis=177 Acesso em: 30 de novembro de 2023.

efetivamente as missões para as quais era designado, que o tenente Manoel Luís Osório esperava obter uma promoção na hierarquia do Exército.[176]

Portanto, a guerra civil na província de São Pedro apresentava-se novamente como a principal forma de criar vínculos militares e ascender na hierarquia do Exército Imperial. O que possivelmente seduzia os oficiais do Exército a fazer parte desses efetivos, organizar homens para servir ao Império em conflito era certamente a chance de obter alguma recompensa.

Sob ordens do tenente-coronel Antônio de Medeiros Costa – responsável pela Divisão da Direita nas proximidades de Bagé – o tenente Manoel Luís Osório reuniu-se ao 2º Corpo do Exército imperial. A tropa foi instruída pelo tenente a seguir em direção à margem esquerda do Rio Santa Maria, onde se juntaria às forças lideradas pelo tenente-coronel Silva Borges que havia partido da Vila de Caçapava do Sul. O confronto com as tropas rebeldes ocorreu nas imediações do Passo do Rosário, em 17 de março de 1836. Sob comando do coronel Corte Real, os rebeldes sofreram perdas significativas naquele enfrentamento. Aproximadamente 150 homens e outros tantos foram feitos prisioneiros. Manoel Luís Osório e o irmão – o tenente de Milícia José Luís – foram responsáveis pela prisão do coronel Corte Real, comandante das forças farroupilhas em Cachoeira (Comarca de Rio Pardo), que foi escoltado até a prisão, em Rio Grande, pelo capitão do Exército imperial Jorge Mazarredo.[177]

Ao término da ação, Manoel Luís Osório foi designado pelo tenente-coronel Medeiros para conduzir pessoalmente seus ofícios ao presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande. A missão era sigilosa e considerada arriscada, uma vez que deveria atravessar a região da campanha, onde os rebeldes contavam com predomínio de forças. Por essa razão, o tenente Manoel Osório optou em seguir caminho mais ao sul, contornando pela fronteira, para evitar contato com os farroupilhas. Porém, ao ultrapassar a fronteira, próximo a vila de Jaguarão, foi parado por uma guarda do Estado Oriental do Uruguai, na localidade de São Servando. A abordagem do comandante da guarda no Estado Oriental estava relacionada diretamente ao contexto político daquele país. Aqui refiro-me

[176] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.
[177] FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845). Narrativa sintética das operações militares.* Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p.63-64.

às disputas entre partidários do ex-presidente Rivera (Partido Colorado) e os oposicionistas liderados pelo então Presidente Manuel Oribe (Partido Blanco).[178]

O tenente Manoel Luís Osório somente conseguiu prosseguir em sua viagem após negociar com o coronel D. Fortunato Silva (integrante do Partido Colorado). Para isso, talvez tenha recorrido à relação de reciprocidade que havia construído com Fructuoso Rivera, principal líder dos "colorados". O leitor deve lembrar que Manoel Luís Osório o havia conhecido na Guerra da Cisplatina, da mesma forma que conheceu outros líderes militares uruguaios. No final do conflito, ainda muito jovem, foi exigida a sua presença como emissário das tratativas de paz. Além disso, em 1834, quando a região norte e noroeste do Uruguai passou a ser disputada por fazendeiros rio-grandenses, Manoel Luís Osório esteve entre os contemplados com os ricos campos, próximo ao Rio Arapehy.[179]

Nesse ponto, é necessário salientar que Manoel Luís Osório tinha, já naquele momento, um vasto conhecimento do território, assim como uma relação amistosa com esses chefes políticos da fronteira. Depois de conseguir passar pela guarda, o tenente Osório chegou em Rio Grande e logo tratou de fazer a entrega do ofício ao presidente Araújo Ribeiro. No local, não permaneceu por muito tempo. A partir de então, as forças imperiais priorizaram a retomada do controle de Porto Alegre. Entre o fim de maio e a primeira quinzena de junho de 1836, o Exército imperial implementou vários ataques sobre as imediações da cidade, com a finalidade de recuperá-la aos seus domínios políticos e militares. A capital esteve sob domínio rebelde desde a investida feita na noite de 19 de setembro de 1835. Os farrapos controlavam os principais pontos de entrada da cidade.[180]

No Arroio dos Ratos, por exemplo, pouco antes de Porto Alegre, as tropas farroupilhas mantinham uma escuna de guerra – a *Escuna Farroupilha* –, que sob o comando de José dos Santos Ferreira,[181] buscava conter o avanço das forças legalistas. Manter esse entreposto era crucial para o controle da capital. Conforme a comunicação mantida pelo coronel farroupilha Bento Gonçalves com o comandante da escuna de guerra, nos dias 11 e 12 de junho de 1836, as forças imperiais tentaram "forçar a passagem

[178] General Manoel Ceferino Oribe y Viana nasceu em Montevidéu, em 27 de agosto de 1782. Após ser apoiado pelo ex-presidente Rivera, foi eleito presidente do Uruguai em 1835. Em 1836, no entanto, os dois romperam relações iniciando nova onda de conflitos civis no Uruguai.
[179] Ver capítulo III.
[180] Ofício do coronel Bento Gonçalves da Silva ao comandante da *Escuna Farroupilha*, José dos Santos Ferreira, em 17 de julho de 1836. In: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.127.
[181] Não encontrei informações sobre esse indivíduo.

do Itapuã", outro importante entreposto fluvial, na foz do Rio Guaíba, nas cercanias de Porto Alegre.[182]

Nessa operação de retomada da capital Porto Alegre aos domínios da legalidade, o tenente Manoel Luís Osório esteve junto à Esquadra imperial, que estava atracada em Itapuã, nas margens do Lago Guaíba. O plano de retomada da capital foi estruturado a partir de uma ação combinada de forças do Exército e da Marinha. Ao que tudo indica, o tenente Manoel Luís Osório foi incumbido de conduzir os detalhes daquela ação ao vice-almirante Greenfell, comandante da Esquadra imperial designada ao Sul. A ação foi considerada exitosa para as forças imperiais, garantindo a retomada de Porto Alegre entre os dias 14 e 15 de junho de 1836, com a prisão do vice-presidente Marciano José Pereira que exercia interinamente o cargo na capital.[183]

Em 2 de agosto de 1836, apesar de os combates pelo controle de Porto Alegre não terem finalizado por completo, foi o presidente José de Araújo Ribeiro finalmente conduzido à capital pelo vice-almirante Greenfell.[184] O presidente seguiu em comboio de Rio Grande, chegando à Porto Alegre escoltado por 300 soldados.

Depois dessa missão, ao retornar para a sua guarnição, o tenente Manoel Luís Osório foi informado de que o pai – tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges – havia falecido em 26 de junho de 1836. Ao que tudo indica, a morte estava relacionada a uma doença no fígado, agravada por um acidente que teria sofrido em acampamento militar, durante aquela campanha. A vida do tenente-coronel Silva Borges chegava ao fim antes de completar 50 anos, deixando vários filhos, alguns menores idade.[185]

---

[182] Ofício do coronel Bento Gonçalves da Silva ao comandante da *Escuna Farroupilha*, José dos Santos Ferreira, em 17 de julho de 1836. In: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.127-128.

[183] Marciano Pereira Ribeiro nasceu na Província de Minas Gerais. Quando completou 20 anos seguiu para Edimburgo, onde se formou em Medicina. Ao retornar ao Brasil, estabeleceu-se no Rio Grande do Sul sendo eleito para a Assembleia Provincial. Morreu no dia 04 de março de 1840, em São Gabriel, vítima de um aneurisma. Ver: *O Povo – Jornal Politico, Litterario, E Ministerial da Republica Rio-Grandense*. Nº 150. Caçapava, sábado 14 de março de 1840, p.3. In: Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Museu Julio de Castilhos – Documentos Interessantes para o Estudo da grande revolução de 1835-1845. Vol. 1, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p.635.

[184] Almirante John Pascoe Grenfell foi um militar inglês que esteve no Brasil a serviço do Império, de 1823 a 1852. Atuou nos conflitos de Independência na Bahia e no Grão-Pará, depois teve atuação na Guerra Cisplatina. Teve destaque em batalhas importantes durante a farroupilha, quando a esquadra imperial ajudou na retomada da capital Porto Alegre. Ver: SCAVARDA, Levy. O Almirante John Pascoe Grenfell na Marinha e na História do Brasil; FRANÇA, Mário Ferreira. Uma façanha de Grenfell no Prata. *Revista Navigator*, n.º 1, junho 1970, p.46-92. Disponível em: https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/issue/view/167 Acesso em: 26 de novembro de 2023.

[185] Ver capítulo I.

A viúva Anna Joaquina – mãe de Manoel Luís Osório – permaneceu residindo junto aos filhos, em Caçapava do Sul. Casado, mas ainda sem filhos, e sem paradeiro fixo devido à sua dedicação ao conflito, certamente as responsabilidades do tenente Manoel Luís Osório aumentaram com a morte de seu pai. Era ele o segundo filho mais velho do casal Anna Joaquina e Silva Borges.[186] Todavia, devido à guerra, o tenente Manoel Luís Osório não poderia simplesmente abandonar o serviço, sem antes pedir baixa do Exército imperial. O ato poderia ser interpretado como um ato de insubordinação e/ou até mesmo como uma deserção.

No início de setembro de 1836, na vila de Rio Pardo, o bando rebelde, comandado por Antônio Joaquim da Silva – mais conhecido pelo apelido de "Menino Diabo" – empreendeu um ataque sobre a localidade, realizando saques às casas de comércio. Português de origem, segundo consta, o apelido de "Menino Diabo" recebeu pela estatura baixa e pela crueldade como matava as vítimas, através da degola. Desde o início da revolta, aderiu à causa farroupilha, recrutando e armando "escravizados com a promessa de lhes darem a liberdade".[187]

É sempre importante considerar que, grande parte dos crimes que aconteciam no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, eram atribuídos pelas autoridades provinciais, aos "facciosos farroupilhas". Os ataques do "Menino Diabo" eram conhecidos desde antes do decênio rebelde. Sempre muito temido, naquela conjuntura, a sua conduta violenta aterrorizava as localidades por onde passava.[188] Os roubos e os saques que esse bando praticava eram geralmente conduzidos através de pequenas embarcações que conseguiam navegar nos rios que cortavam a Província de São Pedro. No ataque de Rio Pardo, não foi diferente. Contando com o apoio de mais de 200 homens, por meio de lanchas de madeira, rapidamente tomaram a localidade, desarmando os soldados imperiais que a guarneciam.

[186] Ao que parece pela documentação analisada, em especial a série de documentos do IHGB – Núcleo Familial, o primogênito Francisco Luís Osório residia no Estado Oriental do Uruguai, onde cuidava da administração das fazendas da viúva Anna Joaquina e de Manoel Luís Osório. Francisco Luís morreu ao que parece entre 1840-1841, aos 39 anos, deixando filhos ainda menores de idade, conforme o inventário post-mortem de Manoel Luiz da Silva Borges, cuja inventariante Anna Joaquina Luísa Osório encaminhou em 1849. APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

[187] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.210-214.

[188] Em 1838, o Menino Diabo foi preso e morto por um caçador alemão de nome Mathias Mombach. Ver: BRAUN, Felipe Kuhn. *Memórias de Imigrantes Alemães e seus descendentes no Sul do Brasil.* Nova Petrópolis: Editora Amstad, 2011, p.17.

A partir de então, para usar uma expressão do período, passou a "espalhar todo o terror possível" na cidade.[189]

Em razão disso, o tenente-coronel Medeiros designou que o tenente Manoel Luís Osório – que havia retornado da capital para Bagé – fosse até o Passo das Pombas, ao sul da vila de Rio Pardo, de onde com toda a perícia possível, a pé e seguido por apenas dez homens, fizesse o reconhecimento do terreno na margem posterior. No local, encontravam-se acampadas as tropas farrapas.[190]

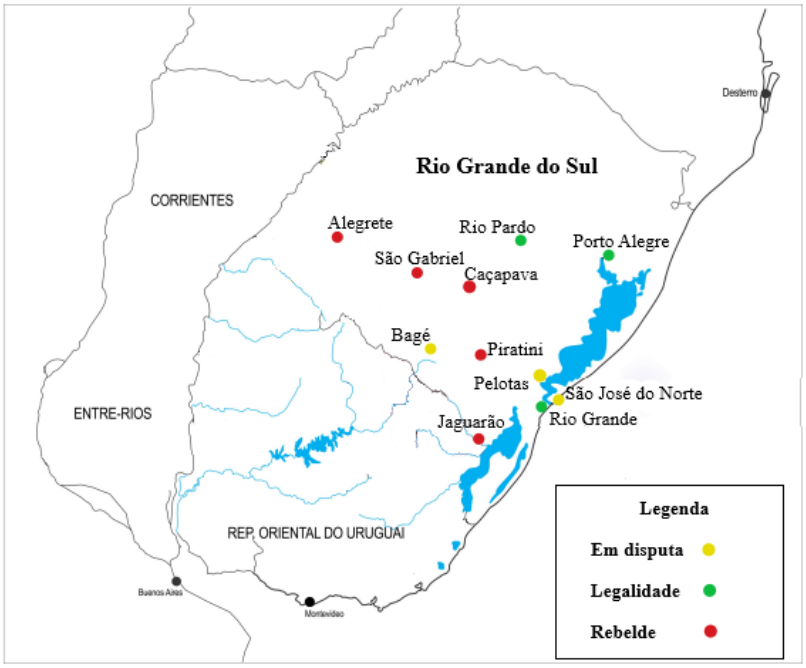
Ao que parece, a movimentação empreendida pelo tenente Osório teve êxito apenas parcial. Embora tenha apreendido dois espias farroupilhas que vigiavam a posição do Exército imperial, outros escaparam e foram ao encontro do líder do bando. Enquanto isso, o tenente Manoel Luís Osório conduziu os dois prisioneiros ao tenente-coronel Medeiros para serem interrogados por aquele comandante. Ao saber de que o Exército imperial estava com seus homens, o bando, comandado pelo farrapo Menino Diabo, ameaçou assassinar as famílias de soldados legalistas na vila de Rio Pardo. Mesmo contrariado, o tenente-coronel Medeiros foi obrigado a soltar os dois prisioneiros. No dia seguinte, em 11 de setembro, aconteceu o embate entre as forças. As tropas do "Menino Diabo" posicionaram uma forte artilharia para impedir as ações de cavalaria do exército imperial.[191]

Após uma forte luta travada entre os dois exércitos, a localidade de Rio Pardo foi retomada por tropas imperiais. Naquela investida, os homens liderados pelo tenente Manoel Luís Osório tinham vínculos afetivos com a localidade de Rio Pardo. A ação, portanto, tinha um caráter também pessoal para aqueles combatentes. Essa questão foi mencionada na *Ordem do Dia 13 de setembro de 1836,* escrita em Rio Pardo pelo tenente-coronel Medeiros da Costa. Segundo o qual, o tenente Osório esteve entre os oficiais destacados pelo tenente-coronel Medeiros como: os "defensores da legalidade" frente aos "assassinos mais cruéis". O documento não fazia nenhuma menção individual, a despeito de outros comandantes, pois segundo ele: seria "injusto particularizar indivíduos".[192]

[189] Proclamação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em Rio Pardo, em 7 de abril de 1836. In: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.238-239.
[190] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.210-214.
[191] Idem.
[192] VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução. O ciclo farroupilha no Brasil.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933, p.184-196.

Contudo, conforme as descrições desse enfrentamento, o tenente Manoel Luís Osório esteve à testa das forças que retomaram o controle de Rio Pardo.[193] A exemplo de outros oficiais e praças que atuaram naquela missão possuía fortes vínculos na Vila de Rio Pardo, como demonstrei no capítulo III, local em que serviu, durante 10 anos. Portanto, naqueles meses de conflito, o Exército legalista tinha a cidade de Rio Grande, recuperou o controle sob Porto Alegre e livrou a cidade de Rio Pardo de um ataque de um bando de "ladrões" aliados aos rebeldes. Com isso, a situação em junho 1836 apresentava a seguinte configuração:

Figura 7 - Mapa de localização de tropas durante a Farroupilha (1836).



Fonte: Mapa adaptado de MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra*...Op. Cit; 2016, p.146.

Grande parte das localidades, como antes havia dito, apresentavam-se sob domínio rebelde. A reação do Exército legalista teve início em Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo. Mas, de novo é preciso destacar que essa era uma fotografia de momento. Sempre em movimento, a guerra impunha domínios distintos. Em Rio Pardo, por exemplo, foi um local que apresentou mudanças de cenário quase que de forma constante.

Com a retomada de Porto Alegre pelos legalistas, as forças rebeldes passaram a sitiar a capital, posicionando suas tropas nos principais acessos da cidade. Assim,

[193] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933.

impediam a comunicação com o interior da Província, de onde partia grande parte do abastecimento de alimentos para Porto Alegre. Os farrapos mantiveram a capital sob sítio, em três momentos distintos. O primeiro ocorreu entre junho e setembro de 1836, depois, entre maio de 1837 e fevereiro de 1838, e, por último, entre junho de 1838 e dezembro de 1840.[194]

Durante a segunda metade do ano de 1836, ocorreram vários enfrentamentos entre os dois exércitos. Apesar da perda do controle de Porto Alegre, eram as ações bem-sucedidas dos rebeldes, na região sul da província, que lhes garantiam vitórias importantes sobre o Exército legalista. Em 11 de setembro de 1836, após conseguir derrotar as tropas do tenente-coronel legalista João da Silva Tavares, próximo ao arroio Seival, ao norte de Bagé, o líder farroupilha Antônio de Souza Netto proclamou a Independência do Rio Grande do Sul, que passou a ser chamada de República Rio-Grandense ou República do Piratini.[195]

Quando isso aconteceu, o principal líder entre os farroupilhas era o general Bento Gonçalves, que estava na região de Viamão. Daquela localidade, onde sitiava a cidade de Porto Alegre, o líder rebelde seguiu em direção à vila de Jaguarão. Lá pretendia se reunir às tropas do general Netto. Durante essa travessia, em 04 de outubro de 1836, nas imediações da passagem da Ilha do Fanfa, no município do Triunfo, nas cercanias de Porto Alegre, o futuro presidente da República Rio-Grandense Bento Gonçalves da Silva foi descoberto e capturado por forças legalistas.[196]

Essas forças do Exército imperial eram comandadas por uma ação conjunta entre o brigadeiro Bento Manoel Ribeiro e o almirante Greenfell. O tenente Manoel Luís Osório, ao que tudo indica, não participou dessa ação. Em 11 de novembro de 1836, na cidade de Bagé, ainda sob o comando do tenente-coronel Medeiros, esteve no enfrentamento de tropas rebeldes próximo ao arroio Velhaco. Não foi possível encontrar informações mais detalhadas sobre esse enfrentamento. No entanto, é preciso destacar esse episódio, porque apenas dez dias depois, em 21 de novembro, Manoel Luís Osório foi nomeado major da 3ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional.

---

[194] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha (1836-1840).* Porto Alegre, RS: Editora da Cidade, 2011.

[195] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933.

[196] Bento Gonçalves foi conduzido à prisão na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, junto a outros farroupilhas. Depois, o líder farrapo seguiu para a Fortaleza do Mar, na Bahia, de onde foge em 10 de setembro de 1837. Retornando ao Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves pode então assumir à presidência da autoproclamada República Rio-Grandense. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933.

Ao que parece, o posto de major da Guarda Nacional não alterava a sua patente-militar de tenente na hierarquia do Exército (1ª linha), ainda assim, a nomeação foi registrada em sua fé-de-ofício.[197] Aqui vale mencionar que, quando destacados para a guerra, as tropas de 2ª linha – neste caso a Guarda Nacional – deveriam valer os mesmos direitos e regras que as forças de linha.[198] Isso acontecia, porque a nomeação desses oficiais destacados para a Guarda Nacional eram prerrogativas do governo provincial.[199] Portanto, o posto de major e comandante de batalhão teria sido uma nomeação do presidente da província José de Araújo Ribeiro, com anuência do governo imperial.[200]

Em dezembro de 1836, já como major e comandante da 3ª Brigada de Cavalaria, Manoel Luís Osório foi designado a seguir junto ao coronel Gabriel Gomes Lisboa, comandante da 1ª Brigada de Cavalaria, em uma missão especial para tratar de um possível acordo de "pacificação da província".[201]

Nascido na Freguesia de Cachoeira, no Rio Grande do Sul, em 04 de fevereiro de 1790, o coronel Gabriel Gomes Lisboa e seus irmãos seguiram a carreira das armas. Conforme consta, era irmão do coronel Eduardo Gomes Lisboa e do capitão Joaquim Gomes Lisboa. Os três aturaram em forças legalistas durante a farroupilha.[202] Não encontrei, porém, registros sobre essa "missão especial" nos arquivos de Manoel Luís Osório. Ainda assim, recorrendo a historiografia sobre a Farroupilha, foi possível encontrar o ofício que os dois oficiais – o coronel Gomes Lisboa e o major Osório – conduziram até o acampamento do general rebelde, Antônio de Souza Netto.

---

[197] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

[198]. Lei de 18 de agosto de 1831, Capítulo III, Artigo 133º - CLI 1830-1831: "Da formação, nomeação, e administração dos corpos destacados das Guardas Nacionais". Art.133. "[...] Os corpos destacados das Guardas Nacionais, receberão os mesmos soldos, etapas, e mais vencimentos, que competem aos de linha. Os reformados, durante o serviço, que fizerem nos corpos destacados, acumularão as pensões, e soldo, que receberem, com o que lhes competir pelo posto que ocuparem". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html#:~:text=Art%201%C2%B0%20As%20Guardas,defesa%20das%20fronteiras%20e%20costas. Acesso em: 22 de março de 2024.

[199] Lei de 18 de agosto de 1831, Capítulo III, Artigo 132º - CLI 1830-1831: "Da formação, nomeação, e administração dos corpos destacados das Guardas Nacionais". Art.132. "[...] Todos os capitães, oficiais superiores e mais oficiais do estado-maior, serão nomeados pelo Governo, que os poderá tirar das Guardas Nacionais, ou do Exército de linha, ou dos reformados". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html#:~:text=Art%201%C2%B0%20As%20Guardas,defesa%20das%20fronteiras%20e%20costas Acesso em: 22 de março de 2024.

[200] Além do soldo, teria acesso a mais cavalos e forragens condizentes com a sua patente.

[201] SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.201.

[202] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.433.

> Ilmº. Sr. – O coronel Gabriel Gomes Lisboa, comandante da primeira brigada da força legal, vai encarregado por mim de tratar e ajustar com V.S. uma suspensão de armas por um termo que não exceda 3 dias, os quais serão aproveitados em tratar da convenção que V.S. me fez saber hoje, por conduto do general D. Fructuoso Rivera, estar disposto a efetuar para pôr um termo à guerra que infelizmente está desolando esta Província.
> **Acompanhará ao referido coronel o major da terceira brigada Manoel Luís Osório.**
> Ao mesmo coronel pode V. S. entregar as proposições que tivesse que fazer; e, assegurando a V.S. que tanto o governo como todos os brasileiros desejam ardentemente que se termine uma guerra fratricida, não omitirei que me acho disposto a uma convenção que, sendo proveitosa a V.S. e a seus companheiros, seja ao mesmo tempo justa e decorosa à nação.
> Deus guarde a V.S. - Campo em Costa do Jaguarão a 12 de dezembro de 1836. – Bento Manoel Ribeiro.
> Ilmo. Sr, Antônio de Souza Netto.[203]

A articulação do acordo, segundo Walter Spalding, teria sido feita pelo brigadeiro Bento Manoel Ribeiro em tratativas com o ex-Presidente do Uruguai, general Fructuoso Rivera, exilado no Rio Grande do Sul, desde que perdera a influência sobre o governo do general Manuel Oribe, antes seu aliado, que havia assumido a presidência em seu lugar. Nas entrelinhas, o general Rivera costurava o apoio de autoridades do Império do Brasil para conseguir recuperar o poder no Uruguai. Para isso ocorrer, tentava interferir, com sua influência entre os rio-grandenses, e, através de um cessar fogo na Província do Rio Grande do Sul, conseguir angariar recursos para a retomada do controle do Uruguai.[204]

É preciso destacar que a guerra impactava a região de forma muito significativa. Naquela conjuntura, a Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul e, em seguida, a Guerra Grande (1839-1851), no Uruguai, duas guerras civis com contornos diplomáticos,[205] em um território de fronteira, acrescentava ainda mais tensão para todas as partes envolvidas. Entre as questões que mais afetavam a região, pode-se relacionar:

> "[...]os recrutamentos, as fugas, os confiscos e as imigrações. Trocas de cavalhadas, apoios para munição e armas, arreio de reses, acordos entre chefes políticos de ambos os lados com intuito de se fortalecerem, escravos brasileiros que passavam para propriedades no Uruguai e depois voltavam. Estas foram algumas das muitas atividades que compuseram a região fronteiriça meridional e lhe conferiram aspecto peculiar. Neste sentido, se a fronteira foi um lugar inseguro para muitos, para outros foi refúgio, caminho, alternativa. Constituiu-se também muitas vezes, durante os anos de guerra, como uma solução para os

[203] Ofício de Bento Manoel Ribeiro a Antonio de Souza Netto, em 12 de dezembro de 1836, no Campo na Costa do Jaguarão. In: SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.201.
[204] Idem.
[205] Aqui vale mencionar que o conflito no Uruguai teve a participação de Províncias da Argentina, Buenos Aires e Corrientes, por exemplo, e do Império do Brasil. Esse assunto será retomado nos capítulos V e VI.

> grupos em litígio, fosse para as tropas farroupilhas, fosse para as facções Blancas ou Coloradas.[206]

As turbulências na fronteira estavam longe de cessar. Retomando o ofício conduzido por Manoel Luís Osório, em resposta, após ler os termos do acordo intentado por Bento Manoel Ribeiro, o general Antônio de Souza Netto solicitou um tempo a mais para examinar as condições para a assinatura. Acredito que com a intenção de ganhar tempo para tratar com as demais lideranças da República Rio-Grandense. Lembra-se que naquela conjuntura, Bento Gonçalves estava preso e, por essa razão, assumiu como presidente interino José Gomes de Vasconcellos Jardim.

De todo modo, o que chamou atenção nessa tentativa de acordo, foi a escolha do major Manoel Luís Osório e do coronel Gomes Lisboa para a condução do ofício, como mensageiros, até o acampamento farroupilha. Até onde foi possível recuperar, os dois eram oficiais de confiança de Bento Manoel Ribeiro e eram reconhecidos por Fructuoso Rivera. Além disso, Manoel Luís Osório tinha uma relação de amizade com Antônio de Souza Netto, como já mencionei anteriormente.

No entanto, para os líderes rebeldes, o acordo de paz somente seria selado mediante algumas contrapartidas. Acrescentando termos à proposição de paz, o general Netto encaminhou, por meio do coronel Joaquim Pedro Soares e do major Antonio Paulino da Fontoura, as proposições que haviam acordado entre as lideranças para o cessar fogo.[207]

Assim que teve acesso a tais proposições, no dia 31 de dezembro de 1836, o brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, dando sinais de frustração e/ou para não deixar rastros dos termos do acordo que havia conduzido, teria rasgado o documento. No dia seguinte, em 1º de janeiro, escreveu em ofício à Presidência, relatando que uma das exigências dos farrapos era o "explícito reconhecimento da República Rio-Grandense". Daí Bento Manoel Ribeiro parecia ter perdido a paciência: "desprezei todas [exigências] e hoje me pus em marcha sobre os rebeldes com o desígnio de os bater".[208]

---

[206] CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: "Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS. 2013, p.113.

[207] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.* N.º 463, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1837, p. 2-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=1941 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

[208] Ofício de Bento Manoel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em 1º de janeiro de 1837, em marcha no Arroio Seival. SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.202.

No entanto, quando remeteu este ofício à presidência da província, no dia 1º de janeiro de 1837, o brigadeiro Bento Manoel não contava que José Araújo Ribeiro – com quem buscava se comunicar – fosse destituído do cargo pelo governo imperial três dias depois, no dia 04 de janeiro. O novo nomeado ao governo provincial, Antero José Ferreira de Brito,[209] assumiu o cargo em 05 de janeiro, encontrando no gabinete em Porto Alegre, o tal ofício enviado por Bento Manoel ao ex-presidente.[210]

As condições de negociação estabelecidas com os líderes farroupilhas acabaram causando duras críticas ao regente Feijó, na imprensa. Segundo consta, estava prevista a compensação de "dinheiro" ou até mesmo de "ordens para se fazerem saques sobre o tesouro", como contrapartida "aos rebeldes que largassem às armas". Todavia, o general Netto acrescentou novo termo ao acordo: o reconhecimento da Independência do Rio Grande do Sul pela regência.[211]

Há indícios, portanto, de que o presidente recém nomeado Antero Ferreira de Brito – adversário político de Bento Manoel Ribeiro, desde antes da Revolta Farroupilha – encontrou em seu gabinete o ofício, vazando as informações repassadas por ele ao ex-presidente Araújo Ribeiro.[212] Essa história, por mais inacreditável que seja, causou a destituição do brigadeiro Bento Manoel Ribeiro do comando das armas da Província de São Pedro, no início de 1837. Logo depois, o brigadeiro dizia sofrer perseguições de autoridades provinciais. Em carta pessoal ao ex-presidente Araújo Ribeiro, afirmava:

> [...]Trato de me retirar da província antes que me ele ponha na presiganga; e também me arreceio de Pedro Chaves,[213] que sendo principal causador dos

[209] Antero José Ferreira de Brito – futuro barão de Tramandaí – nasceu em 11 de janeiro de 1787, em Porto Alegre. Alistou-se por volta dos 21 anos de idade, nas Milícias da Capitania de São Pedro. Depois, passou ao Exército de 1ª linha, galgando patentes até atingir a de marechal de campo, em setembro de 1842. Durante o período gerencial, esteve no Ministério da Guerra entre 13 de setembro de 1832 a janeiro de 1835. Ver: https://dspace.stm.jus.br//handle/123456789/50539 Acesso em: 31 de dezembro de 2023.

[210] CV-7711 - Correspondência de Bento Manoel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em Rio Pardo, em 17 de fevereiro de 1837. In: AHRS – *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* [recurso eletrônico], Porto Alegre: EDIPUCRS, v.18, 2009, p.21-22.

[211] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.* N.º 463, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1837, p. 2-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=1941 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

[212] Resposta de Antero José Ferreira de Brito ao ofício de Bento Manoel Ribeiro à presidência da província, em Porto Alegre, 10 de janeiro de 1837. In: SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.203-206.

[213] Pedro Chaves foi nomeado pelo novo presidente da província, chefe da política de Porto Alegre. Era irmão do ex-presidente da província de São Pedro Antônio Rodrigues Braga, considerados pivôs políticos para a eclosão da revolta em 20 de setembro de 1835.

> males da nossa província, falo-a agora perseguir a torto, e a direito, com especialidade os setembristas[214] por próprio ressentimento.[215]

Sentindo-se perseguido pelo governo de Antero Ferreira de Brito, 23 de março de 1837, antes de ser exonerado do posto de comandante das armas, Bento Manoel armou uma emboscada para prendê-lo. Para isso, esperou que o presidente Antero de Brito deixasse as cercanias de Porto Alegre e, quando este seguia em diligência para Alegrete, pouco depois da metade do caminho, o comboio do presidente foi surpreendido pelas forças de Bento Manoel Ribeiro, próximo ao Passo do Itapevi, na região de Caçapava, oferecendo-lhe voz de prisão. [216]

Essa rápida reação de Bento Manoel Ribeiro indicava, entre outros aspectos, a preocupação com a sua integridade física ao sair da província,[217] ou ainda, uma garantia de suas intenções com os rebeldes. Até porque, após pouco tempo de afastamento dos conflitos, Bento Manoel retornou aos campos de batalha, aderindo novamente às tropas farroupilhas.[218]

O fato é que o confronto aberto com Antero Ferreira de Brito colocou Bento Manoel Ribeiro em oposição às forças do Império. Com a mudança de posição deste importante comandante militar da fronteira, temia-se uma debandada geral nas forças legalistas. Assim como mencionado no início do capítulo, como se fosse um jogo de xadrez, cada movimento de peças resultava em um universo de possibilidades. Bento Manoel, ao seguir para as forças farroupilhas, convidou outros oficiais de sua confiança para acompanha-lo. Estando em São Gabriel, o brigadeiro requisitou a presença do major Osório, que estava em Caçapava, junto a tropa da 3ª Brigada de Cavalaria. Ao que parece, somente quando chegou em São Gabriel, o major teve a notícia da prisão de Antero de Brito e da "defecção" ou "deserção" de Bento Manoel.[219]

---

[214] Referia-se aqueles que estiveram envolvidos na Revolta Farroupilha de 20 de setembro de 1835. Ver nota 109.
[215] CV-7711 - Correspondência de Bento Manoel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em Rio Pardo, em 17 de fevereiro de 1837. In: AHRS – *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* [recurso eletrônico], Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.21-22.
[216] CV-7713 – Ofício de Bento Manoel Ribeiro a Francisco das Chagas Santos (nomeado para o Comando das Armas do Rio Grande do Sul), em Rio Grande, em 24 de março de 1837. In: AHRS – *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* [recurso eletrônico], Porto Alegre: EDIPUCRS, v.18, 2009, p.23-24.
[217] Ofício dirigido por Bento Manoel Ribeiro ao marechal Menna Barreto: comunica a prisão do Presidente Antero e estabelece as condições de sua liberdade, em 23 de março de 1837. In: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.92-93.
[218] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit., p.428-429.
[219] SILVA, Alfredo Pretextato Maciel de. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. (Traços Biográficos).* 2ª Edição, V.2, Rio de Janeiro: Editora Americana, 1907, p.74.

É preciso destacar que os dois oficiais – o brigadeiro Bento Manoel e o major Osório – tinham uma relação de respeito e reciprocidade. Veterano dos conflitos no Prata, Bento Manoel Ribeiro era um velho companheiro do tenente-coronel Silva Borges, pai de Manoel Luís Osório. Naquela conjuntura, contudo, recém nomeado major da 3ª Brigada de Cavalaria, ao ser informado do plano dos rebeldes, decidiu retornar à Caçapava. Não se sabe de fato o que Manoel Luís Osório alegou a Bento Manoel.[220]

O que se sabe é que, mantendo-se no Exército legalista, o major Osório seguiu então ao encontro do coronel João Crisóstomo da Silva. Esse coronel defendia uma rápida saída das tropas de Caçapava, formadas por cerca de 1000 homens, para não acabarem rendidos pelas forças farroupilhas, que poderiam ser acrescidas com os "desertores de Bento Manoel Ribeiro". As forças dos rebeldes farroupilhas estavam melhores equipadas e em maior número no local (cerca de 1500 homens).[221]

Em Caçapava do Sul, Manoel Luís Osório foi solicitado por outros chefes farroupilhas. Nessa nova conferência, o general Antônio de Souza Netto, o coronel Guedes Luz e o filho de Bento Manoel, Sebastião Ribeiro, todos líderes rebeldes, buscavam "seduzi-lo" para a defesa da "República Rio-Grandense". Muito embora não se tenha registro desses encontros, é possível dizer que Manoel Luís Osório tenha de novo declarado ser "republicano de coração". Mas a sua passagem para o lado rebelde do conflito de fato não ocorreu. Naquele contexto, é possível que o major avaliasse como seria interpretado por sua tropa, caso optasse em passar para a defesa da causa farroupilha.[222]

Durante os primeiros dias da Revolta Farroupilha, o regimento que Manoel Luís Osório estava engajado no 2º R.C., e aderiu quase completamente aos anseios rebeldes. O mesmo parece não ter ocorrido em relação ao 3º Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional. Talvez por conta disso, após o encontro com líderes rebeldes, o major Osório seguiu acompanhado da força de cavalaria até a propriedade de sua mãe Anna Joaquina Luísa Osório, em Caçapava, às margens do Rio Santa Bárbara, onde passaram a noite. Os rebeldes se preparavam para cercar e tomar a vila de Caçapava, instando as forças legais para entregar-lhes às armas. A ideia do comandante-coronel Crisóstomo era romper o cerco imposto pelos farrapos no dia 8 de abril, logo pela manhã.[223]

---

[220] Idem.
[221] Ibidem.
[222] DORATIOTO, Francisco. *General Osório: A Espada Liberal do Império*. Op. Cit.; 2008, p.65.
[223] SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.211.

O major Osório, discordando do planejamento do coronel Crisóstomo, percebendo que seria tarde demais para reunir forças com o dito comandante, resolveu partir na noite anterior. Acompanhado por cerca de 39 soldados de cavalaria, de um escravizado de Anna Joaquina, cujo nome não foi possível confirmar, e do irmão José Luís – que agiu como um vaqueano, por dominar a topografia daquela região – Manoel Luís Osório conseguiu furar o cerco dos farroupilhas.[224]

Depois disso, seguiu para Porto Alegre. O coronel Crisóstomo, em contrapartida, foi rendido pelas forças farroupilhas, ainda em Caçapava, quando buscava atravessar as matas próximas ao rio Santa Bárbara.[225] Na localidade de Caçapava do Sul funcionava um depósito do Exército imperial, cujo material bélico foi tomado pelos farrapos. Esse episódio, contudo, pode ser analisado por diferentes pontos de vista.

O plano do coronel Crisóstomo, que Osório não acatou, de fato acabou fracassando. Porém, o major Osório não cumpriu uma ordem dada pelo comandante. Um ato de desobediência e insubordinação que poderia render algum tipo de punição ao oficial. Sem mencionar que, após alguns encontros com as lideranças da farroupilha, o "abandono" do comandante legalista coronel Crisóstomo poderia ter causado algum tipo desconfiança em relação ao seu procedimento.

Entretanto, é possível considerar, a respeito do episódio acima, que Osório tenha discordado de seu comandante e fez o que achou melhor: nem o comando nem a obediência e muito menos a disciplina lhe impediram de agir dessa forma. Naquele período, "ser militar" era bastante diferente dos padrões atuais. Adriana Barreto de Souza chamou a atenção para o caráter aristocrático do Exército brasileiro no século XIX, ou seja, seus chefes pertenciam à elite política. Eles ascendiam na hierarquia por meio de critérios como a origem social e a atuação política. Desse modo, não era a instrução militar e/ou a experiência em campanhas militares que definia a ascensão aos postos de oficiais. Exercer a função de oficial das forças militares do Império era, acima de tudo, uma honraria, mais do que uma profissão.[226]

Tratando-se de uma província fronteiriça e belicosa, torna-se importante ressaltar que a emergência na hierarquia do Exército, não era muito distante daquilo que ficou

[224] Idem.
[225] De acordo com Silva: grande parte da força "entregou-se [...] seduzida pelo espírito de rebeldia". Não se disparou um só tiro, e a 7 de abril de 1837, o general rebelde apoderava-se da vila". Ver: SILVA, Alfredo Pretextato Maciel de. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. (Traços Biográficos).* 2ª Edição, V.2, Rio de Janeiro: Editora Americana, 1907, p.74-75.
[226] SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p.66-71.

registrado na Corte do Rio de Janeiro. Isto é, não era a instrução militar nem a experiência em campanhas militares que definia a ascensão aos postos de oficiais superiores e generais, o topo da hierarquia. Da mesma forma, é possível inferir que as avaliações, a respeito das atitudes de oficiais e praças das forças militares, seguiam os mesmos padrões acima mencionados: a origem social e atuação política.

Entre as autoridades militares, o caminho que Osório encontrou naquele episódio foi avaliado de forma discordante. Autoridades como Antônio Elzeário de Miranda Brito, que naquela oportunidade era general em chefe do Exército e que seria depois nomeado para a presidência da província, entendeu a ação de Manoel Luís Osório como "irregular". Em seu parecer, Antônio Elzeário assinalou que, naquela situação, o major Osório se retirou com o seu "pequeno piquete de cavalaria que comandava, sem para isso se entender com o coronel João Crisóstomo da Silva, como ajustado tinham, e do que resultou este ter que depor as armas, por falta de guias que dirigissem" a tropa.[227]

Os setores mais conservadores do Exército legalista, que reuniam, por exemplo, os oficiais generais Elzeário de Miranda, Sebastião Barreto e Antero Ferreira de Brito, pretendiam exercer a repressão aos rebeldes a qualquer custo. Para esse grupo mais conservador, a estratégia política liberal intentada, até então no Rio Grande do Sul para sufocar a revolta, tinha como principal método a negociação e a anistia aos rebeldes. Nessa questão específica, Manoel Luís Osório parecia ser especialmente habilidoso. Tanto que, quando teve a oportunidade de formar seu esquadrão de cavalaria, ao que parece, recrutou a "maior parte de prisioneiros, isto é, de indivíduos republicanos que conseguira libertar das prisões e que, com agrados e bom tratamento, chamara ao serviço da legalidade".[228]

É possível afirmar que o mesmo era feito por outros comandantes. José Iran Ribeiro, por exemplo, destacou em sua pesquisa que o oficial do Exército Francisco Pedro "transformava prisioneiros em comandados". Isso não só durante a farroupilha, mas também em outros momentos, quando livrou "alguns homens, inclusive índios, da prisão", incorporando-os "ao seu comando".[229]

---

[227] AHEX – *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

[228] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Op. Cit., 1894, p.333.

[229] RIBEIRO, José Iran. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, p.15. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426784722_ARQUIVO_SimposioNacionaldeHistoria-JoseIranRibeiro.pdf Acesso em: 22 de março de 2023.

Sem dúvida, houve uma tentativa de convencimento de chefes de tropas farroupilhas, para passarem a lutar em "defesa da legalidade". Aqueles que decidissem trabalhar pela "ordem" teriam a anistia confirmada. Essa estratégia, é sempre importante salientar, estava embasada em uma lei decretada pelo governo imperial, que em seu Artigo 6º, publicado no dia 11 de outubro de 1836, considerava "anistiados todos os que tiveram parte na sedição de 20 de setembro de 1835 e se submeterem depois à ordem legal e cooptarem para que esta prevaleça".[230]

A política de anistia aos revoltosos, como mencionado anteriormente, foi uma estratégia executada pelo governo imperial em diferentes estágios do conflito no sul.[231] Do ponto de vista social, aquela revolta diferenciava-se de revoltas ocorridas em outras províncias do Império. A revolta era da elite latifundiária e escravista do Rio Grande do Sul. A mesma elite que, em outras oportunidades, havia mobilizado esforços para a defesa do Império.

Isso, no início, poderia até ter amenizado o temor das autoridades imperiais. Todavia, os líderes rebeldes, por sua vez, construíram historicamente fortes ligações com as lideranças do Rio da Prata. As ideias de república e de federalismo, sempre importante destacar, haviam circulado com bastante força na região e inspirado a independência das antigas colônias hispânicas na América do Sul. Essas ideias estavam diluídas entre os líderes da Revolta Farroupilha.[232] Em resumo, com o passar do tempo a manutenção do conflito no Rio Grande do Sul aumentava o temor da fragmentação do território imperial.

No caso de Manoel Luís Osório, desde a sua transferência de Rio Pardo para Bagé, em 1834, várias reviravoltas ocorreram em sua vida. Não me refiro apenas aos assuntos de ordem política e/ou militar. A partir de sua inserção social em Bagé, casou-se com uma moça chamada Francisca Fagundes de Oliveira, em 1835, cuja família estava entre

---

[230] Coleção das Leis do Império do Brasil. Parte II, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864, p.214. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html Acesso em: 14 de dezembro de 2023. A lei foi apresentada pelo Ministro da Justiça Antônio Paulino Limpo de Abreu e esteve em discussão durante os meses de junho a setembro.

[231] RIBEIRO, José Iran. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, p.15. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426784722_ARQUIVO_SimposioNacionaldeHistoria-JoseIranRibeiro.pdf Acesso em: 22 de março de 2023.

[232] PADOIN, Maria Medianeira. "O espaço fronteiriço platino no século XIX, a Revolução Farroupilha e o discurso federalista". In*: Simpósio Fronteras en el espacio platino. 2ª Jornada de Historia Económica*, Montevideo, 1999; PICCOLO, Helga Iracema L. Da descolonização à consolidação da República: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul no século XIX. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, 1993, p.153. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/597/837 Acesso em 12 de julho de 2023.

as principais daquela localidade. A cerimônia, inclusive, aconteceu pouco tempo depois da eclosão da Revolta Farroupilha. Após participar da sedição de 20 de setembro e ser visto até mesmo como um dos oficiais mais ativos no início da revolta, aproveitando-se de mudanças conjunturais e de anistias concedidas pelo governo regencial, passou à defesa da legalidade. Em outros termos, em momento decisivo, quando a guerra civil ganhou força na província, Manoel Luís Osório abandonou as fileiras farroupilhas e passou a atuar em sua repressão. Dizia ser "republicano de coração", o que não o impediu de lutar em defesa da Monarquia Constitucional.

Capítulo V – Entre os "Defensores da Legalidade"

Os anos finais da Regência foram de intensa atividade política em diferentes locais do Império. A guerra civil no Rio Grande do Sul e "a morosidade das operações militares contra os rebeldes" aumentaram as incertezas em relação ao final do conflito.[1] É difícil de dimensionar a situação financeira que grande parte das famílias da província apresentava, diante da manutenção da guerra civil por tanto tempo.

Essa configuração refletia também no engajamento de oficiais e da tropa entre as forças combatentes. Tanto os rebeldes farroupilhas quanto as forças legalistas sofreram milhares de mortes e de deserções ao longo da guerra.[2] Alguns indivíduos deixaram as forças rebeldes ainda nos primeiros meses de conflito e passaram a defender as forças legalistas, e vice-versa. O mesmo ocorreu com Manoel Luís Osório. Ao final do capítulo anterior, foi possível demonstrar que, esse oficial, enquanto comandante da 3ª Brigada de Cavalaria, após algumas "reuniões" com líderes da Revolta, decidiu não desertar do Exército legalista. Mantendo-se na repressão aos rebeldes, apresentou-se à guarnição do Exército imperial, na capital Porto Alegre, onde passou a servir.

O objetivo deste capítulo é entender a atuação de Manoel Luís Osório durante a fase da guerra na qual foram registrados maior número de enfrentamentos entre forças legalistas e rebeldes farroupilhas. Nesse contexto, atuou em diferentes regimentos (batalhões, esquadrões e legiões) de cavalaria. Portanto, a ideia aqui não é somente descrever suas ações nos campos de batalha, mas, na medida do possível, dado o limite das fontes, compreender as relações que manteve e/ou constituiu com autoridades, comandantes militares e subordinados. Da mesma forma, analisar as demandas que

[1] KRAAY, Hendrik. Ritual Cívico e Política na Reação Monárquica: Rio de Janeiro e Salvador, 1837-41. Dossiê Regência e Imprensa, *Almanack*, Guarulhos, n.20, 2018, p.69. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13076/9114 Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

[2] Apesar da Revolta Farroupilha ter sido mantida por cerca de 10 anos, estima-se que o número de mortos, entre rebeldes e legalistas, não tenha excedido a 5 mil pessoas. Alguns estudiosos arriscam dizer que "morreu pouca gente", cerca de 3 mil pessoas. Isso quando comparadas a outras revoltas do período, como a Cabanagem (1835-1840) que chegou a produzir cerca de 30 mil mortes. Vale salientar, porém, que no Rio Grande do Sul, ao menos até a década de 1850, dados estatísticos sobre a população ainda não eram realizados com frequência, dependendo de listas elaboradas por autoridades locais, sem muito padrão. Isso impediu uma avaliação mais precisa daqueles que perderam a vida em combates na farroupilha. Além disso, ainda são poucos os estudos que se dedicaram a inventariar esses dados. Ver: SILVA, Juremir Machado da. História Regional da Infâmia. O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). LPM Editores, 2010; RAIOL, Domingos *A. Motins políticos ou histórias dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. V.3, 2ª ed., Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

surgiram em sua vida pessoal e como essas impactaram em sua carreira nas forças militares.

5.1. No Comando do *Esquadrão do Presidente*

No final de abril de 1837, ao chegar em Porto Alegre, Manoel Luís Osório foi recebido com algum entusiasmo pela tropa aquartelada na capital. Praças e oficiais reconheciam que ele não havia aderido ao chamado de Bento Manoel Ribeiro e de outros líderes guerreiros que, naquele contexto, passaram à defesa dos rebeldes.[3] Ao que tudo indica, percebendo a aprovação que tinha o major Osório entre as forças militares, o vice-presidente Américo de Mello, que assumiu em 1º de abril o lugar de Antero de Brito, feito prisioneiro pelos rebeldes,[4] logo providenciou a sua nomeação para o cargo de major comissionado de Legião e comandante do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional de Porto Alegre.[5]

O regimento da Guarda Nacional para o qual o major Manoel Luís Osório foi nomeado, em 1º de maio de 1837, depois ficaria conhecido como o *Esquadrão do Presidente*. Ao que parece, o nome surgiu quando Feliciano Nunes Pires[6] foi nomeado por carta imperial para assumir o governo da província, em 16 de maio. Sua chegada à capital ocorreu com alguma demora, em 6 de junho de 1837.[7]

---

[3] "Achando-se vago o lugar de major de Legião n'este Município, e atendendo aos mui relevantes serviços que o tenente Manoel Luís Osório tem prestado à causa da legalidade, e à sua atividade, perícia e mais partes que nele concorrem para o bom desempenho das funções inerentes ao dito posto, hei por bem nomear o mencionado tenente para o referido posto de major de Legião, que desde logo principiará a exercer, percebendo o soldo e mais úteis que lhe competem como tal. Palácio do Governo em Porto Alegre, 1º de maio de 1837. (assinado) Américo Cabral de Mello, vice-presidente". Apud. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Op. Cit.; p.333.

[4] Américo Cabral de Mello, segundo consta, tomou posse da presidência após uma reunião convocada pelo general Francisco das Chagas Santos. Os convites para aquela reunião, foram encaminhados a um conselho formado por "todos os generais, comandantes militares, empregados civis". Foi assim que, decidiu-se por aprovar a sua posse, até a chegada do novo presidente. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.335.

[5] O leitor deve lembrar que a sua inserção no mundo da guerra aconteceu nas tropas de Legião de São Paulo, forças de 2ª linha, em 1823, durante o sítio às tropas portuguesas em Montevidéu. O conflito da Independência do Brasil naquela região, que motivou o alistamento de Manoel Luís Osório, foi analisado no capítulo II.

[6] MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Feliciano Nunes Pires*. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1168-Feliciano_Nunes_Pires Acesso em: 21 de março de 2024. Feliciano chegou em "5 de junho de manhã", mas "não desembarcou n'este dia, e só à noite foi visitar" o seu antecessor general Chagas. Ver também: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.342.

[7] Com a prisão de Antero Ferreira de Brito, o vice-presidente Américo de Mello assumiu a presidência entre 1º de abril a 16 de maio. Depois, nomeado pela regência, o presidente Francisco das Chagas Santos permaneceu por pouco menos de um mês: de 16 de maio a 6 de junho de 1837. Era ele tenente-general das forças de 2ª linha do Rio Grande do Sul, veterano dos conflitos no Prata, quando atuara como comandante das tropas formadas por guaranis missioneiros. Naquela conjuntura, era comerciante em Porto Alegre. Ver:

O comendador Feliciano Nunes Pires nasceu em dezembro de 1785, na Vila do Desterro, na então Capitania de Santa Catarina. Fez carreira no magistério, dando aulas de latim e inglês. Ainda em Desterro, segundo consta, ingressou na vida política como deputado geral. Depois foi morar no Rio Grande do Sul, onde foi eleito para à Assembleia entre 1827-1829. Na sequência, teve a experiência de presidir a Província de Santa Catarina, em 1835.

O major Osório, ao fazer essa migração para a capital Porto Alegre, aproximou-se desse presidente. Era o terceiro a ser nomeado para a província, desde o início da Farroupilha. Quando chegou na capital, Feliciano Nunes Pires já encontrou o major Osório no comando do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional de Porto Alegre. O cargo era quase uma distinção. Em contexto de grande insubordinação, o major Manoel Luís Osório ficou responsável pela segurança da principal autoridade provincial, muito embora não cuidasse somente de sua segurança, pois também tinha que prestar serviço nas operações militares contra os rebeldes. O cargo que o aproximava do novo presidente, como será mostrado a seguir, também lhe proporcionou mais poder sobre os soldados e promoções.

No Rio Grande do Sul, porém, a gestão de Nunes Pires foi bastante atribulada. A exemplo de outros presidentes, permaneceu pouco tempo no cargo, sendo substituído em outubro de 1837. Logo que tomou posse, foi alvo de críticas dos legalistas mais conservadores, também chamados de "ultra legalistas", que o acusavam de ser pouco enérgico na repressão aos rebeldes. O "grupo" entendia que a guerra precisava ser sufocada de uma vez por todas. Nem que para isso fosse necessário ir às últimas consequências.[8]

Essas críticas ao presidente Nunes Pires, também recaíram sobre o major Osório. A exemplo de outros parceiros de farda do Exército imperial, Manoel Luís Osório acreditava que poderia negociar com os rebeldes. "Diante do adversário[...], eliminar era

---

RIBEIRO, Max R. P. Os Guaranis Missioneiros e a "Indústria" da Guerra: comunidades indígenas e trabalho nas missões durante as independências das colônias do Rio da Prata. *História em Revista*, Pelotas, nº 19, dez/2013, p.267-279.

[8] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.* N.º 463, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1837, p. 2-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=1941 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024. O periódico *O Sete d'Abril,* fundado em 1º de janeiro de 1833, durante à regência alinhou-se aos liberais moderados. Era dirigido por Francisco do Rego Barros. Conforme Sodré, o jornal tinha a influência direta de Bernardo Pereira de Vasconcellos. Pouco tempo depois, tanto Rego Barros quanto Vasconcellos fariam parte do gabinete do *Regresso Conservador*. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

sua última opção. Daria preferência à prisão[...]". Criava-se uma relação de "dívida de gratidão" ou ao menos um forte vínculo de dependência. Em uma sociedade com fortes traços hierárquicos, essas relações de dependência acabavam aprofundando as desigualdades e favorecendo a concentração de poder.

Essas características foram elencadas por Adriana Barreto de Souza, ao tratar da trajetória de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias. Acredito, porém, que no contexto acima, as mesmas assertivas também poderiam ser atribuídas a atuação de Manoel Luís Osório. Quando o duque de Caxias assumiu como presidente da província e comandante de Armas, em 1842, Manoel Luís Osório se tornou importante mediador das ordens do comando em chefe em relação aos oficiais e praças das forças da legalidade.[9] Essa relação será analisada no capítulo VI.

Retornando a repercussão da imprensa a respeito do presidente da província, Feliciano Nunes Pires, o periódico *Sete de Abril*[10] reproduziu as críticas direcionadas ao presidente do Rio Grande do Sul, realizadas pela folha *Campeão da Legalidade*.[11] No dia 8 de julho de 1837,[12] o periódico destacava que "[...]a chegada do presidente Nunes e das medidas que tomou logo no começo de sua administração são tais que, como dissemos, o coração de todo o brasileiro amante do seu país se deve encher de indignação e de raiva".[13]

Para os autores das críticas, o novo presidente nomeado pelo regente Feijó "ia de encontro à opinião do partido da legalidade". A sua nomeação, conforme a análise da folha *Campeão da Legalidade*, contrariava personalidades consideradas importantes no Rio Grande do Sul. Segundo o periódico, a Regência tinha passado ordens expressas para que Feliciano Nunes Pires assumisse a qualquer preço o Palácio do Governo, mesmo que fosse preciso: apontar "nossos navios[...] contra o tenente general Chagas, o Dr. Chaves,

---

[9] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit. 2008, p.425.
[10] Jornal criado em 1º de janeiro de 1833, durante o Período Regencial alinhou-se entre os liberais moderados. Era dirigido por Francisco do Rego Barros. Conforme Sodré, o jornal tinha a influência direta de Bernardo Pereira de Vasconcellos. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
[11] O *Campeão da Legalidade* foi publicado em Porto Alegre, entre 1837 e 1839. Tinha como redatores: Pedro Rodrigues Fernandes Chaves – irmão do ex-presidente da província Antônio Fernandes Braga – e José Girard, dono de uma tipografia que levava seu nome, em Porto Alegre, na Rua de Bragança n.º 45, O jornal ficou marcado por polêmicas diversas, em defesa da "legalidade". Ver: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879).* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p.82.
[12] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.* Nº 463, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1837, p. 2-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=1941 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.
[13] As medidas mencionadas: "a demissão do Secretário da Presidência"; "a demissão de João da Silva Tavares do comando da fronteira de Rio Grande", entre outras.

o bravo Silva Tavares e outros defensores da Legalidade!"[14] Ou seja, o nome de Nunes Pires estava longe de ser uma unanimidade. As críticas, contudo, também eram direcionadas à Regência de Feijó.

O governo regencial, com base no histórico recente de suas nomeações para a presidência da província, adotou medidas para que situações semelhantes a que ocorreu com os antecessores não se repetissem. Aqui deve lembrar o leitor quando da nomeação de José de Araújo Ribeiro, em 1836, que foi impedido de assumir o Palácio do Governo em Porto Alegre, tendo de levar o seu governo para Rio Grande. Ou mesmo na nomeação de Antero Ferreira de Brito, em janeiro de 1837, que pouco depois de assumir o cargo foi feito prisioneiro em uma emboscada que marcou a deserção do brigadeiro Bento Manoel Ribeiro para as forças rebeldes.

Esses casos, analisados no capítulo anterior, indicavam que as precauções do governo residiam também nos desentendimentos no interior do "grupo legalista". Naquele momento, o estado de conflito no Rio Grande do Sul, entre forças rebeldes e legalistas, mantinha-se inabalável. E isso tudo tornava o ambiente inóspito para a chegada de qualquer autoridade nomeada pelo governo imperial.

Para o major Osório aquele contexto poderia oferecer um conjunto mais amplo de possibilidades de ascensão. Embora o cargo também oferecesse "sacrifícios e despesas", sobretudo, na reunião, organização e disciplina dos corpos militares. A sua nomeação garantia um soldo maior, ainda que este nem sempre fosse pago em dia,[15] além das gratificações referentes ao posto, cavalos e forragens para o seu deslocamento. O principal, porém, era a posição de maior prestígio que passava a exercer: major e comandante de Legião da Guarda Nacional. Além disso, o cargo que passou a desempenhar era diretamente ligado ao principal representante do governo regencial na província. E, claro, o critério para a sua admissão entre os guardas, era os seus atributos enquanto cidadão.

Como já assinalei no capítulo III e IV, a Guarda Nacional era formada por civis-armados. Daí a ideia de cidadãos-soldados. Em tese, os homens que fossem qualificados

[14] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.* N.º 463, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1837, p. 2-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=1941 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

[15] AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.615. O atraso no pagamento das "*gratificações"* – como eram denominadas as vantagens acrescidas aos soldos, por exemplo, de oficiais comandantes das companhias – levaram Manoel Luís Osório a fazer reclamações às autoridades militares entre 1837-1839.

como guardas, ficavam isentos de servir nas tropas de 1ª linha, exceto quando em situação de guerra.[16] Nessa condição, passavam a atuar auxiliando os corpos do Exército. Contudo, digo em tese, pois, em 1833, o governo imperial através da pasta da Justiça, teve de reiterar uma resolução de que os guardas não poderiam servir nas forças de 1ª linha. A época o caso já havia gerado grande repercussão. "Muitas localidades do Império, os juízes de paz estavam recrutando os cidadãos-eleitores para as fileiras do Exército, o que gerava uma certa confusão sobre a possibilidade legal deste procedimento".[17]

Em outras regiões, os indivíduos alistados nas forças de 2ª linha tinham poucas chances de prestar serviço militar. Entretanto, no Rio Grande do Sul, devido às constantes guerras, os guardas foram frequentemente levados aos campos de batalha, atuando praticamente ao lado do Exército de linha.[18] Assim, pode-se imaginar que o convívio e as trocas entre os integrantes de forças de 1ª e 2ª linhas foram bastante comuns durante a Farroupilha.

Contudo, vale destacar que a cultura política daquela sociedade, destacava-se por apresentar uma fronteira bastante restrita entre a esfera militar e civil. Com isso quero dizer que, nem os oficiais e praças do Exército e, muito menos ainda os Guardas Nacionais, eram "militares no sentido de funcionário de um exército moderno e profissional". Eram, por assim dizer, homens recrutados por "senhores da guerra que levavam para o exercício desses postos, toda uma série de obrigações, de prestações de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos".[19]

De acordo com o regulamento, artigo 43, 44 e 45 da lei de criação da Guarda Nacional de 1831, no qual ficavam conhecidas as regras para a composição das "companhias, esquadrões, ou corpos de cavalaria", as companhias de cavalaria teriam cerca de 70 a 100 praças, divididas entre 2 até 4 esquadrões.[20] Quando nomeado para o comando da 3ª Brigada de Cavalaria, o major Manoel Luís Osório teve a possibilidade de

---

[16] Coleção de Leis do Império do Brasil, Lei de 18 de agosto de 1831 (Publicação Original). Poder Legislativo. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-norma-pl.html Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

[17] RIBEIRO, J. I. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS/FFCH, 2019, p.140.

[18] RIBEIRO, J. I. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS/FFCH, 2019, p.140-143. José Iran Ribeiro menciona em sua dissertação de mestrado, que muitos Juízes de Paz ignoravam as determinações para não alistar os guardas nas tropas do Exército, alguns contando com a conveniência dos Presidentes da Província.

[19] FARINATTI, L. A. *Confins Meridionais*...Op. Cit.; 2010, p.205.

[20] Coleção de Leis do Império. Lei de 18 de agosto de 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 23 de setembro de 2023.

enviar uma proposta de oficiais que, conforme suas próprias palavras: "seriam indispensáveis ao Esquadrão".[21] Quando ascendeu ao posto de comando, o major passava a ter a responsabilidade de nomear e avaliar os oficiais que deveriam ser dispensados dos serviços. Esse foi o caso do alferes reformado do Exército – Francisco José de Almeida – que "foi desligado do mesmo",[22] devido a "sua incapacidade física".[23] Em sua substituição, o major Osório indicou o alferes Vasco Pinto Bandeira, da Guarda Nacional do Corpo de Rio Pardo, "por ser bom oficial para a Companhia e merecer toda a confiança".[24]

Em geral os comandantes buscavam indicar, assim como fez o major Osório, indivíduos com quem tinham alguma relação de confiança. No caso acima mencionado, a garantia da nomeação do alferes estava alicerçada na relação entre as famílias Osório e Pinto Bandeira. Há indícios das relações de compadrio e matrimônio entre as duas famílias desde quando se estabeleceram na região, no século XVIII.[25] A vinculação destas famílias formava um verdadeiro emaranhado de relações. O tio do alferes que recebeu a promoção, Bernardino Pinto Bandeira, foi um dos padrinhos de casamento de D. Anna Joaquina e do tenente-coronel Silva Borges, pais de Manoel Luís Osório.[26] Ao que parece, Bernardino foi casado com uma das irmãs da mãe de Anna Joaquina, chamada Maria Joaquina Pereira de Souza (tia-bisavó do major Osório).[27] Mas os relacionamentos não pararam por aí. Maria da Conceição Pinto Bandeira – irmã de Bernardino Pinto Bandeira

[21] Proposta adjunta para os postos de oficiais do Esquadrão de Cavalaria, enviada pelo major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em 12 de junho de 1837, em Porto Alegre. In: AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.616.

[22] AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.620. O desligamento do alferes Francisco José de Almeida foi confirmado em 6 de outubro de 1837.

[23] AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.616.

[24] AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.616.

[25] A atuação da família Pinto Bandeira e de suas redes de reciprocidade foram estudadas pelo historiador Tiago Gil. Segundo o autor: a família "teve grande extensão e um especial impacto social na fronteira". Estava ligada ao comércio de contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, valendo-se das guerras para assumirem contratos vantajosos com a Coroa portuguesa. Ver: GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810).* Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2002.

[26] "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da igreja Católica, 1738-1952," database with images, *FamilySearch*. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2C2-4?i=29&cc=2177295 Acesso em 03/03/2023.

[27] É possível comprovar o matrimônio de Bernardino P. B. e de Maria Joaquina P.S. quando são citados nos registros de casamento de seus filhos, Manoel Pínto Bandeira (1816) e Feliciana Maria Pinto (1818), respectivamente citados a seguir: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952", database with images, *FamilySearch* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2H1-D?i=705&cc=2177295; https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2HB-R?i=711&cc=2177295 Acesso em: 03/03/2023.

– foi casada com Antônio Gonçalves Pereira de Souza, tio de Anna Joaquina.[28] A tia do major, Laura Luísa Joaquina Osório casou-se com Ascenço Pinto Bandeira,[29] cuja filha – Felisberta Luísa Osório – foi casada com Francisco Pinto Bandeira Sobrinho,[30] filho de Maria Joaquina Pereira de Souza e Bernardino Pinto Bandeira.

Na condição de comandante do batalhão, o major Manoel Luís Osório deveria encaminhar a sua proposta a uma autoridade superior. As relações verticais e horizontais, como as mantidas entre comandante e subordinado, tratando-se das forças militares do século XIX, estavam alicerçadas muitas vezes em compromissos forjados na esfera familiar. É claro que, mesmo em relacionamentos familiares, as relações de reciprocidade passavam por reformulações que poderiam afastar ou aproximar os indivíduos. Nessa perspectiva, as relações familiares não eram definidoras dos posicionamentos dos indivíduos que integravam as redes. Críticas contumazes a essa perspectiva foram tecidas por Zacarias Moutoukias. O autor chamou atenção para ao invés de pensar em posicionamentos naturalizados na "centralidade" das famílias, é sempre necessário observar os relacionamentos em plena ação social, cujas ligações se conformariam ou não através de componentes circunstanciais.[31]

A título de exemplo, no capítulo anterior foi destacado como a mudança de posicionamento do líder militar Bento Manoel Ribeiro impactava a configuração das relações entre diferentes atores sociais ligados ao mundo da guerra. Foi pensando nisso que procurei remontar, dentro de um certo limite, as relações pessoais que Manoel Luís Osório estabeleceu em seu cotidiano, através de pesquisa empírica. Quando esteve no

[28] Entre outros registos, o matrimônio entre Maria da Conceição P. B. e Antônio Gonçalves P. S. é possível comprovar através do registro de casamento de uma de suas filhas, Maria Rosa da Conceição.
Ver: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952", database with images, *FamilySearch* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2ZF-S?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6BGV-ZQ8T&action=view&cc=2177295 Acesso em: 03/03/2023.

[29] Através do registro de batismo de uma filha de Laura e de Ascenço, chamada Bernardina, é possível atestar o matrimônio dos dois e, também, o matrimônio de Bernardino Pinto Bandeira e Maria Joaquina de Souza. Ver: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da igreja Católica, 1738-1952," database with images, *FamilySearch* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F831-48?i=926 Acesso em 03/03/2023.

[30] O matrimônio de Felisberta L. O. e Francisco P. B. S. foi atestado pelo registro de óbito de um dos filhos, José Pinto Bandeira, e pelo registro de batismo de sua neta, que recebeu o nome de Felisberta. Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9LD-Q9XJ-3?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6VPD-S51Y&action=view&cc=3741255; https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV4G-W?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6NV8-BMTG&action=view&cc=2177295 Acesso em: 03/03/2023.

[31] MOUTOUKIAS, Zacarias. Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario del IEHS*, Tandil, v. 15, 2000.

comando do *Esquadrão do Presidente*, por exemplo, procurei acompanhá-lo em plena ação, evitando projeções atemporais e generalizantes.

Em certas oportunidades, foi possível perceber que as relações forjadas no mundo da guerra transgrediram esse espaço, passando a influir também em outras esferas da vida. Essa opção metodológica, contudo, foi imprescindível para entender que na prática os relacionamentos não aconteciam de forma linear. Ao contrário disso, passavam por constantes modificações e, por essa razão, tais relações sociais poderiam aproximar e afastar familiares, amigos e/ou camaradas de farda.[32]

5.2. A guarnição de Porto Alegre

A Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre foi feita capital da então Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1773, quando foi desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Depois da Independência, quando a então capitania se tornou província do Império do Brasil, a cidade de Porto Alegre era composta pelas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Viamão, Bom Jesus do Triunfo, Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e a citada Madre de Deus.

No final da década de 1830, quando Manoel Luís Osório foi atuar em Porto Alegre, a cidade já apresentava um "importante núcleo urbano e portuário".[33]

> Em síntese, pode-se dizer que Porto Alegre foi uma área urbana e portuária, situada em um território delimitado entre o rio Guaíba e um conjunto de fortificações levantadas nas décadas finais do século XVIII e que marcaram os limites do espaço urbano até meados do século XIX, constituindo, portanto, um espaço urbano confinado entre o rio e a 'muralha'. Nesse contexto, papel central assumiu o porto fluvial, bastante movimentado que gozava de posição privilegiada, na confluência de cinco rios navegáveis, permitindo a interligação com o interior do território. Por isso, Porto Alegre era um lugar de intenso trânsito e de passagem para o interior da capitania-província.[34]

Tudo isso, no entanto, contrastava com a infraestrutura precária da capital. Até a primeira metade do século XIX, mesmo as principais ruas de Porto Alegre eram de "chão batido ou com calçamento irregular, constituindo-se algumas em verdadeiras picadas,

---

[32] Esse tema foi analisado durante a pesquisa de mestrado. Ver: GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no Século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval.* Dissertação (Mestrado em História), Seropédica: UFRRJ/PPHR, 2019.

[33] SCOTT, Dario. Os primeiros cem anos da população porto-alegrense (1772-1872). In: *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX).* 2ª Ed. [E-book]. KÜHN, Fábio; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs). São Leopolso: Oikos, 2023, p.36.

[34] Idem, p.38.

com a sarjeta (esgotos) correndo a céu aberto". As ruas eram cortadas por becos, pequenas travessas, bastante estreitas, que poderiam apresentar grandes inclinações.[35]

Na década de 1830, a iluminação do centro de Porto Alegre teve o acréscimo de "200 lampiões",[36] que eram "acesos a óleo de baleia".[37] Entretanto, em maio de 1837, a Câmara Municipal reclamava ao vice-presidente Américo Cabral, quanto ao "[...] mau funcionamento ou dano irreversível, ficassem inativos [os lampiões], tendo a província mandado encomendar outros duzentos no Rio de Janeiro. E desapareceu a iluminação das ruas".

O restabelecimento da iluminação era essencial para as patrulhas à noite, infraestrutura considerada decisiva para fazer frente ao sítio que os rebeldes farroupilhas faziam na cidade.[38] Talvez a principal dificuldade da capital fosse o acesso a água potável. A dificuldade estava na falta de condições sanitárias do lago Guaíba, prejudicadas em suas margens pelo descarte indevido de dejetos e de lixo.[39]

Do ponto de vista militar, a cidade tinha o seu território "protegido" ao norte, sul e leste pelo lago Guaíba. Na área norte e sudoeste era guarnecida por uma fortificação construída no período colonial, que foi derrubada ao final da Farroupilha, em 1845.[40] O 3º Batalhão de Cavalaria, desde antes do início da Revolta Farroupilha, reunia-se na Guarnição do Quartel General do Exército, na rua da Praia (atual rua das Andradas), ao lado da Igreja Nossa Senhora das Dores.

---

[35] "Os becos tinham um percurso acidentado, estreito e curto através das ladeiras que subiam a colina no centro da península. Não tinham a mesma infraestrutura das ruas principais, onde se localizavam os sobrados de pedra e cal. Ao contrário, os becos caracterizavam-se pelos casebres modestos de taipa e palha onde moravam a população pobre composta de mascates, taverneiros, artesãos, marinheiros, carregadores, prostitutas e libertos". MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. APUD. VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800=1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano.* [livro eletrônico], Belo Horizonte: ANPUR, 2021, p.54.

[36] Consta essa informação no relatório do presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1835). No entanto, a compra dos lampiões teria sido realizada por Manuel Antônio Galvão, presidente durante 1831-1833. BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1832 e 1835* (respectivamente). Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pagfis=18 (1832); https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pagfis=34 (1835). Acesso em 22 de novembro de 2022.

[37] VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800=1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano.* [livro eletrônico], Belo Horizonte: ANPUR, 2021, p.57-58.

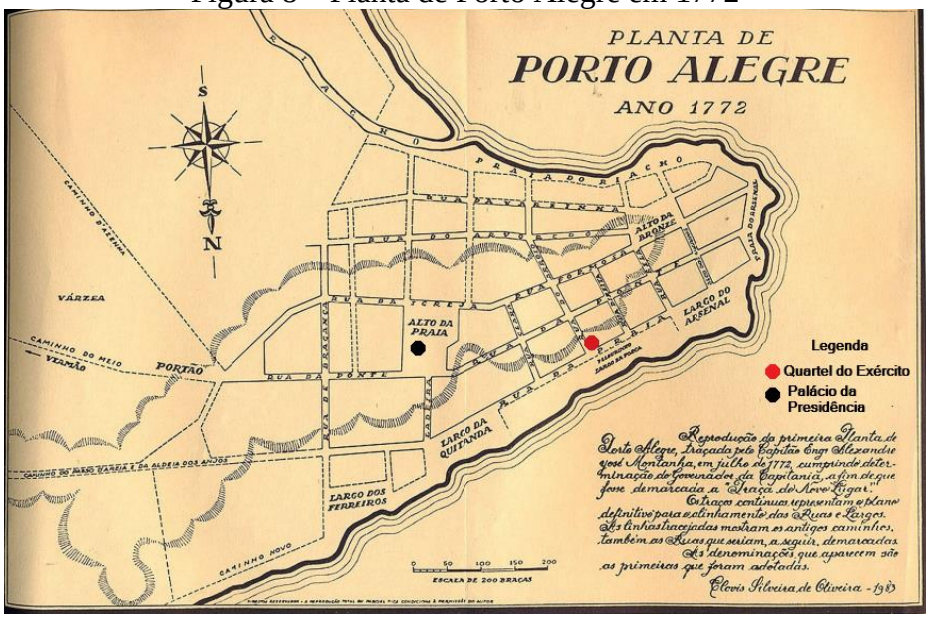
[38] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p.210.

[39] Idem.

[40] BENTO, Cláudio Moreira. *Porto Alegre - Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias*. IHGB, 1987, p.4.

Na figura 8, nota-se o caminho que o major Manoel Luís Osório percorria da guarnição de Porto Alegre até o Alto da Praia ou Praça da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro), onde ficava o Palácio da Presidência e o Comando das Armas.[41]

Figura 8 – Planta de Porto Alegre em 1772



Fonte: Adaptado do mapa apresentado em: Oliveira, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e a sua formação.* [2ª Edição], Porto Alegre: Editora Metrópole, 1993.

Na figura 9, abaixo, porém, pode-se visualizar o prédio do Q.G. Em 1900, quando feito o retrato, certamente o prédio já havia passado por grandes mudanças e reformas. Conforme assinalou o viajante francês Nicolau Dreys,[42] que residiu em Porto Alegre naquele contexto: "a rua mais extensa, e mais importante, em respeito ao comércio e à

[41] Não encontrei referência de quem elaborou a planta. Para uma explicação aprofundada a respeito, ver: FIALHO, Daniela M. Os mapas antigos de Porto Alegre e suas relações com as instituições. In: *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX).* 2ª Ed. [E-book]. KÜHN, Fábio; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs). São Leopolso: Oikos, 2023, p.200-221.

[42] DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.* 4ª Ed., Porto Alegre: Editora Nova Dimensão, 1990, p.9-10. Nascido em Nancy, na França, em 1781, Nicolau Dreys desempenhou funções de militar e funcionário público até 1815. Em 1817, chegou ao Rio de Janeiro junto da esposa e da filha – Louise Soulier e Eudoxie – onde viveram de comércio. No mesmo ano seguiu para o sul. Em Porto Alegre viveu também de comércio, residindo na cidade entre 1818-1825. Depois, percorreu o território do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, entre outras províncias. O livro – *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* – teve a sua primeira edição lançada em 1839.

população, é a [Rua] da Praia [...]".[43] O que chamava atenção do francês eram as "casas geralmente altas, de estilo elegante e moderno, quase todas habitadas por negociantes".[44]

Saint Hilarie, outro viajante e botânico de origem francesa, chamou a atenção para o comércio que se realizava no Largo da Quitanda, também na Rua da Praia, "próximo ao cais" do Porto, há poucos metros de distância do Quartel do Exército. Nesse mercado: "[...]vendem-se laranjas, amendoim, carne seca, molhos de lenha e de hortaliças, principalmente couve. Como no Rio de Janeiro, os vendedores são negros. Muitos comerciam acocorados junto à mercadoria à venda, outros possuem barracas, dispostas desordenadamente no pátio do mercado".[45]

Era nessa mesma quadra da rua da Praia que ficava o Q.G. de Porto Alegre. Não consegui imagens ou desenhos do prédio no tempo em que o major Manoel Osório foi comandante.

Figura 9 – Quartel General de Porto Alegre (início de 1900)

Fonte: Fototeca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Apud. KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p.125.

Contudo, é preciso dizer que encontrei poucas referências em relação ao quartel do 3º Batalhão de Cavalaria. A respeito da infraestrutura do regimento, em um dos ofícios enviados à presidência, sem oferecer detalhes, o major Osório destacou a falta de

[43] SAINT-HILAIRE, *Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821).* Tradução de Leonam de Azeredo Penna. São Paulo: Ed. da USP, 1974, p.46.
[44] DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4ª Ed., Porto Alegre: Editora Nova Dimensão, 1990, p.67.
[45] SAINT-HILAIRE, *Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821).* Tradução de Leonam de Azeredo Penna. São Paulo: Ed. da USP, 1974, p.46.

"qualidade do quartel".[46] A capital contava também como o 8º Batalhão de Cavalaria, conhecido como Batalhão de Caçadores, que ficava no Beco do Oitavo (atual Av. André da Rocha).[47] Desse último, foram deixados "fartos registros das atividades ilícitas e distúrbios de que foi palco".[48]

Segundo Sergio da Costa Franco: havia "referências à mencionada travessa ou beco do 8º batalhão, sempre por causa de reclamações de moradores, pelos objetos que aquela unidade militar lançava na via pública".[49] O escritor Achylles Porto Alegre, ao fazer referência ao beco do oitavo, lembrava que ali os soldados do Exército praticavam todo o tipo de violência contra as pessoas: "depenavam [roubavam] em plena rua, deixando, uma ou outra vez, escapar, por comiseração[...] E ai de quem tentasse reagir contra esse desacato!.... Era bem capaz de ficar estendido ali mesmo, com as tripas de fora".[50]

Figura 10 – Fotografia de Virgílio Calegari do quartel do 8º Batalhão, (fim do século XIX – início do século XX)

Este prédio foi construído em 1828, era sede do 8º BC. Bem ao lado situou-se o famoso Portão que dava acesso à Praça. Era o trecho mais importante das fortificações que circundavam a Cidade pelo lado leste. Neste mesmo lugar, em 1774, o Governador José Marcelino de Figueiredo havia mandado instalar os Armazéns de S.M. Foto de Virgilio Calegari

Fonte: OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação.* Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985, p.36. Apud. KOEHLER, A. L. G. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p.188.

[46] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618.
[47] Antes da Revolta Farroupilha, o 8º Batalhão era comandado pelo major João Manoel de Lima e Silva, que aderiu à revolta.
[48] KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p.187-189.
[49] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988, p.36-38.
[50] PORTO ALEGRE, Achylles. História popular de Porto Alegre. In: VARELA, Deusino (Org.). *Comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal*. Porto Alegre, 1940, p.69-70.

Para o major Osório, acostumado com as vastas planícies dos campos da fronteira, a vida entre os "muros" da capital Porto Alegre certamente poderia causar algum estranhamento. O comando da guarnição de Porto Alegre era exercido pelo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.[51] Português de origem, alistou-se na Brigada Real da Marinha em 1800, aos 9 anos de idade.[52] Em 1814, condecorado com "uma medalha na luta contra Napoleão, participou da anexação da Província Cisplatina e depois luta pela sua separação e criação do Estado Oriental do Uruguai".[53] Em 1828, ao final dos conflitos, passou a residir em Porto Alegre, obtendo sua reforma do serviço militar em 1831.[54]

Ao que tudo indica, o major Osório tinha uma boa relação com esse comandante. Não foram poucas as vezes que o brigadeiro Xavier da Cunha deixou explícito, em ofícios enviados à presidência da província[55] e/ou às autoridades militares: "os úteis serviços" prestados pelo major Osório.[56] Ao que parece, o major também construiu uma relação de cooperação com o presidente Feliciano Nunes Pires. Em 06 de junho de 1837, Feliciano Nunes Pires assumiu a presidência da província. Antes disso, exercia o cargo de Inspetor da Alfândega no Rio de Janeiro.[57] Ao receber a notícia de sua nomeação, seguiu para

[51] Brigadeiro "por decreto da regência, de 18 de fevereiro de 1837, [...] em atenção aos relevantes serviços prestados no Rio Grande do Sul para o restabelecimento da ordem contra os rebeldes". SILVA, Alfredo Pretextato Maciel de. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. (Traços Biográficos).* 2ª Edição, V.2, Rio de Janeiro: Editora Americana, 1907, p.137.

[52] A inserção de oficiais nos regimentos militares do século XIX foi analisada no capítulo II.

[53] MOREIRA, Paulo Staudt. "Miguel Archanjo da Cunha já não existe": O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico. *Revista de História Regional*, 2019, p.258. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr Acesso em: 23 de março de 2024.

[54] Francisco foi casado om Maria Quitéria de Castro e Cunha. Tiveram 4 filhos: Mariana, Diogo, Félix e Francisco. Desses o mais conhecido foi o advogado Félix da Cunha, que na década de 1860 foi eleito deputado pelo Partido Liberal Histórico. Sua candidatura foi apoiada politicamente por Manoel Luís Osório. Ver: VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 55-56.

[55] CV-4156 – Ofício do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha ao Presidente e Comandante das Armas Francisco das Chagas Santos, do Quartel em Porto Alegre, em 27 de maio de 1837. In: Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre, vol.07, Coleção Varela, Porto Alegre, 1983, p.283.

[56] CV-3194 – Ofício enviado pelo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha ao visconde de Camamu (tenente-coronel e comandante do 8º Batalhão de Caçadores), de Porto Alegre, em 1º de agosto de 1837. Coleção Varela, vol.05, Porto Alegre, 1981, p.484-486.

[57] BN – Hemeroteca Digital – *Jornal do Commercio (RJ) – 1830-1839.* Nº 10, Ano XI, 13 de janeiro de 1837, p.1-2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22Feliciano%20Nunes%20Pires%22&pagfis=8515 Acesso em: 25 de março de 2024.

Porto Alegre a bordo do *Vapor de Guerra Nacional Urania*, acompanhado de uma pequena comitiva.[58]

E, para atestar essa relação de cumplicidade, recorri a uma documentação já referida anteriormente: *o requerimento que D. Anna Joaquina Luísa Osório encaminhou ao Ministério do Império, solicitando pensão.*[59] Nesse requerimento, a mãe do major Manoel Luís Osório solicitava o pagamento de uma pensão de 360#000 mil réis, "que dizia ter seu marido obtido" em 1827. Portanto, cerca de nove anos antes da morte do tenente-coronel Silva Borges.[60] Aqui, porém, é preciso concentrar em outros pontos.

Antes de ser apreciado pelo Ministério e Secretaria dos Negócios da Guerra, o requerimento de D. Anna Joaquina foi encaminhado ao presidente. Naquele instante, aproveitando-se da relação aproximada que tinha com Feliciano Nunes Pires, o major Osório conseguiu fazer o requerimento de sua mãe chegar ao ministro Sebastião do Rego Barros, com as "melhores credenciais":

> Illmº Exmº Snr.
> Apresento a V. Ex.ª o requerimento junto de D. Anna Joaquina Luísa Osório, que pede uma pensão em atenção aos serviços prestados por seu marido o finado tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges; serviços que comprova com os seus atestados anexos. **Eu faltaria a minha consciência, se deixasse de abonar a pretensão da suplicante desde muitos anos conheço seu marido pela sua dedicação ao serviço público**, e por seu préstimo nele; o que lhe granjeou decretar-lhe uma pensão; que durante a sua vida não chegou a ser aprovada ele faleceu na luta atual, em que trabalhava eficazmente pela integridade do Império; seus bens foram por isso mesmo estragados pelos rebeldes; deixou avultado número de filhos, dos quais os varões capazes de pegar em armas seguem o patriótico exemplo. Por tudo isto julgo de justiça e de razão, que a suplicante seja atendida. Deus Guarde a V. Ex.ª Porto Alegre, 18 de outubro de 1837. Illmº Exmº Snr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Guerra. [Ass.] Feliciano Nunes Pires.[61]

Feliciano Nunes Pires não somente encaminhou o requerimento, como sugeriu alguns dados extras sobre a sua relação com o pai do jovem major. No ofício acima,

---

[58] Eram eles: "o Dr. Vieira da Cunha, dois oficiais que haviam sido deportados um por suspeito, e outro por insubordinado". Ver: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.342. Havia ainda a indicação de dois escravizados que o acompanhavam. Ver: BN – Hemeroteca Digital – *Jornal do Commercio (RJ) – 1830-1839.* Nº 261, Ano XI, 23 de novembro de 1837, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22Feliciano%20Nunes%20Pires%22&pagfis=9519 Acesso em: 25 de março de 2024.

[59] Os documentos foram analisados no capítulo I, p.23-28.

[60] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013. O requerimento foi encaminhado à Comissão de Pensões e Ordenados.

[61] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013. O requerimento foi encaminhado à Comissão de Pensões e Ordenados.

afirmava ter conhecido "desde muitos anos[...]" o pai de Manoel Luís Osório. Essa poderia ser apenas uma força de expressão, para atestar a veracidade e a necessidade de ser cumprida às requisições da suplicante.

Contudo, não se pode deixar de considerar que a relação aproximada entre Nunes Pires e o major Osório, estivesse pautada em reciprocidades familiares construídas anteriormente. Como mencionado em outros momentos, o oficial foi herdeiro de um conjunto de bens materiais e imateriais. Sobre esses últimos, os bens imateriais, acredito que não somente herdou os relacionamentos constituídos pelo tenente-coronel Silva Borges nos campos da fronteira, como tratou de ampliá-los nos anos que esteve a serviço do Império. Embora o exposto acima, nos ofícios que enviou a esse presidente, o major se referia a ele com toda a formalidade possível, chamando-o de "Ilustríssimo, Excelentíssimo Senhor".[62]

Sendo ou não próximo à família de Manoel Luís Osório, no exercício da presidência da província, Feliciano Nunes Pires permaneceu até outubro de 1837. Na imprensa sua gestão era acusada de não reprimir os rebeldes, sendo conivente com a "anarquia" da província.[63] A pressão sob seu governo se tornou ainda mais contundente com as anistias por ele concedidas.

Segundo *O Sete d'Abril*, "sua administração não tem cessado de soltar anarquistas".[64] O periódico publicado na Corte, em 19 de agosto de 1837, repercutindo as notícias de outras províncias, neste caso da folha *Campeão da Legalidade N.º 45*,[65] denunciava a concessão de liberdades no sul mesmo àqueles rebeldes "apanhados com as armas na mão". Segundo o periódico:

> [...] Os nossos eleitores hão de recordar-se da captura que o major Osório, fez de outro lado da Picada, de uma partida de rebeldes comandada pelo célebre Pintado, a qual veio toda parar nas prisões do oitavo [8º Batalhão]. Pois acreditarão?!...muitos desses que foram apanhados com as armas na mão, que por sua resistência chegaram a matar um homem nosso, têm sido soltos pelo

[62] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837.
[63] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839*. N.º 463, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1837, p. 2-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=1941 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.
[64] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833 – 1839*. N.º 476, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1837, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=2004 Acesso em: 22 de março de 2024.
[65] Para informações sobre o periódico *Campeão da Liberdade*, ver nota 732. Essa edição do periódico foi encontrada digitalizada, em: *O Campeão da Legalidade*. Nº 45, em Porto Alegre, sábado 8 de julho de 1837. In: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul, 1835-1845: Processo*. V.1-3, Ed. 31, Rio de Janeiro, 1935, p.26.

> atual Presidente!! E depois d'estes factos, queixa-se S. Exc.ª de não ter força moral! Como a quer ganhar, praticando atos que o perdem na opinião?! Como quer possuir a confiança dos legalistas, se é tão misericordioso para com os que têm assassinado seus companheiros, roubado seus bens, fomentado nossas desgraças?![...][66]

É possível notar que essas críticas partiam de dentro do grupo de "defensores da legalidade". Entre os principais porta-vozes dessa "oposição" entre os legalistas, o juiz de direito Pedro Rodrigues Fernandes Chaves,[67] irmão do ex-presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, redator do *Correio Oficial*.[68] Portanto, além do conflito entre farroupilhas e imperiais, existiam clivagens e disputas internas entre os próprios "legalistas".[69] Algo semelhante também acontecia entre os rebeldes.[70]

Ao final de 1837, entretanto, os rebeldes certamente acresceram entusiasmo à luta ao saberem da fuga do líder Bento Gonçalves da prisão em que estava na Bahia, em 10 de setembro daquele ano. Ao retornar em 16 de dezembro, assumiu a presidência da República Rio-Grandense em Piratini. Organizados especialmente na região da campanha, na fronteira com o Uruguai,[71] onde se sentiam mais confortáveis que o Exército legalista, sendo acobertados pelas lideranças do país vizinho.

Ainda em 29 de setembro, ocorreu um enfrentamento entre as tropas comandadas pelo brigadeiro Xavier da Cunha e os farroupilhas do general Netto que sitiavam a capital Porto Alegre. O major Osório esteve nesse combate, atuando na retaguarda do 8º Batalhão. Segundo o brigadeiro Xavier da Cunha registrou em sua ordem do dia, publicada em edição do *Jornal do Commércio*, as movimentações de tropas iniciaram às 8 horas da manhã.[72] O objetivo era um ataque surpresa sobre as forças do general Netto.

---

[66] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833 – 1839*. N.º 476, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1837, p.2-3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=2004 Acesso em: 22 de março de 2024.

[67] Ver nota 733.

[68] KLAFKE, Álvaro A. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p.249-250.

[69] É importante destacar que o mesmo acontecia entre os farroupilhas.

[70] A questão fiscal, que moveu a oposição dos farroupilhas contra a política imperial, levando a sedição de 20 de setembro de 1835, prejudicava "os interesses de dois setores importantes das elites provinciais: os charqueadores, concentrados principalmente na região de Pelotas, e os criadores, proprietários de terras e gado em ambos os lados da fronteira com o Uruguai. Os interesses não eram os mesmos e se revelaram, ao longo do conflito, uma das fontes de divergências do campo revolucionário". Ver: COSTA, Wilma P. A. *Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo: Hucitec, 1996, p.95-96.

[71] MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994, p.38.

[72] BN – Hemeroteca digital – Jornal do Commercio (RJ) - 1830-1839. N.º 243, Ano XI, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1837, p.1-2.

Porém, aconteceu "o desarranjo de um armão"[73] que forçou o efetivo a "demorar em sua marcha", passando por "um lugar apertado" (estreito), "fazendo com que o inimigo atirasse contra o 8º Batalhão". Segundo o brigadeiro, esse batalhão "teria certamente sofrido estrago por se achar em coluna", não fosse "a pronta mudança de terreno".[74]

A partir daí, com o efetivo "ocupando novas posições" no campo de batalha, o comandante Xavier da Cunha determinou "ao major Osório que, com alguma cavalaria e a companhia dos Alemães,[75] fosse dar suporte ao 8º Batalhão, a quem o inimigo ameaçava envolver pelo flanco, tendo para este fim aumentado a sua força". Conseguindo a fuga dos rebeldes, ainda no relato do brigadeiro e comandante da guarnição de Porto Alegre: "difícil foi conter o entusiasmo de nossa força, que teria sem dúvida concluído naquela ocasião com a horda dos rebeldes, que nos sitiavam, se o dia não estivesse já tão avançado".

Conforme a descrição, "a tropa estava sem comer, e havia feito uma marcha violenta". Saíram dessa batalha com 5 baixas e 9 feridos. As tropas farroupilhas, segundo os números divulgados pelo Exército legalista, saíram do confronto com cerca de 20 baixas, e mais feridos. É sempre necessário desconfiar de dados como estes, passados por um comandante rival. De todo modo, é preciso dimensionar que a guerra, naquele contexto, continuava a ceifar a vida da população do Rio Grande do Sul, mesmo que os embates de forças ocorressem em pequenos grupos.[76]

Durante o ano de 1837, o brigadeiro Xavier da Cunha comandou as ações que buscavam romper com o cerco mantido pelas tropas farroupilhas nas proximidades da capital Porto Alegre.[77] Há algum tempo, a população sofria o impacto do

---

Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=9447 Acesso em 22 de outubro de 2023.

[73] "Armão", segundo o dicionário atual é um "conjunto de peças que formam o jogo dianteiro de uma viatura" ou "uma carreta de duas rodas que se utilizava para rebocar peças de artilharia". Nos dois casos, tratando-se da primeira metade do século XIX, pode-se imaginar estruturas pesadas, provavelmente feitas de madeira. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arm%C3%A3o/ Acesso em 22 de outubro de 2023.

[74] BN – Hemeroteca digital – Jornal do Commercio (RJ) - 1830-1839. N.º 243, Ano XI, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1837, p.1-2.
Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=9447 Acesso em 22 de outubro de 2023.

[75] A participação de colonos Alemães ocorreu entre os dois Exércitos. Para aprofundar nessa temática, ver: FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

[76] BN – Hemeroteca digital – Jornal do Commercio (RJ) - 1830-1839. N.º 243, Ano XI, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1837, p.1-2.
Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=9447 Acesso em 22 de outubro de 2023.

[77] De acordo com Walter Spalding, nesse período as tropas de Xavier da Cunha investiram "fortemente contra as hostes farroupilhas, travando-se renhida luta no sítio denominado Fortaleza, no município de

desabastecimento de gêneros alimentícios, pois, como vinham do interior da província, eram interceptados pelas tropas rebeldes. Manoel Luís Osório fez parte ativa dessas ações militares.

Para isso, retomando o que foi anunciado na introdução deste capítulo, teve a oportunidade de organizar o seu esquadrão e sugerir promoções. A lista dos nomes foi encaminhada ao presidente Feliciano Nunes Pires que, em conformidade com o Poder Executivo, deveria sancionar ou não as nomeações. Entre os oficiais de seu batalhão, indicou novatos, experientes oficiais de cavalaria, legalistas[78] e, assim como ele, também oficiais "republicanos de coração".[79]

5.3. O major Osório e o 3º Batalhão de Cavalaria

No comando da 3ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, o major Osório encaminhou uma proposta para organizar o seu regimento. Feliciano Nunes Pires assumiu a província em 06 de junho de 1837, e, menos de uma semana depois, em 12 de junho, recebeu a proposta do major Osório.

Não tive acesso a lista na integra,[80] entretanto, consultando os ofícios enviados pelo major Osório ao presidente Nunes Pires e ao brigadeiro Xavier da Cunha, ao longo do ano de 1837, foi possível encontrar alguns nomes que fizeram parte de seu esquadrão. Mais do que isso, busquei entender a forma como Manoel Luís Osório atuou enquanto comandante desse efetivo de cavalaria, bem como os critérios que adotou para a composição de suas forças.

De alguns oficiais não consegui acesso a registros documentais ou menções na historiografia sobre suas atuações, ficando apenas com o relato que o major Osório fez de suas experiências militares. Este foi o caso, por exemplo, de três cidadãos-guerreiros que foram incluídos na proposta. Os três eram caracterizados como "cidadãos de boa conduta civil e militar". O "tenente da 2ª linha, Antônio Rodrigues de Figueiredo", pelo parecer do major Osório, deveria ser promovido "a capitão da Companhia da Capela de Viamão":

Viamão. Nesse reencontro sangrento morreu, bravamente o major Jorge Mazzaredo, comandante do 8º batalhão de caçadores de 1ª linha". Ex-comandante de cavalaria de Manoel Luís Osório, mencionado nos capítulos anteriores, em episódios marcantes de sua trajetória militar.

[78] AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.613. Manoel Luís Osório para o Presidente da Província Feliciano Nunes Pires. Porto Alegre, 04 de maio de 1837.

[79] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Op. Cit;

[80] Geralmente, eram anexadas as listas adjuntas com os nomes dos oficiais que receberiam a promoção, as patentes militares, e alguma outra informação. Nesse caso não encontrei lista em anexo.

> Este oficial fez as campanhas de 1825 e 1828 e tem prestado relevantes serviços na presente luta, assistiu os ataques de 4 de janeiro e 1º de fevereiro do corrente ano [1837], assim como todos os choques que tem havido com a 3ª Brigada de Cavalaria, onde tem servido portando-se sempre com valor e sangue-frio. Assistiu o sítio de Caçapava de onde evadiu-se na entrada dos anarquistas e se viu apresentar a primeira força legal. Sua conduta civil e militar é ótima.[81]

Portanto, pelas informações listadas, é possível que o acima mencionado tenente Antônio Rodrigues de Figueiredo estivesse nas tropas de Manoel Luís Osório desde o episódio em Caçapava do Sul. Nesse caso, conseguiram romper o cerco das forças rebeldes, apresentando-se depois em Porto Alegre.

Outro oficial, o "1º Sargento do extinto 2º Corpo de Cavalaria de 1ª linha Primo dos Santos Candal de Carvalho", conforme o major Osório, merecia ser promovido "para alferes de comissão", devido a "sua excelente conduta civil e militar". Assim como o oficial anterior, o até então 1º sargento Candal de Carvalho fez a "campanha de 1825 e 1828[...], onde portou-se como bom soldado. Na presente luta tem sido declarado legalista". Por último, o major e comandante do 3º Batalhão sugeria a promoção do "sargento do Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais do Município desta cidade [Porto Alegre], Antônio Francisco Severino, "cidadão de excelente conduta civil e militar", além de ser "valente soldado para a guerra, e dá esperanças de ser um bom oficial".[82]

Sobre esses guardas, é interessante observar que, mesmo fazendo parte de tropas de segunda linha, tinham um histórico de atuação em conflitos, o que não era algo para se estranhar, dado o estado bélico da província de São Pedro. Alguns guardas apareceram com maior frequência e/ou com maior destaque nos documentos do major Osório. Em 4 de maio, em outro ofício ao presidente, Osório destacou os serviços prestados pelo capitão Mariano Martins quando fez parte da 2ª Companhia, segundo o qual, "tem servido na presente campanha desde o seu começo na 3ª Brigada de Cavalaria". Além disso, "comandou o Esquadrão de Lavras até o último dia de fevereiro de 1837".[83]

Conforme informações levantadas pelo historiador José Iran Ribeiro, o capitão Mariano Martins era natural da localidade de Mercedes, na Argentina. No começo da

[81] CV-6997. Ofício do major de Legião e Comandante do Esquadrão de Cavalaria da Guarnição ao Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires. QG do Esquadrão de Cavalaria de Porto Alegre, em 12 de junho de 1837. AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.213.
[82] Idem.
[83] AHRS, Fundo Autoridades Militares, M.128, Doc.613. Manoel Luís Osório para o Presidente da Província Feliciano Nunes Pires. Porto Alegre, 04 de maio de 1837.

guerra lutou "nas Missões no posto de capitão",[84] logo depois foi atuar na região de Porto Alegre.[85] Esteve entre os principais homens de combate, servindo com outros chefes militares importantes, como Francisco Pedro de Abreu – futuro barão do Jacuí –, mencionado no capítulo anterior, quando atuaram juntos no "Esquadrão da Barra". Pouco tempo depois, já no posto de major, Mariano Martins se tornou "homem de confiança do barão de Caxias".[86]

Atestando os "bons serviços" prestados pelo capitão Mariano Martins, quando sob suas ordens, o major Osório demonstrava ter toda a confiança naquele oficial. Tanto que, apenas alguns dias depois, em 26 de maio de 1837, fazia outra recomendação ao mencionado capitão Martins. Desta vez, em ofício enviado ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, quando próximo ao Arroio da Pintada,[87] na margem esquerda do Rio Jacuí,[88] o major Osório resolveu prestar informações sobre a ação que tiveram contra as tropas farroupilhas.

Descrevendo o ataque e tecendo elogios aos subordinados da 3ª Brigada, foi possível notar mais alguns nomes que compunham o seu regimento:

> Illmo. Exmo. Sr.
> Participo a V. Ex.ª que em cumprimento das ordens que por V. Ex.ª me foram intimadas, na manhã do dia 23 do corrente, depois de me ter separado de V. Ex.ª com um meio Esquadrão do Piquete e os contingentes ao mando dos bravos **capitão Mariano** e **tenente Francisco Pedro**, consegui surpreender a Guarda dos anarquistas estacionada na Charqueada de Dona Rita,[89] a qual se compunha de mais de 40 homens. Os surpreendidos, depois de alguma resistência, renderam as Armas, escapando-se apenas aqueles que estavam dormindo pela costa do Mato, ficando em nosso poder 32 prisioneiros e neste número o Comandante, todo o armamento, Munições, 50 cavalos, 170 bois de corte, 8 canoas e porção de couros e sebo. Cumpre-me fazer ver a V. Ex.ª que o ato do encontro foi bastante notável o sangue frio e coragem dos já mencionados **tenente Francisco Pedro**, **capitão Mariano** e do **capitão Comandante do meio Esquadrão do Piquete, Leonel Gomes Porto**

[84] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chivo Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.* 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2021, p.42-43.
[85] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M.128, Doc.613. Manoel Luís Osório para o Presidente da Província Feliciano Nunes Pires. Porto Alegre, 04 de maio de 1837.
[86] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chivo Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.* 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2021, p.42-43.
[87] BENTO, Cláudio Moreira. *Porto Alegre - Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias*. IHGB, 1987, p.28. Esse local ficava na margem esquerda do Rio Jacuí. A partir de 1837, foi fortificado devido a sua importância para o abastecimento da cidade de Porto Alegre, que se encontrava sitiada por tropas farroupilhas.
[88] "O Rio Jacuí tem origem na região do Planalto e cruza boa parte do território do Rio Grande do Sul, passando por vários municípios até ajudar a formar o rio ou lagoa Guaíba em Porto Alegre". RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chivo Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.* 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2021, p.36. (Ver nota 30).
[89] Não consegui informações precisas em relação à localização da charqueada. Ao que tudo indica, fazia referência a charqueada que pertencia a D. Rita Pires, localizada na Ilha ou Arroio da Pintada, às margens do Rio Jacuí, nas cercanias de Porto Alegre.

> **Lencina**, não deixando nada a desejar a briosa conduta das praças [1v] que estes oficiais comandavam, com especialidade o **sargento Severiano** e os **cadetes de 1ª linha José Luís Menna Barreto e Luís Francisco Menna Barreto**, que antes do combate em uma pequena partida em que o dito sargento foi encarregado, fizeram o primeiro prisioneiro daquele dia[...].[90]

Nesse documento, o major Manoel Luís Osório descreveu as ações que ocorreram no campo de batalha. Segundo ele, os oficiais e demais guardas da 3ª Brigada de Cavalaria tiveram "notável sangue frio e coragem" no ataque surpresa sob as tropas rebeldes nas cercanias de Porto Alegre. Nas imediações do Arroio da Pintada, onde se encontram as águas de vários rios vindos do interior da província e que desaguam no lago Guaíba, a ação do major Osório foi considerada exitosa.

Figura 11 – Mapa de localização das Guarnições do Exército Imperial em Porto Alegre

Fonte: Adaptado do mapa apresentado em: OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. Porto Alegre: a cidade e a sua formação. [2ª Edição], Porto Alegre: Editora Metrópole, 1993.

Além do capitão Mariano Martins, outros oficiais mereceram destaque pela atuação que tiveram na Charqueada Santa Rita: o tenente Francisco Pedro (Francisco Pedro de Abreu ou "Chico Pedro" ou simplesmente "Moringue"), o capitão Leonel

[90] Os destaques em negrito foram feitos para chamar atenção para os nomes destacados por Manoel Luís Osório no documento. Ver: CV-6996 – AAHRS. v.15, Porto Alegre, 2006, p.209-210. Major Manoel Luís Osório ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, Campo Volante junto ao Arroio da Pintada, em 26 de maio de 1837.

Gomes Porto Lencina,[91] o "sargento Severino" (Antônio Francisco Severino)[92] e os cadetes do Exército José Luís Menna Barreto e Luís Francisco Menna Barreto.[93]

Em relação ao "tenente Chico Pedro", entre os oficiais citados pelo major Osório, torna-se importante ressaltar a sua rápida ascensão na hierarquia militar. Nascido em Porto Alegre, filho de um comerciante urbano e ligado "aos contratos de arrematação com o Estado", a trajetória de Chico Pedro se diferenciava à trajetória de Manoel Luís Osório. A origem da ascensão social de Chico Pedro não esteve relacionada às áreas de fronteira, mas sim, através daquela que se tornaria a principal praça urbana e comercial do Rio Grande do Sul, a capital Porto Alegre. Somente após angariar prestígio e reconhecimento foi tratar de agir também na fronteira, tornando-se um dos principais "arreadores de gado".[94]

As "califórnias", como foram denominadas essas incursões de bandos armados ao território da República do Uruguai, com a finalidade de saquear às propriedades. Essa denominação fazia alusão ao enriquecimento de integrantes desses bandos, "retirando gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul, e, ocupando o norte do país vizinho, algo semelhante aos lucros obtidos pela corrida do ouro ocorrida na região da Califórnia nos Estados Unidos da América". Daí o apelido que essas incursões ganharam.[95] Esse assunto e seus desdobramentos serão retomados no próximo capítulo.[96]

O interessante aqui é perceber a atuação conjunta que Manoel Luís Osório e Chico Pedro tiveram nos campos de batalha, ainda no princípio da guerra Farroupilha. Isso pode ter influenciado no papel que ambos desempenhariam anos depois nas ditas "califórnias".[97] Antes dessa atuação na fronteira, porém, torna-se importante analisar esse ataque surpresa próximo a "charqueada Dona Rita", durante a Revolta. Na descrição do

[91] Não foram encontradas informações sobre esse indivíduo.
[92] Mencionado acima, era sargento da Guarda Nacional de Porto Alegre e, por sua "excelente conduta civil e militar", o major Osório sugeriu sua promoção para alferes.
[93] Irmãos por parte de pai, filhos de João de Deus Menna Barreto (visconde de São Gabriel), atuaram em diversos conflitos ao longo do século XIX, tornando-se oficiais condecorados do Império.
[94] Apresamento de gado, geralmente pertencente a um concorrente e/ou inimigo.
[95] Entretanto, a utilização do termo, para fazer referência às arreadas de gado praticadas por bandos armados na fronteira do Rio Grande do Sul pode ter surgido a posteriori, já que a corrida do ouro nos Estados Unidos da América ocorreu em 1849, ano em que tais incursões começaram.
[96] Entre 1849 e 1851, diante dos acontecimentos que cercavam politicamente a "Guerra Grande" – que colocou como oponentes as forças do governador de Buenos Aires Juan Manuel Rosas e Manuel Oribe (uruguaio do Partido Blanco) contra as forças de Fructuoso Rivera (do Partido Colorado) – Moringue liderou bandos armados que passaram percorrer a fronteira praticando saques e areadas de gado. Essa prática levou o governo imperial a intensificar a fiscalização da fronteira, encaminhando o tenente-coronel Manoel Luís Osório para manter a ordem na região.
[97] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chivo Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.* 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2021, p.66.

ataque feita por Manoel Luís Osório, dizia ter produzido a prisão de quase todo o efetivo militar, junto ao comandante, "todo o armamento, munições, 50 cavalos, 170 bois de corte, 8 canos de couros e sebo".[98]

A prisão do efetivo farroupilha teve como consequência o processo de inquirição de testemunhas, para a formação de culpa aos revoltosos.[99] Entre os dias 4 de julho e 2 de agosto de 1837,[100] o juiz da paz do 2º distrito de Porto Alegre – capitão Manoel José da Câmara – recebeu em sua residência "testemunhas que por parte da Justiça foram apresentadas", "perguntadas e inquiridas". Esse processo foi registrado pelo Escrivão Luís Manoel Gonçalves Lages. Junto aos testemunhos, constavam as seguintes informações: "nomes, moradias, ofícios, idades e costumes".[101]

Através desses registros, foi possível identificar cerca de 17 indivíduos que compunha a força de mais ou menos 30 homens feitos prisioneiros dos imperiais, "com armas na mão", em ação militar na charqueada Dona Rita. Dentre eles, o líder do bando farroupilha Manoel Antônio Andras, conhecido também por "Pintado", atuava na região de Porto Alegre.[102]

Vale destacar, porém, que apenas duas testemunhas citaram as ações do major Osório.[103] Os demais salientaram o envolvimento dos principais chefes farroupilhas, sendo menos específicos em relação às tropas da legalidade, e às prisões realizadas em 23 de maio de 1837. Nesse caso, certamente as perguntas feitas durante o inquérito estavam mais focadas nos rebeldes do que nas forças repressivas.

---

[98] CV-6996. Major Manoel Luís Osório ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, Campo Volante junto ao Arroio da Pintada, em 26 de maio de 1837. AAHRS, v.15, Porto Alegre, 2006, p.209-210. Essa grande quantidade de gado serviu para amenizar a escassez de alimentos em Porto Alegre, devido ao sítio que os farroupilhas impuseram àquela cidade.

[99] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.38.

[100] Aproximadamente um mês e meio depois da ação que aprisionou o efetivo farroupilha.

[101] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.38. No total foram ouvidas 11 testemunhas: todos eram homens brancos, de idade entre 22-66 anos, moradores de Porto Alegre ou de distritos próximos. Entre eles, três diziam viver exclusivamente de seus soldos militares. Os demais, três viviam "do rendimento de seus bens", um era empregado público, dois "viviam de negócio", um carpinteiro e outro não tinha função. Desses indivíduos, oito eram casados e apenas três solteiros. Os solteiros tinham entre 22-29 anos.

[102] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.38-66. São eles: Manoel Bernardes de Senna; Francisco Dutra; José Machado; João Ferreira Alves; Estevão José Rodrigues; Amaro Francisco Pedro; João José da Silva Fernandes; Manoel de Souza Romeiro; Francisco da Lus; Firmino Antônio; José Francisco da Silva Pescador; Frederico Fabrício; Antônio José da Silva (capitão do mato); Joaquim Paes; Antônio Veiga; Veríssimo Ferreiro.

[103] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.38-66. As testemunhas: Pedro de Azevedo e Souza prestou o depoimento em 24 de julho. Era um homem branco de 40 anos, casado, empregado público e morador de Porto Alegre; João Antunes Tavares depôs em 26 de julho, na cidade de Porto Alegre, onde residia. Era um homem branco, solteiro, de 22 anos, que dizia "viver de negócio".

Naquela ação, retomando o relato do major Osório, os oficiais sob seu comando tiveram todo o "sangue-frio" e a calma necessária para observar as tropas inimigas. Era preciso esperar o momento certo para atacar, sem deixá-los dispersar. Para isso, geralmente os comandantes enviavam pequenos grupos de indivíduos para reconhecer a posição do inimigo. De acordo com o relato do major Manoel Luís Osório, essa atribuição ficou sob incumbência do sargento Antônio Francisco Severino, assim como, aos irmãos cadetes José Luís e Luís Francisco Menna Barreto.[104]

Esses indivíduos destacados pelo major Manoel Luís Osório, poderiam ainda não ter a sua inteira confiança. No entanto, é sempre necessário perceber que as relações entre comandantes e subordinados estavam em constante transformação. Ao citar esses nomes, poderia ter levado em consideração o desempenho no conflito, nos méritos específicos daquele ataque realizado sobre a tropa contrária, mas também, na formação de uma rede de confiança.

José Iran Ribeiro, ao estudar a trajetória de Chico Pedro – o Moringue – destacou não ser possível afirmar que o oficial tivesse alguma preocupação em se tornar "admirado, reconhecido ou defender os interesses da população mais pobre ou de ter proximidade com seus soldados de baixa patente, a exemplo dos argentinos Güemes, de Manuel Dorrego ou de seu contemporâneo Manoel Luís Osório".[105]

Sobre essa questão, é importante assinalar a existência de um certo senso comum histórico que montou uma imagem de Manoel Luís Osório como um general mais acessível, "bonachão" e "brincalhão". Que seria ele próximo aos anseios de praças e outros oficiais de baixa patente. Essa imagem, talvez inaugurada na biografia escrita por seu filho Fernando Luís Osório, gestada entre os sócios do IHGB, e depois alimentada nas publicações ligadas à história militar e do Exército, até poderia ter alguma verossimilhança.[106] O problema é que geralmente essas questões foram "comprovadas" por meio de episódios isolados. Por exemplo, quando durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), Manoel Luís Osório foi considerado como oficial-general preferido pelo efetivo

[104] CV-6996. Major Manoel Luís Osório ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, Campo Volante junto ao Arroio da Pintada, em 26 de maio de 1837. AAHRS. v.15, Porto Alegre, 2006, p.209-210.
[105] RIBEIRO, José Iran. "*A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí.* In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015, p.15.
[106] OSÓRIO, Fernando Luís. *A História do General Osório*. Op. Cit. 1894.

em campanha: por oferecer-lhes *carne de churrasco ao invés de farinha.*[107] É claro que esse tipo de linguagem simbólica, aumentava o seu prestígio entre os subordinados.

Por outro lado, sem querer diminuir a importância da subsistência de praças e soldados em ambiente de guerra, o que de fato foi um enorme problema para as tropas do Exército durante os séculos XVIII e XIX, acredito, porém, que, para ser possível afirmar algo nesse sentido, é preciso construir esse olhar de forma sistemática, levando-se em consideração não somente a *performance* de Manoel Luís Osório, enquanto comandante de batalhão, mas também de outros oficiais-comandantes.[108] Estudos na perspectiva comparativa poderiam revelar mais sobre oficiais do Exército no século XIX. Aqui, embora este seja um recurso metodológico importante, refiro-me a comparação mais completa da trajetória de Osório com a de outros oficiais, seria algo que certamente fugiria às pretensões deste estudo. Além do que, certamente seria injusta a comparação, uma vez que, desde o início, este estudo se preocupou com a trajetória de Manoel Luís Osório.

Todavia, para retomar o argumento, é preciso ressaltar que a 3ª Brigada de Cavalaria era formada por Guardas Nacionais. O major Osório – comandante dessa tropa – estava diante de configurações um pouco distintas àquelas que estava acostumado no Exército. Nas tropas de Exército, principalmente quando em campanha militar, a desigualdade social entre oficiais e praças poderia ser bem mais acentuada do que na Guarda Nacional.[109] As diferenças aconteciam já no critério de admissão, mas não ficavam restritas ao processo de recrutamento. A historiografia estabeleceu um certo consenso a respeito do recrutamento para o Exército, como um processo bastante degradante.[110] Na Guarda Nacional, entretanto, a lógica de funcionamento era diferente. Isso ocorria tanto no processo de admissão, o Conselho de Qualificação, realizado sob a autoridade dos juízes de paz, quanto no cotidiano dos guardas destacados ao serviço.

---

[107] CERQUEIRA, E. C. D. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929, p.112. Existia um verso, cuja autoria nunca foi descoberta, que circulava entre os acampamentos no Paraguai, que dizia: "Osório dava churrasco e Polidoro farinha; O marquês deu-nos jabá e Sua Alteza sardinha".

[108] Um grande problema para traçar esse tipo de comparação é a desigualdade de registros entre os comandantes militares no século XIX.

[109] CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional – 1830-1850).* Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

[110] SODRÉ, N. W. *A História Militar do Brasil*. 1965, p.128; kRAAY, Hendrick. Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Império. *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. V.3, Maringá: UEM, 1999, p.120; CASTRO, Jeanne B. de. *A Milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977, p.82.

De todo modo, a passagem de Manoel Luís Osório pela Guarda Nacional acrescentou prestígio a sua trajetória. Isso também ocorreu com o oficial José Joaquim de Andrade Neves.[111] Nascido na Vila de Rio Pardo, em 1807, assentou praça de forma voluntária, pouco antes de completar 20 anos.[112] Obtendo então a distinção de 1º cadete do 5º Regimento de Cavalaria. Para isso, aproveitou-se da posição social de seu pai, estancieiro, vereador e sargento-mor José Joaquim Figueiredo Neves.[113] Em 1827, um ano depois de voluntariamente se apresentar ao serviço militar, Andrade Neves obteve o seu desligamento do 5º R.C., retornando somente aos combates no início da Farroupilha, quando se apresentou à Guarda Nacional. O caso de José Joaquim – futuro barão do Triunfo – parece ser fora do habitual, uma vez que, já no mês seguinte ao seu retorno às forças imperiais, em outubro de 1835, foi contemplado com a promoção para o posto de major da Guarda Nacional.[114]

Manoel Osório certamente esperava que algo semelhante acontecesse consigo ou ao menos contava com uma ascensão mais rápida do que a que encontrou até aquele momento no Exército linha.[115] Nesse sentido, é preciso destacar que, enquanto comandante da 3ª Brigada, não foi possível notar uma tentativa reiterada do major Osório em conquistar admiração de praças e oficias. Isso não quer dizer, por outro viés, que não fosse de seu interesse criar algum estímulo entre seus comandados, como a distribuição de prezas de guerra entre os guardas. O relacionamento era pautado por questões de dependência e reciprocidade.

Um exemplo disso, foi possível acompanhar através de um ofício de 05 de outubro de 1837, enviado por Manoel Luís Osório ao presidente Feliciano Nunes Pires:

> Ilm.º Exmo. Snr. O extravio que tem havido de armamento, e ponchos neste Esquadrão, antes e depois de meu comando, custosíssimo de vedar-se não só pela qualidade do Quartel, se não ainda mais pela facilidade que os ladrões encontram quem lhes comprem tais artigos que algumas vezes tenho mandado tirar das tabernas, e castigado o escandaloso extravio da fazenda pública. Represento a V. Ex.ª afim de que sendo possível pelos respectivos juízes de paz se faça público na Cidade do Comércio, e mais particulares, que não comprem tais artigos, visto que comprando cooperam para desmoralização e relaxação da tropa, e delapidação da Fazenda Pública. Quartel do Esquadrão

[111] INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA. *Chefes da Cavalaria Brasileira*. Editora Livraria José Olympio, 1940, p.55-60.
[112] Ver Quadro 5, linha 4.
[113] O leitor deve lembrar desse oficial, com quem o tenente Osório em certa oportunidade quase chegou as vias de fato, na Vila de Rio Pardo (Ver capítulo III, p.126-127).
[114] INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA. *Chefes da Cavalaria Brasileira*. Editora Livraria José Olympio, 1940, p.57.
[115] AHEX – Pasta 07, cx.19. Segundo a Fé-de-ofício, Manoel Luís Osório permaneceu no posto de 1º tenente do Exército de 1ª linha por quase 10 anos (de 12/10/1827 a 20/08/1838).

de Cavalaria da Guarnição, 5 de outubro de 1837. Ao Illmº Exmº Sr. Feliciano Nunes Pires (Presidente desta Província), (Ass.) Manoel Luís Osório (major).[116]

A denúncia feita pelo major Manoel Luís Osório, a respeito do "extravio" ou "roubo" de materiais do quartel ("armamento e ponchos"), foram atribuídas às condições precárias daquelas instalações militares. Segundo o documento, parece que os itens eram subtraídos do quartel, porque existia uma considerável facilidade de vendê-los em "tabernas" e na "cidade do Comércio".[117]

É sempre importante ressaltar, tratando-se de guardas nacionais, que os fardamentos deveriam ser obtidos através de seus próprios recursos financeiros. No entanto, em caso de guerra, os guardas recebiam os mesmos *direitos* do Exército regular, sendo o governo obrigado a fornecer os suprimentos a eles.[118] Em longas marchas, como as realizadas durante a Revolta Farroupilha, era constante o desgaste do fardamento. Por essas razões, não foram raros os relatos da existência de praças e soldados "nus e descalços" nos campos de batalha.[119]

Vale mencionar que, apesar da declaração de Manoel Luís Osório não indicar nada a respeito, não seria de estranhar que fossem os próprios soldados a ocultar esses materiais para oferecê-los ao comércio. Essa denúncia poderia ser um aviso aos guardas de que condutas como aquelas não seriam toleradas por seu comandante. Com isso, não se está afirmando que, como "ladrões", os guardas surrupiavam os artigos do quartel,[120] mas situações semelhantes a essa pareceriam ser recorrentes entre os regimentos de Porto Alegre. O mesmo fato foi relatado por outros comandantes militares,[121] ou seja, é

[116] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837.
[117] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837.
[118] Lei de 18 de agosto de 1831, Capítulo V, Artigo 65º - CLI 1830-1831: "Do uniforme, armamento e precedências. Art. 65. O uniforme e distintivos das Guardas Nacionais, e seus oficiais, serão designados pelo governo[...]". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html#:~:text=Art%201%C2%B0%20As%20Guardas,defesa%20das%20fronteiras%20e%20costas. Acesso em: 22 de março de 2024.
[119] Documentos que denunciam a falta de fardamento, o extravio e/ou a má qualidade das peças são bastante frequentes entre as tropas imperiais. Ver: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 278 e IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda: Codes.
[120] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837.
[121] Ofício do brigadeiro comandante da 3ª divisão ligeira, Felipe Nery de Oliveira para o Presidente da Província; Ofício de Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão ao Presidente da Província. In: AHRS – Fundo Autoridades Militares, respectivamente: L.188, M.001; L.187, M.001. A indicação desse e do documento

presumível inferir que alguns soldados vendiam "calças e outros artigos de fardamento". Sem dúvida, durante o inverno, "o que mais fazia falta aos homens em campanha[...] eram os ponchos".[122] Usavam-nos para proteção contra o frio e a chuva, em todos os turnos do dia. Considerando as condições da 3ª Brigada, em outubro, quando o verão se aproximava e também o período de maior calor, os ponchos, ao menos por alguns meses de conflito, não fariam tanta falta assim.[123]

Por certo, tratava-se de um período histórico complexo.[124] É preciso estar atento a todos os detalhes desses documentos. Na denúncia do major Osório, não foram mencionados apenas os agasalhos (ponchos). Constava ainda o "extravio de armamentos".[125] Aqui poderia residir um grandioso problema, caso fosse provado que os soldados estivessem, de fato, desviando armamentos do quartel. Essas armas poderiam chegar até as mãos dos rebeldes farroupilhas. Nesse caso, talvez seja importante lembrar da maneira como teria sido organizada a tropa da 3ª Brigada de Cavalaria. Segundo a indicação do próprio filho biógrafo de Manoel Luís Osório, a tropa era formada por "prisioneiros, isto é, de indivíduos republicanos que conseguira libertar das prisões".[126]

Se, por um lado, como dito anteriormente, não é fácil notar se o major Osório defendia os interesses de seus subordinados, nesse caso em especial, sem acusar ninguém, expôs a situação com poucos detalhes ao presidente, não indicou nomes nem as patentes militares dos envolvidos. Ao fazer o relato sobre o que havia acontecido em seu batalhão, o major chamava atenção para as condições precárias do quartel de Porto Alegre.[127] Para avaliar a relação construída entre Osório e os oficiais e praças do seu batalhão, torna-se necessário verificar outros documentos.

---

anterior, foram encontradas em: RIBEIRO. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005, p.264-265.

[122] RIBEIRO. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005, p.264-265.

[123] Idem.

[124] RIBEIRO. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005, p.265. Para o autor, haviam "indícios de que alguns comandantes de unidades recebiam dinheiro para adquirir por conta própria o fardamento necessário para os homens. Não obstante, na maioria das vezes, esperavam que fossem fornecidos pelo governo do que necessitavam".

[125] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837.

[126] OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Op. Cit., 1894, p.333. Esse trecho também foi citado no final do capítulo anterior (ver p.177)

[127] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837.

Em outubro de 1837, o major Osório recebeu um ofício do capitão encarregado das prisões do 8º Batalhão, João de Santa'Ana Leitão.[128] Para essa prisão foram encaminhados os farroupilhas apreendidos em 23 de maio de 1837, em ação do esquadrão sob comando do major Manoel Luís Osório, próximo à charqueada Dona Rita.[129] Ao que parece, José Custódio Braga estava entre os prisioneiros feitos naquela ação pelo Exército imperial. O ofício do capitão João Leitão, entretanto, dizia que o presidente Feliciano Nunes Pires havia mandado soltar José Custódio, por despacho de 23 de outubro, a pretexto de que ele fosse se "apresentar para servir no Piquete" de Cavalaria.[130] Tudo indica que o prisioneiro se ofereceu "voluntariamente" para servir sob comando do major Manoel Luís Osório, no 3º Batalhão de Cavalaria. Em ofício enviado a Nunes Pires, em 26 de outubro, o major Osório afirmava:

> Illm.º Exm.º Snr.
> A respeito do paisano José Custódio Braga, que V. Ex.ª mandou apresentar neste Esquadrão, se ofereceu a circunstância que V. Ex.ª verá nos ofícios juntos, que V. Ex.ª terá a bondade devolver-nos. Rogo a V. Ex.ª esclarecer-me a respeito, certo de que todas que conhecem, me informam muito mal a respeito. Deus guarde a V. Ex.ª. Quartel do Esquadrão de Cavalaria da Guarnição em Porto Alegre. Ass. Manoel Luís Osório, major.[131]

Pelas palavras do major Osório, parecia que o paisano José Custódio Braga se apresentou ao seu esquadrão, a mando do Presidente Nunes Pires. Não ficou aparente no ofício a posição adotada por Manoel Luís Osório em relação à admissão do paisano, apesar de ter demonstrado estar ciente das "circunstâncias" que giravam entorno da prisão do mesmo. É possível inferir, porém, que acusações sérias o impediam de integrar o esquadrão do major Osório.[132]

No mesmo dia em que submeteu o ofício ao presidente, em 26 de outubro, o major Osório recebeu outro do comandante da Guarnição de Porto Alegre, brigadeiro Francisco Xavier da Cunha. Nesse documento, que mais parecia um aviso ao major Osório, era

---

[128] Até junho de 1837, João Leitão – homem branco de 51 anos de idade, casado, atuava como ajudante na guarnição de Porto Alegre. Essas informações foram por ele declaradas quando prestou depoimento à Justiça, a respeito da ação do Exército legalista que culminou com a prisão do efetivo farroupilha, na região da charqueada de Dona Rita, em 23 de maio de 1837. Ver: Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.38-42.
[129] Ver página 187.
[130] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.626/2. Ofício do capitão João de Santa'Anna Leitão ao major Manoel Luís Osório, Quartel do 8º Batalhão, em Porto Alegre, 24 de outubro de 1837.
[131] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.626. Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província, Quartel do Esquadrão de Cavalaria da Guarnição de Porto Alegre, em 26 de outubro de 1837.
[132] Idem.

comunicado que o paisano Custódio estivera envolvido em algum ato que deveria ser apreciado pela Justiça:

> Ilm.º Snr. Consta-me que o Piquete do seu comando se acha José Custódio Braga, V. S.ª não porá embaraço algum na diligência judicial, que contra o mesmo se vai fazer, antes pelo contrário, prestará todo o auxílio que for preciso afim de o Oficial de Justiça encarregado da mesma diligência, a poder cumprir. Deus Guarde a V. S.ª General do Comando da Guarnição, 26 de outubro de 1837. Ass. Francisco Xavier da Cunha.[133]

No documento acima, as precauções adotadas pelos oficiais em relação ao paisano Custódio foram, em certa medida, justificadas pelo brigadeiro Xavier da Cunha. Pelo que foi possível entender, havia um mandado judicial cujas ordens eram para não colocar nenhum "embaraço". Não encontrei informações detalhadas sobre o mencionado paisano. De todo modo, acredito que, através dessa documentação, seja possível demonstrar como as deliberações dos oficiais nem sempre apareciam de forma explícita na documentação.

Além disso, é importante ressaltar que o major Osório, embora estivesse no comando da 3ª Brigada de Cavalaria, estava diante de um quadro hierárquico. Suas decisões ficavam subordinadas ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, comandante da Guarnição de Porto Alegre, ao presidente e ao ministro da Guerra, sendo que esses dois últimos recebiam ordens diretas do governo regencial. Essa estrutura de poder, na maioria das vezes, não era nada harmônica.

Ainda assim, o relacionamento de Manoel Luís Osório com essas autoridades superiores, como foi destacado anteriormente, parecia ter sido de entendimento e cumplicidade. Essa estrutura de comando, porém, não seria mantida por muito tempo. Após cinco meses na presidência da província de São Pedro, a administração de Feliciano Nunes Pires chegou ao fim, com grandes críticas na imprensa. Em 2 de outubro, poucos dias depois do confronto nas cercanias de Porto Alegre, ocorreu a sessão de reabertura da Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul.[134] Ainda no exercício da

[133] AHRS – Fundo Autoridades Militares, Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.626/1. Ofício do brigadeiro Francisco da Cunha ao brigadeiro Manoel Luís Osório, Comando da Guarnição em Porto Alegre, em 26 de outubro de 1837.

[134] FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre sitiada. In: BARROS FILHO, O. L; SEELIG, R. V.; BOJUNGA, S. (org.). *Sonhos de liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita.* Porto Alegre, Lase Press Comunicação, p.199-206. As sessões não aconteciam desde 1835, quando ocorreu a tomada de Porto Alegre pelos farroupilhas. Entre novembro de 1835 e março de 1836, a Assembleia recebia apenas os deputados rebeldes. Porém, com a retomada da capital pelas forças legalistas, em junho de 1836, as sessões foram retomadas entre 30 de setembro a 30 de novembro de 1837.

Presidência, Nunes Pires inaugurou a sessão com um discurso no qual destacou a necessidade de organização da cobrança de impostos na província.[135]

Segundo a sua avaliação, na cobrança dos impostos residiam as "alavancas de que principalmente se serviram os agitadores da anarquia, para abalar a Província". Naquele período, a elite agropecuarista rio-grandense via como abusivas às taxas de impostos estabelecidas pela Câmara em 1835.[136] A nova conjuntura nas Assembleias inspiravam cuidados, porque:

> [...]paralelamente a esses debates, outro confronto estava em curso na Câmara: a fixação das forças de terra e mar para o ano administrativo de 1838-1839. Era um tradicional ponto de atrito entre o Executivo e o Legislativo, que se acentuava quando animosidades e desconfianças mútuas pautavam as relações entre os dois poderes. Foi assim durante o Primeiro Reinado e também desta vez, em meio à crise que minava a Regência Feijó. Mesmo no momento em que o país enfrentava fortes convulsões internas, empenhando-se, sobretudo, no combate à Cabanagem e à farroupilha, a Câmara criava sérios empecilhos à aprovação do efetivo militar requisitado pelo governo, a pretexto de que iria servir como instrumento para a instauração de uma *ditadura*.[137]

No Rio Grande do Sul, para o lugar de Nunes Pires, foi nomeado Antônio Elzeário de Miranda Brito. Isso sinalizava uma mudança política na condução da guerra. Essa, por sua vez, poderia gerar modificações em cargos de comando de batalhões da Guarda Nacional, como o que era exercido por Manoel Luís Osório.

Ao que parece, o major Osório era um "entusiasta de Feijó. Esta mudança política causou muito desgosto a Osório, desgosto que aumentou pela reação política operada pelo novo governo na situação em que se achava a província".[138] Como dito acima, tudo caminhava para o acirramento das discussões políticas e da manutenção dos conflitos nas províncias rebeladas.

---

[135] Naquelas sessões foram discutidas a segunda lei do orçamento para os anos de 1837 e 1838. Entretanto, com o acirramento da guerra civil, os trabalhos foram suspensos por oito anos – de 1838 a 1845.

[136] BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837, p.1-2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54 Acesso em: 22 de novembro de 2022. Referia-se principalmente a Lei de orçamento nº 9 de 1835, que determinava a cobrança de "imposto sobre os campos".

[137] BASILE, Marcello. *A POLITIZAÇÃO DAS RUAS: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências.* Vol. II, Brasília: Senado Federal, 2022, p.968.

[138] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

5.4. A demissão do *Esquadrão do Presidente*

Desde que houve a renúncia do regente Diogo Feijó, em 19 de setembro de 1837, era esperado que uma nova estratégia fosse traçada para conter a Revolta.[139] Ao final desse ano, no Rio de Janeiro, uma nova coalizão política foi lançada "em oposição ao poder liberal", que ficou conhecida como o Regresso Conservador. Esse "grupo" emergiu ao governo regencial logo após a renúncia de Feijó. Seu substituto, Pedro de Araújo Lima, assumiu no dia seguinte. Com a ascensão do Regresso Conservador, assim como a confirmação de Araújo Lima como regente do Império,[140] em abril de 1838, tudo indicava que ocorreria uma investida da armada imperial, principalmente nas províncias[141] que, naquele instante, empunhavam armas contra o Império do Brasil.[142]

O principal objetivo do novo governo era a repressão às rebeliões que ocorriam em diferentes regiões do Brasil. A busca por desmobilizar as revoltas aproximou indivíduos de diferentes naturezas políticas[143] que uniram forças para "restaurar a autoridade e a hierarquia social".[144] Através da exploração de certos temores – a "anarquia" e a fragmentação territorial – o grupo monarquista "fundamentou uma política conservadora e centralizadora".[145]

No dia 3 de novembro de 1837, o Gabinete do Regresso Conservador indicou Antônio Elzeário de Miranda e Brito para assumir a presidência do Rio Grande do Sul. A sua chegada à capital, Porto Alegre, para tomar posse do governo "foi anunciada por salvas de artilharia e [por uma] imensidade de foguetes que eram deitadas ao ar de todos

---

[139] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit.; p.429.
[140] Pedro de Araújo Lima assumiu a regência no dia seguinte à renúncia de Feijó, sendo depois aclamado para à regência. Obteve alguns anos depois, os títulos de visconde e marquês de Olinda. Nascido em na Província de Pernambuco, teve atuação destacada na Câmara de Deputados, desde a Constituinte em 1823. Eleito senador, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, em 1837. Permaneceu como regente uno até o Golpe da Maioridade de D. Pedro II em 1840. Ver: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
[141] Existe um quadro elaborado por José Murilo de Carvalho, com informações sobre as principais revoltas que ocorreram entre 1831-1848. Ver: CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.250. A primeira edição da obra foi lançada em 1988, pela Editora Vértice.
[142] BASILE, Marcello. *A POLITIZAÇÃO DAS RUAS: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências.* Vol. II, Brasília: Senado Federal, 2022, p.1025.
[143] Um exemplo marcante disso, Bernardo Pereira de Vasconcelos, figura importante naqueles anos, liberal durante grande parte de sua vida, aderiu ao projeto conservador, assumindo os ministérios da Justiça e do Império. Ver: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos.* São Paulo: Editora 34, 1999.
[144] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit. 2008, p.276-279.
[145] Idem.

os ângulos da cidade". Desde então, segundo os relatos publicados no jornal *O Sete d'Abril* – favorável à política regressista – recebeu "visitas" de todas as "pessoas gradas da cidade". A sua posse ocorreu na Assembleia Provincial, diante de deputados e de autoridades civis e militares.[146]

Longe de ser uma autoridade desconhecida na província, uma vez que, desde a metade de 1836, exercia o posto de general em chefe do Exército no Rio Grande do Sul. Com a promoção ao posto de marechal de campo, Elzeário de Miranda assumiu amplos poderes para combater os rebeldes. Era visto pelo Regresso Conservador como um "varão de confiança", por isso foi nomeado também para o comando em chefe do Exército.[147]

Logo que assumiu o cargo, Elzeário tratou de fazer nomeações vistas com contrariedade[148] por parte do grupo legalista. O nome que causou maior desconforto certamente foi o de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves – futuro barão de Quaraí –, que foi alçado pelo novo governo ao comando da Força Policial da Província.[149] Nesse contexto, a relação entre Pedro Chaves e Manoel Luís Osório tornou-se ainda mais conflituosa. O início dos atritos é difícil dimensionar, mas houve um episódio em específico que ajuda a entender um pouco das fissuras políticas daquele contexto.

Ao que parece, antes da nomeação de Elzeário e Brito, em um conflito aberto com o então Presidente Feliciano Nunes Pires, Pedro Chaves mandou "dar uma surra de espada no secretário da presidência", chamado Mateus Gomes Viana. Esse sujeito nasceu na Freguesia de São Francisco de Paula (atual Pelotas), em 14 de setembro de 1809. Em 1837, era major da Guarda Nacional e redator de jornal *Liberal Rio-Grandense*, de Rio Grande. Casado com Maria Francisca Antunes Maciel, com quem teve um filho, mais tarde condecorado com o título de barão do Arroio Grande. Comerciante na região sul da

---

[146] BN – Hemeroteca Digital – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.* Nº 504, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1837, p.6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Americo%20Cabral%20de%20Melo%22&pagfis=2172 Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

[147] Idem.

[148] Para relacionar um motivo para o descontentamento dos liberais com a nomeação de Pedro Chaves, basta lembrar o leitor que o mesmo era irmão do ex-presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, um dos pivôs de todo o descontentamento dos liberais da província que, em 1835, gerou a Revolta Farroupilha.

[149] Essa força, segundo a lei Nº 7 que a instituiu, atuaria nas diligências internas da província. Para isso, foi previsto um efetivo de "363 praças de pé, ou a cavalo", cuja "organização, disciplina, e vencimento serão os mesmos da tropa de 1ª Linha". Essa força policial, formada por 19 oficiais e 344 praças, daria origem a Polícia Militar ou Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Apesar de registrada no relatório do Presidente Antonio Elzeario, em 18 de novembro de 1837, a lei somente foi regulamentada em 05 de maio de 1841, quando escolhidos os primeiros oficiais. BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837, p.10. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54 Acesso em: 22 de novembro de 2022.

província, foi eleito várias vezes para o cargo de vereador de Pelotas, sendo também presidente da Câmara Municipal de Pelotas.[150]

Ao que parece, a "intriga" com Pedro Chaves foi alimentada na imprensa. Os dois redigiam artigos políticos. Além de redator do *Liberal Rio-Grandense,* de Rio Grande, também publicava em periódico da capital, o *Correio de Porto Alegre.* No início do conflito, Mateus Viana aderiu ao movimento rebelde, permanecendo até o fim do governo do irmão de Pedro Chaves, o ex-presidente Rodrigues Braga. Passou a defender a legalidade, assim como Manoel Luís Osório, quando da nomeação de José Araújo Ribeiro à presidência, em 1836. Foi então escolhido para o cargo de secretário do governo. A partir de então, intensificou-se o conflito com o também legalista Pedro Chaves.[151]

Segundo consta, "o homem que em Porto Alegre espancou em pleno dia" o secretário Gomes Viana era "parente da senhora de Pedro Chaves,[152] e em casa dele se homiziou".[153] Daí, Feliciano Nunes Pires, ainda no exercício da Presidência, mandou o comandante de seu esquadrão ir até a casa de Pedro Chaves para prender o tal "espancador".[154] Cumprindo com as ordens, o major Osório se dirigiu à residência de Pedro Chaves: "arrancando o criminoso da casa do próprio mandante" – diga-se "o futuro Chefe de Polícia".[155]

Todo esse caso colocou o major Manoel Luís Osório no centro da desavença política no interior dos "defensores da legalidade".[156] A expressão que dá título ao

---

[150] MÜLLER, Dalila. *Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870).* Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010, p.238.

[151] Viana morreu precocemente, em Rio Grande, por volta dos 30 anos. Informações disponíveis em: https://e-dicionariodeautoresdepelotas.blogspot.com/p/mateus-gomes-viana.html Acesso em 23 de março de 2023.

[152] "Brasil Casamentos, 1730-1955", FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNPF-23P : 1 February 2020), Maria Joze Machado in entry for Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, 1834. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WC4B-8?i=409&cc=2177295 Acesso em 12 de março de 2023. No documento abaixo citado, a "senhora de Pedro Chaves" fazia referência a Maria José Machado, esposa de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, como é possível atestar através do registro de matrimônio datado de 31 de maio de 1834.

[153] CV – 4094. Correspondência entre Antônio Álvares Pereira Coruja e Alfredo Varela, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1885. In: AAHRS, Vol.07, Porto Alegre, 1983, p.243-244.

[154] Idem.

[155] CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

[156] Para o debate historiográfico sobre as disputas políticas regenciais, ver: BASILE, Marcello. *A politização nas ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos das Regências.* Brasília: Senado Federal, vol.2, 2022; para essa dinâmica na província de São Pedro, ver: KLAFKE, Álvaro A. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

presente capítulo apareceu com frequência nos jornais e nos documentos do período. No entanto, muito longe de representar um "grupo" só, unido e articulado, ao reduzir a escala de observação para ampliar a possibilidade de análise, nota-se que "os defensores da legalidade" possuíam clivagens internas. O fato é que existia uma subdivisão na província que remontava ainda o início da década de 1830.[157]

Vale o leitor lembrar que as disputas políticas durante o período regencial ocorriam em diferentes províncias, de acordo com as especificidades de cada uma. No Rio Grande do Sul, liberais exaltados (farroupilhas), liderais moderados (legalistas) e restauradores ou conservadores (ultra legalistas), desde a Abdicação de D. Pedro I, em 1831, duelavam no âmbito púbico por espaços políticos. Mesmo durante a guerra civil, como venho destacando ao longo da tese, as discordâncias internas foram sempre muito presentes no Rio Grande do Sul.[158]

Em diversas localidades, a criação da Guarda Nacional e o fim das Milícias geraram grande disputa de poder entre o Juizado de Paz e o Conselho de Qualificação.[159] Entretanto, essas disputas não durariam muito tempo na província, pois uma série de leis aprovadas pela Assembleia Legislativa Provincial mudariam a eleição para oficiais da Guarda Nacional. A mudança na lei ocorreu em períodos diversos em diferentes partes do território imperial. No Rio Grande do Sul, ocorreu em 1837, como é possível visualizar através do relatório do presidente da província.[160]

A Lei nº 3, logo em seu primeiro artigo, determinava que, a partir de então, os "Comandantes dos Corpos e mais Oficiais da Guarda Nacional ser[iam] nomeação do Presidente da Província". Os alistamentos seriam realizados pelos comandantes de companhias da Guarda e a qualificação, pelos coronéis de Legião. A lei, considerada intervencionista,[161] teve relação com o estado revoltoso da província, isto é, a necessidade

---

[157] Esse período foi trabalhado nos capítulos III e IV.

[158] KLAFKE, Álvaro A. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

[159] Ver capítulo III.

[160] A lei de nº 7, por exemplo, regulava em seu primeiro artigo a criação de uma força policial para atuar nas diligências internas daquela província. Para tanto, fixava um efetivo de "363 praças de pé, ou a cavalo", cuja "organização, disciplina e vencimento serão os mesmos da tropa de 1ª linha". Essa força, que seria composta de 19 oficiais e 344 praças, deu origem à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, como assim ficou denominada a Polícia Militar daquele Estado. Ver: BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54 Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[161] Sobre a atuação de presidentes provinciais, ver: DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. Nº 58, São Paulo: *Revista USP*, 2003; BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no Império brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes*

de formar tropas para enfrentar a revolta e centralizar as decisões relacionadas à Guarda Nacional.[162] Ao que parece, uma lei semelhante a essa, também em 1837, foi implementada pela Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba.[163]

A lei buscava amparar o recrutamento de guardas, uma vez que o processo de qualificação havia sido prejudicado no Rio Grande do Sul, em decorrência da guerra civil. Assim, aumentavam-se as responsabilidades dos presidentes, sempre sob supervisão dos ministros da Justiça, poder ao qual, até então, a Guarda Nacional estava submetida. Uma legislação semelhante a essa foi implementada a nível nacional, em 1850. Na historiografia sobre a Guarda Nacional, a Lei de 19 de setembro de 1850 é vista como um marco que transformou as diretrizes de sua organização. Centralizavam-se as decisões dos governos provinciais, nomeados pelo governo central, com as prerrogativas de admitir e demitir oficiais, organizar e/ou suspender comandantes superiores da Guarda Nacional.[164]

Para Jeanne B. de Castro, a partir de então, a instituição deixava de ter o "caráter democrático", cuja base estava ligada ao voto dos guardas na escolha dos oficiais comandantes e o tempo de quatro anos de acesso ao oficialato, sempre submetida à influência que os juízes de paz tinham naquela instituição.[165] No caso do Rio Grande do Sul, porém, essa mudança política foi anunciada em um momento que a guerra civil avançava e, na inciativa de armar os cidadãos para a integridade do Império, se tornou parte de uma ação destinada a reduzir as influências dos rebeldes farroupilhas nas forças

de província do Rio Grande do Sul (1845-1889). Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2020.

[162] A medida foi considerada intervencionista, uma vez que os presidentes eram escolhidos por indicação da regência. O objetivo era impedir que indivíduos ligados diretamente aos chefes farroupilhas, assumissem postos de comando de guarda, como havia acontecido no estopim da Revolta Farroupilha em 20 de setembro. Aqui me refiro, por exemplo, a Bento Manoel Ribeiro ou a Bento Gonçalves da Silva, oficiais-generais da Guarda-Nacional, que desempenhavam cargos estratégicos para o governo imperial. Ainda assim, rebelaram-se contra a política imperial, levando consigo para o lado rebelde grande parte dos homens que comandavam.

[163] Decreto nº 8 da Assembleia Legislativa da Paraíba, de 14 de março de 1837. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, CX. 014 (A), Ano: 1837. Apud. COSTA, Lidiana Justo da. O cotidiano de oficiais ditos "rebeldes" na Guarda Nacional da Paraíba (1834-1849). *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v.1, ano XI, nº1, 2014, p.3. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/545/517 Acesso em: 24 de dezembro de 2023.

[164] Em 1850, houve a tentativa de uniformizar o recrutamento da Guarda Nacional para todo o Império do Brasil. Ver: MUGGE, Miqueias H. Antes do mito: Soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.34, n.64, jan/abr 2018, p.123-164.

[165] CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p.14.

milicianas. No início da Revolta Farroupilha, não é um engano pensar que a Guarda Nacional se dividiu diante de líderes que se separaram entre rebeldes e legalistas.[166]

Os rebeldes tinham o domínio de setores estratégicos da Guarda Nacional, construindo a partir dela "[...]uma base popular para a rebelião, a qual os levaria a uma segunda sedição em dias vindouros, sedição esta que visava mais a separação e o republicanismo do que simplesmente a substituição dos representantes do governo central".[167] Como dito acima, a força miliciana serviu aos anseios farroupilhas em 1835. A partir de 1837, tentava-se retomar o controle da Guarda Nacional "às mãos do Império, mas nem por isso o efetivo da instituição limitou-se apenas aos "defensores da Nação". Os antigos rebeldes se faziam presentes" entre as forças imperiais.[168] Assim como Manoel Luís Osório, que aderiu às tropas imperiais em defesa da legalidade, outros oficiais e praças modificaram seu posicionamento durante o decênio em guerra na Província de São Pedro. Alguns deles foram servir no esquadrão do major Osório. A sua trajetória corrobora com o que assinalou Miquéias Mugge,[169] indo de encontro ao que Spencer Leitman assinalou em relação ao aproveitamento de rebeldes na Guarda Nacional.

Segundo Spencer, ao abandonarem as fileiras rebeldes, esses homens teriam pedido isenção do serviço nas forças imperiais para refazerem seus negócios e comércios. O que não confere, por exemplo, com a trajetória de Osório, Bento Manoel Ribeiro, José Inácio Ourives e de outros atores históricos mencionados ao longo desta pesquisa, que, ao largarem as forças rebeldes, engajaram-se nas tropas legalistas, atuando na repressão à Revolta.[170] Mesmo que estivesse se referindo ao destino que tiveram os rebeldes farroupilhas "mais convictos", é importante ressaltar, a exemplo de Canabarro e Netto, que, após o fim do conflito, ambos retornaram a defender as forças imperiais e desempenharam funções políticas locais.

---

[166] MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p.56.
[167] LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.25.
[168] MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p.56.
[169] Idem. p.36-64.
[170] LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.67.

José Inácio Ourives,[171] para citar outro tenente do Exército envolvido nas forças farroupilhas no início do conflito, mas que, logo em 1836, aderiu às forças legalistas e passou as tropas de repressão ao movimento rebelde. Em 9 de setembro de 1836, foi nomeado ao posto de capitão da 4ª Companhia do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Município de Santo Antônio da Patrulha. Anos depois, tornou-se um importante criador de gado na região. Em 1839, por Decreto de Nº 79, foi aprovada e reconhecida uma pensão anual de 400$000 mil-réis, conferida em 20 de fevereiro de 1837, quando era capitão da Guarda Nacional. Tudo isso, o oficial conseguiu: "em remuneração dos importantes serviços por ele prestados à causa da legalidade na dita província.[172] Alguns anos depois, contudo, reformado no posto de coronel da Guarda Nacional, foi citado como cúmplice do tráfico ilegal de africanos, durante um desembarque realizado em Tramandaí, em abril de 1852.[173]

Nesse sentido, acredito que os casos de Manoel Luís Osório e de José Inácio Ourives parecem ser exemplares em relação aos fatores sociais que estiveram no cerne da reação tardia do governo imperial em mobilizar forças para conter a Revolta Farroupilha. Sobre a distinção social cultuada pela elite imperial nas primeiras décadas do século XIX:

> As rápidas mudanças políticas dos anos 1820 e 1830, acompanhadas por várias revoltas na corte e nas províncias, tinha agitado as fronteiras sociais até então aceitas e, nesses anos, tentava-se encontrar justamente uma fórmula política capaz de restabelecer a ordem. Mas qual ordem se pretendia? Daí as rebeliões. Princípios políticos diversos, mais ou menos formalizados, se expressavam nesses movimentos de caboclos, negros, índios, brancos pobres ou proprietários. Às vezes, esses grupos se uniam em uma liga inusitada e, para alguns, assustadora. Isso mostra como essas fronteiras estavam indefinidas.[174]

Diferentemente do que outras regiões insurgentes, no Rio Grande do Sul, as principais causas da revolta e da mobilização dos rebeldes estiveram amplamente ligadas à elite latifundiária. Para esse "grupo" de proprietários foram garantidas anistias, e alguns foram admitidos nas forças da legalidade. Ainda nos primeiros meses, a reação à Revolta

---

[171] Decreto Nº 79, 30 de agosto de 1839. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-79-30-agosto-1839-561518-publicacaooriginal-85166-pl.html Acesso em 20 de setembro de 2023.

[172] CV-3194. Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre. vol.05, *Coleção Varela*, Porto Alegre, 1981, p.484-486; Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 29, 1933, p.413-414.

[173] PICCOLO, Helga. O comércio ilícito de escravos africanos no Rio Grande do Sul. *Anais da X Reunião da SBPH*, Curitiba, 1991, p.170; ver também: FERTIG, André. A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na Província do Rio Grande do Sul no século XIX. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Vol. 29, nº 1, jan.-jun. 2011, p.8-11.

[174] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit.; 2008, p.426.

foi liderada por aqueles rio-grandenses que não aderiram à causa farroupilha. A despeito das autoridades do Império, que demoraram a tomar atitudes mais enérgicas em relação aos revoltosos, os cidadãos engajaram-se em uma luta de oposição, desde o começo, para evitar que o projeto farroupilha tomasse conta da Província de São Pedro.

No entanto, com o passar do tempo, as autoridades imperiais perceberam que seriam necessárias ações mais contundentes para "pacificar a província". O problema continuava a ser as discordâncias em relação às autoridades nomeadas para o Rio Grande do Sul, que, regularmente, deixavam de "renegociar essas fronteiras sociais". Alguns dos presidentes nomeados pelo governo imperial "agiam nas províncias de forma intransigente e violenta e, por vezes, produziam um efeito contrário ao que se esperava de suas comissões, agravando a crise na região".[175] Até certo ponto, esse fator acabava engajando outros setores sociais entre os rebeldes. No Rio Grande do Sul, por volta de 1837, as tropas farroupilhas mantiveram-se engajadas e em grande número.[176] Segundo consta, "as forças rebeldes teriam chegado ao número" de 4 a 5 mil homens. Para atingirem esse número, os líderes farroupilhas eram acusados de promover "insurreição de escravos cativos que os tem roubado e formado com os mesmos grandes números para atuarem contra as forças da legalidade[...]".[177]

Assim sendo, o gabinete imperial regressista procurou nomear para a presidência do Rio Grande do Sul oficiais militares experientes, com amplos poderes. Ao assumir o governo, o marechal Antônio Elzeário e Brito também tinha a função de comando das Armas. A ideia era diminuir as discordâncias entre autoridades. Ao invés de nomear duas pessoas para funções que dependiam de certo entendimento para a assertividade da operação, nomeava-se uma mesma autoridade para dois cargos. Em contrapartida, aumentava-se também as responsabilidades da autoridade escolhida. Ao menos à primeira vista, a nomeação de Elzeário e Brito – marechal do Exército imperial – poderia favorecer os caminhos de ascensão de Manoel Luís Osório, mas aconteceu exatamente o contrário.

---

[175] Idem.

[176] Ao final de 1837, em correspondência enviada ao ministro da Guerra, o presidente Elzeário de Miranda e Brito dizia que as forças legalistas tinham 6.398 homens, só que apenas 3.844 estavam disponíveis para o serviço de campo. Os rebeldes, em contrapartida, reuniam cerca de 5.200 homens, sendo 4.000 de cavalaria. Ou seja, cerca de 77% das forças à disposição estavam montados a cavalos. Arquivo Nacional, *Série Guerra IG1* – DA. Ofício de Antônio Elzeário de Miranda e Brito a Sebastião do Rego Barros, em Porto Alegre, em 1837.

[177] Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.38-66. Informações passadas por testemunha de nome José Antônio da Cruz, "capitão da Guarda Nacional", em Porto Alegre, no dia 05 de julho de 1837. Este oficial, segundo a sua própria descrição: era "um homem branco, de 37 anos, casado e destacado no serviço da guarnição de Porto Alegre".

A emergência de Manoel Osório na hierarquia do Exército regular foi possivelmente prejudicada por aquilo que o próprio recém-nomeado presidente-marechal chamava de "comportamento irregular".[178] Era possível que a crítica tivesse ligação ao fato de que, durante a Farroupilha, nem sempre Manoel Luís Osório cumpria as ordens de seus superiores, especialmente, quando essas ordens significavam combater os farrapos até as últimas consequências.[179]

Do ponto de vista das forças da Guarda Nacional, o que regulava as promoções até então eram os valores sociais apresentados pelos cidadãos qualificados. Por essa razão, Manoel Luís Osório entendeu que, na Guarda Nacional, todo o investimento no patrimônio familiar, na busca de "qualificações sociais" e de uma rede de relações, poderia, de fato, promovê-lo aos postos mais altos daquela instituição. Vale lembrar que, conforme o regulamento, até 1837, os próprios guardas nacionais deveriam escolher os oficiais comandantes através de eleição, embora isso não se estendesse aos majores de Legião. Pela lei provincial de novembro de 1837, os comandantes de Legião continuariam sendo nomeados pelo presidente da província.[180]

Tudo sugere que Manoel Osório fosse bem-quisto entre os guardas da 3ª Brigada de Cavalaria, porém, o seu cargo não era eletivo.[181] Sendo assim, logo que assumiu o governo da província, Elzeário fez nomeações e também demitiu funcionários que compunham a gestão anterior. Com isso, solicitou a exclusão de Manoel Luís Osório do comando do 3º Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional e, principalmente, do *Esquadrão do Presidente*. Talvez para não alarmar a oposição liberal e evitar as críticas, o novo governo justificou a sua demissão por meio de um ofício, sob o pretexto de nomeá-lo para uma missão sigilosa em Montevidéu.[182]

---

[178] AHEX – *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

[179] Aqui o leitor deve recordar que, a aproximação do major Osório com o ex-presidente Feliciano Nunes Pires, rendeu-lhe críticas de setores conservadores do Exército. Em suma, criticavam-no por preferir aprisionar os adversários, do que eliminá-los.

[180] BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837, p.6. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54 Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[181] CLI – 18 de agosto de 1831. Capítulo IV – "Nomeação dos Postos". Art.56: "A nomeação dos coronéis chefes de legião, e a dos majores de legião, será feita pelo governo[...]". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 24 de novembro de 2022.

[182] Ofício enviado por Antônio Elzeário de Miranda e Brito a Manoel Luís Osório, em Porto Alegre, em 8 de novembro de 1837. In: OSÓRIO, Fernando. *História do General Osório*. Op. Cit.; p.341. No ofício, o presidente da província dizia: "[...] Tendo nomeado V. Mercê para uma muito honrosa comissão na qual vai ser empregado com os mesmos vencimentos que atualmente tem, acabo de expedir ordens ao Comandante da guarnição para que o capitão Francisco Fernandes Anjo o substitua no comando do corpo.

Possivelmente, a ideia do governo era afastá-lo a todo custo de Porto Alegre. Sabendo que o major Osório tinha uma grande influência sobre o batalhão que comandava, era necessário garantir que os guardas não se voltassem contra o Palácio do Governo. O alferes João Luís Gomes,[183] que serviu sob ordens de Manoel Luís Osório no Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional, entre junho e novembro 1837, na capital Porto Alegre, assinalou que:

> "[...] Em novembro, com a chegada do Sr. General Elzeário, dissolveu-se esse esquadrão; e quase todos os oficiais foram mandados para o corpo do Sr. José Joaquim [de Andrade Neves, futuro barão do Triunfo], sendo eu um dos mais recomendados, porque já passava por liberal, e amigo decidido de Osório, a quem se pretendia perseguir".[184]

Ao que tudo indica, a presença do major Osório em Porto Alegre não seria tolerada pelas autoridades do novo governo. O certo é que o major Manoel Luís seguiu embarcado para a Vila de Rio Grande após o dia 13 de novembro de 1837, pois, neste mesmo dia, ainda em Porto Alegre, recebeu outro ofício do presidente Elzeário e Brito. Neste ofício, continham informações importantes sobre a tal missão:

> [...] Em aditamento ao meu ofício de 8 do corrente, cumpre-me declarar a V. Mercê, que a comissão de que vai ser encarregado, consistirá em ir, na forma das instruções que receber do Encarregado dos Negócios em Montevidéu, engajar e organizar força armada para operar depois nesta Província; e que acabo de expedir a Tesouraria as convenientes ordens para que a V. Mercê, assim como ao 2º sargento José Rodrigues Souto e aos guardas nacionais José Lemos de Sampaio e José d'Ávila, que o acompanham, seja adiantado um mês dos seus vencimentos. Deus Guarde a V. Mercê, Porto Alegre, 13 de novembro de 1837. Snr. Major de Legião Manoel Luís Osório. [Ass.] Antônio Elzeário de Miranda e Brito.[185]

Vossa Mercê, lhe fará, portanto, a entrega do mesmo corpo com as devidas formalidades, e se apresentará ao Dr. Juiz de direito Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, vindo depois receber de mim as instruções sobre a nova comissão para que é designado. Deus guarde a V. Mercê. [Ass.] Antônio Elzeário de Miranda e Brito".

[183] As informações sobre a trajetória de João Luís Gomes, assim como o seu relato, foram baseadas nas informações disponíveis na tese de doutorado: COSTA, Miguel Ângelo da. *Entre "a intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845-1870).* Tese Doutorado, São Leopoldo: Unisinos/PPGH, 2011, p.121-123. João Luís Gomes, cunhado do futuro barão do Triunfo – José Joaquim de Andrade Neves – ao que parece, ingressou no mundo da guerra em fevereiro de 1836, em batalhão da Guarda Nacional sob comando de Bento Manoel Ribeiro. No ano seguinte, promovido para alferes da G. N., foi feito prisioneiro dos rebeldes farroupilhas. Retornando ao conflito, conforme descreveu o alferes: "obtive passagem para o esquadrão que comandava o distinto major Osório".

[184] APERS. Júri, Processo Crime, n.º 1043, 1863. Apud. COSTA, Miguel Ângelo da. *Entre "a intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845-1870).* Tese Doutorado, São Leopoldo: Unisinos/PPGH, 2011, p.123.

[185] Ofício enviado por Antônio Elzeário de Miranda e Brito a Manoel Luís Osório, em Porto Alegre, 13 de novembro de 1837. In: OSÓRIO, Fernando. *História do General Osório*. Op. Cit.; p.343.

Como foi possível notar, em Rio Grande, o major Osório seguiu acompanhado do 2º sargento do Exército José Rodrigues Souto e dos guardas José Lemos de Sampaio e José d'Ávila.[186] Todos tiveram seus vencimentos adiantados em um mês, de acordo com as informações passadas no ofício do presidente da província. Deveriam seguir embarcados e, por essa razão, deveriam deixar para trás as cavalgaduras e os cavalos que possuíam em Porto Alegre. Em Rio Grande, após três dias de viagem,[187] o major Osório permaneceu aguardando as ordens da presidência. Em dezembro daquele ano, reclamando estar a mais de um mês em Rio Grande, solicitava a reposição de suas montarias, além de seis cavalos, antes de seguir viagem.[188]

Uma parte dos cavalos solicitados pelo major Osório, como ele mesmo assinalava, seriam para os "camaradas" que o acompanhariam até a capital do Uruguai.[189] O major Osório ponderava que, para dar conta de um longo percurso como o que até então parecia ter ordens de cumprir – de Rio Grande para Montevidéu, mais de 500 km de distância – seria preciso revezar os cavalos para não lhes causar a exaustão.[190] Essas reivindicações foram enviadas em um ofício ao tenente-coronel visconde de Camamu, José Egídio Gordilho de Barbuda, escolhido pelo governo provincial para o posto de deputado ajudante-general.[191]

Esse ofício demonstrava que ainda não havia realizado a missão para a qual havia sido designado, assim como não havia sido atendido em seus pedidos. Na verdade, a missão para a qual supostamente havia sido designado era uma espécie de recrutamento

[186] Não consegui informações sobre esses oficiais.
[187] A travessia se dava através do Guaíba, que desaguava na Lagoa dos Patos, conectando a capital com o porto de Rio Grande.
[188] CV – 6998. Ofício de Manoel Luís Osório (major de Legião) ao visconde de Camamu (major do 8º Batalhão), em Rio Grande, 27 de dezembro de 1837. In: AAHRS, Vol.15, Porto Alegre: Est. Edições, 2006, p.211.
[189] CV – 6998. Ofício de Manoel Luís Osório (major de Legião) ao visconde de Camamu (major do 8º Batalhão), em Rio Grande, 27 de dezembro de 1837. In: AAHRS, Vol.15, Porto Alegre: Est. Edições, 2006, p.211. Não há informações de quantos seriam os "camaradas" que o acompanhariam.
[190] Sobre essa questão, conforme a média sugerida no estudo de Maria Gisele de Vargas Batista, seria possível percorrer essa distância em até 5 dias. Considerando que o major Osório e os "camaradas" mantivessem uma velocidade média de 10 km/h, intercalando com pausas de até 1 hora a cada 20 km percorridos, descansando ao final do dia por cerca de 6 horas. Ver: BATISTA, Maria Gisele Vargas. *O soldado de fronteira: tradição memória e masculinidades no 4º GACAV-II/1ºRADC (1926/1943).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018, p.90.
[191] O Segundo Visconde de Camamu, natural da Ilha da Madeira, em Portugal, seguiu para o Brasil junto ao pai, homônimo e 1º visconde de Camamu. Em 1818 assentou praça como 1º cadete no Esquadrão da Legião de Caçadores da Província da Baía. Em 1826 atuou na Cisplatina como ajudante de campo do visconde de Laguna. Depois foi para Porto Alegre, no posto de major do 8º Batalhão de Caçadores, onde em 17 de outubro de 1830 recebeu o título de visconde de Camamu, "com honras de grandezas". Informações em: SILVA, Alfredo Pretextato Maciel de. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. (Traços Biográficos).* 2ª Edição, V.2, Rio de Janeiro: Editora Americana, 1907, p.213-219.

para as forças legalistas. O major Osório teria ordens de fazer esse recrutamento na capital do Uruguai. Entretanto, em março de 1838, ainda em Rio Grande, é possível inferir que a missão em Montevidéu não tenha de fato ocorrido.[192] Mas isso não quer dizer que o major não tivesse recursos para reunir homens em armas no país vizinho. Alguns anos depois, foi possível notar alguns movimentos nesse sentido, quando ficou responsável pelo quartel general de Piraí, na fronteira de Bagé, fazendo tropa no país vizinho.[193]

5.5. Em Rio Grande, na 1ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional

A viagem de Manoel Luís Osório para Rio Grande, com o pretexto de realizar uma missão especial e sigilosa em Montevidéu, ao que tudo indica, foi uma forma que o governo provincial encontrou de afastá-lo de Porto Alegre. Em 1839, o então presidente Elzeário de Miranda chegou a recomendar sua extradição da província: era preciso "[...] determinar um lugar para residir fora desta província, enquanto não terminar a guerra civil, que a tem afetado".[194] Vale destacar que não foi exatamente isso que acabou acontecendo. Em Rio Grande, Manoel Luís Osório foi convocado pelo coronel João da Silva Tavares[195] para compor a 1ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, em 23 de abril de 1838. Esse efetivo reunia-se no Acampamento de Canudos, nas imediações de Rio Grande, na margem do Rio São Gonçalo.[196]

Entre 1838 e 1839, os farroupilhas concentravam suas forças em duas frentes: nas imediações de Rio Grande, na passagem do Rio São Gonçalo; e no sítio de Porto Alegre, próximo a Viamão. "Desta base os rebeldes tentavam, permanentemente, o cruzamento

[192] CV – 6998. Ofício de Manoel Luís Osório (major de Legião) ao visconde de Camamu (major do 8º Batalhão), em Rio Grande, 27 de dezembro de 1837. In: AAHRS, Vol.15, Porto Alegre: Est. Edições, 2006, p.211.
[193] AHRS – FAM, Cx.80, m.147, l.190. Ordem Regimental Nº 54, do tenente-coronel Manoel Luís Osório, Quartel do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, em Piraí, 13 de julho de 1847; FAM, Cx.95, m.169, L.195.
[194] AHEX – *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.
[195] João da Silva Tavares – barão de Cerro Alegre em 1859 – nasceu no Rio Grande do Sul, em março de 1792. Sua inserção no mundo da guerra aconteceu em 1816, na invasão do Uruguai. Depois desempenhou uma série de cargos, nomeados pelo governo imperial. Construiu prestígio social e político na região da campanha sul do território, especialmente entre as localidades do Herval, Rio Grande e Bagé. Vale ainda destacar, que desde o início do conflito Silva Tavares esteve de frente de tropas legalistas. Ver: OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790 – c.1870).* Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2016, p.59.
[196] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

do rio Caí e Jacuí para atingir a campanha onde se sentiam mais seguros".[197] O presidente Elzeário, visando atacar essas duas bases, separou o Exército legalista em duas divisões: a da direita, com atenção ao acesso dos rebeldes ao interior da província e ao sítio de Porto Alegre, e a esquerda, responsável pela região de Rio Grande.[198]

Manoel Luís Osório fazia parte desta última, a divisão da esquerda, sob comando do coronel João da Silva Tavares. Não se sabe ao certo qual era a relação entre Osório e esse coronel durante o período. É possível que a aproximação tenha ocorrido por conta das discordâncias que apresentavam em relação ao governo do marechal Elzeário de Miranda e Brito. No entanto, não se pode deixar de considerar outras formas de sociabilidade entre a oficialidade da época, incluindo a relação política que poderiam manter em outros espaços, como, por exemplo, a Maçonaria. Há diversas menções que chamam a atenção para a vinculação de Manoel Luís Osório a *Loja Maçônica União Geral*, em Rio Grande, embora esta filial tenha sido fundada apenas em 1840.[199] De todo modo, seus biógrafos mencionam que ele foi presenteado com um peitoral de aço de um grupo maçom quando marchou contra os rebeldes.[200] Na segunda metade do século XIX, as duas famílias – Silva Tavares e Osório –tornaram-se rivais eleitorais na região sul da província.[201]

Naquele momento, porém, a situação política e militar do Rio Grande do Sul forçava o reposicionamento de oficiais das forças militares. As medidas propostas por Elzeário de Miranda e Brito reconfiguravam os Corpos da Guarda Nacional,[202] "desautorizando, dessa forma, o Comandante Superior Silva Tavares".[203] A intenção do governo imperial com a nomeação de Elzeário e Brito para a presidência era assumir o

---

[197] MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994, p.37-38.
[198] Idem.
[199] COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Alguns anos depois, quando se mudou para Pelotas, passou a frequentar a loja Honra e Humanidade, portador do grau 18 – Cavaleiro Rosa Cruz – que podia atingir até o grau 33. Portanto, estava em um nível intermediário na "hierarquia" deste grupo.
[200] OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Op. Cit.;
[201] MUGGE, Miqueias H. Senhores da Guerra. *Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PPGH, Rio de Janeiro, 2016.
[202] BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837, p.6. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54 Acesso em: 22 de novembro de 2022.
[203] OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790 – c.1870).* Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2016, p.78-81; ver também: ANDRADE, Gustavo Figueira. *A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira.* São Leopoldo: Oikos, 2017.

controle sobre as tropas da Guarda Nacional e do Exército posicionados no Rio Grande do Sul. Essa determinação foi encarada como uma forma de centralização do poder político. Todavia, para a execução do plano, era preciso a mediação dos comandantes e chefes locais. Estes, porém, estavam entremeados em rivalidades e disputas que faziam parte do jogo político. Afinal, eram eles os responsáveis pelo recrutamento de tropas, pela reunião de cavalhadas, pelo abastecimento de gêneros e pelas "alianças políticas, que eram os fatores indispensáveis para a guerra no Sul".[204]

Em estudo recente sobre a trajetória de João da Silva Tavares, Leandro Rosa de Oliveira afirmou que, em 1838, esse comandante moveu uma representação contra as ordens do marechal Elzeário de Miranda e Brito.[205] A reação foi motivada pelas ordens emitidas pelo presidente-marechal para "pranchar os Guardas Nacionais" como punição pelo mau serviço, permitindo que fossem submetidos "o mesmo regulamento de linha". Além das "pranchadas", incluíam-se punições como "rodas de pau em soldados amarrados" e o uso "de laços nas mulheres que acompanhavam os soldados".[206]

A representação contra essas violências aos guardas teve grande repercussão na Corte. O jornal *Aurora Fluminense*, alinhado aos liberais moderados, considerava tais infrações como parte de uma "administração do terror". Concordando com os "protestos" feitos por Silva Tavares – "em nome da Guarda Nacional Rio-Grandense" –, o periódico ressaltava que a aplicação das "leis militares em tempo de guerra à G. Nacional" era uma "uma infração da lei, que a rege a respeito de destacamentos por motivo de sedição, rebelião e insurreição". Para o jornal, somente em caso de "guerra" seria justificável "reduzir a arte de governar à força pura",[207] e tal medida seria desnecessária, pois,

---

[204] FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007, p.86.

[205] OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790 – c.1870).* Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2016, p.80.

[206] BN- Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 88, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1838, p. 2-8. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=%22Carta%20de%20Oficiais%20Legalistas%22&pagfis=5323 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023. A fonte foi indicada por Leandro da Rosa de Oliveira, na dissertação supracitada.

[207] De acordo com a crítica do *A Aurora Fluminense*: "A G. Nacional é o país armado defendendo por si mesmo a ordem e os seus direitos. Quaisquer que sejam os esforços tendentes à militariza-lo, irão sempre quebrar-se contra a natureza d'esta instituição puramente cívica. Os homens, que não fazendo das armas uma profissão, deixam sua indústria, os seus interesses os mais caros, para correr voluntariamente em defesa da ordem, jamais consentiram a despir-se de todo dos diretos de cidadão ao menos que não reconheçam a necessidade suprema da guerra, da guerra real e verdadeira, e não aquela que fantasiou o capricho ministerial, ou antes a sua tendência a generalizar o terror no nosso país". BN - Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 90, Rio de Janeiro, segunda-feira 17 de dezembro de 1838, p.2-3. Disponível em:

implicava em "decepção" e "imprudência de tanto rigor em uma província, em que, atento o caráter da luta e a natureza do principal auxílio da legalidade, a moderação deveria ser a primeira mola da política".[208]

Pelo visto, mesmo entre as forças legalistas, existiam diferentes visões em relação à intensidade da repressão aos rebeldes. Naquele instante, porém, tudo contribuía para "a insubordinação, o descontentamento, e a reação contra o regime do presidente Elzeário".[209] Associava-se a manutenção da "guerra aos caprichos e à intransigência dos generais e, nesse momento, com esse último revés, o marechal e então presidente do Rio Grande do Sul se tornava o símbolo maior do tipo de personalidade militar que se condenava".[210] Além disso, não se tratava de qualquer autoridade. Elzeário Miranda e Brito foi nomeado pelo governo para exercer o cargo de presidente e do comando das armas da província. Ainda assim, a representação contra ele contava com a assinatura de outros 23 oficiais da 1ª Brigada de Cavalaria. Infelizmente, as assinaturas não foram transcritas, nem os nomes dos oficiais mencionados na publicação. Entretanto, é presumível que Manoel Luís Osório estivesse entre os oficiais que assinaram a representação do coronel Silva Tavares.[211]

Segundo declarou o presidente, ele esteve à frente dos guardas que protestaram contra o seu governo. Sobre os acontecimentos em São Gonçalo, o presidente Elzeário afirmou que: "este oficial [Manoel Luís Osório] é de gênio muito intrigante; e tanto que todas as inteligências que há na força estacionada em São Gonçalo, se atribuem ao seu

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5330 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

[208] BN- Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 89, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1838, p.1-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5326 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

[209] BN- Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 89, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1838, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5326 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

[210] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit.; 2008, p.261. A "perseguição" de Elzeário de Miranda e Brito não ocorria somente em relação a Silva Tavares, Osório e outros oficiais da 1ª Brigada. Em correspondência ao ministro da Marinha, John Pascoe Greenfell queixava-se do presidente Elzeário, ameaçando deixar o comando das forças navais do Império no Rio Grande do Sul. Ver: SPALDING, W. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.247.

[211] BN- Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 88, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1838, p. 2-8. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=%22Carta%20de%20Oficiais%20Legalistas%22&pagfis=5323 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023

inquieto humor[...]".[212] Pelo que foi escrito, o oficial Manoel Luís Osório esteve entre os que praticaram "insubordinações", que depois deram origem aos requerimentos dos guardas nacionais, seguidos pelo protesto do coronel Silva Tavares. O desentendimento entre "os defensores da legalidade" no acampamento em São Gonçalo parecia ter como ponto-central a denúncia da aplicação das mesmas leis do Exército de linha em relação às punições dos Guardas Nacionais.

No caso das forças de 2ª linha, é possível inferir que este tipo de ordem prejudicava a relação entre comandantes e comandados, uma vez que, mesmo sendo subordinados, era necessário estabelecer negociações entre os efetivos em campanha. Tratavam-se de cidadãos que, embora em destacamento de conflito, acreditavam possuir direitos diferentes dos empregados no Exército de linha. A quebra dessas "fronteiras sociais" parecia desalinhar as premissas daquela sociedade escravista e hierarquizada. Daí me parece que surgiu toda a "insubordinação" narrada acima, no acampamento de Canudos.

No jornal *O Sete d'Abril*, que, neste caso, estava mais alinhado ao projeto regressista e à defesa de Elzeário de Miranda, o coronel Silva Tavares e os oficiais da 1ª Brigada haviam cometido "um ato desarrazoado e criminoso", que "deslustrava sua carreira" estando ao lado de "verdadeiros agitadores e anarquistas".[213] De acordo com a visão do periódico *O Sete d'Abril*, em oposição ao moderado *A Aurora Fluminense*, a "intriga" e a "desavença" seriam "fruto necessário da guerra civil". E, por fim, bradava: "[...]Ouvimos cada dia que não faltam homens no Brasil; mas desgraçadamente volvendo os olhos não vemos muito quem se possa ou queira encarregar da delicada missão de pacificar o Rio Grande".[214]

Em março de 1839, talvez para observar de mais perto e poder tirar suas próprias conclusões a respeito,[215] o ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, seguiu em

---

[212] AHEX – *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

[213] BN – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839*. Nº 644, Rio de Janeiro, sexta-feira 7 de dezembro de 1838, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Silva%20Tavares%22&pagfis=2728 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

[214] O artigo era assinado pelas iniciais "P. B.". BN – *O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839*. Nº 644, Rio de Janeiro, sexta-feira 7 de dezembro de 1838, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&Pesq=%22Silva%20Tavares%22&pagfis=2728 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

[215] Em 1º de dezembro, as tropas do Império foram surpreendidas no rio Caí, perdendo um lanchão armado e duas canhoneiras, com grande munição, pólvora, armamento e cartuchame. O episódio parecia ser a "gota d'água" para a instalação de uma crise na presidência de Elzeário. Se não bastasse a perda de armas, a morte

expedição ao Rio Grande do Sul. Levava consigo "o incansável" tenente-coronel Luiz Alves de Lima,[216] muito tempo depois condecorado como duque de Caxias. A comitiva contava com cerca de 600 homens. Da Corte, seguiram no dia 6 de março, fazendo uma breve escala em Desterro, e "aportou no dia 21 de março em Rio Grande". Ao que parece, o ministro Rego Barros esteve no acampamento às margens do Rio São Gonçalo, onde estava posicionada a guarda sob comando do coronel Silva Tavares.

O ministro buscava "colocar em panos quentes" no atrito do coronel Silva Tavares e seus oficiais da guarda em relação ao governo de Elzeário de Miranda. Ao partir para o sul, o ministro da Guerra sabia que: "[...]qualquer representação contra Elzeário, [...] traria a queda do ministério".[217] Era para reverter essa impressão que a expedição do ministro da Guerra foi organizada, com o objetivo de contemporizar a relação entre o comando da província e os cidadãos em armas.

Contudo, a expedição não foi capaz de conter os ânimos. Assim, as justificativas da expedição e a falta de resultados efetivos das ações de guerra aumentaram a pressão na imprensa sobre a política implementada pelo Regresso Conservador. Ao desembarcar na Corte, Rego Barros soube que não reassumiria o ministério, pois o gabinete de que participava havia caído durante a sua viagem de retorno para o Rio de Janeiro. O governo sofria forte pressão desde 1838, entre outras razões, por achar necessário adotar uma nova política militar. Por meio de uma reforma, o gabinete formado por conservadores propôs ampliar o efetivo do Exército. Ao então ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, coube a tarefa de escutar as reclamações dos presidentes das províncias, tentando convencer a Câmara de Deputados "de que o Exército se ressentia de 'falta de tropa de linha'".[218]

---

de oficiais, quem aparecia à frente das tropas farroupilhas que atacaram essas embarcações "era ninguém menos que Bento Manoel Ribeiro", ex-comandante das armas e general do Exército imperial, desde 1837 nas colunas farroupilhas. SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit.; 2008, p.261.

[216] Depois da expedição ao sul, Caxias retomou o comando dos Guardas Municipais Permanentes na Corte, posto que permaneceria por pouco tempo, sendo nomeado para a comandar a Divisão Pacificadora do Norte. Sendo assim, seguiu para o Maranhão para combater os balaios, chegando em São Luís, em fevereiro de 1840. Em novembro de 1842, após cerca de três anos, retornaria ao Rio Grande do Sul para conter a revolta. Esse assunto, sua passagem pela província, assim como a sua relação com Manoel Luís Osório será vista na sequência.

[217] BN- Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 139, Rio de Janeiro, sábado 11 de maio de 1839, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5518 Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

[218] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit., 2008, p.261; p.279. Apesar de ter ampla maioria na Câmara, o projeto do ministro Sebastião Barros que previa a ampliação das forças de terra para 15 mil praças, teve grandes dificuldades.

Esse contexto político atraiu grande oposição, e isso não acontecia por acaso. "Quem primeiro reclamou a falta de meios para 'refrear a anarquia' foram os próprios liberais, quando dirigiam as províncias rebeladas".[219] Ao passarem para a oposição, queixavam-se daquilo que denominavam "política de militarização do Império".[220] O governo da província, manifestando uma ideia compartilhada pela política do Regresso Conversador, alegava que o Rio Grande do Sul estava em uma guerra civil. Enquanto os liberais moderados, aqueles que estavam entre os legalistas, se recusavam a tratar a "sedição, rebelião e insurreição" como uma guerra. E, portanto, discordavam das punições aos guardas. A "obediência [seria] uma traição às leis pátrias[...] e a resistência é um dever sagrado do "cidadão-soldado".[221]

A oposição da imprensa liberal ao governo de Elzeário de Miranda e Brito era nítida. Ao abrir o *Aurora Fluminense,* por exemplo, é possível notar a relevância que a Revolta Farroupilha assumiu nas edições do periódico. A gestão de Elzeário na presidência da província perdurou por 19 meses, acima da média que a província apresentou durante o Brasil Império, de cerca de 14 meses no cargo. Conforme Amanda Both pontuou em sua pesquisa, para o período de 1845-1889, a maior parte dos presidentes ficaram entre 6 a 10 meses na função. Algo semelhante foi notado nas províncias de Minas Gerais e Bahia. "Em Pernambuco, o tempo de permanência da maioria dos presidentes foi inferior – 40% ficaram de 1 a 5 meses".[222]

A partir disso, pode-se inferir como a sociedade local tencionou as forças políticas, influenciando nas nomeações para a presidência. Tanto que essas mesmas províncias conviveram com revoltas, motins e/ou levantes da elite, mas também contando com participação popular. De todo modo, nomeado pelo regente Araújo Lima, Elzeário de Miranda chegou com prerrogativas diferentes em relação aos anteriores, indicados pela

---

[219] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit., 2008, p.276-279. "Muitos dos que se diziam conservadores aderiram ao partido na tentativa de exorcizar os fantasmas da secessão e da 'anarquia', mas recuavam quando se tratava de armar o Estado. A 'tradição liberal brasileira', construída como resistência ao poder central, nessas ocasiões, predominava. Em todo o Império, nos últimos anos, políticos e proprietários vinham engajando suas vidas e cabedais na preservação dessa tradição".

[220] Idem, p.280.

[221] BN- Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)* – 1827 a 1839. Nº 89, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1838, p.1-4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5326 Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

[222] BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no Império brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889).* Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2020, p.57-58.

Regência do Padre Feijó.[223] Ainda assim, sofreu forte revés nos embates com os rebeldes, sem contar a oposição de parte dos oficiais legalistas contra suas medidas. Portanto, sem encontrar sucesso na contenção da Revolta, Elzeário de Miranda foi substituído em 12 de junho de 1839. Em seu lugar, assumiu interinamente o vice-presidente João Dias de Castro,[224] até a nomeação de seu substituto, em 24 de junho de 1839, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho.[225]

De acordo com a fé-de-ofício de Manoel Luís Osório, quando esteve no cargo de instrutor do 1º Batalhão de Cavalaria, na região de Rio Grande, participou de poucas ações de combate. Ainda assim, recebeu a função de deputado do ajudante-general da 2ª divisão, por ordem do dia nº 62, em 17 de abril de 1838. Não era uma promoção, mas uma função à qual foi destacado.[226] Novamente posicionado entre as tropas de linha do Exército, em agosto de 1838, o mais importante é que, após mais de dez anos com a mesma patente-militar, Manoel Luís Osório obteve a promoção a capitão do Exército.[227] Esse foi o maior tempo que esperou para ser promovido e, quando isso aconteceu, tinha apenas 30 anos. Ao menos metade desse tempo esteve engajado em serviços das forças militares. Apesar de ter conseguido a promoção na hierarquia do Exército, a sua situação parecia estar longe de ser confortável. É preciso chamar atenção para a postura que adotou nesse período final da Revolta Farroupilha e nos anos seguintes. O capitão Manoel Luís Osório demonstrava estar cansado das "privações" que o serviço nas forças militares lhe exigia. Além disso, a "defesa da legalidade" lhe impôs dificuldades financeiras, como será mostrado a seguir. Ele havia abandonado outras formas de obter fortuna, como suas terras na fronteira, para atuar em defesa da Monarquia Constitucional.[228]

---

[223] As prerrogativas que mencionei anteriormente, um militar de alta patente, de fora da província, assumindo o poder de presidência da província e do comando das Armas.

[224] Nascido em Piratini, no Rio Grande do Sul, em 1807, João Dias de Castro formou-se bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1833. Depois seguiu para o Sul. Sua passagem na presidência durou até a nomeação do tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa – futuro barão de Caçapava – no dia 10 de junho de 1840, sendo empossado no dia 27 do mesmo mês. SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.16-17.

[225] Nascido em Petrópolis, em 29 de novembro de 1803, Saturnino Coutinho era bacharel em Direito. Na Universidade de Coimbra, era Filho de Aureliano de Souza e Oliveira e irmão do visconde de Sepetiba – homônimo ao patriarca – também bacharel em Coimbra, e político com diversos cargos no Estado Imperial. Fizeram parte de uma "nobreza palaciana" participante da "vida política imperial brasileira". Aureliano Coutinho esteve à frente da facção Áulica, grupo apontado como próximo a D. Pedro II. Ver: BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os Bastidores da Corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, UFSC, Volume 17, Nº 23, 2010, p.187-221.

[226] BN - Setor de Manuscritos – Localização: C-0603015- Nº 001. OSORIO, Manoel Luís. Documentos Biográficos. 1843-1844.

[227] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

[228] A exemplo de suas terras no Estado Oriental, que deixou de lado para servir às Armas do Império.

CAPÍTULO VI – "UM SENHOR DA GUERRA" NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO

> Ao capitão Manoel Luís Osório se há de expedir Diploma de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, de que teve Mercê por Decreto de 2 de dezembro passado [1841], em consideração aos serviços por ele prestados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul[...]. Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 06 de julho de 1842.[1]

Em meados de 1842, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império – à época liderada por Cândido José de Araújo Viana (marquês de Sapucaí) – reconheceu o decreto do Imperador datado do final de 1841, o qual agraciava Manoel Luís Osório com a mercê da Ordem Imperial do Cruzeiro, "em consideração aos serviços por ele prestados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul". A honraria foi concedida em momento-chave da guerra civil, quando o governo imperial destinou maiores esforços para conter a Revolta Farroupilha que já perdurava por sete anos.

Sem dúvida, a decisão de Manoel Luís Osório em deixar as fileiras rebeldes, ainda no começo da Revolta, foi um fator determinante no restante de sua carreira nas armas. Isso ficou ainda mais nítido já no fim da Farroupilha, pois, além de receber honrarias e condecorações, teve acesso ao quadro de oficiais superiores do Exército. A partir da atuação no conflito, o jovem oficial passou a exercer papel importante também na rede política do Império na fronteira meridional.[2] Tanto que, mesmo após a guerra ter encerrado, quando os rio-grandenses puderam novamente escolher os seus representantes na Assembleia de Provincial, Manoel Luís Osório foi um dos deputados eleitos para aquela que seria recém a 2º legislatura na província. Essa eleição, a primeira após quase dez anos de guerra civil no Rio Grande do Sul, será analisada no presente capítulo.

Antes de tratar dessa questão, é preciso explicar que a investigação dos relacionamentos pessoais e familiares de Manoel Luís Osório, ou mesmo de sua "vida privada", por assim dizer, não tem o intuito de acionar um "voyeurismo" qualquer a respeito desse personagem. O que pretendo é verificar as conexões entre a dimensão pública e particular, "problemática visível nas biografias[...] onde a dimensão privada (a família, a subjetividade, entre outros aspectos) tem um peso considerável na análise". Ao

[1] BN - Setor de Manuscritos – Localização: C-0603, 015, Nº 002. OSORIO, Manoel Luís (capitão). Documentos Biográficos. "Recibo pelo pagamento dos direitos dos títulos de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul (1842), concedido a Manoel Luís Osório".
[2] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais*... Op. Cit.; 2010.

longo da tese, foi defendida a ideia de que, enquanto agente das forças militares, existia uma tênue fronteira entre a dimensão privada e pública de sua vida.[3]

Neste capítulo, procurou-se também analisar a rede política que Manoel Luís Osório integrou durante a fase final da Revolta Farroupilha e nos anos seguintes, momentos marcados por uma grandiosa mobilização de efetivos e por uma estratégia política que tinha por princípio sufocar as ações rebeldes e proteger as fronteiras da província. Com isso, Osório torna-se peça fundamental também na estrutura política, formada pelo governo imperial para conter os rebeldes e, posteriormente, estabelecer as bases do Estado imperial ao sul de seu território.

6.1. No mundo da guerra "com milhares de sacrifícios"

No mundo da guerra desde os 15 anos de idade, Manoel Luís Osório contou sempre com uma rede de familiares que o apoiavam nas questões relacionadas às suas propriedades. Em contrapartida, possivelmente ele também se sentisse responsável em suprir as necessidades de sua família. Tratando-se de relacionamento familiares, vale a pena observar em sequência, dois episódios que, em curto espaço de tempo, envolveram o personagem, isto é, duas tragédias pessoais: a já mencionada morte de seu pai em 1836, e do seu primeiro filho com Francisca Fagundes, ainda recém-nascido, no início de 1839.[4]

Esses óbitos redobraram a sua preocupação em relação à mãe D. Anna Joaquina e aos irmãos,[5] sendo alguns ainda menores de idade. Além disso, Manoel Luís Osório demonstrava preocupação com a falta de notícias de sua esposa Francisca Fagundes. Essa é a sensação que fica através da análise da correspondência que teve com o irmão, Francisco Luís Osório. Em viagem para a fronteira, onde iria fazer a venda de animais bovinos e cavalares, Francisco Luís visitou em Bagé a esposa de Osório, a quem se referia "carinhosamente" como "irmã Chiquinha. Daí, em carta ao irmão, que chamava de "Mano

[3] SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996, p.45-46.

[4] Correspondência enviada por Francisco Luís Osório a Manoel Luís Osório, de Craguata (URG), em 30 de julho de 1839. IHGB – Arquivo General Osório. Série Núcleo Familial. Lata 226, pasta 21, Notação final DL.226.021.

[5] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013. O requerimento foi encaminhado à Comissão de Pensões e Ordenados.

amigo", Francisco Luís informava o seguinte: "[...] sinto não achar o [seu] filhinho vivo. A irmã Chiquinha tem saúde, mas anda muito triste".[6]

A perda do filho certamente abalou a relação que mantinha com a sua família. Além disso, desde que seu pai morreu os negócios de que dependiam sua mãe e irmãos haviam declinado. Em razão da guerra civil, a situação da família parece ter piorado, principalmente, depois dos farroupilhas assumirem o controle de Caçapava do Sul, em 1837, onde a mãe e os irmãos residiam. A respeito disso, Fernando Luís Osório assinalou, na biografia do pai, que a família não teria sido incomodada por tropas farroupilhas durante a guerra,[7] devido à relação de "respeito" que Manoel Luís parecia manter com as lideranças republicanas na região de Caçapava, o que o fez apoiar os rebeldes no início da Farroupilha.

Porém, pelo que D. Anna Joaquina escreveu em requerimento ao Ministério do Império, a situação parecia ser diferente. Segundo a viúva, seu marido tenente-coronel Silva Borges prestou vários serviços ao Império, inclusive

> [...] com milhares de sacrifícios, havia feito numerosas reuniões (...) de cidadãos para formalizar-se a força legal na Campanha, e dali datam as suas primeiras enfermidades(...). Além disso, não se prestou somente com (gentes e com sua pessoa) ao serviço da Nação. Seu patriotismo, e (interesse) o levou a fornecer ao Exército, gratuitamente, grande quantidade de gado vacum, e cavalos de sua propriedade(...). Com isso, "os anarquistas para lhe fazerem todo o possível, invadindo a sua fazenda no Distrito de Caçapava, fazendo uma leva de todo o gado que ali existia.[8]

Em um requerimento como esse, no qual solicitava uma pensão ao Império, era natural que na condição de suplicante usasse de todas as estratégias possíveis para persuadir Sua Majestade e obter a concessão da mercê. Em outra perspectiva, mesmo que D. Anna Joaquina não sofresse qualquer incômodo ou perturbação dos rebeldes, o contexto bélico por si só já prejudicava as relações comerciais e mercantis da família. Com a cidade de Caçapava dominada por forças rebeldes, era possível que, em caso de "necessidade", essas forças recorressem ao "confisco" de animais, como D. Anna informava em seu requerimento. Além disso, num contexto em que não havia "liquidez

[6] Correspondência enviada por Francisco Luís Osório a Manoel Luís Osório, de Caraguatá (URG), em 30 de julho de 1839. IHGB – Arquivo General Osório. Série Núcleo Familial. Lata 226, pasta 21, Notação final DL.226.021.
[7] OSÓRIO, Fernando Luís Osório. *História do General Osório.* Op. Cit. 1894, p.373.
[8] BN - *Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013. O requerimento foi encaminhado à Comissão de Pensões e Ordenados.

no crédito",[9] sequer papel moeda confiável,[10] é preciso considerar que transações econômicas – compra, venda, empréstimo, arrendamento – dependiam do poder de negociação e de confiança entre as partes envolvidas.

Naquele tempo, as "dívidas ativas e passivas eram uma constante. Isso se dava em função da escassez de moeda e, por isso, a maior parte das transações se davam a crédito".[11] Além disso, era nesses momentos de crise de confiança que os credores geralmente cobravam suas dívidas, por temerem nunca serem ressarcidos.

Ao final da década de 1830, essa situação parecia se impor à residência de D. Anna Joaquina, já que, até meados da década de 1840, a viúva ainda tinha esperanças de receber a pensão em remuneração aos serviços prestados por seu marido. Em correspondência ao filho Francisco Luís, em abril de 1839, ela afirmava:

> Meu querido filho[...] O decreto da pensão do teu pai remeteu[...], acompanhado de um requerimento antes da revolução, e depois soubemos pelo correio oficial que foi remetido para o Rio [de Janeiro]. Enfim, dirigindo-se teu irmão [Manoel Luís Osório] ao primo Juca[12] saberá perfeitamente deste negócio para só este nos dará notícia disto. Muito desejo que Osório não se descuide de arranjar-me estes papéis porque as minhas circunstâncias são muito tristes, e, assim, sempre me ficará esse recurso ganho com tantas fadigas. Junto a essas a cópia de um requerimento que fiz e a vista do despacho espero serem mesmo respeitados os meus bens. Se acaso os papéis não estiverem na mão do primo Juca, então deverão haver públicas formas deles nos cartórios daquela cidade. Muito estimo façam bom negócio com os seus gados. Tuas irmãs te abração o mesmo faz Pedro. Adeus meu filho. Deus te felicite como te deseja, tua mãe extremosa. Anna Joaquina.[13]

Segundo consta, Manoel Luís Osório conseguiu juntar os papéis acima mencionados por sua mãe e encaminhá-los ao Ministério do Império. Através da carta, também foi possível notar que faltavam meios para sanar as dívidas. Alguns desses credores somente foram pagos ao final da guerra civil. A correspondência de D. Anna Joaquina e Manoel Luís foram reveladoras nesse sentido, pois, além de atestar essa dificuldade que a guerra ocasionou às finanças, deixou vestígios duma possível atuação do filho na negociação da dívida da família:

[9] Característica do investimento financeiro, que se traduz na capacidade de recuperar os créditos investidos, no século XIX, por meio do papel moeda.
[10] Aqui vale mencionar as recorrentes denúncias da circulação de moedas falsas na Província de São Pedro. Ver: THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864).* Dissertação de Mestrado - PPGHIST/UFRGS, Porto Alegre, 2007, p.169.
[11] Idem.
[12] Tenho dúvidas em relação a quem D. Anna queria se referir com "primo Juca".
[13] Carta de D. Anna Joaquina Luísa Osório a Francisco Luís Osório, em Caçapava, 8 de abril de 1839. IHGB – Série Núcleo Familial. Arquivo General Osório. DL226.009.

> Meu filho do coração.
> Caçapava 3 de fevereiro de 1846.
> [...] Eu não tenho expressões com que te digo o prazer que tive quando vi o Juca com felicidade na estância[...] ele me disse que ainda haviam esperanças de tirar muito gado, o que muito estimarei para hoje só o meu desejo é ver a nossa casa livre de dívidas[...] Meu filho, remeto-te uma carta do capitão Florêncio e juntamente a mesma resposta para que assim como tu nos tirastes de tão grande precipício com a dívida do Joaquim Gomes, vejas se dás algum remédio a esta; eu sei que o Florêncio está quase nas mesmas circunstâncias em que nós estamos, e por isso não poderá esperar muito tempo, e lembro-me, que talvez o França não nos aflija tanto, e que possa aplicar algum dinheiro que se apure do gado que vier para aquele pagamento em fim eu não posso fazer nada, e deixo tudo a tua disposição porque conheço daquilo que és capaz [...][14]

Na carta de D. Anna Joaquina não constava o valor da "dívida com Joaquim Gomes", ainda assim, afirmava estar em um "tão grande precipício" com aquele dividendo. Analisando uma carta anexa, porém, ficou registrado o valor de outra dívida, que tinha contraído com o mencionado Florêncio Antônio de Araújo, que girava em torno de 1:776#480 réis,[15] uma quantia que, pelas palavras de D. Anna, parecia ser menor que a anterior, mas que, naquela conjuntura, não era nada desprezível.

Tudo indica que a viúva tinha a pretensão de pagar o dividendo através "do gado da criação no Estado Oriental" (Uruguai). Se fosse, de fato, essa a forma de pagamento, era preciso dispor de algumas centenas de animais para arrecadar uma quantia semelhante. No primeiro capítulo, ao analisar o inventário família, foi possível notar milhares de bens semoventes na Fazenda do Arapehy. Mas aqui cabem alguns questionamentos. Se o credor anterior – Joaquim Gomes – tivesse uma dívida ainda maior a receber, quais seriam os termos estabelecidos por Osório para solucionar a questão? De que forma ele quitou os valores da dívida? Essas perguntas não são de simples resposta. Todavia, um detalhe da carta acima chamou atenção. Ao se referir ao filho Manoel Luís, D. Anna afirmava: "conheço daquilo que és capaz".[16]

Essa frase atualmente poderia ser lida apenas como uma maneira de uma mãe motivar o seu filho. Em contrapartida, na dinâmica daquela sociedade, poderia assumir diferentes significados. Aqui considero importante pensar na hipótese que D. Anna

[14] Carta D. Anna Joaquina Luísa Osório a Manoel Luís Osório, em Caçapava, 3 de fevereiro de 1846. IHGB – Série Núcleo Familial. Arquivo General Osório. DL226.011.
[15] Por outro documento, foi possível identificar que Florêncio Antônio de Araújo foi capitão de Milícias. Tudo indica que atuou junto ao pai de Osório. Requerimento do tenente-coronel de Milícias Manoel Luiz da Silva Borges, em Caçapava do Sul, em 07 de março de 1829. IHGB – Arquivo General Osório. Núcleo Familial. DL226.004.
[16] Carta D. Anna Joaquina Luísa Osório a Manoel Luís Osório, em Caçapava, 3 de fevereiro de 1846. IHGB – Série Núcleo Familial. Arquivo General Osório. DL226.011.

Joaquina sabia da capacidade de negociação de Manoel Luís Osório e dos vínculos sociais que tinha construído. Isso porque, a leitura da carta poderia dar a entender que Osório resolveria aquela situação de maneira enérgica, utilizando-se, por exemplo, de dispositivos como a violência, já que foi assim que agiu na fronteira, no início da década de 1830, em relação à comunidade indígena de Bella União.

Esse episódio, tratado no capítulo III, chegou a motivar sua prisão preventiva, por quase um ano. Entretanto, aqui nessa situação, o emprego da violência não parece ter sido cogitado, porque se tratavam de outros criadores, estancieiros ou ainda oficiais das forças militares. Sendo assim, pode ser que a sua mãe confiasse nas relações construídas por ele naquele contexto. Aquilo que foi definido como cabedal social,[17] que, no seu caso, foi resultado do acúmulo de relacionamentos forjados nos campos de batalha.[18]

Jonas Vargas encontrou evidências que, na segunda metade do século XIX, Manoel Luís Osório contraiu dívidas para recuperar a sua fazenda, que teriam sido abandonadas devido à sua dedicação às guerras. Para recuperá-las, pegou dinheiro emprestado com o charqueador – José Antônio Moreira – rico morador de Pelotas, que anos mais tarde, em 1873, foi reconhecido com o título de barão de Butuí, mas que talvez, nunca tenha recebido o retorno de seu investimento. Ao menos, isso não foi registrado em seu inventário.[19]

Todavia, as transações financeiras poderiam ocorrer, sem que deixassem pistas aos olhos dos pesquisadores. Nesse caso, é preciso dizer que a dívida não impediu que Osório estabelecesse laços pessoais. Inclusive, depois, na década de 1870, o charqueador Moreira e Manoel Luís Osório casaram seus filhos.[20] Episódio revelador da importância de se estar atento aos relacionamentos pessoais desse personagem, uma vez que eles podem expressar suas diversas dimensões: "A hierarquia social-militar não era medida

[17] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais...* Op. Cit.; p.119. O cabedal de relações sociais, dentro de um jogo de reciprocidades verticais e horizontais, mostrava se uma maneira importante de acumular recursos materiais.

[18] Importante constar que ao final da Revolta Farroupilha, como dito em outros momentos, havia conseguido algumas distinções por se manter "fiel a causa imperial".

[19] Inventário do barão e da baronesa de Butuí. Pelotas, n. 647, m.41, 1867/1877, 1º cart. Órfãos e provedoria, Pelotas (APERS). In: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).* Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p.211.

[20] VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.196-197. Não consegui confirmar de quem o autor estava tratando. Acredito ser o filho Francisco Luís Osório, porém, o nome de sua suposta esposa, que seria filha de do barão de Butuí, não foi possível confirmar.

apenas pela riqueza econômica, mas por um conjunto muito diverso de símbolos de distinção e prestígio. É claro que, era necessário ganhar e dispensar algum dinheiro, e, portanto, ter reservas ou crédito para tanto[...]".[21]

Em outras palavras, a atuação direta em uma guerra civil como aquela, poderia interferir nos negócios da família. Por outro lado, viver das guerras também possibilitava o estreitamento das relações sociais. No caso de Manoel Luís Osório, os relacionamentos sociais poderiam facilitar o seu acesso a privilégios e/ou a aportes financeiros decisivos para solucionar crises financeiras como a que parecia enfrentar.

Ainda na década de 1830, ao menos um relacionamento parece ser importante de ser destacado, embora seja pouco citado em outros estudos biográficos. O português e comerciante Vicente Manoel d'Espíndola, morador da cidade de Rio Grande, pode ter conhecido Manoel Luís Osório nas reuniões de Guardas Nacionais naquela vila, uma vez que ele era major dessas forças. Poderia tê-lo encontrado também quando desempenhara o cargo de juiz de paz, funcionário responsável pela coordenação do processo de qualificações de guardas.

Outras instituições e/ou sociedades em que circulavam poderiam ter proporcionado o encontro. Os dois fizeram parte, por exemplo, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, já que a primeira filial desse grupo, no Rio Grande do Sul, tinha sido criada na cidade de Rio Grande, em 1832. Manoel Luís Osório parece ter se filiado no tempo em que esteve na cidade de Rio Pardo, e Vicente Manoel d'Espíndola, na filial de Rio Grande. A Maçonaria, de forma semelhante, foi outro local que poderia ter definido o encontro entre os dois. De qualquer forma, é possível notar a circulação desses indivíduos em diferentes redes sociais.

Vicente M. d'Espíndola foi listado dentre os sócios de Manoel Luís Osório em sua propriedade no Estado Oriental do Uruguai. Seu nome apareceu nas listas de despesas produzidas pelo cunhado e administrador, João Jacinto Pereira.[22] O comerciante parecia explorar o mercado charqueador, firmando parceria com a criação de gado mantidas pela família Osório, ao norte do Uruguai. Além dessas atividades, era acionista em bancos como a Caixa Econômica, e associações ligadas ao comércio, como a Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense, e a Câmara de Comércio do Rio Grande. Essa

[21] MUGGE, Miqueias H. Senhores da Guerra. *Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PPGH, Rio de Janeiro, 2016, p.72.

[22] (IHGB) – Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. *Relação de Contas passadas por João Jacinto Pereira a D. Anna Joaquina Osório, Fazenda em Arapeí, 1841-1842*. Notação final: DL225.002.

circulação certamente oportunizou contratos importantes ao comerciante, tais como as "apólices da dívida pública do Império".[23]

Mas um caso em especial, que reuniu os dois sócios, e o fornecimento de alimentos às forças do Exército legalista durante a guerra civil, parece ilustrar como os indivíduos e suas redes poderiam atuar naquele contexto. Ou melhor, como Manoel Luís Osório, um oficial das forças militares do Império, poderia ter encontrado brechas para estruturar a ação de suas redes pessoais em atividades do mundo da guerra.

Nesse episódio, ocorrido em 15 de outubro de 1839, Vicente M. d'Espíndola assumiu o papel de procurador de Manoel Luís Osório, tornando-se um representante legal de seus investimentos. Os dois firmaram, em Rio Grande, "um contrato de fornecimento de carne verde para as forças acampadas nos potreiros de José Jerônimo e Ponta do Torotama", localidade conhecida por abrigar grandes tropas de gado. Conforme explicou o seu procurador, "na 3ª condição do mesmo contrato", ficou prevista a "exclusão dos couros, sebo, chifres e cabelos".[24]

No entanto, "na ocasião do talhe [corte] da carne para o dito fornecimento", ocorria também a necessidade da distribuição do "sebo das reses, que se carneiam pelos soldados dos corpos". Segundo o relato, após o abate dos animais, os soldados "requisitaram os sebos para fazer de luzes nos quartéis". E, ao mesmo tempo, a iluminação do regimento estava entre "os interesses do suplicante", isto é, do capitão Manoel Luís Osório. Por essa razão, através de seu procurador, requeria então a destinação dessa matéria-prima aos corpos do regimento.

É importante notar que os dois sócios, o capitão Osório e o comerciante Vicente Manoel d'Espíndola, poderiam ter obtido alguma vantagem nessa situação. Em 1839, os dois eram sócios em atividades derivadas da criação de animais.[25] O fornecimento poderia render algumas fatias do orçamento público à empresa de Espíndola e de Osório. Assim, é fundamental reconhecer que servir às forças legalistas possibilitou a Osório o acesso a relações de poder na sociedade rio-grandense. As contrapartidas dessa sociedade poderiam ser muito vantajosas para ambos. Contrair um contrato com o Império, poderia alavancar financeiramente a empresa, assim como, sanar as dívidas da família.

[23] Informação obtida em: KLAFKE, Álvaro Antônio. *O Império na província*... Op. Cit; 2006, p.33.
[24] CV – 6999. Ofício do procurador Vicente Manoel d'Espíndola ao general em chefe Jorge Rodrigues, em Rio Grande, em 15 de outubro de 1839. AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.211-212.
[25] Idem.

Não foi possível precisar os valores da dívida da família. Ainda assim, buscando levantar algum dinheiro, Manoel Luís Osório reclamava às autoridades superiores uma série de benefícios que dizia não ter recebido. Nesse período, enviou diversos requerimentos ao governo, em busca de gratificações às quais afirmava ter direito. Tudo isso aumentava a sua insatisfação em relação ao governo central.[26]

Em dezembro de 1841, um de seus requerimentos chegou às mãos do general em chefe do Exército, conde de Rio Pardo:[27]

> Ilm.º e Ex. º Sr. General em chefe.
>
> Diz Manoel Luís Osório, major de Legião do Município desta Capital, que ele Suplicante nomeado para este emprego no 1º de maio de 1837, até o presente achando-se em ativo serviço de destacamento em campanha, tendo comandado corpo desde àquela época até novembro do mesmo ano, e daí até esta data exercido as funções inerentes aquela nomeação; sucede que o Suplicante nunca foi pago das forragens e cavalgaduras de pessoa que lhe competem, por isso que só tem recebido duas quando lhe deveria abonar três, visto que a Tabela em vigor marca aos majores de Cavalaria que comandam corpos aquele número de cavalgaduras, e o mesmo número aos que exercerem o emprego de majores de Brigada, isto é, que estes tenham as cavalgaduras de sua graduação comandando corpos; a lei que regulou os soldos e mais vencimentos do comandante superior, coronéis e majores de Legião, mandou considerar a estes como majores de Brigada, e o Decreto de 1º de outubro deste ano, reduzindo ao soldo da patente que tiverem no Exército os Oficiais que maiores postos exercerem na Guarda Nacional manda ainda que se lhes abone a gratificação, e etapa e forragens do exercício; portanto, o Suplicante julgando-se lesado em seus vencimentos e não sendo tão favoráveis suas circunstâncias, por isso que tem a sustentar sua mãe viúva, esposa e irmãos órfãos a seu cargo. Pede a V. Ex. ª a graça de mandar-lhe pagar o que se lhe dever de mais uma cavalgadura que deve ter e que tem deixado de lhe ser abonada desde o 1º de maio de 1837 até o fim de novembro do corrente ano.
>
> Espera Receber Mercê.
>
> Porto Alegre, 24 de dezembro de 1841.[28]

Nota-se que Manoel Luís Osório declarou os motivos que o fizeram reclamar por suas gratificações. Afirmava não ter sido "pago das forragens e cavalgaduras de pessoa" durante o tempo em que atuou como major comandante do Esquadrão da Guarda

[26] Requerimento de Manoel Luís Osório. IHGB. Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. DL224.030.

[27] Tiveram outros condes de Rio Pardo. Esse se chamava Tomaz Joaquim Pereira Valente – barão e conde do Rio Pardo. Nasceu em 1790, na cidade do Porto, em Portugal, filho de Domingos Joaquim Pereira Valente e Antônia Pereira Valente. Em fevereiro de 1807, assentou praça de cadete no Regimento de Infantaria daquela cidade. Quando chegou no Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1818, era já sargento-mor, obtendo no mês seguinte a patente de tenente-coronel do 3º Batalhão de Caçadores. Em 21 foi nomeado para o Governo da Capitania de Santa Catarina, iniciando sua trajetória administrativa, sendo depois ministro da Guerra, governador de Armas da Corte, entre outros. No comando em chefe das operações no Rio Grande do Sul foi nomeado em 24 de março de 1841 e demitido em 21 de maio de 1842. Ver: Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50546 Acesso em 23 de agosto de 2023.

[28] CV – 7001. Ofício de Manoel Luís Osório ao general em chefe. AAHRS. V. 15. Porto Alegre, 2006, p.212-213.

Nacional, em Porto Alegre. Vencimentos que, ao que parece, deveria ter recebido desde 1º de maio de 1837 até o mês de novembro de 1841. Ao final do ofício, chegou a mencionar a necessidade de suprir a subsistência de sua família. Esse tipo de requerimento, à época, era algo rotineiro, mas o interessante é como todo esse processo foi conduzido. No mês de março de 1842, o oficial solicitou um certificado para comprovar o direito a cavalgadura que mencionou no requerimento. Precisava desses certificados para comprovar a veracidade de suas súplicas, o que acabava deixando nítido que, até aquele momento, não havia sido contemplado com aquilo que pedia.

Anexo ao ofício, chegou a obter um parecer positivo do tenente-coronel Antônio d'Azambuja Cidade,[29] encarregado do Caixa Militar, que reconheceu os termos do que requeria Manoel Luís Osório.[30] Seus documentos seguiram para serem apreciados pelo governo da província e, depois, pelo ministro da Guerra, porém, o requerimento parece ter sido interpretado de outra forma por essas autoridades.

O presidente da província, à época Saturnino de Souza Coutinho e Oliveira – que foi nomeado depois da saída de Elzeário de Miranda e Brito –, discordando do parecer oferecido pelo tenente-coronel Antônio d'Azambuja Cidade, encaminhou o requerimento ao governo central, mas não sem antes oferecer o seguinte parecer:

> [...] A razão de minha dúvida consiste em que eu não posso considerar um major de legião de Guarda Nacionais no caso daqueles oficiais superiores dos Corpos de Cavalaria que devem perceber mais uma cavalgadura, seguindo-a observação nova da pública de vinte e oito de março de 1825, e parece-me que o suplicante assim o tem entendido não tendo reclamado as três cavalgaduras desde mais de mil oitocentos e trinta e sete, até o presente; parece-me mais que em vez de o suplicante ter sido prejudicado nos seus vencimentos, tem recebido mais do que lhe competia, não só por se lhe ter conservado a comissão de major de legião, depois de promovido de capitão de uma companhia do 2º Regimento de Cavalaria de 1ª linha, como porque desde três de maio, até o último de dezembro de mil oitocentos e trinta e sete, em que esteve empregado no comando de um piquete que havia nesta cidade, e a que se chamava Piquete do Presidente; recebeu o soldo, e gratificações de major comandante de corpo, quando o tal piquete não era nem um Esquadrão. Entretanto talvez eu esteja em erro, e Sua Majestade O Imperador resolverá o que achar mais justo. Deus guarde a V. Ex. ª Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, 12 de janeiro de 1842. Ilmo. Exmo. Sr. José Clemente Pereira, ministro e secretário dos Negócios de Estado e da Guerra. Ass. Saturnino de Souza e Oliveira (presidente da província).[31]

[29] Ao que parece, Antônio d'Azambuja Cidade era natural da Freguesia de Santo Amaro, filho do capitão Francisco José Cidade e de D. Helena Maria d'Azambuja. Trabalhou na Contadoria da Fazenda Provincial. Depois desempenhou o cargo de gerente e tesoureiro do Banco da Província. AZAMBUJA, Graciano Alves de. *História resumida do Banco da Província.* E-book, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Porto Alegre, 2017, p.10.

[30] Anexo ao requerimento de Manoel Luís Osório, em 4 de março de 1842, em Porto Alegre. IHGB. Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. DL224.030.

[31] Idem.

O documento confirmava o indício de que Manoel Luís Osório manteve os dois postos, o de major de Legião da Guarda Nacional e o de capitão do 2º Regimento de Cavalaria, na tropa de linha, inclusive recebendo pelos dois. Segundo Vargas: "nesse contexto fronteiriço, era muito comum ocorrer uma sobreposição de funções do Exército e da Guarda Nacional".[32] Todavia, pelo parecer do presidente Saturnino de Souza, o capitão Manoel Luís Osório não teria direito a receber as gratificações que pedia no requerimento, assim como estava recebendo "mais do que lhe competia".

O presidente ainda questionou a estrutura de seu regimento em Porto Alegre, segundo o qual, não correspondia nem mesmo a um "Esquadrão", mas, sim, a um "Piquete de Cavalaria". A despeito dessas caracterizações, que poderiam fazer parte de uma estratégia retórica para a desqualificação de suas súplicas, é possível comprovar que o requerimento foi indeferido. Além dos pareceres contrários, existe um ofício de José Clemente Pereira ao presidente Saturnino Coutinho, de 22 de março de 1842: "indeferindo a reclamação do capitão de primeira linha Manoel Luís Osório".[33]

Esse episódio gerou publicações na imprensa e também discussão entre deputados da Assembleia Legislativa. Começando pela repercussão na imprensa, foi possível identificar a transcrição do ofício mencionado acima, isto é, o ofício do ministro e secretário dos Negócios de Estado e da Guerra Clemente Pereira, enviado em resposta ao presidente Saturnino de Souza e Oliveira.

> Ilm.º Ex.º Sr. – Em resposta ao ofício de V. Ex.ª, n.º 10, de 12 de janeiro, consultando a dúvida que se lhe oferece sobre a reclamação do capitão do 2º corpo de cavalaria da primeira linha, e major de legião da guarda nacional Manoel Luís Osório, que pretende se lhe abone um cavalgadura[...] por se ter proibido, por decreto n.º 78, de 26 de julho de 1841, que se abonem vencimentos atrasados quando forem requeridos por comissões findas a quem os não houver reclamado durante o tempo do exercício porque se pretendem, salve se indevidamente lhes foram negados; acrescendo ser manifesto que ao suplicante nenhum direito assiste à forragem exigida, e que, pelo contrário, se lhe tem abonado uma de mais; por quanto, competindo aos majores de brigada as cavalgaduras correspondentes à sua patente, comandando corpos, na conformidade da tabela de 28 de março de 1825, artigo 6º[...] pela caixa militar dessa província, se tem observado, na pagadoria das tropas desta Corte, que a sobredita tabela não há sido aí bem entendida, V. Ex.ª remeterá a esta secretaria de estado, com a maior brevidade possível, uma relação nominal dos

[32] VARGAS, Jonas M. "Nos caminhos de São Gregório": As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). *Almanack, [S.L.],* n.27, 2021, p.11.

[33] BN – *Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821-1858.* Anno XXI, N.º 73, terça-feira, 05 de abril de 1842. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Osorio&pagfis=25093 Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

> vencimentos de todos os oficiais e empregados militares abonados pela referida caixa militar, a fim de se poder examinar se os mesmos vencimentos são todos regulares[...]. Deus Guarde a V. Ex.ª Palácio do Rio de Janeiro, em 22 de março de 1842.[34]

No documento, além de se dizer desfavorável à causa requerida por Manoel Luís Osório, o ministro da Guerra ainda incluiu algumas razões extras, pautadas na legislatura em vigor. E, ao final, questionava o próprio entendimento de que se teve na província a respeito das leis que definiam o pagamento dos "vencimentos de todos os oficiais e de empregados militares". A situação, em outras palavras, poderia gerar mais uma crise de confiança entre as autoridades do centro político da Corte e da província, uma vez que poderiam existir outras irregularidades no pagamento de vencimentos a oficiais. Em outros termos, o ministro estava apontando para a sobreposição de vencimentos no caso de Manoel Luís Osório, mas também à possibilidade de algo parecido ocorrer em relação a outros oficiais.

Isso poderia explicar a repercussão que teve essa matéria, já que o debate foi levado à Assembleia Geral, ainda durante o ano de 1839. Através dessa questão específica, foi possível notar, por exemplo, que Manoel Luís Osório possuía um canal de comunicação com lideranças importantes da Câmara de Deputados. Estou me referindo, por exemplo, de Antônio Paulino Limpo de Abreu, político que, à época, estava na oposição, defendendo oficiais ligados à facção liberal. Ele ocupou diversos cargos na estrutura do Estado imperial brasileiro e, alguns anos depois, em 1854, foi agraciado com o título de visconde de Abaeté, sendo presidente do Senado por 12 anos consecutivos e integrante do Conselho de Estado.[35]

Em 1839, Antônio Paulino Limpo de Abreu era um dos representantes liberais na Câmara de Deputados. Em 1840, quando formado o primeiro Gabinete do 2º Império, com predominância dos liberais, foi nomeado para o Ministério da Justiça, mesma pasta ministerial tinha sido por ele comandada em 1836. Em 1842, após a dissolução do Gabinete que participara, envolveu-se na Revolta Liberal de Minas Gerais. Foi preso, deportado para Portugal, retornando somente no ano seguinte.

---

[34] Idem.

[35] Limpo de Abreu nasceu em Lisboa, em 22 de setembro de 1798, filho do tenente-coronel Manoel do Espírito Santo Limpo e de Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, ao retornar para o Brasil teve papel de destaque em diversas legislaturas por Minas Gerais. É possível dizer que tenha se identificado entre os liberais moderados, que lutavam pela preservação da monarquia constitucional. Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50515 Acesso em: 23 de agosto de 2023.

Em 4 de julho de 1839, em discurso na Assembleia Geral, o então deputado protestou contra a falta de atenção aos serviços prestados, segundo ele, pelos "melhores oficiais, e os mais próprios para fazer a guerra, como o coronel Medeiros, Silva Torres, e outros, e o major Osório de extrema habilidade, que têm feito serviços relevantes [...]".[36]. Ao que parece, o deputado mantinha correspondência com aqueles que identificou como "os principais chefes da legalidade" no Rio Grande do Sul, entre os quais, citava "o major Osório, e outros varões tão distintos[...]".[37]

Não foi identificado, no acervo de Manoel Luís Osório, essas correspondências,[38] portanto, poderia ser apenas uma estratégia retórica de Limpo de Abreu. O que se pode afirmar é que na segunda parte do oitocentos, Limpo de Abreu atuou nas pastas dos Negócios Estrangeiros em 1853, e também como ministro da Marinha em 1858, participando diretamente da discussão política sobre fronteiras, com a qual Osório também esteve envolvido.[39]

De todo modo, as clivagens internas entre os "defensores da legalidade", somada à dificuldade financeira que a sua família atravessava, fizeram-no repensar sua carreira nas armas. Mesmo que já possuísse canais que o poderiam conectar ao mundo político da Corte, buscava outras formas de solucionar os seus problemas financeiros e a falta de reconhecimento que o governo imperial parecia ter com relação aos seus serviços.

6.2. Para "procurar remediar os males de sua família"

Em 1839, portanto, no auge das dívidas de sua família, e cheio de controvérsias em relação à política militar do Império, Manoel Luís Osório decidiu requerer sua reforma das forças militares:

> [...] A vista dessas circunstâncias, o Suplicante [Manoel Luís Osório], como bom filho, nem pode ver sem procurar remediar os males de sua família, e nem deles curar ocupando um posto na 1ª linha, que necessariamente o priva de trabalhar para alimentar as duas famílias a seu cargo sendo o fruto de seu trabalho o recurso único com que poderá alimentar sua família[...] cuja graça

[36] Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ) – 1826-1888. Sessão em 4 de julho de 1839, p.71. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=osorio&pagfis=11743 Acesso em: 23 de março de 2024.

[37] Enquanto ministro da Justiça, Limpo de Abreu afirmava isso em Sessão do Senado no dia 04 de agosto de 1840: "Eis aqui, Srs., com quem entretenho correspondências[...]". Anais do Senado do Império do Brasil – 1840 – Tomo V. Sessão de 04 de agosto de 1840, p.46.

[38] Não localizei o acervo do visconde de Abaeté. Uma pesquisa em suas correspondências, talvez em um trabalho futuro, ou mesmo para um leitor interessado, poderia render bons frutos.

[39] Um exemplo desse tipo de comunicação, na segunda metade do século XIX, ver: IHGB. Correspondência do visconde de Abaeté – ministro da Marinha – ao brigadeiro Manoel Luís Osório, no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1859. IHGB. Arquivo General Osório. Correspondência Oficial. DL255.015.

> o Suplicante espera alcançar em prêmio de seus serviços prestados à Pátria no espaço de 16 anos, contando n'estes, 9 anos e meses de campanha.[40]

Conforme o documento, a prestação de serviço militar o afastava da possibilidade de trabalhar para sustentar as duas famílias pelas quais, àquela altura, dizia ser responsável. É importante observar, porém, que a fazenda, no Estado Oriental, já era administrada por seu irmão Francisco Luís Osório. No início de 1838, inclusive, foi possível encontrá-lo como procurador de Manoel Luís enquanto estivesse no serviço das armas.[41]

Então, o que pretendia com sua reforma das forças militares? Certamente estava cansado da rotina após 16 anos de serviço, parte deles vividos em conflitos. Entretanto, por tudo o que foi descrito ao longo deste capítulo, não é absurdo pensar que o capitão Osório se sentia preterido em relação a outros oficiais. Dando sequência ao pedido, recolheu o depoimento de oficiais que o comandaram nas forças imperiais. Esses "atestados de conduta civil e militar" foram passados como forma de comprovar os anos em que esteve a serviço do Império. Isso porque, segundo o próprio documento de Manoel Luís Osório, desde que o 5º Regimento de Cavalaria foi dissolvido,[42] o arquivo com os comprovantes dos serviços de praças e oficiais haviam sido extraviados.

Recorrendo aos comandantes, obteve os pareceres sobre a sua atuação. No Quadro 12, a seguir, foram expostos parte dos pareceres de cada oficial superior.[43] Os pareceres foram passados por oficiais de tropas do Exército e por comandantes de corpos da Guarda Nacional. Esses documentos, recolhidos entre 27 de dezembro 1838 e 20 de dezembro de 1839, em sua maioria, carregavam elogios aos serviços prestados por Manoel Luís Osório.

[40] Requerimento de Manoel Luís Osório ao ministro e secretário dos Negócios da Guerra, em 23 de abril de 1839, em Rio Grande. AHEX – Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1.
[41] IHGB. Arquivo General Osório. Série Documentos Pessoais. Documento que nomeia Francisco Luís Osório (seu irmão mais velho) como bastante procurador de Manoel Luís Osório no Estado oriental. Em 2 de janeiro de 1838, em Rio Grande de São Pedro. Notação final: DL224.035.
[42] A fé-de-ofício era atualizada conforme os serviços prestados pelos oficiais e praças, que geralmente eram acompanhados de atestados dos comandantes dos batalhões, regimentos e/ou esquadrões em que atuou.
[43] Conforme a explicação de Manoel Luís Osório, não foi possível "apresentar a respectiva fé-de-ofício", pois desde que o 5º Regimento de Cavalaria – o Regimento de Dragões de Rio Pardo – foi dissolvido, o arquivo com os comprovantes dos serviços de praças e oficiais havia sido extraviado. Por isso, segundo justificava Osório: recorreu aos comandantes para não deixar de apresentar comprovantes de sua atuação militar.

Quadro 12 – Parecer de Oficiais comandantes sobre a conduta militar e civil de Manoel Luís Osório

Nome do Oficial	**Patente**	**Data/ Local**	**Parecer dos Serviços**[44]
João da Silva Tavares.	Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional.	23 de abril de 1839. Acampamento de Canudos.	"[...] Tem sido efetivo no serviço... pelo seu valor e boa conduta militar e civil é respeitado e amado de todos os seus superiores e de seus subordinados".
Antônio de Medeiros Costa.	Coronel Comandante da 2ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional.	27 de dezembro de 1838. Acampamento de Canudos.	"[...] Sua atividade, gênio militar e interesse pelo serviço merecem sempre minha aprovação e a de todos os seus companheiros de armas".
João Nepomuceno da Silva.	Tenente-coronel Comandante do 1º Batalhão de Caçadores.	4 de janeiro, 1839, Acampamento de Canudos.	"[...] Tem prestado mui bons serviços à causa legal, sua conduta civil, militar e política é exemplar".
Manoel dos Santos Loureiro.	Coronel de Legião Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria	18 de janeiro de 1839. Quartel na Roça Velha.	"[...] Sua conduta civil e política é exemplar, enquanto a militar nenhum outro na Província a poderá exceder em bravura e prática da guerra".
José dos Santos Loureiro.[45]	Tenente-coronel do 4º Corpo de Cavalaria.	20 de janeiro de 1839. Quartel na Roça Velha.	"[...] Sua conduta civil e política é exemplar, enquanto a militar nenhum outro na Província a poderá exceder em bravura e prática da guerra".
Henrique Marques de Oliveira Lisboa.	Coronel do 2º Corpo de Artilharia.	24 de janeiro de 1839. Acampamento das Palmas.	"[...] Oficial de aptidão, préstimo, de inteligência e bem capaz de se lhe confiar o comando de um corpo de cavalaria; tem valentia e coragem".
João Frederico Caldwell.	Tenente-coronel de Cavalaria de linha.	20 de dezembro de 1839. Acampamento de Canudos.	"[...] É importantíssimo em combate. É militar perito de campanha como de fileira, por isso o considero como um muito benemérito oficial... de ilibada conduta civil e militar".

Fonte: Documentos anexos ao Requerimento de Manoel Luís Osório ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, em 23 de abril de 1839, em Rio Grande. AHEX – Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1.

No entanto, encontrei um atestado, escrito pelo marechal Antônio Elzeário de Miranda e Brito, naquele momento ainda presidente e comandante de Armas da província, que contrariava o perfil traçado pelos pareceres acima indicados. Como mostrei no

[44] Aqui se deu ênfase a forma como os comandantes "qualificavam" a conduta de Manoel Luís Osório. Os atestados também descreviam as ações que Osório atuou sob o comando de cada um desses oficiais-superiores.

[45] É possível notar que José dos Santos Loureiro emitiu o mesmo parecer que o antecessor, coronel Manoel dos Santos Loureiro. Os dois eram irmãos, nascidos em Santo Antônio da Patrulha, filhos de Joaquim dos Santos Loureiro e Maria Eufrásia Lopes. Arquivo Nacional. *Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Vol. 31, 1935, p.541.

capítulo V, a relação entre os dois, desde o início da gestão de Elzeário, mostrou-se conflituosa. Em seu parecer, condenou a conduta militar e civil de Manoel Luís Osório. O documento já foi citado anteriormente, mas aqui o exponho na íntegra:

> Illm.º e Exm.º Sr.
> O Capitão de Cavalaria da 1ª linha, Manoel Luís Osório, no incluso requerimento, alega suas circunstâncias de família, e pede ser excluído do quadro efetivo do Exército, [dando-lhe] reforma na conformidade da Lei Novíssima. Cumpre-me, portanto, declarar a V. Ex.ª que com quanto o suplicante seja valente, e sofrível, ou mesmo idôneo oficial de fileiras, seu comportamento é irregular. Ele foi dos primeiros que entrou na sedição de 20 de setembro; e até o principal conspirador da tropa, que então se sublevou contra o Marechal Comandante das Armas Sebastião Barreto [em 1835]. É vós pública que em 1837, quando ocorreu a traição de Bento Manoel, o recorrente esteve em Caçapava em relação com os rebeldes; e de aí se retirou com um pequeno piquete de cavalaria, que comandava, sem para isso se entender com o coronel João Crisóstomo da Silva, como ajustado tinham; e do que resultou este ter que depor as armas, por falta de guias que dirigissem o 1º Batalhão de Caçadores. Finalmente este oficial é de gênio muito intrigante; e tanto que todas as inteligências que há na força estacionada em São Gonçalo, se atribuem ao seu inquieto humor; como V. Ex.ª mesmo presenciou; nestes termos parece-me que bom seria, não só conceder-lhe a reforma, que implora; mas até [determinar-se] um lugar, para residir fora desta Província, enquanto não terminar a guerra civil, que a tem afetado. Deus Guarde a V. Ex.ª. Rio Grande 06 de maio de 1839, Ilm.º Exmo. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. [As.] Antônio Elzeário de Miranda e Brito.[46]

Mesmo com esse parecer, em nome do Palácio do Governo do Rio Grande do Sul, a situação do capitão Osório permaneceu em estado de espera. Pouco tempo depois, soube que o seu requerimento, pedindo reforma das forças militares foi indeferido. Não conseguiu se afastar do serviço ativo, porém, também não foi mandado para outra província. Isso porque, o novo comandante em chefe do Exército, o general Jorge Rodrigues, nomeado junto ao presidente Saturnino de Souza Oliveira Coutinho – o quarto desde o início da revolta –, considerou necessários os seus serviços à causa da legalidade.

Uma outra hipótese possível para esse pedido de reforma é que ele possa ter sido um blefe de Manoel Luís Osório, pois, com isso, poderia chamar a atenção para si e para as suas realizações no sul. Em uma região melindrosa, naquele momento, não era nada aconselhável ao governo imperial deixar um oficial, com o seu histórico, insatisfeito. O

---

[46] AHEX – *Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Coleção Manoel Luís Osório. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.
Acredito que a Lei Novíssima a qual se referiu, consistia em direito de reforma em caso de oficial casado, com mãe viúva e irmãos "órfãos" de pai. Ver: Coleção de Leis do Império. Lei de 18 de agosto de 1831, Capítulo II – Designação das Guardas Nacionais para formação de corpos destacados; Art. 121. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

seu posicionamento poderia ser ameaçador. Imagina se, ao invés de se juntar à sua família, ele volta para os rebeldes?

Contudo, apesar das "privações" que reclamava ter enquanto oficial do Exército, o capitão Osório permaneceu engajado na luta contra os rebeldes farroupilhas,[47] que, além de integrar as forças militares, o permitiu estabilizar a crise financeira de sua família. É importante também refletir a respeito da extensão dessa crise. As súplicas foram sempre muito comuns entre viúvas de militares para conseguir benefícios do governo. Ainda assim, Manoel Luís Osório também havia requerido junto ao governo imperial o pagamento de gratificações.

De todo modo, vale salientar que a sua capacidade de circular entre diferentes espaços de sociabilidade, de estabelecer conexão em diferentes localidades do Rio Grande do Sul e de participar das redes políticas foram fatores marcantes de sua ascensão política na segunda metade do século XIX. Isso começou a ficar mais evidente já no final da guerra civil. Nessa conjuntura, através de relacionamentos por ele mantidos, por exemplo, em nível local com o comerciante Vicente Manoel d'Espíndola, e em nível nacional com Limpo de Abreu, o futuro visconde de Abaeté,[48] é possível perceber a sua aproximação política com o grupo que trabalhou pela declaração da maioridade do Imperador, em 23 de julho de 1840, episódio conhecido como *Golpe da Maioridade.*

O grupo que esteve por trás dessa articulação, formado por liberais e, no início de 1840, pelo grupo dos áulicos,[49] buscou interromper o avanço do projeto conservador na Corte e nas províncias, em curso desde que Araújo Lima havia assumido a Regência em 1837. O Clube da Maioridade, fundado em 15 de abril de 1840, do qual fizeram parte indivíduos de renome na sociedade imperial, senadores, deputados, ministros e pela elite palaciana, próximos ao futuro imperador d. Pedro II, como Limpo de Abreu, Hollanda Cavalcanti, Teófilo Ottoni, irmãos Saturnino Oliveira Coutinho e Aureliano Oliveira Coutinho, os irmãos Andradas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, entre outros.[50] Ainda com 14 anos, quando consultado

[47] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.
[48] Limpo de Abreu fez parte do primeiro conselho da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* e era uma das lideranças entre os liberais moderados na Corte.
[49]Ao que parece, a expressão surgiu na Inglaterra, na Corte do Rei James II, e depois o termo difundiu-se entre o vocabulário político oitocentista. Eram chamados de áulicos, o grupo de palacianos, portanto, próximos ao Imperador. A expressão tinha um viés pejorativo, uma forma de se referir a um "súdito singular que vive sob proteção e o patrocínio do monarca". Para uma análise desse grupo, ver: BENTIVOGLIO, J. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastires da Corte de D. Pedro II. *Revista Esboços,* UFSC, v.17, n.º 23, 2010, p.187-221.
[50] Irmãos de José Bonifácio de Andrada e Silva, o mais famoso entre os três irmãos, "Patriarca da Independência, que morreu em 1838.

sobre a possibilidade de antecipar a sua subida ao trono, tudo indica que, d. Pedro II teria aceito sem grandes ponderações.[51]

Poucos dias após a maioridade de Pedro II, em 27 de julho, foi nomeado outro presidente para o Rio Grande do Sul, em substituição a Saturnino de Souza Oliveira Coutinho, que seguiu para a Corte, empregado na Alfândega. Em seu lugar, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul o oficial militar Francisco José de Souza Soares de Andréa, futuro barão de Caçapava em 1855.[52] Nascido em Lisboa, em janeiro de 1781, antes de ser nomeado para a presidir o Rio Grande do Sul, Andréa tinha sido presidente do Pará por três anos, entre 1836-1839, onde enfrentou a Cabanagem. Vale mencionar que a sua atuação no norte do país foi considerada, até pelos mais conservadores da época, um massacre. Também comandou a província de Santa Catarina, de agosto de 1839 até junho de 1840.[53]

Nomeado para o governo provincial e para o comando das Armas, o marechal Soares Andréa procurou reprimir os rebeldes da província. Antes disso, porém, até estabeleceu algum diálogo com o líder rebelde Bento Gonçalves da Silva. A sua ideia era colocar em prática a política de anistias, uma forma de chegar a uma "paz" pactuada. A tentativa de conciliação tinha como incentivo a figura do Imperador e o início de seu reinado. Assim, em carta ao líder rebelde, Soares Andréa afirmou estar persuadido a empregar "toda a influência e popularidade [do rei] para a concórdia e fraternidade". Porém, alertando o líder farroupilha, caso se mantivesse a "guerra fraticida", dizia não querer ser acusado como "responsável pelo sangue que ainda se derramar".[54]

Ao então ministro dos Negócios do Império, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, o presidente Soares Andréa afirmou ter conseguido, através dessa política e por meio de um indulto, que Bento Manoel Ribeiro abandonasse as forças rebeldes, refugiando-se no Uruguai.[55] Embora não tenha conseguido imprimir de forma ampla essa conciliação, eximia-se de qualquer responsabilidade pela manutenção do conflito. Além

[51] Idem.
[52] Francisco Soares Andréa nasceu em 29 de janeiro de 1781, em Lisboa, filho de José Joaquim Soares Andréa e Izabel Narcisa de Santana. Assentou praça aos 15 anos de idade como cadete de infantaria. ao chegar no Brasil, junto a comitiva do príncipe regente D. João.
[53] Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/xmlui/handle/123456789/50537 Acesso em: 21 de abril de 2024.
[54] BN – Carta de Francisco de Souza Soares Andréa a Bento Gonçalves da Silva, em Porto Alegre, em 25 de agosto de 1840. *Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho*, 07,2,002, p.224.
[55] BN – Carta de Francisco de Souza Soares Andréa ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, em Porto Alegre, em 13 de outubro de 1840. Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho, 07,2,002, p.226-231.

disso, o afastamento de Bento Manoel era algo a ser comemorado,[56] e essa possivelmente uma de suas principais conquistas. Sua passagem pela presidência do Rio Grande do Sul foi curta, em novembro de 1840, pouco mais de quatro meses depois de assumir o cargo, foi dele destituído.[57]

O período no qual Andréa esteve à frente da província ficou marcado por grande deserção de soldados das forças imperiais. Entre os rebeldes circulavam notícias que, ao menos cerca de "115 soldados de 1ª linha [do Exército imperial], desertaram entranhando-se no mato".[58] Não é possível afirmar que esse tenha sido o fator principal para a sua demissão, mas, ao se referir à presidência de Andréa, o historiador Walter Spalding afirmou: "está cheia de atos cômicos, registrados pela história uns, e outros pela tradição".[59]

Nos dois anos seguintes, foram nomeados outros dois presidentes para a província cujas prerrogativas eram diferentes daquelas apresentadas por Soares Andréa, isto é, os presidentes assumiam a governo da província, mas não o comando das Armas. Os dois, no entanto, também não encontraram êxito na contenção da guerra civil, foram eles: Francisco Alves Machado (de novembro de 1840 a abril de 1841) e novamente Saturnino de Souza Oliveira Coutinho (de abril de 1841 a novembro de 1842).

Francisco Alves Machado, então deputado pela província de São Paulo, quando nomeado para a presidência do Rio Grande do Sul, chegou com o propósito de negociar a paz com os rebeldes farroupilhas. Enquanto isso, incumbido pelo ministro da Justiça de elaborar uma lista de oficiais da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, que mereceriam alguma recompensa – prêmio, pensão, condecoração e honrarias –, incluiu nela o nome de Manoel Luís Osório. Nessa lista, também estiveram outros importantes oficiais da Guarda Nacional, como os coronéis Silva Tavares e Medeiros, que, pelos serviços prestados como oficiais, seriam "dignos até de comandar um exército".[60]

---

[56] BN – Carta de Francisco de Souza Soares Andréa ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, em Porto Alegre, em 27 de setembro de 1840. Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho, 07,2,002, p.218.
[57] SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.291.
[58] CV – 8043. Carta de Luís Rosseti ao ministro e secretário de Estado da República Rio-Grandense, em 11 de outubro de 1839, em Laguna- SC. In: AAHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha*. V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.269.
[59] Ordem do dia 1º de agosto de 1840, Q.G. em Porto Alegre, 19 de outubro de 1840. In: SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.291.
[60] Relação dos Oficiais da Guarda Nacional merecedores de prêmios e distinções, elaborada por Francisco Álvares Machado (presidente da província). Rio Grande, 07 de abril de 1841. IHGB – Arquivo General Osório. Série Ministério da Guerra-Exército. Notação: DL244.008.

Em relação a Manoel Luís Osório, a lista do presidente Álvares Machado assinalava o seguinte: "Merece ser major da 1ª linha e a condecoração do Cruzeiro. É oficial muito bravo, muito leal e subordinado, dá muitas esperanças e tem instrução".[61]. A promoção de Manoel Luís Osório para major das forças de regulares ocorreu no ano seguinte, em 27 de maio de 1842, mas com "antiguidade de 18 de julho de 1841". O mesmo parece ter ocorrido em relação à sua condecoração de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, citada logo no início deste capítulo, que consta ter recebido em 13 de julho de 1842.[62]

Contudo, para o periódico *O Maiorista*[63], seus serviços deveriam ser melhor recompensados pelo governo imperial. O peso dessa condecoração, o "hábito do Cruzeiro", segundo a crítica da imprensa ao governo, não condizia com o seu histórico de prestação de serviços. Sendo assim, seria "menos uma recompensa do que uma desapropriação dos seus relevantes serviços". E, por fim, protestavam: "Um hábito do Cruzeiro ao Sr. Major Osório!".[64]

Em outra perspectiva, é possível que, apesar de toda a imprecisão das informações, as recomendações de Álvares Machado não tenham sido totalmente ignoradas. Sobre essa questão, ao final do documento que apresentou ao governo imperial, o próprio presidente Álvares Machado reconheceu que as suas informações a respeito dos oficiais da província não estavam atualizadas. Segundo ele:

> Não podendo eu obter as precisas tradições dos serviços da G. N. nesta província, faço esta relação, interinamente a esmo, incompletíssima, onde faltarão talvez os nomes de alguns servidores do Estado, e por isso haverão injustiças relativas e numerosas, pois que por [algumas] vezes pedi ao general do Exército os necessários esclarecimentos, e nada se me enviou; portanto esta relação deve só para provar ao governo de São Pedro e a brava leal guarda nacional de S. Pedro do Rio Grande do Sul que tive desejos de cumprir com o aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça do Estado de 20 de dezembro último, posto-me falecessem as competentes informações dos

[61] Relação dos Oficiais da Guarda Nacional merecedores de prêmios e distinções, elaborada por Francisco Álvares Machado (presidente da província). Rio Grande, 07 de abril de 1841. IHGB – Arquivo General Osório. Série Ministério da Guerra-Exército. Notação: DL244.008.

[62] BN - Setor de Manuscritos – Localização: C-0603, 015, Nº 002. OSORIO, Manoel Luís (capitão). Documentos Biográficos. "Recibo pelo pagamento dos direitos dos títulos de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul (1842), concedido a Manoel Luís Osório".

[63] Nascido em 1812, no Rio de Janeiro, Francisco Sales de Torres Homem (visconde de Inhomirim), destacou-se como o principal redator desse periódico. Identificado à época com os liberais, começou a carreira na política como deputado, em 1840. Ver: SILVA, Roberta Felix da Silva. *Imprensa e poder: discursos e projetos políticos de Francisco Salles Torres Homem (1840-1849).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

[64] "Os despachos do dia 2 de dezembro". In: BN – *O Maiorista (RJ) – 1841 a 1842.* N.75, terça-feira, 7 de dezembro de 1841, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=759112&Pesq=Os%c3%b3rio&pagfis=299 Acesso em 22 de março de 2023.

> préstimos e serviços sobre que devia basear a proposta dos [oficiais] e distinções. Rio Grande, 7 de abril de 1841. As. Francisco Álvares Machado.[65]

Diante do quadro acima, é possível inferir a dificuldade que a província apresentava às autoridades imperiais, quando, ao nomear uma única autoridade, imbuída dos poderes civil e militar, o general Soares Andréa, por exemplo, foi acusado de "tirano".[66] Entretanto, quando da nomeação de duas autoridades diferentes, a dificuldade era outra, como no caso do presidente Álvares Machado e do comandante de Armas João dos Santos Barreto, por exemplo. As falhas de comunicação ou mesmo a inexistência dela acabaram ocasionando problemas como os revelados no documento acima, em que os dois acabaram demitidos.

Ainda em abril de 1841, Saturnino de Souza Oliveira Coutinho assumiu novamente a presidência da província. Retornava ao Rio Grande do Sul para assumir o mesmo cargo que, menos de dois anos antes, tinha sido demitido. Para o comando das Armas, o governo nomeou Tomaz Joaquim Pereira Valente, o conde de Rio Pardo.[67] O governo apostava mais uma vez na divisão dos poderes civil e militar na província.[68]

Nesse período, foram registrados poucos combates, talvez as exceções tenham sido "o combate da Tapera, em 18 de julho, e o do banhado de São Gabriel", em 22 de julho de 1841.[69] E tudo indica que Manoel Luís Osório atuou nesses enfrentamentos. No entanto, para ele, esse período ficou marcado pela morte de seu irmão mais velho, aos 39 anos. Não encontrei informações sobre a causa da morte de Francisco Luís Osório e não consegui confirmar quando ocorreu. Acredito, porém, que tenha sido entre 1840-1841.

Pela documentação analisada, em especial a série documental *Núcleo Familial*, obtidas no acervo do IHGB, seu irmão era solteiro e residia no Estado Oriental do

---

[65] Idem.
[66] SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Op. Cit. p.291.
[67] O conde de Rio Pardo foi mencionado no subtítulo anterior, quando prestou parecer a respeito a um requerimento de Manoel Luís Osório, no qual solicitava o pagamento de suas gratificações. Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50546 Acesso em 23 de agosto de 2023.
[68] Ainda durante o governo de Saturnino Coutinho, houve a substituição do comandante das Armas da província conde de Rio Pardo por José Maria da Silva Bitencourt. O novo comandante esteve na função de maio a novembro de 1842, até a nomeação do barão de Caxias para a presidência e para o comando das Armas.
[69] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

Uruguai, e, vivendo na região, cuidava da administração das fazendas de sua mãe, a viúva Anna Joaquina, e de seu irmão, Manoel Luís Osório.[70]

Com o falecimento do irmão, houve uma reorganização da família para que as terras e as criações na fazenda do Arapehy não ficassem desassistidas. Seu cunhado, João Jacinto Pereira, casado com uma de suas irmãs mais velhas, chamada Ana Luísa Osório, ficou responsável pela administração das fazendas nesse momento. Esse casal foi citado no primeiro capítulo, quando analisei a estrutura escravista mantida pela família em Caçapava do Sul.

Em seguida, outras medidas foram tomadas. Acredito que o pedido de reforma do tenente da Guarda Nacional José Luís Osório, um dos irmãos de Manoel Luís, que também residia em Caçapava do Sul, teve total relação com a nova realidade da família. O seu pedido de reforma das forças militares ocorreu logo em janeiro de 1842. Em seu lugar, talvez para assegurar o cumprimento da solicitação, apresentou o irmão mais novo, Pedro Luís Osório. Este, por sinal, conforme o requerimento, também residia em Caçapava, onde fugiu ao recrutamento dos rebeldes, partindo em direção à capital Porto Alegre. Segundo constava no requerimento de reforma de José Luís, o irmão Pedro Luís estava "em circunstância de empregar-se no serviço militar".[71]

Esse tipo de procedimento, a dispensa de um oficial por outro de uma mesma família, não era assim tão incomum, ainda mais em períodos de guerra. Além disso, esse tipo de substituição amparava-se na lei de criação da Guarda Nacional.[72] Situações semelhantes ocorreram ao longo de praticamente todo o século XIX, em que agregados, peões, outros homens livres, e até mesmo escravizados eram recorrentemente chamados aos campos de batalha para substituírem seus "senhores", quando esses eram convocados aos conflitos. Em tempos de guerra, como assinalou Hendrik Kraay: "[...] para proteger

[70] A informação de sua morte foi obtida através do inventário post-mortem de Manoel Luiz da Silva Borges, cuja inventariante Anna Joaquina Luísa Osório encaminhou em 1849. APERS – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.
[71] Requerimento de Manoel Luís Osório ao comandante das Armas – conde de Rio Pardo. Rio Grande, em janeiro de 1842. In: IHGB – AGO – Série Documentos Pessoais. DL224.032.
[72] CLI – 18 de Agosto de 1831. Cap. II, Art.26. "Das substituições, e dispensas de serviços ordinário". "As substituições são proibidas: salvo entre parentes próximos: a saber: do pai, do filho, do irmão pelo irmão, do tio pelo sobrinho, e reciprocamente; e assim também entre os afins nos mesmos graus, qualquer que seja a companhia ou batalhão, a que pertençam esses parentes e afins". Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 22 de abril de 2023.

homens abastados, no caso pouco provável que caíssem nas garras dos recrutadores, os regulamentos autorizavam-nos a comprar uma isenção ou apresentarem um substituto".[73]

O mais curioso é que Pedro Luís Osório assentou praça de forma voluntária na Guarda Nacional, aos 16 anos. Algo parecido havia acontecido, como visto no capítulo II, durante a inserção de Manoel Luís Osório nas antigas tropas de Milícias, em 1823, pouco antes dos 15 anos de idade. Acredito que esse tipo de alistamento militar, antes dos 18 anos, tenha ocorrido devido ao contexto belicoso que a província apresentava. O fato de ser uma inserção voluntária também poderia interferir na admissão. Além do que, o alistamento voluntário poderia gerar vantagens na carreira nas forças militares, como o acesso mais rápido aos postos de oficiais.

Pedro Luís passou a atuar no "3º Regimento de Cavalaria de Guardas Nacionais", o mesmo que o seu irmão José Luís atuava antes de pedir reforma. Vale destacar que esse requerimento, tanto o que pediu a reforma de José Luís quanto o que admitiu Pedro Luís foram assinados por Manoel Luís Osório, ou seja, acredito que tenha sido ele quem redigiu e encaminhou o requerimento ao comandante das Armas, conde de Rio Pardo, que o aprovou.[74] Pedro Luís Osório permaneceu vinculado às forças militares do Império, mesmo após o término da guerra civil. Em 1851, lutou na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) no 2º Regimento de Cavalaria. Sob comando do seu irmão Manoel Luís Osório, esteve empregado na 1ª companhia, no posto de tenente.[75]

Contudo, retomando o contexto final da Revolta Farroupilha, o período no qual Saturnino Oliveira Coutinho retornou à presidência do Rio Grande do Sul ficou marcado por uma certa inação das tropas legalistas. Logo que chegou, por meio de seu comandante de Armas – o marechal Conde de Rio Pardo – anunciou modificações e promoções a oficiais das forças militares. Manoel Luís Osório não esteve entre os oficiais contemplados,[76] é possível, através de relatos indiretos, perceber que esteve envolvido

[73] KRAAY, Hendrick. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, DHI/UEM, Maringá, v.3, n.3, 1999, p.118.
[74] Requerimento de Manoel Luís Osório ao comandante das Armas – conde de Rio Pardo. Rio Grande, em janeiro de 1842. In: IHGB – AGO – Série Documentos Pessoais. DL224.032.
[75] AHRS. FAM. Mapa do 2º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército. C.88, M.157. L.193. 1851.
[76] Ordem do Dia nº 2. Q.G. em Porto Alegre, agosto de 1841. In: BN – *Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821 a 1858*. N. 213. Anno XX, quinta-feira, 25 de setembro de 1841, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Luiz%20Osorio&hf=hemerotecadigital.bn.br&pagfis=24463 Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

em marchas, reunindo cavalhadas e exercitando o efetivo da 3ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria.[77]

Em uma edição do periódico *O Maiorista,* foi possível identificar elogios à atuação de Manoel Luís Osório:

> "[...] tem estado constantemente no serviço do exército imperial desde dezembro de 1835. O sr. Major Osório foi um dos primeiros que com o seu pai o falecido tenente-coronel Manoel Luiz da Silva Borges, e com seu irmão, hoje tenente da guarda nacional, romperam aquele passo [Passo do Rosário]; ação do Fanfa; Arroio dos Ratos; Pedras Altas; [...] em todos estes conflitos obraram prodígios de valor, e deram provas não equívocas da sua capacidade militar e dos seus sentimentos de fidelidade, e adesão ao trono constitucional do senhor D. Pedro Segundo".[78]

Nesse período, Osório já contava com certo prestígio na sociedade local e isso fazia com que o seu nome circulasse entre os grupos políticos da Corte. Entretanto, vale destacar que *O Maiorista* fazia oposição ao então presidente Saturnino Coutinho. Na verdade, o periódico buscava atacar também o gabinete liderado pelo irmão do presidente da província, Aureliano Oliveira Coutinho, o visconde de Sepetiba, principal líder do grupo dos áulicos na Corte. Esse contexto ficou marcado por uma reviravolta na política ministerial, com a queda do gabinete liderado pelos áulicos e com a ascensão da política do Regresso Conservador. Aureliano Coutinho permaneceu naquele gabinete, mas o seu irmão, Saturnino, ao final de 1842, foi de novo demitido da presidência, retornando para o Rio de Janeiro e para o seu cargo na Alfândega.[79]

Para José Murilo de Carvalho, a elite política teve papel central na implementação do projeto do Regresso Conservador e na construção do Estado Imperial. O objetivo desse grupo era reformar as leis consideradas "descentralizadoras", aprovadas durante a Regência.[80] Partindo de um outro viés de abordagem, Ilmar de Mattos considerou que

---

[77] Ofício do conde de Rio Pardo (comando das Armas) ao ministro da Guerra José Clemente Pereira. QG. de Porto Alegre, maio de 1842. In: BN – *Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821 a 1858*. Anno XXI, segunda-feira, 27 de junho de 1842. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Osorio&pagfis=25359 Acesso em: 22 de abril de 2023.

[78] "Os despachos para Rio Grande". In: BN – *O Maiorista (RJ) – 1841 a 1842.* N.º 45, terça-feira, 21 de setembro de 1841, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=759112&Pesq=Os%c3%b3rio&pagfis=177 Acesso em: 21 de abril de 2023.

[79] "A ascensão de D. Pedro II ao trono colocou a facção áulica no centro do governo imperial, das atenções e das decisões. A partir de então o grupo se tornou influente – pelo menos no que se depreende dos gabinetes de 1840 a 1846 onde existem membros do grupo liderando ministérios[...]". In: BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os Bastidores da Corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, UFSC, Volume 17, Nº 23, 2010, p.205.

[80] CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

esse período serviu tanto para a formação de uma classe senhorial, quanto para o processo de consolidação das bases do Estado Imperial. O autor considerou ainda que, esse projeto foi conduzido pelos saquaremas, grupo político integrado por conservadores do Rio de Janeiro, cujos interesses estiveram conectados à propriedade de terras e à manutenção da escravidão.[81]

Essa hegemonia foi conquistada também por meio da repressão aos movimentos liberais de 1842, em Minas Gerais e São Paulo. Nesse sentido, com a ascensão do gabinete conservador, um nome de força emergiu dentre os demais para terminar com a guerra civil no Rio Grande do Sul, há sete anos em conflito aberto contra o Império: Luís Alves de Lima e Silva, o até então barão de Caxias. O barão assumiu a província com amplos poderes, pois foi nomeado presidente e comandante das forças militares. Para o Regresso Conservador: "era exatamente a sua capacidade militar que interessava".

Entretanto, de acordo com Adriana Barreto de Souza, para consolidar as bases do Estado imperial na fronteira meridional, engana-se quem pensa que Caxias não atuou também politicamente. A sua forma de agir, de negociar com a elite guerreira daquela província, tornou-se elemento-chave para obter a sua "pacificação".[82]

6.3. "A delicada missão de Pacificar o Rio Grande"

Nos capítulos anteriores, foi possível mostrar, através da atuação de Manoel Luís Osório, que a guerra civil não era apenas pautada pela dicotomia entre os dois extremos: rebeldes e legalistas. Entre as forças imperiais haviam diferenças na compreensão de como estabelecer a "pacificação" da província. Entre as forças rebeldes as discordâncias giravam em torno da continuidade da luta. Inclusive, foi aproveitando as clivagens internas entre os rebeldes, e procurando eliminá-las que o barão de Caxias conseguiu, aos poucos, garantir a supremacia de forças militares legalistas sob às forças rebeldes.

Aqui defendo a hipótese de que o governo imperial teve de negociar com a elite rio-grandense. Em um vasto território, como o do Império do Brasil, era preciso constituir mediadores locais e regionais que conectassem os seus interesses particulares aos do

[81] MATTOS, Ilmar R. *Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p.53-54. Esse conceito, segundo a análise de Ilmar de Mattos, teve como base a produção teórica e a concepção de classe de Edward P. Thompson, que consiste em observar não somente o universo da produção de bens materiais. Ou seja, a sua definição estaria alicerçada nas experiências vividas na prática, os elementos em comum, por exemplo, entre proprietários de terra, negociantes, membros da burocracia do Império etc. Os principais elementos de coesão entre esse grupo seria a defesa da centralização, a manutenção da monarquia e da escravidão.

[82] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Op. Cit.; 2008, p.405.

Estado imperial. Nessa perspectiva, era preciso estabelecer uma rede política confiável, com a capacidade de sustentar a ordem monárquica nas fronteiras do país.[83]

Com isso, o governo imperial teve de encontrar formas de conectar os chefes rebeldes novamente ao projeto imperial. Não poderia simplesmente eliminá-los. Aliás, dentro das hierarquias sociais oitocentista, a repressão seria direcionada aos pobres, indígenas, pardos e pretos que estivessem rebelados. Para conter "escravos armados, a serviço dos rebeldes, não há negociação". Luiz Alves de Lima e Silva – o barão de Caxias –, já naquele momento um dos principais representantes do governo imperial, tinha ordens para aprisioná-los e/ou para exterminá-los. Tratando-se dos "senhores-guerreiros", porém, a primeira opção sempre seria a negociação. Por isso que Caxias foi destacado àquela província, pois, representava o projeto conservador, cujas bases estavam "fundadas na grande propriedade e na riqueza".[84]

"A pacificação marcou a retomada das negociações entre a Coroa e a elite política e militar do Rio Grande do Sul". Desse modo, foi necessário projetar uma rede política capaz de acomodar os anseios da elite rio-grandense e sustentar as bases sociais do projeto imperial. A estratégia era semelhante a que foi implementada em outras regiões rebeldes. As concessões de cargos, as nomeações para a estrutura burocrática da província, a repressão àqueles que não abandonassem o conflito contra o Império foram exemplos dessas estratégias utilizadas por Caxias. Em uma revolta motivada por interesses elitistas, tal qual a Revolta Farroupilha, essas medidas por ele conduzidas se tornaram as bases de estruturação do Estado imperial ao sul do território. Acredito que Manoel Luís Osório foi um dos expoentes dessa rede política forjada pelo barão de Caxias.[85]

É essa a questão que pretendo analisar aqui neste subitem, isto é, a forma como Manoel Luís Osório se inseriu na rede política estabelecida pelo barão de Caxias, bem como quando se aproximaram e de que forma agiram juntos, para reintegrar o Rio Grande do Sul ao Império do Brasil.

Quando seguiu ao Rio Grande do Sul, Luís Alves de Lima e Silva tinha completado 39 anos, havia sido responsável pelo controle de ao menos outras três

[83] Para Sydel Silverman, por exemplo, um mediador pode ser entendido como um indivíduo que detém em si características específicas e habilidades de interação que conectavam interesses locais aos nacionais. O autor destaca, também, que o mediador estabelece o seu poder em uma localidade na medida em que utiliza de suas habilidades para alcançar o mundo externo, captar recursos e informações que seriam fundamentais à prosperidade dos sistemas locais. Ver: SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: Schmidt, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977, p.293-304.
[84] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...Op. Cit.; 2008, p.407-410.
[85] MUGGE, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit., 2016, p.35-37.

províncias rebeladas.[86] E, ao seguir para aquela região de fronteira, vinculou-se ao projeto do Partido Conservador. Embora tivesse autonomia para agir na província, Caxias levava consigo as "instruções de guerra", passadas pelo ministro da Guerra Clemente Pereira. Assim, tornou-se responsável por conduzir a ação militar imperial, que acabou "espremendo as tropas rebeldes".[87]

Embarcou para a província em 29 de outubro de 1842 e, em Porto Alegre, no dia 9 de novembro, assumiu o governo da província. Ao desembarcar no Rio Grande do Sul, bem recebido pelo povo e pelo Exército, o barão de Caxias adotou uma postura cautelosa, procurou colocar em prática a estratégia de espalhar a desconfiança e a desunião entre os rebeldes. Através do emprego de espias, bombeiros, e até mesmo de uma "imprensa portátil", sua ideia era disseminar o atrito entre os farroupilhas.[88]

Como observado anteriormente, essa estratégia já havia sido implementada por Caxias em outras províncias. Os rebeldes reconheciam e difundiam algumas de suas táticas por meio do periódico *O Americano*. Em uma coluna intitulada de "artigo/comunicado", sem autoria definida, é possível notar isso, mesmo antes de seu desembarque na província:

> Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1842. O barão de Caxias está nomeado General em Chefe do Exército do sul, e corre aqui como certo que partirá para o Rio Grande [...] levando de seu ajudante Bento Manuel Ribeiro. Consta que o plano deste governo é armar um laço a boa-fé dos rio-grandenses, tentando um projeto de conciliação para unir republicanos [rebeldes] e imperiais [legalistas], e levar a guerra ao Estado Oriental em nome do Brasil[...] suponho que os Rio-Grandenses terão bastante juízo para não cair em semelhante laço; a intriga, o engano, e a traição, são as armas favoritas deste governo; com elas tem procurado vencer, e dominar em todas as províncias[...][89]

Esses comentários na imprensa rebelde, a exemplo de outros presidentes, poderiam enfraquecer e/ou até arruinar o seu trabalho na província. Para Caxias, porém, o fato de seus métodos serem reconhecidos entre os rebeldes, talvez tenha servido como suas credenciais. Tudo indica que foram essas credenciais que fizeram com que o Imperador e seus correligionários do gabinete conservador sustentassem sua nomeação

---

[86] Para a sua atuação contra os rebeldes nas províncias do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Op. Cit.; 2008.
[87] FACHEL, J. P.G. A Revolução Farroupilha. In: POSSAMAI, P. (Org.). *Gente de Guerra e de Fronteira.* Estudos de História Militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010, p.106-107.
[88] Idem.
[89] BN – *O Americano: periódico oficial, político e literário.* N.º 17, sábado 19 de novembro de 1842. Alegrete, Typographia Republicana Rio-Grandense, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/813583/per813583_1842_00017.pdf Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

para presidir e comandar as Armas da província. Em outras palavras, é possível que, ao saberem dos meios que Caxias empregou em outras províncias, os rebeldes demonstrassem certo temor na forma como poderia conduzir as suas ações no sul. O curioso é que, pouco tempo depois, em meados de 1843, nos jornais da Corte circulavam notícias de que ex-chefes farroupilhas abdicavam de suas lideranças na revolta.

Esse foi o caso de "Bento Gonçalves [que] retirou-se do exército [rebelde], e pediu demissão de presidente da República". O próprio general Netto, um dos principais líderes militares da revolta, segundo o jornal: "foi destituído do comando em chefe das forças". Em seu lugar assumiu o "matreiro Canabarro".[90] Isso não significava que esses líderes farroupilhas, naquela conjuntura, tivessem se retirado por completo da guerra civil, nem que isso fosse resultado apenas das ações do barão de Caxias.

Vale considerar que, desde antes de 1840, a legislação orçamentária e tributária da província, que haviam sido uma das principais causas da revolta, foram modificadas. Isso arrefeceu os ânimos com a luta rebelde. Em 1837, por exemplo, uma nova lei revogou impostos que haviam sido utilizados politicamente pelos mais exaltados da província, em setembro de 1835, quando eclodiu a Revolta Farroupilha.[91] Entretanto, antes do término do conflito, o governo imperial concedeu outras vantagens tributárias à elite rio-grandense, como, a taxação de 25% sob o charque importado das repúblicas platinas. Com isso, reduzia-se a concorrência dos charqueadores rio-grandenses, aumentando sua adesão ao projeto imperial.[92]

No plano militar, o barão recebeu instruções do Ministério da Guerra para não se descuidar das cavalhadas. Estava imbuído de autorizações para até mesmo desapropriar fazendeiros que não quisessem contribuir com a sua missão. Até então, passados quase sete anos de conflito, as forças legalistas não conseguiram estabelecer o controle da campanha sul e sudoeste da província – região próxima à fronteira – devido à dificuldade do terreno.

---

[90] BN – *Sentinela da Monarquia: periódico político e literário.* (RJ). 1840 a 1847. N.º 381. Rio de janeiro, sexta-feira 18 de agosto de 1843, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332780&Pesq=%22Os%c3%b3rio%22&pagfis=1333 Acesso em: 23 de março de 2024. O termo "matreiro" significa: experiente, esquivo, sagaz, etc.

[91] Aqui estou me referindo a lei do orçamento nº 9, de 22 de novembro de 1837, que revogou o imposto sobre os campos de criação. Ver: AHRS. BN – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54 Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[92] FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.80-82.

Em perseguições pelos campos acidentados da fronteira, esgotavam-se os cavalos e extenuavam-se os soldados. Enquanto os rebeldes, "criados nessas colinas", faziam suas correrias com maior facilidade.[93] Hábeis cavaleiros, conseguiam de forma mais assertiva trocar as cavalgaduras, com ajuda de seus "amigos" uruguaios.

Desde antes do início da administração de Caxias, Manoel Luís Osório já era um dos encarregados de reunir os cavalos do Exército legalista. Precisava reunir um grande número de animais cavalares e mantê-los em bom estado, porém isso nem sempre era possível devido à variação de temperatura e às mudanças de terreno que a tropa era obrigada a fazer.[94]

A exemplo disso, em abril de 1842, Osório estava a bordo do "vapor Fluminense" junto a "90 praças", deslocando-se de Porto Alegre para a cidade de Rio Grande. Entretanto, durante a travessia, a sua embarcação "encalhou na Praia do Passo do Bojuru". No dia seguinte, foi ele resgatado por uma "Barca [chamada de] Amélia" cujo comandante – "major Feliciano" – ficou responsável pelo resgate da embarcação encalhada. Era ele "um vaqueano daqueles lugares", assim chamado devido ao conhecimento que tinha daquele território.

O major Osório seguiu com a "Barca Amélia" até Rio Grande, onde passou ordens para que a embarcação fosse desencalhada a fim de auxiliar na "passagem dos cavalos" que havia reunido.[95] Depois dos imprevistos com a embarcação, conseguiu concluir a "passagem de 2.068 cavalos e 25 mulas, que foram entregues ao major Paulo Mauro". Depois disso, Osório foi para o Rincão dos Touros, nas cercanias de Rio Grande, onde deveria reunir outras tropas de animais, ou seja, estava incumbido de uma tarefa considerada importante para as forças legalistas, sobretudo, quando da retomada das perseguições aos rebeldes, na segunda metade do ano de 1842.[96]

O mais difícil, segundo as palavras do major Osório, era reunir cavalos de qualidade, que não fossem "brabos e macetas". Segundo o dicionário do período, o termo "maceta" era atribuído "a cavalgadura que tem as mãos ou os joelhos nodosos, em

[93] Sobre as instruções, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Op. Cit.; 2008, p.401-417.
[94] CV – 7005. Ofício do major Manoel Luís Osório ao major Antônio Antunes da Porciúncula. Acampamento do Rincão dos Touros, 14 de abril de 1842. In: AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.216.
[95] CV – 7002. Ofício do major Manoel Luís Osório ao general em chefe do Exército (conde do Rio Pardo). Rio Grande, 06 de abril de 1842. In: AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.214.
[96] CV – 7004. Ofício do major Manoel Luís Osório ao general em chefe do Exército (conde do Rio Pardo). Em Rio Grande, 20 de abril de 1842. In: AAHR. V.15, Porto Alegre, 2006, p.215.

consequência de alguma lesão". O termo, ao que parece, era bastante usual no Rio da Prata.[97]

O então major Manoel Luís Osório foi várias vezes incumbido da atividade de reunião e de compra dos animais para as forças militares.[98] Não é possível confirmar se nessas missões o major obtivesse algum tipo de vantagem pessoal. Todavia, outros oficiais que cumpriram esse papel durante a Revolta Farroupilha, conseguiram arrecadar "vultosa importância do tesouro da província", através da venda de animais. Assim como Manoel Luís Osório, Francisco Pedro – o Moringue (barão do Jacuí) – iniciou a atividade de criação e do comércio de gado durante o conflito: "comprava-os de proprietários nacionais ou de comerciantes" argentinos.

É válido pensar que esses indivíduos, na "condição de militar reconhecido e membro de importante família", tinham condições privilegiadas para exercer esse tipo de prática comercial. A função não era desempenhada por qualquer oficial, era preciso confiança, experiência e poder de negociação. Além de, é claro, entender dos animais, para não onerar em vão os cofres imperiais. Essa reflexão valia tanto para Francisco Pedro quanto para Manoel Luís Osório.[99] Vale salientar que os dois se tornaram grandes criadores de animais.

Além da ordem para reunir as cavalhadas, que eram entendidas como verdadeiras "máquinas de guerra" no relevo do Rio Grande do Sul, o barão de Caxias procurou reorganizar o exército legalista. "Estava em suas mãos também a capacidade de preencher cargos administrativos".[100] Em agosto de 1843, segundo notícias divulgadas no *Sentinela da Monarquia,*[101] as forças do barão de Caxias estavam distribuídas da seguinte maneira:

> Bento Manoel Ribeiro, nas imediações do Alegrete com 2.500 homens; Felipe Nery, em Caçapava, com dois batalhões e alguma cavalaria; Rodrigo, com uma pequena força, reunindo gente em Missões; Marques de Souza, em Pelotas, com três batalhões e a cavalaria de Osório e Francisco Pedro; em Rio Pardo,

[97] Ver: GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, v. 15, p.747. Apud. AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.215.
[98] Ofício de Manuel Marques de Souza a Manoel Luís Osório (comandante do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira). Pelotas, 1843. IHGB – Arquivo General Osório. Série Documentos Oficiais. DL251.009.
[99] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chico-Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí.* [2ª ed./ e-book]; São Leopoldo, Oikos, 2021, p.62.
[100] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...Op. Cit.; 2008, p.406.
[101] O periódico *Sentinela da Monarquia* teve a participação como redator de um dos principais protagonistas da política imperial brasileira. Estou me referindo a Bernardo Pereira de Vasconcelos, personagem já mencionado em outras oportunidades ao longo da tese. Além dele, também foi redator do periódico, o professor e jornalista Tomás José Pinto de Cerqueira. As publicações saíam às terças, quintas e sábados, na "Typographia Amricana de I. P. da Costa, na rua da Alfândega n.º 43. Ver mais: RODRIGUES, Luaia da Silva. *O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

> dois batalhões e pouca cavalaria; o resto com o general em chefe, que marcha a reunir-se à divisão do coronel Marques de Souza.[102]

Ao final da notícia, ainda constava que as forças rebeldes não teriam mais do que "2.000 homens, quando muito".[103] A informação poderia não ser precisa, porém, é possível afirmar que as forças reunidas pelo barão de Caxias eram, naquele momento, sem dúvida, maiores do que as tropas rebeldes, e isso não ocorria por acaso. O governo imperial se empenhou para colocar fim ao conflito.

Em 15 de dezembro de 1842, Osório assumiu interinamente o comando do 2º Regimento de Cavalaria, uma vez que o coronel-comandante Félix da Fonseca Pereira Pinto foi afastado do serviço, por estar doente, em Rio Pardo. Ao assumir o comando do 2º R.C., foi elaborado um mapa das forças posicionadas no "acampamento na margem direita do Rio Jacuí junto ao Passo de São Gonçalo". O efetivo comandado pelo major Osório era formado por 183 homens de cavalaria, dos quais apenas 120 estavam aptos para marchar aos campos de batalha. Para se ter uma ideia, dos 114 soldados de cavalaria, cerca de 41 estavam indisponíveis, sendo que 20 estavam no piquete sob comando do brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, outros 9 estavam destacados ou diligência, assim como 2 soldados de licença, 2 presos e mais 7 estavam doentes, em hospitais de Porto Alegre ou no campo de operações.[104]

No segundo semestre de 1842, Manoel Luís Osório também esteve nas imediações de Rio Grande e Pelotas e atuou sob ordens do coronel Manuel Marques de Souza (futuro barão, visconde e conde de Porto Alegre).[105] Ao começar a farroupilha, o futuro conde de Porto Alegre já era capitão do Exército, porém, sua ascensão aos postos de oficiais superiores ocorreu durante a guerra civil. Em 1837 foi promovido a major e, dois anos depois, em 1839, a tenente-coronel. Após afastar-se por motivos de saúde, em 1842, retornou ao conflito sendo promovido a coronel. Sua atuação na guerra civil foi

---

[102] BN – *Sentinela da Monarquia: periódico político e literário.* (RJ). 1840 a 1847. N.º 381. Rio de janeiro, sexta-feira 18 de agosto de 1843, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332780&Pesq=%22Os%c3%b3rio%22&pagfis=1333 Acesso em: 23 de março de 2024.
[103] Idem.
[104] Mapa de força do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, em 1842. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.009.
[105] Filho de uma tradicional "família de militares", que reuniam outros indivíduos com títulos de nobreza, Manuel Marques de Souza nasceu na vila de Rio Grande em junho de 1804. Assentou praça como cadete do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira por volta dos 13 anos de idade. INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA. *Chefes da Cavalaria Brasileira*. Editora Livraria José Olympio, 1940.

importante até as negociações finais, quando seguiu ao Rio de Janeiro, junto a emissários farroupilhas, para tratar dos detalhes do acordo.[106]

Naquela conjuntura, em posições desiguais na hierarquia das forças militares, Manoel Luís Osório parecia ter uma relação de cooperação com o coronel Marques de Souza. Contudo, ao longo da segunda metade do século XIX, quando passaram a disputar eleições e influências políticas na província, a relação ficou marcada pela instabilidade.[107] Os dois foram mencionados pelo barão de Caxias, em sua ordem do dia de nº 77, em 11 de setembro de 1843. Destacou os serviços prestados pelo major Osório, quando parte das forças foi atacar os rebeldes na vila de Piratini, a mando do coronel Marques de Souza. Ao que parece, as forças legalistas estavam sendo atraídas para uma emboscada, deixando desguarnecido o depósito de animais no Rincão de Touros, nas margens do rio São Gonçalo. Como consequência, resolveu-se:

> [...]adiantar dois esquadrões ao mando do sr. major Manoel Luís Osório[...] movimento que produziu o efeito de pôr tão somente em precipitada fuga 150 rebeldes[...] soube o coronel Marques que o inimigo levara em duas carretas os gêneros que ali tinha em arrecadação. O referido major Osório foi mandado em seu seguimento, e a pouca distância se apossou deles fazendo-lhes seis prisioneiros, matando dois no ato de tomá-las, e escapando-se vinte nos matos que bordam a povoação. Roupas de lã e de algodão americano e algumas peças destes gêneros e de chitas, armas brancas e de fogo, arreamento, cartuxame de artilharia, infantaria e cavalaria, foram o despojo que se colheu na empresa. Isto dividiu-se pela tropa, sendo inutilizados aqueles artigos que não convinha conduzir-se para não retardar a marcha.[108]

Segundo o texto acima, a ação do major Osório havia impedido a perda dos cavalos do depósito do Exército e conseguido apreender as carretas das forças rebeldes, carregadas de gêneros, que foram distribuídas entre a tropa. Lembra-se que "a redistribuição de presas de guerra, especialmente de animais vacuns e cavalares, servia como um estímulo para que os homens fossem à guerra". Certos comandantes interferiam nessa distribuição, aumentando a lealdade e dedicação da tropa.[109] Esses certamente

---

[106] Ver: *O Diário de Antônio Vicente da Fontoura*. In: RIHGRS. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934, p.75-78. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/109436/59250 Acesso em: 22 de abril de 2024.

[107] O conde de Porto Alegre seria um dos principais cabeças da facção *liberal progressista*. Enquanto Manoel Luís Osório se tornaria liderança entre os *liberais históricos*. As duas facções ora atuaram juntos, ora separadas, de acordo com a configuração política e o movimento de "peças" no "tabuleiro" da política oitocentista ao sul do Império.

[108] Ordem do Dia nº 77, do barão de Caxias no Quartel General em Bagé, em 11 de setembro de 1843. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn&pagfis=11319 Acesso em: 23 de outubro de 2023. A ordem se referia às ações que ocorreram desde o dia 11 de julho do mesmo ano.

[109] FARINATTI, L. A. *Confins Meridionais*...2010, p.211-213.

foram atributos importantes para manter as forças engajadas, mesmo após tanto tempo em guerra.

Entre 1842-1843, a fé-de-ofício de Manoel Luís Osório não registrou nenhum grande combate,[110] ainda assim a sua atuação foi possível de ser acompanhada através de documentos indiretos. Em dezembro de 1843, através da correspondência do barão de Caxias, foi possível identificar que Osório foi designado a conduzir, junto ao 2º Regimento, "400 fardamentos de Cavalaria que chegaram a esse ponto [Itapevi], todo o cartuchame de adarme 11 e pedras de ferir". Esses objetos eram escoltados por "100 homens de infantaria que unidos ao dito 2º regimento se dirigiram ao passo de São Borja".[111]

Durante esse período, as tropas legalistas buscavam recuperar o controle sobre a campanha sul e oeste da província. Por essa razão que, ao final de 1843, o major Osório esteve nas imediações de São Borja. Depois, por meio de outra correspondência de Caxias ao coronel Santos Pereira, em janeiro de 1844, foi possível identificar a informação da partida do major Osório para o noroeste da província. Em marcha, próximo à "picada de São Martinho", o major "teve notícias da direção" que as tropas do rebelde João Antônio haviam tomado. Daí tratou logo de enviar essa informação ao presidente e comandante das Armas.[112] Essas ações poderiam ter aumentado a confiança de Caxias em relação ao major Osório. Não foi possível confirmar quando Caxias e Osório se conheceram. O barão já tinha ido ao Rio Grande do Sul anteriormente, em 1838, quando designado para uma expedição junto ao então ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros. No entanto, tudo indica que a relação entre os dois tenha iniciado a partir da posse do barão de Caxias como presidente da província, ao final do ano de 1842.

O certo é que o relacionamento entre Osório e Caxias proporcionou articulações importantes para a política de defesa do Império. O barão de Caxias entendia que alguns oficias do Exército imperial no Rio Grande do Sul, a exemplo de outras províncias, sentiam-se desprestigiados pelo governo. Alguns anos antes, ele mesmo teve expectativas frustradas em relação a sua carreira.[113] Isso pode ter facilitado o seu entendimento com os oficiais daquela província.

---

[110] AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório.

[111] CV – 3706. Correspondência do barão de Caxias ao coronel José Fernandes dos Santos Pereira (comandante da 3ª Divisão do Exército). Quartel em marcha, em Itapevi, 29 de dezembro de 1843. In: AAHRGS. V.7, Porto Alegre, 1983, p.18-19

[112] CV – 3709. Correspondência do barão de Caxias ao coronel José Fernandes dos Santos Pereira. Q.G. no passo do Rosário, em 7 de janeiro de 1844. In: AAHRGS. V.7, Porto Alegre, 1983, p.20.

[113] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...Op. Cit.; 2008, p.405.

Depois de encerrada a guerra civil, é possível afirmar que a relação entre Caxias e Osório foi mantida. As suas atuações seriam necessárias em outros conflitos na região platina, tais como: a Guerra contra Oribe e Rosas, em 1851-1852, a intervenção no Uruguai em 1864-1865 e a Guerra do Paraguai (1865-1870). Nessa última guerra, contra o Paraguai, os dois fizeram parte de uma articulação política que permitiu a formação do 3º Corpo do Exército. Esse efetivo reuniu milhares de soldados da Guarda Nacional rio-grandense que se juntaram ao Exército de linha, naquela campanha.[114]

Retornando à década de 1840, é preciso considerar alguns aspectos a respeito da "pacificação" da província. Desde 1842, as operações de guerra haviam ficado mais raras. Os rebeldes, em número bem menor do que as tropas legalistas, movimentavam-se pelo território procurando evitar o confronto com as forças militares sob o comando de Caxias. Nos primeiros meses de 1844, os combates foram ainda menos recorrentes. Entre os legalistas havia um certo desânimo, devido ao tempo que desperdiçavam em perseguições sem combates efetivos.

Em contrapartida, entre os rebeldes, ao menos desde o início de 1843, quando iniciaram as reuniões para a Assembleia Geral Constituinte da República Rio-Grandense, as discordâncias políticas internas pareciam ser cada vez mais fortes. Nos encontros entre os líderes farrapos, na cidade de Alegrete – que naquele contexto serviu como capital republicana – com a finalidade de discutir o projeto de Constituição da República Rio-Grandense, logo as dissensões entre os grupos ficaram ainda mais aparentes. "O grupo, identificado como 'minoria', se articulava em torno da figura do vice-presidente Antônio Paulo da Fontoura, ou simplesmente Paulino Fontoura". O outro grupo, chamado de "maioria", mantinha-se fiel ao líder e então presidente Bento Gonçalves da Silva. O problema entre os rebeldes parece ter sido motivado por discordâncias políticas, mas também por desentendimentos em relação à aproximação com o líder uruguaio Fructuoso Rivera.[115]

Tudo isso ficou ainda mais tenso quando Bento Gonçalves (líder da "maioria"), e Onofre Pires (líder da "minoria") enfrentaram-se em um duelo, para resolver questões pendentes, acusações e intrigas. O primeiro, "bem mais ágil", conseguiu golpear o oponente, causando-lhe ferimentos que, alguns dias depois, teriam motivado sua morte.

[114] IZECKSOHN, V; MUGGE, M. A criação do terceiro corpo do exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*, v.36, n.73, set./out./ 2016, p.183-207.
[115] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...2008, p.491-492.

Esse episódio, assim como as discordâncias em relação aos rumos da revolta, geraram o afastamento de Bento Gonçalves da presidência em agosto de 1843, e, em seguida, o afastamento do general Netto do comando em chefe do exército republicano. Os dois seguiram comprometidos em empregar suas forças junto às tropas rebeldes, entretanto, ficava evidente que o conflito aberto entre essas lideranças poderia ser explorado em uma negociação pela paz.[116]

Após algumas tentativas frustradas de acionar os rebeldes, entre setembro e outubro de 1844, um novo interlocutor para as tratativas de paz apresentou-se ao barão de Caxias, tratava-se do líder uruguaio Fructuoso Rivera, líder do Partido Colorado. Desde 1838, Rivera tinha firmado um acordo de cooperação com os rebeldes farroupilhas, que impôs grande dificuldade às forças legalistas. Na década de 1840, porém, tinha o interesse em obter a suspensão das hostilidades no Rio Grande do Sul. Isso porque, no Uruguai, o seu adversário Manuel Oribe, líder do Partido Blanco, com o apoio de Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires, sitiavam a capital Montevidéu.

O barão de Caxias tinha instrução para não intervir em questões internacionais. Desse modo, procurou uma maneira de fugir às intrigas, sem comprometer o seu principal objetivo. Quando nomeado para assumir grandes poderes no Rio Grande do Sul, para reprimir a Revolta Farroupilha, o barão esteve amparado por uma série de recomendações do governo, entre elas, o dever de estar atento às fronteiras. Naquele instante, qualquer fagulha seria o bastante para gerar um grande incêndio diplomático, ou seja, para o governo imperial, era essencial manter a "imparcialidade" nos conflitos de fronteira pelo menos enquanto a província estivesse rebelada. Até porque, se os rebeldes farroupilhas se juntassem a Oribe e Rosas, o desfecho desse conflito poderia resultar na fragmentação do Império.

Portanto, para conduzir as tratativas com Rivera, optando em não se expor, o barão escalou Manoel Luís Osório como seu emissário. As tratativas iniciaram em setembro de 1844. Quando partiu para aquela missão, Manoel Luís Osório já havia sido contemplado, pouco tempo antes, em 23 de julho, com a promoção ao posto de tenente-coronel e comandante do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira.[117] Essa promoção atendia a

[116] Idem.
[117] Carta-patente do tenente-coronel Manoel Luís Osório. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1844. IHGB – Arquivo General Osório. Documentos Pessoais. DL224.017.

praticamente todos os efetivos do Exército imperial e a promoção era oferecida pelo aniversário da "Aclamação da Maioridade de Sua Majestade Imperial".[118]

De qualquer forma, o momento era oportuno para as promoções, havia um cansaço geral e, como dito anteriormente, um desânimo em relação ao fim da revolta. Em 12 de outubro, no mesmo dia que seguiu para o encontro com Rivera, levando consigo os ofícios do barão de Caxias, Osório recebeu também a honraria de Oficial da Imperial Ordem da Rosa. É possível que a condecoração fosse um estímulo para a importante missão de que seria porta-voz. [119]

O acampamento do general Rivera ficava ao norte do território uruguaio, em uma localidade próxima ao "Arroio do Hospital". Ao chegar no local, em 17 de outubro de 1844, o tenente-coronel Osório recebeu a proposta de Rivera para a "suspensão das hostilidades". O líder "colorado" pretendia estabelecer uma trégua de 30 dias sem combates entre imperiais e farroupilhas. Suspeitando de que seria essa a proposta de Fructuoso Rivera, tudo indica que o barão de Caxias tenha antecipado a Osório a sua posição contrária à suspensão dos combates.

Essa era uma concessão encarada com alto risco, pois existia o temor de que nesse tempo sem combates os rebeldes reunissem tropas e cavalhadas para a retomada dos conflitos. O barão de Caxias, "vacinado" para esse tipo de situação, assinalou que só poderia suspender as hostilidades com a assinatura de um acordo definitivo.[120] Essa resposta foi transmitida através de ofício datado de 1º de outubro, que foi conduzido por seu emissário Manoel Luís Osório.[121]

A ideia do barão de Caxias era excluir Fructuoso Rivera do papel de "intermediário" das negociações com os rebeldes farroupilhas, já que, naquele instante, a união desse líder com o chefe farroupilha David Canabarro, também foi visto como um fator que inviabilizava o fim do conflito. Depois de ouvir do tenente-coronel Osório as

---

[118] Ordem do Dia nº 148, do general barão de Caxias. Q.G. em Caçapava do Sul, em 03 de setembro de 1844. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1941, v.63, p.262-266. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn&Pesq=%22Os%c3%b3rio%22&id=2980708875498&pagfis=11446 Acesso em: 22 de março de 2024.

[119] BN - Setor de Manuscritos – Localização: C-0603, 015, Nº 002. OSORIO, Manoel Luís (tenente-coronel). Documentos Biográficos. "Recibo pelo pagamento dos direitos dos títulos de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa (1844), concedido a Manoel Luís Osório".

[120] BN – Ofício do barão de Caxias ao ministro dos Negócios do Império, em Porto Alegre, em 07 de abril de 1843. In: Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho. 07,2,002, p.421-422.

[121] *O Diário de Antônio Vicente da Fontoura*. In: RIHGRS. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934, p.75-78. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/109436/59250 Acesso em: 22 de abril de 2024.

recusas que o barão de Caxias havia pedido para ele transmitir, mostrando-se "desorientado", Rivera esbravejou tudo o que lhe "veio à cabeça" e, em seguida, escreveu outro ofício ao barão de Caxias.[122]

Retornando ao Q.G. do barão de Caxias, o tenente-coronel deve ter relatado os detalhes daquele encontro, entregando-lhe também o novo ofício do líder uruguaio. A esse ofício respondeu o barão: "sinto não poder anuir ao que V. Ex.ª me propõe como base para a conclusão da guerra nesta província". Caxias não queria assumir compromisso algum com Rivera, mas sim, estabelecer contato com os rebeldes, no intuito de com eles consolidar um acordo.[123] Por isso, escalou um oficial que tivesse boa relação com as lideranças farroupilhas.

Na primeira oportunidade que o tenente-coronel Osório teve junto a Antônio Vicente da Fontoura, que entre os rebeldes se identificava com o grupo da "minoria", mesmo grupo do general Davi Canabarro, apresentou-lhe o desejo de pôr fim ao conflito. Desse modo, os "rebeldes, conhecendo os seus apuros, mandaram um emissário, propondo tratar diretamente com S. Ex. [barão de Caxias] acerca da paz, dizendo-lhe que a querem de coração".[124]

Em seu diário, Vicente da Fontoura resumiu as tratativas da seguinte maneira: "Osório voltou ontem ao barão [de Caxias]; foi contente de mim, descontente com Fructo", apelido de Fructuoso Rivera. O barão de Caxias entendia que o líder uruguaio queria somente acumular vantagens. A conciliação entre as elites, sem a interferência de "estrangeiros", atendia aos anseios do governo imperial.[125]

A partir daquele encontro do qual o tenente-coronel Osório foi emissário, a "pacificação" começou a ser costurada de forma direta entre os líderes rebeldes e o Estado Imperial. Segundo consta, por ofício o barão de Caxias ainda os aconselhou:

---

[122] BN – *O Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821 a 1858.* Nº 6793, Ano XXIII, sexta-feira, 13 de dezembro de 1844. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Luiz%20Osorio&pagfis=28265 Acesso em: 22 de março de 2023. As "notícias do Rio Grande do Sul" não eram assinadas por um redator.

[123] CV – 3725. Ofício do barão de Caxias a Fructuoso Rivera. Q.G. do Exército, nos campos de Pedro Fagundes, em 20 de outubro de 1844. AAHRGS. V.7, Porto Alegre, 1983, p.27-28.

[124] BN – *O Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821 a 1858.* Nº 6793, Ano XXIII, sexta-feira, 13 de dezembro de 1844. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Luiz%20Osorio&pagfis=28265 Acesso em: 22 de março de 2023. As "notícias do Rio Grande do Sul" não eram assinadas por um redator.

[125] *O Diário de Antônio Vicente da Fontoura*. In: RIHGRS. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934, p.75-78. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/109436/59250 Acesso em: 22 de abril de 2024.

> [...]que fizessem uma representação a S.M.I., assinada por todos os chefes rebeldes, expondo franca e lealmente os motivos que o levaram ao excesso de proclamarem a separação desta província; e que hoje estavam convencidos do seu erro, e dele arrependidos; e por isso que desistiram de tal intento, esperando que a S.M.I. lançasse um véu sobre os seus passados desvarios[...][126]

Assim sendo, os rebeldes negociaram a concessão de anistias, a isenção das fileiras do Exército imperial, o reconhecimento das mesmas patentes que haviam conquistado durante o tempo que serviram nas forças republicanas, entre outros termos. Tudo isso pensando no caso de mais um conflito fronteiriço. As autoridades imperiais procuraram equilibrar a política da província cuja preocupação era com uma possível intervenção militar na região do Prata, como acabou de fato acontecendo, em 1851-1852, na guerra contra Oribe e Rosas.

Contudo, ao final de 1844, para tratar dos termos do acordo de paz, Antônio Vicente da Fontoura viajou ao Rio de Janeiro. Simbolicamente esse foi o início do fim da guerra civil. Entre o final de 1844 e o início de 1845, ocorreram muitas reuniões, trocas de documentos e ofícios. A pacificação pactuada pela elite sul-rio-grandense com o governo imperial foi consolidada em 1º de março de 1845, do que se pode inferir alguns elementos. Em primeiro lugar, tornou-se evidente a dificuldade do Império em finalizar o conflito através da guerra. As forças militares comandadas por Caxias, mesmo em maior número, mais equipadas e em melhor estado, não conseguiam ser assertivas em impedir as movimentações dos rebeldes pelos campos e coxilhas da província. Extenuadas, porém, as forças rebeldes encontravam cada vez mais dificuldades, mesmo conhecendo a topografia do território.

Em segundo lugar, era preciso que o projeto imperial apresentasse minimamente convergências com os anseios das elites daquela província, surgindo daí as negociações. A confiança e a lealdade dos chefes militares legalistas e rebeldes seriam decisivas para a união "da grande família brasileira", consolidando as bases políticas que deveriam se impor contra as forças estrangeiras, ou seja, o perigo era reduzido ao "inimigo externo". A aliança entre Rosas, governador de Buenos Aires, e Oribe, governador do Uruguai, poderia "firmar uma grande aliança dos povos do sul contra o império".[127]

---

[126] BN – *O Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821 a 1858.* Nº 6793, Ano XXIII, sexta-feira, 13 de dezembro de 1844. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Luiz%20Osorio&pagfis=28265 Acesso em: 22 de março de 2023.

[127] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...Op. Cit.; 2008, p.495.

O barão de Caxias sabia que, em caso de guerra na fronteira, precisaria de todos os esforços de legalistas e rebeldes, pois ele mesmo havia experimentado as dificuldades de guerrear naquele território. A negociação com os farroupilhas, portanto, "consolidaria a paz interna, colocando fim a um conflito de nove anos, que provocava verdadeira sangria nos cofres reais, como permitiria à Coroa recorrer em breve a esses mesmos rebelados na guerra que já parecia inevitável contra Rosas".[128]

Todavia, durante a fase final da guerra civil, foi perceptível a aproximação do tenente-coronel Osório com o barão de Caxias. Essa proximidade aumentou a chance de Osório ascender na hierarquia do Exército, o que fez com que, aos poucos, passasse a ser importante dentro da rede de relacionamentos projetada por Caxias, no Rio Grande do Sul. Já no final da revolta, o tenente-coronel não seria requisitado somente para assuntos militares, Caxias havia percebido que também poderia confiar a Osório missões políticas. Essa estratégia, que será retomada a seguir, foram importantes para a consolidação das bases do Estado Imperial na Província de São Pedro.

6.4. Na rede política do barão de Caxias

Assinado o Tratado de Ponche Verde, em março de 1845, Luís Alves de Lima e Silva permaneceu em Bagé por mais alguns dias. Em seu quartel-general, tinha o dever de dissolver batalhões, redistribuir o contingente e, acima de tudo, reposicioná-los para a defesa da fronteira. Contava ele, àquela altura, com o auxílio de oficiais de sua inteira confiança, o tenente-coronel Manoel Luís Osório foi certamente um desses oficiais. Enviado ao acampamento de Santa Maria, em 22 de fevereiro de 1845, o oficial cumpriu as ordens do "Ilm.º e Exmo. Senhor general barão de Caxias", despachando um soldado de seu regimento para a companhia de voluntários alemães.[129]

Da cidade de Bagé, onde estava posicionado seu Q.G., Caxias seguiu para Porto Alegre, onde era há dias muito aguardado, para a celebração de uma "grande festa". A sua chegada ocorreu em 10 de abril e, de fato, foi recebido por uma multidão. No roteiro criado por seu secretário Gonçalves de Magalhães, esteve previsto um cortejo oficial, percorrendo as principais ruas de Porto Alegre e, ao longo do percurso, foram planejadas algumas paradas onde foram feitas homenagens ao "grande pacificador".

[128] Idem, p.510.
[129] CV – 7011. Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao marechal Thomaz José da Silva, no Acampamento em Santa Maria, em 22 de fevereiro de 1845. In: AAHGS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.218.

Os dias seguintes foram cercados de celebrações e compromissos públicos em homenagem a Caxias. Ao que parece, os festejos aconteceram durante todo o mês de abril. Conforme foi assinalado em sua biografia, "talvez esse 'êxtase de prazer' tivesse alguma ligação com os dois últimos decretos imperiais divulgados na província. Um deles, do dia 12 de março, efetivava o barão no posto de marechal-de-campo. O segundo, datado de 25 de março, o elevava conde". De todo o local da província chegavam mensagens e congratulações aos feitos do conde de Caxias e, as comemorações ocorriam inclusive nos quartéis da capital, sendo o 8º batalhão de Caçadores um dos mais badalados nos festejos de abril: "com iluminação, doces e refrescos". Esses encontros eram quase sempre abertos ao povo.[130]

Naqueles dias, foram registrados também bailes, destinados aos indivíduos de maior prestígio, os "homens ilustres" da capital. O que mereceu maior destaque, em 19 do mês de abril – "na casa que serve à sociedade bailante" –, teve cerca de 800 convidados. Essas festas, celebrações ocorridas na rua e os bailes privados, divulgados com certo entusiasmo na imprensa, serviam também como um "palanque político" para o conde de Caxias.

Pouco antes de seu retorno "triunfal" a Porto Alegre, havia recebido orientações do governo para organizar eleições para a escolha de senadores, deputados gerais e provinciais. As datas das primárias, nas quais os votantes escolhiam os eleitores, foram marcadas para o dia 23 de junho de 1845, enquanto as eleições de deputados e senadores foram agendadas para 9 de julho. Os eleitores deveriam escolher três nomes para uma lista tríplice do Senado cuja escolha era prerrogativa do jovem monarca, além de votar nos representantes das assembleias gerais e provinciais.[131] Vale destacar que eleições assim já não aconteciam há bastante tempo na província, pois desde 1838, deputados não eram eleitos e, em relação ao Senado, o Rio Grande do Sul não tinha representante desde 1836.[132] Contudo, aquele pleito eleitoral muito interessava ao conde de Caxias.

Em outras duas oportunidades, refiro-me as eleições de 1841 e 1842, seu plano político foi frustrado por razões diferentes. Após reprimir a Balaiada (1838-1841) no Maranhão, foi eleito para deputado de forma unânime, porém, devido às fraudes ocorridas no processo eleitoral, foram convocadas novas eleições para o ano seguinte. Então, de

[130] Para uma descrição completa desses dias festivos, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... Op. Cit.; 2008, p.533-539.
[131] Idem.
[132] O cargo de senador era vitalício. Portanto, a cadeira estava vaga desde a morte do cônego Antônio Vieira da Soledade, em 1836.

volta ao Rio de Janeiro e longe do Maranhão, não obteve os votos suficientes para se eleger deputado, sentindo-se "completamente esquecido". No Rio Grande do Sul, para evitar que acontecesse o mesmo, candidatou-se ao cargo de senador. "Essa prática de se candidatar a um cargo político como representante da província onde se tinha finalizado um serviço era bastante comum, quase uma regra entre os oficiais militares de alta patente".[133]

Para ser assertivo nas eleições, o conde de Caxias ativou a sua rede política, ao que parece, o tenente-coronel Manoel Luís Osório era uma "das estrelas da constelação" que o conde de Caxias comandava no Rio Grande do Sul. Aqui utilizo-me da metáfora elaborada pelo antropólogo Fredrik Barth, que, para melhor compreender o funcionamento de redes sociais complexas, considerou ser importante identificar uma "estrela de primeira ordem (*first-order star*)".[134] Em outras palavras, uma espécie de elemento nodal para o qual convergiam o conjunto de interações sociais.[135] Caxias era a estrela principal da rede que se tornou responsável por apaziguar a elite sul-rio-grandense. Tanto que, após o êxito que teve a sua intervenção na guerra civil, era preciso que o conde confirmasse a sua "popularidade" nas urnas. Através de correspondência, deu a seguinte orientação ao tenente-coronel Osório: "Vá para Bagé e cabale forte, deixe o mais por minha conta".[136]

Para encontrar êxito político naquelas eleições, mantendo a analogia feita no parágrafo acima, Caxias sabia que era importante se aproximar de outros "astros", atraindo-os para a sua "constelação". Com isso, Osório atuou como "cabo eleitoral" de Caxias, ou seja, trabalhar para fazer dele senador pelo Rio Grande do Sul. É possível afirmar que Osório não deixou passar essa chance de aumentar seu cabedal político, durante a campanha, também resolveu lançar-se candidato ao cargo de deputado provincial. Entretanto, naquela conjuntura, é difícil imaginar qual a sua pretensão em relação à política. A eleição poderia fazer crescer sua confiança com o governo imperial e aumentar o seu poder de intervir nas dinâmicas políticas locais, porém, um cargo formal

[133] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*. Op. Cit.; 2008, p.540.
[134] BARTH, Fredrik. Scale and network in urban western society. In: BARTH, Fredrik (Ed.). *Scale and social organization.* Oslo: Universitetforlaget, 1978, p.163-183.
[135] A metáfora também foi utilizada por: COMISSOLI, A; COSTA, M. A. S. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. *Métis: história & cultura* – v.13, n.25, jan./jun. 2014, p.11-30.
[136] Correspondência do conde de Caxias a Manoel Luís Osório, em 1845. In: OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*...Op. Cit.; 1894, p.422.

na estrutura política provincial exigiria algumas contrapartidas, embora também oferecesse vantagens.

Até então, Manoel Luís Osório era um estanceiro que tinha uma atuação predominantemente militar. Mais afeito à prática do que aos discursos, procurava maneiras alternativas de expressar-se politicamente, sendo uma delas nos bastidores dos pleitos eleitorais, contagiando eleitores e votantes com a sua influência. Assim, durante as eleições na província, foi frequentemente flagrado "cerrando fileiras" para consagrar a vitória aos seus candidatos. Concomitantemente, a expressão política adotada foi também matéria de denúncia de seus adversários políticos.

A título de exemplo, anos mais tarde, quando da criação do Partido Liberal, a atuação de Manoel Luís Osório – um dos líderes e fundadores desse partido no Rio Grande do Sul – gerou fortes críticas de seus antigos companheiros de farda, como o general João da Silva Tavares (barão de Cerro Alegre), seu antigo comandante durante a Farroupilha, que o acusava de cometer grandes "excessos" durante as eleições:

> [...]envolvendo-se com a Guarda Nacional e praticando tudo quanto lhe apraz, desrespeitando as ordens que recebeu, valendo-se da posição oficial que ocupa, como comandante desta Fronteira de Bagé, do Comando de uma Brigada do Exército, até girando em pessoa pelas casas dos habitantes com uma escolta, e oficiais das suas ordens, amedrontando-os com esse aparato, exigindo votos, e dizendo que não compareça a votar os que não o seguirem, e outros feitos reprovados de um Oficial General do Exército[...]"[137]

Importante dizer que, assim como é sempre prudente relativizar as denúncias feitas por um opositor político,[138] por outro lado, é também prudente considerar que tais denúncias possam refletir a realidade. Nessa medida, é possível pensar que Manoel Luís Osório já se utilizasse de meios semelhantes, à época em que se elegeu deputado provincial.[139]

A circulação de Osório na sociedade política rio-grandense, o conectavam ao mundo fronteiriço, pois seus serviços na região foram sempre muito requisitados. Talvez

---

[137] Correspondência de da Silva Tavares ao presidente da província Joaquim Antão Fernandes Leão, em setembro de 1860. In: AHRS. Fundo Guarda Nacional, Cx.1, m.2. Agradeço ao historiador Leandro da Rosa Oliveira a indicação deste fundo documental.

[138] Vale destacar que nas eleições gerais do 1860, Manoel Luís Osório conseguiu eleger ao menos 3 candidatos. Foram eles: Félix da Cunha, Irineu Evangelista de Souza (barão de Mauá) e Amaro José d'Ávila da Silveira. Ver: VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte...* Op. Cit.; 2007, p.55.

[139] Em minha pesquisa de mestrado, identifiquei esse mesmo tipo de denúncia realizada por Manoel Luís Osório, em relação ao Partido Conservador. Ver mais em: GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval.* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPHR, Seropédica, 2019.

o seu grande trunfo, àquele momento fosse, de fato conhecer a linguagem dos *"guascas"* de sua província.[140] Essa seria uma marca que carregaria até os últimos dias de sua vida.

O conde de Caxias sabia da popularidade do tenente-coronel Osório entre os oficiais subalternos, inferiores e baionetas. Desses, apenas os últimos não poderiam participar daquela votação em 1845. Segundo ele: "os soldados não votam para que se diga que eu quero impor uma eleição à província, em baionetas; porém, os cabos, oficiais, etc; não deixam de fazer número. Seu camarada e amigo, Conde de Caxias".[141] Para atingir o êxito necessário, isto é, conseguir os votos das "camadas subalternas", era necessário esse tipo de mediação.

Era impossível que o conde de Caxias, por mais observador que fosse, tivesse como recordar pessoalmente dos milhares de guardas e de praças que estiveram sob seu comando. "Nessa equação tornam-se fundamentais os oficiais inferiores", subalternos e superiores do Exército. Esses indivíduos (furriel, segundo-sargento, primeiro-sargento, segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel) estavam conectados a outros tantos homens que poderiam ser seus correligionários, clientes, sócios, parentes, amigos etc. Uma vez dentro de uma rede política, em períodos de eleições e de recrutamento militar para guerra, por exemplo, esses indivíduos passavam a ser considerados parte de um conjunto de interações que eram imprescindíveis a qualquer projeto político.[142]

Vale ressaltar que, antes da Revolta Farroupilha, Manoel Luís Osório era ainda pouco conhecido. Em 1835, era ele apenas um simples tenente do Exército, não possuía nenhuma grande condecoração militar, e a sua fé-de-ofício registrava ainda poucos destaques. Porém, ao final daquela campanha militar, além de ser reconhecido com a patente de tenente-coronel, conseguiu obter o respaldo de outros chefes militares importantes. Além disso, foi condecorado com as honrarias de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e da Rosa.[143]

Aproveitando-se da sua popularidade entre as forças militares, somada à influência que seu sogro, Zeferino Fagundes de Oliveira, possuía em Bagé, não somente

---

[140] O termo possuía algumas aplicações. Poderia se referir às tiras de couro, mas também aos trabalhadores que manipulavam o couro. No sentido acima aplicado, tinha a intenção de fazer referência a pessoa do campo, que residia no interior, "denominação dada aos rio-grandenses". Ver: Glossário de termos gauchescos. Disponível em: https://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html Acesso em: 22 de abril de 2023.
[141] Correspondência do conde de Caxias a Manoel Luís Osório, em 1845. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*...Op. Cit.; 1894, p.422.
[142] MUGGE, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit.; 2016, p.127.
[143] BN - Setor de Manuscritos – Localização: C-0603, 015, Nº 002.

ajudou a eleger o conde de Caxias, como também foi eleito deputado provincial. Em setembro de 1845, logo que ficou ciente do resultado das eleições, Caxias escreveu-lhe o seguinte: "Já saberá que S.M.I. no mesmo dia em que chegou à Corte a ata das eleições, escolheu-me senador por esta província, isto é, completou a obra que V. S. e mais amigos principiaram". A sua vitória na província, conforme relatou, era também obra dos trabalhos de Manoel Luís Osório.[144]

A legislatura de 1846-1847 ficou marcada pela eleição de vários bacharéis em Direito, e grande parte deles eram formados pela Faculdade de São Paulo. Entre titulares e suplentes, aquela legislatura contou com a presença de 15 bacharéis.[145] Junto a eles, os eleitores da província elegeram outros companheiros de farda de Caxias e Osório, entre os quais, pode-se salientar: o tenente-coronel Patrício Corrêa da Câmara, o coronel João Propício Menna Barreto, o coronel Manuel Marques de Souza (conde de Porto Alegre).[146]

Essa eleição era um sinal de que "mesmo tendo muitos contatos na província, a base política de Caxias estava no Exército, e nesse momento não poderia desprezá-la". Alguns desses oficiais se tornaram de sua inteira confiança, sem dúvida, esse era o caso do tenente-coronel Osório que, ao longo do conflito, "havia se aproximado bastante de Caxias, sobretudo depois que começou a servir como emissário junto aos rebeldes e a Fructuoso Rivera, e agora continuava sendo considerado por ele um 'amigo'. Era com esse termo que o general se despedia em seus ofícios[...]".[147] A parceria entre essas duas autoridades militares – Caxias e Osório – naquelas eleições, foram muito profícuas.

Em relação aos deputados gerais, das três cadeiras que estiveram em disputa, Caxias conseguiu emplacar ao menos duas. Uma ficou com Gonçalves de Magalhães, seu secretário de governo, e seu amigo muito próximo, além de eleger o primo e promotor, Luiz Alves de Oliveira Bello.[148] Para a terceira cadeira, foi eleito Joaquim Vieira da Cunha, fazendeiro e comerciante de grande influência na província. Se o conde talvez não o conhecesse, tudo indica que Manoel Luís Osório tivesse algum tipo de ligação com esse indivíduo. O irmão dele – Manoel Vieira da Cunha – seria padrinho de batismo da filha de Manoel Luís Osório.[149]

---

[144] Correspondência enviado pelo conde de Caxias a Manoel Luís Osório, de Porto Alegre, em 22 de setembro de 1845. In: OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*...Op. Cit.; 1894, p.423.
[145] FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1845): crônica histórica.* Porto Alegre: CORAG, 2004, p.22.
[146] Idem.
[147] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*...Op. Cit.; 2008, p.541.
[148] Idem, p.536.
[149] Ver capítulo IV, nota 64, p.187.

Por tudo isso, é possível afirmar que naquele contexto pós-guerra civil, o tenente-coronel Manoel Luís Osório foi um dos principais expoentes da rede organizada em torno do conde de Caxias. Essa rede seria acionada sempre que fosse necessário resolver algum assunto ligado ao mundo da guerra, mas também a assuntos políticos. Em relação aos cargos provinciais, entre os deputados eleitos para a Assembleia estavam indivíduos que reuniam grande prestígio, fosse pelo histórico familiar, ou pelas atuações recentes nos campos de batalha. No caso de Manoel Luís Osório, é possível notar o seu enquadramento nessas duas tipologias, porém, sem dúvida, a sua atuação na farroupilha e o prestígio que arrematou ao longo do conflito, em especial quando Caxias foi nomeado presidente da província, foram decisivos para a sua eleição.

No dia 12 de setembro, a capital Porto Alegre foi tomada por novos festejos. Dessa vez, em comemoração ao resultado das eleições, mas não foi possível confirmar se Manoel Luís Osório participou dessa celebração. Ao que parece, sua base eleitoral estava na fronteira sul, para ser mais específico, sua base estava em Bagé, local onde residia à época. Durante o ano de 1846, mesmo sendo eleito deputado, Osório não compareceu a nenhuma das sessões da 2ª Legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, inaugurada em 1º de março de 1846. Pode-se inferir que a representação provincial poderia causar um certo desconforto a Manoel Luís Osório, pois não era o tipo de ambiente social que estava acostumado a frequentar. Naquele momento, posicionado não muito distante da cidade de Bagé, com o 2º Regimento de Cavalaria, o tenente-coronel Osório exercia o posto de comandante. Era responsável por guarnecer uma fronteira seca, sem a existência de rios ou arroios como limite topográfico com o Estado Oriental. Portanto, a tarefa não era nada simples, haja vista ser este um amplo território, que apresentava com frequência a circulação de bandos armados.

Ao final de 1845, porém, o tenente-coronel Osório teve de se ausentar daquele comando, quando foi convocado para uma nova missão especial. Naquele contexto, a elite política, e a oficialidade da província receberam com entusiasmo a notícia de que o Imperador, sua esposa e integrantes da Corte, visitariam a província. Um grandioso cerimonial foi estruturado, possivelmente gerando expectativa entre a população, pois era a primeira vez que a sociedade local receberia o jovem Monarca. A ideia de D. Pedro II era percorrer algumas cidades e vilas do interior da província, com o intuito de estreitar os vínculos com os habitantes da província, após anos em armas contra o Império.

Para conduzir essa "excursão real" pelos campos da província, Caxias escalou um oficial de sua inteira confiança, para que D. Pedro II percorresse aquele território em total

segurança. Tratou logo de contatar o tenente-coronel Manoel Luís Osório. Incumbido da missão, foi preparar a sua guarda de honra para guiar o Imperador em sua viagem pela província.[150] Infelizmente não encontrei nenhuma referência aos homens que compunham essa guarda.

No entanto, encontrei documento de autoria de Manoel Luís Osório, na realidade uma "relação dos cavalos comprados em 1845 quando da vinda do Imperador, por ordem do Ilmo. Exmo. Snr. general conde de Caxias", que seriam utilizados "para o serviço nacional e imperial". Ao analisar o documento, é possível notar que os animais comprados, cerca de 46 cavalos, foram selecionados com certo critério pelo tenente-coronel Osório, pois pertenciam a 17 vendedores diferentes. Nesse tipo de fonte, nem sempre é possível inferir se o oficial responsável pela missão de compra, neste caso Manoel Luís Osório, retirava alguma vantagem. Entretanto, vale registrar que a maior parte dos vendedores – 14 deles para ser exato – eram da cidade de Bagé. A região sul da província, próxima à fronteira, era importante local de criação de gado bovino e cavalar, mas também era a cidade na qual Osório residia e onde certamente possuía importantes redes de relacionamentos.[151]

Durante o século XIX, a confiança pessoal era fundamental nas relações de compra e venda, até porque, muitas vezes, o governo imperial preferia fazer o pagamento a prazo, através do caixa militar ou pagadoria da província. "Este era um expediente mal visto pelos donos de animais, pois não se podia ter certeza de que o ressarcimento posterior ocorreria efetivamente". Diante desse cenário, o negócio "dependia do prestígio e da confiança que os comandantes militares possuíam entre a população", ou seja, era natural que o tenente-coronel Osório recorresse aos criadores de sua região, com quem possuía maior margem de negociação, aumentando também o seu cabedal social.[152]

A viagem de D. Pedro II tinha o interesse de espalhar sinais "da alta conta em que o Imperador tinha os rio-grandenses". Naquele território, o jovem imperador resolveu passar seu aniversário de 20 anos.[153] Segundo consta, após algumas paradas em Santa Catarina (em Desterro, Freguesia da Lagoa, do Ribeirão e de Caldas), a comitiva aportou no Rio Grande do Sul. Ao que parece, Manoel Luís Osório os acompanhou durante todo o itinerário. Do início do mês de dezembro ao início de fevereiro de 1846, S.M.I percorreu

[150] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... Op. Cit.; 2008.
[151] Relação dos cavalos comprados em 1845. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército, DL244.012.
[152] FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais*...Op. Cit.; 2007, p.191.
[153] Seu nascimento ocorreu no Rio de Janeiro, em 02 de janeiro de 1825.

as localidades de Triunfo, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul e São Gabriel.[154] Ainda assim, não encontrei registros seus a respeito dessa expedição com o Imperador.

Findada a sua viagem pelo Rio Grande do Sul, ainda nos primeiros dias de fevereiro, o tenente-coronel Osório retornou ao acampamento, às margens do Rio Piraí, em Bagé. Lá encontrou ofícios de autoridades policiais e militares dando informações da situação fronteiriça. Ao que parece, ainda no processo de remontagem de suas forças, Manoel Luís Osório expediu documentos prestando informações sobre alguns oficiais.[155] Como dito anteriormente, a preocupação com a defesa da fronteira assumia grande relevância.

Através da correspondência que Osório manteve com seu irmão, José Luís Osório, o tenente da Guarda Nacional, que teve sua reforma aprovada ainda durante a Farroupilha, é possível constatar que, naquela conjuntura, dividiu-se entre os seus negócios e o comando do 2º R.C. O seu irmão – José Luís – havia se tornado responsável por conduzir os negócios de compra e venda de gado da família, mas procurava sempre manter o irmão a par das finanças.[156]

Nos primeiros meses de 1846, as notícias que circulavam sobre a fronteira eram de frequentes movimentações de tropas, isso ocorria em decorrência do agravamento da guerra civil no Estado Oriental, que havia iniciado em 1839. Ao menos desde abril de 1842, Manoel Luís Osório já monitorava essa região, segundo consta em ofícios seus com autoridades militares, tinha notícias da circulação mais intensa de tropas armadas na fronteira. O conflito entre os partidários de Oribe (do Partido Blanco) e de Fructuoso Rivera (do Partido Colorado) refletiam na política da província, assim como, anteriormente, a Revolta Farroupilha também devia ter influenciado na política daquele país.[157]

Antes mesmo da assinatura do tratado que determinou o fim da guerra civil no Rio Grande do Sul, as autoridades já monitoravam as fronteiras do Império. O ainda barão de Caxias percebeu que, para regular as fronteiras da província, era preciso empregar oficiais de sua confiança que precisavam dispor de canais de comunicação na região. A sua

[154] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... Op. Cit.; 2008.
[155] Ofício de Manoel Luís Osório ao coronel deputado do ajudante general Casimiro José da Câmara e Sá, em 17 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. AHRS. FAM. Cx. 80, m. 147, l. 190, doc.143, 1846.
[156] Cartas enviadas por José Luís Osório a Manoel Luís Osório, em Santa Bárbara e em Caçapava, em 29 de setembro e 26 de novembro de 1845 e em 06 de agosto de 1846. IHGB – Arquivo General Osório. Núcleo Familial. DL.226.026.
[157] CV – 7007. Ofício do major Manoel Luís Osório ao general em chefe do Exército (conde de Rio Pardo). Em Rio Grande, 26 de abril de 1842. In: AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006, p.217.

aproximação com esses indivíduos que, ao final da Farroupilha, seriam nomeados para os postos de comando de fronteira, fizeram parte de sua estratégia militar.[158] Em outras palavras, após a guerra civil, a ordem social nas fronteiras foi sustentada por uma rede de poderes distribuídos entre oficiais comandantes de fronteira e comandantes superiores de guardas nacionais. Esses cargos, sempre muito disputados em esfera local, serviam para legitimar a influência de certos grupos na política de uma determinada região.[159]

O tenente-coronel Osório esteve entre os oficiais que, no fim da guerra civil, foi incumbido do comando do 2º Regimento de Cavalaria, posicionado às margens do Rio Pirahy ou Piraí, nas proximidades de Bagé. A localidade era próxima à região limítrofe com o Uruguai. Tinha instruções de monitorar e controlar o contrabando na região, a entrada de estrangeiros sem "passaporte", a circulação de bandos armados, entre outras.

A exemplo disso, em ofício ao conde de Caxias, em 2 de fevereiro de 1846, prestava informações a respeito de "dezoito emigrados orientais", que "sem terem carta de residência, se achavam vagabundos" pela região de Bagé. Esses indivíduos, segundo o documento, "perturbavam a tranquilidade dos habitantes dos subúrbios dessa povoação". De acordo com o tenente-coronel Osório, seus homens tinham ordens de desarmar os ditos "emigrados sem ocupação" e "retirá-los para o interior" da província.[160]

A forma como Osório conduziu essa questão, estava embasada nas "Instruções Provisórias para os Comandantes dos Destacamentos da Fronteira de Bagé".[161] As recomendações foram a ele encaminhadas e tinham a intenção de manter "a neutralidade nos negócios do país vizinho e, por outro lado, manter a tranquilidade dos habitantes desta fronteira, procurando vedar as correrias de tais emigrados pelo Estado Oriental". Segundo ele, esses indivíduos não tinham a pretensão apenas de "adiantar a sua causa, mas sim, como recentemente tem acontecido, matarem e saquearem brasileiros que estão na campanha daquele estado, trabalhando em suas fazendas".[162]

Segundo denúncias de brasileiros residentes na fronteira, tais homens, "por várias vezes, têm feito perturbar o sossego do povo, e seus subúrbios, com tiros e andando em

---

[158] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... Op. Cit.; 2008; MUGGE, Miquéias. *Senhores da Guerra*... Op. Cit.; 2016.

[159] MUGGE, Miquéias H. Sobre a pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha. *Oficina do Historiador*, v.7, 2014, p.1472.

[160] Ofício de Manoel Luís Osório ao presidente Conde de Caxias, em 5 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. AHRS. FAM. Cx.80, m.147, l.190, doc.141/ nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.

[161] Eram cerca de 14 instruções que deveriam balizar as ações na fronteira. AHRS. FAM. Cx.80, m.147, l.190, doc.142/nº 1; Instruções passadas pelo comandante de Bagé, em Piraí, 05 de fevereiro de 1846. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.013.

[162] Ofício de Manoel Luís Osório ao presidente Conde de Caxias, em 5 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. AHRS. FAM. Cx.80, m.147, l.190, doc.141/ nº 1.

grupos pelas ruas, com continuados roubos de cavalos". Ao que parece, quando retornou à guarnição, Osório percebeu que as denúncias geraram um princípio de atrito entre duas autoridades, o major comandante interino da guarnição de Bagé, Carlos Resin e o subdelegado de polícia da mesma localidade, Irineo Riet da Rocha.[163]

O primeiro, que ainda não havia sido mencionado nesta tese, se tornaria um oficial respeitado no Exército, alcançando o posto de general durante a Guerra do Paraguai. O segundo, já mencionado anteriormente, casou-se com uma das filhas de Pedro Fagundes de Oliveira, estancieiro em Bagé e irmão do sogro de Manoel Luís Osório.[164] Mas isso não parecia ter causado nenhum efeito direto. O tenente-coronel, após consultar o presidente e comandante das Armas conde de Caxias, parecia ter defendido o procedimento adotado pelo major Carlos Resin, em desarmar e retirar os ditos homens para o interior da província.[165]

Esse episódio, porém, serviu para que as autoridades daquela fronteira aumentassem a vigilância nas movimentações de tropas, pois temia-se que o recrudescimento das tensões pessoais no país vizinho atingisse os habitantes da província de São Pedro. Após anos de guerra civil, era difícil imaginar que os rio-grandenses não tivessem alguma simpatia por um dos lados do conflito uruguaio.[166]

A atuação do tenente-coronel Manoel Luís Osório, nesse período, torna-se interessante de ser observada, em especial, em relação aos antigos parceiros de farda. Ao mesmo passo em que se tornou peça-chave da estratégia política que o governo imperial resolveu implementar na fronteira meridional, possuindo um amplo canal de comunicação com outras lideranças, Manoel Luís Osório era também um homem de negócios. Essa contradição, por assim dizer, entraria em cheque durante o pós-guerra civil.

Um episódio que parece ilustrar esse processo foram as chamadas "califórnias de Chico Pedro".[167] Esse assunto será tratado no próximo subcapítulo. Vale destacar que não vou deixar de analisar os relacionamentos mantidos por Osório. Ao contrário disso, a

---

[163] Idem.
[164] Ver capítulo IV.
[165] Ofício de Manoel Luís Osório ao presidente Conde de Caxias, em 5 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. AHRS. FAM. Cx.80, m.147, l.190, doc.141/ nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.
[166] PICCOLO, Helga I. "Nós e os outros": conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH).* Anais da XVII Reunião. São Paulo, 1997, p.219-220. "[...] tensão política na região platina onde as interações políticas por necessidades ou conveniências [...] foram fundamentais"; esse "[...] espaço fronteiriço sul-rio-grandense, espaço cuja importância estratégica não provinha apenas de sua condição de asilo político, mas também pela possibilidade de reabastecimento e reorganização dos lados em luta".
[167] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue*... Op. Cit.; 2021.

ideia é ampliar a análise e perceber como essas conexões mantidas por ele, foram convertidas em ações efetivas na fronteira do Império.

6.5. Falar o mesmo idioma dos *guascas* da fronteira

Do ponto de vista político, para utilizar uma expressão coloquial, o Uruguai parecia mais uma "pedra no sapato" nas pretensões do Estado Imperial brasileiro. Isso porque a "neutralidade" definida como política externa em relação aquele país, desde a Guerra Cisplatina, acabou ocasionando vários prejuízos nas relações do próprio Império com os fazendeiros e charqueadores sul-rio-grandenses. Essas elites, como foi possível mostrar nos capítulos anteriores, colocaram-se em luta contra o Império, em 20 de setembro de 1835, reclamando entre outras coisas, das altas taxas de impostos sobre os principais gêneros produzidos naquela região: os derivados da criação de gado. Os charqueadores rio-grandenses e os *saladeros* uruguaios, por serem grandes produtores do gênero alimentício, muitas vezes disputavam o mesmo mercado consumidor.

Não é sem explicação que, quando assinado o Tratado de Ponche-Verde, que colocou termos à guerra civil no Rio Grande do Sul, estabelecendo um novo pacto com a elite estancieira, uma das bases do novo acordo era que a produção rio-grandense tivesse vantagens em relação àquelas dos países vizinhos, ou, ao menos, que não registrasse desvantagens. Nem que, para isso, fosse necessário levar o conflito para o território uruguaio. Os interesses dos "senhores-guerreiros" do Rio Grande do Sul foram decisivos para a atuação mais ativa do Império do Brasil, em relação àquela fronteira.

Em 1839, o Uruguai entrou em guerra civil. As duas facções políticas, os "blancos" e os "colorados", desde a Independência do país, duelavam pelo controle político da República Oriental do Uruguai. Muitos interesses estiveram em disputa e, aos poucos, o conflito teve desdobramentos geopolíticos marcantes com a participação de várias províncias argentinas e do Império do Brasil.[168]

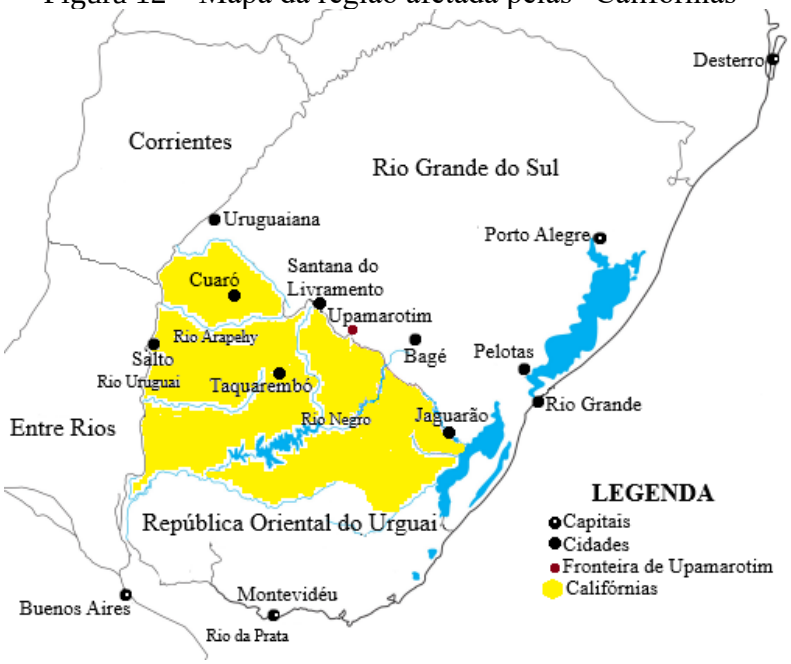
O objetivo deste subcapítulo é entender como o contexto pós-guerra civil no Rio Grande do Sul, que ficou marcado também pela continuidade dos conflitos na República Oriental do Uruguai, implicou a mobilização de tropas para garantir a ordem na fronteira. A exemplo de outros oficiais do Exército, o tenente-coronel Manoel Luís Osório foi posicionado em acampamento avançado, em Piraí, próximo a Bagé, junto ao 2º

[168] MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*... Op. Cit.; 2015.

Regimento de Cavalaria. A região registrou movimentação constante de grupos armados entre 1846-1852.[169]

Por essa razão, é possível inferir que, mesmo com o fim da Revolta Farroupilha, os rio-grandenses não deixaram de pegar em armas nos anos seguintes. Isso porque, para a consolidação do projeto imperial, era necessário manter e, talvez, ampliar a estrutura das forças militares levadas àquela província. Ainda que, ao final da guerra, tenha ocorrido um grande apelo por concessões de "isenção do serviço da 1ª linha e da Guarda Nacional", "o contexto de fronteira exigia cuidados".[170] E, para isso, as autoridades imperiais tiveram de confiar inclusive em antigos chefes rebeldes. Àquela altura, as conexões e os conhecimentos, que esses oficiais rio-grandenses tinham em relação ao território, não poderiam ser desprezados. Dito de outra forma, "a guerra havia acabado, mas a estrutura de mando da elite política-militar rio-grandense não havia mudado de forma contundente".[171] Além do que, ao se tratar da disputa pelo controle dos campos ao norte do Uruguai, eram os interesses desses "senhores da guerra" que estavam em jogo.

Figura 12 – Mapa da região afetada pelas "Califórnias"



Fonte: Mapa adaptado de MUGGE, Miquéias H. *Senhores da Guerra*...Op. Cit; 2016, p.146; Localização aproximada baseada em: MENEGAT, Carla. "*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*...Op. Cit.; 2015, p.272.

[169] AHRS – FAM. Documentos do tenente-coronel Manoel Luís Osório. Cx. 80, m. 147, l.190, 1846; 1847; 1848; Cx.83, l.191, m.150, 1849; Cx.88, m.157, 1851; Cx.92, m.162, l.194, 1852.
[170] MUGGE, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit., 2016, p.40.
[171] Idem, p.58. Segundo os dados analisados por Miquéias Mugge, mesmo 10 anos depois da pacificação da província, grande parte dos guardas nacionais eram comandados por oficiais com histórico rebelde.

Naquele contexto, a ausência de cercas e/ou alambrados entre as propriedades impedia que os criadores distinguissem seus gados, dispersos por outras fazendas. A marcação do gado, já era, nesse período, uma prática comum entre os pecuaristas brasileiros, mas ainda incomum no Uruguai, garantiu que os rio-grandenses obtivessem grandes vantagens na marcação de animais de rebanhos criados soltos no país limítrofe. No final da década de 1840, ao norte do Rio Negro, existia algo próximo à 500 propriedades[172] pertencentes aos pecuaristas brasileiros:

> As invernadas dessa região possuíam pastagens de qualidade superior aos campos do Rio Grande do Sul, propiciando a produção de rebanhos bovinos de alta porcentagem de carne por cabeça, o que permitia uma maior e melhor produção de charque na Província de São Pedro. Assim, as estâncias, no Uruguai, eram fundamentais aos estancieiros e saladeiros sul-rio-grandenses. O movimento de tropas na fronteira era intenso, tanto para as charqueadas no lado brasileiro, como no envio de tropas dos campos do Rio Grande do Sul para a engorda nas invernadas do Uruguai.[173]

Entretanto, desde o final da década de 1830, como dito anteriormente, o país vizinho estava envolto em uma guerra civil. O líder "blanco" Manuel Oribe, que deixara a presidência em 1838, concentrava suas forças no interior do país, principalmente na região norte. Assim, implementou uma política contrária aos negócios dos estancieiros brasileiros, impedindo a "marcação de seus gados, e o confisco de boa parte do couro produzido". Além disso, após o país vizinho abolir a escravidão em 1842, que depois foi confirmada em nova lei de 1846, os trabalhadores escravizados sentiam-se estimulados a seguir para o território uruguaio, como forma de conquista de suas liberdades.[174]

Essa situação gerou prejuízos aos proprietários do Rio Grande do Sul. Tanto que a definição dos limites entre os territórios esteve entre as "cláusulas" acordadas em Ponche Verde, no tratado que pôs fim à guerra civil em 1845. Essa situação iria agravar nos anos seguintes sobretudo porque Oribe, o líder "blanco", tinha ligações com Juan

---

[172] ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites.* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PPG-História, 2002, p.22-25.

[173] CHRISTILLINO, Cristiano l. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p.56-57.

[174] CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da liberdade*... Op. Cit.; 2013.

Manuel Rosas, governador de Buenos Aires que aspirava um projeto de "reintegração do Vice-Reino do Rio da Prata".[175]

Enquanto isso, a facção "colorada", que havia assumido o governo em 1838, quando o seu líder, Fructuoso Rivera, derrotou Oribe, em eleição indireta, manteve o controle da capital Montevidéu. Para isso, parece que contava com a ajuda internacional da França e da Inglaterra, grandes interessadas em ampliar o comércio na Bacia do Prata, que, àquela altura, estava sob o controle de Rosas.[176] Nessa questão internacional, os estancieiros brasileiros, estabelecidos ao norte do Uruguai, denunciavam os prejuízos de seus negócios com o crescimento das movimentações armadas na fronteira. Com o avançar dessa questão fronteiriça, houve a intervenção militar do Império do Brasil no Uruguai, isto é, a campanha contra Oribe e Rosas, entre 1851-1852.

É preciso ter em mente que, desde antes da metade da década de 1840, os fazendeiros brasileiros situados no norte do território uruguaio, onde possuíam fazendas e de onde retiravam grandes fatias de seus lucros, denunciavam as violências das quais eram alvo. Essas violências pareciam ocorrer de forma sistemática. Em fevereiro de 1846, em ofício ao conde de Caxias, ainda na presidência da província e no comando de Armas, o tenente-coronel Manoel Luís Osório, comandante interino da Fronteira de Bagé, remeteu "preso o oriental Raphael Subarão".[177] Em anexo, seguia um ofício que recebeu do major Carlos Resin, este um oficial de sua confiança, no qual assinalava que Raphael Subarão era "um dos agentes sedutores da tropa desta guarnição" e estaria espalhando "falsas notícias" de que "batalhões em Porto Alegre" haviam se "levantado" contra a "guarnição de Rio Pardo", matando "vários oficiais".[178]

Conforme o relato de Carlos Resin: "estes malvados, já há muitos dias andaram aqui, mas eu dei logo as providências necessárias a tal respeito, e tudo se desvaneceu". Para ele, "não havendo medidas enérgicas, não se estenderá só a sedução a tropa, como aos escravos, e a muitos brasileiros que pertenceram ao partido rebelde, que acostumados a pilhagem antes o querem ser, do que trabalhar". A Raphael Subarão e outros "sedutores"

[175] MUGGE, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit.; 2016, p.44.
[176] MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*... Op. Cit.; 2015, p.205-206.
[177] AHRS – FAM. Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao conde de Caxias, no Piraí, em 17 de fevereiro de 1846. Cx.80, m.147, l.190, 1846, Doc.144.
[178] AHRS – FAM. Ofício do major Carlos Resin ao tenente-coronel Manoel Luís Osório, em Bagé, no dia 17 de fevereiro de 1846. Cx. 80, m. 147, l.190, 1846, Doc. 144/1.

de tropas, de acordo com os ofícios de Resin e Osório, o Partido Blanco prometia pagar "uma onça de engajamento".[179]

Mostrando-se preocupado, Manoel Luís Osório acrescentou ao conde de Caxias: "[...] suspeito que esse aliciamento não seja só tentado em Bagé", mas também "nas guarnições de Jaguarão, Santa Anna do Uruguai". E, assim, concluía: "Penso Exmo. Snr. que é bem pouco conveniente que os estrangeiros que partilham opiniões políticas relativas à guerra dos Estados vizinhos comerciem pelas povoações da fronteira, e imediações desta".[180]

Para se ter uma ideia, poucos dias depois, em 12 de fevereiro de 1846, Manoel Luís Osorio dizia saber, "por mais de duas vias", que um bando – cujo nome do chefe não consegui decifrar – "saqueou o [general] Netto no Uruguai, levou-lhe armas, cavalos e alguns negros". Em contrapartida, tudo indica que, "contando com proteção dos 'blancos'", Netto perseguiu esse bando armado e, Osório dizia não saber o "resultado".[181]

Caso essas informações fossem verídicas, vale salientar que até mesmo um importante chefe farroupilha à época poderia ser alvo naquela fronteira. É possível que Netto tenha recuperado alguns de seus "bens",[182] todavia, ficava evidente o caos social que acometia aquela região. Vale lembrar a relação de amizade que Osório e Netto pareciam ter estabelecido, desde antes da Farroupilha. A ele, se referia como: "meu camarada e amigo, general Netto",[183] portanto não seria nenhum absurdo considerar que Osório tivesse contado com os trabalhos de Netto nos bastidores políticos, em 1845, na eleição que o tornou deputado provincial, e que elegeu o conde de Caxias no Senado Federal.[184]

---

[179] Idem. "Uma onça" era uma unidade usada para medir o peso de metais, como ouro e prata. O termo era muito usual na região sul, durante o século XIX.
[180] AHRS – FAM. Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao conde de Caxias, no Piraí, em 17 de fevereiro de 1846. Cx.80, m.147, l.190, 1846, Doc.144.
[181] AHRS – FAM. Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao conde de Caxias, no Piraí, em 12 de fevereiro de 1846. Cx. 80, m. 147, l.190, 1846, Doc.142.
[182] Na notícia sobre a morte de Netto, durante a Guerra do Paraguai, foi assinalado que: "o brigadeiro Netto, rio-grandense, depois que findou a revolução de sua província, da qual foi um chefe distinto e um dos carácteres mais puros, retirou-se para o Estado Oriental, onde chegou a fazer uma colossal fortuna". BN – *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) – 1848 A 1868.* Anno XXIII, Nº 200, sábado, 21 de julho de 1866, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/217280/per217280_1866_00200.pdf Acesso em 20 de março de 2024.
[183] Carta de Manoel Luís Osório ao filho Fernando Luís Osório, de Tuiuti no Paraguai, em 5 de julho de 1866. In: BN – *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) – 1848 A 1868.* Anno XXIII, Nº 216, segunda-feira, 6 de agosto de 1866, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/217280/per217280_1866_00216.pdf Acesso em 20 de março de 2024. A carta foi primeiro publicada no periódico *Correio Paulistano*, sendo depois reproduzida no periódico acima.
[184] Sobre essa eleição, ver subcapítulo anterior.

A partir do término da guerra civil, Netto foi residir em suas estâncias na fronteira, onde virou uma espécie de porta-voz dos "estancieiros radicados no Uruguai", mas sua influência política na região sul da província de São Pedro continuou sendo muito importante.[185] Em 1847, surgiram boatos de que ele estaria em conspiração com Oribe, para atacar propriedades rio-grandenses na fronteira sul, de onde deveriam retirar gado e libertar escravizados. Algumas autoridades imperiais diziam saber da "grande probabilidade de certeza que Netto, outrora chefe de uma força rebelde, estar de inteligência com Oribe, que reúne forças, [...] e pretende surpreender Pelotas, insurgir a escravatura e declarar a Independência da província".[186] Essas notícias, porém, nem sempre eram confiáveis, aliás, na maior parte das vezes, não passavam de boatos que, por vezes, geravam dúvidas às autoridades imperiais. Talvez isso ocorresse por ser aquela uma província fronteiriça com um histórico de conflitos.

Em setembro de 1847, Manoel Luís Osório recebeu uma série de ofícios, classificados como "reservadíssimos", encaminhados pelo então presidente da província Manuel Antônio Galvão, pelo brigadeiro João Frederico Caldwell e pelo brigadeiro José Joaquim Coelho. Além do tenente-coronel Osório, o ofício era copiado ao deputado ajudante general José da Câmara e Sá e ao ajudante de campo João Sabino Sampaio Menna Barreto. É possível compreender que Osório era entendido como o mais indicado para a "comissão" no território uruguaio, para averiguar essas informações a respeito da "conspiração de Netto e Oribe". Ainda segundo esses ofícios, era preciso ter todo o cuidado, pois, "este plano tenebroso deve ser precedido de um atentado horrível, o da morte de David Canabarro".[187]

Naquela conjuntura, após a guerra civil no Rio Grande do Sul, David Canabarro – ex-chefe militar e político farroupilha, que representava o grupo da "minoria" –, incorporado às forças imperiais, assumiu o Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento, em 1850, ajudando a mobilizar grande efetivo para o enfrentamento de Oribe e Rosas. Era uma peça fundamental na rede política construída por Caxias no Rio Grande do Sul, assim como Manoel Luís Osório.

---

[185] SILVA, Matheus Luís da. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2015, p.55.
[186] Ofício de Manoel Antônio Galvão, do Palácio do Governo, em Porto Alegre, 17 de julho de 1847. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.014.
[187] MUGGE, Miquéias H. Sobre a pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha. *Oficina do Historiador*, v.7, 2014, p.1486.

Por essa razão, conforme destacou o brigadeiro Caldwell, era preciso mandar ao Estado Oriental "pessoa de confiança, que examine se transpira ou não alguma coisa a respeito de semelhante reunião de força por Netto". Para o tenente-coronel Osório, o brigadeiro João Frederico Caldwell antecipou, em ofício, que a sua missão talvez durasse "mais de um mês".[188] Sendo assim, mantendo o sigilo da missão, o tenente-coronel Osório requereu a licença por dois meses, para tratar de tais negócios no Estado Oriental que, depois de executado, foi muito "aplaudido, pelo desempenho de sua comissão".[189]

Usando de disfarce para não ser facilmente reconhecido, a sua estratégia nessas situações era se fazer de comprador e/ou negociante de animais cavalares. Vestido à paisana, partiu ao encontro de Netto, seu "amigo", inteirando-se das relações mantidas por ele na fronteira. Daí escreveu às autoridades do governo, rechaçando qualquer possibilidade de ação das forças daquele general contra o Império.

Vale destacar que as autoridades imperais temiam a aproximação de Netto com "blancos", principalmente por ter demonstrado durante a guerra civil ser "grande recrutador de escravos". Lembra-se que, logo no início da Revolta Farroupilha, Netto organizou o 1º Corpo de Lanceiros Negros, formado por escravizados integrados às fileiras rebeldes, além de comandar "outros escravos espalhados pela infantaria, assim como pretos libertos e 'livres de cor'". Segundo a autora, ainda que as evidências indiquem o oposto, foi difundida "uma imagem abolicionista de Netto", mesmo ele sendo proprietário de um grande plantel de escravos. Isso crescia o temor de sua aproximação com o projeto de Oribe. O recrutamento de escravizados de fato "fazia parte do corrente temor que as revoltas regenciais haviam despertado", haja vista o protagonismo de escravos, pretos e pardos libertos nesses movimentos.[190]

As denúncias da fronteira não pararam de surgir. Tratando da circulação de "emigrados orientais", também em fevereiro de 1846, Manoel Luís Osório ficou sabendo que os líderes "colorados" Fortunato Silva e Pedro Onetti, acompanhados de suas forças, passaram armados para o território do Rio Grande do Sul. O comandante da fronteira de Cerro Largo,[191] Dionísio Coronel, que deveria "desarmá-los e retirá-los da fronteira", mas

[188] Ofício de João Frederico Caldwell a Manoel Luís Osório, em 25 de março de 1847. IHGB – IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.014.
[189] Ofício de Manuel Antônio Galvão ao brigadeiro José Joaquim Coelho, em 27 de maio de 1847, do Palácio do Governo, em Porto Alegre. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.014.
[190] MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*... Op. Cit.; 2015, p.283-286.
[191] Departamento que ficava em território uruguaio, ao norte do Rio Negro, que fazia fronteira com Bagé e Jaguarão.

nada fez para impedir o ingresso desses indivíduos, segundo a historiadora Carla Menegat, era um comandante alinhado ao Partido Blanco, de Manuel Oribe. Durante a guerra civil no Uruguai, a Guerra Grande, suas ações na fronteira foram frequentemente denunciadas pelos brasileiros que residiam em Cerro Largo.[192]

Ao que parece, Dionísio Coronel impedia a passagem de gado para a província de São Pedro, o que dificultava o desenvolvimento da indústria do charque de Pelotas e de Rio Grande. Porém, sendo ele partidário dos "blancos", por que razão não impediu a passagem dos "colorados" Silva e Onetti? Para responder a essa questão, é preciso entender que o Partido Colorado, naquele período chefiado pelo então presidente uruguaio Fructuoso Rivera, através da fronteira com o Brasil, procurava auxiliar os estancieiros rio-grandenses na passagem do gado, impedido pelos "blancos", em troca de armas e apoio militar. Esse apoio poderia ser visto pelos partidários de Oribe como uma postura avessa a até então neutralidade mantida pela Estado imperial nos assuntos do Prata.

> É possível vincular os caudilhos colorados aos estancieiros brasileiros, através do pagamento que recebiam os primeiros por recuperar as propriedades dos segundos, assim como abastecer os destacamentos que se organizavam para ingressar no território oriental. As forças de Oribe pretendiam desarmar os colorados que se guarneciam no Chuy. As autoridades fronteiriças assinalaram que os emigrados aproveitavam do limite entre os Estados para roubar o gado e o couro do Uruguai.[193]

Era esse tipo de circulação de bandos armados na fronteira que preocupavam as autoridades brasileiras, por isso a neutralidade mantida até então. Até porque, a província de São Pedro tinha acabado de sair de um conflito armado contra o próprio Estado imperial, ou seja, essa apreensão não acontecia sem motivos.

Experiente já naquele território, Osório sabia que em tempos belicosos o comércio servia de pretexto para o aliciamento de homens em armas, para o reforço de cavalhadas, para o contrabando de armas, etc. Tudo isso, fazia parte do cotidiano daquela ampla fronteira. E, para piorar a situação da região, no início de 1848, o líder uruguaio Manuel Oribe além de proibir que o gado criado nas estâncias daquele país passasse para o Rio

---

[192] MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*... Op. Cit.; 2015, p.132. A autora encontrou documentação diplomática no Arquivo Histórico do Itamaraty, que tratava de acusações contra Dionísio Coronel referentes à prática de retirar escravos das propriedades e charqueadas de brasileiros, situados ao norte do Uruguai. Ver: Nota de 1851. Códice 310/1/1 – Arquivo Histórico do Itamaraty.

[193] BORUCKI, A; CHAGAS, K; STALLA, N. Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855). Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004, p.186.

Grande do Sul, estabeleceu também um prazo limite para que os charqueadores rio-grandenses retirassem os seus escravos do território uruguaio, sob a ameaça de serem "tomados para o exército 'blanco'".[194] Essa decisão foi acompanhada da determinação para que suas milícias fiscalizassem a fronteira, reprimindo aqueles proprietários que tivessem a ousadia de desobedecer, com o embargo de suas propriedades.

Nesse contexto, o tenente-coronel Osório elaborou um documento denominado: "Instruções Provisórias para os Comandantes dos Destacamentos da Fronteira de Bagé", que apresentava 14 artigos. Os quatro primeiros, tratavam do comércio na fronteira e dos documentos comprobatórios dos pagamentos. Em caso de não comprovação desses documentos, era permitida e aconselhada a revista de "casas, cargueiros ou carretas" e a retirada o "comércio existente" para o centro da província. Os demais artigos tratavam de procedimentos militares, da disciplina dos corpos, da necessidade de patrulhas e de sentinelas de dia e de noite, entre outros. Além disso, o sétimo artigo das instruções era bastante taxativo em relação aos "emigrados do Estado Oriental que foram homens de armas". Com esses, os comandantes de destacamentos deveriam "retirar da fronteira os emigrados[...] para terem o conveniente destino, e desarmar todos os que continuarem a emigrar, praticando o que fica dito, e remetendo, depois dos indivíduos, as armas de guerra que tiver arrecadado, acompanhadas da competente relação".[195]

As rivalidades emergiam em conjuntura marcada por grande tensão social na região. As súplicas dos proprietários rio-grandenses contrastavam com a inação do governo imperial, tanto que, em 1851, após muitos anos de reclamações, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai) fez o seguinte comentário: "se o Império não agisse, 'eles [os rio-grandenses] o fariam por si". Em outros termos, é possível verificar, neste contexto, que: "após dez anos de guerra civil e cinco anos de paz precária, o Império seria arrastado, quase que à força, a uma intervenção na região do Prata".[196]

Todavia, a fala do visconde do Uruguai não era somente metafórica, as primeiras ações praticadas, em retaliação às decisões contrárias, tomadas por Manuel Oribe e seus

---

[194] Ofício de Manoel Luís Osório ao coronel comandante da fronteira de Cerro Largo, Dionísio Coronel, acampamento em Piraí, em 12 de fevereiro de 1846. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército, DL244.013. Junto a esse documento, também foram anexadas "Instruções provisórias para os comandantes dos destacamentos da fronteira de Bagé".

[195] "Instruções provisórias para os comandantes dos destacamentos da fronteira de Bagé". IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército, DL244.013.

[196] Relatório dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Terceira Sessão da 8ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado, Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. In: MUGGE, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit.; 2016, p.45.

encarregados, não demoraram a ser implementadas pelos rio-grandenses. Essas ações, feitas à própria sorte, consistiram em incursões de grupos armados com intuito de arrebanhar gado e aprisionar escravizados "perdidos" naquela fronteira. Essas movimentações, que poderiam render grandes fortunas aos idealizadores, tal qual a corrida pelo ouro a oeste dos EUA, eram chamadas "califórnias".[197] Citadas anteriormente nesse trabalho, essas empresas impactaram o relacionamento de diferentes autoridades militares. Nessa questão, alguns antigos companheiros de farda agiram em "lados opostos". Esse foi o caso de Manoel Luís Osório e Francisco Pedro de Abreu, também apelidado de "Chico Pedro" ou "Moringue".[198]

Tudo isso começou ao final da Farroupilha, quando Manoel Luís Osório foi designado para cobrir a fronteira sul e sua função era justamente "zelar" pela "paz" daquele território. Esse cargo, porém, contrastava com a sua condição de proprietário de terras e de escravizados a noroeste do território Uruguaio. Digo isso, porque, assim como os demais estanceiros que reclamavam dos "saques" realizados em suas propriedades no Uruguai, em decorrência dos conflitos que transcorriam na região, Osório também teve prejuízos registrados naquele contexto. Essa sua condição, no mínimo contraditória, teve impactos na forma como agiu em relação ao tema. Ao mesmo passo em que integrava as forças repressoras do Estado Imperial, que tinha de evitar os "crimes de fronteira", há indícios do envolvimento de sua própria rede política em atividades que supostamente teria de combater.[199]

Nesse sentido, vale considerar que Osório, enquanto comandante de fronteira, não assumiu controle absoluto sobre a região, da mesma forma que nenhum outro comandante militar. Isto quer dizer que suas decisões eram negociadas. Ele conhecia as práticas sociais da fronteira, compartilhava de códigos de conduta que apreendeu no convívio com a população. Contudo, para exercer essa função era preciso compreender também o "caráter institucional", não somente para a defesa do território, como para a construção do Estado imperial. Em outros termos, a sua liderança era conferida por um Estado em formação, com leis e regras inerentes ao cargo. Esse era talvez o maior problema dos comandantes militares, isto é, cumprir leis e decisões que poderiam ser contrárias a seus aliados, ou

[197] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue*... Op. Cit.; 2021.
[198] Para a atuação dos dois na Farroupilha, ver capítulo V.
[199] Arquivo Nacional. Documentos enviados pela presidência da província do Rio Grande do Sul ao Ministério da Guerra. IG¹ 182 Série Guerra, Gabinete do ministro.

mesmo beneficiando adversários quase sempre as "relações que oscilavam entre a cooperação e a competição".[200]

A exemplo disso, Francisco Pedro de Abreu foi oficial legalista durante a Farroupilha, quando iniciou sua trajetória nos serviços das forças militares do Império. Ao final do conflito, chegou a ser condecorado com o título de barão de Jacuí. O seu grande mérito eram as ações rápidas de cavalaria. Por meio delas, conseguiu emplacar grandes "ataques-surpresa ao inimigo". Segundo Ribeiro, certa vez Manoel Luís Osório teria afirmado que, nessa prática, aquele oficial "não tinha rival".[201]

Nessas suas ações na fronteira, as "califórnias", participavam vários homens que, dispostos a arrebanhar todo o gado e a cavalhada possível, empenhavam-se sob sua liderança e, para isso, contavam com a colaboração dos seus irmãos: Antônio Pedro de Abreu, João Pedro de Abreu e Paulo José de Abreu. Todos haviam prestado serviços à causa da legalidade, assim como Chico Pedro. Com o término da guerra civil, os irmãos enveredaram-se nessas atividades "ilícitas" e tiveram, nessa atividade, a chance de enriquecerem, "retirando gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul", aproveitando-se da crise diplomática entre os países limítrofes, assim como do conflito interno do Uruguai. A exemplo do barão de Jacuí, outros indivíduos mobilizaram seus apoiadores para as incursões armadas no território uruguaio, muito embora, ele tenha sido o principal beneficiado, e o nome que talvez tenha ganhado maior fama através dessa prática.

De todo modo, suas ações foram muito repudiadas pelas autoridades imperiais, pois o "Império já não precisava de homens que tivessem iniciativa própria ou que agissem em desacordo com as orientações do governo".[202] É possível dizer que esses episódios prejudicaram a reputação de Francisco Pedro de Abreu em relação ao governo imperial. Se ao longo da guerra civil, como assinalei no capítulo V, encontrou uma rápida ascensão na Guarda Nacional, sendo até condecorado com o título de barão do Jacuí, as "Califórnias" impediram-no de atingir um sucesso ainda maior na política imperial e na hierarquia militar.

O tenente-coronel Osório foi uma das autoridades militares que o governo imperial posicionou na região para conservar a sua ordem social. Para isso, muitas vezes, teve de agir contra seus antigos parceiros de farda, mas quando isso ocorreu a sua atuação

[200] VARGAS, Jonas M. "Nos caminhos de São Gregório": As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865*). Almanack, [S.L.]*, n.27, 2021, p.8.
[201] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chico Pedro, às astúcias de Moringue*... Op. Cit.; 2021, p.39.
[202] Idem, p.78.

recebeu duras críticas da população fronteiriça. No jornal O *Rio-Grandense,* que se posicionava em defesa das "califórnias" de Chico Pedro, e que teve seus conteúdos reproduzidos em folhas políticas da Corte, o tenente-coronel Osório se juntou "com todas as forças de Alegrete, em um número de mais de seiscentos ou oitocentos praças, perseguiu a coluna invasora quanto lhe foi possível". A iniciativa, porém, nada "pode fazer, porque sendo os fazendeiros daquele município quase todos proprietários no Estado limítrofe, e esposando a causa de Chico Pedro, eram os primeiros que lhe faziam avisos dos menores movimentos de Osório[...]". O mesmo bando comandado por Chico Pedro, ainda conforme o periódico *O Rio-Grandense*, seguia passando "para esta província bastante gado".[203]

Embora o tenente-coronel Osório fosse simpático à causa dos proprietários brasileiros no Uruguai, sendo ele mesmo um representante dessa "classe", cumpriu "as ordens que recebeu para coibir as reações dos bandos liderados pelo barão de Jacuí, o qual, em retaliação, saqueou a propriedade daquele no Uruguai".[204]

A propriedade de Manoel Luís Osório chamada de Estância do Cruzeiro, ficava na região próxima ao Rio Arapehy (ver figura 12). Um local em que grande parte das terras pertenciam aos fazendeiros brasileiros. É possível que a sua posição em reprimir as ações do barão tivessem, em contrapartida, alguma vantagem pessoal. Digo isso, pois alguns proprietários conseguiram obter a permissão para passar os rebanhos de animais pela fronteira. Ainda que isso tenha ocorrido de modo extraoficial, sem deixar grandes vestígios documentais, é importante ressaltar que talvez o então tenente-coronel Osório pudesse ter sido beneficiado por uma concessão como essa, em nome de Manuel Oribe. Assim, teria conseguindo marcar e passar seus gados pela fronteira, sendo menos afetado pelas decisões daquele líder militar uruguaio.[205] Denúncias nesse sentido chegaram a ser remetidas ao Ministério do Império.[206]

---

[203] *Jornal O Rio-Grandense*, 8 de março de 1850. In: *Jornal do Commercio (RJ),* Anno XXV, segunda-feira 25 e terça-feira 26 de março de 1850, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=365 Acesso em: 12 de março de 2023.

[204] *Jornal O Rio-Grandense*, 12 de março de 1850. In: *Jornal do Commercio (RJ),* Anno XXV, segunda-feira 25 e terça-feira 26 de março de 1850, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=365 Acesso em: 12 de março de 2023.

[205] Correspondência de Manoel Luís Osório ao sargento maior e comandante militar de Cuaró (ver figura 12), ao norte do no Uruguai, Militon Lopes, em 28 de abril de 1849. IHGB – Arquivo General Osório, série Documentos Pessoais. DL225.005.

[206] Arquivo Nacional. Documentos enviados pela presidência da província do Rio Grande do Sul ao Ministério da Guerra. IG¹ 182 Série Guerra, Gabinete do ministro.

Importante considerar o caráter especulativo das acusações que surgiam, tanto por testemunhas quanto nos artigos da imprensa. Por essas razões, era tão fundamental para o governo imperial definir autoridades confiáveis na fronteira. Através da mediação desses agentes, nutridos das mais diversas informações e dispostos a "trabalhar" pela manutenção de seus próprios negócios e também pela manutenção da ordem, que o governo imperial buscava não quebrar a neutralidade em relação à política no Uruguai. Temia-se que qualquer intervenção no país vizinho pudesse gerar um conflito ainda mais complexo.

Vale assinalar que era aquela uma situação também política. Assim, não se pode deixar de considerar que, naquela conjuntura, apresentando-se em lados políticos diferentes, Manoel Osório e Francisco Pedro colocassem suas rivalidades à prova nessas perseguições.[207] A respeito disso, em 27 de fevereiro de 1850, do "campo em marcha na estância do Pedregal", o tenente-coronel Osório escreveu um ofício ao brigadeiro e comandante da 1ª Brigada de Fronteira do Rio Grande:

> Ilm.º Exmo. Sr. Em virtude das ordens do Exmo. Sr. presidente da província, participo a V. Ex. que o sublevado barão de Jacuí, com a sua força de 400 homens, apertado no fundo do campo do Plácido contra Quaraí pelo regimento de meu comando unido com a força do tenente-coronel Severino Ribeiro, invadiu a República Oriental às 7 horas da noite do dia 21 para 22 do corrente, e pelo Estado Oriental seguiu e passou o Arapehy, na direção da vila de Taquarembó, ou para o Salto, deixando o coronel Lamas ao seu flanco direito; e dizia-se na força do sublevado barão de Jacuí, que este se dirigia a bater forças menos numerosas que as do coronel Lamas, e que estavam para a retaguarda deste. O coronel Lamas estava avisado por mim, como verá da inclusa cópia do ofício que hoje receberá do mesmo coronel em resposta ao meu de 13 do corrente; e em outro ofício, que ainda me não respondeu, avisei o número da força do barão, e o ponto a que este se dirigia e devia passar por aquele estado; Amanhã até depois farei junção com o meu chefe brigadeiro Marques; creio que ficará esta coluna com mais de 600 homens, e igual força deve ter hoje a do comando do tenente-coronel Severino Ribeiro, colocada sobre as pontas do Areal, e dispostas a perseguir de firme o revoltoso barão, se tiver de voltar para o nosso território, como é provável. Deus guarde a V. Ex. Ilm.º Exmo. Sr. José Fernandes dos Santos Pereira, brigadeiro comandante da 1ª Brigada e fronteira do Rio Grande. Manoel Luís Osório (Assinado).[208]

No ofício, o tenente-coronel Osório comparava a ação de Francisco Pedro de Abreu – o barão de Jacuí – com a de um "revoltoso". O leitor deve recordar que, durante a guerra civil, esse termo havia sido muito usual na província. Osório sabia do valor

[207] VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte*... Op. Cit.; 2007.
[208] *Diário do Rio Grande*, 9 de março de 1850. In: *Jornal do Commercio (RJ)*, Anno XXV, segunda-feira 25 e terça-feira 26 de março de 1850, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=365 Acesso em: 12 de março de 2023.

simbólico dessa expressão. Seu intuito era condenar aqueles movimentos na fronteira, formado por centenas de homens armados, alguns com experiência de guerra, transpassando os limites do território. Tudo isso aumentava a preocupação das autoridades.[209]

Em contrapartida, apesar de reconhecer os problemas enfrentados pelos brasileiros, após anos dedicados aos serviços das armas, o tenente-coronel Osório possivelmente aprendeu que, em situações como aquela, deveria agir com moderação. É claro que ele não foi um agente neutro nessa questão, já que, muito embora tentasse evitar ações impulsivas, com toda a perícia possível, manteve-se na repressão em relação aos seus antigos parceiros de farda. O oficial, porém, utilizou do mesmo princípio que o caracterizou durante a farroupilha, antes de eliminar os adversários dava a eles a chance de negociar.[210]

Com isso, estou dizendo que ao considerar Chico Pedro um "revoltoso", o tenente-coronel Osório procurou persegui-lo, como uma forma de coibir as suas atividades ilícitas. É possível que após ter sua fazenda saqueada pelas tropas de Chico Pedro, o tenente-coronel tivesse anexado um motivo a mais para repreendê-lo. Sem mencionar que, naquela conjuntura, os dois representavam projetos políticos distintos. Embora não tivesse comparecido a nenhuma das sessões da Assembleia Provincial em 1846, Osório era uma liderança política inegável na fronteira.

O mesmo se pode dizer de Francisco de Abreu que também foi eleito deputado provincial, no ano seguinte, em 1847. Os dois pertenciam a redes que disputaram de forma acirrada o cenário político após a Revolta Farroupilha. Entre o grupo de Chico Pedro estava o coronel João da Silva Tavares que, naqueles anos, se estabeleceu em Bagé, além de Francisco Carlos de Araújo Brusque, deputado geral e irmão da esposa de Chico Pedro, Amélia de Araújo Brusque.[211]

Nesse sentido, a perseguição que Osório procurou fazer às califórnias do barão de Jacuí poderia ser reflexo da disputa política. Esse poderia ser um pano de fundo para os desdobramentos vistos naquela fronteira. No periódico *O Rio-Grandense*, a atuação de Osório na fronteira era repudiada, em edição do dia 12 de março, assinalou:

---

[209] O capitão Ladislau dos Santos Titára, em 1852, assinalou, em suas memórias, que Osório teria perseguido incessantemente ao barão de Jacuí, em cooperação com o uruguaio, coronel Diego Lamas. Em contrapartida, Osório não teria sofrido embargo algum do "blancos", em relação a suas terras e escravos. TITARA, Ladislau dos Santos. Memórias do grande exército aliado libertador do sul da América. Typographia de B. Berline: Rio Grande do Sul, 1852.
[210] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... Op. Cit.; 2008.
[211] RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas" de Chico Pedro, às astúcias de Moringue*... Op. Cit.; 2021, p.62.

> Que se cumpram as ordens do governo, não consentindo que o barão esteja do nosso território a provocar aos vizinhos, é muito justo; mas que não tendo estes a precisa cautela nas suas fronteiras e dando assim lugar a passagem a salvo do barão, vá o Osório instigar o estrangeiro, apontar-lhe o caminho por onde deve hostilizar a tantos brasileiros que acompanham o barão, é isto, quanto a mim um ato pérfido e revoltante[...] "se Osório *anhela* [deseja] a glória de concorrer com o estrangeiro para o extermínio desses seus patrícios, que valiosos serviços já prestaram, e ainda poderão prestar a pátria". Por ventura não será lamentável a situação do barão, deste distinto Rio-Grandense, que jamais se tornou digno de ser tratado como rebelde? [...] Ponha cada um o caso em si, faça justiça ao barão e condene a ação do Osório de quem aliás sempre fui amigo.[212]

Sem dúvida, a situação era bastante complexa. As califórnias conseguiram perturbar a estratégia de neutralidade que o Império do Brasil procurava manter em relação aos assuntos platinos. "Se eram ações articuladas, ou não, é difícil de dimensionar, mas todas as ações tinham o mesmo intuito, recolocar o Brasil numa postura mais proativa em relação aos assuntos platinos".[213] Até porque, o Império já estava ciente ao final da Farroupilha, que os esforços de guerra, naquela região, seriam provavelmente muito necessários.

Desse modo, em ofício ao coronel e deputado ajudante de general, Gabriel d'Araújo Silva, a quem Osório se referia como "amigo e camarada", assinalou breves comentários a respeito do cenário belicoso da fronteira e da política de recrutamento implementada naquela fronteira. Algo que julgo ser importante mencionar, ainda mais se tratando da composição de seu regimento. Segundo ele: "Ontem mandei a Caçapava receber os cem clavinas;[214] preciso autorização, ainda que a lei me dá, para não receber maus recrutas; pois no Rio Grande quiseram entregar ao nosso tenente Alencastro[215] dois negros muito podres".[216]

Os mapas das tropas de linha que foram produzidos à época raramente observavam a cor dos oficiais, ainda mais tratando-se de recrutas, cujas informações eram ainda mais raras. Soma-se a isso o fato de ser aquele um ambiente de preparação para a

---

[212] *Jornal O Rio-Grandense*, 12 de março de 1850. In: *Jornal do Commercio (RJ)*, Anno XXV, segunda-feira 25 e terça-feira 26 de março de 1850, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=365 Acesso em: 12 de março de 2023. Não consegui identificar quem era o redator do *O Rio-Grandense.*

[213] MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*... Op. Cit.; 2015, p.72.

[214] Também chamados de clavineiros ou carabineiros, que correspondiam a recrutas de cavalaria, que portavam armas de mesmo nome.

[215] Referia-se ao tenente Manoel José de Alencastro, da 2ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira.

[216] AHRS. FAM. Ofício de Manoel Luís Osório a Gabriel d'Araújo Silva. Cx.83, m.150, l.191, 1849.

guerra, em que o recrutamento passava a ser mais indiscriminado. Vale observar, no entanto, outro parecer semelhante, produzido por Manoel Luís Osório, pouco tempo depois da guerra, em outubro de 1852. Naquele contexto, no cargo de ajudante general – em Jaguarão-Chico, no norte do Uruguai –, ao conferir a inspeção de um "oficial substituto", sugeriu que o oficial fosse "julgado pronto como se vê na certidão [...], **é** homem branco, bem apessoado, e português de nação; por isso me parece poder ser favoravelmente deferido".[217]

Com isso, é preciso considerar que Osório tivesse mais acostumado ou mesmo preferisse comandar oficiais com as características acima assinaladas, "homens brancos", mesmo que "português de nação". Ele havia sido comandado por oficiais portugueses, a exemplo de Mazzarredo e Francisco Ferndandes Anjo, entre outros oficiais citados ao longo do texto. Aliás, uma de suas frases mais difundidas, especialmente entre os cursos de formação de tropas do Exército, é aquela que se refere ao comando de "homens livres".[218] A frase foi entendida pelo ponto de vista "liberal", com o sentido de liderar indivíduos alforriados, mas poderia revelar outra dimensão. O que estou querendo dizer é que, talvez, Osório preferisse de fato liderar cidadãos livres e brancos, "recrutados por autoridades civis", como os guardas nacionais que teve a oportunidade de comandar em Porto Alegre, durante a guerra civil farroupilha.[219]

Nesse ponto, acredito que ele ganhou alguma relevância para o projeto imperial, uma vez que, enquanto comandante de fronteira, seu ofício estava diretamente ligado às ações cotidianas. Importante lembrar que ele foi um dos agentes escolhidos pelas autoridades políticas e militares para sustentar as hierarquias sociais, na fronteira do Império. Na década de 1850, exerceu esse o cargo de comando de fronteira, em Bagé, São Borja e Jaguarão. Isso no contexto em que as fronteiras sociais estavam em definição. Muito embora a imagem que o tenha consagrado fosse de um "general bonachão", mais acessível aos soldados e oficiais de baixa patente, ou mesmo, a de um representante "liberal" no Exército imperial,[220] defendo aqui uma outra interpretação a seu respeito.

---

[217] Ofício do ajudante general Manoel Luís Osório ao comandante das Armas, em Jaguarão-Chico, em 8 de outubro de 1852. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército, DL244.025.
[218] A frase foi pronunciada em ordem do dia de 1866, no Passo da Pátria, às margens do Rio Paraná. Ou seja, em acampamento militar durante a Guerra do Paraguai. Ela também está escrita na estrutura que compõe a estátua de Manoel Luís Osório, em Porto Alegre. Na íntegra, a frase era a seguinte: "É fácil a missão de comandar homens livres; basta mostrar-lhes o caminho do dever".
[219] Idem.
[220] DORATIOTO, Francisco. *General Osório...* Op. Cit.; 2008.

Como já citado anteriormente, o projeto liberal não era avesso ao escravismo, Osório nasceu em uma família proprietária de terras e de escravizados. Essa dimensão, ser proprietário, certamente interferiu na sua inserção nas forças militares, na construção de seu prestígio social e de sua imagem enquanto homem político. Esse fator também lhe permitiu ser aceito em uma família de grandes posses na região de Bagé. Estou me referindo à família de sua esposa, Francisca Fagundes de Oliveira. É claro que nem tudo foi resultado de privilégios e/ou vantagens asseguradas em seu nascimento, porém, é inegável que essa vinculação legou a ele não somente um conjunto de bens, passíveis de serem inventariados, como uma grande "herança imaterial", recordando da expressão difundida por Giovanni Levi,[221] ou seja, quando se alistou voluntariamente nas tropas que seu pai era comandante, herdou um conjunto amplo de relações sociais.

Certamente ele teve todo o "mérito" de conservar essas relações e ampliar o cabedal político e social de sua família. Da mesma forma que conseguiu aumentar o seu patrimônio, baseado em propriedades de terra, escravizados e rebanhos de bovinos e cavalares. A sua ascensão política no cenário sul-rio-grandense, portanto, não somente estava conectada a esses aspectos, como reiterava uns aos outros, convergindo em sua ascensão social e econômica.

Para ser mais direto, um dos grandes trunfos do tenente-coronel Osório era ser hábil na tarefa de negociar com os *guascas* da fronteira. Essa expressão, que fazia referência ao couro, matéria-prima muito abundante na região, apareceu com frequência na documentação trocada entre as autoridades militares e os "senhores da fronteira". Tinha a intenção de se referir aos habitantes que residiam no limite entre o Rio Grande do Sul e os Estados platinos.[222]

Saber manejar todos esses aspectos sociais, sem desestabilizar as fronteiras sociais de seu regimento, certamente era algo muito desejado pelos comandantes de fronteira ao longo de todo o século XIX. Em uma sociedade escravista, era preciso manter a hierarquia entre os regimentos. Além disso, parece que Osório sabia reconhecer as qualidades e o empenho de oficiais e praças, mas também mostrava força quando não era atendido, ou seja, enquanto comandante, seus procedimentos nem sempre tinham a intenção de

[221] LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[222] A expressão era muito comum tanto no recrutamento militar, quanto durante os processos eleitorais. Na formação do 3º Corpo do Exército, durante os preparativos para a Guerra do Paraguai, foi Caxias quem a utilizou. Para ele era necessário "falar aos 'guascas' do Rio Grande do Sul 'aquela linguagem que nós sabemos, para que eles corressem todos para o campo de combate'. Mugge, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit.; 2016, p.176.

enaltecer a conduta de seus comandados. A exemplo disso, na ordem regimental de nº 54, dirigindo-se aos seus subordinados, em 1847, no acampamento em Piraí, fez o seguinte alerta: "a covardia [era] o mais vergonhoso defeito do militar".[223]

Esse alarme havia sido disparado em relação a um episódio de fuga de um cabo e um anspeçada de seu regimento, em plena ação de combate. Os homens de seu regimento foram encarregados de uma diligência, cujo objetivo não foi possível confirmar, próximo ao quartel em Piraí, em localidade chamada de "Passo dos Carros". Nesse ínterim, quando estava em marcha, encontraram "tenaz resistência". Foi então que "o cabo Sirino Soares Fagundes" teve procedimento "vergonhoso para todo o regimento", fugindo ao confronto, "deixando seu comandante", o sargento Hipólito Antônio Ribeiro, "quase só em luta contra seis malfeitores". Ao mesmo tempo, o anspeçada Américo Garcia "teve quebrada a pedra da arma", o que não "serve a este de desculpa", pois "tinha a espada e sem ordem não devia sair do lado de seu sargento". Desse episódio, o sargento Hipólito foi muito elogiado por seu "louvável procedimento", segundo Osório: "é como este sargento procedeu que devem proceder todos os *guascas* do regimento quando lhes toque arrastar o perigo". Em relação ao cabo Sirino e ao anspeçada Américo, o tenente-coronel mandou que fossem eles "rebaixados dos postos".[224]

Entre os três oficiais mencionados acima, consegui reunir informações de apenas um deles. De acordo com aquilo que foi possível apurar, o sargento Hipólito Antônio Ribeiro foi um dos oficiais que, durante anos, atuou sob ordens de Manoel Luís Osório. Nascido em 1824, em Canguçu, ao norte de Bagé, assentou praça como soldado voluntário durante a guerra civil. No documento acima mencionado, Osório o identificava como sargento, mas, a partir da reforma proposta pela Lei Nº 585, de 6 de setembro de 1850, em seu artigo 6º, ficava previsto que "os postos de alferes e segundos tenentes ser preenchidos pelos sargentos, pelos cadetes que tiverem servido por algum tempo de oficiais inferiores, e pelos alunos da Estola Militar na fórmula da lei respectiva".[225] Hipólito Ribeiro passou então a alferes da 4ª Companhia do 2º Regimento, quando

[223] AHRS – FAM. Ordem Regimental n.º 54 do tenente-coronel Manoel Luís Osório, no Q.G. do 2º Regimento de Cavalaria, em Piraí, em 13 de julho de 1847. Cx. 80, m. 147, l.190.
[224] Idem.
[225] *CLI – 1850, Lei Nº 585, de 6 de setembro de 1850*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-585-6-setembro-1850-559825-publicacaooriginal-82236-pl.html#:~:text=Regula%20o%20acesso%20aos%20postos%20de%20officiaes%20das%20differentes%20armas%20do%20Exercito.Acesso em: 22 de março de 2024.

organizado o quadro de oficiais das forças que enfrentaram Oribe e Rosas no Uruguai.[226] Sua atuação nessa guerra foi recompensada com medalha de prata em 1852. Alguns anos depois, quando no posto de capitão, reformou-se do Exército, passando a atuar na Guarda Nacional de Uruguaiana, no extremo oeste do Rio Grande do Sul.[227]

Para entender como estavam organizadas as forças militares imperiais naquele contexto, pouco antes da guerra contra Oribe e Rosas, recorri aos mapas que, a partir de 1842, foram produzidos com maior frequência. Essas foram medidas consolidadas com a implementação das reformas conservadoras. De modo geral, pretendiam ampliar o poder de atuação do Exército e, consequentemente do Estado imperial, definindo e organizando a sua base administrativa. Com isso, mapas de tropas e de alistamentos passaram a ser elaboradas e recolhidas com maior frequência, mas antes de qualquer coisa, era preciso conhecer o efetivo. A partir de então, uma série padronizações foram implementadas, a começar pelos uniformes.[228]

Essa padronização gerou dados e informações importantes a respeito das forças militares. Por meio do recolhimento de informações sobre os efetivos, é possível identificar, por exemplo, que, em dezembro de 1850, existiam três regimentos de cavalaria no Rio Grande do Sul, cerca de 1.128 homens dessa arma e um efetivo total, entre força de 1ª e 2ª linha, de 6.249 oficiais e praças.[229]

O 2º Regimento de Cavalaria tinha um efetivo de 594 militares aptos para o combate, organizados em oito companhias, todas com mais de 70 homens. Dentre esses nomes, é possível identificar alguns indivíduos que compunham a rede de relação do comandante Manoel Luís Osório. Esse era o caso de seu irmão, Pedro Luís Osório, e de seus cunhados, o tenente Antero Oliveira Fagundes e o alferes Francisco Fagundes de Oliveira. É possível que os irmãos de Francisca Fagundes de Oliveira tivessem algumas vantagens em relação ao comandante,[230] o que reforçava a forte relação pessoal/familiar que existia na composição desses regimentos militares.

---

[226] AHRS – FAM. Quadro de oficiais do 2º Regimento de Cavalaria, em maio de 1851. Cx. 88, m.157, l.193.
[227] FONTES, Carlos. Hipólito Antônio Ribeiro. Academia de História Militar e Terrestre do Brasil. *Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://www.ahimtb.org.br/ogaucho/O%20Ga%C3%BAcho%20112.pdf Acesso em: 11 de março de 2024.
[228] SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p.113-114.
[229] BN – Relatório do Ministério da Guerra, 1ª Sessão da 8ª Legislatura de 1850. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1850, p.35. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1850_00001.pdf Acesso em: 22 de março de 2024.
[230] Mapa do 2º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército, em dezembro de 1850. AHRS. FAM. Cx.88, m.157, l.193.

Em 1850, ao tenente Antero foi concedida uma licença de dois meses. Em 1852, para seu irmão, o alferes Francisco, o comandante Osório foi ainda mais generoso, chegou a solicitar ao general em chefe, conde de Caxias, a licença ou a dispensa do serviço por três meses, cujo motivo era o mais curioso, em suas palavras: "Sr. vou suplicar a V. Ex.ª um favor[...] quero fazer vir minha senhora [Francisca Fagundes de Oliveira] para Bagé e que ele vá cumprir esse compromisso[...] o dito cunhado". Suplicando ao conde de Caxias, "o maior favor a quem honra ser de V. Ex.ª súbdito amigo, criado e obrigado". Para convencê-lo, procurou lembrar a Caxias de sua condição de ser "casado também".[231]

É provável que a súplica do comandante Osório tenha sido contemplada, pois, não bastasse sua boa relação com o conde de Caxias, mostrava saber também dialogar com a cúpula militar e política do Império. Osório era uma peça-chave para a defesa militar da fronteira, o que é facilmente comprovado durante a guerra contra Oribe e Rosas. Mesmo antes do conflito, como busquei destacar, sua presença na fronteira foi muito necessária. Naquele tempo, além do serviço militar, também foi escalado para algumas missões diplomáticas.

A primeira dessas missões foi em Entre Rios, em 1847, província argentina que ficava na fronteira oeste do Uruguai, onde encontrou o governador Justo Urquiza; depois, no mesmo ano, o governador de Corrientes, Joaquim Madariaga. Essa província fazia fronteira à oeste do Rio Grande do Sul e se destacava pela pecuária. Naquela conjuntura, a onda de crimes na fronteira preocupava também a população dessas províncias, que reclamavam às autoridades imperiais.[232] Ainda assim, os governadores das duas províncias, Entre Rios e Corrientes, pouco tempo depois, em nova tratativa com Osório, firmaram apoio à intervenção do Exército brasileiro contra Oribe e Rosas.

Manoel Luís Osório também esteve em missão no Uruguai, em julho de 1847, mencionadas anteriormente, quando foi mandado investigar boatos a respeito de reuniões militares do general Netto. Por tudo isso, é possível afirmar que ele se tornou um "senhor da guerra". Homem de fronteira, sua mediação extravasava a esfera política partidária. Até porque, à época, o diferencial para um oficial do Exército eram os acordos e compromissos travados em âmbito pessoal, nos bastidores da política imperial.[233]

---

[231] Ofício do coronel Manoel Luís Osório ao general conde de Caxias, campo em marcha, 26 de outubro de 1852. AHRS. FAM. Cx.92, m.162, l.194.
[232] Ofício de Manoel Luís Osório ao Ministério da Guerra, em 29 de abril de 1847. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.016.
[233] Ofícios enviados pelo brigadeiro João Frederico Caldwell, em 1847. IHGB – Arquivo General Osório, série Ministério da Guerra-Exército. DL244.014; DL244.015.

Durante as operações de guerra contra Oribe e Rosas, Caxias determinou que Osório fundisse suas forças militares com as do governador Justo Urquiza. O seu regimento mereceu grandes elogios do general La Madrid, homem de confiança de Urquiza. Em uma parte oficial, ele salientou a postura do "tenente-coronel [Osório] com o seu bravo e disciplinado regimento conduziu com admirável bizarria".[234] Em remuneração aos serviços prestados ao Império do Brasil, ao final do conflito, recebeu a promoção ao posto de coronel.[235]

É possível afirmar que, com o passar do tempo, os senhores da guerra precisariam de um amplo alinhamento social, político e econômico para garantir condições de existência na fronteira. Nesse sentido, Osório enquadrava-se dentre os grandes criadores, assim como seu amigo e correligionário Antônio de Souza Netto. Os dois tinham como trunfo o poder de "oferecer, entre outras coisas, negócios seguros e vantajosos".[236]

Em razão da postura desses senhores guerreiros e de suas redes, interessados em proteger seus negócios para além da fronteira do Império, que o Brasil "foi arrastado" para diferentes conflitos na região, haja vista a Guerra da Cisplatina, a Guerra contra Oribe e Rosas e, mais tarde, a Guerra do Paraguai. Para esses indivíduos, fazer guerra era estar mais próximo de algumas contrapartidas que o Estado imperial oferecia àqueles que estivessem dispostos a defender as suas fronteiras. Recrutar e arregimentar homens em quartéis, negociar "cavalos, bois e ovelhas junto do Império, lucrando consideravelmente com esses negócios", faziam parte das dinâmicas dos campos de batalha, em território de fronteira.[237]

Essas tarefas eram realizadas de um modo muito diferente daquilo que é esperado em relação às forças militares modernas e profissionais. É claro que o ambiente de combate oferecia perigos, mas "recrutar homens e fazê-los marchar era um sinal de prestígio e liderança local". Manoel Luís Osório teve papel central nesse jogo e, por essa razão, pode ostentar as contrapartidas de servir à Sua Majestade Imperial. O Comando da

---

[234] "Proclamação do general em chefe do Exército Libertador". In: BN – *Jornal do Commércio, 1850 a 1859*. Anno. XXVII, Nº 73, Rio de Janeiro, sábado, 13 de março de 1852, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=Osorio&pagfis=3461 Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

[235] "Parte Oficial. Ministério do Império. Relação dos despachos que, em remuneração de serviços militares, baixaram da Secretaria do Estado dos Negócios do Império". In: BN – *Jornal do Commércio, 1850 a 1859*. Anno XXVII, Nº 67, Rio de Janeiro, domingo, 7 de março de 1852, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=Osorio&pagfis=3437 Acesso em 11 de fevereiro de 2024.

[236] MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha"*... Op. Cit.; 2015, p.299.

[237] MUGGE, Miquéias. *Os Senhores da Guerra*... Op. Cit.; 2016, p.189.

Fronteira, função que poderia ser representada por militar de carreira assim como por oficiais paisanos, em geral, eram desempenhados por veteranos dos campos de batalha. Até porque, quando um oficial era nomeado para o posto de Comando da Fronteira, assim como Jonas Vargas chamou atenção: "os casos que ele tinha que resolver eram os mais diversos, exigindo muitas vezes uma desenvoltura que caminhava no limite da legalidade institucional".[238]

O comandante da fronteira deveria manter-se, sempre, "bem-informado", a par daquilo que acontecia nos países fronteiriços. Para isso, deveria recorrer a sua rede. Sempre que estivesse em comunicação direta em conferência pessoal ou em correspondência com alguma autoridade uruguaia ou argentina, devia transmitir as notícias recolhidas para a Corte, no Rio de Janeiro. Na prática, passou a vigiar o destino dos desertores, militares e/ou paisanos emigrados, que circulavam na região e nem sempre se comportavam de forma ordeira. O crescimento do comércio na região, a partir da década de 1850, aumentou também as denúncias de contrabando, exigindo maior fiscalização do comandante. "O contrabando de gado e de mercadorias diversas era o meio de vida de muitas pessoas naquela região e a capacidade de influir em tais negócios aumentava os poderes do comandante".[239]

Ao intervir, é provável que Manoel Luís Osório – assim como qualquer outro oficial-comandante de fronteira – favorecesse camaradas e perseguisse inimigos. Afinal, ele também era detentor de terras no Uruguai, a Estância do Cruzeiro, e em algum momento certamente precisou acionar suas redes para manter esses empreendimentos. Não é nenhuma novidade assinalar que as redes políticas se misturavam às redes mercantis. Associação entre comandantes era tanta que, em certas oportunidades o governo imperial emitiu circulares exigindo que não houvesse interferências nas eleições. Porém, é difícil imaginar que esses agentes militares cumprissem essas recomendações.

Entre as muitas atribuições que tinha um comandante de fronteira, porém, é possível considerar que Osório não "exercia seu poder fazendo o que bem entendia e quando queria". Nem sempre ele conseguia controlar as ações de oficiais, ou mesmo de dar conta de uma ampla fronteira. Além disso, poderia existir a disputa com outros poderosos locais, impondo obstáculos diversos ao comando de Osório. Era possível que

[238] VARGAS, Jonas M. "Nos caminhos de São Gregório": As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865*). Almanack, [S.L.]*, n.27, 2021, p.12.
[239] Idem, p.13.

essas disputas tivessem impactos na mobilização de tropas, na concessão de licenças para o recrutamento, entre outros. Vale acrescentar que o Império não confiava plenamente em todos os comandantes que nomeava, uma vez que eram poucos os homens aptos para exercer aquele cargo, "que entre as funções intermediava as relações das elites da fronteira com o governo central, exercendo o papel de um mediador".[240] Como mencionado, alguns desses oficiais comandantes de fronteira, inclusive, eram antigos chefes farroupilhas.[241]

Era natural que isso acontecesse, porque "cada vez mais os potentados locais precisavam legitimar seu mando institucionalmente e aceitar a divisão de seus poderes com outros funcionários do Estado". As descrições de sua conduta militar e civil, a exemplo do Quadro 12, que eram passadas por comandantes militares e da Guarda Nacional, indicavam características que deveriam ser reconhecidas socialmente. Isso não quer dizer, porém, que Osório tivesse a conduta mais ilibada, servindo de exemplo de zelo e honradez. Essa era a maneira como pretendia ser reconhecido publicamente.

Para tanto, o principal fator era uma boa relação política com as redes locais, vínculos estabelecidos com grupos de indivíduos e famílias notoriamente importantes certamente interferiam nas dinâmicas de favorecimento entre os militares de carreira. Essas questões poderiam ser alteradas, mas o importante é que interferiam na configuração das hierarquias sociais. De forma semelhante, essas hierarquias eram moldadas por relacionamentos constituídos no ambiente de fronteira, atravessados por experiências em conflitos.[242]

Após a década de 1850, Manoel Luís Osório teve acesso aos postos de oficiais generais, exerceu cargos políticos de senador e ministro da Guerra, foi condecorado com títulos de barão, visconde e marquês do Herval e recebeu diversas medalhas e honrarias. A sua posição de "senhor da guerra" foi consolidada mediante a sua dedicação às suas redes de poder, aos assuntos políticos do Império, mas também, ao seu posicionamento enquanto autoridade militar fronteiriça, ajudando a alicerçar as bases do Estado imperial.

[240] Ibidem, p.15-16.
[241] MUGGE, Miquéias H. Sobre a pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha. *Oficina do Historiador*, v.7, 2014.
[242] VARGAS, Jonas M. "Nos caminhos de São Gregório": As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865*). Almanack, [S.L.]*, n.27, 2021, p.17.

Considerações Finais

> Ilmo. Exmo. Sr. [...]cumprindo-me participar a V. Ex.ª que já seguiu com a devida segurança, a correspondência que V. Ex.ª exige seja entregue com brevidade a S. Ex.ª o Sr. Conde de Caxias. Este nobre general nos poucos dias de sua administração a toda a hora cercado de gente, por toda a parte recebido com o maior entusiasmo, e verdadeiras ovações examinou tudo quanto era concernente ao Exército, e tudo tem providenciado, para o colocar naquela atitude bélica que as atuais circunstâncias reclamam; sem se olvidar de atender a todos os mais ramos administrativos inerentes a esta trabalhosa presidência. No dia 23, o tenente-coronel Manoel Luís Osório apresentou-se a S. Ex.ª no acampamento da Orqueta, de volta da Comissão especial que S. Ex.ª Sr. Pedro Ferreira de Oliveira (até então presidente da província) o encarregou junto aos Srs. Generais Urquiza e Garzon; como V. Ex.ª terá sido informado; Diz aquele oficial que estes dois Srs. Generais passavam o Uruguai impreterivelmente no dia 20; o 1º em Paissandu, e o 2º no Hervedeiro e que sua tropa dividida em 3 colunas montava a doze mil homens. Apenas o Sr. Conde recebeu esta importante noticia seguiu com a coluna acampada na Orqueta, ordenando que outras colunas postadas em diversos pontos avançassem as marchas forçadas em direções convenientes. O coronel David Canabarro com uma forte Brigada de Cavalaria, deve ter passado o Quaraí; e formando a Guarda avançada do Exército Imperial combinará seus movimentos com os das tropas Correntinas[...]; além dos corpos da Guarda Nacional que por toda a parte da campanha espontaneamente se reúne. [...]A reunião dos emigrados orientais cresce de dia em dia, e sob o comando do intrépido barão de Jacuí desenvolveram seu nato valor em bem da sagrada causa da Independência de sua opressa e desolada pátria. No dia 27 já S. Ex.ª o Sr. Conde se achava no Passo das Pedras, de cujo lugar me oficiou para Bagé e em poucos dias o grosso do Exército Imperial, e as colunas dos Estados Aliados tomaram posições verdadeiramente militar, e em atitude de empreender operações ativas e vitoriosas[...][1]

Ao final de junho de 1851, Luís Alves de Lima e Silva, o então conde de Caxias, retornava à presidência do Rio Grande do Sul, em um contexto no qual se intensificaram os preparativos para a guerra contra Oribe e Rosas. Caxias seria o responsável por comandar as forças imperiais em uma ação conjunta com as forças militares das províncias de Entre-Rios e de Corrientes, sob liderança de Justo Urquiza e de Benjamim Virasoro, além das forças de Eugenio Garzon, líder dos "emigrados orientais", grupo que, no Uruguai, fazia oposição a Manuel Oribe.

Essa articulação de forças resultou na formação de um efetivo militar com mais de vinte mil homens em armas. É possível afirmar que dessas tropas fizeram parte antigos líderes rebeldes farroupilhas, como o coronel David Canabarro, citado no ofício acima, que, já no fim da Revolta Farroupilha, passou a integrar as redes políticas forjadas por

[1] Carta do encarregado dos Negócios do Brasil em Montevidéu, Vicente Paulo de Oliveira Villas Boas a Manuel Felizardo de Sousa e Melo, ministro e secretário de Estado e Negócios da Guerra, no Q.G. do Comando da 8ª Brigada e Fronteira de Chuí, em 31 de julho de 1851. In: BN – Coleção Tobias Monteiro. Setor de manuscritos – 63,04,003 nº 036.

Caxias no Rio Grande do Sul. Também faziam parte dessas tropas oficiais que, até pouco tempo antes, estavam afastados das forças militares imperiais, como o também citado barão de Jacuí – Francisco Pedro de Abreu "o Moringue" – que, durante o intervalo de conflitos, preferiu se dedicar às atividades conhecidas como "califórnias", explicadas no último capítulo, sendo perseguido e preso por agentes imperiais da fronteira.

Entretanto, além de se tratar de um conflito internacional, diferente de todas as outras intervenções anteriormente lideradas pelo conde de Caxias, naquela mobilização militar ele pôde contar com uma ampla rede de contatos, estabelecida durante o tempo em que comandou a província na repressão à Revolta Farroupilha. Essa rede era integrada por diversos oficiais com um histórico de prestação de serviços ao Império, como o então tenente-coronel Manoel Luís Osório. No documento acima, é possível inferir que Manoel Luís Osório havia sido destacado em comissão pelo presidente que antecedeu Caxias no cargo, Pedro Ferreira de Oliveira. Retornando ao acampamento militar em Orqueta ou Horqueta, a sudoeste do território do Uruguai, Osório tratou logo de ir ao encontro de seu "amigo", o conde de Caxias. Acredito que o estreitamento de vínculos com Caxias proporcionou a Manoel Luís Osório a oportunidade de se tornar uma peça-chave para a consolidação das bases do Estado imperial naquela região.

Como visei destacar ao longo deste trabalho, Manoel Luís Osório teve uma bem-sucedida trajetória de serviços militares, que começaram nas Milícias, em 1823, e se consolidaram por meio de sua atuação nas fronteiras do Império. Sua participação em inúmeros conflitos e guerras, atuando pelas forças do Exército e da Guarda Nacional, teve também impacto direto no prestígio que arrecadou para si ao longo de sua vida.

Na segunda metade do século XIX, Osório foi escolhido para ocupar uma das cadeiras do Senado, e depois, para assumir o Ministério da Guerra, mudando-se para o Rio de Janeiro em abril de 1877. A sua chegada à Corte imperial, foi, sem dúvida, o ponto-final, o ápice de todo o prestígio político e social que arrecadou ao longo dos anos de dedicação à defesa do Império, intervindo nas dinâmicas políticas e militares de sua província, como exemplificado por sua atuação durante grande parte da Farroupilha, mas também nas dinâmicas fronteiriças que marcaram a região sul do território imperial no século XIX.

Ao chegar à Corte, nomeado para os cargos da estrutura burocrática do Estado imperial, senador e ministro da Guerra, talvez seja importante mencionar que já havia sido condecorado com os títulos de visconde, barão e marquês do Herval, todos obtidos "com grandeza", o que era um sinal de prestígio. O título de "Herval" era uma alusão aos

campos de erva-mate (*Ilex paraguariensis*),[2] descobertos em expedição por ele organizadas em 1857, quando comandava a fronteira de São Borja.[3] Ainda sobre os títulos, recebidos por Manoel Luís Osório devido à prestação de serviços à Coroa, me parece que foram importantes também para o ambiente político que passou a conviver na Corte, ponto de encontro entre as elites políticas de todo o Império, que reuniam outros tantos viscondes, barões, marqueses e duques. Osório conviveu durante a maior parte de sua vida em um ambiente rural, que muitas vezes demonstrava ser bastante avesso às normas de conduta de uma sociedade de Corte. Essas distinções que recebeu da Coroa, quando ainda residia na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, "viravam negócios", serviam de proteção, de confiança e de domínio sobre outros indivíduos.

Nesse sentido, o seu cabedal social, formado por "capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres", passaram a ser meta fundamental "desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes". Existiam variadas formas de conquistar uma nobilitação, mas o modo mais ágil, "e se o capital permitisse, era ser proprietário de terras, e se fazer cercar de uma grande 'escravaria', além de inúmeros agregados, parentes e criados. Foi assim que esse modelo idealizado inventou uma sociedade patriarcal", alicerçada em um conceito de "família estendida e de sujeição para além dos laços de sangue".[4]

Com isso, acredito ser importante ressaltar que Manoel Luís Osório foi também proprietário de terras e de trabalhadores escravizados. Seus biógrafos pouco mencionam o fato que ele possuía uma "escravaria" formada por dezenas de indivíduos, que se dividiam entre diversas demandas e tarefas, sobretudo ligadas à lavoura e à criação de animais. Considerando que ele também era um estancieiro na fronteira do Rio Grande do Sul, "a família biológica constituía o núcleo do latifúndio rural, e os senhores muitas vezes educavam os filhos homens de olho na perpetuação de seu poder". Entretanto, todos os três filhos homens do general Osório, Fernando, Adolpho e Francisco, formaram-se bacharéis em Direito. Sua única filha, Manoela Luísa, que não frequentou nenhum curso superior, mas circulou sempre entre os principais espaços da elite sul-rio-grandense,

[2] Para uma discussão aprofundada sobre os ervais e sua exploração, ver: CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, ICHF – Niterói, 2010, p.137-279.
[3] Ofícios e correspondências de Manoel Luís Osório às autoridades da província, sobre a expedição nos ervais. AHRS – FAM. Cx.97, m.172, l.196, 1857.
[4] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.44-45.

casou-se com o empresário Cipriano Mascarenhas, cuja família era uma das fundadoras do Banco Pelotense.[5]

Alguns de seus filhos chegaram a manter propriedades rurais por algum tempo, mas suas profissões e relações estiveram mais ligadas ao meio urbano. Praticamente todos foram criados em Pelotas, cidade para a qual sua família migrou na década de 1850, saindo de Bagé devido ao avanço do conflito na fronteira. O importante é destacar que Osório não permitiu que nenhum de seus filhos seguissem o seu exemplo de carreira militar. Chegou a intervir de forma contrária quando, durante a Guerra do Paraguai, seu filho primogênito, Fernando Luís Osório, decidiu se alistar no Exército. Ele acreditava que todos os filhos deveriam estudar, e não sacrificar suas vidas às guerras, como ele próprio havia feito. Esse tipo de diálogo se tornou recorrente ao final de sua vida, através de suas correspondências.[6]

Ao narrar a história de Manoel Luís Osório, almejei destacar como construiu sua vivência social, enfatizando os espaços por onde circulou, as pessoas que o cercavam, e o seu comportamento diante de comandantes e subordinados. Diante do que foi possível apresentar ao longo desta pesquisa, espero ter conseguido retratar a complexidade dos personagens e da instituição que tive em vista compreender, isto é, o Exército Imperial. Além de estar ainda em formação, as forças militares de que Osório fez parte estavam posicionadas em uma região conflagrada. Daí já poderia ser deduzida a complexidade de fazer parte dessas forças.

A sua vivência nos regimentos de fronteira seria ainda impactada pelas transformações políticas transcorridas na primeira metade do século XIX. Até mesmo por isso, creio que a sua trajetória nas forças militares do Império não tenha sido nada linear. Como se pode acompanhar, ao ingressar ainda muito novo, de forma voluntária, nas tropas de Legião de São Paulo, Osório esperava certamente encontrar uma rápida ascensão aos postos de oficial. Ao receber a distinção de cadete, aproveitando-se da condecoração que seu pai – o tenente-coronel de Milícias Silva Borges – havia recebido do governo, suas expectativas aumentaram. Contudo, essa ascensão não ocorreu de forma imediata, ele chegou a aguardar uma promoção por cerca de dez anos. Em certa

[5] RETZLAFF, Kevin. *Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais e o Banco Pelotense (1906-1931)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, PPHG-ICH Pelotas, 2020.

[6] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Arquivo General Osório*. Série: Fernando Osório. Carta remetida por Manoel Luís Osório a Fernando Luís Osório, em 30 de setembro de 1866, em Pelotas. Notação final: DL.238.006.

oportunidade, a insatisfação de Osório foi tamanha que pediu sua reforma do Exército, por se sentir depreciado ou esquecido pelo governo imperial, embora isso não tenha se concretizado.

Por essa razão, acredito que a sua atuação na Revolta Farroupilha, para utilizar de uma expressão popular, foi um divisor de águas em sua carreira na guerra, mudando os rumos de sua trajetória nas forças militares do Império. O fato de ter se mantido leal às forças militares imperiais após inicialmente apoiar os rebeldes farroupilhas possibilitou o acréscimo de confiança da Coroa em sua prestação de serviços. Tanto que foi escolhido para diversas missões sigilosas na fronteira, cumprindo o papel de mediador entre o centro político do Império e o espaço fronteiriço. Nessa função, como procurei mostrar, Manoel Osório tornou-se relevante para a consolidação do Estado imperial brasileiro no sul de seu território. Um Império que, "guardava fortes traços de seu passado colonial, sendo que o principal deles era o sistema de hierarquias fundado na escravidão".[7]

Antes de finalizar essa história, contudo, gostaria de fazer alguns apontamentos. Esta pesquisa tratou de uma memória ainda simbólica, tanto para a sociedade civil em geral quanto para as forças militares. Manoel Luís Osório foi um militar e político que possuía fortes laços com os republicanos do sul do Império, mas que, devido a diversas circunstâncias, optou por defender a Monarquia Constitucional. Grande personagem político-militar do Império, foi colocado em uma espécie de moldura reservada aos "heróis nacionais", lugar que, até os dias de hoje, permanece incólume.

O esforço desta tese foi o de analisar a sua trajetória antes de ter assumido o papel de "protagonista" da história nacional, buscando compreendê-lo em seu próprio tempo, isto é, como um homem do século XIX. Nesse sentido, o Manoel Luís Osório que encontrei ao longo da pesquisa nasceu em uma família de proprietários rurais que, a princípio do século XIX, procurava um melhor posicionamento social.

Para atingir esse objetivo, pouco tempo antes, uma parte de sua família seguiu de Portugal para o extremo sul do território brasileiro. Naquela região, ainda marcada pelas dinâmicas de conquista e de supressão do território ocupado até então por populações indígenas, as disputas entre as possessões entre Portugal e Espanha proporcionaram um caminho de ascensão social àqueles "dispostos a defender as Armas de Sua Majestade". Isso começou a acontecer com os irmãos Osório, que partiram da Vila de Cartaxo, em

[7] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... 2008, p.555-556.

1730, e se estabeleceram em Rio Grande, depois em Rio Pardo e, por fim, no litoral, em Conceição do Arroio.

Algo semelhante também ocorreu em relação à família de seu pai, batizado como Manoel Luiz da Silveira, que migrou do Açores para Santa Catarina. Vinculado às forças militares daquela capitania, após episódio de "deserção", seguiu em fuga para o Rio Grande do Sul, chegando até a estância onde os familiares da mãe de Osório – Anna Joaquina – residiam. Nesse interim, inclusive, teve de mudar seu nome, passando a assinar Manoel Luiz da Silva Borges. No Rio Grande do Sul, já com a nova "identidade", apresentou-se novamente ao serviço militar e ascendeu até o posto de tenente-coronel, comandante da guarnição de Salto, ao noroeste do atual Uruguai. Também foi agraciado com a Ordem Imperial do Cruzeiro devido ao seu desempenho nos conflitos de fronteira, o que acabou modificando o destino de seus filhos, entre os quais estava Manoel Luís Osório. Isso rendeu ao ainda jovem Osório a distinção de cadete, permitindo-lhe assentar praça no Exército de linha, saltando os postos de oficiais inferiores e as baionetas. Mesmo assim, sua ascensão nas forças militares não aconteceu de forma rápida.

Ainda que nos campos de batalha os seus serviços fossem quase sempre muito elogiados pelos comandantes militares, pois, desde as suas primeiras experiências, demonstrou ser um homem de ação, as transformações políticas e as mudanças constantes de presidentes da província e de comandantes militares não foram, por assim dizer, favoráveis à sua carreira. Nesse ponto sua história pessoal carrega uma pequena dose de sorte, principalmente por ter enfrentado quase todas as batalhas da primeira metade do século XIX sem grandes ferimentos, mas também de uma doze de azar, por não conseguir ascender rapidamente na hierarquia do Exército, apesar de suas ações nos campos de batalha.[8] Ainda assim, sua vivência na fronteira, local que permaneceu por diversos anos, foi imprescindível para que se tornasse, anos depois, um "senhor da guerra". Isso não significa que ele agisse de maneira autônoma e/ou sem seguir ordens. Ao contrário, esteve sempre ligado a algum cargo militar e, circulando por esse ambiente, entendendo a forma de viver das pessoas locais e estabelecendo laços de reciprocidade com indivíduos de ambos os "lados" da fronteira, conseguiu se tornar peça importante para o governo imperial.

Outro ponto que gostaria de chamar atenção, relaciona-se mais ao empreendimento de pesquisar e de narrar uma trajetória de vida, sem cair em grandes

[8] Idem.

generalizações, como a de uma "biografia representativa", nem transformar essa narrativa histórica em um "estudo de caso".[9] Até então, havia trabalhado com essas duas formas de escrita da história. Durante a graduação, pesquisei militares envolvidos com a política no Rio Grande do Sul oitocentista, e, em minha dissertação de mestrado, estudei um caso específico: a relação entre dois políticos e militares rio-grandenses através de suas correspondências. Nos dois casos, o trabalho metodológico foi muito diferente ao que foi proposto aqui.

Neste estudo, busquei correlacionar elementos da trajetória pessoal e das ações de Manoel Luís Osório nos campos de batalha, sem perder de vista os aspectos conjunturais daquele período histórico, no qual o recorte temporal e espacial foi delimitado pelas ações desse indivíduo. Nesse sentido, nem que quisesse definir um "cenário fixo, invariável", não poderia fazê-lo pelas próprias dinâmicas do personagem. A tarefa de analisar a trajetória de Manoel Luís Osório foi assim desafiadora e, ao mesmo tempo, fascinante, porque esse personagem esteve em movimento constante. Uma configuração interessante, pois, permitiu visualizar o personagem em cenários variados, bem como articular os elementos constitutivos de seu cotidiano com "fenômenos mais gerais, típicos da história política ou social".[10]

Em outros termos, procurei "escrever sobre o social a partir da singularidade", utilizando da experiência de vida de Manoel Luís Osório como uma janela de acesso ao passado. A elaboração de uma escrita sobre o seu passado esteve conectada ao entendimento da descontinuidade, no qual os vazios e/ou silêncios foram "preenchidos por termos como talvez, é possível que, provavelmente", certamente, entre outros.[11]

Ao propor o estudo de uma experiência de vida, dialogando com o conceito de "configuração individual", sugerida por Maurizio Gribaudi,[12] acredito ser possível problematizar a própria "pluralidade e incertezas do passado". Sendo assim, Manoel Luís Osório poderia ter uma leitura diferente a que propus aqui sobre a sua trajetória. Talvez ele avaliasse suas ações cotidianas com muito mais entusiasmo ou acreditasse que sua carreira militar poderia ter sido melhor recompensada. Ainda assim, vale lembrar que o passado não é tomado aqui como algo inerte ou coerentemente explicável, mas como algo

[9] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... 2008, p.560-561.
[10] Idem.
[11] Ibidem.
[12] GRIBAUDI, Maurizio. "Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX". In: CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I.; (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p.160-197.

suscetível às ações e, porque não, às mudanças de interpretações conferidas pelo próprio tempo.[13]

[13] SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*... 2008, p.561.

Referências

Fontes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

Fundo Autoridades Militares

-Correspondência do major José Marianno de Mattos ao presidente da província Manoel Antônio Galvão, enviada de Porto Alegre em 20 de setembro de 1832.
-Denúncia de Manoel Luís Osório sobre o atraso no pagamento das "*gratificações". 1837-1839.* Cx.69, M.128, L.214, Doc.615.
-Mapa do 2º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército. C.88, M.157. L.193. 1851.
-Ofício de Manuel da Silva Pereira Lago ao presidente da província, 1830. Maço 114.
-Manoel Luís Osório para o Presidente da Província Feliciano Nunes Pires. Porto Alegre, 04 de maio de 1837. Cx.69, M.128, L.214, Doc.613.
-Ofício de Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em Porto Alegre, em 05 de outubro de 1837. Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.618.
-Ofício sobre o desligamento do alferes Francisco José de Almeida foi confirmado em 6 de outubro de 1837. AHRS, Fundo Autoridades Militares, Cx.69, M.128, L.214, Doc.620.
-Ofício do major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província, Quartel do Esquadrão de Cavalaria da Guarnição de Porto Alegre, em 26 de outubro de 1837. Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.626.
-Ofício do brigadeiro Francisco da Cunha ao brigadeiro Manoel Luís Osório, Comando da Guarnição em Porto Alegre, em 26 de outubro de 1837. Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.626/1.
-Ofício do capitão João de Santa'Anna Leitão ao major Manoel Luís Osório, Quartel do 8º Batalhão, em Porto Alegre, 24 de outubro de 1837. Cx.69, m.128, L.214, 1837, Doc.626/2.
-Ofício de Manoel Luís Osório ao presidente Conde de Caxias, em 5 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. AHRS. FAM. Cx.80, m.147, l.190, doc.141/ nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.
-Ofício de Manoel Luís Osório ao presidente Conde de Caxias, em 5 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. Cx.80, m.147, l.190, doc.141/ nº 1.
-Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao conde de Caxias, no Piraí, em 12 de fevereiro de 1846. Cx. 80, m. 147, l.190, 1846, Doc.142.

-Instruções passadas pelo comandante de Bagé, em Piraí, 05 de fevereiro de 1846. Cx.80, m.147, l.190, doc.142/nº 1.
-Ofício de Manoel Luís Osório ao coronel deputado do ajudante general Casimiro José da Câmara e Sá, em 17 de fevereiro de 1846, no Acampamento de Piraí. AHRS. FAM. Cx. 80, m. 147, l. 190, doc.143, 1846.
-Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao conde de Caxias, no Piraí, em 17 de fevereiro de 1846. Cx.80, m.147, l.190, 1846, Doc.144.
-Ofício do major Carlos Resin ao tenente-coronel Manoel Luís Osório, em Bagé, no dia 17 de fevereiro de 1846. Cx. 80, m. 147, l.190, 1846, Doc. 144/1.
-Ofício de Manoel Luís Osório a Gabriel d'Araújo Silva. Cx.83, m.150, l.191, 1849.
-Ofício do coronel Manoel Luís Osório ao general conde de Caxias, campo em marcha, 26 de outubro de 1852. Cx.92, m.162, l.194.
-Ofícios e correspondências de Manoel Luís Osório às autoridades da província, sobre a expedição nos ervais. Cx.97, m.172, l.196, 1857.
-Ordem Regimental Nº 54, do tenente-coronel Manoel Luís Osório, Quartel do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, em Piraí, 13 de julho de 1847. Cx.80, m.147, l.190.
-Proposta adjunta para os postos de oficiais do Esquadrão de Cavalaria, enviada pelo major Manoel Luís Osório ao Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, em 12 de junho de 1837, em Porto Alegre. In: Cx.69, M.128, L.214, Doc.616.
-Quadro de oficiais do 2º Regimento de Cavalaria, em maio de 1851. Cx. 88, m.157, l.193.

Fundo Documentação dos Governantes.

-Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.
-Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza, em Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831.
-Correspondências de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambraia, em Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831.

Coleção Varela

CV-3194 – Ofício enviado pelo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha ao visconde de Camamu (tenente-coronel e comandante do 8º Batalhão de Caçadores), de Porto Alegre, em 1º de agosto de 1837. Coleção Varela, vol.05, Porto Alegre, 1981.

CV – 3706. Correspondência do barão de Caxias ao coronel José Fernandes dos Santos Pereira (comandante da 3ª Divisão do Exército). Quartel em marcha, em Itapevi, 29 de dezembro de 1843. In: AAHRGS. V.7, Porto Alegre, 1983.

CV – 3709. Correspondência do barão de Caxias ao coronel José Fernandes dos Santos Pereira. Q.G. no passo do Rosário, em 7 de janeiro de 1844. In: AAHRGS. V.7, Porto Alegre, 1983.

CV – 3725. Ofício do barão de Caxias a Fructuoso Rivera. Q.G. do Exército, nos campos de Pedro Fagundes, em 20 de outubro de 1844. AAHRGS. V.7, Porto Alegre, 1983.

CV – 4094. Correspondência entre Antônio Álvares Pereira Coruja e Alfredo Varela, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1885. In: AAHRS, Vol.07, Porto Alegre, 1983.

CV-4156. Ofício do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha ao Presidente e Comandante das Armas Francisco das Chagas Santos, do Quartel em Porto Alegre, em 27 de maio de 1837. In: Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre, vol.07, Coleção Varela, Porto Alegre, 1983.

CV – 5064. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985.

CV – 5067. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela*. v.9, Porto Alegre, 1985.

CV-6996. Ofício do Major Manoel Luís Osório ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, Campo Volante junto ao Arroio da Pintada, em 26 de maio de 1837. AAHRS. v.15, Porto Alegre, 2006.

CV-6997. Ofício do major de Legião e Comandante do Esquadrão de Cavalaria da Guarnição ao Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires. QG do Esquadrão de Cavalaria de Porto Alegre, em 12 de junho de 1837. AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV – 6998. Ofício de Manoel Luís Osório (major de Legião) ao visconde de Camamu (major do 8º Batalhão), em Rio Grande, 27 de dezembro de 1837. In: AAHRS, Vol.15, Porto Alegre: Est. Edições, 2006.

CV – 6999. Ofício do procurador Vicente Manoel d'Espíndola ao general em chefe Jorge Rodrigues, em Rio Grande, em 15 de outubro de 1839. AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV – 7001. Ofício de Manoel Luís Osório ao general em chefe. AAHRS. V. 15. Porto Alegre, 2006.

CV – 7002. Ofício do major Manoel Luís Osório ao general em chefe do Exército (conde do Rio Pardo). Rio Grande, 06 de abril de 1842. In: AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV – 7004. Ofício do major Manoel Luís Osório ao general em chefe do Exército (conde do Rio Pardo). Em Rio Grande, 20 de abril de 1842. In: AAHR. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV – 7005. Ofício do major Manoel Luís Osório ao major Antônio Antunes da Porciúncula. Acampamento do Rincão dos Touros, 14 de abril de 1842. In: AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV – 7007. Ofício do major Manoel Luís Osório ao general em chefe do Exército (conde de Rio Pardo). Em Rio Grande, 26 de abril de 1842. In: AAHRS. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV – 7011. Ofício do tenente-coronel Manoel Luís Osório ao marechal Thomaz José da Silva, no Acampamento em Santa Maria, em 22 de fevereiro de 1845. In: AAHGS. V.15, Porto Alegre, 2006.

CV-7774. Ordem do Dia do Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Bento Manoel Ribeiro, 30 de dezembro de 1835, Quartel General em São Gabriel-RS. AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico]*. V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CV- 7776. Proclamação do Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Bento Manoel Ribeiro, 14 de fevereiro de 1836. In: AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico]*. V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CV-7703. (Ribeiro, Bento Manoel) Fundo: Correspondência dos Governantes, maço 14, [impresso]. In: AHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* Porto Alegre: EDIPUCRS, v.18, 2009.

CV-7711. Correspondência de Bento Manoel Ribeiro a José de Araújo Ribeiro, em Rio Pardo, em 17 de fevereiro de 1837. In: AHRS – *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* [recurso eletrônico], Porto Alegre: EDIPUCRS, v.18, 2009.

CV-7713. Ofício de Bento Manoel Ribeiro a Francisco das Chagas Santos (nomeado para o Comando das Armas do Rio Grande do Sul), em Rio Grande, em 24 de março de 1837. In: AHRS – *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* [recurso eletrônico], Porto Alegre: EDIPUCRS, v.18, 2009.

CV – 8043. Carta de Luís Rosseti ao ministro e secretário de Estado da República Rio-Grandense, em 11 de outubro de 1839, em Laguna- SC. In: AAHRS. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha.* V.18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CV – 8075. *Os soldados libertos são os mais valentes.* AAHRS. Documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha. 2ª ed; e-book, v.20, São Leopoldo: Oikos, 2021.

CV- 8854. Anexo nº 02 – Decreto de 14 de novembro de 1826 - Anistia para desertores. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.* V.21, São Leopoldo: Oikos, 2015.

CV-8831. Correspondência enviada por Joaquim Gonçalves da Silva para Alfredo Varela. 1895. AAHRS. *Duelo de Farroupilhas: documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha, 1835-1845*. v.21. São Leopoldo: Oikos, 2015.

-*Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva.* Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

-Libro 5 das Mercês d'El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, 10 de agosto de 1683. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1855506 – (PT/TT/RGM/B-B/0003/3958).

-Livro 5 das Mercês d'El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, 01 de setembro de 1683. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1855507 - (PT/TT/RGM/B-B/0003/3959).

-Livro 5 das Mercês d'El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, de 30 de junho de 1688. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1858730 - (PT/TT/RGM/B-B/0005/3960).

-Manuscritos do Brasil, Livro 9, 23 de março de 1736, ANTT. (Carta do Rei D. João V ao capitão de Mar e Guerra Luís Abreu Prego) https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4493972 - ANTT- PT-TT-MSBR-0009_m0021_m0030.

-Manuscritos do Brasil, Livro 9, 24 de março de 1736, ANTT. (Carta do Rei D. João V ao governador Gomes Freire de Andrada) https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4493972 - ANTT - PT-TT-MSBR-0009_m0013_m0018.

Revista do Arquivo Público Mineiro (APM)

-Registro de Patente de 13 de março de 1752. In: Revista do Arquivo Público Mineiro.

-*Registro de uma Patente Real de tenente-coronel do Regimento de Dragões do Rio Grande passada a Thomaz Luís Osório.* RAPM, ano XXIV, 1933.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

-Inventário e Testamento de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.
-Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.
-Testamento de Francisco Lopes de Mattos (1794). Rio Grande. Subfundo: Órfãos e Provedoria.

Revista

-Livro nº 1 de "Registro de Terrenos e Sesmarias" (1810-1815). In: *RAPERS – Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 18, 1925.
-*RAPERS – Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 13, 1924.

Arquivo Nacional (RJ)

-Correspondência enviada por D. João V a Gomes Freire de Andrada em 27 de maio de 1737. Arquivo Nacional. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 064, vol.05.
-Documentos enviados pela presidência da província do Rio Grande do Sul ao Ministério da Guerra. IG¹ 182 Série Guerra, Gabinete do ministro.
-Ofício do presidente da província ao ministro do Império de 22 de janeiro de 1833 – Maço IJJ9 451. *Série Interior*: Ministério do Reino.
-Série Guerra, IG¹ 278 e IG¹ 279, Código do Fundo: DA; Seção de Guarda: Codes.
-Série Guerra *IG1* – DA. Ofício de Antônio Elzeário de Miranda e Brito a Sebastião do Rego Barros, em Porto Alegre, em 1837.

Fundo Cisplatina
-Ofício remetido pelo barão de Laguna ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho. Em 2 de junho de 1823, em Canelones. Cod.Ref. BR RJANRIO.1A.CAI.0.0977. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_1a/cai/0/0977/br_rjanrio_1a_cai_0_0977_d0001de0001.pdf

Fundo Marquês de Barbacena

-Dossiê Batalha do Passo do Rosário – BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. p.1-193. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0066/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0066_d0001de0001.pdf
-Doc. Nº 19, 20 de março de 1827, Exercito Nacional Imperial. Cod.Ref. BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0167/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0167_d0001de0001.pdf
-*Relações nominais das praças do Estado Maior, e Menor da 1ª e 2ª Linha do Exército Nacional Imperial.* Cod.Ref. BR RJANRIO.Q1.0.GCP.0167. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_Q1/0/GCP/0167/BR_RJANRIO_Q1_0_GCP_0167_d0001de0001.pdf

Publicações

-*Rebelião do Rio Grande do Sul. Farrapos.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Vol. 29, 1933.
-*Rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845: Processo.* Rio de Janeiro, Ed.31, Vol. 1-3, 1935.

Arquivo Histórico do Exército (AHEX)

-Fé-de-ofício de Manoel Luís Osório. Pasta 07, cx.19.
-*Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho).* Rio Grande, 06 de maio de 1839. Caixa 20, Pasta 1.
-INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA. *Chefes da Cavalaria Brasileira*. Editora Livraria José Olympio, 1940.
-Requerimento de Manoel Luís Osório ao ministro e secretário dos Negócios da Guerra, em 23 de abril de 1839, em Rio Grande. Caixa 20, Pasta 1.

Biblioteca Nacional (RJ)

Anais

-Annaes do Parlamento Brasileiro (1826-1888). Câmara dos Deputados. Assembleia Geral. 1ª Legislatura. “Falla que Sua Magestade o Imperador pronunciou na Camara dos

Senadores, no dia 6 de maio de 1826, na abertura da Assembleia Nacional". Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=Cisplatina&pagfis=39

-Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ) – 1826-1888. Sessão em 4 de julho de 1839, p.71. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=osorio&pagfis=11743

-*Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental.* In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968.

-Ordem do Dia nº 77, do barão de Caxias no Quartel General em Bagé, em 11 de setembro de 1843. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn&pagfis=11319

-Ordem do Dia nº 148, do general barão de Caxias. Q.G. em Caçapava do Sul, em 03 de setembro de 1844. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1941, v.63, p.262-266. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn&Pesq=%22Os%c3%b3rio%22&id=2980708875498&pagfis=11446

Documentos manuscritos

- CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Notas Históricas e Biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. In: Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Ottoni, [S.I,: s.n.], 1872.

-Carta de Francisco de Souza Soares Andréa a Bento Gonçalves da Silva, em Porto Alegre, em 25 de agosto de 1840. Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho, 07,2,002.

-Carta de Francisco de Souza Soares Andréa ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, em Porto Alegre, em 13 de outubro de 1840. Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho, 07,2,002.

-Carta de Francisco de Souza Soares Andréa ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, em Porto Alegre, em 27 de setembro de 1840. Documentos relativos à República Rio-Grandense. RGS, 1831-1850. Coleção Carvalho, 07,2,002.

-Carta do encarregado dos Negócios do Brasil em Montevidéu, Vicente Paulo de Oliveira Villas Boas a Manuel Felizardo de Sousa e Melo, ministro e secretário de Estado e Negócios da Guerra, no Q.G. do Comando da 8ª Brigada e Fronteira de Chuí, em 31 de julho de 1851. In: BN – Coleção Tobias Monteiro. Setor de manuscritos – 63,04,003 nº 036.

-CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Memórias políticas, militares e biográficas*. BNRJ, Seção de Manuscritos, s/d.

-*Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013. O requerimento foi encaminhado à Comissão de Pensões e Ordenados.

-*Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 12 de outubro de 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013, Doc.2.

-*Requerimento de Anna Joaquina Luísa Osório encaminhado ao Ministério do Império.* 18 de outubro de 1837, Setor de Manuscritos – Localização: C-0009, 013, Doc.6.

-Setor de Manuscritos – Localização: C-0603015- Nº 001. OSORIO, Manoel Luís. Documentos Biográficos. 1843-1844.

-Setor de Manuscritos – Localização: C-0603, 015, Nº 002. OSORIO, Manoel Luís (capitão). Documentos Biográficos.

-"Recibo pelo pagamento dos direitos dos títulos de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul (1842), concedido a Manoel Luís Osório".

Documentos Online

-Alvará determinando o pagamento de sisa e meia sisa. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1809. 0022B, 001, 005, nº 19. Obras Raras. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or22b_1_5n19/or22b_1_5n19.pdf

-Secção de Manuscritos – *[DOCUMENTOS relativos à República Rio-Grandense]*. Rio Grande do Sul: [s.n.], 1831-1850, p. 1-10. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435009/mss1435009.pdf

Jornais e Periódicos

-*A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario (RJ) – 1827-1839.*

-*A Constituinte: Orgam Liberal (SP) – 1879 a 1880.*

-*Correio Official: In Medio Positiva Virtus (RJ) – 1831-1841.*

-*Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) – 1848 A 1868.*

-*Diário Fluminense (Império do Brasil).*

-*Diário do Governo (Império do Brasil)*

-*Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1821-1858.*

-*Diário do Rio Grande*, 9 de março de 1850.

-*Império do Brasil: Diário da Câmara de Deputados*

-*Idade D'Ouro do Brazil (BA) 1811-1823*.

-*Jornal do Commercio (RJ) – 1870 a 1879*.

-*Jornal O Rio-Grandense*, 8 de março de 1850.

-*Novo e Completo Indice Chronologico da História do Brasil (RJ) – 1842 a 1889.*

-*O Americano: periódico oficial, político e literário.*

-*O Universal (MG)* – 1825 a 1842.

-*O Maiorista (RJ) – 1841-1842.*

-*O Noticiador – 1831-1836*.

-*O Recopilador Liberal (RS) – 1832-1835.*

-*O Sete d'Abril (RJ) – 1833-1839.*

-*Revista Illustrada* (RJ) – 1876 a 1898.

-*Sentinela da Monarquia: periódico político e literário.* (RJ). 1840 a 1847.

Projeto Resgate

-Arquivo Histórico Ultramarino, 04 de março de 1750, https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017-1_RJ&hf=resgate.bn.br&pagfis=31316 (AHU- RJ, Cx.64, Doc.15094-15096).

-Arquivo Histórico Ultramarino, 28 de novembro de 1734, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=12778 (AHU-MG, CX.27, DOC.62).

-Arquivo Histórico Ultramarino, fevereiro de 1752. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pesq=%22capit%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20Lu%C3%ADs%22&pagfis=426 (AHU-RS, CX.2, DOC.9).

-Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Sul, cx.2, doc.42-44. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&Pesq=%22capit%c3%a3o%20Tom%c3%a1s%20Lu%c3%ads%22&pagfis=546 - (AHU-RS, CX.1, Doc.42-44).
-Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de setembro de 1806. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=7643 (AHU-ACL, Cx.11, Doc.669 ou AHU-RS, Cx.17, Doc.25).
-Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de setembro de 1806, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=7643 (AHU-ACL, Cx.11, Doc.669 ou AHU-RS, Cx.17, Doc.25).

Relatórios

-*Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=16
-*Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)* – 1832, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1832_00001.pdf
-*Relatório da Administração do Ministério da Guerra. Sessão de 1833*. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf
-*Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro*, Fernandes Rodrigues Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=44
-*Relatório: Ministério da Guerra (RJ) – 1828 a 1940*. Sessão de 1833, p.46. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf
-*Relatório: Ministério da Guerra (RJ) – 1828 a 1940.* Sessão ordinária de 1834, p.8. "Fixação das forças de terra no ano de 1835 a 1836". Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1834_00008.pdf
-*Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1837, p.1-2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=54
-*Relatório do Ministério da Guerra*, 1ª Sessão da 8ª Legislatura de 1850. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1850, p.35. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/720950/per720950_1850_00001.pdf

Centro de História de Documentação Diplomática (CHDD)

-Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão. Ano 7, n.º 12, 1º Semestre, 2008. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-273-cadernos_do_chdd_ano_7_numero_12_2008

- Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão. Edição Especial, Brasília, Ano 6, 2007. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-436-cadernos_do_chdd_ano_6_numero_especial_2007

-Caderno do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão. Ano 18, N.º 35, 2º Sem. 2019. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-724-cadernos_do_chdd_ano_18_numero_35_segundo_semestre_de_2019

Dicionários

-BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico (...).* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445

-*Glossário de termos gauchescos.* Disponível em: http://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html

-NUNES, Zeno; NUNES, Rui Cardoso (org.). *Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Martins Livreiro. Disponível em: https://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html

-SILVA, Antônio Delgado da (Org.). *Coleção da Legislação Portuguesa (1791 a 1801*). Lisboa: Tipografia Maigrense, v.4, 1828, p. 295-296. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/26519

-Pinto, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira.* Ouro Preto: Editora Typhographia de Silva, 1832, p.373. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414

Family Search

-*"Brasil Batismos, 1688-1935"*, database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ3R-R2X : 14 February 2020), Balchior Osorio, 1752. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-NV?i=136&cc=2177295

-*"Brasil Batismos, 1688-1935"*, database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ3T-M2D : 14 February 2020), Francisca

Joaquina de Almeida Castelo-Branco in entry for Thomas Ozorio, 1754. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69F-PX?i=173&cc=2177295

-"*Brasil Casamentos, 1730-1955*", database, *FamilySearch.* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNPV-G4G : 31 January 2020), Joze Antonio Cardozo in entry for Thomaz Joze, 1780. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HLX-K?i=330&cc=2177295

-"*Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977*", database with images, *FamilySearch*. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKJL-T999

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da igreja Católica, 1738-1952,"* database with images, *FamilySearch* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2C2-4?i=29&cc=2177295

-*"Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977*", database with images, *FamilySearch*. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-S6PX?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQKJL-T999&action=view

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952," data base with images.* Rio Pardo, Nossa Senhora do Rosário, Batismos 1783, p.128. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FX9X-N?i=127&cc=2177295

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952,"* data base with images. Encruzilhada, Santa Bárbara, Batismos 1820, p.687. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CNV-D?i=686&cc=2177295

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da Igreja Católica, 1738-1952", database with images*, Encruzilhada do Sul, Santa Bárbara, Batismos 1813, p.557. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CNL-S?i=556&cc=2177295

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da Igreja Católica, 1738-1952", database with images.* Encruzilhada do Sul, Santa Bárbara, Batismo 1818, p.656. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7CN8-B?i=655&cc=2177295

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952,"* images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/3:1:939N-F692-1D?cc=2177295&wc=M78X-4N5%3A371564801%2C371564802%2C371575101 29 de August 2022). Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F692-1D?i=22&cc=2177295

-*"Brasil, Rio Grande do Sul, Registro da igreja Católica, 1738-1952*," database with images, *FamilySearch* Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H2C2-4?i=29&cc=2177295

-*"Brasil Casamentos, 1730-1955",* FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNPF-23P : 1 February 2020), Maria Joze Machado in entry for Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, 1834. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WC4B-8?i=409&cc=2177295

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)

Coleção Família Osório

-Carta de Sesmaria remetida pelo Governo Provisório do Rio Grande do Sul a Rosa Joaquina de Souza, em 19 de setembro de 1822.

-Correspondência enviada por Manuel Bento da Rocha a Manuel Pinheiro Barreto, em 8 outubro de 1781, em Porto Alegre. Coleção Família Osório.

-Correspondência remetida por Tomás José Luiz Osório ao capitão-mor Custodio de Souza Oliveira, em Conceição do Arroio, 5 de agosto de 1809. Pasta 1.

-Lista de Fogos de Caçapava – 1830 – Maço 7, Lata 2.

Revista (RIHGRS)

-*O Diário de Antônio Vicente da Fontoura*. In: RIHGRS. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934, p.75-78. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/109436/59250

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Arquivo General Osório

-Atestado do tenente-coronel Felipe Nery de Oliveira, 24 de março de 1828, no Arroio do Telho. Notação Final: DL224.073. Documentos Pessoais.

-Carta de José Maria da Silva Paranhos para Manoel Luís Osório, Pelotas, 09 de janeiro de 1872. Notação Final: DL225.031. Documentos Pessoais.

-Carta-Patente assinada por D. João, Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1804.

-Carta de D. Anna Joaquina Luísa Osório a Francisco Luís Osório, em Caçapava, 8 de abril de 1839. DL226.009. Série Núcleo Familial.

-Cartas enviadas por José Luís Osório a Manoel Luís Osório, em Santa Bárbara e em Caçapava, em 29 de setembro e 26 de novembro de 1845 e em 06 de agosto de 1846. Notação Final: DL.226.026. Série: Núcleo Familial.

-Carta D. Anna Joaquina Luísa Osório a Manoel Luís Osório, em Caçapava, 3 de fevereiro de 1846. DL226.011. Série Núcleo Familial.

-Carta patente do tenente-coronel de Milícia, Manoel Luiz da Silveira Borges, por decreto do Imperador D. Pedro I, na Corte do Rio de Janeiro (RJ), em 25 de maio de 1822. Notação Final: DL226.003. Série: Núcleo familial.

-Carta remetida por Manoel Luís Osório a Fernando Luís Osório, em 30 de setembro de 1866, em Pelotas. Notação final: DL.238.006. Série: Fernando Osório.

-Carta-patente do tenente-coronel Manoel Luís Osório. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1844. Notação Final: DL224.017. Documentos Pessoais.

-Concessão de Arrendamento Rural pelo presidente da República Oriental do Uruguai Frutuoso Rivera a Manoel Luiz da Silva Borges e Manoel Luís Osório. Quaraí, 14 de junho de 1834. Notação final: DL224.052. Série Documentos Pessoais.

-Correspondência enviada por Francisco Luís Osório a Manoel Luís Osório, de Craguata (URG), em 30 de julho de 1839. Série Núcleo Familial. Lata 226, pasta 21, Notação final DL.226.021.

-Correspondência enviada pelo juiz de Paz Modesto Severo Fialho ao comandante da Fronteira do Rio Pardo Manoel Luís Osório, em 16 de janeiro de 1836, do "Serro do Desejo". Notação final: DL251.004. Série Documentos Oficiais.

-Correspondência do visconde de Abaeté – ministro da Marinha – ao brigadeiro Manoel Luís Osório, no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1859. Notação Final: DL255.015. Correspondência Oficial.

-Correspondência de Manoel Luís Osório ao sargento maior e comandante militar de Cuaró, Militon Lopes, em 28 de abril de 1849. Notação Final: DL225.005. Série: Documentos Pessoais.

-Documento que nomeia Francisco Luís Osório (seu irmão mais velho) como bastante procurador de Manoel Luís Osório no Estado oriental. Em 2 de janeiro de 1838, em Rio Grande de São Pedro. Notação final: DL224.035. Série Documentos Pessoais.

-Instruções passadas pelo comandante de Bagé, em Piraí, 05 de fevereiro de 1846. Notação Final: DL244.013. Série Ministério da Guerra-Exército.

-Mapa de força do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, em 1842. Notação Final: DL244.009. Série Ministério da Guerra-Exército.

-Ofício de Manuel Marques de Souza a Manoel Luís Osório (comandante do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira). Pelotas, 1843. DL251.009. Série Documentos Oficiais.
-Ofício de João Frederico Caldwell a Manoel Luís Osório, em 25 de março de 1847. Notação Final: DL244.014. Série Ministério da Guerra-Exército.
-Ofícios enviados pelo brigadeiro João Frederico Caldwell, em 1847. Notação Final: DL244.015. Série Ministério da Guerra-Exército.
-Ofício de Manoel Luís Osório ao Ministério da Guerra, em 29 de abril de 1847. Notação Final: DL244.016. Série Ministério da Guerra-Exército.
-Ofício do ajudante general Manoel Luís Osório ao comandante das Armas, em Jaguarão-Chico, em 8 de outubro de 1852. Notação Final: DL244.025. Série Ministério da Guerra-Exército.
-Poesias. Notação final: DL225.045; DL225.047; DL225.048; DL225.049; DL225.050. Série Produção Intelectual.
-Reforma no Posto de tenente do Regimento de Milícias de Cavalaria em Porto Alegre. Rio de Janeiro (RJ), 24 de abril de 1815.Notação Final: DA3.1.073. Série: Documentos Pessoais.
-Relação da Conta do gado pertencente a D. Anna Joaquina. 1841-1842. Notação Final: DL226.010. Série: Núcleo Familial.
-Relação de contas da Fazenda em Arapeí, em 1841-1842. Notação final: DL225.002. Série: Documentos Pessoais.
-Relação dos cavalos comprados em 1845. Notação Final: DL244.012. Série Ministério da Guerra-Exército.
-Relação dos Oficiais da Guarda Nacional merecedores de prêmios e distinções, elaborada por Francisco Álvares Machado (presidente da província). Rio Grande, 07 de abril de 1841. Notação: DL244.008. Série Ministério da Guerra-Exército.
-Requerimento do tenente-coronel de Milícias Manoel Luiz da Silva Borges, em Caçapava do Sul, em 07 de março de 1829. DL226.004. Núcleo Familial
-Requerimento de Manoel Luís Osório, em 04 de março de 1842, em Porto Alegre. Notação final: DL224.030. Série Documentos Pessoais.
-Requerimento de Manoel Luís Osório ao comandante das Armas – conde de Rio Pardo. Rio Grande, em janeiro de 1842. Notação Final: DL224.032. Série Documentos Pessoais.

Revista (RIHGB)

-FORTES, João Borges. *O levante dos Dragões do Rio Grande em 1742.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGRS), Porto Alegre, 2 trim. 1939.

-FORTES, João Borges. O Brigadeiro Silva Paes e a fundação do Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGB), Porto Alegre, 1 trim. 1934.

- LARA, Arouche de Morais. *Memórias da Campanha de 1816.* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Vol.26, 1845.

-J.J. Machado de Oliveira. (*RIHGB) Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, Tomo 23, 1860.

Legislação

-BRASIL. Colleção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil. Decisão da Guerra Nº 264 de 17 de novembro de 1825. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, Parte 2, 1885, p.187. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

-BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brazil 1822. Rio de Janeiro: Typhographia Naional, Parte 3, 1887.

-Coleção de Leis do Império do Brasil. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html

-*Coleção de Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Executivo, 1842.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843, p.471. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html

-*CLI – 1850, Lei Nº 585, de 6 de setembro de 1850*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-585-6-setembro-1850-559825-publicacaooriginal-82236-pl.html#:~:text=Regula%20o%20acesso%20aos%20postos%20de%20officiaes%20das%20differentes%20armas%20do%20Exercito

-Coleção das Leis do Império do Brasil. Parte II, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864, p.214. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html

-DECRETO de 10 de dezembro 1825: Declaração de guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata. IN: Brasil. [Leis etc.]. Collecção de decretos, cartas imperiais e alvarás do Império do Brazil de 1825. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18341

-Decreto Nº 79, 30 de agosto de 1839. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-79-30-agosto-1839-561518-publicacaooriginal-85166-pl.html

-Lei de 18 de agosto de 1831, Capítulo III, Artigo 132º - CLI 1830-1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297pl.html#:~:text=Art%201%C2%B0%20As%20Guardas,defesa%20das%20fronteiras%20e%20costas

- Lei de 30 de agosto de 1831, Capítulo IV, Artigo 7º, CLI 1830-1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37505-30-agosto-1831-564332-publicacaooriginal-88318-pl.html

-Lei de n.º 48, de 3 de setembro de 1833. "Fixação das Forças terrestres – Efetivos Militares, 1834/1835". Coleção de Leis do Império do Brasil – 1833, vol.1, pt. I, (Publicação Original), p.54. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-48-3-setembro-1833-565021-norma-pl.html

-Sessão do dia 31 de julho de 1823. Diário da Assembleia Geral e Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Edição Fac-similar. Tomo II. Brasília: Senado Federal, vol. 6., 2003, p.495-499. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535162

Museu Histórico Nacional (MHN)

-Anais do Museu Histórico Nacional (MHN). Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=osorio&pagfis=9419

-ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Processo de doação do acervo nº 0323. Relação de objetos. Coleção Osório. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%2039%20-%202007&pesq=&pagfis=29361

-*Uniformes do Exército Brasileiro. Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil.* Edição Especial do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1922, p.39-40. Disponível em: Museu Histórico Nacional (MHN). http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=2318

Senado Federal

-Anais do Senado do Império do Brasil – 1840 – Tomo V. Sessão de 04 de agosto de 1840.

-ANNAES DO SENADO DO IMPERIO DO BRAZIL. ANNO DE 1877. LIVRO 9. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal. (Transcrição). p.14. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1877/1877%20Livro%209.pdf

-BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, vol.192., 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574648/001148523_Historia_militar_Brasil.pdf

-Sessão do dia 31 de julho de 1823. *Diário da Assembleia Geral e Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.* Edição Fac-similar. Tomo II. Brasília: Senado Federal, vol. 6., 2003, p.495-499. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535162

Supremo Tribunal Federal

-BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. Coletânea de informações: Joaquim Norberto Xavier de Brito. Brasília, DF, 2019.

-Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50546

-Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50515

-Brasil. Superior Tribunal Militar. Coleção Biografia dos Ministros. Disponível em: https://dspace.stm.jus.br/xmlui/handle/123456789/50537

Bibliografia

Artigos e Capítulos

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Revista Aedos.* UFRGS. Num.8, vol. 3, Janeiro – Junho, 2011.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional.* CLEPUL/Biblioteca Rio-Grandense, Lisboa/Rio Grande, 2016. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28628

ALVES, Artur da Motta. Documentos sobre a Colônia de Sacramento e o Rio Grande de São Pedro. *Revista do IHGRGS*. IV trimestre de 1946, Nº 104. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

AMARAL, Manuel. Regimento de Cavalaria n.º 1. 20 de fevereiro de 2009. Disponível em: https://www.arqnet.pt/exercito/1rc.html

ASSIS, Machado de. A Semana. In: *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994. Disponível em: https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20A%20semana,%201892.htm

AVELAR, A. S. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória, v. 24, 2010.

BARATA, Alexandre Mansur. A Revolta do Ano da Fumaça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2014.

Barreto, Isabel, y Andrés Azpiroz. 2021. "Familia y movilidad social en la frontera al norte del río Negro (Uruguay) durante la primera mitad del siglo XIX".*HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Loca*l 13 (28): 242-284. https://doi.org/10.15446/historelo. v13n28.92358

BARTH, Fredrik. Scale and network in urban western society. In: BARTH, Fredrik (Ed.). *Scale and social organization.* Oslo: Universitetforlaget, 1978.

BASILE, Marcello. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. *Anos 90*, Porto Alegre, V. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004.

BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os Bastidores da Corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, UFSC, Volume 17, Nº 23, 2010.

BENTO, Cláudio Moreira. O Artilheiro Símbolo do Brasil. In: A Defesa Nacional. *Biblioteca do Exército*: Rio de Janeiro, v.59, n.645, 1972, p.124-125.Disponível em: http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8401/7282

BENTO, Cláudio Moreira. A Legião de São Paulo (1801-1824). A Legião Esquecida. *FHE-POUPEX*. Disponível em: http://www.ahimtb.org.br/A%20LEGI%C3%83O%20DE%20S%C3%83O%20PAULO-%20A%20LEGI%C3%83O%20ESQUECIDA.pdf

BERNARDO ARES, José Manuel de. Tres Años estelares de política colonial borbónica (1701-1703). *Cuadernos de historia de España*, 80, Buenos Aires, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, Celso. "Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, nº25, 2000.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2000, p. 158. Disponível em: http://www.filosofia.art.br/download/Marilena_Chaui-Convite_a_Filosofia.pdf

COMISSOLI, Adriano; OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Necessita aquela província, não só de Governador, mas de Coronel de Dragões: os Comandantes de Fronteira Portugueses e o Governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro, século XVIII. *Revista Ágora*, vol.32, n.3, 2021.

COMISSOLI, Adriano, "Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX*)"*, *Revista de Indias*, LXXVIII/272 (Madrid, 2018). Disponível em: https://doi. org/10.3989/revindias.2018.004

COMISSOLI, Adriano; COSTA, Miguel A. Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre uso de redes sociais na investigação histórica. *MÉTIS: história & cultura*, v. 13, n. 25, jan./jun. 2014.

COSER, Ivo**.** O Conceito de partido no debate político brasileiro 1820-1920. *Ler História [Online], 67* | 2014, p.107-127. Disponível em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/874

COSTA, Lidiana Justo da. O cotidiano de oficiais ditos "rebeldes" na Guarda Nacional da Paraíba (1834-1849). *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v.1, ano XI, nº1, 2014. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/545/517

COSTA, Claudio da Silva. Caxias e Napoleão: O Culto dos Mortos nos Traslados. História em Debate. Publicado em 30 de janeiro de 2022. Disponível em:

https://historiamilitaremdebate.com.br/caxias-e-napoleao-o-culto-dos-mortos-nos-traslados/

COSTA, Cláudio da Silva. O Caxias do Pantheon: As Trajetórias do Mito como Efeito Simbólico. *Revista Brasileira de História Militar (RBHM)*. Rio de Janeiro, Ano XII, Nº 30, novembro de 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marco Cezar de. (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p.57-72.

DIHEL, Isadora Talita Lunardi; OSÓRIO, Helen. "Os índios no gênero de peões ninguém os excede": Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani do Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, 2021, p.1-3. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/206046

DJENDEREDJIAN, Julio. Optimizando recursos escasos en un área de frontera. La opción por la mano de obra esclava en grandes estancias entrerrianas de tiempos coloniales. *Quinto Sol*, Vol. 15. Nº 2, 2001, p.23-25. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/pdf/quisol/v15n2/v15n2a01.pdf

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. Nº 58, São Paulo: *Revista USP*, 2003.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro": a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Vária História*, Belo Horizonte, vol.33. n.63, set/dez, 2017.

FARINATTI, L. A. E.; VARGAS, J. M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014.

FARINATTI, L. A. Escravos do Pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Revista Ciência e Ambiente*, n.33 (jul/dez, 2006), Santa Maria: UFSM, 2006, p.135-154.

FAVRE, Oscar Padrón. Ocaso de un Pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay. Editorial Fin de Siglo, 1996,

FERTIG, André. A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na Província do Rio Grande do Sul no século XIX. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Vol. 29, nº 1, jan.-jun. 2011.

FONTES, Carlos. Hipólito Antônio Ribeiro. Academia de História Militar e Terrestre do Brasil. *Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://www.ahimtb.org.br/ogaucho/O%20Ga%C3%BAcho%20112.pdf

FRAGOSO, Augusto Tasso. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Narrativa sintética das operações militares. Rio de Janeiro: *Almanak Laemmert*, 1938.

GESINGER, Arno (org.). Compreender por meio da fotografia. Entrevista de George Didi-Huberman. Disponível em: https://revistazum.com.br/revista-zum-13/compreender-por-meio-da-fotografia

GIL, Tiago Luís. As listas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.17, jul./dez.2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1668-1777). *Histórias, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUAZZELLI, Cesar Augusto B. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata.* Porto Alegre: LINUS, 2013.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional". ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

IMÍZCOZ, José Maria. *Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. Revista da Faculdade de Letras e História*, Porto: III série, v. 5, 2004.

IZECKSOHN, V; MUGGE, M. A criação do terceiro corpo do exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*, v.36, n.73, set./out./ 2016.

KLAFKE, Álvaro Antonio. Aproximações metodológicas à imprensa periódica oitocentista: o caso dos periódicos sul-rio-grandenses. *Estudios históricos* – CDHRPYB – Año V, n.º 11, Diciembre 2013, p. 9. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/11/art9.pdf

KNAUSS, Paulo. *O Descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000.

KRAAY, Hendrick. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, p.135-158, 2004.

KRAAY, Hendrik. Ritual Cívico e Política na Reação Monárquica: Rio de Janeiro e Salvador, 1837-41. Dossiê Regência e Imprensa, *Almanack*, Guarulhos, n.20, 2018, p.69. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13076/9114

KRAAY, Hendrick. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, DHI/UEM, Maringá, v.3, n.3, 1999.

KUHN, Fábio. Um corpo, ainda que particular": irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, v.14, Nº 2, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165022/000774323.pdf

LANDGRAF, Saulo Freire. Princípios Kantianos da liderança de Osorio, um tarimbeiro por excelência. *Revista Científica Fundação Osorio*, v.4(1), 2019.

LEITMAN, Spencer. Negros Farrapos: Hipocrisia Racial no sul do Brasil do séc. XIX. In: PESAVENTO, Sandra. (Org.). *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

LOPES, Marco Antônio. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. *Revista Tempo*, v.16, Nº 30, 2011.

LORIGA, Sabina. Le Petit X. De la biographie à l'histoire. Paris: *Editions du Seuil***,** 2010.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens. A época contemporânea*. V.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARCELINO, Douglas Attila. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de "homens de letras" na passagem do império à república. Revista *Tempo* (Niterói, online), Vol. 22 n. 40.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan. "De Espanha nem bom vento nem bom casamento". La guerra como determinante de las dificiles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la península y en América. 1640-1818. *Anais de História de Além-Mar*, vol.10, Lisboa, 2009.

MARQUES, Thais Pio. O que são usos políticos do passado? 30 de junho de 2021. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/o-que-sao-usos-politicos-do-passado/

MBEMBE, Achille. "O que fazer com as estátuas e os monumentos coloniais?" *Revista Rosa*, nº 2, v.2, 2020, p.3. Disponível em: https://revistarosa.com/2/o-que-fazer-com-as-estatuas-e-os-monumentos-coloniais

MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. “Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, T. 64, v. 104, p. 87-89, 1901.

MEZQUITA, María Luz González. La Paz de Utrecht y su impacto en el mundo atlántico. Una aproximación a partir del caso del Río de la Plata. *Anuario de Estudos Americanos*, 71, 1 Sevilha (España), enero-junio, 2015.

MIRANDA, Marcia Eckert. “Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevo Débats*. 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/65334

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poderes Municipais e Elites Sociais Locais” (séculos XVIIXIX): Estado de Uma Questão”. In: *O Município Português. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico*. 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense (online)*, 2005, n.2.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Por se ter queimado uma preta escrava, com o pretexto de bruxaria: fronteira, impunidade e crença dos senhores no poder mágico-religioso de seus cativos (Rincão de Artigas / 1856). In: *História em revista*. Pelotas: Editora da UFPEL, nº 16, 2010.

MOREIRA, Paulo Staudt. “Miguel Archanjo da Cunha já não existe”: O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico. *Revista de História Regional*, 2019. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr

MOUTOUKIAS, Zacarias. Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario del IEHS*, Tandil, v. 15, 2000.

MUGGE, Miqueias Henrique. Antes do mito: Soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873*). VARIA História,* Belo Horizonte, vol.34, n. 64, jan./abr., 2018, p. 137. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/nFGwW4CdLCWwcZjSFgj595n/?format=pdf&lang=pt

NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora UFPR, n. 53, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, V. P.; Carvalho, D. V. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: (Orgs.). SILVA,

Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio. *Rio Grande do Sul Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento*. E-book, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.63-83.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luis Alberto (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.75-90.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, v.20, n.39, 2000, p.99-134.

PADOIN, Maria Medianeira. "O espaço fronteiriço platino no século XIX, a Revolução Farroupilha e o discurso federalista". In*: Simpósio Fronteras en el espacio platino. 2ª Jornada de Historia Económica*, Montevideo, 1999.

PEDROSA, F. V. G. Organização do Exército Brasileiro no Império. In: RODRIGUES, F. S.; FRANCHI, T. (ORG.). *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

PEIXOTO, Luciano Gomes. Tronco Paterno do General Osório em Santo Antônio da Patrulha. (texto não publicado).

PICCOLO, Helga I. "Nós e os outros": conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH).* Anais da XVII Reunião. São Paulo, 1997.

PICCOLO, Helga Iracema L. Da descolonização à consolidação da República: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul no século XIX. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, 1993. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/597/837

PICCOLO, Helga. O comércio ilícito de escravos africanos no Rio Grande do Sul. *Anais da X Reunião da SBPH*, Curitiba, 1991.

PIMENTA, João Paulo G. O Brasil e a "Expansão Cisplatina" (1808-1822). In: Jancsó, Istvan (org.). *Independência: história e historiografia.* São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p.755-789.

PIMENTEL, C. H. L. O anticomunismo e a esquerda militar brasileira: uma análise historiográfica. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.º 3, p.3-15, 1989.

PORTO ALEGRE, Achylles. História popular de Porto Alegre. In: VARELA, Deusino (Org.). *Comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal*. Porto Alegre, 1940.

POSSAMAI, Paulo César. Soldados do norte nas guerras do sul: o recrutamento militar na Bahia e em Pernambuco para a Colônia de Sacramento. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica.* Dossiê História Colonial I. n.º 29.1, 2011.

POSSAMAI, Paulo César. *A expansão portuguesa no sul da América: a política de povoamento na Colônia de Sacramento (1680-1737).* Ciências e Letras, Porto Alegre, nº 37, jan.-jun., 2005.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra – América Portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, mai./ago. 2018.

RIBEIRO, José Iran. "A poder de maneiras, ia amoldando o povo": os guerreiros de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426784722_ARQUIVO_SimposioNacionaldeHistoria-JoseIranRibeiro.pdf

RIBEIRO, José Iran. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos soldados de patentes intermediárias do Exército Imperial Brasileiro, durante a Guerra dos Farrapos. *Locus: Revista de história.* Vol. 15, nº. 2. Juiz de Fora, 2009, p.99-110. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20122

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

RIBEIRO, Max R. P. Os Guaranis Missioneiros e a "Indústria" da Guerra: comunidades indígenas e trabalho nas missões durante as independências das colônias do Rio da Prata. *História em Revista,* Pelotas, nº 19, dez/2013.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Região revolucionária em uma área de fronteira internacional. *Estudos Históricos* – CDHRPyB – Año VII – Nº. 14, Uruguay, 2015, p.1-3. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/14/eh1401.pdf

RODRIGUES, Alfredo Ferreira (Org.). *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Oficinas da Livraria Americana, 1894.

RODRIGUES, Claudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, cemitérios, e hierarquias no Brasil escravista (século XVIII e XIX). Revista *Habitus*: Goiânia, v. 10, n.1, jul./dez., 2012.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A memória fardada: a criação do Museu Histórico Nacional e as relíquias do Contestado. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, N.32, 2018.

SANTOS, João Vitor. Farroupilha, revolta de uma elite que embranquece os heróis e romantiza as mulheres. Entrevista especial com Carla Menegat. *Instituto Humanitas Unsinos*, 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/602970-farroupilha-a-revolta-de-uma-elite-que-embranquece-os-herois-e-romantiza-as-mulheres-entrevista-especial-com-carla-menegat

SANTOS, José Bernardino (Org.). O Visconde do Rio Grande. *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario. Consagrada as letras, sciencias e artes*. Porto Alegre: Imprensa da Deutsche Zeitung, n.4/5, 1879. Disponível em: https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/partenonliterario/assets/downloads/1879-04.pdf

SANTOS; J. M. C. M.; VARGAS, J. M.; REMEDI, J. M. R. "Uma reunião de carreiras de cavalos": lazer, esporte e os paradoxos da modernidade no Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.21, n.45, p.682-704. set./dez., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/fqxdwCBzGrSsHyrRHcYc8FL/?format=pdf

SCARELLI, Rafael Dias. "Continua a febre dos monumentos": a estatuomania na imprensa do Rio de Janeiro (décadas de 1880 a 1930). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol.29, 2021.

SCAVARDA, Levy. O Almirante John Pascoe Grenfell na Marinha e na História do Brasil; FRANÇA, Mário Ferreira. Uma façanha de Grenfell no Prata. *Revista Navigator*, n.º 1, junho 1970, p.46-92. Disponível em: https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/issue/view/167

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, jan./jun. 2014.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e regimes de historicidade.* Revista Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. *Esboços: histórias em contextos globais*, vol. 25, num. 40, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5940/594067196007/html/

SCOTT, Ana Volpi; SCHMACHENBERG, Ricardo. *Nas teias da administração local: redes de poder e relações familiares entre oficiais camarários no Brasil meridional (Vila*

de Nossa Senhora do Rio Pardo – 1811/1830). Métis: História & Cultura, V.13, n.25, 2014.

SILVA, Daniela Marques da. A lei de promoções do Exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. *Revista Temáticas*, Campinas, ago/dez. 2020, p.14-37. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12306/9794

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: Schmidt, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi* , v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

SOUZA, Adriana. Que Exército é esse?. Conversa de Historiadoras. 15 de Novembro de 2020, p.2. Disponível em: https://conversadehistoriadoras.com/2020/11/15/que-exercito-e-esse/

SOUZA, Adriana Barreto de. Caxias na memória biográfica A construção de uma heroicidade moderna. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, nº 24, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o Duque de Caxias. *História da Historiografia*, n.9, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Trajetórias militares, política imperial e escrita da história.* Revista Métis: história &cultura, v. 2, n. 3, p. 95-108, jan./jun. 2003.

SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KÜHN, Fábio et al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SPALDING, Walter. A revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, 2,* Rio Grande. Ed. Globo, Vol. 2, Porto Alegre.

TRESPACH, Rodrigo. Osorio, O Legendário. Publicado em 09 de maio 2014. Disponível em: http://www.rodrigotrespach.com/2014/05/09/osorio-o-legendario/

TURNER, F. J. The Significance of Sections in American History. In: *Frontier and Section: Selected Essays of Frederick Jackson Turner*. New Jersey, Prentice-Hall, 1961.

VARGAS, Jonas M. "Nos caminhos de São Gregório": As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865*). Almanack, [S.L.],* n.27, 2021.

VARGAS, Jonas Moreira. “Magistrados Imperiais”: atuação política e perfil de formação e carreira dos juízes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica.* ISSN: 2525-5649 – nº. 34.1 (2016), p.75-76. Disponível em: https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2016.34.1.do.73-95

VEIGA, Luis Francisco da. “Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *RIHGB,* Rio de Janeiro, T. 42, 1879.

VIEIRA, Leandro. *História para ninar gente grande*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

VOGT, Olgário Paulo; RADÜNZ, Roberto. Do presente ao passado: inventários post-mortem e o ensino de história. In: *Revista Latino-Americana da História*. Vol. 2, nº 6, 2013.

WEHLING, Arno. Caxias e o Imaginário Nacional. A visão dos contemporâneos. Carta Mensal. *Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio*, Rio de Janeiro, V.1, 2004.

WINTER, Murillo Dias. As revoluções adotam o seu dialeto peculiar: os significados da independência do Brasil em uma região-fronteira (Província Cisplatina, 1821-1824). *Revista Brasileira de História,* V.42, n.º89, 2022, p.195-220. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-10

YOUNGER, Joseph. “Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata.” *Revista Aedos*, v. 1, nº1, 2008.

Livros

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. *Uma Introdução à história da imprensa rio-grandina: um estudo de alguns ‘fragmentos’ do século XIX.* Rio Grande: Ed. Universidade do Rio Grande, 1995.

ALVES, Francisco das Neves. *Diversidades, identidades e o ensino da História.* Rio Grande: Ed. Da FURG, 2013.

AQUINO, Juvêncio Tomaz de. “*Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório”*. Tip. Nacional. Rio de Janeiro, 1877.

AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ANDRADE, Gustavo Figueira. *A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira.* São Leopoldo: Oikos, 2017.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra-civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Erus, 1981.

AZAMBUJA, Graciano Alves de. *História resumida do Banco da Província.* E-book, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Porto Alegre, 2017.

BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota. (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX.* 1ªEd.Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *A Escrita da História – Desafios Contemporâneos* -. UNEB, 2010.

BARROSO, Gustavo. *Osório, o Centauro dos Pampas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1934.

BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Lopes. Contos e episódios da campanha do Paraguai.* São Paulo: Nacional, 1928.

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil.* São Paulo: Nacional, 1935.

BASILE, Marcello. *A politização nas ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos das Regências. V.2,* Brasília: Senado Federal, 2022.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. *O Brabo e a Borboleta: Guerra e sociedade no Brasil Meridional.* [recurso eletrônico]; Passo Fundo: Acervus, 2024.

BENTO, Cláudio Moreira. *Porto Alegre - Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias*. IHGB, 1987.

BETTANCOURT, Arturo A; APARICIO, Fernando (Org.). *Amos y Esclavos en el Rio de la Plata.* Buenos Aires: Planeta, 2006.

BOEIRA, Nelson (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul. 1ª Ed., V.2,* Passo Fundo: Mérito, 2006.

BORUCKI, CHAGAS e STALLA (Orgs.) *Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855).* Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Memórias de Imigrantes Alemães e seus descendentes no Sul do Brasil.* Nova Petrópolis: Editora Amstad, 2011.

Burton, Richard. *Letters from the Battlefields of Paraguay*. London: Tinsley Brothers, 18, Catherine Street, Strand, 1870.

CALDEIRA, Jorge (Org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

CANDAU, Joël. *Identidade e memória*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Davi. *História da Guerra Cisplatina.* Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1946.

CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (Orgs). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CARRION, Raul. *Revolução Farroupilha: mais longa revolta republicana enfrentada pelo Império centralizador e escravocrata.* Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 6ª ed., 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos.* São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello; (Orgs.). *GUERRA LITERÁRIA: Panfletos da Independência (1820-1823).* Belo Horizonte: Editora UFMG, Vol. 1. (Cartas), 2014.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso. (Org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

CASTRO, J. B. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.* São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

CERQUEIRA, E. C. D. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.* Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CIDADE, Francisco de Paula. *Lutas, ao do Brasil, com os espanhóis e seus descentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias Henrique (Org). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX*. 2ª Ed. São Leopoldo: Oikos, 2013.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.* São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. BH: Ed. UFMG, 2015.

DJENDEREDJIAN, Julio César. *Historia Del Capitalismo Agrario Pampeano. La agricultura pampeana en la primera mitad del siglo XIX*. Editora: Siglo XXI. Buenos Aires, 2008.

DORATIOTTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOSSE, François. *O desafio biográfico – escrever uma vida*. SP: Edusp, 2009.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4ª Ed., Porto Alegre: Editora Nova Dimensão, 1990.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha (1836-1840).* Porto Alegre, RS: Editora da Cidade, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1845): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GARAVAGLIA, Juan C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830).* Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARCIA, Rodolfo (Org.). *Obras do Barão do Rio Branco VI: efemérides brasileiras.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieiros. Uma región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios no Rio Grande do Sul.* EDUPF, Passo Fundo, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Quaderni del carcere: edizione crítica a cura di Valentino Gerratana*. Torino: Einaudi, 1977.

GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C. A. B.; KÜHN, F.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRINBERG, Keila. *Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

KARSBURG, A; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. [E-book], São Leopoldo: Oikos, 2015.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil. Bahia, 1790s-1840s.* Stanford: Stanford University Press, 2001.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2002.

KÜHN, Fábio; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs). *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX).* [E-book], 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2023.

LAITANO, Dante. *História da República Rio-Grandense (1835-1845).* Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

LE GOFF, J. (org). *A história nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do Testamento: a Comunidade de Casca em Perícia*. 2ª ed.; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEMIESZEK, Cláudio. *Bagé: novos relatos de sua história.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, O. G. M. de. *Osório.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISABELLE, Arséne. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834).* Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983.

IZECKSOHN, V. *O Cerne da Discórdia – A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994.

MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

MALCOLM, J. *A mulher calada. Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1990.
MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870).* 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021.
MCCANN, Frank. *Os soldados da Pátria: história do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Companhia das letras/Biblioteca do Exército, 2002.
MERRIEN, Jean. *A vida quotidiana dos marinheiros no tempo do Rei-Sol.* Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
MENDES, F. F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial.* Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial.* Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2000.
MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento – 1680-1777.* V.I-II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
MOREL, Marco. *O PERÍODO DAS REGÊNCIAS, (1831-1840*). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840.* São Paulo: Hucitec, 2005.
MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. [E-book], 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2013.
NEVES, M. S; LOBO, Y. L; MIGNOT, A. C. V. Cecília Meireles*: A Poética da Educação.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Loyola, 2001.
OLIVEIRA, Cândido Baptista de. *Reconhecimento Topográfico da Fronteira do Império, na Província de São Pedro.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.
OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, século XVIII. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2005.
OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.
OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.
PADOLFI, D. (ORG.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.
PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERUSSATTO, Melina K. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c. 1860 – c.1888.* São Leopoldo, 2010.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIZZARRO E ARAÚJO, J. S. *Memórias históricas do Rio de Janeiro, das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão Nacional, Tomo IX, 1822.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, s/d.

POSSAMAI, Paulo César. *Diário do Sítio da Colônia de Sacramento (1735-1737).* Porto Alegre, Editora Fi, 2018.

POSSAMAI, Paulo César (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul.* Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento.* Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. *A colônia de sacramento: o extremo sul da américa portuguesa no século XVIII.* Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

RAIOL, Domingos *A. Motins políticos ou histórias dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. V.3, 2ª ed., Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla. Mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha. *Outros olhares sobre a Revolução Farroupilha",* Porto Alegre, 2008.

REBOUÇAS, André. *Diário de Campanha*. Organizado por Maria Odila Silva Dias. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1973.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras, Universidade do Texas, 1991.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina, a história não contada*". LeYa/Casa da Palavra, *São* Paulo, 2017.

RIBEIRO. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005.

RIBEIRO, José Iran. *As "Sorpresas de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí.* São Leopoldo: Oikos, 2ª Edição, 2021.

RICOEUR. P. *A memória, a história e o esquecimento*. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).* Campinas, SP: Ed. da Unicamp-CECULT, 2000.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial.* Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

RUBERT, Arlindo. *As Freguesias de Caçapava e de Santaninha*. Canoas: La Salle, 1956.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* (Trad. Adroaldo Mesquita da Costa), Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002.

SHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, Alfredo P. M. da. *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889*. v.2, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940.

SILVA, Juremir Machado da. História Regional da Infâmia. O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). LPM Editores, 2010.

SILVA, V. B. *Osório na infância, na adolescência, na família e na imortalidade.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SPALDING, Walter. *A Invasão Paraguaia no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento.* Facsímile da edição de 1748. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *A Igreja de São Sebastião de Bagé.* Bagé: S/Ed., 1975.

TITARA, Ladislao dos Santos. *Memorias do Grande Exercito Alliado Libertador do Sul da America.* Rio Grande do Sul: Tipographia de B. Berline, 1852.

VARELA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil.* V.1, Porto Alegre: Globo, 1935.

VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas: a república rio-grandense*. V.2, Porto Alegre: Chardron, 1915.

VERISSIMO, Erico. *O TEMPO E O VENTO: I - O Continente.* Vol.1, São Paulo: Globo, 2002.

VIANA, L. *Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800=1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano.* [livro eletrônico], Belo Horizonte: ANPUR, 2021.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832.* São Paulo: Cultrix; INL, 1978.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O general farroupilha João Manuel de Lima e Silva (1805-1837): sua atuação no levedar da grande revolução e na estruturação da República Rio-grandense de 1836.* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

Monografias, Dissertações e Teses

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Dissertação (Mestrado em História0, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008.

ALVES, Viviane Siqueira. *A Infrajustiça no juizado de paz: um estudo sobre as competências e atribuições dos juízes de paz em Cachoeira do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

ANTUNES, Marcos Pereira. *Uma batalha simbólica: memória da Retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército brasileiro (1906-1930).* Dissertação (Mestrado em História) na Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2007.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, Fronteira e Liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ARPINI, Paula Andrea Dombkowisch. *Retratos da Provedoria: Os agentes fazendários do Rio Grande de São Pedro (1748-1802).* (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BATISTA, Felipe de Alvarenga. *Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinho.* Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional), PPEPI-UFRJ: Rio de Janeiro, 2014.

BATISTA, Maria Gisele Vargas. *O soldado de fronteira: tradição memória e masculinidades no 4º GACAV-II/1ºRADC (1926/1943).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do Sul, c. 1790 – c. 1825.* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese (Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no Império brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889).* Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2020.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: "Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850.* Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS. 2013.

CERQUEIRA, Erika Morais. *Uma pedagogia da história pelo afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado.* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, FFCH, 2020.

CHAGAS, Mário de Souza. Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 1998.

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

COMISSOLI, Adriano. A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808 c. – 1831c.). Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

COSTA, Alex Jacques. *Seguindo ordens, cruzando campos: o governador e capitão general Dom Diogo de Souza e a política do Império Português para o Rio da Prata (1808-1811).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2010.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre "a intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845 – c.1870).* Tese (Doutorado em História), São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2011.

COTTA, Francisco Albert. *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentista.* Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado em História), Niterói: ICHF-UFF, 2010.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política.* Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2006.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FERREIRA, Fábio. *O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824).* (Tese de Doutorado em História), PPGH-UFF, Niterói, 2012.

FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873).* Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-Grandense Oitocentista.* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da 'fronteira' (1760-1810).* Dissertação (Mestrado em História), PPGHIS/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista.* Dissertação (Mestrado em História), ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no Século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval.* Dissertação (Mestrado em História), Seropédica: UFRRJ/PPHR, 2019.

GUAZZELLI, Cesar Augusto. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845).* Tese (Doutorado em História), UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova população: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763).* (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

KLAFKE, Álvaro Antônio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834.* Dissertação (Mestrado em História), PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2006.

KLAFKE, Álvaro A. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KUBASKI, Francielle. *As praças centrais de Porto Alegre como composições arquitetônicas: sobre o papel da arquitetura na construção dos espaços abertos.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), UFRGS: Porto Alegre, 2018.

LAGO, Laurêncio. *Os generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

LAMB, Nayara Emerick. *História de Farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista.* Dissertação (Mestrado em História), UERJ-IFCH, Rio de Janeiro, 2012.

LESSA, Aluísio. Exílios Meridionais: *O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810).* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS. Porto Alegre, 2016.

LUFT, Marcos Vinícios. *"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828).* Dissertação de (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS-IFCH, Porto Alegre, 2013.

MAIA, Leonardo Poltozi. *A Força da Pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em Direito nas relações políticas dos sul-rio-grandenses: Pelotas e Alegrete (1850-1870).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

MARQUES, Letícia Rosa. *José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845).* Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2013.

MARQUES, Janote Pires. *Escolas militares do exército: a formação, seus mitos e ritos (1889-1931).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820).* Dissertação (Mestrado em História). Setor de ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870).* Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

MENEGAT, Carla. *Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (c. 1845-1865).* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVII*: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império português no centro-sul da América. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831).* Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia, Campinas- SP, 2006.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. *Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no Litoral Negro do Rio Grande do Sul (século XIX ao tempo presente).* Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2018.

MUGGE, Miquéias. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).* Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: Política e guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823).* Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII).* Tese (Doutorado em História Social), IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *"A soldadesca desenfreada": politização militar no Grão Pará da Era da Independência (1790-1850).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

NUNES, Dúnia dos Santos. *A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, Kamyla N. de Deus. *Estratos de senhores: aspectos políticos da Guarda Nacional na província do Espírito Santo (1831-1873).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790 – c.1870).* Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, Maria Glória da. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

OLIVEIRA, Priscila Roatt de. *Os lugares de produção da história militar: historiadores militares no Estado Novo.* Dissertação (Mestrado em História), Santa Maria: UFSM, 2015.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, PPGH, Niterói, 1999.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990.

PEIXOTO, Rafael Cupello. *O Marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil Imperial (1796-1841).* Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativeiro parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c. 1888.* Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo-RS, 2010.

PESSOA, Thiago Campos. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835).* Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopóldo, 2009.

PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: Comércio e Sociedade na Fronteira Platina (1716-1753).* Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2002.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. A vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.

RETZLAFF, Kevin. *Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais e o Banco Pelotense (1906-1931).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, PPHG-ICH Pelotas, 2020.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os Milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845).* Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos.* Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Mônica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce": A Administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763).* Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, Luaia da Silva. *O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RODRIGUES, Luís Eduardo Leite Nunes. *Valores Militares em Osorio: Efeitos sobre o soldado na Guerra do Paraguai.* Trabalho de Conclusão de Curso. Resende: AMAN, 2016.

SANTOS, Rodrigo Salaberry dos. *Esforço de guerra: a mobilização portuguesa para socorrer a Colônia do Sacramento e o cotidiano da guerra.* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2015.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. *"A ARTE DE GOVERNAR": Redes e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811-C.1830.* Tese (Doutorado em História), São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2012.

SEIDL, Ernesto. *A espada como "vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).* Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999.

SILVA, Matheus Luís da. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

SILVA, Roberta Felix da Silva. *Imprensa e poder: discursos e projetos políticos de Francisco Salles Torres Homem (1840-1849).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, Ehiene Cristina *Moura Costa. General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930).* Dissertação (Mestrado em História), Seropédica-RJ: UFRRJ, 2012.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes: as 152 solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas Setecentistas. Tese (Doutorado em História), Brasília: UnB, 2009.

VALLE, Hardalla Santos. *As propostas educacionais da administração de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias): Um estudo da instrução Rio-Grandense do século XIX (1842-1871).* Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

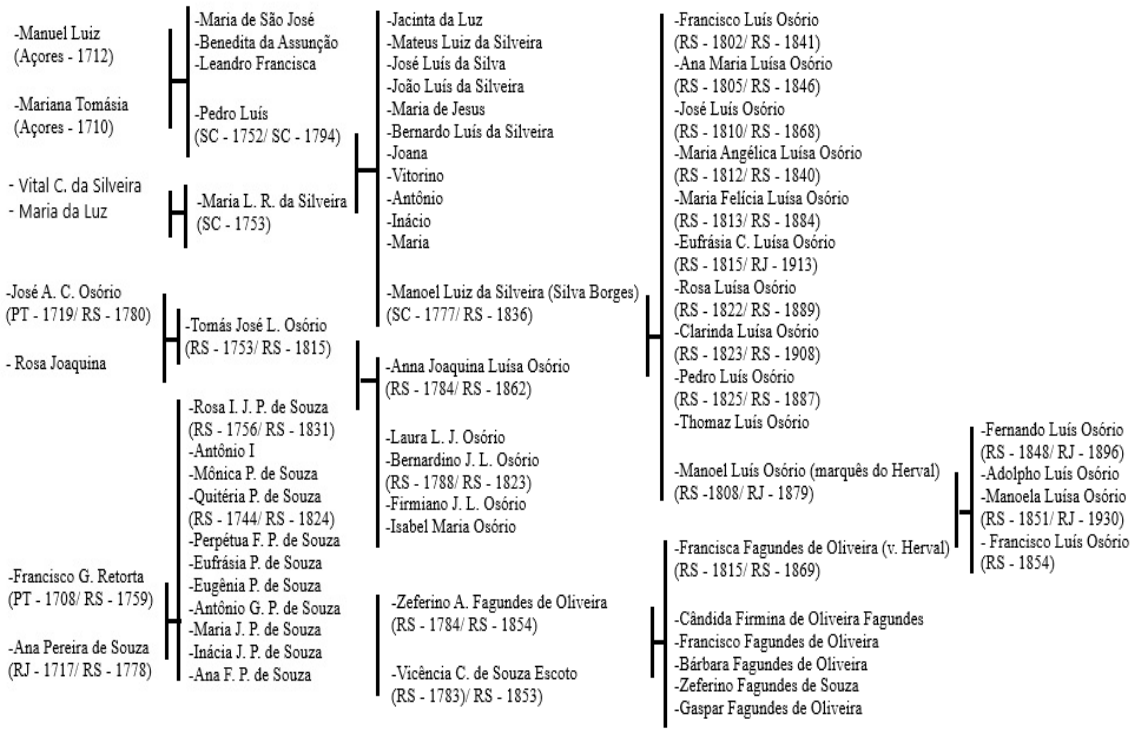
VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007.

ZALLA, Jocelito. *A invenção de Simões Lopes Neto: a literatura e a memória histórica no sul do Brasil.* Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Anexos

Anexo I

GENEALOGIA DE MANOEL LUÍS OSÓRIO (MARQUÊS DO HERVAL)



Anexo II

Textos biográficos de Manoel Luís Osório (1872-2008)

	Autor	Título	Ano	Local de Publicação
1	Antônio Eleutério de Camargo	*Notas históricas e biográficas relativas ao general Manoel Luís Osório, marquês do Herval.*	1872	Não publicada.
2	Juvêncio Tomaz de Aquino	*Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório*	1877	Rio de Janeiro-RJ
3	Luís Francisco da Veiga	*Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*	1879	Rio de Janeiro-RJ
4	Barão Homem de Mello	*Notas históricas sobre o General Osório*	1879	Rio de Janeiro-RJ
5	Alfredo Ferreira Rodrigues	*Chronica Provincial, o retrato e biographia do Inclyto Rio-Grandense: General Osorio*	1890	Pelotas-RS
6	Fernando Luís Osório	*A História do General Osório*	1894	Rio de Janeiro-RJ
7	Roberto Seidl	*Osório*	1908	Rio de Janeiro-RJ
8	Leopoldo de Freitas	*Centenário de Osório*	1908	São Paulo- SP
9	Fernando Luís Osório Junior; Joaquim Luis Osório	*A História do General Osório*	1915	Pelotas-RS
10	João Pandiá Cológeras	*Manuel Luís Osório, Marquês do Herval (1808-1879)*	1930	Rio de Janeiro- RJ
11	Gustavo Barroso	*Osório, O Centauro dos Pampas*	1934	Rio de Janeiro- RJ
12	Onofre Munis Gomes de Lima	*Osório*	1938	Rio de Janeiro- RJ
13	Valentim Benício Silva	*Osório na infância, na adolescência, na imortalidade*	1939	Rio de Janeiro- RJ
14	José Feliciano Lobo Viana	*Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti*	1940	Rio de Janeiro- RJ
15	Rodrigo Octávio Filho	*Figuras do Império e da República: O General Osório*	1944	Rio de Janeiro- RJ
16	Luiz Pinto	*A vida do General Manoel Luís Osório*	1945	Rio de Janeiro- RJ
17	João Batista de Magalhães	*Osório: símbolo de um povo, síntese de uma época*	1946	Rio de Janeiro- RJ
18	João Batista de Magalhães	*Osório, soldado e poeta*	1947	Rio de Janeiro- RJ
19	Jaime Prestes Pacheco	*O poder carismático de Osório*	1950	Rio de Janeiro- RJ

20	Cláudio Ganns	*Espírito militar e civil do general Osório*	1958	Rio de Janeiro- RJ
21	Manuel Moreira de Azevedo	*A estátua do general Osório*	1958	Rio de Janeiro-RJ
22	Francisco Ruas Santos	*Osório: contribuições as comemorações do centenário da Batalha do Tuiuti*	1967	Rio de Janeiro- RJ
23	Luiz Pinto	*Centauro das Coxilhas: Osório*	1969	Rio de Janeiro- RJ
24	Victor Civita	*General Osório*	1969	São Paulo- SP
25	Augusto Cezar de Sá da Rocha Maia	*A estrada, a Farroupilha e Osório*	1973	Rio de Janeiro- RJ
26	Orlando José Ferreira Guilhon	*Vida dos Grandes Brasileiros*	1974	São Paulo- SP
27	João Baptista Magalhães	*Osório, síntese de seu perfil histórico*	1978	Rio de Janeiro- RJ
28	Cláudio Moreira Bento	*General Osório: pensamento militar*	1979	Rio de Janeiro- RJ
29	Leonardo Leite Neto	*O Senador Manuel Luiz Osório, Marquês do Herval*	1982	Brasília- DF
30	Paulo de Queiroz Duarte	*Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o comando de Osório*	1984	Rio de Janeiro- RJ
31	Pedro Bubi Alles	*As Mínimas do Marquês do Herval*	1997	Novo Hamburgo- RS
32	Francisco Doratiotto	*General Osório: espada liberal do Império*	2008	Rio de Janeiro- RJ
33	José Antônio Severo	*General Osório em seu tempo*	2008	Florianópolis- SC
34	Pedro P. Cantalice Estigarribia	*Osório – Ministro da Guerra*	2008	Porto Alegre- RS
35	Cláudio Moreira Bento	*General Osório: o maior herói e líder popular brasileiro*	2008	Porto Alegre- RS
36	Osório Santana Figueiredo	*General Osório: o perfil do homem: bicentenário de nascimento*	2008	São Gabriel- RS